

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-292-0

DOI 10.22533/at.ed.920192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, democratizando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem como objetivo apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Este 1º volume reúne um total de 28 artigos que dialogam com o leitor sobre importantes temas que envolvem a violência sexual, de gênero e contra a mulher, transexualidade, sexualidade no ambiente escolar e no trabalho, racismo, diversidade de gênero, atuação profissional feminina, direito, educação, prática de esporte e da arte, sempre com temas relativos a mulher, sexualidade e gênero.

Assim fechamos este 1º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TRANSEXUAL: INSTRUMENTO DE DIGNIDADE E JUSTIÇA SOCIAL	
André Luis Penha Corrêa Lucas Lopes Grischke	
DOI 10.22533/at.ed.9201926041	
CAPÍTULO 2	7
A DUALIDADE ENTRE O <i>SER MULHER</i> E O <i>SER POLICIAL</i> : DISCUSSÕES ACERCA DO ENCONTRO “CHÁ DE ROSAS”	
Daniela Cecilia Grisoski Eneida Silveira Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.9201926042	
CAPÍTULO 3	18
A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESTAÇÃO CASA DA REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE COM MULHERES ENCARCERADAS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA, EM CURITIBA-PARANÁ	
Gabriela Daniel de Campos Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.9201926043	
CAPÍTULO 4	28
A MULHER REPRESENTADA PELA IGREJA PRESBITERIANA NOS ANOS 70: A REVISTA ALVORADA E A IMAGEM FEMININA	
Daniela Emilena santiago Dias de Oliveira Ricardo Gião Bortolotti	
DOI 10.22533/at.ed.9201926044	
CAPÍTULO 5	38
A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Nathaly Cristina Fernandes Carolina dos Santos Jesuino da Natividade	
DOI 10.22533/at.ed.9201926045	
CAPÍTULO 6	47
A SEXUALIDADE INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA COM GESTORAS DE ENSINO	
Camila Campos Vizzotto Alduino Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.9201926046	
CAPÍTULO 7	62
ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: HISTORICIDADE, AVANÇOS E DIFICULDADES	
Adriana Cristina Dias Lopes Allan Jones Miranda de Souza Claudia Ramos de Souza Bonfim	
DOI 10.22533/at.ed.9201926047	

CAPÍTULO 8	74
BRANQUITUDE E DECOLONIALIDADE ACADÊMICA	
Ana Tereza da Silva Nunes	
Jair da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.9201926048	
CAPÍTULO 9	85
DIVERSIDADE E GÊNERO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA ATIVA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Daniela Copetti Santos	
Luciane Carvalho Oleques	
Juliane Oberoffer Santos da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.9201926049	
CAPÍTULO 10	90
DO PRIVADO AO PÚBLICO: IDENTIDADES FEMININAS CATÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS SENTIDOS	
Joyce Aparecida Pires	
DOI 10.22533/at.ed.92019260410	
CAPÍTULO 11	104
ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO PARA A COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	
Gisele Quinallia	
Juliene Maldonado Orosco de Andrade	
Edilene Mayumi Murashita Takenaka	
DOI 10.22533/at.ed.92019260411	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO SEXUAL: PROMOVEDO RESPEITO EM SALA DE AULA ATRAVÉS DE DINÂMICAS	
Nathália Hernandez Turke	
Felipe Tsuzuki	
Virginia Iara de Andrade Maistro	
DOI 10.22533/at.ed.92019260412	
CAPÍTULO 13	123
ENTRE ROMANCES E SEGREDOS, (HÁ) VIOLÊNCIA SEXUAL	
Paula Land Curi	
Nayalla Buarque	
Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.92019260413	
CAPÍTULO 14	129
ESPAÇO EMPRESARIAL E A RELAÇÃO ORGANIZACIONAL COM SUAS FUNCIONÁRIAS MULHERES	
Catharina Correa Polachini	
Keila Isabel Botan	
Andreza Marques de Castro Leão	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.92019260414	

CAPÍTULO 15	141
ESPAÇOS PÚBLICOS E DIVERSIDADE URBANA: A IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR A CIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
Wellisson de Oliveira Camilo Jr	
DOI 10.22533/at.ed.92019260415	
CAPÍTULO 16	152
FRIDAS: UMA PROPOSTA DE GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR	
Vanessa Elias	
DOI 10.22533/at.ed.92019260416	
CAPÍTULO 17	166
FUTEBOL DE MULHERES E A EXPERIÊNCIA DE CAMPO	
Martina Gonçalves Burch Costa Giovanni Felipe Ernst Frizzo	
DOI 10.22533/at.ed.92019260417	
CAPÍTULO 18	173
INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA NAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E AS INFLUÊNCIAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Lilian Silva de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.92019260418	
CAPÍTULO 19	190
MEMÓRIAS DE UM RECITAL DE PIANO: REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE	
Giácomo de Carli da Silva Cristina Rolim Wolffenbüttel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260419	
CAPÍTULO 20	197
NOTAS SOBRE A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSGÊNERO NO ESPORTE	
Fernanda Dias Coelho Ludmila Mourão	
DOI 10.22533/at.ed.92019260420	
CAPÍTULO 21	210
O PARADOXO DA INCLUSÃO: UM ENSAIO PÓS-ESTRUTURALISTA SOBRE OS DIREITOS SEXUAIS	
Andressa Regina Bissolotti dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92019260421	
CAPÍTULO 22	225
PARA ALÉM DO MATCH: TINDER NA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE CORPOS	
Maria Cecilia Takayama Koerich	
DOI 10.22533/at.ed.92019260422	

CAPÍTULO 23	231
POR UMA TEORIA FEMINISTA DO PODER CONSTITUINTE: INSTITUIÇÕES, JUSTIÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BANCADA FEMININA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988	
Silvana Santos Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.92019260423	
CAPÍTULO 24	242
QUE SEXUALIDADE É ESSA? REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES AMOROSAS DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO	
Aline Luiza de Carvalho Márcia Stengel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260424	
CAPÍTULO 25	258
QUE VOZ É ESSA QUE FALA POR MIM? A LUTA DO INSTITUTO GELEDÉS POR DIGNIDADE, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Breenda Karolainy Penha Siqueira Jamilly Nicácio Nicolete	
DOI 10.22533/at.ed.92019260425	
CAPÍTULO 26	270
RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE ADOLESCENTES E A INTERNET	
Márcia Stengel Nádia Laguárdia de Lima Jacqueline de Oliveira Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.92019260426	
CAPÍTULO 27	286
RESISTÊNCIA FRENTE À VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: RELATO DA EXPERIÊNCIA COM A EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “MULHERES EXTRAORDINÁRIAS - FRAGMENTOS DE LUTA E SUPERAÇÃO”	
Jéssica Aparecida Chaviuk Francisco Cíntia de Souza Batista Tortato	
DOI 10.22533/at.ed.92019260427	
CAPÍTULO 28	298
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERCEPÇÕES E RELATOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO EM ÁREA COSTEIRA DO NORTE DO BRASIL	
Brenda L. Assis Lisboa Walquirene Nunes Sales Driene N. Silva Sampaio Amanda C. Ribeiro Costa Gláucia C. Silva-Oliveira Aldemir B. Oliveira-Filho	
DOI 10.22533/at.ed.92019260428	
CAPÍTULO 29	310
ENTRE TREVAS E ARCO-ÍRIS: ORIENTAÇÃO SEXUAL E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	
Marina de Almeida Borges Ana Cristina Nassif Soares	
DOI 10.22533/at.ed.92019260429	

CAPÍTULO 30 317

SUICÍDIO NO PÚBLICO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT):
ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2013-2018

Ana Patrícia Fonseca Coelho Galvão

Pablo Nascimento Cruz

Fábio Batista Miranda

Jaíza Sousa Penha

Nayfrana Duarte de Sousa Oliveira

Fabrcio e Silva Ferreira

Wochimann de Melo Lima Pinto

Natalie Rosa Pires Neves

Nayra Michelle Anjos Amorim

Raylena Pereira Gomes

Rose Daiana Cunha dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.92019260430

SOBRE O ORGANIZADOR..... 333

A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TRANSEXUAL: INSTRUMENTO DE DIGNIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

André Luis Penha Corrêa

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Rio Grande – Rio Grande do Sul

Lucas Lopes Grischke

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Rio Grande – Rio Grande do Sul

RESUMO: O presente trabalho pretende abordar a importância e a aplicabilidade da Lei Maria da Penha na proteção de mulheres transexuais vítimas de violência doméstica, ainda que estas não tenham realizado a cirurgia de redesignação sexual ou a retificação do prenome e do gênero no seu registro civil, tendo em vista que são, sobretudo, socialmente vulneráveis. O estudo realizado, que está em sua etapa inicial, emprega a metodologia de análise das decisões mais atuais do STJ e STF, bem como a revisão bibliográfica de autores/as que discutem sobre o tema de gênero e transexualidade. Ao final, percebe-se que a aplicação da Lei Maria da Penha, também aos casos em discussão, se traduz em instrumento de efetivação da dignidade e de avanço rumo à justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Transexualidade; Violência doméstica.

ABSTRACT: This paper intends to discuss the importance and applicability of the Maria da

Penha Law in the protection of women who are victims of domestic violence, even though they haven't passed by the sexual reassignment surgery or the rectification of the name and gender in their civil registry, taking into account that they are socially vulnerable. This study, which is in its initial stage, uses the methodology of analysis of the most current decisions of the Supreme Court of Justice and Supreme Federal Court, as well as the bibliographic review of authors who discuss gender and transsexuality. In the end, it is noted that the application of the Maria da Penha Law translates in to an instrument for the realization of dignity and progress towards social justice.

KEYWORDS: Gender; Transsexuality; Domestic Violence.

1 | INTRODUÇÃO

A partir do momento em que a pessoa transexual decide exercer o seu sexo real (o psicológico), inicia uma batalha pelo reconhecimento e respeito, na qual adapta seu corpo pertencente a outro sexo às normas de gênero socialmente estabelecidas. A mulher transexual estará sujeita não apenas aos estigmas do grupo LGBT, como também estará sujeita às injustiças sociais relativas às mulheres, dentre elas a violência doméstica.

A aplicação da Lei Maria da Penha aos referidos casos se apresenta mais adequada do que as previsões de violência corporal do Código Penal, pois, assim como o faz para as demais mulheres, pode se traduzir em instrumento de justiça social para as transexuais violentadas. O presente trabalho representa as pesquisas iniciais e seus resultados parciais, os quais serão aprofundados quanto ao reconhecimento e a efetivação da justiça social.

Neste texto não será abordada a questão da violência doméstica praticada contra a travesti. O presente trabalho busca um ponto de vista multidisciplinar, recorrendo às escritas de autores e autoras que não limitem seu discurso à dogmática jurídica.

Para a realização deste trabalho promoveu-se a análise de normas e do entendimento mais atual do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre a maneira como a pessoa transexual é vista pelo poder Judiciário. A metodologia utilizada foi a de pesquisa e revisão bibliográfica sobre autores e autoras que escrevem sobre o tema.

2 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas que desconstruem a categorização de gêneros e sexualidades, no campo do direito, são limitadas, principalmente quando a temática envolve a transexualidade e as sujeições dos corpos transexuais (DURO, et al, 2017 p. 41). Tais pesquisas são capazes não somente de contribuir para o estudo do Direito, mas inclusive de conduzir a sociedade rumo à justiça social.

Gênero e sexo não são conceitos sinônimos. O sexo diz respeito à constituição biológica da pessoa, em macho e fêmea, enquanto o gênero refere-se à construção social do corpo, que pode ser masculino e feminino, que varia de sociedade para sociedade com base nas características históricas e culturais de cada uma delas (LIMA; SOUZA, 2017, online; SILVA, 2018, p. 19, 71 - 73; CRISTIANETTI, 2015, p. 66).

A pessoa transexual é aquela que, embora tenha nascido com corpo físico de um determinado sexo, pertence e identifica-se, em sua esfera psíquica - em sua alma - a sexo diverso. O sexo físico não corresponde ao seu sexo real, o psicológico (CRISTIANETTI, 2015, p. 65). Destaca-se que “essa não é uma questão de escolha, e na maioria das vezes é envolvido de sofrimento” (SILVA, 2018, p. 20).

A transexualidade, antigamente, era tratada como doença (LIMA; SOUZA, 2017, online), identificada pela terminologia “transexualismo”. Atualmente o sufixo “ismo”, que significa doença, foi abolido e substituído pelo “dade”, que significa modo de ser (SILVA, 2018, p. 22). Segundo SILVA (2018, p. 32), “a identidade de gênero não está ligada aos órgãos genitais, é o sentimento que tem a pessoa quanto ao gênero ao qual pertença”.

O direito busca o bem da sociedade, devendo acompanhá-la durante seu processo evolutivo para garantir o convívio social e o cumprimento dos direitos constitucionais

(LIMA; SOUZA, 2017, online). Porém, não há, até o presente momento, legislação no Brasil regularizando a transexualidade, existindo apenas a Resolução nº 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina que estabelece os critérios mínimos de definição da transexualidade, tratando-a, entretanto, como doença, utilizando sufixo “ismo” para caracterizá-la (CRISTIANETTI, 2015, p. 65 - 66).

Quanto aos tribunais, importante analisar o entendimento do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar o REsp 1626739/RS. A autora desejava readequar seu registro civil em relação ao seu nome e gênero (STJ, 2017). A sentença de primeira instância autorizou a alteração do prenome no registro civil, mas não a do gênero, pois a autora não havia realizado o procedimento cirúrgico de redesignação sexual. Então, ao apelar da decisão, seu recurso foi indeferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, chegando, assim, ao STJ (STJ, 2017).

O relator Ministro Luís Felipe Salomão sustentou sua decisão no fato de o gênero ser uma construção social (STJ, 2017). O referido Ministro entendeu que apenas a alteração do prenome não seria suficiente para a concretização da dignidade da autora. Ainda, o Ministro sustentou a não-obrigatoriedade da cirurgia de redesignação sexual para promover as referidas alterações no registro civil (STJ, 2017).

O Tribunal Superior entendeu que a dignidade das pessoas transexuais se traduz, também, “no direito de serem identificados, civil e socialmente, de forma coerente com a realidade psicossocial vivenciada, a fim de se combater qualquer discriminação ou abuso violadores do exercício de sua personalidade” (STJ, 2017).

Mais recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a ADI nº 4.275/DF proposta pela Procuradoria-Geral da República, reinterou o entendimento do STJ. Ainda, a maioria dos ministros entenderam a desnecessidade do ajuizamento de ação prévia para que se retifique o registro civil (STF, 2018).

Um estudo realizado por DURO (et al, 2017), em que realizou o mapeamento das ações envolvendo demandas judiciais sobre o tema demonstrou que os julgados do Rio Grande do Sul possuem um forte apego à normatização binária quando se fala em gênero e sexualidades.

Neste sentido, SILVA (2018, p. 22) explica que devido ao tratamento dispensado pela sociedade, os/as transexuais são indivíduos que não participam espontaneamente do ambiente que frequentam, pois se sentem excluídos/as. O conceito de corpos precários em BUTLER (2011) ajuda a compreender a dinâmica social dispensada às transexuais. Ainda, são constantemente confundidas com homossexuais.

A transexualidade não se confunde com a homossexualidade, pois ambos operam em âmbitos distintos (SILVA, 2018, p. 20): a homossexualidade é a atração por pessoas do mesmo sexo – real –, já a transexualidade é o pertencimento ao sexo oposto ao físico. A orientação sexual, por sua vez, opera no âmbito das atrações e das relações sexuais, enquanto a transexual enfrenta a batalha de fazer com que seu corpo físico se adeque às normas de gênero da sociedade, em busca de reconhecimento e dignidade. O reconhecimento de que as questões de gênero vão além daquilo que

a biologia determina representará um progresso relativo às posturas conservadoras que negam qualquer realidade de gênero que transpasse a genética (CRISTIANETTI, 2015, p. 67).

Em seu trabalho, CRISTIANETTI (2015, pp. 63- 78) analisou as contribuições da Teoria do Reconhecimento em Nancy Fraser sobre questões da transexualidade. A socióloga entende que para a efetivação da justiça social é preciso que as lutas por reconhecimento e por representação social ocorram em conjunto com uma paridade participativa social (CRISTIANETTI, 2015, pp. 70 – 72). Os pensamentos que negam a paridade social das transexuais e que são incapazes de ultrapassar as questões físicas e biológicas caminham na contramão da realização da justiça social e da efetivação dos direitos humanos.

Então, surge o entendimento da possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha nos casos em que mulheres transexuais figurem como vítimas de violência doméstica. A referida lei, em seu artigo 5º, já prevê que a violência doméstica se caracteriza por qualquer ação ou omissão, lesiva a direitos, baseada no gênero. Nas palavras de LIMA e SOUZA, “a partir do momento que o Estado não trata as pessoas de forma igualitária por conta de sua sexualidade ou gênero [...] a sociedade entende, erroneamente, que também poderá agir da mesma forma” (2017, online).

As transexuais necessitam da proteção da Lei Maria da Penha, pois estão sujeitas aos estigmas do gênero feminino. Enquanto o Código Penal preocupa-se veementemente com a punição do infrator, quase sempre o privando de liberdade a fim de o ressocializar – o que, na prática, tem se mostrado ineficaz –, e no caso de feminicídio (artigo 121, § 2º, VI), utiliza a obscura expressão de “razões da condição de sexo feminino”, a referida lei preocupa-se principalmente com a vítima, propondo a ação de equipes multidisciplinares para acompanhamento tanto da vítima quanto do agressor (BRASIL, 2006). Logo, diante disso, a Lei Maria da Penha é melhor garantidora de proteção e direitos às mulheres transexuais, como já o é para as demais mulheres.

O fato da mulher transexual não ter realizado a cirurgia de redesignação sexual não deve ser óbice à aplicação da Lei Maria da Penha. Embora LIMA e SOUZA (2017, online) sustentem que a retificação do registro civil faça com que a transexual se sujeite à aplicação da Lei Maria da Penha, não é possível concordar. Na prática, a mulher transexual exerce o gênero socialmente e, portanto, se submete aos seus estigmas, antes da retificação do registro civil.

A retificação do registro civil se apresenta como ferramenta que auxilia a realização pessoal e evita situações constrangedoras que capazes de ferir sua dignidade. Tal retificação não é requisito fático para suposta “transição de gênero”. A aplicação da Lei Maria da Penha deve ocorrer para toda transexual que exerça o gênero feminino socialmente e que venha a sofrer violência doméstica.

A realização da cirurgia de redesignação sexual não caracteriza requisito para que ocorra a “transição do gênero”, pois este já pode ser socialmente exercido independentemente do genital que habite as roupas íntimas da transexual. Este

método cirúrgico possui finalidade tão somente terapêutica para os casos em que a pessoa transexual não consiga conviver com genitais, que lhe causam desconforto e enorme sofrimento (SILVA, 2018, p. 21).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a mulher transexual está incluída na aplicação da Lei Maria da Penha, pois o gênero é socialmente construído. O exercício social deste gênero submete a transexual às vulnerabilidades e injustiças sociais dispensadas ao gênero feminino, inclusive a violência doméstica. A efetivação da justiça social importa não apenas o reconhecimento social e cultural, mas também a paridade. Logo, os/as julgadores/as necessitam exercer o papel de proteção e atendimento aos vulneráveis, não cabendo mais a interpretação restritiva da lei, nem o tratamento discriminatório às mulheres, inclusive as transexuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm. Acessado em maio de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acessado em maio de 2018.

BRASIL. **Resolução nº 1.995/2010 do Conselho Federal de Medicina**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1955_2010.htm. Acessado em maio de 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1626739/RS**. Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 01/08/2017. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201602455869&dt_publicacao=01. Acessado em maio de 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 4.275/DF**. Rel. Ministro MARCO AURÉLIO. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400211&tipo=TP&descricao=ADI%2F4275>. Acessado em maio de 2018.

BRUM, Amanda Netto; DURO, Renato Dias; FLORES, Maicon Varella. **ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE TRANSEXUAIS: Uma análise empírica do posicionamento do TJ/RS**. In: Revista de Estudos Empíricos em Direito, vol. 4, n. 2, jun 2017, p. 39 – 54. Disponível em: <http://www.reedpesquisa.org/ojs-2.4.3/index.php/reed/article/view/162>. Acessado em maio de 2018.

BUTLER, Judith. **Vida Precária**. In: Contemporânea, n. 1 p. 13-33, jan.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.rogerioa.com/resources/Diversidade/12repress.pdf>. Acessado em maio de 2018.

CRISTIANETTI, Jéssica. **Transexualidade e Teoria do Reconhecimento: de um modelo patologizante a uma nova maneira de pensar através da contribuição teórica de Nancy Fraser**. In: Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 63 – 78, Jul/Dez. 2015. Disponível em: <http://www.indexlaw.org/index.php/revistateoriasjustica/article/view/602>. Acessado em maio de 2018.

LIMA, Alisson Carvalho Ferreira; SOUZA, Naiara Zaiden Rezende. **A legalidade e legitimidade da aplicação da lei maria a penha nos casos em que figure como vítima transexuais que modificaram seu gênero no registro civil sem a realização da neocolpovulvoplastia.** In: V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Salvador, 2017. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA9_ID1046_02082017014432.pdf. Acessado em maio de 2018.

PUREZA, Diego Luiz Victório. **O transexual como vítima do feminicídio.** In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 149, jun 2016. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura &artigo_id=17335&revista_caderno=3. Acessado em maio de 2018.

RESADORI, Alice Hertzog; RIOS, Roger Raupp. **Direitos Humanos, transexualidade e “direito dos banheiros”.** In: **Direito & Praxis**, Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 12, 2015, p. 196 – 227. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/16715/14038> . Acessado em maio de 2018.

SILVA, Inajara Piedade da. **A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos: a redesignação de sexo na sociedade globalizada.** Porto Alegre: Sulina, 2018.

A DUALIDADE ENTRE O *SER MULHER* E O *SER POLICIAL*: DISCUSSÕES ACERCA DO ENCONTRO “CHÁ DE ROSAS”

Daniela Cecilia Grisoski

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Londrina – Paraná

Eneida Silveira Santiago

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Londrina – Paraná

RESUMO: O objetivo central do trabalho em questão foi problematizar a concepção sobre o *ser mulher* dentro do âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná na contemporaneidade, a partir da análise da notícia “Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher” (SANTOS, 2013), levando em consideração perspectivas teóricas do campo da Psicologia denominada Análise Institucional (BAREMBLITT, 2002). As discussões aqui colocadas são frutos de uma pesquisa exploratória de materiais selecionados conforme nosso objetivo, bem como da possibilidade de acesso aos materiais bibliográficos, sendo estes materiais as obras de Barembritt, publicações oficiais e não oficiais de livre acesso que dizem respeito a inserção de mulheres na Polícia Militar do Paraná e notícias referentes aos encontros denominados “Chá de Rosas”. O estudo também se enquadra no campo denominado Relações de Gênero, compreendendo uma análise de papéis sociais que são tidos como, historicamente,

denominados para um gênero específico, como é o caso do homem e da mulher inseridos nas organizações da instituição Segurança Pública. Compreendeu-se que os encontros “Chá de Rosas” foram iniciados através da reprodução de um discurso masculino dominante, propondo uma divisão de funções de gênero, compondo lógicas instituídas como, por exemplo, a ideia de que *ser mulher e ser policial* diz respeito a uma dupla jornada, levando em conta a concepção de que toda mulher é dona de casa e mãe, estando ligada ao trabalho no ambiente público e privado, também uma concepção de que feminilidade está atrelada a delicadeza.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de gênero. Polícia Militar. Instituição Militar.

ABSTRACT: The central objective of the work in question was to problematize the conception about being a woman within the scope of the Military Police of the State of Paraná in the contemporaneity, from the analysis of the news “Female policemen participate in a meeting for the valorization of self-esteem on their side (SANTOS, 2013), taking into account the theoretical perspectives of the field of Psychology called Institutional Analysis (BAREMBLITT, 2002). The discussions here are the result of an exploratory research of selected materials according to our objective, as well as the possibility of access to bibliographical materials,

these materials being the works of Baremblytt, official and unofficial publications of free access that concern the insertion of women in the Military Police of Paraná and news related to the meetings called “Tea of Roses”. The study also falls within the field of Gender Relations, comprising an analysis of social roles that are historically defined for a specific gender, as is the case of men and women inserted in the organizations of the Public Safety institution. It was understood that the “Tea of Roses” meetings were initiated through the reproduction of a dominant masculine discourse, proposing a division of gender functions, composing established logics such as, for example, the idea that being a woman and being a police officer concerns a double journey, taking into account the concept that every woman is housewife and mother, being linked to work in the public and private environment, also a conception that femininity is tied to delicacy.

KEYWORDS: Gender relations. Military police. Military Institution.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho se caracteriza como parte do processo de desenvolvimento de uma dissertação, iniciada em 2018, no programa de Mestrado em Psicologia, Universidade Estadual de Londrina – UEL. Como objetivo geral, neste texto visamos realizar uma problematização acerca da concepção sobre o *ser mulher* dentro do âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná na contemporaneidade, a partir da análise da notícia “Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher” publicada pelo site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - Governo do Estado do Paraná, em 31 de outubro no ano de 2013. Teoricamente, levando em consideração perspectivas teóricas do campo da Psicologia denominada Análise Institucional (BAREMBLYTT, 2002).

A abordagem denominada Análise Institucional, de acordo com L’Abbate (2003), tem a característica de desenvolver conjuntos de conceitos e instrumentos visando analisar e intervir em instituições. No Brasil, a Análise Institucional começou a se destacar por volta da década de 1970, a partir de pesquisas em universidades com variados tipos de profissionais. A Análise Institucional não possui um caráter único, pois é formada a partir de um conjunto de disciplinas as quais se iniciaram por volta das décadas de 1940 a 1950 na sociedade francesa, tais disciplinas tem o intuito de problematizar a constituição de um campo como um conjunto de saberes e práticas em um contexto amplo, enquadrados em uma ordem político-social, ideológica e técnico-científica (L’ABBATE, 2003).

Por sua vez, nesse trabalho em específico, utilizou-se a produção a respeito da Análise Institucional do teórico Gregório Baremblytt, renomado teórico da América Latina, que nasceu na Argentina, mudando-se para o Brasil na década de 1970, após a instauração de uma ditadura militar em seu país de origem, tornando-se, posteriormente, um dos maiores pensadores do campo da Análise Institucional (HUR,

2014).

Barembritt (2002) caracteriza o chamado movimento institucionalista enquanto um leque de tendências as quais não são unilaterais, mas que possuem um objetivo em comum: apoiar os processos de autoanálise e autogestão de um meio social. Esses termos se caracterizam conforme a organização de uma sociedade, o teórico aponta que o saber de nossa população vem sendo produzido através de *experts*, sendo esses os conhecedores de uma sociedade, que influenciam os modos de vida dos cidadãos. Já os processos de autoanálise e autogestão compreendem a organização de uma sociedade para produzir saberes e dispositivos necessários para a manutenção e melhoramento sobre suas vidas. Neles, há hierarquia através da capacidade de produção, mas não há a hierarquia de poder, em que um sujeito sobressai o outro (BAREMBLITT, 2002).

Barembritt (2002) ainda ressalta que uma instituição se caracteriza como um conjunto de lógicas e leis que compõe determinado valor social, sendo entidades abstratas. Na perspectiva em que esse trabalho foi desenvolvido, a instituição que o compõe é a Segurança Pública. Por sua vez, quando as instituições se constituem através de uma estrutura material, passam a ser chamadas de organizações, objetivando-se uma entidade simples ou complexa. Tendo em vista este trabalho, a organização que se destaca é a Polícia Militar do estado do Paraná.

Ainda considerando as lógicas que compõem a Análise Institucional para o autor que aqui destacamos (BAREMBLITT, 2002), um estabelecimento surge como as estruturas específicas as quais se enquadram dentro de uma determinada organização, sendo essa o 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM), pertencente ao 1º Comando Regional da PM (1º CRPM) localizado na cidade de Curitiba-PR (SSPAP-PR, 2019), compreendendo que esse foi o Batalhão que sediou o encontro denominado “Chá de Rosas” o qual será analisado aqui. A configuração de um estabelecimento conta com equipamentos, consistindo em materiais, objetos ou dispositivos os quais se organizam para a constituição deste estabelecimento. Também conta com os agentes, que por sua vez, são descritos como os profissionais atuantes em um determinado estabelecimento (BAREMBLITT, 2002). Neste caso, os agentes da instituição em questão seriam as policiais femininas atuantes no 20º BPM que participaram do encontro “Chá de Rosas”, visto que o objetivo do trabalho é a análise do evento ocorrido apenas, e não do Batalhão por um todo, tendo como equipamentos disponíveis as estratégias utilizadas durante o encontro, como o diálogo e as trocas de experiências entre as participantes.

Para tal, essa produção foi configurada através de uma pesquisa exploratória de materiais selecionados conforme nosso objetivo, bem como da possibilidade de acesso aos materiais bibliográficos. Segundo Severino (2007), a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa (SEVERINO, 2007). Sendo assim, exploramos o material utilizado, a partir de nossos objetivos, visando

uma análise crítica do mesmo, sendo estes materiais uma matéria publicada pelo site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Governo do Estado do Paraná, bem como, publicações oficiais e não oficiais de livre acesso que dizem respeito a inserção de mulheres na Polícia Militar do Paraná.

O cotidiano de trabalho de policiais militares femininas foi tomado enquanto ator de análise, considerando que as lógicas que compõem esta organização estão no contexto de funcionamento de uma sociedade em geral, principalmente no que diz respeito às ideias de segurança e bem-estar social. Ademais, este estudo também se enquadra no campo denominado Relações de Gênero, a partir de concepções teóricas de Joan Scott (1995) que sustenta uma análise de papéis sociais que são tidos como, historicamente, atribuídos para um gênero específico, como é o caso do homem e da mulher inseridos na instituição Segurança Pública.

2 | O ENCONTRO CHÁ DE ROSAS

De acordo com a notícia “Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher” publicada pelo site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Governo do Estado do Paraná, em 31 de outubro no ano de 2013, o primeiro encontro denominado “Chá de Rosas” aconteceu na data de 31 de outubro de 2013, mesma data em que a notícia sobre o mesmo foi publicada. Outra edição do mesmo evento ocorreu na cidade de Curitiba (PR), que sedia ao 20º BPM, pertencente ao 1º CRPM (SSPAP-PR, 2019).

Considerando a notícia, o encontro contou com a participação de 26 mulheres atuantes no 20º BPM, que estiveram presentes a partir de indicações da psicóloga que atuava no local. Levando em consideração que essa foi a primeira ocorrência do mesmo, o encontro teve como intuito inicial abordar a

[...] questão da auto-estima da policial, especificamente para que ela se veja e se cuide. Nós entendemos, pela particularidade do serviço policial como desgastante e estressante, que mexe muito emocionalmente com as pessoas, notadamente com a mulher. Nossas policiais são mães, donas de casa e esposas, e por isso elas precisam sentir-se bem, para que assim possam atender bem as situações de trabalho, buscando a integração com a comunidade, que é o pensamento do policiamento comunitário”, explica o tenente-coronel Zanatta, Comandante do 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM), pertencente ao 1º Comando Regional da PM (1º CRPM). (SANTOS, 2013, s/p).

Santos (2013) ressalta que o propósito desse primeiro encontro era servir de *pontapé* inicial para que demais encontros ocorressem. Inicialmente, a periodicidade seria de uma vez por mês, sempre no mesmo Batalhão, para que as mulheres inseridas em tal contexto pudessem usufruir deste espaço enquanto um lugar para expressarem suas questões sobre feminilidade, autoestima e relacionamentos.

O primeiro encontro, especificamente, também objetivava proporcionar um espaço de diálogo e reflexão entre as participantes.

Durante o encontro as policiais puderam falar sobre suas experiências como mãe, dona de casa, esposa, policial militar e como mulher, trazendo questionamentos sobre como conciliar o trabalho e a vida familiar com o cuidado pessoal. A psicóloga fez com que as policiais repensassem como é manter seu lado mulher em um ambiente militar, mas sem perder a feminilidade (SANTOS, 2013, s\p).

Investigando a partir da palavra-chave “Chá de Rosas” no site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Governo do Estado do Paraná, através da notícia “2º Encontro do Chá de Rosas para a valorização da policial feminina acontece na capital” (SANTOS, 2013) , nota-se que o segundo encontro no 20º BPM ocorreu na data 21 de novembro do mesmo ano de 2013, cumprindo-se a ideia de desenvolvimento de encontros mensais. Na mesma busca da palavra-chave citada também é possível identificar que, além dos encontros contínuos ocorridos no 20º BPM, demais Batalhões da Polícia Militar do estado do Paraná também aderiram a ocorrência dos encontros, realizando estes em diferentes espaços de tempo e a partir das diversas demandas de cada Batalhão.

Tendo em conta os principais objetivos situados na notícia em questão sobre o primeiro encontro “Chá de Rosas”, é possível identificar neles uma dualidade na concepção sobre o que é *ser mulher* dentro de uma instituição de Segurança Pública, como é o caso da Polícia Militar. Tal afirmação é percebida através da fala da psicóloga que, na notícia, explica sobre o encontro ocorrido entre as policiais femininas. “[...] o objetivo do encontro é trazer as mulheres para dentro do batalhão, procurando trabalhar um lado mais feminino neste universo que é quase 100% masculino” (SANTOS, 2013, s\p).

Assim, a proposta central deste texto é poder abrir espaços de problematizações, de acordo com o viés da Análise Institucional, acerca da dualidade sobre a questão da virilidade ligada ao homem *versus* feminilidade vivida por mulheres inseridas no âmbito da Polícia Militar na contemporaneidade, compreendendo que ainda há uma concepção sobre a mulher estar ligada às ideias de cuidado e maternagem dentro das instituições de Segurança Pública.

3 | A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ E A INSERÇÃO DE MULHERES: UM CONTEXTO HISTÓRICO

A Polícia Militar do estado do Paraná constituiu seu primeiro batalhão em 10 de agosto de 1854, estando enquadrada aos moldes da Segurança Pública. Essa, atualmente possui mais de 60 elos que atuam transversalmente, como, por exemplo, iluminação pública, perícia forense, ministério público, entre outros. A Polícia Militar, como um todo, se divide em 27 eixos pelo Brasil, sendo correspondente um para cada estado e um para o Distrito Federal, atuando também como campo subordinado do Exército Brasileiro (BRASIL, 1988). Entretanto, essa organização, fundada no ano de 1854, se caracterizada unicamente como sendo formada por homens, assim como

todos os batalhões constituintes no território brasileiro da época.

A Polícia Feminina, por sua vez, se inseriu no estado do Paraná na década de 1970, sendo o segundo estado a configurar os Batalhões da Polícia Militar com a presença de mulheres, sendo o estado de São Paulo o primeiro, abarcando a presença feminina na década de 1950. Moreira (2016), ressalta que a nova categoria de Polícia foi prevista a partir da necessidade de criação de uma denominada “nova polícia”, ou seja, a partir de nossa analítica, no processo de inserção feminina na Polícia, idealizava-se a figura da mulher como sendo menos viril. Consequentemente, isso resultaria em uma polícia mais preventiva e menos repressiva, contribuindo para a realização de tarefas específicas dentro da instituição, tais como policiamento preventivo e operações ostensivas ligadas a menores, estando envolta em um discurso de “humanização da polícia”, visto que mulheres, naquele meio social, eram tidas como figuras de auxílio, proteção, maternidade e moral da época em questão. “A opção da corporação policial militar foi por reforçar o estereótipo feminino vinculado à essência biologicamente determinada e que se contrapõe à concepção de virilidade” (MOREIRA, 2016, p. 189).

Cabe ressaltar que a inserção de mulheres na organização da Polícia Militar contava com uma seletividade de operações que por elas poderiam ser desempenhadas, sendo que outras operações que precisassem ser realizadas seriam executadas por homens, deixando-se claro tal fato a partir da Diretriz n. 048 de 1977 (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 1977 Apud MOREIRA, 2016) que foi instituída posteriormente a inclusão da presença feminina no batalhão, trazendo o seguinte conteúdo:

Policiamento ostensivo normal visando à guarda à segurança de estabelecimentos públicos;

Policiamento preventivo de trânsito em estabelecimentos escolares;

Ações de policiamento ostensivo relacionados à mulher, a menores e anciãos (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 1977 Apud ,MOREIRA, 2016, p. 54).

Cabe ressaltar que a ideia da mulher inserida dentro da organização Polícia Militar, em primeiro plano, foi assegurar um ideal de “essência feminina” a qual estava diretamente ligada a concepção de maternidade, delicadeza, cuidado e proteção, trazendo à tona, assim como citado por Moreira (2016), a figura de um “anjo tutelar”, para o qual as questões consideradas mais leves no âmbito da Segurança Pública seriam destinadas. Levando em consideração as falas dos responsáveis pelo desenvolvimento do primeiro encontro “Chá de Rosas” ocorrido no 20º BPM, identifica-se resquícios dessa representação de um “anjo tutelar” ligado a figura da policial militar feminina.

4 | O MOVIMENTO INSTITUINTE E O TRABALHO DAS POLICIAIS MILITARES FEMININAS

O campo conhecido como Análise Institucional consiste em um leque de teorias e conceitos, entre eles as ideias de processos instituídos e instituintes propostos por Barembliitt (2002). Para este autor, instituinte se caracteriza como sendo um processo mobilizado por forças, ao mesmo tempo produtivas e desejanças, que tendem a revolucionar e fundar instituições, ou transformá-las. Através do compartilhamento de suas potências e matérias sociais acaba por fundar novos instituídos. Esses, por sua vez, são os resultados de ações de movimentos instituintes os quais produziram cristalização de lógicas que perpassam uma instituição. Essas lógicas cristalizadas vigoram para ordenar atividades sociais essenciais para a vida em coletividade, tendo uma tendência a serem estáticas e conservadoras (BAREMBLITT, 2002). O instituído é necessário para a existência mínima das organizações e instituições, mas ele se cristaliza de tal modo que não permite ser representado, tendendo a falar sempre em nome de um processo dominante.

Fazendo uma discussão em relação a esses conceitos propostos, pode-se compreender a entrada de policiais femininas dentro do contexto da Polícia Militar paranaense como um movimento instituinte, ou seja, produzindo novas formas de funcionamento na organização e no funcionamento dos processos institucionais.

A identificação de ocorrências de movimentos instituintes é um convite para se pensar uma revolução nas instituições, como, e este é o caso, os profissionais atuantes na Polícia Militar deixaram de ser uma universalidade do sexo masculino para dar lugar a entrada de mulheres neste mesmo campo, causando uma reestruturação de tarefas e de formas de funcionamento dessa organização, como, por exemplo, a instauração de um curso de oficiais mulheres na instituição e a divisão de operações a serem realizadas por policiais homens e mulheres. Percebe-se também que esse processo instituinte abriu lugar para uma figura antes inexistente dentro do âmbito dessa instituição: a mulher. Ao mesmo tempo em que produzia uma demanda de reconfiguração do cotidiano institucional.

Moreira (2016) compreende que o marco da entrada de mulheres como oficiais da Polícia Militar se deu através do início de um processo de ruptura com o binarismo de gênero.

Gênero, por sua vez, de acordo com a autora Joan Scott (1995), devendo ser compreendido a partir de uma organização social entre os sexos, e, a partir dessa organização, dando sentido ao funcionamento das relações sociais humanas. A noção de gênero se refere aos domínios estruturais e ideológicos que implicam nas relações entre os sexos. Tal preocupação, começou a ocorrer nas décadas finais do século XX, sendo considerado uma categoria de análise a partir do momento em que integrantes do movimento feminista encontraram aliados (as) cientistas e políticos. Tomando como bases teóricas as discussões do filósofo Michel Foucault, Scott (1995),

compreende que há linhas de pensamento em que dizem respeito a sexualidade como sendo este um conteúdo produzido através de contextos históricos distintos (SCOTT, 1995).

“O corpo é construído no mundo social como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes” (MOREIRA, 2016, p. 131). A partir de um ideal de corpo produzido pelas distinções de funções sociais determinadas, tem-se a noção de que há a divisão social entre funções consideradas masculinas e femininas, sendo a função do policial militar uma delas. Há a relação de gênero na inserção da Polícia Feminina no estado do Paraná a partir do momento em que a mesma é pensada para funções desmilitarizadas, ou seja, voltada ao cuidado ao outro (MOREIRA, 2016).

Em contrapartida, é necessário abarcar que as lógicas constituintes de processos instituídos e instituintes se perpassam, havendo uma transversalidade dessas lógicas as quais se encontram cristalizadas e, ao mesmo tempo, em constante movimento. Visto isso, é possível fazer um ressalvo que, mesmo que com todas as mudanças inseridas pelo movimento instituinte proposto pela entrada de mulheres na organização Polícia Militar, também houve a reprodução de lógicas instituídas dentro desse mesmo contexto, havendo assim uma contraposição entre instituído e instituinte.

Uma das lógicas que se mantiveram, a partir deste processo, foi a questão do corpo militarizado estar voltado para a ideia de disciplina. As mulheres inseridas na instituição militar em questão, assim como os homens, também deveriam cumprir leis que propunham um padrão de comportamento que dava manutenção há um controle disciplinar estruturado e estruturador de seu ambiente de trabalho. Entretanto, esses comportamentos eram diferenciados para, mais uma vez, reafirmarem uma produção de binarismo de gênero onde o masculino era visto como superior ao feminino.

Excluídas da memória e da tradição institucional, as quais afirmam um ideal de masculinidade no culto aos heróis, as policiais femininas, assim nomeadas para marcar mais uma diferença nas identificações que existem no espaço institucional, precisam assumir o comportamento feminino definido pela legislação. Para serem reconhecidas como agentes institucionais honradas, deveriam assumir publicamente um comportamento qualificado para uma policial feminina (SCHACTAE, 2015, p. 4).

Vale destacar um fragmento da Diretriz nº 046 de 1977 (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 1977, Apud MOREIRA, 2016), cujas competências dizem respeito exclusivamente aos comportamentos femininos que estariam sujeitos a punição dentro da instituição

a. comprometer-se irregularmente com encargos de família; b. fazer-se acompanhar, quando uniformizada, salvo se estiver em missão ou serviço; c. frequentar, uniformizada, cafés, bares ou estabelecimentos similares, salvo em missão ou serviço; d. frequentar, quando uniformizada, cinemas, teatros, casas de diversão e similares, salvo em missão ou serviço; e. fumar em serviço, estando uniformizada ou não; f. manter relacionamento ou amizade com pessoas de reputação duvidosa; g.. receber visitas nos postos de serviço ou interior do aquartelamento; h. usar, quando uniformizada, cabelos compridos, de cor diferente do natural, com penteados exagerados, perucas, maquiagem excessiva, unhas longas ou com verniz de cor

Assim, as mulheres, no contexto da Polícia paranaense deveriam estar ligadas a lógica disciplinar voltada ao contexto da organização militar, também deixando transparecer que havia uma diferenciação em relação aos homens, com regras e diretrizes exclusivas para as policiais, em que elas reproduziam a gestão de seus comportamentos do ser policiais femininas, evidenciando o entrelaçamento entre os processos instituídos e instituintes na Polícia Militar.

Tendo em vista essa concepção de instituído e instituinte que vigoram no funcionamento de instituições, cabe enfatizar que o entrelaçamento desses dois processos estão contidos na notícia aqui analisada, visto que o evento “Chá de Rosas” se configurou enquanto um processos instituinte, pois está traçando novas lógicas dentro de um estabelecimento, dando um lugar de fala para as participantes do encontro que antes era inexistente. Ao mesmo tempo compõe lógicas instituídas, como por exemplo, a ideia de que *ser mulher* e *ser policial* diz respeito a uma dupla jornada, levando em conta que toda mulher é dona de casa e mãe, estando ligada ao trabalho no ambiente público e privado, também uma concepção de que feminilidade está atrelada a delicadeza.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ponderando a concepção de Schactae (2015), evidenciam-se as lógicas transversalizadas pelos movimentos instituídos e instituintes com inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná

Vale destacar que a Polícia Feminina foi ao mesmo tempo uma inovação — a instituição deixou de ser exclusividade dos homens — e uma afirmação da tradição, pois sua existência reafirma o domínio masculino. É a partir da relação entre a inovação e a tradição que foi instituída a Polícia Militar Feminina como um lugar de contradição (SCHACTAE, 2015, p. 3).

Apesar de esse movimento ter se construído inicialmente através de um movimento instituinte, propondo, de certo modo, uma revolução dentro da instituição, algumas lógicas instituídas ainda se mantiveram como iguais, ou até mesmo maior intensidade dentro desse movimento. Entre o que se manteve, também há compreensão de uma suposta superioridade da figura masculina dentro da instituição, alimentada pela categoria social de virilidade. O ideal de uma identidade militar foi composto em meados do século XX no Brasil, tendo em vista a construção de uma masculinidade controlada, que, por sua vez, visava a virilidade (BREATTIE, 2004, p. 266-299 Apud SCHACTAE, 2015). “A Polícia Feminina foi ao mesmo tempo uma inovação — a instituição deixou de ser exclusividade dos homens — e uma afirmação da tradição, pois sua existência reafirma o domínio masculino” (SCHACTAE, 2015, p. 3).

A instituição Segurança Pública, a qual enquadra a organização Polícia Militar em seu entorno, é atravessada por outras instituições que se configuram entre si a todo

momento, não deixando, assim, que as instituições prevaleçam de uma forma estática, estando também nessas instituições regras instituídas que são compostas por lógicas cristalizadas, que, por sua vez, são estáticas, havendo assim uma ambivalência de lógicas. Dentre elas, comporta-se a questão de um binarismo de gênero, o qual produz a concepção de uma visão do masculino enquanto viril, ligado a coragem e a luta, se sobressaindo ao feminino, que é ligado a uma fragilidade, maternidade e cuidado, os apontamentos apresentados através da notícia “Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher” (SANTOS, 2013), reproduzem essa concepção na prática, no que diz respeito ao entendimento das mulheres inseridas no contexto da Polícia Militar dentro dessa lógica de feminilidade ligada ao cuidado.

O trabalho em questão teve o intuito de apresentar alguns conceitos ligados ao campo da psicologia chamado Análise Institucional, tais conceitos formulados por Gregório Baremlitt (2002), sustentando a análise do contexto em que os encontros “Chá das Rosas” começaram a ocorrer no âmbito da Polícia Militar do estado do Paraná, além de concepção históricas acerca da inserção de mulheres no campo da Polícia Militar do Paraná. Compreendeu-se que os encontros “Chá das Rosas” foram iniciados através da reprodução de um discurso masculino dominante, propondo uma divisão de funções de gênero. Nesse contexto, cabe uma problematização para trabalhos subsequentes sobre como se derem os encontros posteriores, tanto no 20º BPM, quanto nos demais Batalhões localizados na Polícia Militar do Paraná.

REFERÊNCIAS

BAREMLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moares. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HUR, D. U. Trajetórias de um pensador nômade: Gregório Baremlitt. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. v. 14 n. 3. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/13899/10585>. Acesso em: 12/01/2019.

L'ABBATE, S. A análise institucional e saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2003. p. 265-274. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n1/a19v08n1.pdf> . Acesso em: 12/05/2019..

MOREIRA, R. **Entre o mito e modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná**. Editora Unicentro: Guarapuava -PR, 2016.

MOREIRA, R. A invenção da mulher policial militar do Paraná in MOREIRA, R; SCHAETAE, Andréa M. (Orgs.). **Gênero e instituições armadas**. Editora Unicentro: Guarapuava, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ Decreto Estadual nº 3238, 19 de abril de 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº 046\77. CFAP. Procedimentos para o Curso de Formação de Sargentos Femininos, de dezembro de 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº 048\77. 3º Seção do Estado Maior, de dezembro de 1977. Emprego da Polícia Feminina.

SANTOS, M. Policiais femininas participam de encontro para valorização da auto-estima e do seu lado mulher. **Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária.** Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=8397> Acesso em: 12/05/2019..

SANTOS, M. 2º encontro do Chá de Rosas para a valorização da policial feminina acontece na capital. **Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária.** Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=8716> Acesso em: 12/01/2019.

SCHACTAE, A. M. A ordem e a margem: comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000). **Revista Tempo.** v. 21 n. 37, 2015, p. 01-21.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. **rev. e atual.** São Paulo: Cortez, 2007.

SSPAP-PR, Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária - Governo do Estado do Paraná. **Institucional:** Histórico. Recuperado de: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3> . Acesso em: 10/01/2019.

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESTAÇÃO CASA DA REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE COM MULHERES ENCARCERADAS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA, EM CURITIBA- PARANÁ

Gabriela Daniel de Campos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Francisco Beltrão – Paraná

Francieli do Rocio de Campos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Francisco Beltrão – Paraná

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar o trabalho desenvolvido pelo projeto Estação Casa, realizado pelo Grupo Marista na penitenciária estadual feminina de Piraquara-PR. Foi realizado uma pesquisa de caráter qualitativo, onde foi entregue um questionário que foi respondido pelos funcionários do projeto buscando compreender como este é estruturado, sua rotina, demandas e resultados na sociedade. O projeto leva em suas atividades os valores maristas e acaba por dar uma visibilidade maior para temas importantes dentro do cárcere, como os cuidados durante a maternidade e a criação de vínculo entre mãe e filho. Abordar tema como gravidez durante a estadia na penitenciária é extremamente importante pois o mesmo é pouco discutido, inviabilizado e criminalizado muitas vezes, o que só reforça os estereótipos de gênero existentes na nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Gestação. Sistema

Prisional. Gênero. Assistente Social.

THE EXPERIENCE OF THE PROJECT
“ESTAÇÃO CASA” REALIZED BY THE
SOLIDARITY NETWORK MARISTA
WITH WOMEN JUDGED IN THE ESTATE
PENITENTIARY OF PIRAQUARA, AT
CURITIBA – PARANÁ

ABSTRACT: The objective of this work is to present the work developed by the project Estação Casa, carried out by the group Marista in the state penitentiary of Piraquara-PR. A qualitative research was carried out, where a questionnaire was answered, which was answered by the project’s employees, seeking to understand how it is structured, its routine, demands and results in society. The project takes Marist values into its activities and ends up giving greater visibility to important issues within the prison, such as maternity care and the creation of a bond between mother and child. Addressing the issue of pregnancy during the stay in the penitentiary is extremely important because it is rarely discussed, made unfeasible and criminalized many times, which only reinforces the existing gender stereotypes in our society.

KEYWORDS: Pregnancy. Prison system.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é apresentar a experiência do Projeto Estação Casa oferecido pela Rede de Solidariedade Marista, que atende as mulheres encarceradas da Penitenciária Estadual de Piraquara localizada em Curitiba Paraná.

A pesquisa realizada parte da realidade de duas premissas: a primeira, que é enfrentamento da vida prisional, em diversos aspectos desde a condição da criação do filho a separação a\le continuidade dessa relação após a separação; e a segunda, que é a invisibilidade da mulher presidiária e suas questões básicas essenciais perante o Estado. É sabido a pouca discussão sobre a realidade vivida por essas mulheres encarceradas e seus filhos, assim como sobre as consequências que os tratamentos recebidos causam individualmente e na sociedade. Assim, nas informações repassadas por instituições se percebe um crescimento constante da população carcerária feminina, por isso se torna essencial que o tema seja abordado com atenção, a favor dos direitos das mulheres, em destaque aquelas que estão encarceradas sendo alvo de grande omissão.

Este trabalho surgiu com o intuito de relacionar assuntos que são considerados atraentes no âmbito pessoal, relevantes no aspecto social e pela conexão pessoal existente entre a pesquisadora e o Grupo Marista.

A escolha do presídio de Piraquara ocorreu, por dois motivos, sendo primeiro motivo o local com a presença do Grupo Marista, e segundo motivo foi por ser o único presídio feminino do Estado do Paraná que tem mulheres grávidas e estrutura para recebe-las.

De acordo com os princípios internacionais do direito, o encarceramento deveria ser o último recurso de tratamento penal das tensões sociais. Tendo em vista, que se torna um local que promove a permanência da criança com a mãe encarcerada, apenas dos seis meses de idade até os seis anos guindo a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984). A Resolução nº 4/2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária recomenda a permanência até os dois anos de idade.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ideia de prisão e o surgimento do carcere

A ideia de cárcere e privação de liberdade vem se atenuando conforme o sistema capitalista foi sendo implantado primeiramente na Europa (Iniciando na Inglaterra) e depois no resto do mundo. Antes os crimes eram vistos como algo contra Deus, todos os fenômenos naturais (grandes tempestades, terremotos, pestes) eram vistas

como resultados das forças divinas, então para isso foi se criando várias proibições (religiosas, sociais), que ficaram conhecidas como tabu e que quando não havia sua obediência era-se aplicado uma punição (FOUCAULT, 1987).

A infração do tabu levou com que a sociedade começasse a punir quem desagravava aos deuses, gerando assim o que hoje denominamos crime e pena. Mais como um pecado que de fato um delito, a punição era física, por meio de torturas em praças públicas, os chamados de suplícios, a mudança da forma de punição não foi ao acaso, nem ao capricho dos legisladores que criaram o encarceramento como base para nossa escala penal atual mas sim o progresso de ideias e educação dos costumes (FOUCAULT, 1987).

A prisão tem seus fundamentos também na ideia de que seu papel é o aparelho para transformar os indivíduos, ela aparece como forma mais imediata e civilizada que todas as penas, quando em 1791 dá o pontapé inicial para o fim das torturas e dos espetáculos relacionados a um crime, artigo 3 do código francês de 1791 “todo condenado à morte terá a cabeça decepada” isso se dá devido a moção proposta e votada por Guilotin, em 1 de dezembro de 1789 “Os delitos do mesmo gênero serão punidos pelo mesmo gênero de pena, quaisquer que sejam a classe ou condição do culpado” então a guilhotina é a saída para as penas de morte e a partir disso o fim do espetáculo da morte está perto, acaba-se o show na execução de um condenado, “Essa necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeiro como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: sua “humanidade” (FOUCAULT, 1987, p. 95)

A concepção de o que é crime, o que é permitido ou não é algo constante e se modifica com o passar dos anos dentro das sociedades,

A divisão de permitido e proibido manteve, entre um e outro século, certa constância. Em compensação, o objeto “crime”, aquilo a que se refere a prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, de algum modo, de que se constitui o elemento punível, mais do que a própria definição formal (FOUCAULT, 1987, p. 21).

A ideia do encarceramento ser tratado como natural diante a sociedade vem da ideia de que se usa o tempo para medir trocas, a classe proletária vende o seu tempo e sua mão de obra para a classe burguesa para ter um salário no final do mês e manter sua subsistência. O autor do crime perde seu direito à liberdade e dependendo do ato gera o seu tempo em cárcere, aumentando a ideia de que quando alguém comete um crime esta pessoa não está cometendo apenas para a pessoa mas sim para a sociedade por isso é justificável sua permanência em restrição à liberdade. Durkheim fala que o direito exprime e fortalece a consciência coletiva, o que justifica esse pensamento de que quando alguém comete um crime ele não atinge apenas a vítima mas também a sociedade como um todo. A prisão nada mais é que uma “detestável solução, de que não se pode abrir mão.” (FOUCAULT, 1987, p. 261). E a penitenciária no sistema penal tem por alvo punir restritivamente, prevenir pela intimidação e regenerar através da

ressocialização. (THOMPSON, 2000).

A Lei de Execução Penal no Brasil é muito recente, o Art. 10 e 11 (1984) garante que o estado dê assistência ao preso, com o objetivo de prevenir o crime e orientá-lo a convivência em sociedade, estende essa assistência de forma material, a saúde, jurídica, educacional e social. A seção VI dispõe sobre o trabalho da assistência social, a principal finalidade é o amparo ao preso com o objetivo de preparar para seu retorno a liberdade, o assistente social tem um papel importante na ressocialização do preso, além de ser quem relata a situação do preso dentro do presídio, realiza o acompanhamento das permissões de saídas e saídas temporárias, promove a recreação no estabelecimento, providencia a obtenção de documentos e dos benefícios da previdência social e quando necessário fazer o amparo da família do preso.

2.2 Mulher grávida e o cárcere

Até o final do século XIX, os crimes cometidos por sujeitos do sexo feminino tinham relação com a religião ou a moral, sendo assim a mulher era punida porque não se enquadrava nos ideais familiares da época e da sociedade cristã, ou ainda os principais crimes cometidos estavam relacionados com a sexualidade (MARTINS, 2009).

As primeiras mulheres infratoras de que se tem notícia estão estritamente relacionadas com a bruxaria e com a prostituição. Isto significava o oposto do papel pré-determinado à mulher ideal, da mãe de família, da esposa submissa. Ao longo da história, as condutas femininas são diretamente vinculadas à sexualidade e ao mundo privado. Surgem as casas controvérsias ou Arrepêditas, instituições específicas para mulheres destinadas a reintegração social (BUGLIONE, 1998, p.251).

Na sociedade contemporânea, Martins, (2009) enfatiza um número crescente de mulheres encarceradas, isso o autor justifica pela maior inserção de mulheres adentrando o mercado de trabalho e cotidiano social. Segundo Gomes et. al., (2009) o público do sexo feminino encarcerado na sua maioria são muito jovem, em consequência em idade reprodutiva, por isso a gravidez se torna um fenômeno recorrente no momento do cárcere, ou no cumprimento da pena. Todas as condições dignas de sobrevivência são violadas nas prisões do Brasil, por este motivo não é possível se falar sobre ressocialização dos presos, uma vez que esta promove um “não ajustamento” e uma revolta nos encarcerados (FERREIRA, 2009)

Achei que violência policial seria menos severa com elas, mas os relatos de tortura são tão graves quanto os das prisões masculinas. Uma delas, tomou uma paulada na barriga, e ouviu do policial que a agrediu: “Pra que colocar mais um vagabundo no mundo? Espero que morra antes de nascer” — recorda. Nana conta que detentas usam miolo de pão como absorvente íntimo, já que recebem apenas um ou dois pacotinhos por mês, quantidade insuficiente para mulheres com fluxo menstrual mais intenso (QUEIROZ, 2015).

O Estado utiliza da polícia e da prisão como meio para conter o caos que é

gerado pelo desemprego, pelo trabalho informal e precário, e a redução da proteção social, ele se utiliza da repressão e controle, para não ter que lidar diretamente com as expressões da “questão social”, pois a sua transformação exige um rompimento com a ordem social vigente (WACQUANT, 2009)

Militão; Kruno (2014) destacam que todos os profissionais encarram o período gestacional como um fenômeno fisiológico, o qual pode desencadear problemas, e enfatizam esse problema se agrava para gestantes privadas de liberdade. Pois é possível que essas mulheres adentrem no sistema prisional com uma conduta de disfunções física ou emocionais, agravadas pela condição de vulnerabilidade social, não obstante a tendência de o local prisional oferecer condições pouco saudáveis para uma gestante.

A situação da maternidade no presídio constitui-se um exemplo da presença do poder judiciário determinando o destino da relação entre as mulheres apenadas e seus filhos. Uma suposta incompatibilidade entre as duas condições – ser mãe e estar presa – parece ser apontada e a cobrança aparece no sentido do aperfeiçoamento do cuidado, e também na intenção de se tirar o bebê da situação de privação de liberdade. Neste caso, vislumbra-se com dificuldade a possibilidade de alguma reflexão que, escapando da lógica que culpabiliza a mulher, ofereça oportunidades para mães e bebês, na escritura de outras histórias para suas vidas (GOMES et. al., 2009 p. 2).

Os mesmos autores chamam atenção que o aumento de mulheres em cárcere pode provocar consequências em diversas ordens, sobretudo na perda e fragilização das relações familiares, tornando os filhos das apenadas vítimas da vulnerabilidade social. Essas mulheres na condição de presidiária são abandonadas por familiares e parentes, ou desconhecem esse vínculo, do mesmo modo não possuem familiares ou pessoas que podem referenciar ao seu filho na ausência materna, as mães detentas expressam insegurança acerca das consequências de se afastar do seu filho.

No Brasil se estabeleceu a Lei 11.942 sobre os sistemas prisionais destinado ao público do sexo feminino, obrigando esses locais serem dotados de seção para assistência das gestantes, atendimento parturientes e de modelo de creche para os menores cuja responsável esteja na condição de detenta (BRASIL, 2010).

Dessa forma, entre diversos profissionais responsáveis para atender esse tipo de situação, existe um debate inesgotável sobre a permanência das crianças junto as suas genitoras em condição de encarcerada. O debate esbarra entre os direitos da criança e direitos da mulher, essa controvérsia na situação de encarcerada leva a decisão para judiciário decidir a manutenção do filho ou vínculo legal, mesmo as mulheres tendo o registro civil da criança.

2.3 Sobre o presidio e as detentas

O presidio feminino localizado na Avenida das Palmeiras, Piraquara Paraná foi inaugurado em 16 de abril de 2002, conta com o atual diretor Lucio Olider Micheline e o Vice-diretor Wilian Aparecido Oliveira. A penitenciária tem capacidade para 723 presas condenadas, conta com 169 celas, tem 12.800m² de área construída e 7.500m²

de horta. Ela foi projetada com o intuito de que o preso e as visitas não consigam conhecer toda a estrutura, além de limitar a noção de movimento dentro da prisão e do trabalho dos funcionários, dificultando assim a criação de estratégias para fuga e rebeliões (DEPEN, 2002).

Em março de 2018 foi publicado um relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) Feminino com dados de 2016 sobre a situação carcerária brasileira focado nos números e características femininas. Nele consta que em um período de 16 anos, entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou em 455% no Brasil, 45% das mulheres encarceradas no Brasil não haviam sido julgadas ainda, o Paraná tem 3.251 mulheres encarceradas seja nas delegacias ou nas penitenciárias, 50% da população prisional feminina é formada por jovens sendo no Paraná a maioria (24%) dentro da faixa etária de 25 a 29 anos, 46% do contingente de mulheres está cumprindo a pena em regime semi aberto, de todo o país, apenas 55 unidades em todo o país declararam apresentar cela ou dormitório para gestantes.

Segundo os dados do relatório do INFOPEN mulheres de 2016, a Mulher encarcerada no Brasil é negra, tem entre 18 e 24 anos, não tem o ensino médio completo é solteira e foi presa por tráfico, seja indo levar na cadeia para seus filhos/marido, estando na casa com drogas ou o ato do tráfico em si, este fato só reforça a desigualdade de gênero e o patriarcado existente na nossa sociedade. Diferenciando-se desse perfil brasileiro, o perfil da mulher presa no estado do Paraná é de mulheres com idade entre 25 e 29 anos, brancas sendo 66%² (enquanto negras somam uma porcentagem de 33%), com o ensino fundamental incompleto, são solteiras, com filhos e presas por tráfico. A nível nacional não foi possível realizar uma pesquisa sobre quantidade de filhos fora da prisão que as mulheres têm, a única contagem realizada foi a de filhos dentro dos estabelecimentos penais e por estado, o Paraná conta com 36 crianças junto de suas mães na penitenciária.

3 | MÉTODO

Para atender o objetivo proposto para o trabalho, foi consultado o Grupo Marista com sede no município de Itapejara do Oeste, localizado na Região Sudoeste do Paraná, para que se tivesse acesso a informações para divulgar o Projeto Estação Casa desenvolvido na Penitenciária Estadual de Piraquara – PR.

A coleta de dados e informações foi realizada por meio de aplicabilidade de um questionário entregue a diretora da Estação Casa. A primeira ideia era entrevistar diretamente as mulheres beneficiadas pelo projeto, porém não foi possível, então foi levado o questionário para as funcionárias do projeto. O questionário teve como objetivo compreender o funcionamento, demandas e atendimentos realizados pelo projeto.

Durante a pesquisa de campo foram aplicados cinco questionários aos

colaboradores, presentes na data do mês de abril de 2018 agendado previamente para realização da coleta, foram entregues e respondidos no local da Penitenciária em Piraquara – PR.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, com questões abertas sobre o atendimento das crianças e das mulheres, objetivos do projeto, demanda e entender como funciona a rotina e o trabalho de cada profissional. Sempre entendendo que cada área tem a sua atuação e até mesmo uma visão diferente sobre o contexto no qual está inserido, a formação profissional muda muito a forma de como o profissional vai responder as perguntas e desafios que a sociedade coloca, principalmente se tratando de um assunto cheio de tabus.

Os resultados da pesquisa foram transcritos de modo manual, para posterior análise e discussão referente ao assunto principal do trabalho. O projeto estação casa tem cooperação firmada com a secretária de Estado da Justiça, cidadania e direitos humanos, o projeto atua na perspectiva de fortalecimento de vínculos entre as crianças e as mães e na garantia de direitos para os mesmos.

Quando se trata de crianças que são filhas/filhos de presidiárias entramos em um paradoxo de direitos, por um lado a criança tem o direito de ter laços com sua mãe e família, mas por outro quando esta está sobre encarceramento existe a privação da liberdade da criança. Pois a mesma precisa se adequar a rotina imposta pelos agentes penitenciários, quando está na hora de comer mesmo se a criança não queira ela precisa porque depois não terá esse momento, o mesmo acontece na hora de dormir e de brincar, falar de crianças dentro do nosso sistema prisional é complicado e desafiador.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A rotina da estação casa se inicia as 9 horas e funciona até as 15 horas, o bebês presentes ficam uma sala pedagógica com uma educadora enquanto as mães ficam confeccionando o álbum do bebe para relatar sua história, as gestantes fazem trabalhos artesanais “elas respondem melhor com atividades que envolvem a concretude, o fazer manual. Dessa forma elas se acalmam e se conectam mais com os bebês que gestam” (Questionário nº4). Toda quarta-feira são feitas reuniões e rodas de conversa para que aconteça os repasses e sugestões, momento para escutar as detentas.

A pesquisa focou na rotina e no trabalho dos diversos profissionais na Estação Casa, que é um projeto desenvolvido pela Rede de Solidariedade Marista. A equipe é formada por oito pessoas, sendo um diretor geral, uma coordenadora pedagógica, um assistente social, uma enfermeira, um analista administrativa e três educadoras sociais. Durante a pesquisa foi perguntado se havia necessidade de mais profissionais, as respostas se dividiram entre a necessidade de uma psicóloga para o atendimento das mães e das gestantes, ajudando em todo esse o processo de maternidade,

desde o início da criação de vínculos com o bebê até aprender a como cuidar dele. Nas respostas se percebeu a necessidade de mais uma educadora social, e dois responderam que a quantidade de profissionais condiz com a demanda que eles têm para atender o projeto.

São atendidas todas as mulheres grávidas e mães com os filhos na penitenciária desde que estas, não estejam no seguro (É quando um detento está sob medida de segurança devido ao seu crime ou seu comportamento dentro do ambiente carcerário, por esse motivo precisa ficar isolada das outras) as suas rotinas são definidas por uma equipe (pedagógica). As mães fazem atividades manuais como crochê, artesanato, as gestantes criam álbum para os seus bebês, tudo com o intuito de melhorar essa relação entre mãe e filho, procurando sempre ampliar o repertório da mãe sobre os cuidados com as crianças.

As educadoras sociais ficam com as crianças, e elas adotam a metodologia de Emmi Pikler, que é detalhada no livro *Experiência de Lóczy* (2004). O uso dessa metodologia segue ao que foi implantado pelo instituto de Lóczy, leva o nome da sua fundadora Emmi Pikler foi fundado em 1986, sendo uma instituição que acolhia crianças órfãs de Budapeste. Ela via as crianças como seres autônomos, que os pais deveriam intervir da menor forma na vida das crianças, que seu desenvolvimento não dependia disso, as crianças eram capazes de se auto estimular para realizar as atividades. Emmi considerava as crianças como seres autônomos, que não precisam da intervenção total de um adulto, para ela a criança observa, sente, grava e vai compreendendo as coisas com o tempo sempre quando for lhe dado a oportunidade.

A proposta é que se lance um olhar mais sensível e atento às crianças, vendo-a como um sujeito que é capaz de descobrir, fazer e participar mesmo sem a intervenção do adulto. É necessário olhar e falar com a criança respeitosamente, olhando-a nos olhos, pronunciando seu nome e dando-lhe a atenção necessária. O bebê é um ser ativo e o meio quando organizado de forma interativa, possibilita a sua ação. O bebê não deveria ser considerado como um simples objeto de cuidado, mas como uma pessoa que tem uma influência sobre os acontecimentos e que estabelece relações, um verdadeiro companheiro que sente melhor o amor de seus pais se eles, tendo em conta, as necessidades, dedicam-lhe uma atenção de qualidade (FALK, 2004).

Conforme informações coletadas na pesquisa, a assistente social tem um papel fundamental nesse espaço, é ela que faz o contato com a vara da família na cidade em que a criança irá depois que o tempo com a mãe passar, responsável pelo plano de atendimento individual da criança e o contato com a família extensa. Além de fazer a mediação com o presídio, as crianças normalmente saem do presídio junto com as suas mães que receberam a oportunidade de cumprir a sua pena em regime domiciliar, é a assistente social que comunica esse desligamento da mãe e da criança do projeto e do presídio e faz o contato com a rede assistencial do município que a criança se encontra.

Em um dos questionamentos foi perguntado sobre a possibilidade de criação

em outros lugares similar ao Projeto Casa, e a maioria das respostas foram positivas inclusive é de desejo de alguns que haja a expansão do projeto. Porém precisamos ser realistas e considerar que o sistema prisional brasileiro precisa de uma reestruturação, ele é segregado e reflete uma característica da nossa sociedade de criminalização da pobreza, e a falta de investimentos em políticas públicas de qualidade, não apaziguadoras e que são usadas pra manutenção do poder, isso pode ser percebido em uma resposta de uma funcionária:

Em 2017, o cenário político e econômico mostrou uma grave deterioração da situação no Brasil no que se refere aos direitos sociais. Foi evidenciado um dos mais graves retrocessos na área de direitos humanos. Um grande paradoxo entre o discurso e a prática dos Direitos Humanos, é evidenciar e denunciar as diversas formas de violação de direitos, principalmente ao nos referirmos as crianças em contexto prisional. Pensar uma sociedade sem prisões é uma utopia, mas infelizmente tem sido crescente o desejo dos governantes em construir presídios ao invés de escolas. O contexto prisional é um retrato de repressão e coerção para as pessoas em situação de vulnerabilidade (Questionário nº2, 2018).

As violações que mulheres, principalmente gestante e mães, sofrem dentro do sistema prisional brasileiro é silenciada e pouco debatida, isso devido a a atual conjuntura. O projeto desenvolvido na penitenciária é de suma importância para tentar de certa forma diminuir as consequências dessa situação nas mães e crianças que são atendidas, além disso o projeto necessita de ampla divulgação nos meios acadêmicos. Segundo dados coletados e a resposta do questionário nº1 “Cada a uma de nós é chamada a construção de uma sociedade mais justa e fraterna por meio do respeito, do espírito de família, da solidariedade, da presença, o amor ao trabalho.”

O trabalho realizado por instituições tem como objetivo diminuir a pena, junto com a expectativa das apenadas parirem seus filhos longe do local do cárcere, ou pode optar pela maternidade. A condição de um parto improvisado, com pouca assistência adequada numa penitenciária, ou ser algemada na mesa de parte representa ou supera a privação de liberdade (MILITÃO; KRUNO, 2014).

Como o projeto é desenvolvido pela Rede Marista ele carrega em suas ações um reflexo do que é pregado a anos e se iniciou com Marcelino, as atividades que são realizadas nesse período se desdobram e deixam marcas na vida dessas mulheres.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, o objetivo do trabalho ao apresentar a experiência da Casa Estação promovido pela Rede Marista na Penitenciária Estadual de Piraquara –PR, conseguiu reunir num trabalho informações sobre uma atividade multiprofissional, preocupada com o bem-estar de pessoas privadas de liberdade, e que tenta promover/prolongar o vínculo mãe e filho de mulheres encarceradas.

Esse trabalho é o primeiro de uma série que está por vir relacionando o trabalho da assistente social e a garantia de direitos das detentas focando na experiência das

mulheres grávidas e na relação familiar depois que a criança sai do convívio da mãe, como se concretiza essa relação e quais são as intervenções possíveis, até que ponto deve ser realizada a intervenção do assistente social e como garantir ambos os direitos tanto de convívio familiar como o da liberdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. In: **Código Penal** Brasília, DF, 11 de julho de 1984. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm > Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Legislação em saúde no sistema penitenciário**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília; DF, 2010.

BUGLIONE, Samantha. “**A face feminina da execução penal**”. In: Direito & Justiça, Porto Alegre, v. 19, n. 20, p. 251, 1998.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO - DEPEN. Penitenciária Estadual de Piraquara - PEP I. 2002. Disponível em < <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=32>>. Acesso em 26 jun. 2018.

FALK, J. (Org.). **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy**. Tradução de MELLO, S. A. 1ª ed. Araraquara: JM, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petropolis: Vozes, 1987.

GOMES, A. B. F; SANTOS, M.B.S; NERI, H.F; OLIVEIRA, M.F.L; UZIEL, A.P. Reflexões sobre a maternidade no sistema prisional: o que dizem técnicas e pesquisadoras. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 15., 2009, Maceió. **Anais...** Maceió: Faculdade Integrada Tiradentes, 2009. Disponível em: < http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/366.%20reflex%D5es%20sobre%20a%20maternidade%20no%20sistema%20prisional.pdf >. Acesso em: 10/07/2018.

INFOPEN, Mulheres. **Levantamento Nacional de Informações**. 2. ed. Ministério da Justiça e da Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2017.

MARTINS, S. A mulher junto às criminologias: de degeneradas à vítima, sempre sob controle sociopenal. **Fractal: Revista de Psicologia**. Niteroi, v. 21, n.1, p.111-124, Jan./Abr. 2009.

MILITÃO, Lisandra Paim.; KRUNO, Rosimery Barão. Vivendo a gestação dentro de um sistema prisional. **Revista Saúde**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p.75-84, Jan./Jul, 2014.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 99.

A MULHER REPRESENTADA PELA IGREJA PRESBITERIANA NOS ANOS 70: A REVISTA ALVORADA E A IMAGEM FEMININA

Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira

Docente no curso de Pedagogia e Psicologia da Unip, campus Assis-SP

Doutoranda em História na Unesp, campus Assis-SP.

Ricardo Gião Bortolotti

Professor Assistente Doutor na Unesp de Assis-SP.

RESUMO: A religião tem sido um dos dispositivos de construção de subjetividades, e isso influencia na adoção de práticas concretas pelos homens. Nesse texto pretendemos apresentar uma dessas construções, fundadas na Religião. Nesse texto, enfatizaremos a perspectiva de mulher difundida pela Igreja Presbiteriana Independente por meio da Revista Alvorada. A pesquisa retratada nesse trabalho foi construída com base na análise de duas revistas produzidas pela Igreja em questão nos anos 70, considerando a produção dos artigos, imagens e uma análise global dessa mídia impressa. A análise nos permitiu concluir que pela Revista foi difundido o perfil da mulher que deveria ser preparada para o casamento heterossexual, maternidade e para o trabalho doméstico, o que entra em contraste com os movimento feministas e a reivindicação de direitos de igualdade feminina que estavam presentes no Brasil nesse contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Religião. Anos 70. Revistas Femininas.Representação.

ABSTRACT: Religion has been one of the devices for constructing subjectivities, and this influences the adoption of concrete practices by men. In this text we intend to present one of these constructions, founded on Religion. In this text, we will emphasize the perspective of Women spread by the Independent Presbyterian Church through the Alvorada Magazine. The research portrayed in this work was constructed based on the analysis of two magazines produced by the Church in question in the 70s, considering the production of articles, images and a global analysis of this printed media. The analysis allowed us to conclude that the Revista has spread the profile of women who should be prepared for heterosexual marriage, maternity and domestic work, which contrasts with the feminist movements and the claim of women's equality rights that were present in Brazil in this context.

KEYWORDS: Woman. Religion. Years 70. Feminine Magazines.Representation.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo realiza uma discussão sobre a perspectiva da mulher difundida nos

anos 70 pela Igreja Presbiteriana Independente no Brasil usando como referência para a pesquisa a *Revista Alvorada*. A *Revista Alvorada* foi criada no ano de 1969, e inicialmente recebeu o nome *Revista da Mulher Presbiteriana Independente*. Nos anos 70 a revista alterou sua nomenclatura para *Alvorada Feminina*. Nos anos 90 passou a ser nomeada *Revista Alvorada* e no fim do ano de 2016 alterou novamente seu nome para *Revista Vida e Caminho*. Essas alterações, de acordo com o nosso entendimento vem do objetivo de conseguir alcançar um público maior, além da mulher vinculada a Igreja Presbiteriana Independente e destina-se a todas outras mulheres que se interessem pela Revista. Por isso a revista deixa de se chamar “*Revista da Mulher Presbiteriana Independente*” pois isso conferia a ideia de que a revista se dedicava apenas a mulher vinculadas a denominação religiosa Presbiteriana Independente. Por outro lado, a mudança para o nome de Vida e Caminho salienta que agora, o público não é mais o feminino.

Nesse sentido, para esse texto, definimos por apresentar a análise que realizamos de duas revistas produzidas nos anos 70, uma vez que não há como, em um texto dessa natureza apresentar todas as revistas produzidas nesse período, afinal nos anos 70 foram produzidas uma média de 40 revistas. Utilizamos como referência para a produção desse manuscrito as revistas: Jan., Fev., Mar, Ano V – nº. 01, Ano: 1972, com o lema “Retratos de Londrina” e Julho, Agosto, Setembro, ano XI, no.03, ano:1979, essa sem título ou lema na capa. A fonte da pesquisa foram os artigos produzidos nas revistas, assim como as imagens de capa, imagens internas e publicidade disponível nas revistas analisadas. Necessário ressaltar que a primeira versão desse texto foi publicada no ano de 2017 como Anais do Encontro de Iniciação Científica da Toledo Prudente, Centro Universitário.

No texto, inicialmente, apresentaremos algumas colocações que nos permitem compreender como era difundida, em grande parte da sociedade brasileira, a imagem feminina. Na sequência, apresentaremos a representação contida nas revistas analisadas.

2 | OS ANOS 70, A MULHER BRASILEIRA, E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA REVISTA ALVORADA

È basal que compreendamos o contexto histórico a que estamos nos referindo. Ou seja, não há condições de uma análise na perspectiva difundida pela Igreja Presbiteriana por meio da Revista Alvorada se não considerarmos as questões estruturais e que serviram de pano de fundo para a grande parte dos acontecimentos sociais e políticos que influenciaram sobremaneira a mudança na organização familiar. Começaremos esse item apresentando essas colocações.

2.1 O Movimento Feminista e os anos 70 no Brasil

O Movimento Feminista teve suas bases iniciais com os movimentos sufragistas iniciados em meados do século XX. Teve como principal defensora Bertha Lutz e pressupunha o direito de voto para as mulheres além de reivindicar também melhores condições laborais. A base inicial do Movimento Feminista é descrita como um movimento ainda conservador, uma vez que não propunha mudanças tão radicais como o Movimento Feminista que eclodiu no mundo em meados dos anos 60 e 70.

Um importante evento e que demarcou com grande veemência as reivindicações do Movimento Feminista foi a publicação de Simone Beauvoir em 1949 do livro chamado *O Segundo Sexo* em que a autora promoveu, com grande veemência a denúncia às situações de opressão que afetam grande parte das mulheres no mundo. Esse livro é considerado, como nos indicam Alves e Alves (2013) uma das primeiras representações de expressão do Movimento Feminista em sua fase combativa, dadas as denúncias promovidas. O livro retrata ainda algo que o Movimento Feminista iria se tornar futuramente.

Assim, demarcando o surgimento da organização feminista com uma configuração mais crítica, teremos nos anos 60 as expressões dos Estados Unidos, em que mulheres passaram a reivindicar publicamente, a igualdade de direitos civis, e não apenas o direito de voto como nas experiências iniciais do feminismo do século XX. Nessa época, mulheres de várias classes sociais e das mais variadas etnias passam a se envolver na luta para igualdade de direitos. Essas lutas, iniciadas nos Estados Unidos rapidamente ganharam a Europa e o resto do mundo e surgidas a princípio como reivindicação de efetivação da igualdade de direitos civis, logo passaram a requerer maior igualdade da Mulher em todas as esferas da sociedade (ALVES;ALVES, 2013).

Em 1975 a Organização das Nações Unidas decretou o Ano Internacional da Mulher, e chamou os Estados que a integram a repensar a condição feminina, assim como passou a propor mudanças na forma de enfrentamento às questões que resultavam na vitimização feminina. O fato da ONU decretar o Ano Internacional da Mulher trouxe grande visibilidade às reivindicações até então propagadas pelo Movimento Feminista pelo Mundo.

Já no Brasil, as mulheres partiram para a luta contra a ditadura no início dos anos 70. Inicialmente as reivindicações requeriam abertura política, fim da ditadura e melhora da vida como um todo. Derivando dessas manifestações, que, eram extremamente reprimidas uma vez que vivenciamos no Brasil o contexto ditatorial, tivemos em 1972 a criação do Primeiro Grupo Feminista, em São Paulo. Esse grupo passou a organizar manifestações, reivindicações, palestras e uma série de atividades que visavam discutir o papel feminino na sociedade.

Além desse grupo, tivemos, no ano de 1975 em São Paulo, o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista e que visava identificar aspectos sobre a vida da mulher paulista. No mesmo ano tivemos a criação da Associação Brasileira de

Imprensa no Rio de Janeiro, que por sua vez, foi influente na criação do Centro da Mulher Brasileira, com sede no Rio de Janeiro e em São Paulo. O Centro da Mulher Brasileira de São Paulo promoveu vários eventos para repensar a questão feminina, e chegou a agregar mais de 3000 mulheres em seus eventos. Os eventos foram a grande tônica do Movimento Feminista brasileiro uma vez que por meio deles foram sendo difundidos, sobretudo em meados dos anos 70, os princípios norteadores do Feminismo Brasileiro.

Nesse contexto dos anos 70 os debates e eventos foram fundamentais e tornaram o Movimento e suas reivindicações conhecidas por toda a população brasileira. Suas vinculações aos movimentos de esquerda e ao Marxismo resultaram em reivindicações além do direito de voto, e passaram a requerer o fim da desigualdade de gênero expressa no ambiente doméstico, na política, no trabalho e em todos os espaços cotidianos em que se manifestavam (WOITOWICZ; PEDRO, 2009).

O Movimento Feminista ganhou maior visibilidade em meados dos anos 70 no Brasil uma vez que nesse contexto temos o processo de abertura política e conseqüentemente do fim da ditadura no Brasil. Nos anos 80 os Movimentos Feministas mantiveram suas reivindicações, porém, agora, orientados a defender as Mulheres nas situações de violência. Nos anos 90 o Movimento Feminista ainda segue na luta e na atualidade. No entanto, nesse texto não apresentaremos aspectos afetos ao desenvolvimento do Movimento Feminista no decurso dos anos uma vez que não é objetivo desse texto.

É importante salientar que agregados ao Movimento Feminista teremos também uma série de mudanças sociais, políticas e econômicas e que colaboram substancialmente para o surgimento de uma nova cultura sobre a figura da Mulher. Um desses eventos e que foi apontado por Woitowicz e Pedro (2009) como fundamental foi o desenvolvimento da Medicina e, em especial das pílulas contraceptivas. Assim, agora, a Mulher tinha condições, científicas de definir quando e se desejasse ter um filho.

Os autores ainda chamam a nossa atenção para a ampliação da escolaridade e da inserção laboral das mulheres que, apesar de não ser extensiva a toda a população, colaborou para a mudança de paradigmas em relação à condição feminina na sociedade. Melhor dizendo, essas mudanças colaboraram para a maior aceitação do Movimento Feminista no Brasil.

No entanto, não podemos inferir que toda a sociedade brasileira se conectou as ideias do Movimento Feminista. Antes, no decurso do texto veremos que muitas mulheres ainda mantiveram o padrão feminino de Mulher da família burguesa, e dessa forma, mesmo que inconscientemente, colaboraram para a manutenção de uma perspectiva extremamente agressiva em relação à Mulher. Na sequência, nos aproximaremos dessas colocações.

2.1.1 Casamento e Filhos: a mulher ideal retratada na Revista Alvorada

A *Revista Alvorada* da Igreja Presbiteriana Independente foi criada no ano 1969, em São Paulo. A Revista estava integrada à Confederação Nacional das Senhoras Presbiterianas Independentes, que é uma organização das mulheres leigas vinculadas à Igreja Presbiteriana Independente. Esse órgão possuía como finalidade evangelizar a população brasileira e conquistar o maior número de fiéis possíveis.

A revista seria um dispositivo utilizado pela Igreja, visando assim à evangelização, e também uma uniformização de comportamentos e condutas das mulheres, ventilando assim uma perspectiva específica do que é ser mulher naquele contexto. No surgimento, entretanto, a revista recebeu a denominação “*Revista da Mulher Presbiteriana*”, ou seja, as revistas que analisamos possuíam como objetivo um público bem específico: a mulher que estava vinculada a Igreja, e visava oferecer a ela referências e condutas de ação.

Analisando a produção pudemos inferir que as capas das Revistas traziam imagens. Na edição Revista Retratos de Londrina, uma série de imagens da cidade estamparam a capa, ao passo que na revista do trimestre Julho, Agosto, Setembro, de 1979 a imagem ilustrativa foi de uma paisagem de outono, sem indicação precisa de local. Em ambas revistas não há imagens internas e na segunda capa há publicidade para venda de livros religiosos e hinos cifrados. Cada uma das revistas tem uma média de 35 páginas e o material usado para a impressão é um papel similar ao de jornal, já amarelado pelo tempo de impressão no material que analisamos.

Cabe ainda destacar que todos os artigos produzidos provêm de contribuições voluntárias, via de regra, de pessoas vinculadas à Igreja. A maioria massiva das autoras dos artigos é feminina, mas há uma grande quantidade de textos de autores, e, dentre eles destacam-se os pastores, ou presbíteros. Nas revistas estudadas a grande referência é a Bíblia, e inexistente a citação de qualquer teórico. As considerações demonstram uma série de conselhos, combinados a ensinamentos bíblicos, mas, supomos que houve aceitação do público uma vez que cada uma das revistas apresentou uma tiragem de 4.500 exemplares, lembrando que era uma revista só adquirida mediante assinatura e pagamento prévios. Isso é um marco na produção da época uma vez que conforme nos indica Buitoni (2009) as Revistas Feministas tinham baixa tiragem, uma vez que o grande público feminino ainda não sabia ler e também não possuía condições financeiras para tal.

Bem, podemos observar que na Revista temos grande ênfase ao papel da Mulher que, deveria essencialmente, ser preparada para o casamento, obviamente o casamento heterossexual. A título de exemplo vemos na Revista da Mulher Presbiteriana Independente o artigo do Reverendo Machado Correia, intitulado A Missão da Mulher Presbiteriana, em que ele indica que: “A mulher cristã presbiteriana independente cumpre a sua missão em seu próprio lar, na qualidade de filha, irmã, esposa e mãe”(CORREIA, 1972, p.02), sentença que reforça alguns trechos depois

quando salienta:

Além disso, no lar e na Igreja, a mulher convertida e santificada, cumpre a missão de educadora, tanto no magistério da Escola Dominical junto às crianças, aos jovens e adultos, quanto no convívio fraternal, nas reuniões, nos cultos e nos lares (OP.CIT, p.02).

Ou seja, o local da mulher era no lar, servindo a todos, e para isso, obviamente precisaria ser casada. Outro aspecto que podemos apreender dessa fala é que a mulher deveria servir, auxiliar a todos no lar e mesmo na Igreja. Obviamente que, para isso seria necessário que a mulher apresentasse caráter e moral ilibada, para servir como referência e exemplo aos demais. Aliás, o casamento parecia ser a única alternativa para as mulheres, que se viam fadadas a recorrer a essa única alternativa para que fossem socialmente aceitas.

O casamento entre homem e mulher aparece como algo natural, algo que não poderia ser evitado. Ambos atores são importantes para que essa instituição familiar consiga dar certo, no entanto, a maior responsabilidade é sempre atribuída à mulher. Na Revista de 1979, no texto: O que é o Esposo é o Pai, sem autor identificado lemos:

O homem, este vagabundo da existência, em parte alguma se sente em sua casa; é um sem-pátria, atirado para o desconhecido. A este destino específico do homem, opõe-se o destino específico da mulher, voltada como está, às coisas do lar. A mulher, mais alma, mais naturezas, mais quietude, mais paz, é quem irá salvar o homem, dando-lhe o repouso de que necessita. O homem, por sua vez, atrai a mulher para as coisas do espírito, para o progresso, evitando a estagnação.

O homem não pode mais ser o dominador, tratando a mulher como serva sem direitos, tanto no lar como na sociedade. O esposo deve tê-la como companheira que lhe dá filhos, como amiga com quem discute os planos ou desabafa suas angústias, como igual nas atividades sociais em prol da comunidade. Para fazer triunfar o reino da liberdade é necessário que, além de suas diferenciações naturais, o homem e a mulher afirmem, sem equívoco, sua fraternidade.

[...] O homem e a mulher, duas personalidades em inter-relação dinâmica conflituosa – pois suas diferentes tendências os conduzem a naturais conflitos – quando sustentados pelo Amor, geram obras criadoras em comum. Principalmente, filhos educados pelos dois, unindo seus ideais, elaborando um novo homem e e uma nova mulher, fusão da criação de cada um deles.

Os cuidados com a saúde física e com a sensibilidade dos filhos, são especialmente confiados à mãe. O pai se encarrega particularmente da inteligência e da vontade.

O esposo “[...] encontra na mulher o regaço materno perdido na infância, que o protege dos momentos difíceis de sua luta no mundo. Torna-se mais adulto pela chefia do lar. (O QUE É..., 1979, p.20)

Novamente vemos que o casamento é retratado e esse casamento é essencialmente, heterossexual. O texto acima ainda nos traz outros elementos ou seja, ao homem compete o espaço público, e a mulher, à casa. O homem sempre temperamental, de personalidade flexível e a mulher inerte, amorfa. Ao homem compete uma vida comum, prazerosa e a mulher compete cuidar para que o ele se

sinta bem.

No entanto, desse texto extraímos nosso segundo quesito de debate, ou seja, a necessidade dos filhos. Nos trechos: “O esposo deve tê-la como companheira que lhe dá filhos, como amiga com quem discute os planos ou desabafa suas angústias, como igual nas atividades sociais em prol da comunidade” e ainda:

Principalmente, filhos educados pelos dois, unindo seus ideais, elaborando um novo homem e é uma nova mulher, fusão da criação de cada um deles. Os cuidados com a saúde física e com a sensibilidade dos filhos, são especialmente confiados à mãe. O pai se encarrega particularmente da inteligência e da vontade (O QUE É..., 1979, p.20)

Em ambos trechos observamos que o fato de ter filhos não parece uma escolha, mas sim algo natural, inerente à figura feminina. Não apenas o fato de ter filhos, mas, também o fato de se ocupar dos seus cuidados, ou seja, todas atribuições são essencialmente femininas. Ora, com tantas atribuições não era de causar espanto o fato da mulher permanecer apenas em casa.

Reforçando a importância da maternidade, na Revista de 1972, na seção denominada: “Galeria das Heroínas da Fé”, temos um texto bastante sintomático. O texto está sem autor que o assina, mas nele vemos a descrição de uma mãe, tida como referência. No texto lemos:

[...] é essa mãe que poderia servir de mãe-símbolo no tocante ao seu desprendimento, no doar-se a cada minuto sem pensar em si, no rigor com que levava os filhos aos pés de Cristo através do culto doméstico praticado com regularidade, e à Igreja, domingo após domingo [...]” (GALERIA DAS..., 1972, p.26).

E ainda nos coloca que, “[...] tinha como objetivo o lar e a igreja” (GALERIA DAS..., 1972, p.26), ou seja, no texto é nítida a indicação que a mulher, para ser exemplo, precisa ser dona de casa e bem religiosa. Aliás, os afazeres domésticos deveriam ser desempenhados para atender as necessidades da família e também não podiam comprometer os momentos de dedicação para com a Igreja. Vejamos a sentença em que relatasse que:

Sua hora devocional era exercida com pontualidade e regularidade. Mesmo quando todos os filhos estavam em casa, ela servia o almoço à sua grande família e, logo após, subia para seu quarto onde ficava no seu exercício espiritual [...] (GALERIA DAS..., 1972, p.26).

Além de reforçar a importância da maternidade, os textos acima destacam a relevância de que a mulher cuide da casa, dos filhos, do marido e ainda desempenhe suas atividades religiosas. Cabe destacar que ambas revistas traziam nas páginas finais um espaço destinado às receitas. Juntamente com as receitas há sempre um conselho indicando a necessidade de que a Mulher cozinhe para a família. O homem, nas duas revistas aparece como um assessor, alguém que pode colaborar, quando quiser e puder, com a Mulher.

Toda a educação dos filhos, como podemos ver, também é de competência da mulher e nunca do homem. Educação que deveria introjetar os valores da fé cristã,

tal como indicado na sentença: “levava os filhos aos pés de Cristo através do culto doméstico”, indicada trechos acima. Cabia assim, a mulher oferecer a sólida formação moral dos filhos.

Teoricamente, esse formato de mulher, de organização familiar, foi comum no Brasil até meados dos anos 60. Nos anos 70, esse padrão começou a ser alterado, porém, não foi hegemônico em todas as famílias, como podemos supor analisando a representação contida na revista. Louro (2002) nos indica que partindo das mudanças processadas no formato de organização familiar no Brasil, sobretudo a partir de meados dos anos 20, vemos que a mulher é requisitada como elemento chave para garantir a sobrevivência dos filhos e também viabilizar uma sólida formação moral aos mesmos. As mulheres deveriam ser “[...] diligentes, honestas, ordeiras, asseadas, e a elas caberia controlar seus homens e formar novos trabalhadores e trabalhadoras do país” (OP.CIT.,p.447).

A ideologia em pauta retrata a mulher idealizada pela família burguesa, mas que também encontrou assento na família pobre. Essa mulher, além de exemplo moral, deveria possuir habilidades natas que viabilizariam o casamento e o cuidado da prole. As prendas domésticas, para muitas mulheres seriam a principal exigência, visando um casamento. “Tarefas domésticas como cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos e limpar a casa eram considerados deveres exclusivamente femininos” (RAGO, 2002, p. 626), e caso a mulher não desempenhasse esse papel, estaria comprometendo o desenvolvimento da nação.

A mulher de referência às formulações burguesas tinha pleno domínio de todas as prendas domésticas, era econômica com os recursos do marido, e era, sobretudo, submissa. A boa mulher não era exigente e nem dominadora, uma vez que isso era muito ruim ao casamento e a educação dos filhos. A boa mulher não falava sobre sexo, não sentia prazer e somente o praticava para a procriação, uma vez que:

Para a mulher, ser mãe e dedicar-se aos filhos, mais que um direito ou uma alegria, era uma obrigação social, a sagrada missão feminina, da qual dependia não só a continuidade da família, mas o futuro na nação (RAGO, 2002, p.633-634)

Revistas como essa reforçam um padrão de mulher submissa, dependente do marido, obrigada a ter filhos e a cuidar da casa. Reforçam como positiva a imagem da mulher que não deveria estudar, nem trabalhar, pois seu objetivo era apenas o filho e o marido. A mulher que além de tudo deveria ser útil a Igreja Presbiteriana. A Revista propaga um ideal de mulher em que fortalece a sujeição feminina, a resignação e cria uma expectativa de uma mulher idealizada, sonhada, sem defeitos, aspirações e desejos. Representa assim uma violência simbólica, subliminar que vai tecendo suas teias e envolvendo a mulher fundando uma subjetividade tal que é difícil diluir.

E mais, representa um grande descompasso entre o Movimento Feminista, já bastante expressivo no Brasil, e a mulher representada na Revista. Descompasso esse que pode vir em decorrência da própria vinculação da Igreja Presbiteriana Independente em relação ao Estado Brasileiro. A medida que a Igreja estimula esse

perfil feminino, colabora com os ideais liberais que sustentavam o Estado até então e chega mesmo a atribuir à mulher a responsabilidade pela “estruturação das famílias” e conseqüentemente para o fortalecimento do projeto desenvolvimentista do Estado.

Assim, temos uma produção agressiva, assentada em valores patriarcais e na suposta superioridade masculina, que, por natureza, nasceu para não oferecer qualquer colaboração à mulher dentro de uma organização familiar.

3 | CONCLUSÃO

Analisando a produção da Revista Alvorada conseguimos inferir que há uma representação da mulher que deve ser preparada para o casamento. Para isso, as habilidades domésticas não são opções, mas requisitos fundamentais, e, necessários tanto para a mulher burguesa, quanto para a mulher pobre. De posse de tais habilidades, deverá a mulher exercer o cuidado da casa, dos filhos, do marido. Todas as necessidades da família devem ser por ela atendidas que, também deve viabilizar uma sólida formação moral aos filhos, assentada nos princípios religiosos.

A perspectiva da Revista Alvorada encontra assento na sociedade brasileira, em que temos já constituídas relações familiares de base extremamente patriarcal e na qual não estão representados os direitos da mulher, mas sim a sua sujeição ao homem e aos valores sociais tidos como aceitos na época. Além disso, a Revista funciona como um dispositivo de fortalecimento das relações de dominação e das relações agressivas com as quais os Movimentos Feministas tanto buscaram embate e desconstrução. Aliás, as reivindicações do Movimento Feminista parecem inexistir no universo da revista. Ora, pensando a produção teórica como representativa de um grupo só pode-se supor o quão latente é a ideologia burguesa e a violência psicológica em uma Revista de Igreja que, deveria, ainda mais retratar a igualdade.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. de Mulheres e Imprensa: passado e presente // RIBEIRO, A.P.; HERSCHAMANN, M. **Comunicação e História**: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

ANTONIO, C.A. **Revistas Femininas e a Plasticidade do Corpo**: a Progressiva Modelagem Comunicativa. 2009. 142 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação na Contemporaneidade) – Faculdade Cásper Líbero – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, São Paulo, 2009.

ALVES, A.C.F.; ALVES, A.K. da S. As trajetórias e lutas do Movimento Feminista no Brasil e o Protagonismo Social das Mulheres. **IV Seminário CETROS**: Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 29 a 331 de maio de 2013 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi.

BUITONI, D.S. **Mulher de Papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre IN DEL PRIORI, M.; **História das Mulheres no Brasil**. São

Paulo: Contexto, 2002.

RAGO, M. Trabalho Feminino e Sexualidade. IN DEL PRIORI, M.; **História das Mulheres no Brasil. São Paulo:** Contexto, 2002.

ROCHA, M.H. da S. **De 1969 a 2009: a evolução dos padrões corporais a partir das tendências de moda.** Um estudo de Claudia e Nova. 2011. 148 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação) – Faculdade de Jornalismo – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, M.A.M. De Colona a boia-fria IN DEL PRIORI, M.; **História das Mulheres no Brasil. São Paulo:** Contexto, 2002.

WOITOWICZ, K.J.; PEDRO, J.M. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. **Dossiê gênero, feminismo e ditaduras**, Ano X, n. 21, 2º. Semestre 2009.

CORREIA, M. A Missão da Mulher Presbiteriana IN **Revista da Mulher Presbiteriana Independente. Retalhos de Londrina**, São Paulo, v. 01, p.02, jan./mar., 1972.

GALERIA DAS HEROÍNAS DA FÉ. **Revista da Mulher Presbiteriana Independente. Retalhos de Londrina**, São Paulo, v. 01, p.26, jan./mar., 1972.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. IN DEL PRIORI, M.; **História das Mulheres no Brasil. São Paulo:** Contexto, 2002.

O QUE É O ESPOSO É O PAI. **Revista da Mulher Presbiteriana Independente.** São Paulo, v. 03, p.20, jul./set., 1979.

A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nathaly Cristina Fernandes

Faculdade de Jandaia do Sul (FAFIJAN), Jandaia do Sul - Paraná

Carolina dos Santos Jesuino da Natividade

Faculdade de Jandaia do Sul (FAFIJAN), Maringá - Paraná

RESUMO: O presente trabalho trata da questão da naturalização da violência contra a mulher, nele objetivou-se de modo geral refletir sobre os processos que naturalizam e promovem a violência contra a mulher, especificadamente destacar quais fatores promovem essa violência com base em construções sociais sobre gênero e sexualidade; Analisar aspectos da cultura que perpetuam e/ou validam a violência contra a mulher. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que foram utilizadas como fontes científicas livros, mapas da violência, revistas e indexados nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), Pepsic (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Concluímos a partir dessa pesquisa que a naturalização da violência contra a mulher está apoiada a diversas construções históricas, como o patriarcado, o sexismo, o machismo, a misoginia e a cultura do estupro, que perpetuam e/ou validam essa violência, tomando como naturais situações de desigualdade de poder. Muitas vezes a violência contra a mulher

é banalizada, o que reforça a ideia de que a violência contra mulheres seja tolerada, a aceitação e reprodução de tais atitudes fazem com que situações de violência sejam vistas como normais e/ou próprias da natureza masculina. As relações sociais de gênero construídas historicamente definem papéis e criam modelos a serem seguidos, limitando e oprimindo vidas há séculos.

PALAVRAS-CHAVE: violência; gênero; machismo.

ABSTRACT: This paper deals with the question of the naturalization of violence against women, in which it was generally aimed at reflecting on the processes that naturalize and promote violence against women, specifically highlighting which factors promote this violence based on social constructions on gender and sexuality; To analyze aspects of the culture that perpetuate and / or validate violence against women. This is a bibliographical research in which scientific books, maps of violence, magazines and indexed in Scielo (Scientific Electronic Library Online), Pepsic (Electronic Periodicals of Psychology) and VHL (Virtual Health Library) databases were used as scientific sources. We conclude from this research that the naturalization of violence against women is supported by several historical constructions, such as patriarchy, sexism, machism, misogyny and the culture of

rape, that perpetuate and / or validate this violence, taking as natural situations of power inequality. Often, violence against women is trivialized, which reinforces the idea that violence against women is tolerated, acceptance and reproduction of such attitudes makes situations of violence seen as normal and / or of the masculine nature. Historically constructed gender social relationships define roles and create models to be followed, limiting and oppressing lives for centuries.

KEYWORDS: violence; genre; machism.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho foi pensado a partir da questão norteadora sobre a violência contra a mulher, investigando o que naturaliza essa violência. O interesse por esse estudo surgiu frente a questionamentos com relação à violência contra a mulher. Problematizou-se o assunto levantando algumas questões: a) com base em construções sociais sobre gênero e sexualidade, quais fatores promovem essa violência?; b) quais aspectos da cultura que perpetuam e/ou validam a violência contra a mulher?. A justificava maior para o desenvolvimento deste estudo foi o de contribuir com a pesquisa sobre a naturalização da violência contra a mulher.

Objetiva-se de modo geral refletir sobre os processos que naturalizam e promovem a violência contra a mulher, do qual se desdobram os seguintes objetivos: destacar quais fatores promovem essa violência com base em construções sociais sobre gênero e sexualidade; analisar aspectos da cultura que perpetuam e/ou validam a violência contra a mulher.

No âmbito acadêmico e profissional esse trabalho possibilita aprofundar o conhecimento sobre questões de gênero e sexualidade e aspectos da cultura que naturalizam a violência contra a mulher. Provoca reflexão sobre um tema que é muito presente em nossa sociedade, sendo assim de total relevância. Proporciona visibilidade às necessidades dessa população, frente ao entendimento de como se constrói e se mantém a naturalização da violência contra a mulher.

Esse estudo demonstra relevância social, pois oportuniza reflexão sobre o tema, permitindo a identificação de aspectos da realidade das mulheres que são muito significantes para o enfrentamento da violência contra essa população, violência essa que está presente em diversos espaços, em casa, na rua e até no ambiente virtual, essa pesquisa contribui também para a produção científica sobre a temática.

2 | DESENVOLVIMENTO

A violência contra a mulher refere-se a um padrão de comportamento abusivo, conforme Dias; Cotrim (2015, p. 281) é uma grave violação de direitos humanos, em suas múltiplas faces: simbólica, moral, sexual ou física, dentre outras. A violência simbólica se constrói sob forma de dominação que "(...) se ampara em mecanismos

simbólicos de poder a fim de fazer com que as pessoas em situação de violência não compreendam tal conjuntura como violência, aceitando-a (...)” (ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF, 2009 apud VIANA; SOUSA, 2014 p. 160), realiza-se através de símbolos e signos culturais. Sobre a violência moral Osterne (2011 apud VIANA; SOUSA, 2014 p. 160) diz que afeta direta ou indiretamente a dignidade, a moral da vítima, compreende-se como qualquer conduta discriminatória. Já a violência sexual refere-se a “(...) toda ação em que, numa relação de poder – por meio de força física, coerção, sedução ou intimidação psicológica –, se obriga uma pessoa a praticar ou a se submeter à relação sexual”. (LABRONICI; FEGADOLI; CORREA, 2010 apud VIANA; SOUSA, 2014 p. 160). A violência física pode ser compreendida como qualquer agravo produzido através de força física ou algum tipo de arma ou instrumento com a finalidade de causar danos à integridade corporal de outro sujeito, esses danos vão desde leve dor até homicídio.

A violência é um fenômeno histórico, cultural, sustentado socialmente, utilizado para estabelecer poder e controle. A violência contra a mulher é:

Resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. A autora define violência como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como “objeto” e não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo. (CHAUÍ 1985 apud SANTOS; IZUMINO 2005 p. 149)

O conceito de gênero refere-se à construção cultural sobre os atributos de masculinidade e feminilidade, refere-se a diferenças e desigualdades construídas socialmente, e não determinadas biologicamente. (VIANA; SOUSA, 2014 p. 162). Desse modo, gênero é como cada cultura estabelece o que homens e mulheres devem ser. São criados papéis estereotipados de que o homem é o provedor da casa, não pode chorar, é agressivo e ativo, enquanto a mulher é a responsável pelo lar, cuidadora, passiva/submissa, sensível e tolerante. “O gênero pode também ser designado como o verdadeiro aparato de produção através do qual os sexos são estabelecidos.”(BUTLER,1990, p. 7 apud TONELI, 2012 p. 151)

Esta definição binária, usada e aceita por séculos, serviu para consolidar o machismo presente em muitas sociedades, segundo Torrão Filho (2005 p. 139) essa diferenciação entre os sexos pressupõe características definidas do que é feminino e masculino “(...) não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade (...)”, argumenta. Por exemplo, meninos aprendem desde cedo que devem ser garanhões, enquanto às meninas são ensinadas outras atribuições.

Podemos pensar a sexualidade: “(...) como construções sociais e históricas que sempre implicam certo tipo de conexão com as relações de poder” (TONELI, 2012 p. 151). Antigamente a mulher era considerada propriedade do pai, e posteriormente do esposo, e não tinha direitos. Ainda hoje vemos resquícios desse passado quando visualizamos a situação da mulher no mercado de trabalho, com baixos salários. A

partir dessa construção dos papéis de gênero podemos refletir sobre as características e funções corriqueiramente associadas a homens e mulheres. É preciso levarmos em conta que gênero e poder são suscetíveis a questionamentos e mudanças, pois são relações historicamente criadas.

Ao pensar em naturalização da violência contra a mulher, faz-se necessário refletir sobre as construções sociais de gênero e sexualidade, pois:

Desde cedo a sociedade passa a tratar meninas e meninos de forma diferente, atribuindo valores e desafios diferentes para cada um, diferenciações sustentadas em razão do sexo, o que é feito de uma forma bastante naturalizada, a fim de criar na sociedade a cultura de que homens e mulheres, em razão de suas diferenças biológicas, possuem comportamentos e características sociais diferentes. Constrói-se, então, a ideia de que os meninos – e, conseqüentemente, os homens – são mais fortes, mais práticos, menos emocionais, menos cuidados, mais violentos e impulsivos (e tudo isso é retirado arbitrariamente das características femininas). (SANTOS; BUSSINGUER, 2017 p. 3)

Podemos visualizar os marcadores de gênero em diversas situações do cotidiano, o tratamento para homens e mulheres é diferente, essa diferença se faz presente desde a separação de cor, brincadeiras, vestuário, até situações como humor e publicidade machista, invisibilização da violência de gênero, estupro, abuso psicológico, ameaça, agressão física, culpabilização, humilhação, chantagem emocional etc.

Segundo Oliveira; Costa e Sousa (2015 p. 37-38) a origem da violência imposta às mulheres é histórica, proveniente de um sistema de dominação-subordinação que determina os papéis de cada sexo na sociedade, que se alicerçaram, durante muito tempo, em discursos essencialistas, como se, por uma determinação biológica, a forma de sentir, pensar e perceber o mundo fosse predefinida a priori, portanto, incontestável e definitiva. Às mulheres restaria apenas à obediência em nome de um suposto equilíbrio familiar e social, muitas vezes internalizado e reproduzido pelas próprias mulheres.

Nessa construção social da sexualidade, os papéis de homens e mulheres são diferenciados, criando a ideia do feminino em contraposição ao masculino, na qual a mulher é representada como passiva e tolerante e o homem ativo e dominante (SOUSA, 2017 p. 27). Esse modelo social viabilizou violações de direitos e impôs às mulheres a condição de inferioridade em relação aos homens.

Para continuarmos a discussão sobre a violência contra a mulher, faz-se necessário o entendimento do que é patriarcado, pois foi dentro desse cenário, historicamente que a violência contra a mulher se naturalizou. Pinto; Braga (2015, p. 57) definem o patriarcado enquanto uma ideologia dominante em nossa sociedade, que propaga a supervalorização do homem em detrimento da mulher, o que perpetua o comportamento machista e misógino, promovendo a hierarquização dos sexos.

Nesse sentido é importante a conceituação de termos necessários para o entendimento das estruturas que naturalizam a violência contra a mulher, por exemplo: "(...) a ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção

da violência de gênero, uma vez que está na base das representações de gênero que legitimam a desigualdade e dominação masculina internalizadas por homens e mulheres.” (ARAÚJO, 2008 s/p) meios que se estruturam através do tempo apoiados em discursos religiosos, científicos, históricos e filosóficos, que as normalizam.

Podemos ver a cultura patriarcal através de comportamentos de dominação e subjugação do homem, reproduzindo desigualdade entre os sexos, o que conseqüentemente dá continuidade às construções de gênero através de atitudes machistas. Podemos observar que de modo geral meninas são incentivadas a ter responsabilidade mais cedo, enquanto meninos são ensinados que amadurecem depois, como se fosse algo pré-determinado, tudo isso reforça uma divisão comportamental, sendo assim o patriarcado auxiliou na criação dos papéis de gênero (sexismo) do qual discutiremos a seguir.

Segundo Ferreira (2004 apud MESQUITA FILHO et al. 2011 p. 556), o sexismo seria resquício da cultura patriarcal, ou seja, utilizado enquanto instrumento pelo homem para garantir as diferenças de gênero, que se legitimam através de atitudes de desvalorização do sexo feminino que vão se estruturando ao longo do curso do desenvolvimento, apoiadas por instrumentos legais, médicos e sociais que as normatizam. O sexismo, portanto é uma construção da sociedade patriarcal, que atinge homens e mulheres, pois são criados estereótipos de gênero, ou seja, papéis de gênero.

Frente a isso podemos falar sobre o machismo, que é a opressão que diz que o gênero mulher é inferior ao gênero homem e que fez o papel de gênero feminino ter certas características como a submissão ao homem, que acarreta inúmeras conseqüências.

Entende-se como machismo, a conduta de acreditar que o indivíduo do sexo masculino é superior, em qualquer aspecto, sobre o sexo feminino, acreditando que as mulheres devem ser submissas a estes. Trata-se de algo que está enraizado em nossa sociedade, pois desde os primórdios os homens acreditavam que eram superiores às mulheres e estas precisaram batalhar muito para conseguir igualar os seus direitos. Mesmo que de uma forma mais branda, o machismo ainda está extremamente presente em nossa sociedade e se mostra principalmente quando se fala sobre a violência contra a mulher. (GARCIA et al. 2017, p. 01)

Em conformidade com Garcia et al. (2017, p. 02), é possível observar a cultura machista em diversos aspectos da sociedade, incluindo na música, onde essa cultura torna-se explícita, muitas vezes ilustrando a mulher como objeto sexual. Essa naturalização do machismo leva a uma também naturalização da violência contra a mulher, que conseqüentemente, leva a um aumento da desvalorização dessa mulher enquanto ser atuante sobre seu próprio corpo e vontades, fazendo com que seja vista apenas como um objeto de satisfação do homem.

Beijos roubados, assobios, olhares e comentários são comportamentos que, mesmo sem denotar ato sexual, configuram uma forma de exercer o poder e a virilidade moral dos homens sobre os corpos femininos. E, ao silêncio da mulher, a manutenção do status quo é perpetuada. (SANTOS, 2015 p. 29)

Vejam os conteúdos de algumas músicas “populares” em muitos círculos: “Só surubinha de leve” (Mc Diguinho); “As mina pira” (Fernando e Sorocaba) e “Agora vai sentar” (Mcs Jhowzinho E Kadinho Feat. Wesley Safadão).

Na letra de “Só surubinha de leve”, é incentivado o ato de dopar mulheres para estuprá-las. Nesse caso a violência está explícita, estendendo as raízes da cultura do estupro e da misoginia. “Hoje vai rolar surubinha, só surubinha de leve, surubinha de leve com essas filha da puta, taca bebida depois taca pica, e abandona na rua”. Muitas vezes a violência e o abuso sexual podem ser retratados exatamente da forma como está na música, como “se não fosse nada demais”. Na música “As mina pira” o fator bebida está relacionado com a informação “tá fácil de pegar”. Na música “Agora vai sentar” os detalhes são sutis, mostrando que homens dificilmente sabem lidar com um não. “Tu pediu, agora toma, não adianta tu voltar, menina, agora você vai sentar”. A letra relata que a mulher não tem como voltar atrás e que a relação sexual vai existir de qualquer maneira, mesmo que ela negue, o desejo do homem é o que prevalece.

As piadas/músicas/comportamentos machistas perpetuam o machismo e consequentemente a violência de gênero, pois mostram que as mulheres devem ser usadas como objetos sexuais, solidificando a ideia de que os homens são melhores que mulheres, sendo assim, dão continuação a inferioridade, subordinação, exploração e desvalorização de gênero.

Silva; Duarte (2017 p. 01) conceituam misoginia como sendo a “aversão e ódio ao sexo feminino. Dela surgem vários problemas sociais, como a violência, o abuso sexual, a repressão, a inferiorização e discriminação contra a mulher”. Frente a isso, podemos pensar na cultura do estupro.

Compreende-se cultura do estupro como o pensamento que tange dentro de uma sociedade em que, perante um caso de abuso sexual, a conduta da vítima seja a primeira a ser analisada, e não a do agressor. Uma cultura que tem por objetivo transformar a mulher em um objeto sexual e a culpar por isso (SILVA; DUARTE, 2017). A partir do momento em que a mulher não adere aos costumes e valores ditados por um sistema machista, o estupro, assim como todos os tipos de violência contra a mulher são toleráveis e vistos por meio do viés de que houve uma provocação da vítima, que o abuso foi merecido. Dessa forma o patriarcado, o machismo, a misoginia e a cultura do estupro, uma vez que legitima a superioridade masculina nas relações, são fatores que promovem e/ou perpetuam a naturalização e invisibilização da violência contra as mulheres.

De acordo com dados do relógio da violência – Instituto Maria da Penha, no Brasil a cada 2 segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal; a cada 6.3 segundos; uma mulher é vítima de ameaça de violência; a cada 6.9 segundos, uma mulher é vítima de perseguição; a cada 7.2 segundos uma mulher é vítima de violência física; a cada 2 minutos uma mulher é vítima de arma de fogo; a cada 16.6 segundos uma mulher é vítima de ameaça com faca ou arma de fogo; a cada 22.5 segundos uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento; a cada 1.4

segundo, uma mulher é vítima de assédio; a cada 1.5 segundo uma mulher é vítima de assédio na rua; a cada 4.6 segundos, uma mulher é vítima de assédio no trabalho; a cada 6.1 segundos uma mulher é vítima de assédio físico em transporte público.

Conhecer e refletir sobre esses dados se faz necessário para o enfrentamento da violência contra a mulher, violência essa que muitas vezes ocorre dentro da família da vítima, vale lembrar que muitos casos não são notificados às autoridades, agravando ainda mais a situação de mulheres vítimas de violência, o que torna os indicadores sobre essa temática, ainda mais assustadores. A violência física e/ou assédio sexual está relacionado à manutenção de uma relação desigual de poder, que autoriza aos homens a violação do corpo e dos direitos das mulheres, em virtude da reafirmação de uma masculinidade que se coloca superior às mulheres. É o que acontece com o estupro ou com os assobios e provocações dirigidas às mulheres nas ruas, o que reproduz a ideia de que, na sua posição masculina, tem o direito de julgar, avaliar ou mesmo de controlar a sexualidade e o corpo de outra pessoa. É necessário, portanto, desconstruir essa masculinidade, questionar esse “modo de ser homem” que reproduz e legitima uma opressão sexista, é preciso pensar sobre possíveis formas de enfrentamento dos mecanismos que produzem homens ofensores, agressores ou estupradores.

Os dados encontrados na pesquisa acima citada levam a questionar sobre em que local a mulher pode estar segura. Vale lembrar que o ambiente doméstico se constitui, muitas vezes um local de vulnerabilidade para as mulheres:

Além da maior vulnerabilidade da mulher no lar, dada a sua maior exposição ao agressor e a distância das vistas do público (invisibilidade do problema), é comum que o agressor prevaleça-se desse contexto de convivência para manter coagida a mulher, desencorajando-a a noticiar a violência sofrida aos familiares, amigos ou às autoridades. Essa situação fataliza o quadro de violência e a mulher, sentindo-se sem meios para interromper a relação, toma-o por inevitável. Submetida a um limite sempre cruel e não raro fatal, a mulher acaba aceitando o papel de vítima de violência doméstica. O agressor conhece a condição privilegiada decorrente de uma relação de convívio, intimidade e privacidade que mantém ou tenha mantido com a vítima, prevalecendo-se dela para perpetrar suas atitudes violentas. De fato, seguro do controle do “seu” território, dificilmente exposto a testemunhas o indivíduo violento aumenta seu potencial ofensivo, adquirindo a conformação de um assassino em potencial. (BIANCHINI, 2012, s/p)

Sendo assim, muitas mulheres permanecem em relacionamentos abusivos por medo, da reação do parceiro, medo o que os outros irão pensar, medo de ficar sozinha, falta de autoestima, ameaças, culpabilização da vítima, dentre outros fatores.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a naturalização da violência contra a mulher está apoiada a diversas construções históricas, como o patriarcado, o sexismo, o machismo, a misoginia e a cultura do estupro, esses aspectos da cultura perpetuam e/ou validam essa violência, tomando como naturais situações de desigualdade de poder.

Muitas vezes a violência contra a mulher é banalizada, o que reforça a ideia de que a violência contra mulheres seja tolerada, a aceitação e reprodução de tais atitudes fazem com que situações de violência sejam vistas como normais e/ou próprias da natureza masculina. As relações sociais de gênero construídas historicamente definem papéis e criam modelos a serem seguidos, limitando e oprimindo vidas há séculos.

Faz-se necessária a reflexão a fim de desnaturalizar determinados comportamentos que influenciam e mantêm essa violência, seja através da família, da escola e/ou igreja e o Estado, violência essa que se camufla nas coisas mais singelas, muitas vezes disfarçada de cuidado, proteção e amor, essa violência passa despercebida pela maioria das pessoas, sendo vista e reproduzida como algo natural. É importante conscientizar os adultos e educar as crianças, de maneira que os meninos respeitem as meninas desde a infância. Que a sexualidade e questões de gênero sejam ensinadas de forma mais saudável, quebrando padrões de conduta violenta, empoderando meninas com relação ao seu próprio corpo e lugar na sociedade. O combate às questões que tangem a violência contra a mulher não devem ser uma luta apenas das mulheres, mas sim de toda a sociedade, demanda repensar nossas práticas, atitudes e comportamentos. Mais estudos sobre essa temática são essenciais para a mudança.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para América Latina**. México, n. 14, out. 2008. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012 >. Acesso em 22 março 2018.

BIANCHINI, Alice. **Os três contextos da violência de gênero: doméstico, familiar ou relação íntima de afeto**, 2012. Disponível em: <<https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814348/os-tres-contextos-da-violencia-de-genero-domestico-familiar-ou-relacao-intima-de-afeto>>. Acesso em 08 maio 2018.

COSTA, Renata Gomes da; SILVERA, Clara Maria Holanda; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. **17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**. Paraíba: 2012.

DIAS, Monica Silva; COTRIM, Livia Cristina Aguiar. Violência contra a mulher, ninguém mete a colher? Um estudo em área de manancial. Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, Pesquisas, p. 281 – 297. 27 jan. 2015.

MESQUITA FILHO, Marcos; EUFRÁSIO, Cremilda; BATISTA, Marcos Antônio. Estereótipo de gênero e sexismo ambivalente em adolescentes masculinos de 12 a 16 anos. **Saúde e sociedade**. São Paulo. 2011. v. 20, n. 3. p. 554-567.

OLIVEIRA, Ana Carolina. Gondim de. A; COSTA, Mônica Josy Souza; SOUZA, Eduardo Sérgio Soares. Femicídio e Violência de Gênero: Aspectos Sociojurídicos. **Revista Online do CESED – Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento**. Vol. 16, nº 24/25, dez. 2015.

PINTO, Lucas Alencar ; BRAGA, Ana Elisa Linhares de Meneses. Mulheres em luta por direitos:

Rompendo com o patriarcado. **Revista Direito & Dialogicidade**, v. v.6, p. 57-67, 2015.

SANTOS, Cecília MacDowell Santos. IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas Sobre Estudos Feministas no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinares de America Latina y El Caribe**. Israel, Vol. 16, no 1, 2005. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/viewFile/482/446>>. Acesso em: 30 maio 2018.

SANTOS, Renata Bravo dos ; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. **A cultura do estupro e o poder disciplinar nos corpos femininos na perspectiva foucaultiana**. 2017.

SANTOS, Simone Alves. **Assédio sexual nos espaços públicos: reflexões históricas e feministas**. História, Histórias, Brasília, v. 3, n. 6, p.27-41, jun. 2015.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2017, vol.25, n.1, pp.9-29.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167.

TORRAO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. Cadernos Pagu, Campinas , n. 24, p. 127-152, Jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100007>. Acesso em: 14 maio 2018.

VIANA, Alba Jean Batista; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. O poder (in) visível da violência sexual: abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 2, p. 155-183, jul./dez. 2014.

A SEXUALIDADE INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA COM GESTORAS DE ENSINO

Camila Campos Vizzotto Alduino

(Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Sexual, UNESP FCLAr, pesquisadora do GEPIFE – grupo de estudos e pesquisas sobre Infância, Família e Escolarização UNESP CNPq)

Marcia Cristina Argenti Perez

(Docente do Programa de Pós Graduação em Educação Sexual, UNESP FCLAr, líder e pesquisadora do GEPIFE – grupo de estudos e pesquisas sobre Infância, Família e Escolarização UNESP CNPq)

RESUMO: É indiscutível que a sexualidade permeie toda e qualquer atividade do ser humano e que, não destoante disso, que a sexualidade infantil se faça presente no ambiente escolar. De fato o tema é polêmico, controverso e demandas infinitas discussões no cotidiano da escola. Assim, este trabalho traz algumas contribuições à luz de dados históricos e definições psicanalíticas sobre o tema, somado a uma pesquisa empírica que, objetiva o estudo sobre a concepção e as devidas intervenções de gestoras de ensino. Para isso, foram realizadas entrevistas com as diretoras escolares da Rede Municipal de Educação do Ensino Fundamental I – Anos Iniciais de uma pequena cidade do interior do Estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade Infantil.

Intervenções. Gestores de Ensino

ABSTRACT: It is indisputable that sexuality permeates every activity of the human being and that, notwithstanding, that child sexuality is present in the school environment. In fact the theme is controversial, controversial and demands endless discussions in the school everyday. Thus, this work brings some contributions in the light of historical data and psychoanalytic definitions on the subject, together with an empirical research that aims at the study about the conception and due interventions of teaching managers. For this, interviews were conducted with the school directors of the Municipal Network of Elementary Education I - Initial Years of a small city in the interior of the State of São Paulo.

KEYWORDS: Child sexuality. Interventions. Teaching Managers

1 | INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos a reflexão sobre as Instituições Escolares nos deparamos, certamente, com uma ampla diversidade de fatores e variáveis. Esta pluralidade se faz presente se levarmos em consideração o universo infantil, com suas características e particularidades complexas quanto ao

desenvolvimento psíquico, social, cultural, pedagógico e intelectual. Conjuntamente, devemos também considerar a pluralidade de outros agentes, que são igualmente importantes no cotidiano escolar, e aqui me refiro aos professores, coordenadores, diretores e demais funcionários que ali trabalham.

Desse modo, esse universo que assim se estabelece se apresenta cada vez mais rico e grandioso e, considerando a Constituição Federal Brasileira que visa "... o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988, art. 205), as investigações e os estudos, bem como o cuidado nas relações inter e intrapessoais, se fazem cada vez mais necessários e urgentes no ambiente escolar.

É sabido que, no intuito de favorecer esse desenvolvimento das crianças de maneira integral, a necessidade de abordar o tema da sexualidade infantil é fundamental, uma vez que, segundo o fundador da psicanálise, Sigmund Freud (2016), a sexualidade é de extrema importância na constituição do psiquismo. Além disso, o modo como os agentes da instituição, e especificamente os diretores escolares, concebem e intervêm nas manifestações sexuais das crianças no cotidiano da escola, pode contribuir diretamente para o desenvolvimento infantil, seja de maneira positiva ou negativa.

É fato que, o tema da sexualidade se mostra repleto de tabus, preconceitos, mitos e distorções e que, por diversas vezes não são expressos de maneira clara e científica no ambiente escolar. Dito isto, a psicologia institucional entra em cena e nos recorda que, tal como postulou Bleger (1984), é preciso considerar os conteúdos manifestos presentes na instituição escolar, bem como os conteúdos latentes e a formação grupal que ali se inserem. Tais conteúdos, que muitas vezes se encontram inconscientes e velados, são uma fonte de atuação do psicólogo institucional que propicia a exteriorização da subjetividade e a reflexão dos conflitos, neste caso, na escola.

Assim, dada a importância do desenvolvimento sexual na formação integral do ser humano, a sexualidade infantil deve ser um campo de estudo e reflexões constantes nas instituições escolares. Para tanto, é importante reconhecer que a criança e a infância, as quais conhecemos e concebemos atualmente, nem sempre foi assim. Neste momento, se faz necessário discorrer brevemente sobre estes conceitos.

2 | ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Os estudos sobre a Criança e a Infância na história da humanidade de Ariès (1981) descrevem, de maneira rica e aprofundada, a concepção de infância, baseados nos registros históricos disponíveis (diários, pinturas, testamentos e iconografias). Tal contextualização inicia-se no século V, e se estende por durante e após a Idade Média. Diante destes registros, o autor postula que logo depois de a criança apresentar certo

‘desembaraço físico’, a mesma passava a viver como um homem/mulher jovem. Este mesmo autor descreve que a iconografia é explícita neste sentido ao retratar que, até o século XII a imagem de crianças não foi observada nas representações e, quando as retratavam, havia sempre características de um adulto, sejam estas nos aspectos musculares, traços faciais, trajes e vestimentas, entre outros.

Assim, as transmissões de valores e conhecimentos, segundo Ariès (1981) não eram repassadas pela família, uma vez que, logo após o seu nascimento, a criança se afastava de seus pais e passava a viver em outra casa. A aprendizagem e a socialização se davam então graças à convivência e ajuda nos afazeres juntamente com os jovens e adultos.

Com isso, nota-se que as particularidades e características da infância conforme as concebemos atualmente não eram reconhecidas, denotando assim que a criança e a infância não eram concebidas como uma fase própria do desenvolvimento.

Corroborando com esta idéia, Sarmiento (2007) menciona que a infância é tardiamente encontrada nos registros históricos, e quando referenciada é a partir do olhar e com características de um adulto. O autor utiliza a expressão ‘ser em devir’ para retratar algo relacionado à incompletude, algo que ainda não está completo. Philippe Ariès (1981) já havia mencionado sobre este aspecto referindo-se à adulto em miniatura.

Exemplos desta invisibilidade são explanados na obra de Ariès (1981) ao delinear que, durante a Idade Média, conceitos sobre os nomes das crianças eram considerados muito imprecisos, sendo necessário acrescentar um sobrenome familiar ou de um lugar; bem como as idades das mesmas, já que muitos os registros não contam tal informação. Outro exemplo desta indiferença se refere aos trajes das crianças que, logo após não mais utilizarem os cueiros, suas vestes não se distinguiam dos adultos. Os jogos e as brincadeiras são também outra explanação do autor em que afirma que os jogos, os divertimentos e as fantasias faziam parte também do mundo adulto, fazendo com que as crianças participassem das mesmas brincadeiras. Sobre este último exemplo, é oportuno dizer que tais jogos e divertimentos propiciavam um estreitamento dos laços coletivos e um sentimento de união entre as pessoas.

A sexualidade também é outro exemplo desta indistinção do mundo adulto para com as crianças e a infância. Este aspecto merece ser aqui destacado uma vez que é o tema central deste trabalho. Nos escritos do autor

o respeito devido às crianças era então (*século XVI*) algo totalmente ignorado. Os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas, elas ouviam e viam de tudo (Ariès, 1981, p. 77).

Além disso, as brincadeiras sexuais com as próprias crianças eram comuns nesta época e, de fato os adultos pareciam se divertir em observar as primeiras ereções ao brincar com seus órgãos genitais. Tais crianças passam a repetir conseqüentemente tais atos ao atingirem entre cinco a seis anos e, o casamento e gravidez de meninas com idade de 12 anos não eram raros e os meninos por volta dos 14 anos.

Contatos físicos e gestos sexuais com as crianças passavam a ser proibidos somente a partir da puberdade, ou seja, quase adultos. Tais comportamentos se justificavam pois se acreditava que a criança pequena era indiferente e alheia à sexualidade, não apresentando portanto nenhuma consequência destes atos. Além disso, não existia a crença de inocência, muito menos que essa inocência pudesse ser maculada.

É importante frisar neste momento, como reforça o próprio autor, que tais comportamentos diante e para com as crianças não eram espantosos, uma vez que o fazia parte do costume da época. O desconhecimento do conceito de infância e a concepção de criança enquanto uma fase própria do desenvolvimento contribuíram e reforçavam para a prática destes comportamentos.

Todo este contexto denota que, muito além de uma simples representação artística, nos trajes e vestimentas, nas brincadeiras e jogos e nas atitudes sexuais, a infância propriamente dita não encontra espaço na história da humanidade. E, sendo assim, Ariès (1981) denominou como inexistente o “sentimento da infância”, referindo-se à marginalização da idéia e imagem da criança e da infância.

Todavia, é importante esclarecer que, ainda referenciando Ariès (1981), que esse sentimento descrito não apresentava a conotação de abandono, negligência ou qualquer outra situação relacionada, sendo que “o sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil” (p. 99). A passagem pela sociedade desta criança era muito breve, já que a mortalidade infantil era muito grande e, segundo o referido autor, isto se fez um grande vilão e contribuiu significativamente para que a criança e a infância propriamente dita não encontrassem um lugar na história. Algumas expressões utilizadas em sua obra datadas do século XVII clarificam esta postulação ao descrever, por exemplo: “A pequena não contava porque podia desaparecer” (p. 99).

Ainda que no século XII a iconografia já começava a dar os primeiros indícios de representatividade da imagem da criança e da infância, a marginalidade conceitual ainda se apresenta por muito tempo. É somente no século XVI e XVII que as transformações podem ser melhor observadas e, muito além disso, a concepção e os conceitos começam a tomar outras formas. Foram então nestes dois séculos que a criancinha pequena assistiu, embora ainda que somente nas camadas superiores da sociedade, a uma distinção dos trajes dos adultos. É importante dizer que neste período, os trajes admitiam uma enorme importância para a sociedade e, uma distinção neste sentido, é uma prova da mudança ocorrida em relação às crianças.

Já no contexto brasileiro e durante o período colonial e imperial, Minella (2006) descreve a construção histórica e cultural da infância em que os papéis sexuais e as hierarquias de gênero são abordados através de um levantamento bibliográfico, revelando as desigualdades sociais entre meninos e meninas. A autora demonstra a condição infantil, a partir dos registros históricos analisados, que as desigualdades e polaridades evidenciava quanto aos padrões, hábitos e regras de socialização

nos âmbitos familiares, escolares, trabalhistas e nas ruas. Assim, os papéis sexuais desempenhados pelos meninos e meninas se diferenciavam nestes diferentes âmbitos, acentuando as hierarquias e conseqüentemente as desigualdades sociais entre os sexos.

Algumas foram as mudanças sociais que, segundo Sarmiento (2007), colaboraram para que a criança e o conceito de infância fossem colocados à luz como uma “nova fase” do desenvolvimento humano. O autor cita que tais mudanças se devem principalmente à emergência do capitalismo, a criação da escola pública, o advento do racionalismo e a criticidade das idéias teológicas, descrevendo que:

os séculos XVII e XVIII, que assistem à essas mudanças profundas na sociedade, constituem o período histórico em que a moderna idéia da infância se cristaliza definitivamente, assumindo um carácter distintivo e constituindo-se como referenciadora de um grupo humano que não se caracteriza pela imperfeição, incompletude ou miniaturização do adulto, mas por uma fase própria do desenvolvimento (p. 28).

Diante disso, os estudos e as investigações avançaram e, autores das mais diversas áreas contribuíram, cada qual com seu conhecimento específico, sobre a especificidade infantil e suas particularidades. Aqui, o que nos cabe particularmente se refere ao campo da psicologia e da sexualidade e, muito além de ser o precursor a postular sobre a sexualidade nas crianças de mais tenra idade, é impossível não citar Sigmund Freud ao descrever sobre esse tema.

O autor foi o primeiro teórico a abordar e afirmar, em uma perspectiva psicológica, que a sexualidade está presente em todos os seres humanos e em crianças pequenas. Freud, fundador da psicanálise como método de investigação psicológica clínica, iniciou sua carreira como neurologista e desenvolveu uma teoria própria com base nos atendimentos clínicos em seu consultório de pacientes históricas já adultas.

Sua postulação de que o desejo sexual é a energia pulsional inata da vida humana, fez surgir uma nova compreensão do ser humano. Em 1905, sob o título de “Os Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade”, Freud (2016) descreve que esse desejo sexual está presente igualmente em crianças pequenas e, além disso, reconhece este fator como a etiologia da histeria adulta e portanto de muito sofrimento psíquico, e em decorrência disso orgânico também. Assim, evidencia que, além de importante, a sexualidade é fundamental e determinante na Constituição Psíquica de todos os seres humanos.

Aqui, está em cena a teoria da sexualidade enquanto “pulsão” e não mais como “instinto” conforme havia descrito anteriormente. Enquanto instinto sexual, a conotação presente se referia do ponto de vista da química e da biologia, e foi somente quando Sigmund Freud conceitua a sexualidade enquanto pulsão, mencionando as zonas erógenas, é que sua teoria pôde se desenvolver.

É importante neste momento valer-nos do conceito de “pulsão”, segundo Laplanche e Pontalis (2001), em que explicita como um:

processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz o organismo tender para um objetivo. Segundo Freud, uma pulsão tem a sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão); o seu objetivo ou meta é suprir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir a sua meta (p. 394).

Como podemos observar nesta descrição, o conceito de pulsão sexual e as zonas erógenas estão conjuntamente presentes o conceito de auto-erotismo infantil. Ou seja, para Freud (2016), a característica essencial da atividade sexual é a satisfação no próprio corpo, em que a criança passa a ser então um ser desejante, com satisfação auto-erótica.

Diante disso, o referido autor atesta que a sexualidade infantil se desenvolve apoiada em questões biológicas e constitucionais representando-a em fases evolutivas, cada qual com sua especificidade acordada nas idades cronológicas. Tais fases foram nomeadas como fase oral, fase anal, fase fálica, fase de latência e fase genital e são consoantes com a zona erógena relacionada. Neste momento, o conceito de libido, segundo Sigmund Freud, vale a pena ser exposto, uma vez que o termo designa toda e qualquer energia e impulso vital que propulsiona o ser humano para a auto-preservação (Freud, 2016). Para o autor, a libido é compreendida como uma energia sexual - concebida como no fenômeno dos impulsos, do prazer e do desejo - conferindo um papel central na constituição humana.

A importância neste trabalho é, como nos ajuda a esclarecer Laplanche e Pontalis (2001) e ao contrário do que o senso comum acredita, que a sexualidade infantil perpassa por fases desenvolvimentistas em que a genitalidade é, e não somente, uma destas fases.

na experiência e na teoria psicanalítica, 'sexualidade' não designa apenas as atividades e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância que proporciona um prazer irreduzível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc.), e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual (p. 476).

Assim, frente a esta libido, o comportamento sexual das crianças se manifesta de acordo com as zonas erógenas de cada fase e, aproveitamos para reiterar que o prazer genital pode ser considerado como o amadurecimento do desenvolvimento sexual.

É evidente que, apoiado nestas questões biológicas e desenvolvimentistas, as questões culturais, sociais e as experiências individuais são fatores que também contribuem para o desenvolvimento psíquico de cada ser humano. Ou seja, dentre outros aspectos, destacamos aqui as permissões e proibições, a organização de cada sociedade, a dinâmica familiar e suas devidas relações afetivas, as experiências positivas ou traumáticas que favorecem - ou não - para que o desenvolvimento da personalidade transcorra de maneira saudável, sob o ponto de vista estrutural e dinâmico.

Compreendendo a formação psíquica de maneira muito mais precoce, Melanie

Klein é outra autora pós Freudiana que se ateu aos estudos sobre a criança e suas particularidades. Klein (1981) compreende a erotização infantil em uma idade mais tenra se comparada ao fundador da psicanálise e a postula sob uma relação dinâmica e fluida por toda a vida, até mesmo na idade adulta. O termo posição é utilizado pela autora e é fundamental para expor sua teoria, uma vez que o todo o desenvolvimento psíquico é invariavelmente baseado no funcionamento destas posições. Laplanche e Pontalis (2001) se apropriam de declarações da própria autora ao descreverem:

... conjuntos de ansiedades e de defesas, embora comecem por aparecer nos estágios mais precoces, não se limitam a esse período, mas ressurgem durante os primeiros anos da infância, e posteriormente, em determinadas condições (p. 347).

Muitos outros autores puderam também contribuir com o desenvolvimento da psicanálise, cada qual com sua contribuição e particular forma de interpretação. Muitos em continuação aos propósitos de Sigmund Freud, outros porém com seguimentos um tanto destoantes do precursor. Contudo, todos os autores pós Freudianos não questionam, em momento algum, a existência da sexualidade nas crianças desde muito pequenas, e a afirmação de que todos os seres humanos são dotados de uma sexualidade logo ao nascerem é uma verdade inquestionável.

3 | UMA EXPERIÊNCIA COM GESTORAS DE ENSINO

Na certeza de que “toda instituição é o meio pelo qual todos os seres humanos podem se enriquecer ou se empobrecer e se esvaziar” (BLEGER, 1984, p. 57) e na constante atenção quanto às manifestações sexuais das crianças no ambiente escolar, as reflexões decorrentes quanto à condução e a concepção de sexualidade infantil se fazem mais do que evidentes e necessárias.

O cotidiano escolar e toda sua multiplicidade de conteúdos latentes e manifestos, juntamente com toda diversidade de concepções dos seres humanos que ali trabalham, inquieta-nos. Assim, a propulsão de investigar as concepções sobre a sexualidade infantil, e neste particular momento, nos referimos às diretoras escolares, deu origem a esta experiência.

É indiscutível a importância que a figura e o papel que a direção escolar ocupa, e na atribuição de suas funções diárias que, dentre outras, destacamos a gestão do corpo docente, a medição dos conflitos entre pais, alunos e professores, bem como a integração da escola com a comunidade; as concepções e condutas que as mesmas apresentam acerca da sexualidade infantil, merecem ser melhores investigados para que possa assim beneficiar as crianças visando o pleno desenvolvimento psíquico, social e intelectual.

É sabido que o tema é polêmico e que, no processo de sua investigação, tais conteúdos se esforçam por se manterem velados e não ditos, denotando assim toda uma fragilidade e deficiência institucional.

É relevante mencionar aqui a importância da concepção intrínseca dos diretores

escolares sobre a sexualidade infantil, uma vez que a mesma permeia, além dos comportamentos verbais, mas igualmente e não com menos valor, os comportamentos não verbais. Desse modo, toda e qualquer ação, gesto, atitude, fala, expressão facial, postura, olhar e demais comportamentos, podem transmitir uma mensagem, contribuindo – ou não – para a constituição do psiquismo de maneira saudável.

É fato que as crianças permanecem grande parte do tempo nas instituições escolares, e, com isso é imprescindível mencionar novamente Bleger (1984) ao descrever que:

A instituição forma parte da organização 'sujeitiva' da personalidade de tal maneira que em tais setores da personalidade, poder-se-ia dizer, o esquema corporal inclui a instituição ou parte dela, ou vice-versa. O ser humano encontra, nas distintas instituições um suporte, um apoio, um elemento de segurança de identidade e de inserção social ou pertença. (p. 55)

Assim, conforme propõe Gil (1991), na tentativa de explorar e descrever o que se observa, a experiência caracterizou-se por uma pesquisa descritiva e exploratória e, na investigação do que se é subjetivo e pessoal, a qualidade dos fenômenos abordados é o que neste momento nos interessa.

Em uma cidade pequena do interior de São Paulo, a Rede Municipal de Educação e Cultura conta com 5 (cinco) escolas de Ensino Fundamental I – Anos Iniciais, sendo portanto 5 (cinco) diretoras participantes deste estudo. Todas as diretoras são do sexo feminino e a faixa etária ficou entre 31 a 62 anos. O ano escolar das crianças pelas quais as diretoras se referiram neste estudo contempla entre o 1º ao 5º ano, sendo que a idade abrange de 6 a 11 anos.

Segue abaixo um quadro demonstrativo.

Sujeitos	Idade	Tempo serviço na direção	Nº de alunos por escola	Nº de classes por escola	Horário de funcionamento da escola
1	62	2 anos	225 alunos	11 classes	das 7:00h às 17:30h
2	38	6 anos	310 alunos	13 classes	das 7:00h às 17:30h
3	31	6 anos	265 alunos	13 classes	das 7:00h às 17:30h
4	58	2 anos	150 alunos	07 classes	das 7:00h às 17:30h
5	56	18 anos	162 alunos	10 classes	das 7:00h às 22:30h

Quadro I - Descrição dos sujeitos e suas respectivas Unidades Escolares

A entrevista foi o instrumento escolhido e elaborado especialmente para este estudo. A elaboração do Roteiro para a realização das entrevistas contou com os seguintes temas:

- A concepção de sexualidade infantil;
- A conduta diante as manifestações sexuais das crianças no ambiente escolar.

Seguindo-se a técnica de entrevistas semi-dirigidas, conforme descrevem

O Campo e Arzeno (1979), essa técnica possibilita uma flexibilidade ao entrevistador, uma vez que permite a realização de intervenções, quando necessário, com a finalidade de assinalar alguns vetores, esclarecer e apontar situações de bloqueio ou paralisação, bem como indagar aspectos sobre o qual não se referiu espontaneamente, ou ainda, apontar para lacunas nas informações consideradas importantes. Bleger (1980) também expõe a entrevista como uma técnica de investigação científica sendo que “... quem controla a entrevista é o entrevistador, porém quem a dirige é o entrevistado” (p.2).

A análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009), foi o procedimento utilizado para analisar as entrevistas realizadas e distribuídas em categorias e subcategorias de análise, conforme os quadros abaixo:

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Concepção de Sexualidade Infantil	Compreensão de sexualidade infantil.	<ul style="list-style-type: none"> • É o gênero mesmo, masculino e feminino. • A opção sexual. • Ainda não tá bem definido pra eles. • Muito bonitinho, porque eles são muito inocentes. • Cada vez mais a idade vem diminuindo... a classe social também interfere. • Criança até a idade de uns 7, 8 anos eu não acredito que tenha uma sexualidade. • Eles não são maduros o suficiente pra entender aquilo que você tá falando. • Na nossa idade, seria uma coisa normal e natural.
	Visão Naturalista da sexualidade infantil.	<ul style="list-style-type: none"> • Isso é próprio do desenvolvimento; Natural da vida. • Curiosidade natural; Querer conhecer. • Descoberta da sexualidade; Ela vai amadurecendo. • Vai se despertando, de acordo com aquilo que a biologia pede. • É uma coisa natural e normal, desde que não seja levado pro mal caminho.
	Visão ambientalista da sexualidade infantil.	<ul style="list-style-type: none"> • A influência do meio familiar, da família. • Vivendo e se moldando de acordo com o ambiente. • Conviver com outras crianças, na comunidade, influencia nessa sexualidade. • Não tão natural.
	Visão Intercionista da Sexualidade Infantil	<ul style="list-style-type: none"> • Não é pra ser despertado nessa idade tão cedo, mas o fator externo, ali, ajuda a despertar. • A maioria do meio.

Quadro II – Categoria: Concepção de Sexualidade Infantil

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Conduta frente as manifestações Sexuais Infantis	Com a Criança	<ul style="list-style-type: none"> • Todo mundo sabe a diferença que tem do homem e da mulher. • Chama atenção explicando. • Explicando que é natural, mas que não está no momento certo. • A gente tira ela de brincar com os meninos, quando vê, ela tá com os meninos. • Foi passada algumas orientação pra ela, que não era legal ela falar, comentar... • Tem que trabalhar, conversar, sem ter que falar direito o que é. • Eu não posso brigar, eu não posso proibir... mas também por outro lado também como eu vou falar.
	Com a Família	<ul style="list-style-type: none"> • E a gente foi conversando, falando pra mãe. • Eu chamo... quando é no caso quando o menino subiu no banheiro pra olhar o outro, não chamo, porque é entre meninos. • Eu nunca abordei esses temas. • Chamei o pai; comunica a família.
	Outros	<ul style="list-style-type: none"> • Foi chamada a psicóloga...porque eu não sei... • Tem que fazer tudo de acordo que o psiquiatra fala pra fazer, o que o psicólogo fala. • O trabalho é muito feito em equipe. Conversamos, reunimos professores e nesse diálogo aí a gente define.

Quadro III – Categoria: Conduta frente as Manifestações Sexuais Infantis

Ao falar de uma sexualidade presente em crianças e não somente em adultos, Sigmund Freud, chocou a sociedade da época que apresentava uma concepção de não existência da sexualidade nesta faixa etária. Nas entrevistas realizadas, podemos inferir que o tema causa certo desconforto e inibição e que o assunto continua sendo polêmico para tais diretoras.

Há uma variedade e diversidade de respostas no que se refere à compreensão e a abordagem com as crianças no ambiente escolar, além da falta de entendimento e formação sobre o assunto. *‘Aqueles coisas de Freud’*, ainda que no magistério, foi citado enquanto formação e os termos gênero e opção sexual foram citados enquanto compreensão, atribuindo-os como sinônimos sobre o tema da sexualidade infantil. Assim, a dificuldade frente a uma adequada concepção sobre o tema se instala e conseqüentemente sob a maneira de abordar as crianças nas escolas.

Muitos são os autores que se debruçam no estudo sobre a temática e, na tentativa de conceituar o termo gênero, Louro (1997) o define como:

no gênero a prática se dirige aos corpos. O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou como são trazidas à prática social e tornadas parte do processo histórico (p. 22).

Minella (2006) também demonstra, sob a luz da história, como as hierarquias de gênero e os papéis sexuais desempenhados por meninos e meninas se distinguem e contribuem para as mais diversas particularidades do desenvolvimento humano. É certo que gênero e sexualidade, apesar de serem aspectos distintos da constituição psíquica e social do ser humano, são aspectos que se influenciam e se relacionam mutuamente; mas não podemos agrupá-los em um mesmo conjunto, muito menos atribuí-los como sinônimos.

As descrições das diretoras escolares apresentam também outras concepções e as crianças são compreendidas como assexuadas e inocentes, acreditando assim que as mesmas *‘não devem ser introduzidas nesses assuntos’*. A urgência e a necessidade de compreender e esclarecer sobre a sexualidade infantil se faz aqui presente, além de suas manifestações e seu percurso no desenvolvimento da constituição psíquica. Sigmund Freud não nos deixa dúvidas ao postular sua teoria sobre a existência da sexualidade já nas crianças desde pequenas e descreve que, apoiado em questões biológicas e constitucionais, a sexualidade se exhibe em fases desenvolvimentistas que foram nomeadas como fase oral, anal, fálica, latência e genital. Diante da correspondência cronológica dos alunos que freqüentam as Unidades Escolares que as diretoras responderam a esta entrevista, as idades contemplam entre 6 a 11 anos, condizendo assim a partir da fase fálica do desenvolvimento psicosssexuais propostas por Freud (2016). É certo que a idade cronológica proposta apresenta certa flexibilidade, porém as fases fálicas, latência e genital estão certamente presentes no cotidiano escolar do Ensino Fundamental I – Anos Iniciais. Não raramente as masturbações infantis são observadas nos espaços escolares, bem como a curiosidade sobre o próprio corpo (ou alheio) e a alusão à cena primária. Ouço também com freqüência os questionamentos e curiosidades sobre assuntos como “ficar”, “namorar”, “beijar”, “menstruação”, “ereção”, “concepção dos bebês”, “sexo”, entre outros temas que nos fazem afirmar de que as crianças estão muito longe de serem inocentes e assexuadas.

Tantos outros autores pós Freudianos também corroboram com a existência de uma sexualidade em crianças desde muito pequenas e Klein (1981) é uma autora que também se debruça, entre outros aspectos, sobre a importância da sexualidade na constituição psíquica, ainda que de maneira muito mais precoce, dinâmica e fluída e estando presente até a vida futura. Diante disso, na certeza de que a sexualidade esteja presente nas Unidades Escolares, as concepções de inocência e assexuadas precisam ser melhores estudadas, revistas e aprofundadas para que as condutas com as crianças possam ser adequadas, beneficiando assim um desenvolvimento saudável das mesmas.

Vale a pena ressaltar, como já dito anteriormente e nos faz recordar Ajuriaguerra (1980), que:

A genitalidade é apenas uma das expressões da sexualidade; é apenas um dos aspectos da evolução libidinal difusa ou localizada, segundo a fase de fixação. Em determinado momento, está em primeiro plano, para, a seguir, ceder o lugar às outras fases, persistindo sob uma outra forma (p. 361).

A violência sexual é outro parâmetro utilizado pelas diretoras e, diante disso as manifestações sexuais, independentemente da idade das crianças, são percebidas pelas diretoras como patológico, sendo necessárias orientações sobre como abordar, e até mesmo a intervenção de apoio técnico e especializado, neste caso, a psicóloga. É fato que a violência sexual traz sérios prejuízos e profundas repercussões psicológicas, sociais, cognitivas, afetivas e comportamentais para todas as crianças que são

vítimas deste brutal episódio; porém, os discursos das entrevistas nos mostram que os comportamentos sexuais das crianças - julgadas pelas diretoras como precoce – são justificadas e evidenciam um único vilão, o abuso sexual. Freud (2016) ciente da interferência de agentes externos para o desenvolvimento da sexualidade infantil, e referindo-se aqui às causas internas para o reaparecimento do instinto sexual após o período de latência, descreve que:

... adquirem importância grande e duradoura nessa época. Em primeiro plano está a influência da sedução, que trata a criança como objeto sexual prematuramente e a faz conhecer, em circunstâncias de forte impressão, a satisfação das zonas genitais, que ela, então, é geralmente obrigada a renovar pela masturbação. Tal influência pode vir de adultos ou de outras crianças (p. 97).

É importante observar na descrição do autor que ao utilizar a palavra renovar, fica clara sua referência de que a sexualidade já faz parte do universo intrínseco e afetivo de uma criança e, pela infelicidade de um episódio de violência sexual, por exemplo, o instinto – que até então se encontrava em período de latência – é ‘geralmente obrigado a renovar pela masturbação’. Melanie Klein, ao corroborar com a ideia de que a sexualidade é parte constituinte do psiquismo infantil, desenvolve a teoria das relações de objeto, que será determinante na dinâmica que o ser humano estabelecerá no seu convívio social e em sua subjetividade. Isto é, as relações de objeto que o ser humano estabelece, em primeiro plano com a figura materna e posteriormente com terceiros, pode nos fornecer indícios do uso dos mecanismos de defesa utilizados e, conseqüentemente da dinâmica psíquica de cada um individualmente. Essa teoria por ela defendida pode contribuir, e muito, para a compreensão frente às infinitas possibilidades de manifestações sexuais das crianças e, se retomarmos para as Unidades Escolares investigadas, para as condutas que as diretoras possam apresentar no cotidiano escolar.

Em direção ao outro extremo desta concepção apresentada, a sexualidade fruto de um desenvolvimento puramente biológico é igualmente apresentado pelas diretoras. Para a psicanálise, o papel biológico e desenvolvimentista é sempre uma fonte de estudos e novas descobertas, além de desempenhar fortes influências para a vida adulta posterior; contudo, não podemos deixar de considerar o papel da cultura, das relações sociais, familiares, das oportunidades, experiências individuais e enfim, todos os fatores externos que conjuntamente contribuem para o desenvolvimento psicossocial das crianças. Tememos aqui para que tal concepção atribuída pelas gestoras de ensino possa não ponderar as particularidades e características individuais da infância e da criança, uma vez que isso nos faz recordar a descrição de Ariès (1981) ao atribuir à criança como um ‘adulto em miniatura’, e revalidado também por Sarmiento (2007) relacionando-as sempre com incompletude e um ‘ser em devir’. Muito para além disso, o que tememos é que, diante desta concepção pura e somente biológica, as intervenções nas escolas sejam mínimas ou totalmente nulas, uma vez que a concepção é baseada na evolução natural e biológica, independente de qualquer

situação ou fonte externa.

Não podemos negar a existência de discursos, ou melhor dizendo de algumas palavras, que atribuem a sexualidade infantil como decorrente de concepções interacionistas; contudo, a continuação do discurso da entrevista como um todo, não nos permite afirmar que a concepção seja assim determinada. A concepção interacionista, que concebe a sexualidade decorrente de influências biológicas e do meio externo concomitantemente, será neste momento mantida; e isto se justifica pelo uso de algumas palavras isoladas, como por exemplo, ‘ajuda a despertar’ e ‘a maioria do meio’. Certo de que a concepção interacionista por nós aqui concebida tenha se firmado, a urgência se estabelece para que conceitos, informações e formações sejam fornecidas, visando assim que as orientações na abordagem com as crianças sejam de forma adequada.

De um modo geral, as cinco diretoras do Ensino Fundamental I – Anos Iniciais desta pequena cidade do interior paulista exibem uma conduta em relação às manifestações sexuais de crianças no ambiente escolar tanto com os pais, como com as crianças, seja de maneira punitiva ou explicativa e orientadora. A realização de encaminhamento para atendimento clínico especializado, neste caso a psiquiatria e psicologia, também é uma prática descrita pelas mesmas. Logicamente, a abordagem com as crianças variam de diretora para diretora e conseqüentemente de escola para escola, mas é possível observar que a comunicação com os pais é uma prática freqüente entre as gestoras de ensino e que está pautada no intuito de questionarem o motivo da ocorrência das manifestações sexuais das crianças e solicitam que os mesmos orientem seus filhos. Ainda que não explicitamente relatado, isto nos leva a refletir de que, inconscientemente há um processo de expulsão/negação, ou seja, o desejo implícito de que tais manifestações sexuais permaneçam fora do ambiente escolar e que a família assuma a responsabilidade pela educação sexual das crianças. Interessante apontar também que, frente a uma provável dificuldade e incertezas nesta abordagem bem como uma provável dificuldade em lidar com as suas próprias questões afetivas e sexuais, a terceirização e o encaminhamento para atendimento clínico fora do ambiente escolar é uma solução encontrada pelas diretoras. Isso denota igualmente a ausência em assumir a responsabilidade frente a qualquer manifestação sexual dos alunos, sendo que, desse modo, as crianças ficam expostas a ações punitivas, sendo proibidas de, por exemplo, brincarem com outras crianças do sexo oposto. Essa conduta não contribui para que o desenvolvimento afetivo e sexual das crianças possam se desenvolver de maneira integral e saudável.

As diretoras descrevem também, ainda que não de forma clara, que as orientações e explicações são realizadas no cotidiano da escola. Na intenção de que tais explicações e orientações ocorram de forma adequada, fornecendo subsídios para a compreensão frente às mudanças corporais, bem como os desejos e prazeres decorrentes, as crianças possam dessa maneira, se beneficiarem da certeza de um desenvolvimento psíquico saudável. Além disso, tais orientações e explicações

adequadas podem contribuir, de acordo com Figueiró (2006), para a prevenção do abuso sexual, para a redução da gravidez precoce e/ou indesejada e do índice de doenças sexualmente transmissíveis (DST), incluindo a AIDS.

De fato, falar de sexualidade, principalmente a sexualidade infantil e a educação sexual nas escolas perpassa por uma mudança de ideologia, valores e crenças, tendo em vista que o tema traz à tona dificuldades institucionais, pessoais, sociais e culturais. Nesse sentido, Forquin (1993) descreve que

ninguém pode ensinar verdadeiramente se não ensina alguma coisa que seja verdadeira ou válida à seus olhos. Esta noção de *valor intrínseco da coisa ensinada* (grifos do autor) tão definir e de justificar quanto de refutar ou rejeitar, está no próprio centro daquilo que constitui a especificidade da intenção docente como projeto de comunicação formadora (p.9).

Assim, a necessidade de se discutir sobre esse tema se mostra cada vez mais presente e este trabalho revela a possibilidade de uma reflexão sobre a sexualidade infantil e a maneira de como abordar este tema tão polêmico nos contextos escolares.

Desse modo, na esperança de que as crianças, em um futuro próximo e então dotadas de uma evolução psíquica, afetiva e social, decorrente de um desenvolvimento sexual integral e saudável, possam perpetuar e desenvolver ações que beneficiarão demais seres humanos. A prosperidade humana agradece!

REFERÊNCIAS

AJURIAGUERRA, J. **Manual de Psiquiatria Infantil**. trad. Paulo César Geraldos e Sonia Regina Pacheco Alves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Masson do Brasil Ltda, 1980

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: edições 70, 2009

BLEGER, J. **Psico-higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre, Artes Médicas. 1984

BLEGER, J. **Temas de Psicologia: Temas e Grupos**. São Paulo. Martins Fontes Editora, 1980

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. **Brasil. CNS Conselho Nacional de Saúde**. Ministério da Saúde. Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html acessado em 11/01/2019.

BRASIL. **Brasil. CNS Conselho Nacional de Saúde**. Ministério da Saúde. Resolução 510, de 7 de abril de 2016. Brasília disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html acessado em 11/01/2019.

FIGUEIRÓ, M. **Formação de Educadores Sexuais: Adiar não é mais possível**. Londrina: Eduel, 2006 (Coleção Dimensões da Sexualidade)

FORQUIN, J. **Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes

Médicas, 1993

FREUD, S. Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. In: **Sigmund Freud Obras Completas Volume 6 – Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma Histeria (“O Caso Dora”) e Outros Textos [1901 – 1905]**. trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 1991

KLEIN, M. **Psicanálise da Criança**. Rio de Janeiro: Mestre Jou, 1981. (original de 1932)

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.B. **Vocabulário da Psicanálise**. 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2001

Louro, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997

MINELLA, L.S. Papéis Sexuais e as hierarquias de gênero na História Social sobre Infância no Brasil. **Cadernos Pagu (26)**, janeiro-junho de 2006: p. 289-327

OCAMPO, M.L.S.; ARZENO, M.E.G. A entrevista inicial. In: _____, et. Al. (orgs.) **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas**. 10ªed. São Paulo: Martins Fontes, p.15-45 (original de 1979) 2001

SARMENTO, M.J. Visibilidade Social e Estudo da Infância. In: Vasconcellos, V.M.R.de; Sarmento, M.J. **Infância (In)Visível**. Araraquara: Junqueira&Marin, p.23-49, 2007

ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: HISTORICIDADE, AVANÇOS E DIFICULDADES

Adriana Cristina Dias Lopes

(Faculdade Dom Bosco/ GEPES PET MEC FDB;
Acadêmica do Curso de Direito; Cornélio Procópio
- Paraná)

Allan Jones Miranda de Souza

(Faculdade Dom Bosco/ GEPES PET MEC FDB;
Acadêmico do Curso de Direito; Cornélio Procópio
- Paraná)

Claudia Ramos de Souza Bonfim

(Faculdade Dom Bosco/ GEPES PET MEC;
Paideia-UNICAMP; Doutora em Educação;
Cornélio Procópio - Paraná)

RESUMO: A presente pesquisa é de abordagem qualitativa e caráter explicativo-bibliográfico, com aporte de relato de experiência, fundamentada especialmente em Leis, documentos e boletins da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), Calazans, Musemecie Soares. Tem como objetivo expandir o conhecimento de como ocorreu a inserção de policiais femininas na PMPR, evidenciando os avanços e os atuais impasses que necessitam ser superados. A questão norteadora discute qual papel vem desempenhando estas profissionais no âmbito da corporação e se são vítimas de preconceitos por parte de outros integrantes da tropa? Conceitua-se Patriarcado, esclarecendo o que é Igualdade, Gênero, Sexismo, e Machismo. Apresenta-se um breve histórico da mulher

na Polícia Militar do Estado do Paraná, onde é relativamente recente a inserção das mulheres; relata-se as experiências vividas por estes pesquisadores nas atuações dentro e fora da corporação. Busca-se esclarecer as dificuldades já superadas e quais ainda perduram neste ambiente. É notória a evolução da mulher nas mais variadas áreas do mercado de trabalho, não sendo diferente seu progresso nesta instituição militar, onde desempenham diversas funções se equiparando aos homens, exercendo assim a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tanto na sociedade, quanto na própria corporação há muitos preconceitos a serem superados, a mulher ainda é considerada vulnerável e frágil, delegada muitas vezes, à funções secundárias. Considera-se que o aperfeiçoamento constante na busca de conhecimentos, técnicas, informações e qualificação estão sendo a chave para que as policiais femininas sejam reconhecidas na corporação da qual fazem parte.

PALAVRAS-CHAVES: Gênero; Igualdade; Policial Feminina.

ABSTRACT: This research is a qualitative and explanatory-bibliographic approach, with the contribution of an experience report, especially based on Laws, documents and bulletins of the Military Police of the State of Paraná (PMPR), Calazans, Musemecie Soares. Its objective

is to expand the knowledge of how the insertion of female police officers occurred in the PMPR, showing the advances and the current impasses that need to be overcome. The guiding question discusses what role these professionals are playing within the corporation and if they are victims of prejudice by other members of the troop? Patriarchy is conceptualized, clarifying what is Equality, Gender, Sexism, and Machismo. A brief history of women is presented in the Military Police of the State of Paraná, where the insertion of women is relatively recent; we report on the experiences of these researchers in the activities inside and outside the corporation. It seeks to clarify the difficulties already overcome and which still remain in this environment. The evolution of women in the most varied areas of the labor market is notorious, and their progress in this military institution is not different, where they perform several functions to equate men, thus exercising citizenship and their qualification for work. Both in society and in the corporation itself there are many prejudices to be overcome, women are still considered vulnerable and fragile, often delegated to secondary functions. It is considered that the constant improvement in the search for knowledge, techniques, information and qualification are being the key so that the female police officers are recognized in the corporation of which they are part.

KEYWORDS: Gender; Equality; Female police officer.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo central desta pesquisa é expor sobre a inserção de policiais femininas na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), evidenciando os avanços e as atuais dificuldades que ainda necessitam ser superadas dentro da Corporação. Sobre a metodologia utiliza-se de abordagem qualitativa e caráter explicativo-bibliográfico-explicativo baseando-se em estudos que abordem o tema, pautando-se ainda na experiência de seus pesquisadores em suas atuações. Considerando Gerhart e Silveira (2009, p.31), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” Sobre a pesquisa bibliográfica Fonseca apud Gerhart e Silveira (2009, p.37), afirmam que, “[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas [...]” A fundamentação teórica do estudo está alicerçada especialmente em Leis e Documentos da PMPR, Calazans, Musemeci e Soares entre outros autores que abordem o tema. A questão problematizadora discute quais funções vêm desempenhando as mulheres policiais e quais preconceitos sofridos por parte dos demais integrantes da tropa?

Esclarece-se aqui a concepção de componentes da segregação e da dominação, usados para delimitar espaços, determinar comportamentos e consolidar socialmente a dominação masculina que, do ambiente familiar estendeu-se para a sociedade, naturalizando preconceitos; um binarismo construído historicamente em diferentes sociedades culturalmente disseminados do ambiente familiar para toda sociedade pautada no sistema patriarcal. Sobre o **patriarcado** Therborn (2006, p.29), esclarece

que:

O patriarcado tem duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem. Em outras palavras, o patriarcado refere-se às relações familiares, de geração ou conjugais – ou seja, de modo mais claro, às relações de geração e gênero.

Sobre a **igualdade**, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º prevê que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, mas especificamente em seu inciso I, deixa expresso que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, no entanto este estudo busca esclarecer que mesmo estando evidenciado em nossa carta magna tal preceito fundamental ainda não vem sendo devidamente efetivado, haja vista, que dificuldades surjam por ser do sexo feminino e tem gerado preconceito que ainda perduram na instituição militar, onde a predominância é do sexo masculino.

O entendimento de **gênero** naturaliza as diferenças e consolida preconceitos, Bonfim (2012, p.37), afirma que, as questões de gênero são históricas e culturais e não biológicas e que diz respeito à: [...] aquilo que culturalmente seriam características do ser “masculino” e do “feminino”: forma física, anatomia, maneira de se vestir, falar, gesticular, enfim as atitudes, comportamentos, valores e interesses de cada gênero”. Essas diferenças estabelecidas historicamente, em diferentes sociedades e momentos históricos sofrem influência por sua cultura e não são naturalmente ou biologicamente determinadas como por muito tempo foi aceita. Os papéis de gênero socialmente designados ao homem e à mulher pautaram-se historicamente na dualidade fragilidade X força, usando essa equivocada argumentação, durante muito tempo para justificar a exclusão das mulheres para atuar em muitas profissões, especialmente se tratando da Corporação da Polícia Militar. Em se tratando especificamente da PMPR, foco deste estudo, é relativamente recente a inserção das mulheres no quadro. Tanto na sociedade, quanto na própria corporação ainda há muitos comportamentos sexistas e machistas, considerando a mulher vulnerável, indefesa e muitas vezes delegando à estas funções secundárias. Considerando Bonfim (2015, p.9),

O sexismo refere-se às discriminações sofridas por determinado gênero ou orientação sexual, onde um deles é privilegiado e o outro discriminado. Mas as mulheres são mais atingidas por esta prática advinda de uma cultura falocrática, patriarcal e machista onde as mulheres são desqualificadas e inferiorizadas. Sexismo e machismo seguem a mesma lógica de dominação e de discriminação. Onde se designa papéis e julgamentos distintos para homens e mulheres, repugnando comportamentos e atitudes feminilizadas.

Drumont (1980, p.81), conceitua machismo como “[...] um sistema de *representações simbólicas*, que mistifica as relações de exploração, de determinação, de sujeição entre o homem e a mulher.” Usando o “argumento do sexo [...] reduzindo os a sexos hierarquizados, divididos em polos dominante e pólo dominado”. (DRUMONT, 1980, p.82). Em relação à dominação masculina concorda-se com Louro (2001, p.30) ao afirmar que, “[...] é preciso desconstruir o «caráter permanente da

oposição binária» masculino-feminino. [...] usualmente se concebem homem e mulher como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão.”

Ao esclarecemos os conceitos ora apresentados, podemos verificar que as corporações militares, em especial a PMPR da qual estamos tratando, ainda não abriu o devido espaço para a inserção de mulheres onde persiste o espírito machista, tratando esta inserção de forma limitada e com pouco crédito. Devido à perseverança de mulheres que se predispõe em ingressarem nestas corporações, se sujeitando ao militarismo, marcada pela cisão civil-militar, e vivenciarem um universo masculino nas práticas cotidianas, é que podemos identificar um desenvolvimento em andamento, onde destaca-se a inovação do ofício de polícia, não necessariamente voltada a utilização da força física, mas sim na inteligência, capacidade para a resolução de conflitos e a inovação do trabalho em equipe.

2 | BREVE HISTÓRICO DA INSERÇÃO E ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

Muitos espaços de atuação, foram por muito tempo exclusivos para os homens, o que não é diferente nesta corporação, cuja formação pautou-se no militarismo e conseqüentemente na masculinidade. Assim, inserção das mulheres na PMPR é relativamente recente, como na história da sociedade como um todo. Como afirma Calazans (2003, p.22):

As mulheres entraram em espaços até então somente preenchidos pelo trabalho masculino, seja por necessidade de complementar a renda familiar, por necessidade da organização, por aspirações pessoais, ou por tornarem-se as “provedoras” de lares. A feminização do mundo do trabalho mostra-se crescente e as mulheres também chegam as Polícias Militares.

Mesmo com avanços consideráveis, ainda hoje, algumas das atribuições ainda persistem em ser desempenhada por homens e a principal justificativa ofertada são as diferenças biológicas. Considera-se que para compreender o contexto atual, faz-se necessário conhecer sua historicidade, assim, tentaremos sintetizar brevemente a trajetória histórica da inserção da mulher no quadro do efetivo da PMPR. A PMPR foi fundada em 1854, Lei 07 de 10 de agosto de 1854, possui 161 anos, sendo que o ingresso de mulheres nesta instituição ocorreu somente em 1977, ou seja, há apenas 38 anos, por meio do Decreto nº 3.238, de 19 de abril de 1977. Conforme afirma Schactae (2011, p.145),

O ingresso de mulheres nos quadros permanentes das polícias e das instituições militares é um fato datado do século XX. No Brasil, o ingresso efetivo de mulheres em instituições armadas do Estado ocorreu em 1954, com a inclusão das primeiras mulheres na Guarda Civil de São Paulo. Na década de 1970 essa organização foi extinta e seu efetivo foi incorporado à Polícia Militar de São Paulo. A segunda instituição policial militar a admitir mulheres no país foi a Polícia Militar do Paraná,

em 1977.

Considerando Santos (2015, Online), o primeiro curso de formação contou com 42 voluntárias, que exigiam que estas fossem solteiras, viúvas ou desquitadas, sem encargos de família e com idade entre 18 e 30 anos. Esse pelotão recebeu a denominação de Anita Garibaldi e o curso encerrou-se com apenas 27 policiais formadas. Todas elas foram promovidas a 3º Sargento em 16 de junho de 1978; exceto as quatro primeiras colocadas: Rita Aparecida de Oliveira (tenente-coronel), Ezilda Valentim de Souza (tenente-coronel), Iracema Maschio Figueiredo (major) e Juliana y Molina Sellucio (2º tenente), que foram promovidas a 2º Sargento. Em 19 de junho de 1978 o pelotão seguiu para o Estado de São Paulo, onde realizou estágio prático na Polícia Feminina da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Em 1979, iniciou-se o primeiro Curso de Formação de Oficiais (CFO), sendo vetado às que já havia se casado, na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG); concluindo-o, ao final de 1981, 05 policiais: Rita Aparecida de Oliveira, Iracema Maschio Figueiredo, Mirian Biancolini *Nóbrega*, Zilá Valentim de Souza e Nelzi Schuastpa. Neste mesmo ano, 1979, foram inscritas 43 candidatas no Curso de Formação de Soldados (CFSd), no antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e com as formandas deste curso, em 1980, foi realizado o primeiro Curso de Formação de Cabos (CFC). Em 1981 e 1982 foram formadas duas novas turmas de soldados.

Primeiramente, a missão das policiais femininas era atuar na Segurança Pública, na proteção de crianças, mulheres e pessoas idosas e inicialmente prestavam serviço sem nenhum armamento. Entretanto, após uma policial ser agredida fisicamente nas ruas de Curitiba, foi adquirido um lote de revólveres Taurus calibre 32, sendo tal armamento recusado pelas mesmas por se tratar de um armamento diferente dos utilizados pelos homens, alegando uma atitude discriminatória, a partir de então foi fornecido o mesmo armamento do efetivo masculino. A Lei de Organizações Básicas 6.774 de 08 de janeiro de 1976 1983, versava sobre a atuação da Polícia Feminina como “unidade operacional da Polícia Militar”, conforme consta no Art. 37, inciso XI.

XI - Batalhão, Companhia, Pelotão e Grupo de Polícia Militar Feminina (BPM Fem, Cia. PM Fem, Pel PM Fem e GP PM Fem) que tem a seu cargo a execução do policiamento ostensivo feminino, atuando na segurança pública, principalmente no que se refere à proteção de menores, mulheres e anciãos. (ESTADO DO PARANÁ, 1976, Art. 37).

O inciso citado acima foi inserido por meio da Lei 7.815, de 29 de dezembro de 1983, sendo posteriormente revogado pela Lei 12.975, de 17 de novembro de 2000, lei esta que extinguiu o quadro especial do qual as policiais femininas faziam parte. Vale expor que a Lei 16. 575, de 28 de setembro de 2010 renovou a organização básica da Polícia Militar, revogando as duas legislações mencionadas acima. Em 21 de Junho de 1984, foi constituída a Companhia de Polícia Feminina (Cia P. Fem.), local para a classificação das policiais femininas, haja vista estas pertencerem a um quadro especial diferenciado dos homens, o QPM 3-12 e somente em novembro de 1991

uma policial feminina, a Capitã Rita Aparecida de Oliveira, assumiu o seu comando. Somente em 1992, 15 anos após o ingresso de mulheres na corporação, é que a Cia P. Fem. foi dissolvida e o efetivo distribuído nas demais Organizações Policiais Militares (batalhões, diretorias, companhias, etc.), sendo extinto o quadro especial QPM 3-12 pela Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000, deixando de haver diferença entre atividades femininas e masculinas.

Considerando a Portaria do Comando Geral nº 1.042 de 2006, as policiais femininas, bem como, as atuais bombeiras femininas, possuem a mesma classificação hierárquica usadas pelo efetivo masculino. Entretanto a designação dos postos e graduações permanece no gênero masculino, e que independente de seu estado civil, as militares, quando se tratar de superiora hierárquica ou mais antiga (por tempo de serviço), devem ser sempre tratadas pelo pronome Senhora. Atualmente na PMPR, não há vagas especiais para policiais femininas. Toda candidata disputa em condições de igualdade com o efetivo masculino. Mas ainda há uma única restrição, que o componente feminino não ultrapasse em 50% do efetivo geral, cabe lembrar que este ainda é um preconceito a ser superado, pois a entrada deveria ser por competência e não limitar o máximo de ingressantes femininas. Mas outros estados brasileiros diferem em relação à incorporação das mulheres na Polícia Militar, restringindo e dificultando ainda mais sua inserção e ascensão, como afirma Calazans (2003, p.16):

Por exemplo, no Distrito Federal, há uma lei de 1998 que restringe a 10% a participação feminina no efetivo da PM, o mesmo ocorrendo no Mato Grosso, onde, em um concurso realizado em 2001, a participação feminina também foi limitada a 10% de um total de 800 vagas oferecidas. Atualmente, na maioria dos estados, o efetivo de mulheres não pode ultrapassar 10% do total, e a participação feminina nas polícias militares corresponde a, aproximadamente, 5% do conjunto do efetivo.

O percentual de policiais femininas na PMPR teve um grande crescimento, porém ainda são bem tímidos. Efetivo aproximado da PMPR é de 21.889 policiais, sendo 2.349 de policiais femininas, ou seja, 10,73%. Efetivo aproximado do 18º Batalhão de Polícia Militar é de 318 policiais, sendo 33 de policiais femininas, ou seja, 10,38%. Após este breve histórico da inserção e atuação da mulher PMPR, percebe-se que estas guerreiras vêm conquistando seu espaço na corporação, apesar das dificuldades encontradas, vêm se destacando e galgando a cada dia uma nova posição perante a tropa e a sociedade, mostrando que são capazes de efetuar as mais diversas e necessárias atividades que a segurança pública exige, conquistando a confiança do público masculino interno e da sociedade como um todo, mas que, para que estas ocupem lugar de destaque os obstáculos a serem superados são bem maiores que os dos homens. No entanto, cabe destacar que a luta das mulheres neste espaço institucional, tem mais entraves do que para os homens, muitas vezes ocultos em ordens simbólicas, que se expressam em práticas, símbolos e leis que organizam e determinam, de certa forma os espaços de atuação femininos e masculinos, onde notadamente os maiores espaços hierárquicos ainda são ocupados pelos homens, mantendo o poder dominante em mãos masculinas.

3 | RELATOS PLURAIS SOBRE A EXPERIÊNCIA INTERNA E EXTERNA NA ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR: AVANÇOS E IMPASSES

3.1 O olhar masculino

Muitos foram os obstáculos e preconceitos que as mulheres tiveram que enfrentar para ocupar espaços de atuação culturalmente designados aos homens, o que não foi diferente na PMPR. É fato, que ainda existe um abismo entre mulheres e homens, na sociedade e na PMPR, questão essa, historicamente estabelecida, que vem sendo vencida diariamente pelas mulheres que atuam nesta conjuntura. Constitucionalmente, a igualdade de direitos e deveres seja garantida e se acredite que não exista mais uma diferenciação entre os sexos, problemáticas culturalmente disseminadas ainda persistem e de alguma forma, dificultam os avanços das mulheres separando o que cada sexo deve desempenhar. A justificativa de que a mulher não tem a mesma força e habilidade masculina é equivocada, ainda que algumas diferenças biológicas não possam ser negadas, estas não podem ser usadas para excluir ou limitar os espaços de atuação da mulher, nem mesmo no âmbito militar. Esses preconceitos necessitam ser rompidos, pois somos humanamente iguais e todos os potenciais podem ser igualmente desenvolvidos por ambos os sexos, através de treino e capacitação. Outro aspecto cultural que necessita ser superado é sobre “a crença de que as mulheres são mais democráticas, menos violentas no exercício do policiamento ostensivo”, (CALAZANS, 2004, p.145), isto, seria naturalizar a violência como característica masculina. No entanto, temos que esclarecer que, homens e mulheres são humanizados através da educação, a violência não faz parte de nenhum gênero. A cultura das mulheres que adentram na intuição Polícia Militar auxilia na mudança desse histórico, vem sendo aos poucos reformulada, principalmente no Estado do Paraná. Os avanços são notórios e com isso, as mudanças colaboram para que essa instituição evolua de maneira igualitária e democrática e que a mulher assuma cada dia posições de comando e não mais, apenas subalternas. Mas este quadro ainda avança lentamente, como aponta:

Persiste em várias PM's do país a prática de empregar as mulheres em funções de menor prestígio e reconhecimento nos quartéis, elemento que tem preservado substancialmente a hegemonia masculina em muitos setores policiais [...] A presença de mulheres, vista como uma espécie de ameaça identitária aos membros masculinos da corporação, é restrita aos serviços internos nas diferentes seções administrativas dessas instituições (MUSUMECI; SOARES *apud* SOUZA, 2009, p. 58)

A cultura policial militar é, e pode ser considerada uma cultura de guerra, isso durante muito tempo foi considerado um fator grandemente desfavorável às mulheres. Nos dias de hoje, jamais pode ser considerado um soldado mulher menos que soldado homem, o combate é o mesmo e não existe diferenciação alguma entre o inimigo. Ainda que as ações sejam diferentes, a causa da luta é nobre e é única: em prol da proteção da sociedade e a presença da mulher torna essa aliança entre

homens e mulheres nesse ambiente de guerra menos hostil. Há muitas contradições, enquanto alguns obstáculos naturalizados são vencidos, as mulheres ao adentrarem na profissão militar, acabam se obrigando e sendo obrigadas incorporarem aspectos considerados culturalmente masculinos, para serem aceitas e se destacarem, o que por um lado significa um avanço, também demonstra que nas instituições militares ainda assim, prevalecem virtudes historicamente conferidas à masculinidade, como afirmam Musemeci e Soares (2005, p.87), pois :

Apesar de formalmente assentada na missão de “proteger e servir”, o que se privilegia na identidade policial militar são sobretudo as virtudes “másculas” e “guerreiras”, “heroísmo”, força física, aptidão para o risco – virtudes de que as mulheres estariam, por hipótese, desprovidas. O “verdadeiro policial” é aquele empenhado no enfrentamento do “inimigo”. É aí que se expressa a essência idealizada da profissão de polícia, de uma polícia que subverte sua missão básica de promover a paz e preservar a ordem pública, encontrando na “guerra” a fonte de seus valores identitários.

A PMPR exige policiais qualificados, independente do sexo, nos mais diversos setores, seja no policiamento ostensivo, de trânsito, técnico de computador ou cozinheiro, não anulando as chances de todos serem bons policiais. Hoje a mulher atende qualquer tipo de ocorrência policial, esse aspecto que a mulher tinha que defender algo pré-determinado acabou. É necessário que homem e mulher, estejam numa mesma linha de pensamento, e se isso não ocorre o convívio torna-se complicado, tornando o ambiente de trabalho conturbado, uma convivência imposta, gerando conflitos nas situações de risco que merecem extrema cautela. Há uma questão que merece ser relatada, que o homem, neste caso o policial militar, na maioria, tem consigo que sempre deve agir como a cabeça pensante no momento de situações que envolvem o perigo, que tem o dever de proteger a mulher e que esta deve deixá-lo assumir tal função e somente auxiliar no que for viável. Isto se deve novamente à fragilidade historicamente atribuídas à mulher. O homem foi culturalmente educado para proteger e a mulher para ser protegida. Muitas são as características ligadas aos papéis de gênero repassados que ainda se fazem presentes em nossa sociedade e consecutivamente em nossa corporação. Enfim, entre avanços, impasses e contradições vamos seguindo em nosso trabalho há oito (8) anos na PMPR, tentando modificar nossa própria forma de pensar e agir, afinal somos também, constructos históricos, condicionados por uma cultura hegemonicamente masculina. Cientes de há muitos preconceitos ainda há serem superados, especialmente do ponto de vista dos homens frutos da educação que receberam.

3.2 O olhar feminino

Como podemos verificar a história da mulher na Polícia Militar é contemporânea, tanto no Estado do Paraná, quanto nos outros Estados de nossa federação, e não podemos negar que no universo militar, ainda prevalece o quesito masculinidade, e que o convívio entre homens e mulheres nestas corporações prossegue sofrendo

adaptações.

No Brasil, hoje, em 19 estados da Federação há a participação de mulheres no ofício de polícia. Sabe-se que São Paulo foi pioneiro na inserção feminina nos quadros da polícia, no ano de 1955, depois, Paraná em 1977, Amazonas em 1980, Minas Gerais em 1981, Pará em 1982 e Santa Catarina em 1983. A mulher ingressou nas Polícias Militares com a criação do Pelotão de Polícia Militar Feminina ou das Companhias Femininas. Tinham como missão o trato com crianças, idosos, trânsito, escolas e aeroportos; com menores delinqüentes ou abandonados e com mulheres envolvidas em delitos penais. Com o passar do tempo, as policiais femininas começaram a ser empregadas tanto na atividade operacional, quanto na atividade administrativa da corporação. No Estado do Rio Grande do Sul, a inserção feminina na Polícia Militar deu-se a partir de 1987 quando foi criada a Companhia Feminina do Policiamento Ostensivo voltada para atividades identificadas como atribuições do universo feminino, em escolas, aeroportos e no trânsito. (CALAZANS, 2003, p.17).

Atuando como Policial Militar Feminina há dez anos e tendo conhecimento dos percalços que uma mulher terá que enfrentar ao se candidatar a profissão de policial, haja vista o ambiente militar, o ofício de polícia, ser secularmente masculino, regulado por normas e regras, hierarquia e disciplina, o que a leva a seguir em frente nesta escolha? O interesse pelo bem estar social, uma sociedade mais justa e humana, plano de carreira, estabilidade financeira, independência, todos são fatores que fazem a optar por esta escolha, causando uma libertação da cultura machista que sempre foi imposta, afim de que busque o que realmente lhe interesse, independente que seja para a escolha de uma profissão desenvolvida inicialmente por homens. A partir do momento em que a policial feminina supera suas próprias expectativas e reconhece que é capaz de realizar a função de policial tão eficazmente quanto os homens, devido sua competência, inteligência, perseverança, profissionalismo e com certeza treinamento, ela se constitui numa profissional de segurança pública, e a partir desse instante o que é relevante é o desempenho das atividades, a ordem pública, e não quem a desenvolve.

A idéia [sic] de trabalho de Policial Militar como trabalho de homens, construída no imaginário social, incrementa as crenças do ser mulher. Então, para se adequarem ao rigor do “ser policial”, estas mulheres suportaram a longa e árdua aprendizagem de constituírem-se em policiais, em uma espécie de sacrifício físico. Encontrando na suportabilidade a garantia de tornaram-se “donas de si”, de apropriarem-se de seus destinos. (CALAZANS, 2003, p.110).

Porém, mesmo desempenhando de modo eficaz suas atividades as policiais femininas, ainda hoje, encontram barreiras dentro das corporações, principalmente no que tange a valorização da força física, tendo que provar que fazem jus de estarem onde estão e que merecem a confiança tanto do público interno quanto externo, que conseguem sim fazer tanto quanto os homens e muitas vezes até melhor, contudo com a consciência de que o respeito pelo sexo oposto permanece. Ao adentrar no quadro da PMPR existem algumas regras internas específicas a serem seguidos tanto para os homens quanto para as mulheres, padrões que deverão ser levados em consideração, para que estes não sejam penalizados disciplinarmente. No que tange a policial feminina os padrões citados são quanto às vestimentas, cabelo, piercing, joias

ou similares, maquiagem e unhas (BOLETIM GERAL 236, 2006, p. 4).

a. O cabelo da militar (policial e bombeiro) estadual, ao utilizar qualquer uniforme da Corporação e suas peças complementares ou quando se encontrar em local sob administração militar, esteja uniformizada ou não, deverá seguir o padrão que ora se especifica e consoante o anexo C e seus apêndices, atendendo, de acordo com as coberturas empregadas, o seguinte:

1) poderá apresentar-se curto e/ou desbastado e, ao ser preso quando necessário, deverão ser utilizados elásticos pretos e/ou presilhas (tic-tac) na cor preta ou prata, de tamanho pequeno e de forma discreta, sem quaisquer tipos de pedras ou similares (fotos 1 a 18);

[...]

7) ficam vedados cortes ou penteados em que o cabelo passe a conter desenhos, palavras, “rastafári”, “drads” ou similares;

8) não poderão ser utilizados processos de tinturas, cujas colorações fujam ao tradicional ou comumente usados, tais como verde, laranja, azul, rosa e outras;

[...]

c. No uso de jóias ou similares, ao utilizar qualquer uniforme da Corporação e suas peças complementares, deverão ser observados:

1) os brincos deverão ser pequenos, evitando-se penduricalhos, ficando restrito o uso a no máximo dois pares, desde que dispostos no lóbulo da orelha (fotos nº 5, 8, 11, 14, 17);

[...]

e. As unhas das mãos deverão ser aparadas de maneira a não atrapalhar as atividades desenvolvidas;

1) quando pintadas, deverão ser evitados modismos e cores que destoem do uso do fardamento e da tonalidade da pele;

O aperfeiçoamento de uma policial feminina é contínuo, pois por meio da busca de conhecimentos, informações, técnicas e qualificação é que ela procura uma maior aceitação em seu ambiente de trabalho, o que muitas vezes torna-se incomodo a outros integrantes da corporação, gerando discriminação, diferenciação, todavia com sensibilidade, educação e sobre tudo muita diplomacia as policiais femininas tem obtido êxito em reverter e superar este tipo de provocação, que ocorre de modo eventual.

Com o aumento da inserção de mulheres nas corporações militares a tendência é de que a aceitação do público masculino seja cada vez maior, que as discriminações e preconceitos causados pelo sexo sejam praticamente abolidos. Espera-se, que todos e todas possam aprender a lidar com os avanços da consciência feminina a respeito do seu novo papel na sociedade, e que os(as) militares sejam reconhecidos (as) pelas atividades bem desempenhadas e não pelo sexo a qual pertence, recebendo críticas e elogios pela realização das mais diversas atividades desta profissão que demanda

muita garra e coragem para quem a exerce.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos demonstram que ideologias machistas criadas em uma sociedade patriarcal fazem com que, ainda hoje, muitas vezes, as policiais femininas tenham menor aceitação por parte do público interno e externo, por serem consideradas menos violentas, frágeis (com desempenho físico menor), tecnicamente despreparadas e com coragem vacilante, não sendo compatível para a realização do trabalho de policiamento ostensivo, ficando por diversas vezes, exercendo funções subalternas, devido a realização de um mapeamento para sua classificação nas unidades de policiamento, geralmente exercendo atividades burocráticas ou extensões do mundo doméstico. Tais valores ainda são mantidos, mas vêm sendo transformados devido à convivência com estas policiais, que buscam por equiparação de oportunidades (investimento em ações antidiscriminatórias e no enfrentamento dos casos de assédio sexual), deixando evidente a competência, perseverança e profissionalismo, ganhos adquiridos com boa vontade, abnegação, treino, empenho e coragem, o que tem gerado resultado em estatísticas positivas para as mulheres policiais. É notória a evolução da mulher nas mais variadas áreas do mercado de trabalho, não sendo diferente seu progresso nesta instituição militar, onde desempenham diversas funções se equiparando aos homens, exercendo assim a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tanto na sociedade, quanto na própria corporação há muitos preconceitos a serem superados, a mulher ainda é considerada vulnerável e frágil, delegada muitas vezes, à funções secundárias. Considera-se que o aperfeiçoamento constante na busca de conhecimentos, técnicas, informações e qualificação estão sendo a chave para que as policiais femininas sejam reconhecidas na corporação da qual fazem parte. Mesmo com muitos avanços, ainda é necessário transpor barreiras, demonstrar a capacidade de desempenhar e disputar de igual para igual com os homens, e de até superá-los em algumas situações, mas sempre com o cuidado em respeitá-los naquilo que eles se sobressaem.

REFERÊNCIAS

BONFIM, C. **Desnuando a educação sexual**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

_____. **A Condição Histórica da Mulher e a Construção Social do Amor na Perspectiva Socialista: um estudo da trajetória e produção de Alexandra Kollontai**. 2015. Relatório (Pós-Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado, 1988.

CALAZANS, M. E. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. 2003. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. **Mulheres no Policiamento Ostensivo e a Perspectiva de uma Segurança Cidadã.** São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 18, n.1, São Paulo. p. 142-150, 2004.

DRUMONT, M. P. **Elementos para uma análise do machismo. Perspectivas. Elementos para uma análise do machismo.** Perspectivas, São Paulo, 3, p. 81-85, 1980.

ESTADO DO PARANÁ. PMPR. **Decreto Lei n. 3.238, Criação do Pelotão de Polícia Feminina.** Curitiba, 19 de abril de 1977.

_____. **Lei n. 07, Lei de Criação da Companhia de Força Policial.** Curitiba, 10 de agosto de 1854.

_____. **Lei n. 6.774, Lei de Organização Básica (LOB).** Curitiba, 08 de janeiro de 1976.

_____. **Lei n. 7.815. Altera a Lei de Organização Básica (LOB).** Curitiba, 29 de dezembro de 1983.

_____. **Lei n. 12.975, Lei de Extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas.** Curitiba, 17 de novembro de 2000.

_____. **Boletim Geral n. 236/2006.** Curitiba, 21 de dezembro de 2006.

_____. **Diretriz n. 076/79.** Curitiba, novembro de 1979. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

_____. **Portaria do Comando Geral n. 1.042/06.** Curitiba, 13 de setembro de 2006.

_____. **Mulher assume pela primeira vez o comando de um pelotão da Rotam.** Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=84827>. Acesso em: 26 março de 2016.

GERHART, T. E. ; SILVEIRA, D. T. (Orgs.) **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MUSUMECI, L. ; SOARES, B. M. **Polícia e Gênero: presença feminina nas pm's brasileiras.** In: Boletim Segurança e Cidadania, CESEC, ano 2, n. 4, abril de 2004.

SANTOS, M. **Mulher militar estadual: soma de garra, delicadeza, força e dedicação.** Curitiba, PR: PMPR, 2015. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=12634>. Acesso em: 26 março de 2016.

SOUZA, M. S. de. **“Elas não servem pra guerra”: presença feminina e representações sociais de gênero na polícia militar de Sergipe.** 2009. 125 f. Monografia (Especialização em Violência, Criminalidade e Políticas Públicas) – Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão; Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, São Cristóvão, 2009.

SCHACTAE, A. M. **Farda e batom, arma e saia: a construção da polícia militar feminina no Paraná (1977-2000).** 2011. 282 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000.** São Paulo: Contexto, 2006.

BRANQUITUDE E DECOLONIALIDADE ACADÊMICA

Ana Tereza da Silva Nunes

Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia/ Minas Gerais.

Jair da Costa Junior

Mestre em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação da Pontifca Universidade Católica de Belo Horizonte/Minas Gerais.

RESUMO: Este ensaio questiona a manutenção de determinadas práticas, metodologias e epistemologias legitimadas na gênese do campo acadêmico a partir de uma noção de racionalidade científica ocidental tida como universal. Buscamos averiguar a forma como o campo acadêmico opera uma lógica distintiva ao reproduzir hierarquizações socioculturais – de gênero, raça e classe – na categorização dos saberes, sujeitos e territórios referenciando a norma europeia. Discute-se a gênese do campo acadêmico considerando a noção de ciência moderna em relação à conservação de uma estrutura desigual que a origina, pensando práticas de manutenção da branquitude e colonialidade dos saberes/poderes nos espaços institucionalizados de onde se propaga o conhecimento reconhecido e oficializado como ciência no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialidade. Branquitude. Epstemicídio. Educação. Ciência.

GENERIFICAÇÃO E RACIALIZAÇÃO ASSIMÉTRICA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO BRASIL

Pensar a experiência histórica da academia no Brasil, considerando possíveis práticas de alteridade, permite averiguar alguns dos modos como as relações de interseccionalidade relativas às posições de gênero, raça e classe, articuladas à gênese das ciências modernas, atravessam ainda na atualidade as formas de representação e subjetivação social. Consequentemente, a produção do conhecimento reconhecido como científico, e os processos de (não) reconhecimento de determinados saberes e sujeitos no âmbito do campo acadêmico atuam como instâncias homólogas às relações sociais. Compreender o lugar em que nos inserimos, sem desconsiderar o lugar do outro, requisita uma reflexão quanto às formas e normativas metodológicas não flexíveis e fundadas em epistemologias do conhecimento comprometidas pela própria concepção de uma ciência moderna enquanto subproduto e produtora da mesma “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2009) incorporada nas assimetrias sociais racializadas e generificadas patriarcalmente que caracterizam as relações no Brasil. Define as formas de interiorização

das noções de superioridade racial que perpassa todas as dimensões da experiência humana, especialmente na América do Sul, que tem seu marco temporal na colonização (1492). A partir desse marco, os processos de dominação sistemáticos – objetivos e simbólicos – introduzem distinções no *habitus* do povo colonizado que perduram nas relações sociais (estruturas objetivas), nos corpos e mentes dos agentes (estruturas cognitivas).

O atual sistema de ensino universitário brasileiro se constituiu marcado pelos mesmos condicionantes sociais de poder alicerçados na gênese histórica do Brasil, comprometida por padrões eurocêntricos de classificação do mundo, em que a colonização desponta como a “culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (QUIJANO, 2005, p.117). Essa cultura é mundializada enquanto verdade universal, colocando às demais experiências humanas suas cargas valorativas morais, passando pelo campo da estética, do intelecto e dos costumes, especialmente nos ditos países periféricos. O estabelecimento dessa concepção de centro e periferia como categorias de definição da “articulação política e *geocultural*” do mundo moderno, implica na imposição da divisão racial do trabalho, incluindo o trabalho e produção intelectual, em âmbito mundial, e seus respectivos impactos objetivos e subjetivos (QUIJANO, 2009) nessa determinação e hierarquização arbitrária dos campos em suas respectivas representações.

Produz codificação e homogeneização de experiências num único padrão europeizado, controlando todas as dimensões da vida: da subjetividade, dos corpos, da cultura, e do monopólio da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005; 2009). Considerando o marco da modernidade estabelecido em 1492, localiza o início do “sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu” (BERNARDINO- COSTA; GROSGOUEL, 2016). A associação abstrata da razão com a masculinidade e a brancura foi produzida por um conjunto de fatos históricos articulados em que se incluem os processos colonialistas, protagonizados por esses atores: homens brancos burgueses (YOUNG, 2000). Os sujeitos – homens, brancos, heterossexuais, europeus – que produzem o conhecimento científico acadêmico como campo institucionalizado do saber, bem como as metodologias e epistemologias que empreenderam, foram e são mantidos em um lugar de poder, por uma trajetória de reconhecimento literal e simbólico que opera como engrenagem automatizada, que não mais carece que tais sujeitos precursores a movam deliberada e explicitamente.

Estabelecem-se práticas que passam a conservar lugares e privilégios ao cumprir requisitos instituídos enquanto próprios de um campo, que se constituiu como a tradição intelectual moderna, e que percebemos indissociável, em forma e conteúdo, das opressões sexistas e racistas naturalizadas na estratificação imposta ao mundo social ocidentalizado, que definem (des)valores conferidos às representações e posições socioculturais em interação.

Para Buck-Morss (2011, p. 134), “a consequência desse tipo de trabalho

acadêmico é uma cegueira parcial em meio a oceanos de perspicácia, e isso é típico da literatura acadêmica ocidental”. Buck-Morss (2011) faz uma veemente crítica à razão iluminista, enquanto movimento que visou as liberdades por um lado, porém, se omitiu à escravização do povo negro em todo o mundo, inclusive na Europa, de onde seus precursores e ideólogos teorizam e analisam as sociedades modernas. Em um dos exemplos de sua crítica, a autora retoma Sala-Molins, que aponta o silêncio de Rousseau como “racista” e “revoltante”, uma vez que “referia-se a seres humanos de todas as partes, mas omitia os africanos; falava dos groelandeses transportados à Dinamarca que morriam de tristeza, mas não da tristeza dos africanos transportados às índias, que resultavam em suicídios, motins e fugas” (BUCK-MORSS, 2011, p. 136).

Questionando ainda a liberdade enquanto princípio universal, conforme propalado pelos teóricos do iluminismo, a autora aponta como se tratava de um princípio essencialmente embasado nos interesses e defesa da burguesia francesa, e, conseqüentemente, reflexo das obras da intelectualidade tida como revolucionária, a qual, a partir das discussões e embasamento entre seus pares, seguia corroborando a escravização da população negra como algo naturalizado. Endossando, conseqüentemente, o discurso de inferioridade racial à medida que, o silenciamento denota uma forma tácita de assentimento. Ainda, segundo a autora, em virtude “dos discursos disciplinares por meio dos quais herdamos o conhecimento sobre o passado” (BUCK-MORSS, 2011, p. 143), estamos cada vez mais condenados à invisibilização das possibilidades de outras culturas que não seja a de base europeia, ou, na contemporaneidade, norte-americana. Observa que Hegel, ao se empenhar para alcançar o ápice da herudição em seus estudos, se tornava cada vez mais “tolo”, ao não se aperceber dos condicionamentos a que estava exposto e expunha em suas conferências e estudos. Pois, “quanto mais fielmente suas conferências refletiam a produção acadêmica convencional europeia sobre a sociedade africana, menos esclarecidas e mais preconceituosas elas se tornavam” (BUCK-MORSS, 2011, p. 154).

Conforme assevera Young (2000), a ciência moderna é o principal instrumento de imposição e legitimação da norma simbólica enquanto pressuposto de um padrão hegemônico estético e cultural. Reproduz desde seu originário uma orientação heteropatriarcal racializada, que culmina na conservação sócio-histórica objetiva de um só lugar de fala e representatividade, de um grupo social – homens, brancos, heterossexuais – sobre todos os outros, e conseqüentemente, em uma autorização do referido grupo para se posicionar sobre todo e qualquer assunto no âmbito da produção científica. Uma espécie de conversão da hierarquia patriarcal impositiva, garantida por reflexões proferidas e avaliadas entre pares na gênese da ciência moderna, em uma autoridade simbólica desse mesmo lugar masculinizado, em representação e representatividade, enquanto o referencial máximo relativo à invisibilidade imposta aos demais grupos sociais no espaço da academia.

Os modos de produção do conhecimento, e os critérios estabelecidos para o reconhecimento do campo científico, conformam as hierarquizações socioculturais

legitimadas e oficializadas, asseguradas pelo monopólio da classificação do mundo social garantido no manejo do recurso do universal (BOURDIEU, 2014). Definir o que pode ser considerado universal é possível pelos agentes e grupos que estão de posse das funções do Estado, e de seus correlatos espaços. O Estado é produtor do oficial. Logo, a academia se afirma enquanto *locus* da oficialidade do discurso hegemônico legítimo estatizado, e, não por acaso, o *locus* de emanção do poder de expressão da branquitude. Como consequência, observamos o silenciamento das formas de produção de conhecimento que, mesmo dentro das normas e normativas requeridas por este símbolo do poder (academia), evidenciam raça e gênero como quesitos para inserção ou êxito no campo.

Segundo Young (2000) é importante não concluir que as intersecções perpassadas por classe, raça e gênero sejam causadas pela razão científica. Esclarece, por outro lado, que se trata de um campo que reflete as relações de dominação presentes no espaço social. Dessa forma, a “associação desta razão com uma burguesia branca e masculina surge e persiste no contexto de uma sociedade estruturada por relações hierárquicas de classe, raça, gênero” (YOUNG, 2000, p.215). Questiona-se os limites de um academicismo calcado em branquitude (LOBORNE, 2014) e colonialidade (QUIJANO, 2005, 2009), que associou e essencializou o sentido de conhecimento e ciência a um grupo social que passa a representar a norma universal. A noção de branquitude averigua assimetrias raciais questionando a identidade branca concebida estruturalmente enquanto norma e lugar social de privilégios, em detrimento de uma maioria populacional não branca concebida e mantida como o outro negativo. Uma racialização quanto aos significados do que é ser branco criticamente, considerando interseccionalidades de gênero e classe, e objetivando a ampliação das formas de inserção na desconstrução antirracista coletiva das práticas sociais.

O campo acadêmico se faz espaço de possibilidades de desqualificação de saberes e discursos politizados, retirando-lhes o status de ciência e categorizando-os enquanto ativismo/militância, desconsiderando que a luta por representação e representatividade esteja travada na própria concepção de conhecimento, na dissimulação da manutenção de posições privilegiadas e conservação de um poder eurocentrado apresentado como rigores metodológicos e epistemologias clássicas. Um patente exemplo dessa estratégia simbólica de desqualificação intelectual, como forma de exclusão e retirada do campo científico pode se encontrado em Telles (2003), que ao mencionar Abdias do Nascimento o referencia associando ao adjetivo “ativista negro”. Igualmente podemos citar a invisibilização de pesquisadoras e intelectuais tais como, Lélia Gonzalez e Maria Beatriz do Nascimento, a desqualificação da obra de Carolina Maria de Jesus, por não portar os títulos do privilegio. E o tardio reconhecimento de Maria da Conceição Evaristo. Essa desclassificação cumpre o papel de destituir de qualquer legitimidade a produção de negros e negras intelectuais, os colocando no lugar do discurso entusiasta e inflamado, irrefletido e ausente de método e rigor científico.

Voltando a Buck-Morss (2011), mesmo evidenciando e fazendo severas críticas à cegueira de vários dos supostos intelectuais do iluminismo frente à omissão em relação ao sistema escravocrata, refletindo à luz da revolução haitiana, relega à revolução francesa e seus imperativos os pressupostos motivadores do êxito da revolução negra pela liberdade. Afirmando que: “a Revolução Francesa não era simplesmente um fenômeno europeu, mas um evento de implicações históricas de alcance mundial” (BUCK-MORSS, 2011, p. 139).

Na mesma direção, Carvalho (1998), discutindo sobre os impasses retóricos nos discursos dos padres jesuítas ditos abolicionistas, em: “escravidão e razão nacional”, revela as vicissitudes e ambiguidades contidas nos discursos pretensamente humanitários desses agentes. Para Carvalho (1998, p. 39), “a tradição luso-brasileira não conheceu o movimento ou corrente de idéias abolicionista senão nos últimos anos de escravidão”. Vale enfatizar que Carvalho não considera os movimentos, rebeliões, insurreições, organização em quilombos, e outras formas de manifestações da população negra como partes de um mesmo movimento abolicionista, a partir do qual circulavam idéias que tinham como finalidade alcançar a liberdade dos povos escravizados e o fim do sistema escravista no mundo. Para além de meros discursos retóricos, essas eram práticas que buscavam a liberdade e a igualdade de formas concretas, não pensá-las inseridas em uma mesma trajetória de luta pela abolição, mundialmente e pluralmente experimentada, é deslegitimá-las como tal. Contudo, a discussão tanto de Buck-Morss quanto de Carvalho são de grande relevância analítica para constatação de uma lógica de civilidade que dissimula a violência em mecanismos considerados símbolos de uma sociedade civilizada, e reafirma os pressupostos eurocêntricos, justificados no padrão de racionalidade moderno e nos ideais do iluminismo.

A leitura de Gonzalez, se referenciando em Maria Beatriz do Nascimento, nos mostra que a população negra “sempre buscou formas de resistência contra situação sub-humana a que foi lançada” (GONZALEZ, 2018, p. 36). Desde 1559 já haviam notícias da formação de quilombos como formas alternativas de sociedade e contrapartida de resistência organizada contra a super exploração a que eram submetidos. Os quilombos eram a representação da liberdade e da igualdade, bem como, dá forma ao primeiro Estado livre no continente americano, a República negra de Palmares, que sobreviveu ao sistema escravista de 1595 a 1695. Assim, de uma perspectiva decolonial produzida antes que tal termo se elaborasse e adquirisse reconhecimento acadêmico, podemos inferir que Palmares foi a “primeira tentativa brasileira no sentido de criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socio-econômicos, realizou um grande avanço” (GONZALEZ, 2018, p. 36).

Com isso, porque não acreditar no sentido oposto, no sentido que a história tida como oficial não mostra, e mesmo as críticas que se acreditam mais profundas ainda se rendem aos mesmos desígnios que supostamente indagam, e considerar que os movimentos dos povos negros pelo mundo alimentaram os ideais pela liberdade,

como por exemplo, da revolução francesa. Pois, igualmente aos ideias, surgidos em períodos subsequentes as várias insurreições negras pelo mundo, as notícias dessas ações pela liberdade e contra as formas de opressão e exploração também corriam o mundo, especialmente o continente europeu.

É nesse sentido que a noção de lugar de fala (RIBEIRO, 2014) está diretamente articulada à busca por uma epistemologia decolonial, no enfretamento acadêmico das formas de opressão perpetradas contra grupos sociais, a partir das categorizações e valorações negativas relativas às construções identitárias estruturalmente generificadas e racializadas desigualmente na sociedade brasileira.

Segundo Young (2000) o pertencimento a um grupo se dá a partir de uma relação de afinidades produzida por experiências (classe) de vida comuns, sendo que um grupo somente existe em relação à outro. Opressão e dominação são compreendidas enquanto dimensões estruturantes das relações entre grupos sociais e de caráter sistêmico. As violências – opressões/dominações – são vividas a partir de situações corriqueiras sustentadas em boas intenções. Para a autora a violência se evidencia em cinco faces: exploração; marginalização, carência de poder, imperialismo cultural e violência. Nessa perspectiva, lugar de fala, assim como decolonialidade, pressupõem, antes de tudo, o compartilhamento de espaços, e, conseqüentemente, a possibilidade de olhares diversos sobre determinada temática ou fenômeno. Questiona-se, portanto, os pressupostos que culminaram na homogeneização dos espaços, especialmente o acadêmico como privilégio de um grupo/classe.

Segundo Souza (2016, p. 441) “o mito da brasilidade é a nossa narrativa sobre nós mesmos articulada por Gilberto Freyre [...] uma interpretação de cunho folclorista, enfocada nos costumes, que procura nos definir com base nas ‘heranças’ culturais de ‘matriz civilacional’ ibérica”. Democracia racial, o outro nome para o mito da brasilidade, foi uma categoria elaborada, vista e analisada segundo a posição social que é do homem branco, da elite brasileira, do Brasil colônia e seus descendentes. Como bem salienta Elias (1987), “expressões como conversão ao cristianismo pouco ajudam: elas representam o ponto de vista dos conquistadores e não dos conquistados” (ELIAS, 1987, p. 77). Questiona-se tudo em relação a essa categoria, vivemos séculos de masturbação intelectual em torno da compreensão dessa categoria, mas não questionamos sua legitimidade prática e a finalidade que cumpre nas relações sociais de produção de hierarquias e manutenção de posições, inclusive nos dias de hoje. Segundo Souza (2016) a definição de ciência verdadeira deveria estar ligada ao interesse crítico, de produção de pesquisas que fogem aos clichês do senso comum. Para ele, o “mito da brasilidade” obstou o conflito inclusive nos espaços onde deveria ser o princípio basilar, a academia.

Enquanto pesquisadorxs, não podemos deixar de observar que se tratava de uma visão advinda da posição dos senhores e suas famílias, seus descendentes, que formaram a elite intelectual brasileira e ocupou os espaços oficiais. Os quais, protegidos pela dominação exercida contra a população negra, acreditavam viver

em harmonia com os mesmos. Os fenômenos sociais, assim como quaisquer outros fenômenos ou fatos históricos, são vistos de um determinado ponto de vista, e do “chão” que o observador pisa. Nesse sentido, a interpretação, os mecanismos e os instrumentos utilizados para dar significado ao que é observado, dependerá, em grande medida, da posição social, dos instrumentos que se dispõe, da experiência de vida, e uma série de outros elementos relevantes que compõe e dão significado ao observador a partir do que se vê. É nesse sentido que a academia brasileira, ao produzir um espaço homogeneizado, em todos os aspectos, inclusive estético, produziu conseqüentemente obstáculos aos conflitos e à produção crítica, à antítese do pensamento sobre os fenômenos.

Para tanto, Gonzalez nos esclarece que,

O paternalismo/liberalismo racial que permeia o discurso revolucionário, na sua luta contra o monopólio do capital, aponta-nos para um modo não-consciente de perpetuação dos mecanismo de dominação utilizado pelo sistema que combate. E na medida em que um discurso não é consciente de seus fundamentos e seus efeitos, ele não se pode dizer científico, já que não conseguiu se aperceber das artimanhas da ideologia (GONZALEZ, 2018, pp. 101-102).

Valorações que nos afetam epistemologicamente quanto às práticas acadêmicas conservadas, no que tangem à sutileza da violência racista e de gênero pode ser observada a partir de uma norma que se legitima na seleção de referenciais ao se pensar uma disciplina, um projeto, uma pesquisa. Quantxs feministxs serão selecionadxs? Quantas autorxs negrxs? Quantos autorsx antirracistas? Quantas autorxs latinx-americanxs, brasileirxs, mineirxs? Quantas leituras de autoria de LGBTs serão inseridas? Agir em contrário às distinções e desigualdade na prática passa por se condicionar ao exercício de ações afirmativas cotidianas, passa por considerar esses fatores interseccionais que cerceiam determinados sujeitos em determinados espaços também na busca e inserção de novos referenciais, a partir do entendimento comum de que agir automatizadamente, ou seja, se dar o privilégio de não pensar sobre isso, é reproduzir efeitos de opressão estruturalmente incorporados, de maneira inconsciente; é seguir reproduzindo a exclusão de determinados grupos sociais, e conservando invisibilizações que corroboram epistemicídios (CARNEIRO, 2005), por escolhas sempre orientadas por autores e formatos metodológicos eurocentrados.

O termo epistemicídio faz analogia à ideia de exermínio e silenciamento dos conhecimentos não legitimados pela norma eurocentrada, trata da exclusão, desqualificação e invisibilização de saberes de origem diversa e produzidos em formatos diferentes das imposições científicistas modernas ocidentais; o epistemicídio é considerado enquanto parte dos processos que configuram um quadro de genocídio continuado da população negra em nosso país, opera na morte simbólica do que se refere culturalmente às populações dos grupos sociais historicamente oprimidos.

Algo que pode se fazer importante pensar, quando, diante de uma lista de 41 eixos temáticos de um evento como o “VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro

Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade - Resistências e ocupa(ções) nos espaços de educação”, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande em parceria com outras instituições acadêmicas no ano de 2018 (para o qual foi apresentado uma versão em resumo expandido deste artigo) e que, conforme se explicita no nome, trata de gênero, sexualidade, e se dispõe a tratar de ocupação e resistência em espaços de educação, não há nenhum com o recorte étnico-racial explícito, no título desses espaços de debate, ainda que dentro do que proponham no conteúdo e forma de abordagem raça esteja contemplada como categoria de análise.

Há que nos fazer pensar sobre como ainda é possível um evento sobre gênero e corporeidades no Brasil não atuar afirmativamente nesse sentido, diante da possibilidade de escolha por uma linguagem que explicita prioritariamente o comprometimento com uma epistemologia antirracista no campo da Educação. Ainda que se fale de representatividade e da importância de nos educarmos para as relações étnico-raciais recorrentemente, e que ela esteja contemplada em todas as políticas públicas em Educação das últimas décadas, não houve questionamento e/ou atitude prática para reversão dessa ausência terminológica, não houve uma percepção entre pesquisadores legitimados no campo, na elaboração de eixos temáticos que sejam de interesse na área, de que tal ausência acarrete em prejuízo na mensagem que o evento comunica inicialmente. Não houve sensibilidade pra pensar que se trata de mais um modo de negar sutilmente que haja a real necessidade de sempre estabelecermos recortes étnico-raciais, e que, ainda hoje, permitir essa ausência como algo pontual, não planejado, contribui para a manutenção da invisibilização das desigualdades racializadas na sociedade brasileira como um todo.

Colocamos em suspensão, no sentido mesmo da redução fenomenológica, os regimes de verificação que seguem regendo o campo acadêmico, e conseqüentemente, as relações sociais. “Analisar, portanto, os regimes de verificação, é verificar os pressupostos que norteiam os pontos de vistas. No caso do Brasil, há que se reconhecer um pensamento colonial (um *ethos* racista intelectual) estruturado nos cérebros e nas práticas” (COSTA, 2018, p. 402). É questionar um campo instituído supostamente para desvelar os mecanismos de opressão, que, de outra maneira, os reproduz irrefletidamente ao não considerar os pressupostos que regem a razão. Conforme assevera Bourdieu (1998, p.11) “a crença, incluindo aquela que está na base do universo científico, é da ordem do automático, quer dizer do corpo, que, como Pascal não pára de nos lembrar, ‘tem razões que a razão não conhece’”.

A razão científica, ao hierarquizar modos de escrever e produzir corporeidades artísticas possibilita a legitimação e a sistematização de apropriação cultural dos saberes que não produz, mas que são enquadrados nas formas acadêmicas, apreendidos e replicados nas tidas normas cultas da língua, apropriados pela cultura letrada em monografias, dissertações, teses, documentários, peças de teatro, espetáculos de dança, ou seja, pelos agentes familiarizados historicamente com a forma do capital cultural escolarizado e requisitado por tais espaços de ensino

(BOURDIEU; PASSERON, 2014), caracterizando um novo modelo de exercício de uma mesma colonialidade na manutenção da branquitude no privilégio de falar sobre tudo e todos, mesmo sobre os saberes que desconhece para além de uma análise feita a partir de um lugar com o qual não tem pertencimento. Nesse sentido, a prática acadêmica se torna um mecanismo de apropriação e expropriação de saberes, a partir de um olhar exotizado sobre tudo que possa ser considerado objeto, se traduz em um olhar normalizador, que tanto reduz quanto desqualifica o que for considerado objeto (YOUNG, 2000).

Estabelecer critérios que padronizam um modo de produzir conhecimento enquanto requisito para que ele seja reconhecido como verdade possibilitou manter certa primazia da forma em detrimento do conteúdo “academicizado”. Em oposição à norma científica são colocados todo conhecimento e saber tido como desviante, ou rejeitado enquanto tal. O que constitui atender textualmente às normas da ABNT - Associação brasileira de normas técnicas; órgão responsável pela emissão das orientações referentes aos padrões dos formatos de apresentação dos trabalhos e produções acadêmicas no Brasil - e aos referenciais teóricos certos, pagar pedágio intelectual para um número suficiente de autores legitimados e que pensem próximos de você sobre um tema que atenda à linguagem do campo, pode e será considerada ciência a ideia apresentada. Ciência como a adjetivação sociocultural construída e institucionalizada para hierarquizar a produção de um conhecimento sobre os demais. “A ciência é a estética da inteligência” (BACHELARD, 1996, p.13), o que corresponde à noção de ciência como forma idealizada de inteligência, produzida e conservada desde a modernidade. Nesse sentido, deixar a superficialidade da forma pode ser uma estratégia ou modo de se opor ao ordenamento distintivo e arbitrário de saberes. Mobilizar a produção acadêmica como ferramenta de intervenção na dinâmica de opressão dos grupos sociais, ressignificando esse espaço de captura desveladora de hierarquias modernas. Maria Beatriz do Nascimento (RATTS, 2012, p. 94) descreve:

O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo, ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade (RATTS, 2012, p. 94).

Não se trata de reduzir a produção do conhecimento à imutabilidade de uma condição machista, racista e elitista, ou inferir que tais processos estejam na ordem do conscientemente deliberado por agentes que os protagonizam, mas de repensar, para um enfrentamento deliberado de tais questões nas instituições de ensino acadêmico, exatamente para que tais espaços e agentes possam rever as práticas de omissão e invisibilização na manutenção dessa hierarquização que possui cor, gênero e classe no que determina em lugares e representações em nossa sociedade.

Compreender a eficácia do poder simbólico de eternização das ações, conseguir apreendê-las e torná-las evidentes no presente que se situa, trata-se de tarefa

recôndita, que, ao mesmo tempo em que se verifica necessária, corre o risco de cair na banalização da inflexão das ignorâncias que persistem na cegueira inconsciente de uma consciência histórica imanente. É necessário provocar sistematicamente a evidenciação das sutilezas naturalizadoras e produtoras do racismo e sexismo intelectual, como princípio elementar do afloramento de uma perspectiva decolonial para o desmoronamento das estruturas que erigiram e dão sustentação a este poder de dominação da subjetividade.

O racismo, igualmente ao sexismo, tem razões que o próprio racismo e sexismo desconhecem!

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: companhia das letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**: São Paulo: Brasiliense, 2003.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A reprodução**.. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

CARNEIRO, S. A. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005, Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Escravidão e razão nacional**. Dados, v. 31, n. 3, 1988, p. 287-308.

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e Haiti**. CEBRAP, Novos Estudos, 2011, p. 131-171.

COSTA, Jair. **Genocídio: o apagamento de uma identidade**. 2018 - Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Orig.1981. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LOBORNE, A. A. de P. **Branquitude e colonialidade do saber**. Revista ABPN. V.6, n.13. Mar. – Jun. 2014. pp. 148 – 161.

GONZÁLEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. [S.I]: Diáspora africana, 2018.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2009.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina**. Clacso. 2005. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>. acesso em: 20 jun. 2018.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlanta**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: imprensa oficial, 2006.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume dumará, 20003.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

YOUNG, Iris Marion. **La justicia y la política de la diferencia**. Valencia: Cátedra, 2000

DIVERSIDADE E GÊNERO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA ATIVA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Daniela Copetti Santos
Luciane Carvalho Oleques
Juliane Oberoffer Santos da Rosa

RESUMO: Este estudo propõe a busca pelo conhecimento na perspectiva da diversidade sexual, sexualidade e relações de gênero. Ele surge a partir de metodologias ativas realizadas por alunos do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Farroupilha (Campus Santa Rosa), tendo como suporte o componente curricular de Biologia ministrado e orientado por duas professoras. A metodologia utilizada surgiu da própria criatividade deles, tendo sido desenvolvida em três momentos. No primeiro momento uma revisão bibliográfica, no segundo, um questionário online preenchido por 70 pessoas convidadas e terceiro uma entrevista aberta com profissionais de saúde do município. Conclui-se que é fundamental o diálogo, rever argumentos, questionar-se sobre possíveis verdades tradicionais e inserir o contexto no cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade sexual. Biologia. Ensino Médio Integrado.

INTRODUÇÃO

A educação deve ser também um

espaço de cidadania e de respeito aos direitos humanos, inclusive dos alunos, o que tem levado o componente curricular de Ciências Biológicas a repensar a sua metodologia em sala de aula e a discutir diferentes temas que fazem parte do mundo atual. Entre os temas sugeridos estavam: Métodos contraceptivos, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), Gravidez na Adolescência, Machismo e Feminismo, Violência contra a mulher e Gênero e suas diversidades. Dentro desse contexto os alunos de duas turmas do primeiro ano do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Farroupilha (IFFar- Campus Santa Rosa) orientados por duas professoras dessa área foram separados em diferentes grupos. O objetivo do trabalho era fazer com que eles a partir da sua curiosidade, da capacidade científica, da pesquisa e do entrosamento com os seus colegas buscassem aprender, sobre esses assuntos e que estivessem ligados ao cotidiano deles, as professoras orientadoras do trabalho não queriam assuntos prontos e retirados de livros, era necessária a criatividade deles através do entrosamento de ambas as turmas, os grupos deveriam ser mistos, ou seja, deveria haver alunos tanto de uma turma quanto da outra.

O grupo responsável pelo tema proposto

nesse trabalho, a partir de conversas prévias resolveram utilizar como metodologia três momentos diferentes. No primeiro momento houve uma pesquisa através de referenciais teóricos o que foi acompanhado e sugerido pelas duas professoras, nesse momento eles puderam conhecer a contextualização que se faz em torno de Identidade de Gênero e suas diversidades, como: Transgênero, Bigênero e Gênero duplo, Pangênero, Terceiro Gênero, Sexo Designado e diversidades sexuais. No segundo momento foi construído pelos alunos um questionário online com 8 perguntas fechadas, utilizando como ferramenta os Formulários do Google. Nessa pesquisa foram convidadas 70 pessoas aleatoriamente, sendo 42 mulheres e 26 homens, 51 delas eram adolescentes entre 15 e 19 anos, 12 na faixa de 20 a 19 anos e 5 apenas com mais de 30 anos, 52 consideraram-se heterossexuais, 9 bissexuais, 3 homossexuais, 1 pansexual e 3 não souberam responder. As respostas mais relevantes e que causaram um pouco de preocupação ao serem apresentadas ao grande grupo em sala de aula, em data previamente marcada pelas professoras, foi aquelas que estavam relacionadas ao ambiente em que os jovens estavam inseridos, 60% das mulheres responderam que a opção sexual delas não é influenciada pelo ambiente, diferente dos homens em que 80% deles responderam que o ambiente é um fator determinante para a escolha do seu gênero sexual. Outro fator que foi bastante discutido durante a apresentação do grupo é que 76% das pessoas entrevistadas disseram já ter sentido alguma espécie de preconceito por pessoas bastante próximas a elas. Acredita-se que a partir dessas 8 perguntas, 60% das famílias embora sendo conservadoras respeitam a opção do entrevistado. Na tabulação desses questionários os alunos usaram o Programa Excel.

Após a análise dos questionários os alunos entraram em contato com a psicóloga do serviço público de saúde do município e fizeram algumas perguntas abertas afim de esclarecer algumas dúvidas, as quais ainda estavam latentes para eles. As perguntas basearam-se tanto na parte biológica do indivíduo quanto no ambiente em que o mesmo vive e o grande questionamento foi “se a identidade sexual tem algo a ver com os órgãos genitais, com os hormônios ou somente com os hábitos comportamentais do indivíduo, com o meio em que vive”. Além disso através das leituras feitas anteriormente algumas outras questões foram levantadas como, as clínicas para a cura da homossexualidade, e a psicóloga respondeu: No Brasil, a homossexualidade foi considerada doença até 1990. Atualmente, campos de concentração para torturar e “curar” pessoas LGBT podem parecer algo distante, mas ainda é uma realidade que nos assombra. As “clínicas” em que acontecem a “cura” são ilegais, mas funcionam normalmente por estarem disfarçadas de centro de tratamento para alcoólatras e viciados em drogas. Ao entrar em qualquer um dos cômodos, as mulheres encontram artefatos ou um altar para Jesus ou Maria. Mulheres são obrigadas a se maquiar todas as manhãs e também usar saia e salto alto para ser “uma mulher de verdade”. Agressões físicas, uso de água gelada, dopagem e outros tipos de tortura e violações de direitos humanos são parte do “tratamento” para “desintoxicar e curar”. As unidades

são, na sua maioria, de orientação religiosa. Porém, não existe nada para ser curado, é um ser como todo ser humano independente da sua opção sexual, o que deverá ocorrer é uma organização, como por exemplo lidar com preconceitos.

Com todos os questionários formulados, respondidos e tabulados, tanto com as pessoas convidadas quanto com a profissional da saúde e após a apresentação em sala de aula desse trabalho com a abertura de perguntas para os professores e para os colegas chega-se a conclusão de que é necessário dialogar sempre, rever alguns argumentos que possam estar associados com o Gênero e as diferentes identidades, é necessário questionar-se sobre possíveis verdades tradicionais, sempre buscando o conhecimento de pessoas especializadas no assunto. Na escola, em casa é necessário inserir o contexto no cotidiano e debater a respeito, a principal ferramenta de combate ao preconceito é a informação.

É necessário cuidar das suas próprias vidas, e deixar os outros amarem a quem quiserem, complementou um aluno, não há nada de errado em amar, seja homem ou mulher, as pessoas devem deixar de ser ignorantes permitindo assim que as pessoas possam fazer as suas próprias escolhas.

A única forma de reduzir o preconceito que ainda existe é não ficar quieto e exigir respeito, todas as formas já foram tentadas, manifestações, campanhas, nada será resolvido de um dia para o outro, esse preconceito precisa ser curado com luta, o que podemos fazer é respeitar e ensinar nossos filhos a respeitar, e com o tempo, com vários programas já realizados, os pensamentos serão modificados.

No final da apresentação, os alunos trouxeram dados de um Relatório divulgado em 2017 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), baseado em pesquisas de diferentes países e autores, os quais são de suma importância para estudarmos mais profundamente o assunto tanto fora quanto dentro da sala de aula junto aos nossos alunos. Esse relatório mostra que 33% dos estudantes do sexo masculino tinham sofrido assédio verbal relacionado a sua orientação sexual e sua identidade de gênero, real ou percebida, incluindo aqueles que não se identificam como homossexuais ou bissexuais (WOLFE; CHIODO, 2008) e que um estudo de 2014 na Tailândia, descobriu que 24% dos estudantes heterossexuais sofreram violência porque sua expressão de gênero foi percebida como fora das normas padrões de gênero (UNESCO, 2012). Em 2007 um estudo realizado na Argentina mostrou que 45% dos estudantes transexuais abandonaram a escola tanto em função do bullying transfóbico cometido por seus colegas quanto por serem excluídos pelas autoridades escolares (UNESCO, 2012). Existem extensas pesquisas sobre a violência homofóbica e transfóbica em ambientes educacionais na América do Norte, e todos os dados mostram que um número considerável de estudantes LGBT se sentem inseguros em escolas (STOTZER, 2010; CANADA, 2009). Por exemplo, em uma pesquisa de 2013, nos Estados Unidos, 85% dos estudantes LGBT relataram assédio verbal (KOSCIW et al., 2014). No Canadá, 55% dos estudantes transexuais que responderam ao questionário disseram que tinham sido intimidados uma ou mais

vezes durante a sua vida estudantil (VEALE et al., 2015). O Brasil ocupa o primeiro lugar na quantidade de homicídios de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Simpatizantes (LGBTs) nas Américas, também ocupando o primeiro lugar no ranking mundial de países que mais matam travestis, transexuais e transgêneros, apesar da popularidade de artistas como Pablo Vittar e o sucesso de um grande número de paradas gays nos grandes centros urbanos. Enquanto a expectativa de vida do brasileiro médio é de 75 anos, a de uma pessoa trans não passa dos 35. De 2008 a 2014, 604 travestis e transexuais foram assassinados em nosso país. Esses números alarmantes levaram as Nações Unidas no Brasil a criar o projeto Trans- Formação, que busca capacitar transexuais para atuar como lideranças pelos direitos da população trans. A iniciativa tem como objetivo o de ampliar o diálogo com a sociedade, com o engajamento de várias instituições para que elas contribuam para a igualdade de pessoas trans”. Esse projeto propõe fortalecer a capacidade dessas pessoas, para que elas possam conhecer e demandar seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia ativa usada pelos estudantes nos mostrou em primeiro lugar o nível de curiosidade deles, em segundo a capacidade científica, através da busca do novo, do conhecimento por um tema tão relevante como esse. Tema esse que muitas vezes não é explorado nas escolas, devido ao próprio preconceito em torno do mesmo e devido a rigidez nos planos de ensino das devidas disciplinas que devem ser cumpridos em tempo hábil. Dessa forma deixamos de lado assuntos que muitas vezes encontram-se latentes em nossa sociedade, que devem ser enfrentados no nosso cotidiano, que muitas vezes estão diante dos nossos olhos e que na maioria das vezes não damos a maior importância.

REFERÊNCIAS

CANADA. Ministère de la Justice. Quebec policy against homophobia, 2009. Disponível em: <<http://www.justice.gouv.qc.ca/english/ministere/dossiers/homophobie/homophobie-a.htm#policy>> Acesso em: 14 abr. 2018.

KOSCIW, J. et al. The 2013 National School Climate Survey: the experiences of lesbian, gay, bisexual and transgender youth in our nation's schools. New York: Gay, Lesbian & Straight Education Network, 2014.

STOTZER, R. L. Sexual orientation-based hate crimes on campus: the impact of policy on reporting rates. *Sex. Res. Soc. Policy*, v. 7, n. 3, p. 147-154, 2010.

UNESCO. Jogo Aberto- Respostas do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na identidade/ expressão de gênero. Relatório conciso. Brasil, 2017. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002446/244652POR.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

UNESCO. Education sector responses to homophobic bullying. Paris, 2012. Disponível em: <http://>

unesdoc.unesco.org/images/0021/002164/216493e.pdf Acesso em: 14 abr. 2018.

VEALE, J. et al. Being safe, being me: results of the Canadian Trans Youth Health Survey. Vancouver, British Columbia: The Canadian Trans Youth Health Survey Research Group, Stigma and Resilience Among Vulnerable Youth Centre, School of Nursing, University of British Columbia, 2015.

WOLFE, D. A.; CHIODO, D. Sexual harassment and related behaviours reported among youth from grade 9 to grade 11. CAMH Centre for Prevention Science, 2008.

DO PRIVADO AO PÚBLICO: IDENTIDADES FEMININAS CATÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS SENTIDOS

Joyce Aparecida Pires

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília – São Paulo.

RESUMO: Este trabalho envolve uma pesquisa de cunho etnográfico, em nível de mestrado, sobre vida religiosa e cotidiana no cenóbio (ou instituto religioso, ou ainda, convento) “Pobres Filhas de São Caetano”, localizado na cidade de Cândido Mota, estado de São Paulo, Brasil. O objetivo desta comunicação é contribuir para uma melhor compreensão de como as identidades de gênero são construídas e ressignificadas na vida cotidiana dessas freiras e dinamizadas pelo discurso institucional cenobítico. Foram realizadas entrevistas com o grupo de religiosas e etnografia, buscando compreendê-las através da administração do tempo no cenóbio e da análise da rede de complexas relações sociais em que essas religiosas estão situadas. O espaço privado conventual foi o locus para a compreensão da vivência doméstica entre as freiras que lança luz às performatividades de gênero existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Cenóbio; Mulheres; Vida Religiosa.

ABSTRACT: This work involves an ethnographic research, at master’s level, on religious and daily life in the monastery (or religious institute, or

even convent) “Poor Daughters of São Caetano”, located in the city of Cândido Mota, state of São Paulo, Brazil. The purpose of this communication is to contribute to a better understanding of how gender identities are constructed and re-signified in the daily lives of these nuns and dynamized by the cenobitic institutional discourse. Interviews were conducted with the group of religious and ethnography, seeking to understand them through the administration of time in the cenobium and analysis of the network of complex social relations in which these religious are located. The private convent space was the locus for the understanding of the domestic experience among the nuns that sheds light on the existing gender performativity.

KEYWORDS: Cenobio; Women; Religious Life.

1 | INTRODUÇÃO

O IPFSC (Instituto Pobres Filhas de São Caetano) é uma casa de religiosas de vida-ativa, pertencentes a esta Congregação italiana, fundada em 1884, em Pancaliéri, na Itália, onde possui sua sede localizada na cidade de Turim. Em Cândido Mota o convento está localizado na Rua São Caetano, esquina com a Rua Sebastião Leite, no centro da cidade de Cândido Mota, interior do estado de São Paulo.

Entendemos mulheres consagradas como

atores sociais que estão presentes em grande parte da história da Igreja (SALISBURY, 1994). Elas tiveram grande influência no próprio processo de formação da Igreja Católica – suas bases teológicas e sacramentais/dogmáticas – e também na formação da sociedade brasileira, por meio da prestação de serviços assistencialistas e da ação católica missionária (BIDEGAIN, 1993; ALGRANDI, 1993).

Existe no grupo estudado de mulheres religiosas católicas um ideal de vida a ser seguido e desejado. Mas este ideal não permanece apenas no plano das ideias, as mulheres que participaram desta pesquisa vivem na prática uma idealização de vida mais santificada aos moldes institucionais da Igreja Católica Apostólica Romana. Esse ideal de vida está no sentido prático. No esmaecer do cotidiano é produzida uma sensação de que seus ideais estão sendo realizados e praticados através de uma rotinização cotidiana à concretização por meio dos rituais.

O tema da pesquisa tem relativo apelo no campo dos estudos históricos. Riolando Azzi (1979), por exemplo, elaborou extensos trabalhos que permitiram contextualizar a história dos conventos femininos no Brasil. A historiadora Leila Mezan Algrandi (1994) em sua obra “Honradas e devotas: mulheres da colônia”, propôs lançar os olhos para a condição de religiosas durante o período do Brasil colonial e na formação dos conventos e recolhimentos do sudeste do país.

Porém, quando consideramos os aspectos sociológicos e antropológicos, observamos que o referido tema de estudo – religiosas católicas consagradas –, ainda é frequentemente desprezado como objeto de investigação, possivelmente porque as mesmas não compõem a hierarquia da Igreja (FERNANDES, 2010, p. 24).

Maria José Rosado Nunes (1985) é uma das pesquisadoras das Ciências da Religião que inaugurou esse tipo de análise no Brasil ao investigar a modernização da vida religiosa feminina catalisada por um determinado estilo de opção religiosa: as freiras inseridas nos meios populares. A autora faz uma análise institucional, sob o ponto de vista das mulheres freiras, revelando, de modo crítico, uma intrincada teia de relações. E ainda, evidencia as influências da Teologia da Libertação em seus discursos, revelando a emergência de auto crítica, institucional e religiosa que abarcavam os aspectos históricos e políticos nas mudanças sociais durante os anos 60, 70 e 80 no Brasil. É neste período, partir dos anos 60 do século XX que italianas consagradas foram enviadas ao Brasil para missões, inserindo-se em bairros periféricos de regiões pobres, dedicando-se à evangelização e aos trabalhos de educação informal e de pastoral popular.

A socióloga e freira Maria Valéria Rezende (1999), em sua obra “A Vida Rompendo Muros: Carisma e Instituição”, analisou comunidades de religiosas inseridas nos meios populares na região Nordeste. A autora trabalhou com a abordagem weberiana das conexões de sentido como motivadora para o ingresso na vida religiosa, e defende a existência de uma tensão entre carisma e instituição. Um trabalho antropológico relevante foi realizado por Mirian Grossi (1990), que abordou as formas de construção da identidade das religiosas residentes em conventos da região Sul do Brasil,

provenientes de famílias camponesas.

No caso específico desta pesquisa, todas as referências bibliográficas citadas sobre freiras somam-se à afirmativa de que as religiosas são rigorosamente treinadas para não terem história pessoal ou comunitária (ALGRANDI, 1994). Esse fator, segundo a feminista e historiadora da religião Ana Maria Bidegain (1996) tem sido objeto de pesquisa histórica e sociológica, em que a incorporação da categoria de gênero, cruzada com as de classe social e etnia, não são úteis apenas para a elaboração da história das religiões, mas também para a compreensão da historiografia invisível das mulheres nas religiões e suas relações com todas as formas de estruturação do poder.

As primeiras religiosas enviadas ao Brasil, em 1963, instalaram-se na cidade de São Paulo, atuaram em favelas; e na cidade de Assis – SP, atuaram no Hospital Sorocabana. Um ano depois, em 1964, as respectivas freiras pioneiras, foram transferidas para Cândido Mota afim de atender e cuidar de crianças órfãs. Atualmente, os espaços onde as freiras se inserem são outros, mas a localização do estabelecimento cenobítico permanece a mesma, na Rua São Caetano. No entanto, o serviço prestado pelas religiosas é direcionado à assistência social, saúde, administração e educação do asilo e da creche. São edifícios localizados ao lado do instituto religioso, ambos criados por iniciativa de algumas famílias do município e custeados com recursos públicos e recursos da própria Congregação italiana.

Nos primeiros anos da chegada das freiras italianas, foi construído um grande edifício que funcionava como orfanato e asilo aos idosos e desamparados. Após dez anos, com o crescimento da demanda na cidade de Cândido Mota, a obra passou a receber mais auxílio e financiamento público, além de doações dos moradores da cidade. Atualmente, em Cândido Mota, além das obras dirigidas pelas freiras, o instituto religioso é especialmente direcionado à formação internacional de candidatas à vida religiosa consagrada no Brasil. As religiosas recebem candidatas e outras moças que estão passando pelo período de formação, oriundas de Togo, Equador, Minas Gerais e Paraná.

Nos dois estabelecimentos – creche e asilo – trabalham, juntamente com as freiras, diversos funcionários e funcionárias assalariados, inclusive com outras pertencas religiosas. Além do trabalho administrativo, as freiras também ministram aulas na creche, exercendo a atividade de educadoras. Para iniciar a pesquisa de campo, primeiramente, solicitamos a permissão das freiras, a qual nos foi concedida prontamente.

O fato da possibilidade de mobilidade geográfica e social, oferecidas pela instituição religiosa, ao longo da vida de uma freira, torna clara as identidades religiosas direcionadas ao feminino na Igreja que se pretende fixar a cada etapa de formação, elas não são permanentes nem constantes, mas desestabiliza a coerência e a unidade que toda noção de identidade social pressupõe, mas diferentes e múltiplas identidades femininas possíveis que marcam e constroem as trajetórias sociais de mulheres, sujeitos de subjetividades nômades (DEBERT, 1999; BRAIDOTTI, 2004).

2 | METODOLOGIA

A pesquisa ocorre por meio da observação participante, entrevistas individuais e narrativas de histórias coletadas. É importante destacar que utilizamos nomes fictícios para cada freira, a fim de preservá-las.

O trabalho empírico e bibliográfico caminha com vistas a problematizar o papel das mulheres católicas e suas implicações no trabalho doméstico cotidiano do cuidado para com crianças e idosos.

Tanto os momentos críticos e difíceis que foram levantados, durante as entrevistas, sobre as histórias de vida religiosa feminina católica, quanto o discurso das freiras que se manifestaram, não resultaram apenas de situações conjunturais, mas também de manifestações de uma tendência latente resultante de uma permanente ambiguidade da posição das mulheres religiosas que querem consagrar-se ao serviço de Deus, na Igreja Católica.

A ocorrência de distribuição por parte do clero de funções ou tarefas às mulheres nos espaços eclesiais corrobora com a existência de um campo de forças muitas vezes velado e outras tantas, reproduzido e reforçado por meio das dinâmicas relacionais estabelecidas no cotidiano.

Por mais que as regras apresentam limites às ações de mulheres e homens, com o fechamento e imposição de um mundo no contexto institucional católico, o esforço e rigor dedicado na pesquisa levou-me a pensar além. Para as minhas contemporâneas, a vida religiosa pode significar um sentido de vida, uma rotina que possibilita um sentido de vida ‘maior’, por meio de ações caritativas, o ‘Fazer’ e ‘Ser’ para Outros; para Deus, para os Irmãos, para a Congregação, para a Igreja, para a creche, para o asilo e para que a instituição viva. Essas temporalidades vividas no cotidiano dão sustentação a própria instituição. E o peso das regras é experienciado em entonações diferentes.

Como aponta Sonia Maria de Freitas (2006, p. 46), quando lidamos com trajetórias e biografias, a história oral “fornece documentação para reconstruir o passado recente”. Assim como salienta Bourdieu (2002, p. 183-191), o investigado, no momento da entrevista, realiza uma produção de si. Desse modo, é importante tentar compreender as biografias não como uma série única de acontecimentos, pois o relato autobiográfico sempre buscará dar sentido e coerência à própria narrativa, extraindo uma lógica retrospectiva e prospectiva entre estados sucessivos.

Ambas as modalidades de vida religiosa, feminina ou masculina, possuem a finalidade institucional de constituir o corpo sacramental da Igreja Católica. Mas, diferentemente do caso de estudar o ministério de ordenação masculina na Igreja Católica, em que o centro da vocação é a dimensão pastoral no sentido mais amplo da presidência celebrativa dos sacramentos, da animação de uma comunidade de fiéis, da condução de uma paróquia, como fez Sílvio Benelli (2006), o percurso escolhido se faz outro: a trajetória de vida e as possibilidades de ação das e para as mulheres vocacionadas, quando em um cenário sagrado e feminino, religioso e católico, onde

a vivência cotidiana da castidade é norma para a vida em uma instituição cenobítica (FOUCAULT, 1982; AGAMBEM, 2014).

Entendemos que na vida para regra, segundo Agambem (2014), existe uma forma-de-vida que possui um saber, uma “epistemologia” da vida ordinária. Foi constatado em pesquisa anterior (PIRES, 2015), que este saber do qual fala Agambem, é “esvaziado” e invisibilizado devido às questões socialmente construídas relativas a gênero, sobre o “lugar” naturalizado e normativo como sendo “de mulher” e “para a mulher”.

Apelamos para uma margem de não pertencimento ao falocentrismo. Braidotti, com a noção de Diferença Sexual – que ela constrói –, se conecta com as discussões contemporâneas do feminismo, por considerar tanto as diferenças dentro de cada sujeito (entre os processos consciente e inconscientes) como as diferenças entre o sujeito e seus outros/as” (1999, p. 8). O campo de pesquisa e suas religiosas revelam-se indícios que abrem espaços à posição do sujeito, que não apaga o significante “mulher” mas negocia todas as formas de implementação social de novas posições de sujeito (BRAIDOTTI, 2004).

Observamos a hierarquização de tarefas domésticas e religiosas, por vezes religiosas e domésticas ao mesmo tempo e ainda, valorizações que às remetem ao capital do sagrado, além da já esperada centralidade da dominação das freiras que possuem mais tempo de vida/religiosa sobre as mais jovens. As novas significações quando se insiste no modo como a oposição entre jovens e velhos é construída dentro do convento, advém da oposição do público e privado segundo Debert, que associa a subordinação da mulher à esfera doméstica (DEBERT, 1999). O convento e as ações através das freiras realizadas, levam a esse entendimento. Os dias de vida religiosa são intimamente amarrados às tarefas relacionadas à vida doméstica, aos cuidados com os velhos e crianças e, à comunidade (CARRANZA, 2009).

Na reflexão sobre gênero e envelhecimento e a perspectiva de teorização e metodologia seguiu um caminho rigoroso ao aprofundar o estudo sobre as questões das categorias de análises como velhice, juventude e gerações (DEBERT, 1999; LINS DE BARROS, 2009; VELHO, 1994). O campo de pesquisa mostra mulheres com idade entre 18 a 69 anos, neste sentido, vemos necessidades de construir recortes empíricos bem contextualizados, que oferecerão ainda elementos imprescindíveis para a discussão sobre a criação das classes de idade, das etapas de vida e dos conflitos de geração apresentados com mais amplitude.

As mais novas, que estão passando pelo período de formação, apresentaram maiores dificuldades para abordar temas relacionados à Igreja, à formação religiosa e a algumas deliberações do magistério eclesiástico. Essa dificuldade pode representar uma desigualdade quanto ao acesso a informações na etapa de formação da mulher que deseja ser freira.

Tais notas etnográficas iniciais ainda necessitam de mais análises para a produção final das conclusões da pesquisa, mas é possível chegar a conclusões preliminares ou, pelo menos, a hipóteses fundamentadas a respeito do lugar que a vida religiosa

feminina ativa ocupa na Igreja Católica, sua valorização e conservação pela mesma, mas, particularmente, na Congregação Pobres Filhas de São Caetano no convento em Cândido Mota, num contexto histórico e nacional onde proliferam vocações nas chamadas Novas Comunidades (CARRANZA e MARIZ, 2009).

Através da observação das relações estreitas entre as formas de existência dessas mulheres, as tomadas de posições estabelecidas no processo de ingresso à instituição, suas trajetórias de sentidos de vidas numa instituição religiosa tradicional, que possui marcas institucionais e de conduta direcionadas ao feminino com longa permanência na história do cristianismo, como reações dotadas de sentido. O chamado e a construção deste ultrapassa a questão celibatária, é sentido de vida.

3 | A PESQUISA COM MULHERES RELIGIOSAS

Através da observação das relações estreitas entre as formas de existência dessas mulheres, as tomadas de posições estabelecidas no processo de ingresso à instituição, suas trajetórias de sentidos de vidas numa instituição religiosa tradicional, que possui marcas institucionais e de conduta direcionadas ao feminino com longa permanência na história do cristianismo, como reações dotadas de sentido. O chamado e a construção deste ultrapassa a questão celibatária, é sentido de vida.

Na segunda metade do século XX, e particularmente a partir da década de 60, a teoria social ocidental passou por uma série de questionamentos e revisões, que incluíam novos debates sobre a relação entre as obras reconhecidas como o “cânone” das diversas áreas disciplinares e as mudanças que dariam lugar a um mundo social em alguns aspectos muito diferente daquele que formou o contexto histórico das obras canônicas.

Por outro lado, a emergência dos chamados novos movimentos sociais permitiram uma nova voz a certos grupos sociais antes excluídos da produção do conhecimento acadêmico e intelectual, também conduziu a novas interpretações da história e das relações sociais - no Ocidente e no resto do mundo. Neste cenário, um dos movimentos sociais e culturais mais importantes foi o movimento feminista, que produziu dentro e fora da academia novas interpretações da história e da sociedade, a partir das experiências das mulheres e de sua problematização do que vieram a se chamar relações de gênero.

Nesse sentido, cabe introduzir o campo teórico em questão e indicar as características desta forma de produção de conhecimento, mostrando qual o olhar investigativo aplicado na pesquisa (RAGO, 1999). Trabalhamos com a categoria social mulheres, numa perspectiva feminista e utilizamos o conceito de gênero entendido como o estudo das relações, cultural e socialmente produzidas entre homens e mulheres, e destes entre si. Um conceito que foi sendo construído nos estudos relacionados a diversos campos do feminismo e, por isso, também de ordem ideológica, política e de lutas (SAFFIOTI, 2004); e, que coloca também enfrentamento à uma forma de saber

acadêmico.

Portanto homens e mulheres são ensinados a serem o que são na cultura que estão inseridos. Neste sentido, somos ensinados/as desde a infância sobre como devemos praticar a heteronormatividade: meninas e meninos e nos portarmos, como homens ou mulheres, para sermos socialmente aceitos. Gênero é sempre influenciado por fatores sociais como raça, etnia, cultura, classe social e idade e religião. (BIDEGAIN, 1996; FIORENZA, 2009; GEBARA, 2010).

Compreendemos que o movimento feminista tanto na militância como na academia conquistou muito, porém ainda temos um longo caminho a percorrer para a conquista de direitos iguais entre os sexos (SAFFIOTI, 2004). E por esse motivo, entendemos a importância da pesquisa com mulheres numa perspectiva feminista em diálogo com o tema religião para que os avanços permaneçam (ROSADO-NUNES, 2001, 2005, 2006, 2015; GEBARA, 2010).

As mulheres que se consagram à vida religiosa não são mais vistas como simples fiéis leigas, mas sim como especialistas do campo religioso e, certamente, o são. Porém, sua posição é extremamente ambígua, e subalterna, como assinala Valéria Resende (1999). Notas etnográficas recentes evidenciam a importância de se levar em conta o envelhecimento social que ocorre no convento e a construção de trajetórias sociais, neste espaço religioso (PIRES, 2015). Diferentemente da formação dos homens, que necessariamente devem ter concluído o ensino médio e cumprido, no mínimo, sete anos de estudo para se tornarem sacerdotes (licenciados em Filosofia e Teologia), para as mulheres que desejam ser freiras não existe a mesma exigência, ou nenhuma que seja a formação universitária (BENELLI, 2006; GEBARA, 1992).

O período formativo das mulheres nesta instituição é de, aproximadamente, quatro anos. Neste período, os estudos não são de nível superior, mas concentrados na dimensão humana e nos chamados “carismas fundacionais” relacionados à proposta pedagógica e espiritual, elaborados pelo Padre João Maria Boccoardo, fundador da Congregação Pobres Filhas de São Caetano, e pela primeira Madre Superiora da Congregação, Madre Caetana. De modo geral, as entrevistas, o processo de escuta das narrativas e a observação participante estão sendo recursos eficientes, levando-nos a compreender, por exemplo, que os equipamentos metodológicos que as fontes orais fornecem preenchem a lacuna deixada por dados tidos como inexistentes (FERREIRA, 2002; KOFES, 2001; MINTZ, 1979).

As entrevistas ocorreram com dez freiras, entre dezessete a sessenta e oito anos de idade e, em sua maioria, provenientes de camadas pobres, rurais e sem muitos recursos. Após a realizarmos a transcrição das narrativas, observamos a ausência de discursos amparados na crítica social ou institucional, como Nunes encontrou nas religiosas entrevistadas em 1980. Interpretamos este dado como um indício do contexto social e político atual brasileiro. Críticas às condições de precariedade dos trabalhadores e trabalhadoras, ou mesmo a problematização da vida cenobítica são inexistentes.

Mas, a narrativa de uma freira entrevistada, fora sensível ao problematizar sua condição como mulher e religiosa. Deixou claro seu descontentamento com o fato das mulheres não poderem compor o Presbitério na Igreja. Durante a entrevista, sentiu-se embaraçada ao perceber que estava entrando em um assunto que outras freiras do convento não compartilham e não gostam de comentar. Talvez pelo fato de não existir outra pessoa presente junto a nós duas naquela pequena sala no interior do convento, composta por sofás, mesa, e uma singela estante, na qual continha um pequeno retrato da atual Madre Superiora que trazia em seus braços uma criança de Togo (país onde se localiza uma das comunidades da Congregação) e, ainda, uma fotografia do papa atual, Francisco (primeiro papa jesuíta e nascido no continente americano, eleito em 2013). Em entrevista, disse:

Eu gosto muito do que faço aqui pelas crianças através da vocação que Deus me deu. Mas eu tenho vontade sim de atuar em outros lugares. De ir mesmo ao encontro de problemas. Visitar famílias que estão passando por dificuldades, entre outras coisas, trabalhar na pastoral da Igreja evangelizando. Se outras Irmãs ouvirem o que eu vou falar elas não irão gostar, mas como é para você, eu vou falar: nossa atuação na Igreja é de certo modo muito limitada. Os presbíteros são machistas. Por que que nós mulheres não podemos compor o ministério da Igreja também? Por que não existem mulheres presbíteras? Por que só homens podem fazer decisões na Igreja? Ainda há muita coisa para melhorar nesse sentido. Senão daqui um tempo, as congregações ficarão vazias. (Joana, 54, freira de votos perpétuos).

Percebemos que, tanto os momentos críticos que foram levantados ao longo da história de vida religiosa feminina católica, quanto o discurso das freiras entrevistadas, não resultaram apenas de situações conjunturais, mas também de manifestações de uma tendência latente resultante de uma permanente ambiguidade da posição das mulheres religiosas que querem consagrar-se ao serviço de Deus, na Igreja Católica. Em outros contextos históricos, a entrada para o convento significava uma abertura, uma alternativa para a vida de mulheres. Para aquelas que não queriam se submeter ao casamento, jovens orfas ou que tinham cometido algum ato desprezível para a época, como o adultério, ou ainda casos, revelados na obra de Algrandi (1994), em que algumas mulheres eram tidas como loucas, restavam a casos como estes, o ingresso em instituições religiosas.

Mas, instituições religiosas direcionadas às mulheres católicas, ainda no contexto histórico atual se revelam como espaços onde jovens podem exercer suas liberdades e ali encontram sentidos para a vida. Em entrevista concedida a Nunes (2006), Ivone Gebara comenta o sentimento ambivalente que sentia ao observar a experiência de vida das mulheres com as quais convivia, demonstrando que sua escolha pela vida religiosa foi uma tentativa de *valer por si mesma* e não pelos serviços ou funções femininas que pudesse desempenhar como esposa em uma família. A teóloga diz ser bastante contraditório que uma mulher, como ela própria, busque liberdade dentro de uma estrutura patriarcal, machista e conservadora como a Igreja Católica.

A autora referida é freira e teóloga feminista. Uma religiosa da Congregação “Irmãs de Nossa Senhora Cônegas de Santo Agostinho” de origem francesa. Atualmente

a Congregação está presente em vários países como: França, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Vietnã, Hong Kong e na América Latina, no Brasil e México. Gebara é uma das expoentes da Teologia Feminista brasileira. Filha de pais libaneses e sírios. Vive há décadas em Recife, numa vida de “inserção” no meio popular. Participou intensamente ao lado de Dom Hélder Câmara, da organização das Comunidades Eclesiais de Base e da elaboração da Teologia da Libertação.

Gebara, entrou na vida religiosa em 1967, quando tinha 22 anos. Sua interpretação da condição das mulheres dentro da Igreja é particularmente expressiva. Nos anos noventa, Gebara lecionava no Instituto de Teologia do Recife e numa atitude de grande rebeldia, ousou desafiar publicamente preceitos católicos considerados obsoletos em determinadas circunstâncias sociais. Pronunciou-se em relação ao aborto, defendeu o direito das mulheres ao próprio corpo, até sua dissolução decretada pelo Vaticano em 1999, impondo à Gebara um longo período de silêncio.

Desde então, dedica-se principalmente a escritos, cursos e palestras sobre hermenêuticas feministas, novas referências éticas e antropológicas e aos fundamentos filosóficos e teológicos do discurso religioso. Segundo Nunes (2006), a Teologia Feminista produzida por Gebara é radical e crítica, sua perspectiva analítica que toma as relações de gênero como vetor da análise permite compreender como essas relações cortam transversalmente todas as classes e questões sociais; e ainda, que a igualdade entre mulheres e homens está longe de ser uma realidade tanto na sociedade como na Igreja Católica, mas permite também propor o estabelecimento de novas formas dessas relações, como condição imprescindível para que a justiça se realize.

Sobre o seu ingresso à vida religiosa, Gebara recorda que era o momento das grandes mudanças na Igreja Católica, referindo-se ao período posterior ao Concílio Vaticano II. E neste contexto, as Congregações religiosas eram convidadas a atualizar-se (NUNES, 2006). Gebara comenta que,

Foi o tempo em que deixamos as instituições para viver entre os pobres. E essa tem sido uma característica da vida das mulheres: sair das instituições e viver nas comunidades populares. Para mim era uma vida cheia de desafios. Queria mudar o mundo desde quando era estudante. Sempre me pareceu uma injustiça que houvesse gente tão rica e gente tão pobre. Pensava que algo poderia ser feito. A vida das freiras me pareceu “um” caminho, não “o” caminho, que se ajustava um pouco com a minha tradição familiar, onde era muito protegida e resguardada. (NUNES, 2006).

Semelhante situação foi observada em entrevista que realizei com Irmã Rosa (66 anos) na sede da Congregação em Turim, Itália. Sua entrada para o convento Pobres Filhas de São Caetano deu-se, entre outras coisas, como uma forma de encontrar a liberdade que não experimentaria se viesse a se casar com seu namorado à época:

Eu me *submeter* a um homem? Eu não. Eu não quis isso para mim. Aqui, eu encontrei a minha *liberdade*. Aqui, eu sou livre. (Rosa, 66, freira brasileira de votos perpétuos).

De modo parecido, outras freiras entrevistadas interpretaram o ingresso na instituição religiosa como busca de liberdade. Essa *liberdade* pode representar uma possibilidade de pensar relacionada à posição de gênero e, nesse sentido, de determinada condição histórica de invisibilidade e desvalorização das mulheres.

Há uma marca imediata que o universo simbólico de uma realidade social deixa nos espíritos e que deriva daquilo a que Paul Ricouer (apud. HENRIQUES, 2011) chamaria a *leitura de superfície*, que vai determinando as representações sociais que são construtoras do nosso habitar coletivo e que, por isso, vão construindo perfis de identidade de mulheres e de homens. Segundo a teóloga Fernanda Henriques:

[...] enquanto mulher, está-lhe vedado do sexo feminino, não poderá pensar que é imagem daquele Deus que vê representado apenas no masculino. Assim, quando reza a um Deus que interiorizou no masculino e do qual não tem disponível quaisquer outras representação, tem, consciente ou inconscientemente, de se ver, como disse Simone de Beauvoir, como a 'alteridade' e como 'o segundo sexo'. (HENRIQUES, 2011, p. 30).

Em entrevista, Irmã Graça (64 anos) comentou sobre a sua própria experiência, quando morou na comunidade religiosa do instituto localizada no norte de Minas Gerais, ponderando o que, para ela, justifica o posicionamento do clero em relação à possibilidade de ordenação de mulheres na Igreja:

É *eles lá e nós aqui*. Mas, quando eles precisam de ajuda nós ajudamos sim, na paróquia e com participação em celebrações. Lá em Minas que faltam mais padres, aí as Irmãs trabalham muito; mas sabe o que eu acho que é? Dor de cotovelo, eles não deixarem as Irmãs celebrarem a missa também. (Graça, 64, brasileira, freira de votos perpétuos).

Quando se discute o fim do celibato obrigatório e a ordenação de homens casados na Igreja Católica, o debate principal recai sobre as seguintes questões: a vocação e a ordenação estão subordinadas ao celibato? A opção de aceitar o celibato é ou não é condição necessária para a ordenação? Porém, quando se discute a ordenação ou não de mulheres, não se discute se há exigência de ordem de decisão pessoal de aceitar ou não o celibato, mas sim se as mulheres estão ou não aptas para receberem a ordenação, se as mulheres são passíveis ou não de serem chamadas por Deus para o serviço de Presbíteras nas comunidades.

Segundo Fernandes,

A distribuição de funções para as mulheres nos espaços eclesiais corrobora com a existência de um campo de forças muitas vezes velado, e outras tantas reproduzido e reforçado por meio das dinâmicas relacionais estabelecidas no cotidiano. Tais dinâmicas podem produzir naturalizações da ordem estabelecida e, assim, legitimar e solidificar estruturas simbólicas de poder. (FERNANDES 2010, p. 387).

Conforme demonstra Pierre Bourdieu (2007, p. 71), em sua análise sobre o poder político e o poder religioso, o efeito do que ele chama de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário, ocorre,

[...], sobretudo, pela imposição de um modo de pensamento hierárquico que, por

reconhecer a existência de pontos privilegiados tanto no espaço cósmico como no espaço político, “naturaliza” (Aristóteles costumava referir-se a “lugares naturais”) as relações de ordem (BOURDIEU, 2007, p. 71).

Nesse contexto, Henriques (2011) sugere pensar naquilo que qualquer mulher tem à sua disposição como modelo direto no horizonte religioso. Como primeiro modelo, ser santa, ter o horizonte partilhado com os homens e ter reservado para a sua situação, enquanto mulher, duas hipóteses específicas: ser uma prostituta arrependida, como Madalena ou ser uma mãe sofredora, como a Virgem Maria. Nessa mesma linha de reflexão, outra teóloga, Esperanza Bautista (1993), chega a problematizar a condição feminina como a chamada eterna infantilidade:

“[...] hace que la mujer se sienta em uma condición de eterna infantilidad, impotente y em exceso dependient; y Le hace desconfiar de poder llegar alguna vez a autorealizarse, de poder conseguir la autonomia, la libertad y la responsabilidad que son imprescindibles para alcançar esse respecto de sí misma que es tan necesario para lograr uma vida adulta y plenamente Cristiana” (BAUTISTA, 1993, p. 111).

As teologias feministas apontam para uma dupla tarefa de denúncia e de anúncio. Denúncia de que a teologia tradicional, majoritariamente masculina, transformou Deus em um ídolo patriarcal; anúncio de que o modo de pensar Deus e sua relação com a humanidade é que mulheres e homens possam rever-se como sua imagem.

Henriques (2011) concebe as duas tarefas citadas em relação direta com a antropologia. Nesse entrosamento, situa a relevância da teologia feminista e os movimentos de mulheres em geral, uma vez que, sendo a Igreja uma instituição inserida na sociedade, e sendo as religiões uma dimensão determinante na vida humana, condicionando o viver individual e coletivo, uma alteração profunda implicará efeitos transformacionais.

Contudo, a autora salienta a transformação da situação das mulheres na Igreja Católica e a teorização teológica feminista sob a influência direta da luta das mulheres através de uma mediação cruzada: a transformação da perspectiva antropológica, ou seja, a resposta à pergunta *o que é um ser humano?* E, por ela, uma nova simbologia sobre o feminismo:

Esta mediação terá duplo efeito: 1. Ao nível coletivo, pela substituição, na consciência (ou inconsciência) social, das velhas concepções antropológicas que, sendo androcêntricas e falocêntricas, são assimétricas e reduzem o humano ao masculino, por perspectivas igualitárias e respeitadoras do feminino e do masculino; 2. Em relação às mulheres, fornecendo-lhe elementos simbólicos que, ao aumentarem a sua autoestima, serão fator decisivo de *empowerment*. (HENRIQUES, 2011, p.28).

O uso de referenciais teóricos produzidos por teólogas feministas corroboram, entre outras coisas, para pensar os motivos políticos e sociais de tomada de posição das próprias autoras, umas religiosas e outras não, mas que atuam neste campo intelectual que é a Teologia, também marcada por concepções que valorizam um referencial histórico masculino mais do que feminino (GEBARA, 2000). Suas explícitas ações de luta dentro do catolicismo contemporâneo demonstram as relações sociais

que permanecem centradas no masculino expressadas no conjunto da lógica religiosa patriarcal reafirmando sua primazia ontológica e histórica em relação ao feminino.

Entretanto, atribuir um lugar para as mulheres na Igreja não representaria igualdade de condições na esfera hierárquica, como aponta Fernandes (2005) em artigo. Verifica que, ainda assim, a distribuição da autoridade na Igreja Católica não tem alterado de forma significativa a partir dos questionamentos das mulheres, sejam elas leigas ou religiosas.

As mulheres que se consagram à vida religiosa não são mais vistas como simples fiéis leigas, mas sim como especialistas do campo religioso e, certamente, o são. Porém, sua posição é extremamente ambígua, como assinala Resende (1999). É evidente, como destaca a autora (1999, p. 213), que se trata de especialistas religiosas, os quais ocupam o campo religioso, um lugar certamente distinto daquele dos simples fiéis leigos.

Já que muitas mulheres, inclusive as que foram objeto principal desse estudo, são publicamente reconhecidas pela Igreja como mulheres consagradas a Deus, convocadas ou aceitas pela hierarquia clerical e submetidas à sua autoridade, dedicando-se a várias tarefas religiosas que contribuem para a reprodução e a manutenção da doutrina, da instituição e da ordem religiosa, elas poderiam muito bem serem situadas sociologicamente na categoria sacerdotal, ainda que em posição subalterna.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as Pobres Filhas de São Caetano produzem adaptações de determinados elementos da cultura secular, atribuindo um novo sentido à adesão religiosa e respondendo a uma nova realidade do social. São agentes religiosos/seculares que atribuem um novo sentido à adesão religiosa, respondem a uma nova realidade social concreta e merece estudos e pesquisas para o melhor entendimento dos fenômenos sociais.

O desdobramento do estudo permitirá identificar as tendências gerais que possibilitaram um melhor conhecimento da realidade desse grupo de mulheres religiosas, optando metodologicamente pela análise de discurso por meio de entrevistas abertas e profundas. O trabalho teórico e empírico atual tem como base o conhecimento feminista, como já foi dito, e ainda, uma epistemologia feminista, visando trabalhar, sobretudo, com base nos estudos que vêm sendo produzidos e problematizados por feministas no Brasil e na América Latina. Neste sentido, trabalhar as categorias de religião, gênero e geração, conjunto analítico que forma a estrutura da pesquisa de mestrado, é confiar que o estudo de formas distintas de construção de diferenças sobre o chamado para a vida religiosa e sua posterior concretização é um trabalho que resulta em um material destacado em alargar a compreensão dos

processos de classificação e hierarquização dos seres humanos.

O desejo de servir aparece com especial motivação na descrição do chamado para a vida consagrada. Segundo Fernanades (2010) o papel de gênero, moldado em feminilidades permitidas, nesse contexto religioso, condiciona a forma de falar e de descrever o chamado como eleitas para servir. Percorrer as trajetórias sociais de vidas das freiras do convento de Cândido Mota é uma opção metodológica que dirigiu este estudo, objetivando entender a construção do sujeito na presença constante dos fatores e processos do social sobre o indivíduo. E, que pessoa não se divide em freira e ser humano. O que classificamos como freira é alguém que transita dentro de um sistema cultural religioso que não está estanque, e imóvel.

Entendemos que a pesquisa já mostra dados e indícios empíricos que contribuem para uma melhor compreensão de como as identidades de gênero são construídas e ressignificadas na vida religiosa cotidiana dessas freiras em relação ao discurso institucional católico. Portanto, também já podemos afirmar que o espaço privado do convento é o lócus para a compreensão da vida cenobítica entre as freiras que lança luz às performances de gênero contemporâneas, dentro de um cenário religioso mais amplo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Altíssima pobreza**: regras monásticas e formas de vida. São Paulo: Boitempo, 2014.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo, tomo 2, Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

BENELLI, Sílvio. **Pescadores de homens**: estudo psicossocial de um seminário católico. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BIDEGAIN, Ana Maria. Gênero como categoria de análise na História das Religiões. In: BIDEGAIN, A. M. (Org.). **Mulheres**: autonomia e controle religioso na América Latina. São Paulo, Petrópolis: Vozes/CEHILA, p. 28, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BAUTISTA, Esperanza. **10 mulheres escrevem teologia**. Navarra: Verbo Divino, 1993.

CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília. (2009). Novas comunidades católicas: por que crescem? In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília e CAMURÇA, Marcelo (org.). **Novas comunidades católicas**: em busca de um espaço pós-moderno. Aparecida, SP: Ideias & Letras, p. 139-170.

DEBERT, G. G. **Velhice e o curso da vida pós-moderno**. Revista USP, São Paulo, v. 42, n.2, p. 70-83, 1999.

FERNANDES, Sílvia R. A. **Jovens religiosos e o catolicismo**: escolhas, desafios e subjetividades. Rio de Janeiro: Quarter, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FIORENZA, Elisabeth Schussler. **Caminhos da sabedoria**: uma introdução à interpretação Bíblica feminista. São Bernardo do Campo: Nhauduti, 2009.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e Procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. São Paulo: Vozes, 2000.

GROSSI, Mirian Pillar. **Jeito de freira**: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 73, 1990, p. 48-58.

HENRIQUES, Fernanda. Teologia e feminismo como um biônimo teórico relevante. In: BORGES, Anselmo; CALDEIRA, Isabel. (Org.). **E Deus criou a mulher**: mulheres e teologia. Funchal, Portugal: Ed. Nova Delphi. 2011.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercado de Letra, 2001.

MARIZ, Cecília Loreto. Secularização e dessecularização; comentários a um texto de Peter Berger. In: **Religião e Sociedade**, São Paulo: v. 21, n. 1, p. 25-39, 2001.

PIRES, Joyce Aparecida. **Pobres Filhas de São Caetano**: um estudo sobre a vocação religiosa feminina e as trajetórias de vidas em um Convento no interior do estado de São Paulo. 2015. 154 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, UNESP, Marília, 2015.

RESENDE, Maria Valério V. **A vida rompendo muros**: carisma e instituição: as pequenas comunidades religiosas femininas inseridas no meio popular no Nordeste. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - João Pessoa: UFPB, 1999.

ROSADO-NUNES, Maria J. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. (2005). Gênero e religião. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 256, maio/ago, 1985.

_____. Teologia feminista e a crítica da razão patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Estudos Feministas**. Florianópolis: 14 (1); 336, jan.-abr, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALISBURY, Joyce. **Padres da Igreja virgens independentes**. Colômbia, T/m, 1994.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**: Antropologia das Sociedades Complexas, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO PARA A COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Gisele Quinallia

Universidade do Oeste Paulista, Faculdade de
Biomedicina

Presidente Prudente – São Paulo

Juliane Maldonado Orosco de Andrade

Universidade do Oeste Paulista – Mestrado em
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Presidente Prudente – São Paulo

Edilene Mayumi Murashita Takenaka

Universidade do Oeste Paulista – Faculdade de
Administração

Presidente Prudente – São Paulo

RESUMO: A economia solidária tem apresentado crescente visibilidade econômica, social e política. Atualmente constata-se o crescimento de iniciativas de produção e prestação de serviços sociais e pessoais, organizados com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão. Um dos desafios é o baixo nível de qualificação profissional dos trabalhadores solidários e a inadequação das tecnologias tradicionais para a produção em pequena escala. O objetivo deste trabalho foi entender a economia solidária e sua relação com a coleta de resíduos recicláveis. A metodologia utilizada foi o levantamento de dados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica que permitiu o contato com questões existentes e explorar

novos conhecimentos sobre o assunto tratado. O principal resultado dessa pesquisa foi a constatação de que a economia solidária atrelada a coleta de resíduos sólidos contribuem significativamente na criação de postos de trabalho, melhora na qualidade de vida e na preservação do meio ambiente. Dessa forma, espera-se que este estudo possa contribuir no despertar de reflexões sobre temas pertinentes à economia solidária, cooperativismo e reciclagem de resíduos sólidos urbanos, que foram levantados até aqui, assim como os que foram esquecidos ou omitidos também.

PALAVRAS-CHAVE: economia, solidária, coleta, resíduos, recicláveis.

ABSTRACT: The solidarity economy has gained increasing visibility economic, social and political. Currently notes the growth of production initiatives and provision of social and personal services, organized on the basis of free association and the principles of cooperation and self-management. One of the challenges is the low level of professional qualification of workers solidarity and the inadequacy of traditional technologies for small-scale production. The objective of this study was to understand the social economy and its relation to the collection of recyclable waste. The methodology used was the collection of data obtained by bibliographic research that allowed contact with issues

existing

and explore new knowledge about the subject discussed. The main result of this study was the finding that the solidary economy, linked to solid waste collection significantly contribute to the creation of jobs, improvement in quality of life and preservation of the environment. Thus, it is expected that this study may help in the wake of reflections on issues relevant to the social economy, cooperatives and recycling of municipal solid waste that have been raised so far, as well as those who have been forgotten or omitted as well.

KEYWORDS: economy, solidarity, collection, waste, recyclable

1 | INTRODUÇÃO

O Ministério do Trabalho e Emprego apresenta o termo “economia solidária” como uma maneira diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, buscando o trabalho em conjunto para o benefício comum e ainda, sem agredir o meio ambiente.

A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais, dispostas, e configuradas como cooperativas, associações, clube de troca, empresas auto gerenciáveis, rede de cooperação, entre outros, que realizam atividade de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2016).

Os movimentos sociais e as políticas públicas voltadas a esse modo alternativo de trabalho em prol da subsistência e melhoria da condição de vida de tais grupos tem apresentado crescimento nas últimas décadas.

Segundo Pitaguari (2010), os trabalhadores (homens e mulheres de diferentes faixas etárias e sociais) que aderem à economia solidária e se unem em redes e/ou cooperativas de produção e comercialização, tornam-se proprietários ou sócios dos negócios, ao invés de buscar emprego assalariado com a chamada carteira assinada em uma empresa privada.

A colaboração entre os operários admite ultrapassar as dificuldades presentes no trabalho autônomo individual, e dá a possibilidade dessas atividades sobreviverem frente a competição com as empresas que se utilizam da exploração do trabalho assalariado.

Singer (2002), afirma que a economia solidária pode ser uma forma de alcançar o sucesso para a sociedade visto que apresenta um mercado que se baseia na cooperação e não na competição entre produtores e o lucro é dividido entre os próprios geradores da riqueza.

O Brasil atual passa por problemas ligados a altos índices de desemprego somado a um persistente subemprego da força de trabalho, que não consegue ser absorvida pelo mercado de trabalho convencional.

Tal quadro reforça a necessidade de criação de mecanismos inovadores que

superem as estratégias de empreendimentos habituais e soma-se a uma outra grande preocupação do século XXI: a preservação ambiental.

O presente trabalho tem por objetivo definir a economia solidária e sua relação com a coleta de resíduos recicláveis.

Para tanto, a metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica, com leitura, análise e interpretação de livros, periódicos e documentos sobre o tema.

De acordo com Ruiz (2002), “a pesquisa bibliográfica consiste no exame do manancial teórico, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que se tem como tema de pesquisa científica”.

Para Lakatos e Marconi (1991) referem-se às revisões bibliográficas como: “a citação das principais conclusões a que outros chegaram a permitir salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes”.

2 | ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS PRINCIPAIS

Considerada uma forma específica de organização de atividades econômicas, a economia solidária caracteriza-se pela autogestão e pela igualdade entre os membros, onde a natureza humana e a união predominam ante outras virtudes sem excluir o objetivo financeiro e a lucratividade.

De acordo com Santos e Borinelli (2010), as bases da economia solidária surgiram por volta do século XVIII com os ideais de Robert Owen e alcançaram o século XXI apresentando um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem) ficar marginalizados no mercado de trabalho.

Os trabalhadores partidários de Robert Owen abraçaram a autogestão e a democracia e isso vale para as cooperativas atuais (formas mais conhecidas de empreendimentos solidários).

Segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional, um bilhão de pessoas no mundo participam de cooperativas (Colégio Passionista, 2016).

Nos dizeres de Paul Singer, a economia solidária:

(...) retoma a idéia de solidariedade no sistema produtivo em contraposição à ideia do individualismo competitivo característico das sociedades neo-liberais capitalistas.

(...) O conceito se refere à organização de produtores, prestadores de serviços, consumidores, poupadores, credores, entre outros, que se relacionam baseados nos princípios democráticos e igualitários da auto-gestão, promovendo a solidariedade e a justiça entre os membros da organização e todos os demais envolvidos no sistema produtivo. (SINGER, 2003, 116).

(...) “o movimento surgiu no Brasil inicialmente para combater a miséria e o desemprego gerados pela crise do petróleo na década de 1970, e se transformou em um modelo de desenvolvimento, que promove não só a

inclusão social, como pode se tornar uma alternativa ao individualismo competitivo das sociedades capitalistas.” (SINGER, 2003, 38).

A economia solidária vem sendo praticada em pelo menos 200 países, o Brasil é um exemplo de que a economia solidária é a aplicação do cooperativismo (Rede Brasil Atual, 2016).

Para Morais (2013), no Brasil as políticas públicas de economia social e solidária ganharam espaço com a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, setor vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego no Governo Federal.

Desde então, a economia solidária tem ganho crescente visibilidade econômica, social e, atualmente, constata-se o crescimento de iniciativas de produção e prestação de serviços sociais e pessoais, organizados com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão (MORAIS, 2013).

Segundo Singer e Souza (2000, p. 13), a economia solidária ratifica um grupo de conceitos elencados a seguir:

- Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os usam para produzir;
- Gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação dependendo do número de cooperados.
- Repartição da receita líquida entre os cooperados, conforme decisão em assembleia.
- Destinação do excedente anual (sobras) segundo critérios acertados entre todos.
- A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada.
- Somas adicionais emprestadas a cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

Tais conceitos garantem certa identidade ao termo economia solidaria, mesmo com múltiplas e variadas experiências e distinções em relação ao modelo econômico clássico.

2.1 Cooperativismo e Sustentabilidade

Desde fins da década de 1970, o Brasil tem apresentado oscilações econômicas, sociais e políticas em que vários postos de trabalho formal vêm sendo suprimidos.

Geralmente, a parcela da população que mais é afetada são aquelas em situação de precariedade econômica e social, que perderam seus empregos e encontram-se em situação de precariedade das condições de trabalho e renda.

Dessa forma, modelos considerados alternativos de organização do trabalho ganham relevância e dentre eles, sobressai o cooperativismo pautado na solidariedade entre indivíduos.

Nesse contexto, a economia solidária foi reinventada, sendo que atribuiu um

grande valor a democracia, igualdade dentro dos empreendimentos, insistência na autogestão e repúdio ao assalariamento (NASCIMENTO, 2004).

Assim, as chamadas cooperativas populares surgem com a proposta de inclusão social dos atores que foram excluídos do mercado de trabalho, e configuram um tipo de organização estratégica, condizente com as mudanças organizacionais no final do século XX e início do século XXI.

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional, considera-se uma cooperativa como uma associação autônoma de pessoas unidos de forma voluntária de acordo com seus anseios econômicos, sociais, culturais e suas aspirações através de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada. As cooperativas podem ser rurais, de crédito, financeiras, artesãs ou de trabalho mas, sempre o que as move é o princípio da autonomia parcial dos seus participantes em benefício do todo.

Conforme Zylbersztajn (2002, p.03):

Na raiz da organização cooperativa está o fato de que o trabalhador é também proprietário dos recursos produtivos. Isto o induz a estruturar a sua atividade produtiva como um capitalista e, ao mesmo tempo, participar de uma sociedade gerida pelos princípios da cooperação, qualificada como cooperação benigna. Nos casos em que tem a gestão conduzida pelo próprio cooperado, a cooperativa perde algumas vantagens advindas da especialização.

Como o próprio termo sugere, o cooperativismo apresenta-se como um modelo sócio econômico que parte da cooperação entre pessoas que possuam objetivos em comum.

Neste contexto, o conceito de cooperativismo se aproxima da percepção sobre a sustentabilidade.

O termo sustentabilidade é formado pelo tripé socioeconômico e ambiental, ou seja, para ser um empreendimento sustentável precisa ser ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso.

Sustentabilidade é um termo usado para definir atos e práticas humanas que apontam prover as precisões momentâneas do indivíduo, sem comprometer o futuro das próximas proles, isto é, a sustentabilidade está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico e material sem atacar o meio ambiente, aproveitando os recursos naturais de forma inteligente para que eles mantenham no futuro.

Segundo esses parâmetros a humanidade pode garantir o desenvolvimento sustentável pois, para Santos (2010), entre as ações relacionadas acrescenta-se: a concepção de atitudes pessoais e empresariais orientadas para a reciclagem de resíduos; a geração de renda; a diminuição de resíduos produzidos e a redução da retirada de recursos minerais do ambiente.

2.2 A Coleta de Resíduos Sólidos Recicláveis pelo Trabalho Cooperado

A Associação Brasileira de Normas Técnicas, através da NBR 10.004 (2004) define resíduos sólidos como: Resíduos nos estados sólidos e semissólido, que

resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição passíveis de serem reaproveitados de alguma maneira e assim voltando à cadeia produtiva.

Os materiais que participam amplamente da produção de embalagens, que é o principal indicador na participação dos materiais nos resíduos sólidos, são o aço, alumínio, papel/papelão, plástico e vidro.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 30% do alumínio consumido vai para a fabricação de embalagens, sendo que 55% destes correspondem as latas de alumínio. O consumo do aço no Brasil vem crescendo de forma significativa, porém corresponde apenas a 4% no setor de embalagens.

Ainda segundo o IPEA, o papel/papelão apresentam amplo valor no setor de embalagens e o que os diferencia dos outros resíduos é fato de grande parte dos seus produtos ter um ciclo de vida curto. Os resíduos de embalagens plásticas mostram-se bastante superior ao das embalagens de aço.

Cerca de 40% do consumo de vidro está voltado para as embalagens, porém sua participação na reciclagem possui particularidades devido as suas dificuldades técnicas e a possibilidade de sua reutilização (IPEA, 2016).

Os resíduos sólidos urbanos (RSU), correspondem aos resíduos domiciliares e de limpeza urbana e compreendem uma multiplicidade de pontos integrados, tais como a ação da logística reversa, da coleta seletiva, da ação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, da compostagem, da recuperação energética, dentre outras (IPEA, 2016).

Bartolomeu e Caixeta-Filho (2011) afirmam ser extremamente difícil estimar de forma precisa a quantidade de geração de resíduos sólidos, mas alguns índices do município analisado conseguem fornecer uma ideia aproximada dos resíduos gerados, como: o tamanho dos municípios em função da população; a atividade produtiva predominante; nível socioeconômico; sazonalidade da ocupação; existência de coleta seletiva e ações governamentais de incentivo a redução na geração de resíduos domiciliares.

Entretanto, pode-se frisar que a geração de resíduos sólidos aumenta ano a ano, variando de acordo com fatores diversos e tamanha escala contribui para originar e agravar vários problemas ambientais relacionados a inadequada disposição dos mesmos.

Uma maneira de amenizar os efeitos danosos do aumento da geração de resíduos sólidos e sua inadequada disposição final apresenta-se como a coleta de materiais passíveis de reutilização e reciclagem que, atendendo ao Plano Estadual de Resíduos Sólidos de 2012, passa a ser realizada por cooperativas de catadores de material reciclável nos municípios participantes das políticas públicas voltadas ao tema.

Sobre coleta satisfatória dos resíduos sólidos, de acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), esta tem sido o principal foco da gestão de resíduos sólidos nos últimos anos.

A porcentagem de cobertura vem acendendo consecutivamente, já obtendo em 2009 quase 90% do total de domicílios, nas áreas urbanas a coleta supera o índice de 98%, todavia, as coletas em domicílios localizados em áreas rurais ainda não atingem 33%, conforme apresentado no gráfico 1 (CONAMA, 2016).

Segundo o CONAMA (2016), nos períodos de 2000 e 2008, a coleta seletiva de materiais recicláveis teve um acréscimo de 120% apontando municípios que expandem essas atividades, que chegaram a 994 (tabela 1), estando a maioria localizados na região sul e sudeste.

Unidade de análise	Municípios que realizam coleta seletiva	População urbana Número de habitantes	Papel 1 mil t/ ano	Plástico 1 mil t/ ano	Metais 1 mil t/ ano	Vidro 1 mil t/ ano
Brasil	994	77.708.739	285,7	170,3	72,3	50,9
Municípios pequenos	862	14.951.052	71,6	43,6	22,2	13,8
Municípios médios	120	31.308.914	166,6	92,4	36,9	23,7
Municípios grandes	12	31.448.773	47,6	34,3	13,2	13,3

Tabela 1: Estimativa de quantidade de material coletado

Fonte: Ministério das cidades (2010) e IBGE (2010).

Organizado pelas autoras.

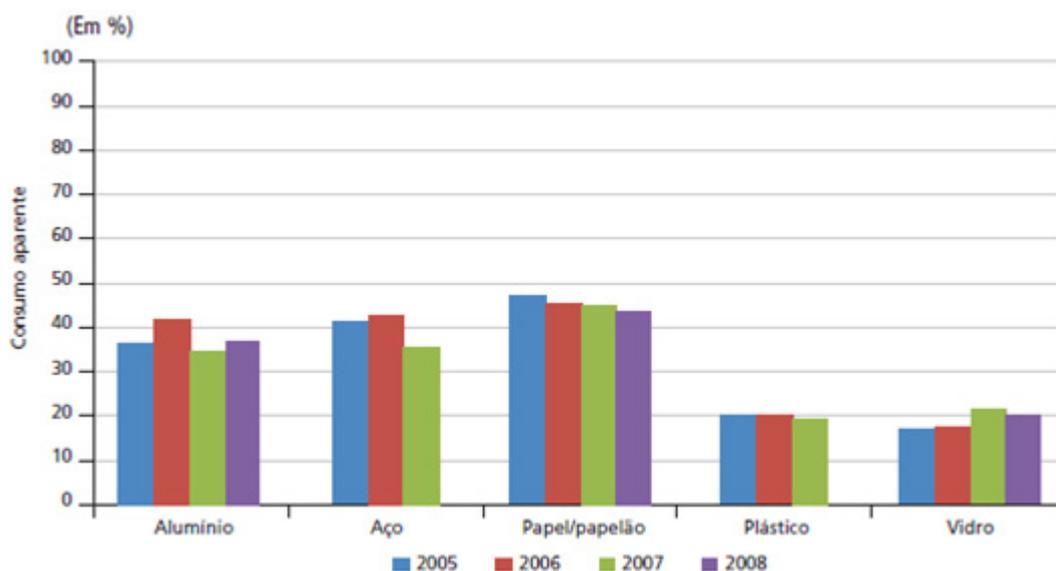


Gráfico 1: Taxas de Reciclagem

Fonte: Abal (2011), Datasus e Brasil (2010).

Conforme citado anteriormente, uma das estratégias adotada para diminuição da quantidade de resíduos gerados é a ideia do sistema de coleta seletiva. Grande parcela da coleta de materiais recicláveis é realizada por coletores de modo informal e estes são contabilizados nas estatísticas oficiais. Tal prática vem sendo adotada por quase todas as capitais e mais que o dobro dos municípios de médio porte, além das diferentes modalidades de coleta, é fundamental para o planejamento de políticas de estímulo à coleta seletiva, saber o custo de tais programas (CONAMA, 2016).

Para Bartolomeu e Caixeta-Filho (2011), o sistema de coleta seletiva apresenta como um dos seus objetivos sociais a inserção dos catadores da coleta informal na sociedade, visando à emancipação econômica dos mesmos e a ampliação de serviços, alcançando a desejada inclusão social e melhores condições de vida através da criação de cooperativas e associações.

A atuação dos trabalhadores em cooperativas de coleta de materiais recicláveis trazem benefícios que formam um tripé: na natureza; no aspecto econômico e no âmbito social.

Na natureza, reciclagem e reutilização colaboram com a redução de resíduos nos aterros e melhor aproveitamento de recursos produtivos.

No aspecto econômico, a reciclagem colabora para o costume coerente dos recursos naturais e a reposição de soluções que são passíveis de reaproveitamento.

No âmbito social, a reciclagem propicia melhor qualidade de vida através da preservação das condições ambientais, como providencia trabalho e geração de renda para pessoas direta e indiretamente envolvidas..

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária tem por característica principal a democracia evidenciada pela autogestão encontrada nas cooperativas formadas por catadores de material reciclável.

A despeito de que, em sua grande maioria, a catação de materiais recicláveis seja composta por trabalho informal, o mesmo pode ser contabilizado em dados estatísticos.

Os resíduos passíveis de reciclagem e reaproveitamento coletados são recolhidos para um centro de coleta, classificados, limpos, reprocessados e dispostos para venda às indústrias do ramo.

Dessa forma a economia solidaria atrelada a coleta de resíduos sólidos a partir da formação de cooperativas contribuem significativamente na criação de postos de trabalho, melhora na qualidade de vida e na preservação do meio ambiente.

Compreender o sentido de cooperativismo, sustentabilidade, coleta de resíduos sólidos e reciclagem, e propiciou o entendimento de que existem grandes desafios e

que muito ainda precisa ser realizado.

REFERÊNCIAS

DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. Disponível em: <www.ipea.gov.br> Acesso em: 25 mai/2016.

ECONOMIA SOLIDÁRIA ESPERA FORTALECIMENTO POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/economia-solidaria-espera-fortalecimento-por-meio-de-politicas-publicas-9222.html>> Acesso em: 25 mai/2016.

BARTOLOMEU, D. B.; CAIXEITA-FILHO, J. V. **Logística ambiental de resíduos sólidos.** São Paulo: Atlas, 2011.

GARCEZ, L.; GARCEZ, C. **Lixo, Coleção Planeta Saudável.** Callis Editora Ltda, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 225 p.

MAZZETTO, T. S. C., RODRIGUES, M. C., MARGONATO, R., MAZZETTO, G. M. C. **A Economia Solidária na Perspectiva do Desenvolvimento Local.** In: Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.

MILANEZ, F. **Desenvolvimento Sustentável.** In: CATTANI, A. D. (org) A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – M.T.E. **ECONOMIA SOLIDÁRIA. A economia solidária. O que é a economia solidária?** Disponível em: <[http:// portal.mte.gov.br/ecosolidaria](http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria)> Acesso em: 25 mai/2016.

MORAIS, L. P. **Economia Social e Solidária e Cooperação Sul-Sul e Triangular na América Latina e Caribe: Contribuições para o Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável.** Campinas: UNICAMP, 2013.

NASCIMENTO, C. **A autogestão e o “Novo Cooperativismo”.** MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2004.

NISHIMURA, S. R., RIZZOTTI, M. L. A. **Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina.** In: Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.

PIERRE-LEROY, J. et al. **Tudo ao mesmo tempo agora. Desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver como você?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PITAGUARI, S. O., CÂMARA, M. R. G. **As Motivações e Desafios para a Consolidação da Economia Solidária.** In: Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.

Resolução do CONAMA No 275 de 25 de abril 2001. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res01/res27501.html>> Acesso em 01 jun/2016.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos.** 5ª edição, Ed. Atlas, 2002.

SANTOS, L. M. L., BORINELLI, B. **Economia Solidária: propostas e perspectivas.** In: **Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional.** Londrina: UEL, 2010.

EDUCAÇÃO SEXUAL: PROMOVENDO RESPEITO EM SALA DE AULA ATRAVÉS DE DINÂMICAS

Nathália Hernandez Turke

Mestranda em Ensino de Ciências e Educação Matemática – Universidade Estadual de Londrina.

Londrina – Paraná.

Felipe Tsuzuki

Mestrando em Ensino de Ciências e Educação Matemática – Universidade Estadual de Londrina.

Londrina – Paraná.

Virgínia Iara de Andrade Maistro

Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina. Docente da Universidade Estadual de Londrina.

Londrina – Paraná.

RESUMO: Somos o resultado de uma sociedade repressora, sexista e discriminatória, pautada em preconceitos e falso moralismo, onde sexualidade deve ser ensinada em casa, através de crenças religiosas. Sexo é considerado como pecaminoso e imoral; orientações sexuais que não sejam a heterossexual, são vistas como “anormais” e “promíscuas”; *bullying* é tido como irrelevante e comum, levando muitos estudantes e professores a terem medo e receio de falar sobre o assunto. Diante do contexto, foram pensadas atividades para compreender as diferenças e as diversidades presentes não somente na sociedade, como no contexto escolar. Assim, por meio de uma

discussão, foram organizadas aulas práticas com o intuito de desenvolver estes temas durante as aulas de Ciências, em turmas do Ensino Fundamental II, em escolas da rede pública na cidade de Londrina/PR. Para tal, foram utilizadas seis dinâmicas lúdicas com os seguintes temas: educação sexual, gênero, preconceitos, *bullying*/exclusão, estereótipos e respeito, que tinham por objetivo romper e desmitificar estigmas, tabus e preconceitos em sala de aula. Constatou-se que a ausência de espaços para discussões sobre esses assuntos ainda provoca conceitos errôneos, levando a preconceitos. Entretanto, ao tratar as discriminações e as maneiras de minimizá-las, de maneira lúdica, através de atividades práticas, com os discentes, é possível contribuir para a diminuição da intolerância existente dentro das escolas, bem como fora delas, demonstrando ser importante e necessário levantar essas questões com os jovens, instigando-os a repensar sobre seus atos e, principalmente, a modificá-los, a fim de diminuir agressões físicas e verbais.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; Escola; Preconceito.

ABSTRACT: We are the result of a repressive, sexist and discriminatory society, based on prejudgments and false moralism, where

sexuality must be taught at home, through religious beliefs. Sex is considered as sinful and immoral; sexual orientations other than heterosexual are seen as "abnormal" and "promiscuous"; bullying is regarded as irrelevant and common, leading many students and teachers to be afraid and fear to talk about it. Given the context, activities were designed to understand the differences and the diversity present not only in society, but also in the school context. Thus, through a discussion, practical classes were organized with the intention of developing these themes during the Science classes, in classes of Middle School, in public schools in the city of Londrina / PR. To this end, six playful dynamics were used with the following themes: sexual education, gender, prejudgments, bullying / exclusion, stereotypes and respect, which aimed to break and demystify stigmas, taboos and prejudgments in the classroom. It was found that the absence of spaces for discussions on these subjects still provokes erroneous concepts, leading to prejudices. However, in dealing with discrimination and ways of minimizing them, in a playful way, through practical activities with the students, it is possible to contribute to the reduction of intolerance within and outside schools, proving to be important and necessary to raise these issues with young people, by instigating them to rethink their actions and, above all, to modify them in order to reduce physical and verbal aggression.

KEYWORDS: Sexuality; School; Prejudgment.

1 | INTRODUÇÃO

Mosé (2013) questiona as atuais perspectivas das propostas de ensino que envolvem uma preparação para a vida e o exercício da cidadania, um ensino como um meio, desconsiderando, indiretamente, o seu presente e o seu contexto. Logo, se a escola por meio da educação lhe ensinará como viver e como praticar sua cidadania, o indivíduo ainda em aprendizado não vive e nem pratica a sua cidadania. A falha no sistema educacional é caracterizada pela não democratização desses espaços de ensino-aprendizagem, bem como a ausência do diálogo, onde ainda rege o autoritarismo nas relações professores-estudantes, apresentando-se inviável uma abordagem que estimule a criação, permanecendo apenas na reprodução dos conceitos.

Os espaços de educação formal que se pautam nesses princípios, se assemelham aos presídios ao constituírem metodologias e fins parecidos. Neste local, os estudantes são silenciados e seus conhecimentos prévios desconsiderados, pois se valorizam os conteúdos impostos e fragmentados. A partir desta análise, Mosé (2013) responsabiliza esse distanciamento da escola com sociedade como uma barreira para as relações humanas, como pode ser observado no trecho abaixo:

Essa falta de conexão da escola, tanto com a sociedade quanto consigo mesma, não é apenas prejudicial para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, que se dá pela capacidade de fazer relações cada vez mais amplas e complexas, mas prejudica também as relações humanas, a prática da justiça social, o exercício

da cidadania, implica diretamente o aumento do grau de angústia e solidão e impulsiona cada vez mais ao consumo de produtos, de pessoas, de drogas lícitas e ilícitas. Participar da sociedade, interferir em suas instâncias, construí-la, nos dá uma sensação de pertencimento que nos fortalece e fortalece os acordos. Mas a escola foi se afastando dessa continuidade e se baseando em um conhecimento dividido e abstrato (MOSE, 2013, p. 51).

A respeito dessa fragmentação e descontextualização dos conteúdos escolares, Freire (2014) identifica e detalha este fenômeno, propondo uma metodologia voltada e baseada nos conhecimentos prévios. A partir da consideração dos conhecimentos que já se tem, o indivíduo aprende a “dizer a sua palavra” e, portanto, não se vê obrigado a reproduzir as palavras de terceiros que, em seu contexto, não possui significado ou relevância. O autor postula a máxima:

A nossa preocupação, neste trabalho, é apenas apresentar alguns aspectos do que nos parece constituir o que vimos chamando de Pedagogia do Oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e das suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE, 2005, p. 34).

Na interlocução e análise de Carvalho e Ibiapina (2009), a obra *A construção do pensamento e da linguagem* de Vigotski (2001), discute o papel dos signos no processo de aprendizagem, transformando suas funções psíquicas em superiores, agindo como mediador do desenvolvimento psicológico. Nesta mesma obra, Vigotski se refere à Zona de Desenvolvimento Imediato (ZDI) como o desenvolvimento potencial, as características emergentes dos estudantes, contudo explicita que o desenvolvimento dessas habilidades se tornará potencial apenas se houver a mediação de outros, uma vez que estes irão estimular este desenvolvimento. Assim, esses estudos se complementam, uma vez que esta mediação e não imposição está presente no discurso de Freire (2005), quando este afirma que a pedagogia do oprimido deveria ser produzida com e não para esses que buscam recuperar sua humanidade. Saviani (1996) descreve a necessidade de uma prática educativa que dirija do senso comum à consciência filosófica, ou seja, “passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada”.

No que tange à sexualidade, Gomes e colaboradores (2002) identificam um déficit no conhecimento acerca do corpo, do sexo e das sexualidades de 6.419 estudantes de 10 a 14 anos. Os autores apontam a necessidade de mais programas e iniciativas que proporcionem as discussões que compreendem estas temáticas. Madureira (2009) ressalta a lacuna existente entre Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais, no qual se encontram propostas para a educação sexual no âmbito escolar, e a realidade da forma com que a sexualidade é trabalhada na escola, quando isto ocorre. A autora mostra que as sexualidades e os gêneros são discutidos, principalmente, pelos/as professores/as de Ciências. Além de apresentar

as problemáticas encontradas na formação inicial e continuada dos mesmos, propõe a construção de espaços de discussão e problematização sobre as bases afetivas, bem como a origem histórica e cultural dos preconceitos contra a diversidade, seja ela sexual, de gênero, étnica ou relacionada a portadores de necessidades especiais. Louro (1997) ressalta a importância da abordagem de assuntos que permeiam os gêneros e as sexualidades:

É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. Podemos estender as análises de Foucault, que demonstraram o quanto as escolas ocidentais se ocuparam de tais questões desde seus primeiros tempos, aos cotidianos escolares atuais, nos quais podemos perceber o quanto e como se está tratando (e constituindo) as sexualidades dos sujeitos (LOURO, 1997, p. 81).

Embora Britzman (2000) afirme que o termo “educação sexual” esteja relacionado a uma proposta de higienismo social, no qual compreende apenas uma visão biológica e instrumental da sexualidade, neste trabalho esta terminologia apresenta um viés mais abrangente que engloba uma perspectiva também social e histórica. Portanto, assemelha-se do significado de “orientação sexual”, pois este termo diz respeito ao trabalho pedagógico escolar de discussão da sexualidade (FURLANI, 2009).

Segundo Furlani (2003), a manutenção dessa educação fragmentada e que desconsidera os/as estudantes no âmbito da educação sexual, resultará e perpetuará nos mitos, tabus e preconceitos trazidos e reproduzidos pelos/as estudantes. Assim, Furlani (2003) caracteriza os mitos sobre as sexualidades:

Mitos sexuais existem e podem ser compreendidos como concepções errôneas e/ou inadequadas que podem surgir a partir de rumores, ou mesmo, através de uma educação sexual pouco elaborada e credíncias populares. Os tabus sexuais são aspectos da sexualidade que a sociedade, de certa forma, não aceita, como a homossexualidade, a masturbação, a iniciação sexual da mulher antes do casamento, etc. Ainda hoje, quando se fala sobre sexo e sexualidade, muitos remetem a valores e crenças revestidas de preconceitos, tabus, mitos e estereótipos (FURLANI, 2003).

Como rompimento destes paradigmas e possível ferramenta para resolução de problemas não apenas relacionados a sexualidade e gênero, mas de aspecto social, como a violência e o assédio moral (*bullying*) presente dentro e fora das escolas, Louro (2001) elabora uma pedagogia e um currículo *queer*. Nesta intervenção, a autora pretende questionar a binariedade e a polarização, além de problematizar a *heteronormatividade* imposta e as diversas identidades. A metodologia dialética utilizada considera o indivíduo como participante ativo na construção do seu conhecimento, desta forma, impedindo que os mitos e tabus (baseados em construções históricas, culturais e religiosas) continuem a ser reproduzidos. Contudo, estes mitos e tabus atuarão como mediadores para o entendimento dos conceitos, uma vez que estes diante da problematização mostrarão a sua falta de fundamento e nesta lacuna serão propostos novos conhecimentos, agora, muito bem fundamentos (LOURO, 1997).

A seguir, Louro (2001) diferencia a pedagogia e o currículo *queer* dos trabalhos já realizados ou propostos, explicitando a necessidade de compreender o outro, para além de distanciar as diferenças, mas identificar as diferenças em si:

Uma pedagogia e um currículo *queer* se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo *queer* estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o 'outro' é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu como outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam (LOURO, 2001, p. 550).

Diante do contexto, foram pensadas atividades que tinham o potencial de compreender as diferenças e a diversidade presente não somente na sociedade, como no eu. Assim, por meio da discussão, na qual se dá voz aos/às estudantes, foram organizadas aulas dinâmicas com o intuito de promover o respeito, desenvolvidas durante as aulas de Ciências. O trabalho foi analisado mediante a seguinte questão: aulas lúdicas sobre respeito, *bullying*, gênero e orientação sexual faz-se estratégia eficaz a fim de romper e desmitificar estigmas, tabus e preconceitos em sala de aula?

2 | METODOLOGIA

As aulas práticas foram desenvolvidas nas aulas de Ciências de turmas do Ensino Fundamental II (sexto ao nono ano), em escolas da rede pública na cidade de Londrina/PR. Para tal, foram utilizadas dinâmicas com os seguintes temas: educação sexual, gênero, preconceitos, *bullying*/exclusão, estereótipos e respeito.

- **Dinâmica 01: Educação Sexual**

Após ser explicado o significado de Educação Sexual, foram abordados temas como higiene pessoal, menstruação, gravidez precoce e prevenção. Foram levados para a sala de aula diferentes tipos de absorventes femininos (externo, interno e coletor menstrual), bem como os métodos contraceptivos (diafragma, camisinha masculina e feminina, DIU, anel vaginal, adesivo, pílula e anticoncepcional injetável) e de emergência (pílula do dia seguinte), sendo explicada a maneira de utilizá-los e eficácia.

É importante salientar que ao falar sobre sexualidade, além de abordar os assuntos citados inicialmente, deve-se incluir temas como gênero, orientação sexual, masturbação, pedofilia, estupro, virgindade, pornografia, feminismo e machismo,

orgasmo, ejaculação, desempenho sexual, bem como auto-estima e sentimentos.

Posteriormente, foi desenvolvida uma dinâmica denominada “Dança da Transmissão”, a fim de introduzir a temática “Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)”.

- **Dinâmica 02: Dança da Transmissão**

Os materiais necessários são: copos descartáveis transparentes, água da torneira, água tônica, luz negra e música da atualidade, conhecida pela maioria dos jovens.

A pessoa responsável pelo desenvolvimento da prática preencheu até a metade a maioria dos copos com água de torneira, contudo a um (ou dois, dependendo da quantidade de estudantes presentes) foi adicionado água tônica sem gás, deixando-o similar aos outros. Logo em seguida, os copos descartáveis foram entregues aos alunos – alguns estando duplicados, ou seja, dois copos, um dentro do outro.

Brevemente, fez-se uma explicação sobre como a dinâmica seria conduzida, onde os discentes deveriam andar por todo o ambiente disponível, como se estivessem em uma festa (uma “balada”), dançando e trocando o conteúdo de seu copo com o dos colegas enquanto a música tocava. Ao final da melodia, os mesmos formaram uma fila e analisaram e compararam com os colegas o líquido presente em seu copo. Os alunos se dividiram em dois grupos – o primeiro possui um líquido com coloração azul (característica da luz negra), enquanto o segundo possui coloração roxa, brilhando em contato com a luz negra.

Ao final, explicou-se que apenas um (ou dois) copo continha água tônica no começo da oficina, a qual contém “quinino”, substância que em contato com a luz negra reflete a coloração “roxa brilhante”, enquanto todos os outros participantes receberam copos com água pura. Entretanto, ao final, mais da metade da turma se “contaminou” com a água tônica.

Houve, então, uma discussão sobre a importância de se prevenir ao manter relações sexuais com outras pessoas, principalmente desconhecidas. Isso se deve ao fato de ninguém saber que possui certa infecção, como HPV, AIDS e assim por diante – fez-se uma analogia ao mostrar aos discentes que nenhum tinha consciência de que estava trocando líquidos com pessoas “infectadas”. Mostrou-se que alguns jovens possuíam dois copos, atestando que mesmo tendo adquirido alguma infecção, a mesma permaneceu na camisinha, simbolizada pelo primeiro copo, deixando a pessoa intacta (representada pelo segundo copo).

Foram citadas as diferentes infecções sexualmente transmissíveis, enfatizando a importância de não haver preconceito com pessoas soropositivas, as quais possuem uma vida normal, como qualquer outro ser humano.

A oficina foi dada como finalizada ao esclarecer as dúvidas dos participantes, sobre qualquer tema voltado à sexualidade, onde as indagações puderam ser feitas em voz alta ou através de papéis em branco, anonimamente.

- ***Dinâmica 03: Gênero***

Inicialmente fez-se um diálogo sobre as diferenças existentes entre conceitos como sexo, gênero e orientação sexual. Logo em seguida, esquematizou-se uma tabela no quadro, com a separação “Menino x Menina”.

Os discentes foram convidados a categorizar coisas que imaginavam serem específicas para meninas e coisas específicas para meninos, como características físicas, biológicas, atitudes, objetos que os mesmos usariam no dia-a-dia, como cores, brinquedos, jogos, roupas e assim por diante.

Após isto, todos tiveram a oportunidade de concordar ou discordar da separação feita, no quadro, pelos colegas, argumentando sobre sua posição. Através desta atividade foi possível desmistificar algumas ideias do que “é ser homem” e do que “é ser mulher”.

- ***Dinâmica 04: Bullying/Exclusão***

Foram confeccionados papéis com algumas características utilizadas ao julgar uma pessoa sem conhecê-la, bem como modos de tratá-la por conta disso, como: “Sou confiável: ouça-me”, “Sou arrogante: conteste o que eu digo”, “Sou chato, afaste-se de mim”, “Sou feio, tire sarro de mim”, “Sou extrovertido, me dê um sorriso”, “Sou popular, faça-me um elogio” e assim sucessivamente.

Os papéis foram fixados com fita crepe na testa de cada participante, os quais não sabiam as características que estavam recebendo e, apenas através do que se podia ler nas fichas dos colegas, seguiram o que a frase mandava fazer durante determinado tempo.

Ao final, foi feita uma discussão sobre como cada discente se sentiu ao ser tratado sobre o modo de melhorar seu comportamento perante as pessoas à sua volta.

- ***Dinâmica 05: Respeito***

Cada estudante encheu uma bexiga e a amarrou em seu tornozelo. Após o sinal da professora, todos deveriam manter sua bexiga cheia, a fim de ganhar um prêmio ao final. Rapidamente, um tentou estourar a bexiga do outro, terminando a dinâmica quando apenas um possuía sua bexiga intacta. Foi conversado sobre como todos poderiam ter sido presenteados, caso não houvessem tentado levar os colegas ao fracasso, visando a importância de haver diálogo e respeito entre as pessoas.

- ***Dinâmica 06: Concordo e Discordo***

Em um lado da sala foi colado um papel escrito “Concordo” e no outro lado um escrito “Discordo”. Foram lançadas afirmativas para os alunos, a fim de identificar suas percepções sobre as questões de gênero, principalmente no que diz respeito à opressão da mulher na sociedade.

As afirmativas lançadas foram as seguintes: “Os pais são mais controladores com as filhas do que com os filhos”, “Homens não podem chorar”, “As garotas querem encontrar um homem pra casar e têm medo de ficar sozinhas”, “Limpar a casa e cuidar dos filhos é dever da mulher”, “Os homens são, naturalmente, mais agressivos

do que as mulheres”, “Os homens possuem instinto controlador, não deixando suas namoradas/esposas usarem roupas curtas e saírem sozinhas”, “É natural falar mal de garotas que saem pra beber com os amigos”, “É normal o homem trair”, “O que o homem mais valoriza em uma mulher é o fato dela ser gostosa”, “Se homens beijarem várias mulheres são garanhões; mulheres são putas”, “Mulher não pode usar roupa curta ou sair na rua à noite sozinha, se não está pedindo para ser estuprada”

A cada afirmação lançada, os jovens escolhiam para qual lado da sala iriam se posicionar, sendo organizada uma discussão para cada assunto, onde foi possível cada um defender o seu lado.

- **Dinâmica 07: Estereótipos**

Separados em grupos de quatro ou cinco pessoas, foram entregues revistas e uma folha de papel sulfite aos grupos. Deu-se a seguinte tarefa: “Vocês devem escolher a figura de uma pessoa nessa revista e, através unicamente da visualização da imagem selecionada, escolher nome, idade, profissão, bem como outras características”.

Ao final, os discentes puderam apresentar para a turma os motivos pelos quais selecionaram aquela gravura e deram aquelas características para a pessoa. O intuito desta atividade foi desmitificar estereótipos, já que diversas vezes julgamos, erroneamente, “o livro pela capa”, mostrando a importância de conhecer as pessoas antes de pressupor algo.

Ao final de todas as oficinas, foi evidenciada a importância de tratar todas as pessoas da mesma maneira porque, apesar das diferenças encontradas, todos merecem o devido respeito.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as discussões, abordaram-se temas sobre a forma de tratar as pessoas, no dia-a-dia, tanto dentro da escola como fora dela, onde às vezes um cidadão acaba sendo excluído dos círculos de amizade ou trabalho simplesmente por ser “diferente” do esperado, como ser negro, estar acima do peso ideal imposto pela sociedade, possuir alguma deficiência, usar óculos, ser tímido, utilizar roupas ou cabelos diferentes dos colegas e assim sucessivamente. Também foi discutido sobre preconceitos contra negros, índios, deficientes, homossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais, transexuais, diferentes religiões, distintos padrões de moda e beleza. Destacou-se a necessidade de desmitificar tabus sobre as relações de gênero na sociedade, advindos de uma reparação de “coisas corretas para homens e mulheres”. Assim, visou-se a igualdade e o direito de “poder ser você mesmo”, sem ser julgado por padrões preestabelecidos por uma sociedade arcaica e preconceituosa.

Foi possível perceber que, no início das oficinas, muitos jovens demonstraram preconceitos e falta de respeito, inúmeras vezes escondidos em piadas e ironia. Contudo, notou-se que vários participantes se quer saber a diferença entre

sexo, gênero e orientação sexual, bem como desconheciam algumas religiões, ou as compreendiam de maneira equivocada – fato que pôde ser percebido quando equipararam a Umbanda com macumba.

Durante as discussões foi enfatizado o preconceito preestabelecido em cada um, mesmo quando a pessoa acha que está livre do mesmo, utilizando exemplos do dia-a-dia, como: o modo de olhar para uma pessoa com deficiência; julgar alguém pelo seu modo de se vestir ou se portar, por possuir tatuagens ou *piercings*; não ajudar um idoso ou um deficiente a atravessar a rua quando necessário ou não ceder seu lugar no banco do ônibus para uma mulher grávida; se sentir perseguido apenas por haver um indivíduo negro andando próximo na rua; não respeitando as diferentes religiões e assim por diante.

Parte do preconceito que os jovens possuem vem de uma influência existente em casa, na escola, na igreja, entre outros lugares, mas outra boa parte apenas está presente por conta da falta de informação sobre a diversidade de indivíduos e a necessidade de respeitar uns aos outros, sem julgar o caráter de alguém através de sua aparência.

Constatou-se que a falta de espaços para discussões sobre esses assuntos ainda provoca, pela falta de informação, conceitos errôneos, levando a preconceitos. Entretanto, ao tratar as discriminações e as maneiras de minimizá-las, de maneira lúdica, através de atividades práticas, com os discentes, é possível contribuir para a diminuição da intolerância existente dentro das escolas, bem como fora delas, demonstrando ser importante e necessário levantar essas questões com os jovens, instigando-os a repensar sobre seus atos e, principalmente, a modificá-los, a fim de diminuir agressões físicas e verbais.

REFERÊNCIAS

BRITZMANN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 85-111.

CARVALHO, M. V. C.; IBIAPINA, I. M. L. M. A abordagem histórico-cultural de Lev Vigotski. In: CARVALHO, M. V. C.; MATOS, K. S. A. L. (Org.). **Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão**. Fortaleza: Coleção diálogos intempestivos, 2009. p. 161-198.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 44^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURLANI, J. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: **Sexualidade**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – PR, 2009.

_____. **Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

GOMES, W. D. A.; COSTA, M. C. O.; SOBRINHO, C. L.; SANTOS, C. A. S. T.; BACELAR, E. B. Nível de informação sobre adolescência, puberdade e sexualidade entre adolescentes. **Jornal de Pediatria**, v. 78, n. 4, p. 301-308, 2002.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, p. 20, 1997.

_____. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos feministas**, v. 9, n. 2, p. 541, 2001.

MADUREIRA, A. F. do A. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola**: a construção de uma cultura democrática. 2009.

MOSÉ, V. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1996.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ENTRE ROMANCES E SEGREDOS, (HÁ) VIOLÊNCIA SEXUAL

Paula Land Curi

Universidade Federal Fluminense, Departamento
de Psicologia
Niterói - Rio de Janeiro.

Nayalla Buarque

Integrante do NEACA (2014-2015).
Maricá - Rio de Janeiro.

Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins

Voluntária no SOS Mulher (2016).
Niterói – Rio de Janeiro.

RESUMO: Este trabalho parte da experiência clínica com adolescentes e jovens mulheres, que vivenciaram situações de violência sexual, e buscaram auxílio em instituições especializadas à prestação de assistência e cuidados. Os atendimentos psicológicos realizados lançaram-nos ao encontro com as mães das usuárias destes dispositivos – mulheres que, outrora, também haviam passado por situações de violência sexual e as mantido como um ‘segredo guardado a sete chaves’. A clínica nos apresentou, através dessas moças, que algumas delas (re)atualizam episódios de violência experienciados pelas suas mães, convocando-nos a refletir sobre a violência sexual, a partir de uma perspectiva transgeracional.

PALAVRAS-CHAVE: violência sexual, mães e

filhas, transgeracionalidade.

ABSTRACT: This study is based on clinical experience with adolescents and young women, who experienced situations of sexual violence and searched for support in specialized institutions for provision of assistance and care. The psychological consultations carried out met us with the mothers of the users of these devices - women who, once, had also been subjected to sexual violence and kept them as a ‘secret kept secret’. The clinic has shown us, through these girls, that some of them (re)update episodes of violence experienced by their mothers, calling us to reflect on sexual violence, from a transgenerational perspective.

KEYWORDS: sexual violence, mothers and daughters, transgenerationality.

1 | INTRODUÇÃO

Sabemos que a adolescência é um tempo angustiante que convoca o sujeito ao trabalho de elaboração de seus enigmas quanto à sua origem, destino e identidade sexual para dele extrair suas consequências. Em meio aos romances familiares, cujo fundamento está no Édipo e que, por si só, comporta uma dimensão trágica e violenta, algumas adolescentes se deparam com a violência sexual. Contudo, não

objetivamos discutir os efeitos traumáticos que são dela decorrentes, mas sim aquilo que se apresenta em nossa clínica cotidiana nas instituições que prestam assistências a essas moças. Por isso, nosso trabalho parte da clínica com adolescentes e jovens atendidos pelo Núcleo Especial de Atendimento à Criança e Adolescentes (NEACA), no município de Maricá, assim como no SOS Mulher, no município de Niterói, ambos no estado do Rio de Janeiro.

O NEACA e o SOS Mulher compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, integrando um conjunto de ações e serviços que visam não só ampliar e melhorar a qualidade do atendimento destinado às meninas e mulheres, mas também à identificação e o encaminhamento adequado dos casos, visando à integralidade e à humanização do atendimento.

Embora os projetos se circunscrevam diferentemente, por estarem mais articulados a distintos setores públicos – enquanto o NEACA está mais inserido no âmbito da assistência social, o SOS Mulher compõe o campo da saúde – ambos oferecem uma assistência multidisciplinar e multiprofissional. Ambos também pautam seus trabalhos na perspectiva de gênero, objetivando não só a promoção de saúde, assistência e proteção às meninas e jovens mulheres em situação de violência sexual, mas também a garantia da igualdade de gênero em nossa sociedade, através de ações que, inclusive, (re)afirmam os pactos internacionais os quais o Brasil participa como signatário. Ou seja, estão alinhados com políticas voltadas para às mulheres, o que significa dizer que enfatizam a promoção de igualdade como requisito essencial para conquista de melhores condições de vida.

A violência contra a mulher, sabemos, é tema complexo, tecido por diversos aspectos – históricos, culturais, sociais, econômicos e de saúde - independentemente do tipo de violência perpetrada – física, psicológica, moral, patrimonial ou mesma sexual. Apresenta-se como manifestação (naturalizada e silenciada) da dinâmica de uma sociedade (MINAYO, 2006, p. 7-8), que, no caso brasileiro, está alicerçada no patriarcado, no escravagismo, no classismo e no cristianismo.

A despeito da violência sexual contra as mulheres poder ser pensada em articulação com as questões de gênero, de direitos humanos individuais e coletivos, de direitos sexuais e reprodutivos ou mesmo como problema de saúde pública, pelo seu caráter endêmico, pelo seu número de vítimas e pela magnitude das sequelas orgânicas e emocionais que produz (OPAS, 1994), este trabalho intenta tecer algumas reflexões sobre a violência sexual, a partir da clínica com sujeitos singulares – uma clínica do um a um.

Assim sendo, não pretende discutir como a violência sexual impacta a saúde mental de meninas e mulheres, nem mesmo abordá-la a partir de uma perspectiva socio-histórica, construída sob o patriarcado. Pretende, a luz dos enigmas trazidos pela clínica (psicanalítica) com esses sujeitos, tentar mostrar, mesmo que preliminarmente, como a violência sexual se apresentou como um segredo reatualizado, através do não dito, nas relações transgeracionais – entre mãe e filha.

Com este trabalho, tentamos extrair consequências daquilo que se apresentou em nossa clínica cotidiana, enfatizando aquilo que Freud (1912), em seus artigos técnicos, logo nos alertou: que em psicanálise tratamento e pesquisa coincidem. Logo, não podemos nos furtar de investigar aquilo que a clínica nos descortinou.

2 | QUANDO A CLÍNICA NOS INTERPELA

Teoria e clínica costuradas, como convém a um trabalho de psicanalista. (ELIA, 2003, p.9).

Como dissemos anteriormente, os projetos realizam, com algumas especificidades próprias, acompanhamento multidisciplinar e multiprofissional às adolescentes e jovens mulheres, em situação de violência sexual, sejam elas ocorridas na rua, no domicílio (violência doméstica) e/ou entre membros da família (intrafamiliar).

Os projetos, especialmente no que tange as meninas e as adolescentes, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), visam fortalecer o sistema de garantia de direitos, através de promoção de ações de acolhimento, acompanhamento e atendimento assistencial e tratamento continuados. Eles têm como proposta minimizar os efeitos devastadores da violação de seus corpos e psiquismo, que muitas vezes ocorre muito precocemente.

A ida aos dispositivos, a fim de buscar ajuda, normalmente, no caso de meninas e adolescentes, não se dá do mesmo modo das mulheres adultas. Estas costumam entrar na rede de enfrentamento à violência sozinhas, ao passo em que as crianças e adolescentes, na maioria das vezes, vão acompanhadas de seus responsáveis legais – na nossa cultura, muito marcadamente, por suas mães.

Como diante da lei são ‘apenas’ adolescentes, ou aquelas com menos de 14 anos, ‘vulneráveis’, no fluxo dos cuidados necessários está também inserida a sua mãe. O que queremos marcar é que, na maioria das vezes, quando estamos diante de adolescentes (até 18 anos de idade), o primeiro encontro clínico se dá com as suas mães/responsáveis legais.

Nesse primeiro momento, tumultuado e repleto de protocolos a seguir, as mães relatam aos profissionais as histórias ocorridas com suas filhas. Ao profissional cabe acolher e escutar cuidadosamente suas palavras, assim como, posteriormente, escutar as moças ‘vitimizadas’, a fim de viabilizar a integralização de ações necessárias ao encaminhamento daquele único caso – afinal, neste contexto, cada caso é único e singular.

Dentre as surpresas que a clínica nos propiciou foi a percepção que muitas dessas mães passam a relatar, nas supostas consultas de suas filhas, suas próprias vivências como sujeito, marcadas também pela violência sexual, até então mantidas em silêncio. Ou seja, foi somente a partir da violência vivida por suas filhas, que elas conseguiram dizer que um dia também foram ‘vítimas’ e revelaram a sua dupla dor:

de suportar por tanto tempo seu segredo, em silêncio, e de não ter conseguido evitar que ocorresse com suas filhas aquilo que lhes seria tão familiar.

Nesse ponto fomos então inclinados a revelar neste trabalho que, a partir da escuta dessas mães, ocorre uma configuração importante a partir da passagem do relato dos fatos à dimensão do dito e, por consequência, os efeitos suscitados em suas filhas.

As dimensões desses dizeres, sobretudo em relação aos efeitos provocados, giram em torno da violência sexual ocorrida entre as gerações. O espanto de se reconhecerem nos acontecimentos com suas filhas demarcam a repetição das histórias que as conduzem para aquilo que jamais desejariam reviver, e que, supostamente, havia se tornado um “segredo guardado a sete chaves”.

Nesse sentido, o que se apresentou como enigma foram as falas das mães dessas adolescentes diante do ocorrido e os efeitos desse dizer nas moças violentadas. Em alguns casos atendidos, deparamo-nos com mães que reconhecem a veracidade dos fatos relatados, legitimando-os com falas do tipo: “aconteceu de novo”, “com ela também”. Evidenciam que, ao escutarem suas filhas, na tentativa de aplacarem suas dores, de dar um contorno ao vivido, revelam segredos jamais ditos: elas também haviam sofrido violência sexual. No entanto, não puderam contar, no seio familiar, com o suporte de outro adulto (suas próprias mães), visto que esse se mostrava indisponível para escutá-las, especialmente quando a revelação e o reconhecimento dos fatos implicavam em providências a serem tomadas que, por sua vez, afetariam de forma direta e objetiva as próprias vidas.

Para além da violência sexual, evidencia-se que o segredo que outrora fora mal-dito, se revelou mesmo no silêncio das palavras e, com efeito, passou a ganhar um lugar relevante na vida da adolescente e de sua mãe. Por vezes, elas transformam o mal-dito em maldito e, nesses casos, mães e filhas se encontram pela via da violência, compartilhando as experiências que revelam os segredos e mistérios transmitidos pelas gerações, colocando em cena o que Kaes (*apud* Tozatto, 2004) chama de “transmissão de destino”, na qual “se desenha uma inelutável compulsão a transmitir” (p. 105).

Isto posto, fomos levados a refletir sobre a marca da transgeracionalidade em casos de violência sexual, marca essa que se presentifica por meio de traços que atravessam as relações, os ditos e os não-ditos, os segredos familiares e que vão permeando a constituição psíquica dos sujeitos.

O que vemos é que as vivências que são transmitidas têm o poder de transformar mãe e filha em cúmplices ou, ao contrário, em opositores que evidenciam seus efeitos pela repulsa, estranhamento ou mesmo total desamparo.

Nessa perspectiva, o que a transmissão psíquica geracional traz à baila é a vicissitude das relações, visto que estas se costumam através de uma rede de significantes que circulam nos dizeres, sejam eles verbais ou não verbais de um grupo familiar. Esses ditos, ou não-ditos imprimem marcas importantes na maneira de agir e

sentir dos sujeitos que ali se relacionam, cunhando, assim, o processo de constituição subjetiva.

A respeito dessa temática, Feres-Carneiro (2005) nos lembra que é na cadeia de significantes que o indivíduo acrescenta sua marca, ao mesmo tempo que recebe suas inscrições e “o processo de subjetivação é forjado nessa relação dialética entre o que é transmitido e o que é transformado” (p. 29).

É importante salientar que a transmissão psíquica geracional não aponta para uma perspectiva determinista ou mesmo fatalista de um destino, mas, sim, para traços que presentificados nas relações familiares, trazem consigo histórias, e até mesmo padrões, que podem ser meramente repetidos ou ainda ressignificados pelo sujeito, sendo assim, simbolizados, outorgando-lhes, assim, uma face própria, singular.

A transmissão psíquica nos torna herdeiros não só das marcas de nossas famílias, mas igualmente dos não-ditos, do que ficou camuflado, escondido, daquilo que não pôde (de maneira consciente ou não) transitar pelos discursos. Torna-nos, herdeiros do indizível, dos segredos que escondem histórias de violências e sofrimentos que são, em sua maioria, da ordem do insuportável. Fantasmas, mortos-vivos, parasitas do sujeito, como nos diria Tozatto (2004), que avistados na atmosfera familiar, exatamente por não serem simbolizados, criam “um texto subtendido, implícito, um clima apenas” (p.105).

Assim, nossas adolescentes e jovens, quando de suas primeiras aventuras no campo sexual, se deparam com a violência e dela passam a ser alvo, muitas vezes nos mostra a clínica, reatualizam episódios de violência experienciados pelas suas mães, mas que, por se configurarem como malditos se mantiveram ocultos, pelo menos aos ditos familiares conscientes. É a essa provocação que a clínica nos traz, que nos dispomos a refletir, pensando caminhos, junto a essas mulheres, novos olhares e sentires que vão se construir por meio da palavra.

3 | CONCLUSÃO

As questões expostas por este pequeno trabalho nos convocam a algumas reflexões.

O trabalho clínico, em que se aposta, procura se articular em uma posição de operador de movimentos das mulheres que chegam aos serviços referenciados. Movimentos esses que creditamos potentes, não somente por se colocar em uma posição de escuta de cada sujeito (no caso das jovens e de suas mães) com suas singularidades tão caras, mas também por acreditar em possibilidades de movimentos em rede, seja na de atendimentos, seja na rede familiar de cada mulher.

Essa clínica da escuta e do cuidado do um a um (melhor seria dizer uma a uma) se coloca atenta, em uma proposta de escuta cuidadosa às falas dessas mulheres que chegam com suas histórias de violência, no caso as filhas e também as suas mães.

O trabalho clínico nos compele a apostar em um trabalho através da fala, cuja a ordem é potencializadora de movimentos. As falas vão deslocando as mulheres por vezes (ou por muitas vezes) caladas, silenciadas. *Empowerment* ou empoderamento, palavra tão repetida em tempos modernos, ganha aqui novo contorno. Afinal, trata-se menos do ato de dar ou conceder poder para si próprio ou a outrem, mas mais de poder transmutar-se através de suas próprias palavras. Trata-se poder colocar fala onde havia silêncio, fazer do maldito um bem dizer, capaz de (re)lançar as mulheres – sejam elas mães ou filhas – a destinos outros que não aqueles predestinados, presentificados sempre, pela ausência de palavras em movimento imposta pelo segredo,

Dar voz às jovens meninas, assim como suas mães que tiveram seus corpos violados e psiquismo dilacerado, nos faz entender a singularidade do trabalho clínico, que para além do acolhimento humanizado, pretende uma elaboração e ressignificação da “maldita” violência. Como numa costura de retalhos, a aposta psicanalítica é que a partir da fala haja a elaboração dos movimentos de repetição revelados na última “vítima”, criando assim uma abertura para o rompimento do ciclo de violência.

REFERÊNCIAS

- ELIA, L.. Prefácio. In: ZALCBERG, M.. **A Relação Mãe-Filha**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.
- MAGALHÃES, A. S.; FÉRES- CARNEIRO, T.. “Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação”. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org) **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio,2005. Disponível em: http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_familia_e_casal.pdf. Acesso em 21-07-2014.
- MINAYO. M. C. de S.. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
- ORGANIZAÇÃO PAN AMAERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Violencia y Salud**. Resolución XIX, Washington: OPAS, 1994.
- REHBEIN, M. P.; CHATELARD, D. S.. Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. **Fractal, Rev. Psicol.** vol. 25 no3. Rio de Janeiro. Sept.-Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v25n3/a10v25n3.pdf>. Acesso em 15-8-2015.
- TOZATTO, M. I. S.. Transmissão psíquica – metamorfoses teórico-clínicas de um campo em movimento, 2004. 255f. Tese (Doutorado em Psicologia). Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.pucRio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=5138@1. Acesso em 21-07-2014.

ESPAÇO EMPRESARIAL E A RELAÇÃO ORGANIZACIONAL COM SUAS FUNCIONÁRIAS MULHERES

Catharina Correa Polachini

Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
– SP – Brasil. Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Educação Sexual. E-mail:
keilabotan@gmail.com

Keila Isabel Botan

Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
– SP – Brasil. Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Educação Sexual. E-mail:
cathpolachini@gmail.com

Andreza Marques de Castro Leão

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

RESUMO: Este presente estudo busca destacar a presença de mulheres dentro de empresas em que majoritariamente são de características femininas, compreender como estas mulheres chegaram a decisão de ocupar esses espaços e explorar as formas vivenciadas dentro da empresa para com questões voltadas a sexualidade. A empresa em que estas profissionais estão inseridas é uma escola particular do município de Araraquara, interior do estado de São Paulo, sendo as quatro participantes professoras de fundamental I. Queremos entender a busca pela identidade e autonomia dessas mulheres dentro de seus espaços profissionais e incentivar que essas empresas tenham caráter inovador

e colaborativo, trazendo uma estrutura de flexibilidade para a empresa e assim ultrapassar as barreiras levantadas pelo gênero dentro do espaço de trabalho.

PALAVRAS CHAVE: Gestão organizacional, Empresa, Mulheres, Identidade.

ABSTRACT: This study pretends to highlight the presence of women within companies in which they are mostly female, to understand how these women came to the decision to occupy these spaces and to explore the forms lived within the company for issues related to sexuality. The company in which these professionals are inserted is a private school in the municipality of Araraquara, in the interior of the state of São Paulo. The four participants are fundamental teachers I. We want to understand the search for the identity and autonomy of these women within their professional spaces and to encourage that these companies are innovative and collaborative, bringing a structure of flexibility to the company and thus overcome the barriers raised by the gender within the workspace.

KEYWORDS: Organizational Management, Company, Women, Identity.

INTRODUÇÃO

Basta entrar em uma instituição de ensino para perceber que estas empresas são umas das poucas as quais a maioria dos cargos são ocupados por mulheres. Desde a faxina até a direção, vemos mulheres de todas as idades circulando por entre os corredores. No entanto, a presença da mulher dentro do contexto de mercado de trabalho é ainda recente e de difícil acesso para essas profissionais conquistarem, segundo Ponce (1985) a divisão de classes no âmbito familiar no qual a mulher se destinava apenas a família, contribuiu para essa separação social de papéis. A busca pelas mulheres se manterem dentro de sistemas empresariais é ainda grande por motivos como credices de menor produtividade e capacidade marcadas pelo gênero, necessidade de licença maternidade, condições estáveis para quando a mulher é gestante, etc.

Gostaríamos de entender a partir deste estudo se a escolha dessas mulheres pelo magistério se deu de alguma maneira com a relação de cuidar e educar que o contexto educacional muitas vezes remete, com a perspectiva maternal que é estar e trabalhar com crianças. Mesmo nos outros cargos dessas instituições, há uma predominância feminina também e talvez exista a facilidade de mulheres serem contratadas por outras mulheres e assim permanecer em um ambiente com suas semelhantes.

A justificativa desse estudo é portanto entender se nesses casos empresariais com profissionais mulheres liderando a maioria dos cargos existe trabalhos voltados para o entendimento da sexualidade, do autoconhecimento desses indivíduos e de que forma é possível vivenciar a sexualidade na empresa. Tratamos de sexualidade, pois a consideremos forma de autoconhecimento quando abordada em um sentido mais amplo do que o prefixo sex. Seria então mais aberta a relação de amizade, contato e as conversas mais livres sobre as vivencias da sexualidade entre essas mulheres? A gestão é mais compreensível com gestação e períodos menstruais ou gestacionais por ter mais mulheres e existir uma empatia entre as colegas de trabalho? E dentro do profissionalismo em sala de aula, essas professoras consideram importante trabalhar a Educação Sexual dentro da grade curricular? Como elas consideram que este trabalho pode ser feito, com matéria específica ou usando a interdisciplinaridade como sugere os PCN?

Segundo Rennes (1990) Os valores da educação sexual são enraizados e dificilmente os jovens conseguem vivem a sua sexualidade sem estarem presos em tabus. Isso significa que durante toda a vida carregamos os estigmas impostos e levamos as mesmas crenças para nossas vidas pessoais e profissionais. A autonomia da mulher professora se encaixa em diferentes contextos dentro da sexualidade, sendo o primeiro a forma como está pretende trabalhar dentro da “sua” sala de aula, podemos pegar o exemplo do parágrafo a cima e nos perguntarmos como essa profissional utiliza os conteúdos clássicos escolares de sala para trabalhar questões ligadas a sexualidade, seria esse um trabalho apenas da professora de ciências/

biologia? Deve-se trabalhar apenas o contexto de higiene e prevenção de ist? Como o autoconhecimento pode se encaixar em sexualidade e fazer parte do cotidiano escolar de vivencia profissional e como conteúdo a ser passado.

No entanto, para além da vivencia profissional, a realidade que cerca essa mulher fora do ambiente de trabalho faz também parte de como ela vive sua sexualidade. O fato da dupla jornada de trabalho, sendo considerada responsabilidade maior da mulher, os cuidados da casa e dos filhos, a necessidade de conciliar os afazeres femininos como estar em dia com as unhas, depilação, sobrancelha e ser uma excelente profissional são questões a serem consideradas dentro da vivencia da sexualidade e das dificuldades diferenciadas que as mulheres encontram quando decidem se dedicar a uma rotina de trabalho.

“A criança chega à escola com todo tipo de falta de informação e geralmente com uma atitude negativa em relação ao sexo. As dúvidas, crendices e posições negativas são transmitidas aos colegas. Quer nós queiramos ou não, a educação sexual está acontecendo na escolas. Atrás das portas, nos banheiros, nos grafites, na pornografia e através de atitudes de professores que não tem o menor preparo para lidar com esse tipo de solicitação.” Suplicy, s/d p. 38

DESENVOLVIMENTO

Da emancipação feminina à apropriação do contexto empresarial:

A cultura organizacional é uma composição entre o certo e o errado, dentro da empresa esta cultura é algo crítico e encontrada em contratos, deve sempre se manter atualizada dos novos conceitos de mercado. Os principais quesitos de cultura organizacional são: harmonização das regras, flexibilidade, plasticidade, novo direcionamento de metas, e a busca do controle das ações (SCOPELLI ET AL, 2012).

No caso da relação entre mulheres e cultura organizacional notamos este elo através do desempenho, relação interpessoal e comunicação, a mulher nesta cultura vem a quebrar os paradigmas já estabelecidos, ela já não exhibe mais o traço de submissa e sim se destaca por sua competência, inteligência e sempre superando os obstáculos (SCOPELLI ET AL, 2012).

A história da mulher no mercado de trabalho se iniciou nos séculos XVIII e XIX (pós guerra, revoluções e nascimento das ciências humanas e sociais), a luta feminina surgiu no Estado Moderno às mulheres buscavam a sua liberdade e igualdade, um dos exemplos desta luta foi à escritora Simone Beauvoir (feminista existencialista) suas lutas eram em volta de igualdade e direito ao voto. Na Inglaterra mulheres que lutavam pelo seu direito de votar eram colocadas como “usufragistas’ (MACÊDO E MACEDO, 2004).

A composição da mulher no mercado de trabalho se iniciou na Segunda Guerra Mundial, sua inserção foi realizada em locais como: fábricas, campos agrícolas,

empresas e comércio, eram inseridas neste mercado porque seus maridos estavam na guerra lutando, e tinham que se sustentar, educar os vossos filhos e ser o pilar da casa, não obtinham experiência ou conhecimento algum (MACÊDO E MACEDO, 2004).

O primeiro estudo sobre a entrada da mulher no mercado de trabalho Brasileiro surgiu na década de 60, a mulher moderna, mas oprimida pela sociedade, em 1990 se sucedeu a divisão de gênero, separação do mundo e do trabalho, antes os homens eram a fonte única de renda e o patriarca da família, agora a mulher ajudava na renda e tinha uma voz, o seu papel não era mais de submissa e sim de chefe de família, os dois dividiram o perfil de trabalhadores, mas com a resistência de atividades direcionadas a homens e mulheres, junto com as posições desiguais (MACÊDO E MACEDO, 2004).

Para cultura organizacional, que é um conjunto de valores e projeto social, possui como objetivo mediar os diferentes estilos de vidas e conceitos, mas há predominância de hierarquização entre os sexos, existem trabalhadoras satisfeitas com as posições conquistadas e outras humilhadas dentro do seu contexto social (MACÊDO E MACEDO, 2004).

Ainda hoje encontramos rótulos sobre a mulher e o trabalho doméstico, críticas evidenciam que a mulher contemporânea não se dedica a essas atividades como antigamente, o fato que a mulher passou a comandar o seu próprio navio, então, ela tem que comandar todas as direções, elas são a fonte principal da educação de seus filhos, em números a mulher atua 13,94% a mais do que os homens nos seus afazeres domésticos (POESCHL, 2010).

Diante da cultura e o meio social, existe a distribuição das tarefas domésticas entre homens e mulheres, mas não é algo constante, tal distribuição estaria a um passo da igualdade entre os sexos, se o homem realiza as atividades da casa esta colocando a sua masculinidade em risco, a mulher está apenas exercendo a sua feminilidade, estamos em uma era que não deve haver estereótipos em volta de serviços domésticos e sim a concretização da igualdade (POESCHL, 2010).

A inserção da mulher na cultura organizacional é algo constante, ainda se estabelece as divisões de papel entre home e mulher, essas mulheres estão buscando a sua independência, sua autonomia, o seu espaço no mercado de trabalho, não querem apenas realizar a sua função, mas sim ser reconhecida no seu meio esta relação entre mulheres e cultura organizacional notamos através do desempenho e empenho em frente a posição se destacando por sua competência, inteligência, e na flexibilidade para resolução de problemas (ALVES E GERALDES, 2012).

A mulher e a cultura organizacional estão sempre se autenticando e modificando para a harmonização da empresa, a cultura organizacional valoriza a autoestima de suas trabalhadoras, sem criar estereótipos, a união desta empresa demonstra a imagem corporativa atual, a mulher nesta cultura vem a quebrar os paradigmas já estabelecidos, ela já não exhibe mais o traço de submissa e sim se destaca por sua competência, inteligência e sempre superando os obstáculos (ALVES E GERALDES,

2012).

Deve haver a ruptura do paradigma de que mulher é mais capaz do que o homem, temos que nos abster de pensamentos deste modo e começar a raciocinar que os dois são altamente capazes, e sim podem trabalhar e desenvolver grandes propostas (ALVES E GERALDES, 2012).

Para Fernandes (2013), atualmente, a mulher ocupa cargos diversos no mercado de trabalho, funções de alto nível, cursos de diferentes modalidades como: Advocacia e Engenharia, porém, apesar desses avanços ainda é encontrado obstáculos na formação de um novo conceito sobre a ocupação desta mulher.

Esse mesmo autor, relata que o paradigma de um olhar de dona de casa ou mulher do lar, observamos esse olhar ao ver que o número de desemprego entre mulheres é maior do que entre homens, tais estereótipos arcaicos dificultam o avanço desta inserção.

Ainda na contemporaneidade há intensas diferenças na dinâmica social entre um homem e mulher, esta evidente a discussão sobre desigualdade de gênero, o homem na sociedade é individualista e não acredita na liberdade, sua única crença é na democracia, acredita em sua própria valorização, do propósito a ser seguido para se contemplar e se realizar como um ser único (TEIXEIRA, 2010).

A sociedade torna-se moderna quando rompe com os paradigmas do passado, aonde homens e mulheres possuem os mesmos valores e direitos, a única diferença existente seria em volta de questões como: saúde, idade, habilidades físicas e mentais, etc. (TEIXEIRA, 2010).

A questão de gênero no contexto organizacional se refere ao movimento feminista, o qual se evidenciou os desafios encontrados em diversas culturas, ainda hoje (gays, travestis e transexuais) são vítimas de discriminação, ainda não se encontra uma política de maneira objetiva sobre esta inserção (JABLONSKI, 2010).

Desejamos desenvolver homens e mulheres qualificados para a nova perspectiva liberal e democrática, auto determinação, sem obtenção de critérios ou estereótipos que abalem a liberdade, promover a democracia de forma igualitária sem teorias (TEIXEIRA, 2010).

Temos que reconhecer os novos valores e referências, gerando qualidade de vida, recursos e promoção, sem existir hierarquização ou conceitos éticos arcaicos, na nova democracia a mulher possui o direito da licença de maternidade (120 dias) com estabilidade na sua volta, e ao homem a licença paternidade (5 a 15 dias), direitos sociais iguais (TEIXEIRA, 2010).

O acesso igualitário sem desigualdade em certos espaços existe, o preconceito é encontrado dentro da sociedade, que incentiva a competição entre homens e mulheres dentro e fora do mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2010).

Homens e mulheres sofrem com os estereótipos (qual o papel do homem e da mulher na sociedade), é evidente a desigualdade do poder, a mulher sempre foi vista como um membro inferior ao homem sem escolha própria, a diversidade necessita de

uma nova ótica e perspectiva (JABLONSKI, 2010).

O casamento moderno é algo instável, o modelo de família se alternou, a imagem e o papel da mulher se transformou, hoje em dia pai e mãe possuem trabalho e auxiliam no desenvolvimento da casa e nas divisões de tarefas, a mulher está lutando pelos seus direitos e independência, não se preocupam mais em transmitir a imagem de mulher fértil e do lar, se preocupam em se reconhecer (JABLONSKI, 2010).

Heteronormatividade nas organizações: relação de poder

Heteronormatividade segundo o dicionário de língua portuguesa é a perspectiva que considera a heterossexualidade e os relacionamentos entre pessoas de sexo diferente como fundamentais e naturais dentro da sociedade, levando por vezes à marginalização de orientações sexuais diferentes da heterossexual. As organizações apresentam alguns conceitos do que é tido como normal e natural dentro da sociedade, os mesmos julgamentos e discriminações embutidas na sociedade são ponderados nas organizações.

Uma organização implantada em uma sociedade que os padrões de comportamentos heterossexuais são os que prevalecem e que todos os outros que se distanciam desses padrões são julgados. Seria esta uma sociedade heteronormativa. O heterossexismo pode ser compreendido como um sistema ideológico que nega, denigre e estigmatiza qualquer forma não heterossexual de comportamento, identidade, relacionamento ou comunidade (HEREK, 1992). Consequentemente este sistema ideológico gera benefícios e vantagens para os indivíduos que consentem com as normas heterossexuais e eliminam aqueles que não consentem com este sistema.

A sociedade e, naturalmente, as organizações, devem atentar-se para o fato de que essas minorias têm sua própria identidade e formas de manifestá-la. Minoria essa que, hodiernamente, é menos silenciosa que outrora, contudo, ainda silenciada pelo poder e por grupos dominantes (PEREIRA; HANASHIRO, 2010). Evidenciar esta minoria é uma conduta de desconstrução de um ideal voltado às práticas organizacionais conduzida a grupos dominantes.

Pesquisas foram realizadas a cerca da diversidade e gênero dentro das organizações, na maior parte destacando as maneiras de gerenciamento, as considerações feitas em relação à diversidade ser gerenciável e, as relações de poder, que se elevam a partir do encontro das diferenças dentro das organizações. Porém pouco se viu sobre as percepções dos indivíduos sobre as condutas das organizações que dão espaço a essa minoria homossexual, dentro de um ambiente social bastante conservador, dirigido por uma ideologia heteronormativa.

A heteronormatividade além de dar apoio e respaldo aos discursos desiguais a respeito da criação de um ambiente mais democrático e de equidade nas organizações e na sociedade para os homossexuais, da mesma forma contribuiu para a alteração do valor desta minoria, ou seja, a grande parte heterossexual tomou a busca de um

espaço social para os homossexuais, para reivindicar um espaço para eles mesmos como se já não fossem os norteadores dos padrões de normalidade.

É importante ressaltar como a heteronormatividade se faz assídua dentro das organizações que são importantes ambientes de convivência e reconhecimento dos indivíduos dentro do sistema capitalista.

Há casos em que esse sistema heteronormativo dentro das organizações faz com que homossexuais deixem sua sexualidade em segredo ou sigilo por algum motivo social ou pessoal, podendo ocasionar um desconforto em diversas situações, como insegurança no ambiente de trabalho, tudo isso pra seguir o padrão heteronormativo e não sofrer algum tipo de represália na carreira profissional. Em geral a heteronormatividade faz com que homossexuais não tenham as mesmas oportunidades de trabalho e ascensão profissional como os heterossexuais.

Relata-se que esse sistema também pode influenciar o pensamento da própria minoria, onde alguns acreditam que a exposição de sua homossexualidade pode ser um fator determinante para suas vidas profissionais, gerando a culpabilidade das discriminações passada para elas próprias.

A heteronormatividade é existente em qualquer âmbito social manipulando uma política de controle dos indivíduos, criando estereótipos e objetivando os comportamentos considerados normais e naturais, em relação a gênero, sexo e sexualidade. O estabelecimento destes conceitos do que é natural e normal gera uma soberania para indivíduos heterossexuais, consequentemente oprimindo homossexuais, bissexuais, transexuais, visto que são considerados anormais.

MATERIAIS E MÉTODO

A escola na qual aplicamos o projeto é uma instituição de ensino particular, que abrange desde o ensino infantil até o ensino médio. Escolhemos trabalhar com o ensino fundamental I, que possui 8 professoras polivalentes e para uma média justa de resultados solicitamos para que quatro dessas respondessem ao questionário.

Aproximadamente há 300 alunos em todo seu contexto e uma média alta de professores e especialistas.

O material utilizado para coletar os dados utilizou-se um questionário buscando apoio bibliográfico em artigos e periódicos que remetem ao assunto. O questionário foi estruturado para alcançar respostas objetivas dessas professoras e com a pretensão de promover a reflexão de suas práticas diárias, de suas vidas dentro e fora do ambiente escolar.

A análise de dados pautou-se na abordagem qualitativa, empírica, especialmente na análise de conteúdo proposta por Bardin (1977).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram apresentados de acordo com os critérios pré-definidos de investigação: Quantas vezes o contexto de formação em relação a sexualidade foi citado e o quanto elas se mostraram a vontade em um contexto dinâmico para trabalhar e lidar com a sua própria sexualidade.

Compreensão das professoras sobre a sexualidade

Para um melhor entendimento serão apresentados na tabela abaixo as respostas encontradas na entrevista com as mesmas.

RESPOSTAS	Empresa oferece formação	Fala sobre sexualidade em sala de aula	Se sente a vontade no contexto empresarial	Está a vontade com a própria sexualidade (autoconhecimento)
PROF A	NÃO	SIM de maneira contextualizada	NÃO	SIM
PROF B	NÃO	NÃO	NÃO	SIM com alguns pontos em aberto por conta da formação religiosa
PROF C	NÃO	NÃO prefere que um profissional adequado fale	NÃO	SIM
PROF D	NÃO	SIM sem citar a palavra sexualidade, quando surge necessidade	SIM	SIM

Tabela 1. Categoria de respostas das professoras sobre a percepção de diferenças

É possível observar através da análise da tabela de resultados das entrevistas acima que a instituição a qual essas professoras estão inseridas não se preocupa com a forma que seus profissionais lidam com a própria sexualidade, deixando em aberto questões que podem vir a se tornar preconceituosas e alimentando o tabu em volta deste assunto e tão pouco fornece ferramentas para que os mesmos possam instruir seus alunos sobre assuntos diversos que permeiam a sexualidade.

O questionário que encontra-se no anexo deste estudo é abrangente e as respostas podem ser interpretadas a partir da leitura dos mesmos, no entanto não divulgaremos as respostas completas nem o nome das profissionais por questão de sigilo e respeito. Pudemos observar a partir da análise individual dos quatro questionários que dentre as quatro, duas tem uma concepção sobre sexualidade que vai além do sexo, essas mesmas duas profissionais são as que tentam encaixar assuntos como divisão gênero, necessidade de conhecer o corpo e fala livre para os

alunos com dúvidas sobre relacionamento e corpo.

A observação se tornou muito importante pois, como aponta a literatura, vimos que a educação sexual não estruturada que essas professoras receberam está arraigada com a forma como elas se estruturam perante a sociedade. O medo de tratar sobre o assunto, a falta de conhecimento sobre as próprias potencialidades e até mesmo o julgamento sobre o outro estão presentes.

Três das quatro professoras acreditam que ser mulher influenciou na escolha da profissão, três delas também acreditam que a forma higienista de tratar a sexualidade seja a melhor dentro de um contexto escolar e duas delas acreditam que seja um assunto de cunho familiar, o qual caso seja trazido pela escola necessita de outra pessoa, especializada para falar. Por fim, todas acreditam que a empresa deveria instruí-las para estarem preparadas caso a necessidade ocorra e as sugestões de todas é sobre respeito e conhecimento corporal.

Portanto, a partir da análise das entrevistas, fica claro a existência da falta de preparo dos profissionais e inclusive da falta de entendimento por parte da empresa da importância que é tratar sobre a sexualidade de maneira abrangente e fora de contexto apenas sexual. O fato de apenas uma professora se sentir a vontade entre seus pares para falar sobre sexualidade demonstra o quanto uma mulher adulta ainda está despreparada para se entender e se fazer ouvir conforme suas necessidades.

Segundo Penna (1989) o mundo moderno mostra não estar preparado para as condições psicológicas e físicas da mulher, seus direitos trabalhistas e liberdade estão sempre em jogo por medo do julgamento e capacidade da empresa em substituí-las caso algum motivo feminino possa vir a se tornar empecilho dentro do contexto, mesmo que essa mulher mostre ser uma excelente profissional. Sendo assim a mulher trabalhadora luta em se parear com o homem para mostrar que merece estar no mesmo ambiente de trabalho e ainda assim prezar e cuidar da sua feminilidade para não ser julgada como alguém que assumiu seu papel erroneamente dentro da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, portanto, importante a necessidade de um trabalho planejado anteriormente planejado pela empresa que vise o autoconhecimento para que essas mulheres profissionais se identifiquem primeiro como um ser de querer para então poder se posicionar como profissional ativo dentro de uma estrutura empresarial.

Apesar das dificuldades do tema e do receio em se trabalhar dentro da comunidade escolar, chegamos a conclusão que a educação sexual deve ser aderida a grade curricular, mesmo que ainda como recurso interdisciplinar, pois quando este tema ainda está como escolha dificilmente as pessoas conseguirão ultrapassar a barreira da vergonha e a necessidade de se aprofundar no assunto para tratá-lo.

A questão da sexualidade e orientação de gênero ainda é muito discutida e permeada de mitos e tabus. E quando tratamos de educação básica, em especial no

contexto educacional, isso torna se mais problemático. O lado coletivo do existir em sociedade pode ser deixado de lado e pensamos muito no biológico acreditando então que não é responsabilidade social tratar do assunto.

Finalizamos este estudo apontando a importância de a mulher moderna, enquanto profissional e ser pessoal se permitir romper as barreiras sociais e buscar o conhecimento sobre sua própria sexualidade e o fato de que esses padrões e normatizações de como ser e estar dentro de uma empresa é uma norma criada dentro do androcentrismo para estimular a mulher a não sair das maneiras confortáveis que os homens criaram para eles mesmos. A mulher como ser diferente psicológica e biologicamente do homem se difere do mesmo nas necessidades dentro da sociedade mas se iguala nos direitos por ser uma cidadã e parte de giro dentro do capitalismo, deve-se portanto não lutar pela igualdade mas pelo espaço único que lhe é direito.

REFERÊNCIAS

Alves, L. C. R. GERALDES, E. C. **Cultura organizacional como influenciadora da aceitação feminina no mercado de trabalho.** Revista Anagrama. Ano 5. Edição 4. São Paulo. 2012.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos.* São Paulo: Difusão. Européia do Livro, 1960

FERNANDES, M. A. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: um estudo sob a perspectiva da psicologia.* Revista do curso de Administração/ PUC Minas. Poços de Caldas. 2013

GOMES, A. F. *O outro no trabalho: mulher e gestão.* Revista de Gestão da USP, São Paulo v. 12, n. 3, p. 1-9, jul-set. 2005. Disponível em: Acesso em: 17 de Julho de 2018

BRABO, T. S. A. M. *Cidadania da mulher professora.* Cone editora, 2005.

MACÊDO, Goiacira Segurado. MACEDO, Kátia Barbosa. **As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres.** Vol. 4. N/1. Goiás. 2004;

RIBEIRO, P.R.M. *Educação sexual além da informação.* E.P.U. São Paulo. 1990

RIBEIRO, P.R.M. *Gênero, sexualidade e Educação Sexual em debate.* Cultura acadêmica. Série Temas em Educação Escolar, n12, 2009.

PENNA, L. *Corpo sofrido e mal-amado: As experiências da mulher com o próprio corpo.* São Paulo, Summus, 1989.

PONCE, A. *Educação e luta de classes.* 5 ed., São Paulo: Cortez Autores associados, 1985.

SCOPELLI, R. C. Et AL. *A influência da cultura feminina no comportamento organizacional: um estudo de caso em uma organização do agronegócio.* FACEP Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão. Vol. 20. N ° 01. Jaboticabal. 2017.

Suplicy, M. *Conversando sobre sexo.* São Paulo, Círculo do livro, s/d.

ANEXO:

1. Questionário:

Ações e reflexões acerca da sexualidade no âmbito das empresas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do estudo: **SEXUALIDADE E GÊNERO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL:**

Tabu ou espaço aberto à reflexão? Locais da coleta de dados: Empresas no cenário nacional. ”.

Prezada (o): Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. *Objetivo do estudo: compreender como e se as empresas lidam com a sexualidade.*

Idade : _____

Identidade de gênero: _____

Profissão: _____

Tempo de empresa _____

- 1) O que vc compreende por sexualidade?
R:
- 2) Sua concepção sobre sexualidade tem alguma relação com as experiências vividas dentro da empresa que você trabalha?
R:
- 3) Você se identifica com a heteronormatividade? *Heteronormatividade: Conceito de que apenas relacionamentos entre pessoas de sexos opostos, heterossexuais são normais e aceitos.
R:
- 4) Você se sente à vontade para falar sobre sua orientação afetiva-sexual, seus assuntos pessoais dentro do ambiente de trabalho? Discorra sobre isso.
R:
- 5) Você considera importante tratar de sexualidade se tratando de Orientação Sexual dentro do ambiente de trabalho? Quais os temas que você considera que sejam importantes a serem tratados?
R:
- 6) Existiu algum tipo de formação continuada para o grupo de funcionários/professores em educação sexual? Se sim, quais foram elas?
R:

- 7) Em um ambiente empresarial você considera que tratar de Infecções sexualmente transmissíveis (IST) é o mais aceitável ou importante quando o assunto é sexualidade?
- Sim
 Não
- 8) Qual a preocupação demonstrada pela empresa em que trabalha em relação à assuntos ligados a sexualidade ?
R:
- 9) No seu contexto de trabalho você tem sugestões de temas relativos à sexualidade e a necessidade do coletivo da empresa? Quais?
R:
- 10) Você considera que seu gênero de alguma maneira influenciou sua escolha de profissão?
R:
- 11) Enquanto mulher e professora você considera aceitável ou necessário abordar a Educação Sexual em ambiente escolar?
R:
- 12) Quais medidas ou ações cabe ao educador ou coordenação da escola desenvolver com os alunos?
R:

ESPAÇOS PÚBLICOS E DIVERSIDADE URBANA: A IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR A CIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Wellisson de Oliveira Camilo Jr

Graduando em Arquitetura e Urbanismo –
Unigranrio / RJ

RESUMO: Diante do debate contemporâneo a cerca da importância da diversidade social e urbana nas cidades, como preconizado primeiramente por Jane Jacobs (2000) com fatores fundamentais para a segurança urbana, e atualmente por autores como Jan Gehl (2013), é de extrema importância o pensamento acerca da produção dos espaços públicos bem como reverberam a violência e reforçam estigmas sociais. Para não recair em erros corriqueiros facilmente identificados em espaços planejados ou não, é necessário realizar estudos sobre as práticas sociais de grupos que se reivindicam identitários, como os LGBTQs, além de identificar as influências sociais e econômicas no território. A reflexão visa contribuir metodologicamente para o planejamento e projeto urbano que devem estar cada vez mais sensíveis às demandas desses grupos, que muitas das vezes forneceram subsídios por suas vivências, e assim possibilitar minimizar a insegurança e discriminação nas cidades. Deste modo, destaca-se a necessidade de evitarmos a constituição de espaços urbanos interditos e estigmatizados, para a construção de espaços diversos e integrados em nossas

cidades a partir da perspectiva de identidade e gênero.

PALAVRAS-CHAVE: *espaços públicos, diversidade urbana, urbanismo e gênero, violência urbana, planejamento urbano, projeto urbano, cidade e diversidade.*

ABSTRACT: Faced with the contemporary debate about the importance of social and urban diversity in cities, as first recommended by Jane Jacobs (2000) with fundamental factors for urban security, and currently by authors such as Jan Gehl (2013), thoughts concerning the production of public spaces are extremely important as also reverberate violence and reinforce social stigmas. In order not to fall in common mistakes easily identified in planned spaces or not, it is necessary to conduct studies on the social practices of groups claiming to be identitarian, as LGBTQs, beyond identifying social and economic influences in the territory. The thought aims to contribute methodologically to the urban planning and project that should to be increasingly sensitive to the demands of these groups, which many times provided subsidies for their experiences, and thus make it possible to minimize insecurity and discrimination in cities. In this way, highlights the need to avoid the constitution of urban spaces interdicted and stigmatized, for the construction of diverse and integrated spaces in our cities from the

perspective of identity and genre.

KEYWORDS: *public spaces, urban diversity, urbanism and genre, urban violence, urban planning, urban project, city and diversity.*

INTRODUÇÃO

O modo como as pessoas se apropriam ou não dos espaços urbanos se relaciona com o modo de produção do espaço urbano ao longo da história de de uma determinada cidade, em que aspectos socioculturais são determinantes para compreensão desse processo. Aspectos que revelam diferenciações e desigualdades que resultam em limites e segregação espacial. Esse processo que revela a relação historia-cultura, desvenda estigmas sociais significativos que influenciam historicamente na forma que olhamos, analisamos e intervimos no espaço, seja através do projeto, seja através do planejamento.

Assim, nossa atuação faz parte e contribui na perpetuação de valores culturais discriminatórios que se apresentam nas nossas cidades. Por essa razão, se estabelecem conflitos importantes que expressam diferentes interesses e demandas sobre as formas de apropriação do espaço urbano. Tais interesses e demandas como explica Molyneux (2010) são importantes para a compreensão das contradições de gênero, e avaliar as diferentes geometrias espaciais que enquadram paradoxalmente diferentes grupos sociais (ROSE, 1993).

Atualmente, grande parte dos interesses de grupos relacionados às identidades de gênero, reivindicam estar seguros nas cidades. No entanto, o espaço público tem se mostrado em determinados horários, dias e locais, como interditos a estes grupos. Isto porque a discriminação e os processos de opressão sobre os corpos dessas pessoas são determinantes para a sua experiência urbana, assim como, no modo de apropriação do espaço urbano. Quanto mais o espaço for estranho às pessoas, mais esvaziado ele se torna e, conseqüentemente, mais inseguro. Jane Jacobs (2000) articula o conceito de vitalidade urbana para explicar como a estrutura urbana contribui para este “esvaziamento”.

No entanto, há outros aspectos além dos materiais que referem-se da ordem simbólica da cidade (Boudieu, 1995) que influenciam nesse processo. As contradições sociais de gênero é uma dessas expressões que estruturam o modo de produção do espaço urbano, assim como, nossa atuação como arquitetos(as) e urbanistas. A hierarquização de problemas e a (des)qualificação de experiências urbanas, não só exclui grupos sociais dos espaços, como favorece segregação e conseqüentemente, a segurança das pessoas na cidade - não somente para os grupos sociais excluídos.

A noção de segurança é perdida quando uma localidade é vista como esvaziada ou pouca atrativa às pessoas. Como conseqüência, por exemplo, se é mal iluminada continua sem receber iluminação; o lugar perde significado e relevância para o cotidiano e torna-se um lugar a ser evitado. Conectar os espaços às pessoas, levando em

consideração a diversidade social e cultural, é um trunfo para evitar isso (GELH,2013). Sendo assim, se torna imperativo o aprofundamento destas questões, incluindo no debate a problematização das práticas sociais e interesses de grupos identitários LGBTQs, para ampliar o entendimento das questões relacionadas ao diferentes modos de apropriação do espaço e seu impacto na noção e sentimento de cidade segura.

1 | PROBLEMÁTICAS URBANAS E A QUESTÃO DE GÊNERO SOB A PERSPECTIVA DE TEÓRICOS

Grande parte dos interesses de grupos relacionados às identidades de gênero, reivindicam historicamente o problema da segurança e a necessidade de dar relevo aos seus interesses e demandas nas cidades. Inúmeros eventos de violência nos espaços públicos, revelam que mulheres e LGBTQs são grupos sociais mais vulneráveis. Estes fatores são determinantes para compreensão dos processos de opressão sobre os corpos dessas pessoas e a sua influencia nos modos de apropriação do espaço urbano.

Como fundamento inicial e para compreensão das temáticas abordadas no decorrer deste artigo, é necessário compreender, mesmo que de forma objetiva e básica, alguns conceitos que alguns autores trazem em suas obras que contribuem para o entendimento das relações e construções históricas a cerca das configurações dos espaços e suas relações com os indivíduos, bem como sua relação de poder e violência sobre os corpos ocupantes da cidade.

Na obra de Michel Foucault “Microfísica do poder”, as relações de poder exercidas reforçam a superiordade e seu módulo de repressão, e ainda, as consequências sociais que individualizam, rotulam, enfraquecem e segregam a sociedade. A organização dos espaços nos aponta a forma de distribuição baseadas em uma hierarquia de gênero e como isso fomenta a segregação sócio-espacial e perpetua uma ocupação interdita da cidade. Essa organização é fruto de um mecanismo chamado: disciplina, que tem como fundamento intrínseco doutrinar e criar uma norma de padronismo humano para assim ser submetido às relações de poder e controle social.

“A disciplina é uma técnica de exercício de poder que foi, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII. Historicamente as disciplinas existiam há muito tempo, na Idade Média e mesmo na Antigüidade.[...] Os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas existiam em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens. Fala-se, freqüentemente, das invenções técnicas do século XVIII – as tecnologias químicas, metalúrgicas, etc. – mas, erroneamente, nada se diz da invenção técnica dessa nova maneira de gerir os homens [...]”.

“A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. E a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório.”

(FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização e Tradução:Roberto Machado.

Analisando a violência contra a mulher sob a ordem patriarcal, Saffioti em “Gênero, Patriarcado e Violência” nos mostra a forma que as pessoas são socializadas, que por consequência, reforçam conceitos machistas incentivando o exercício do poder “masculino” e banalizando a violência. Passando por diversos tipos de violência, incluindo as emocionais e morais, a autora nos mostra a opressão vivida pelas mulheres que constitui uma cadeia social exploradora que se baseia numa ideologia patriarcal que reforça a desigualdade baseada no gênero. Isso se reflete no espaço público e mostra a importância de repensar os espaços públicos a partir da perspectiva de gênero.

A relação capitalista e a posição social da mulher revela a luta do sistema baseada nas “características naturais” (sexo, raça e até faixa etária). Saffioti deixa clara a opressão e dominação que o capitalismo exerce sobre a sociedade desde então. A autora contextualiza, mais especificamente, a história da evolução da mulher no Brasil, destacando lutas e conquistas das feministas, que refletem muito na nossa sociedade atual e que se contextualizam na luta de grupos identitários.

“As pessoas habituaram-se tanto com atos violentos que, quando alguém é assaltado [...] dá-se graças a Deus pelo fato de a cidadã ou o cidadão ter saído ileso(o) da ocorrência. Assim, o entendimento popular da violência apoia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.”

(SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. P 17)

“A violência de gênero é, sem dúvida, a categoria mais geral. Entretanto, causa um certo mal-estar quando se pensa este conceito como aquele que engloba os demais, cada um apresentando tão somente nuances distintas. Não se trata propriamente disto, pois também apresentam características específicas.”

(SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. P 69-70)

A experiência contada em “À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo” por Diana Agrest, nos mostra a repressão da arquitetura ocidental e em como o corpo da mulher foi marginalizado sendo adotado como “lôcus de reprodução e da criatividade”. É possível entender ainda melhor como o homem é posto em superioridade nas analogias com o centro da cidade, proporções e até edificações, que reforçam os conceitos machistas e tradicionalistas aplicados no espaço e intrinsecamente na urbanização da sociedade.

“O corpo está inscrito no sistema da arquitetura como um corpo masculino que substitui o corpo feminino. As operações renascentistas de simbolização do corpo são paradigmáticas das operações de repressão e exclusão da mulher pela substituição de seu corpo.[...] O homem é apresentado como possuidor do atributo das proporções naturais perfeitas. Assim, a relação analógica entre a arquitetura e

o corpo humano parece garantir a transferência para a arquitetura das leis naturais de beleza e natureza.”

(AGREST, Diana. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. Artigo publicado originalmente em 1988.P 587)

“A cidade é o cenário social onde a mulher pode exprimir publicamente a sua luta. Ela não é (nunca foi) aceita nas instituições do poder; destituíram-na da posse (do seu próprio corpo) e ela está entre os despossuídos. O lugar público é uma terra de ninguém pronta para ser apropriada. O cenário da cidade, da rua, do lugar público é o dos despossuídos - ali ela se sente em casa.”

(AGREST, Diana. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. Artigo publicado originalmente em 1988.P 597)

As questões que permeiam a vida em sociedade se relacionam, e isto fica claro no artigo de Nancy Fraser, que trata das contradições vividas por grupos identitários que reivindicam reconhecimento e, ao criarem “limites” para que pessoas se encaixem em seus perfis, parecem fomentar a desigualdade social e econômica. O texto esclarece o eixo estabelecido por esses grupos na busca por igualdade. Compreender como esses movimentos agem, é de suma importância para compreender como os mesmos interferem no espaço urbano.

“O remédio para a injustiça cultural, em contraste, é alguma espécie de mudança cultural ou simbólica. Pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. Pode envolver, também, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural.”

(FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. São Paulo: Cadernos de campo, 2006. P 02)

“Se o gênero não é nada mais do que uma diferenciação econômico política, a justiça exige, em suma, que ele seja abolido. Isso, no entanto, é apenas uma parte da história. Na verdade, o gênero não é somente uma diferenciação econômico-política, mas também uma diferenciação de valoração cultural. Como tal, ele também abarca elementos que se assemelham mais à sexualidade do que à classe, e isso permite enquadrá-lo na problemática do reconhecimento.”

(FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. São Paulo: Cadernos de campo, 2006. P 04)

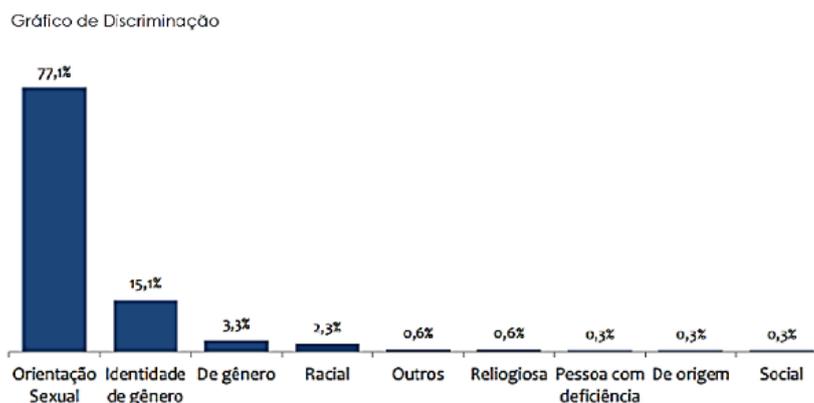
2 | CORRELACIONANDO GÊNERO E CIDADE

A importância de se correlacionar gênero e cidade vai além de desenvolver uma análise crítica sobre problemáticas e violências que tem como protagonista/causa o gênero e como cenário a cidade, ela nos mostra a necessidade de entender as relações sociais e as conexões de vivência - muita das vezes construídas em função da cidade e do espaço - de grupo identitários, em específico mulheres e LGBTQs, para que mesmo de forma geral explicitar suas demandas coletivas. Pensar o espaço a partir da perspectiva de gênero faz com que se enxergue além de obstáculos, mas que

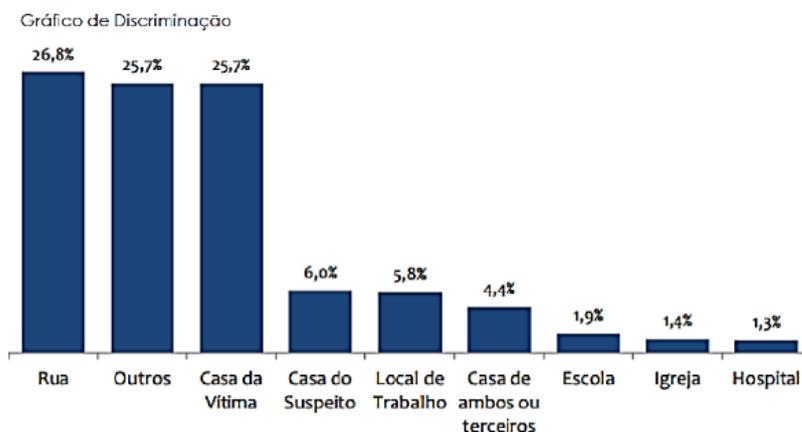
amplie a visão para identificar possibilidades particulares de cada espaço.

Sabe-se que o Brasil é o país que mais mata LGBTQs nas Américas - conforme os dados da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA) -, o que muitos não sabem é que o Brasil é o quinto país com maior número de feminicídio no ranking mundial, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Esses dados nos mostram que muitas das vezes a relação de mulheres e LGBTQs com o espaço é baseado em insegurança e medo, sensações essas que são geradas pelo simples fato de caminhar pelas ruas da cidade. Vale salientar que grande parte dos casos ocorridos são em espaços públicos, reforçando a importância de se debater gênero e elevando a luta social popular para o campo de luta territorial.

Alguns gráficos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (2015) classificam através do que eles chamam de “gráfico de discriminação” um relatório de violência traçando o “motivo” e o local das violências. Nele é possível perceber como a questão de orientação sexual e gênero estão automaticamente associadas à rua – principal local das agressões. Vale destacar que esses números com o passar dos anos só têm aumentado.



Fonte: Relatório de violência homofóbica no Brasil. Secretaria Nacional de Direitos Humanos (2015).



Fonte: Relatório de violência homofóbica no Brasil. Secretaria Nacional de Direitos Humanos (2015).

É de extrema importância deixar claro que violência de gênero ultrapassa genitália.

Genitália está diretamente ligada ao sexo biológico (fêmea, intersexo e macho), enquanto gênero diz respeito a mulher (cis ou trans), pessoas que se identificam com mais de um gênero ou com nenhum deles e homem (cis ou trans).

A violência de gênero está caracterizada pela incidência dos atos violentos em função do gênero ao qual pertencem as pessoas envolvidas, ou seja, há a violência porque alguém é homem ou mulher. A expressão violência de gênero é quase um sinônimo de violência contra a mulher, pois são as mulheres as maiores vítimas da violência.

(KHOURI, José Naamam. Considerações sobre a violência de gênero e violência doméstica contra a mulher. Defensoria Pública do Mato Grosso. 2012.)

“Outra expressão particular da violência de gênero é a que se manifesta por meio da discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ainda que as violências por discriminação na maioria das vezes não seja tipificada (aparecem camufladas em dados gerais da violência cotidiana), não raro, a imprensa divulga alguma notícia de violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero, nos mais diferentes contextos sociais [...] O preconceito, a discriminação, a lesbofobia, a homofobia, a transfobia operam por meio da violência simbólica, que nem por isso deixa de ser danosa.”

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Curso Gênero e diversidade na Escola - Formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação Sexual e relações étnico-raciais. Módulo 2. P 04).

A existência da discussão acerca de “espaços interditos” (SILVA e ORNAT, 2010) é um ótimo conceito que demonstra que as construções sociais machistas, racistas e homofóbicas se manifestam também na morfologia urbana da cidade. Esses espaços funcionam como excludores de pessoas a determinados espaços, definindo assim quem pode e/ou deve usufruir daquele espaço; sendo mais enfático, são os corpos que se encaixam nas normativas sociais, econômicas e morais dos diversos territórios. Isso reflete em violência urbana, opressões cotidianas e problemas sociais que devem ser minimizados através do pensamento da cidade a partir da perspectiva de gênero.

“Os corpos que não se encaixam na matriz heteronormativa organizadora da inteligibilidade da realidade socioespacial são considerados “abjetos”, como argumenta Butler (1990, 1993). A expressão de Judith Butler, também contida na entrevista realizada por Prins e Meijer (2002, p. 161), define corpos “cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’”. O fato da existência de seres humanos ocorrer através de corpos considerados abjetos, não quer dizer que não possuam uma existência concreta, que suas histórias de vida e ações não façam parte do espaço urbano.”

(SILVA, Joseli Maria e ORNAT, Marcio José. Dos espaços interditos a instituição do território travestis : Uma contribuição as geografias feministas e queer. São Paulo. Terra Livre: Jul-Dez 2010. P 56.)

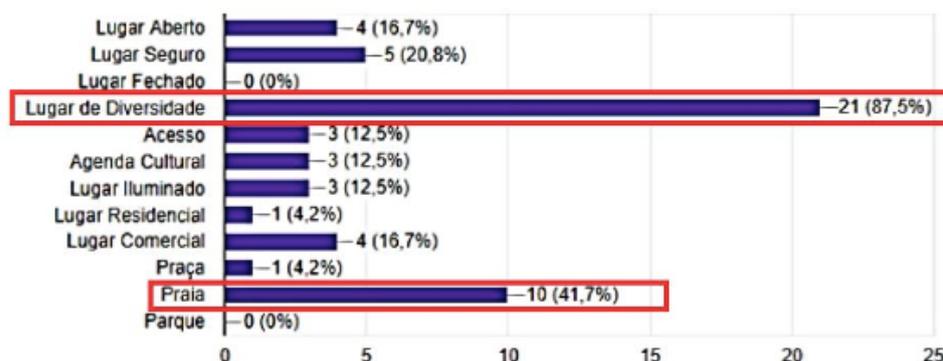
A maior parte da reivindicação de grupos relacionados às identidades de gênero em relação à cidade são em função da segurança, visibilidade e representatividade principalmente em espaços públicos. Esses espaços muitas das vezes refletem o cenário de violência urbana. Através desses fatores podemos compreender os processos de

opressão sobre os corpos dessas pessoas e como isso influencia na vida e no modo de apropriação dos espaços urbanos.

Através de questionários e entrevistas de campo realizados durante pesquisa científica desenvolvida em 2017/2018, comparou-se – afim de demonstrar a importância de se pensar a diversidade urbana de forma individual para cada espaço - dados levantados na região metropolitana do Rio de Janeiro, mais precisamente em Duque de Caxias, com dados adquiridos na zona sul do Rio de Janeiro, no bairro Ipanema. Em suma, os resultados das entrevistas de campo trouxeram uma perspectiva popular que afirma que espaços com uma paisagem mais natural e geográfica - no caso a praia - de certa forma acabam sendo uma referência mais próxima de um espaço diverso. Ou seja, a praia como espaço democrático, e espaços que possibilitam uma maior permeabilidade visual dos espaços - lugares abertos - acabam sendo facilitadores e auxiliares na composição de espaços com maior diversidade.

9 - O que favorece um encontro de LGBTQ+/Mulheres nesse local ? FARME DE AMOEDO / IPANEMA

25 respostas



É necessário romper o silêncio e começar a encarar como política pública de caráter urgente os fatos que têm sido cada vez mais comuns nos espaços da cidade. É preciso reconhecer que a violência de gênero é um problema que muitas vezes é propiciado pelas configurações das cidades que produz intrinsecamente uma série de segregações e cicatrizes urbanas.

3 | PAPEL DO ARQUITETO(A)-URBANISTA COMO GERADOR DE DIVERSIDADE URBANA

A discussão do papel social na arquitetura é algo que apesar de ser falado em diversos espaços acadêmicos e profissionais ainda não é protagonista na profissão. Não é diferente quando o assunto é urbanismo e gênero, e pode-se dizer que é ainda mais difícil obter subsídios a respeito dessa temática. Por outro lado, cresce a

demanda nas universidades de arquitetura e urbanismo por materiais que tragam a reflexão e a importância de se pensar gênero no contexto urbano e exercê-lo de modo a contemplar e explicitar todas as questões que ainda precisam ser muito exploradas no campo do urbanismo.

Poucos são os estudos no campo da arquitetura e urbanismo que apresentam todas as contradições e discussões na construção de espaços arquitetônicos e urbanos. A geografia tem tido mais avanços no Brasil sobre essa temática, mas entre arquitetos(as) e urbanistas é um assunto pouco comentado. Associar essa problemática aos processos de segregação sócio-espacial e práticas sociais destes grupos identitários traz a oportunidade de contextualizar possibilidades para além do debate identitário, trazendo possibilidades práticas e necessárias diante das emergências que se apresentam nos territórios.

Em “Gênero e estudos urbanos, uma conciliação necessária” as arquitetas e urbanistas Diana Helene e Rossana Tavares trazem ferramentas e produções preciosas no campo da arquitetura e urbanismo, bem como iniciativas de debater gênero no contexto de cidade e importância de construir um “urbanismo feminista”, além de mostrarem a complexidade e necessidade do desafio dessa discussão para minimizar as desigualdades sociais e trazer mais qualidade urbana para as cidades.

“[...] o urbanismo feminista desafia a premissa de que o planejamento é neutro. Nesse sentido, reafirma a ideia de que nossas cidades e bairros foram configurados por meio dos valores de uma sociedade capitalista e patriarcal, nos quais, é importante ressaltar, que esta forma física dos espaços urbanos contribui para perpetuar esses mesmos valores. Em resposta, o planejamento urbano feminista propõe práticas para transformar as divisões típicas das cidades capitalistas e patriarcais, por meio da reorganização dos espaços públicos a partir da ótica da vida cotidiana. Isto é, transfere a centralização de recursos dos espaços produtivos para os espaços onde “a vida acontece”: a casa, o bairro, os centros urbanos, os subúrbios e as periferias.”

(HELENE, Diana e TAVARES, Rossana B. Gênero e estudos urbanos, uma conciliação necessária. Archdaily. 2017.)

Outro ponto fundamental – agora falando um pouco do planejamento urbano em específico - é a implementação de uma gestão colaborativa no processo de construção dos planejamentos urbanos regionais, afim de garantir que sejam contempladas diferentes demandas e percepções, gerando assim uma representatividade diversa. Representatividade essa que ganha uma característica não só de qualidade identitária, mas uma representatividade inclusiva que faça com que os habitantes tenham o sentimento de pertencimento e se apropriem de forma igualitária e justa do espaço.

Também em pesquisa científica realizada em 2017/2018, foram extraídas em entrevistas de campo práticas e problemáticas urbanas afim de gerar possíveis exercícios para o planejamento urbano. A partir dessas informações tentou-se gerar micro ações (interesses) que pudessem auxiliar na produção de espaços mais inclusivos e com menor sensação de insegurança, bem como estratégias de política pública. Os quadros a seguir demonstram os resultados:

PERFIL DE INTERESSES E PRÁTICAS PARA POSSÍVEIS EXERCÍCIOS DE PLANEJAMENTO

PRÁTICAS:

1 - Utilização de caminhos mais longos em função da iluminação menos precária e menor sensação de insegurança;

3- Segregação espacial de grupos de interesses em comum em função dos acessos da cidade;

2- Ocupação de espaços ociosos para atividade culturais e articulações de luta e diversidade na cidade;

4- Ações de coletivos que representam individualmente cada letra da sigla LGBTQ+ nos espaços públicos.

PERFIL DE INTERESSES E PRÁTICAS PARA POSSÍVEIS EXERCÍCIOS DE PLANEJAMENTO

INTERESSES:

1- Iluminação como diminuição da percepção de insegurança urbana, bem como facilitadora da apropriação dos espaços;

3- Mobilidade e Acessibilidade como integradores dos espaços à cidade;

2- Necessidade de manter a vitalidade dos espaços por meio de atividade culturais e eventos que protagonizem a diversidade;

4- Representatividade individual de forma integrada nos espaços, afim de promover conhecimento social e diverso sobre grupo identitários.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, busca-se trazer uma contribuição teórica-prática afim de fomentar o desenvolvimento de temáticas sociais contemporâneas que tragam a possibilidade uma análise inovadora de grupos e espaços estigmatizados, assim como balizar a construção de locais diversos e integrados em nossas cidades, criando espaços urbanos de diversidade e seguros para todos.

O modo de apropriação do espaço está diretamente ligado ao modo de produção do mesmo. Assim, a atuação do Arquiteto Urbanista pode contribuir na perpetuação de valores discriminatórios, ou na elaboração de espaços de diversidade. Isso reforça a extrema importância do planejamento urbano a partir da perspectiva de gênero como diretriz fundamental na qualidade urbana e social da cidade.

REFERÊNCIAS

AGREST, Diana. À Margem da Arquitetura: Corpo, Lógica e Sexo. Artigo publicado originalmente em 1988.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. BRENNER, Neil. Teses sobre urbanização. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro, nº 19, ano 5, p: 6 – 26, Dez 2014.

BUTLER, Judith. Trouble dans le Genre – le féminisme et la subversion de l'identité. Tradução: Cynthia Kraus. Paris: La Découvert/Poche, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. São Paulo: Cadernos de campo, 2006.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Edição: Edições Graal. Rio de Janeiro, 1984.

GEHL, Jan. Cidade para as pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

MCDOWELL, Linda. Gender, identity and place: understanding feminist geography. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1999.

MOLYNEUX, Maxime. Mobilization without emancipation? women's interests, the state, and revolution in nicaragua. In: KROOK, Mona Lena;

CHILDS, Sarah (org). Women, gender, and politics: a reader. Oxford: Oxford University Press, p. 21-28, 2010.

ROSE, Gillian. Feminist & Geography: The limits of geographical knowledge. Cambridge, Oxford: Polity Press, 1993.

SILVA, Joseli. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. Geosul, Florianópolis, v. 22, nº 44, p. 117-134, 2007. . (org.) Geografias Subversivas: Discursos sobre Espaço, Gênero e Sexualidade. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2009a.

KHOURI, José Naamam. Considerações sobre a violência de gênero e violência doméstica contra a mulher. Defensoria Pública do Mato Grosso. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Curso Gênero e diversidade na Escola - Formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação Sexual e relações étnico-raciais. Módulo 2.

SILVA, Joseli Maria e ORNAT, Marcio José. Dos espaços interditos a instituição do território travestis : Uma contribuição as geografias feministas e queer. São Paulo. Terra Livre: Jul-Dez 2010

HELENE, Diana e TAVARES, Rossana B. Gênero e estudos urbanos, uma conciliação necessária. Archdaily. 2017.

FRIDAS: UMA PROPOSTA DE GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Vanessa Elias

Universidade Federal de Santa Catarina
Garopaba - Santa Catarina

RESUMO: Apesar da necessidade evidente de discussão e reflexão sobre as questões de gênero e diversidade, a escola, de modo geral não coloca essas questões em pauta. Com o intuito de promover o debate e a reflexão sobre questões que envolvem as diversidades, surge a ideia de criar e coordenar um grupo de estudos na escola EEB José Rodrigues Lopes, em Garopaba. Este trabalho utilizou-se do método de pesquisa de intervenção. A proposta educacional deste projeto contempla diversos tópicos acerca da busca pela inclusão de “minorias” com o intuito de discutir alguns temas em reuniões mensais e promover intervenções na escola e na comunidade. No ano de 2016 pautamos temáticas referentes às mulheres e aos movimentos feministas, visando promover o debate e auxiliar na desconstrução de preconceitos e combater à discriminação e as desigualdades de gênero, com isso visando promover o respeito e valorização às diversidades.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Diversidade. Escola.

ABSTRACT: Despite the obvious need for

discussion and reflection on gender and diversity issues, the school does not generally address these issues. In order to promote debate and reflection on issues involving diversity, the idea arises of creating and coordinating a study group at the EEB José Rodrigues Lopes School in Garopaba. This work was done using the intervention research method. The educational proposal of this project contemplates several topics about the search for the inclusion of “minorities” in order to discuss some topics in monthly meetings and to promote interventions in school and in the community. In the year 2016, we set themes for women and feminist movements, aiming to promote debate and help in the deconstruction of prejudices and to combat discrimination and gender inequalities, with the aim of promoting respect and appreciation for diversity.

KEYWORDS: Gender. Diversity. School.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação inclusiva está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que assegura o direito à escola a todas as pessoas (brasileiras ou estrangeiras residentes no país), sem discriminar negativamente singularidades ou características específicas de indivíduos ou

grupos humanos. O Plano Nacional de Educação, de 2001 (Lei nº 10.172), embora surgido em um contexto de profunda mobilização social, foi conservador em seu tratamento dos temas relativos a gênero e orientação sexual. De fato, apesar de ter sido produzido quando as desigualdades de gênero e a necessidade de superá-las ocupavam um importante espaço nos debates na sociedade brasileira, a menção do tema gênero se deu apenas em alguns de seus tópicos e na análise diagnóstica de alguns níveis de ensino (VIANNA e UNBEHAUM, 2004).

Conforme observa Guacira Lopes Louro, as políticas curriculares são, então, alvo da atenção [de setores conservadores], na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente sãos. (LOURO, 2004a, p.130). Mas, diversas iniciativas, esparsas em todo o país, pautaram discussões sobre corpo, sexualidade, gênero, identidade de gênero e orientação sexual no ambiente escolar.

Ao longo dos processos de construção dos gêneros e das relações que se estabelecem em função disso, são praticamente onipresentes as injunções da heteronormatividade, com seus mecanismos de controle. O termo heteronormatividade refere aos ditados sociais que limitam os desejos sexuais, as condutas e as identificações de gênero que são admitidos como normais ou aceitáveis àqueles ajustados ao par binário masculino/feminino.

Nesse contexto, é preciso considerar a experiência escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo dos processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, são socialmente construídas e introjetadas. Uma experiência que apresenta repercussões na formação identitária de cada indivíduo, incide em todas as suas esferas de atuação social e é indispensável para proporcionar instrumentos para o reconhecimento do outro e a emancipação de ambos. A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças.

Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (SILVA, 1996, p. 49). Para Sérgio Carrara, 2009, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica, que traga a percepção do aluno/a, nos discursos homofóbicos, misóginos ou sexistas e racistas, possibilitará um diálogo em sala de aula favorável a desconstrução de um contexto histórico patriarcal, heteronormativo e branco. Se o projeto Gênero e Diversidade Sexual na Escola contribuir, um pouco que seja para a formação de uma geração que entenda o caráter vital da diferença (pelo menos de algumas delas), já terá cumprido em grande medida seu objetivo.

2 | A IMPORTÂNCIA DE SE FALAR SOBRE GÊNERO NA ESCOLA

Na atualidade, podemos perceber que a sociedade mudou e a escola não acompanhou tais mudanças. O sistema educacional foi sendo moldado conforme os interesses de um sistema, onde se tornou um ambiente com práticas que tendem a servir ao mesmo. Dessa forma a diversidade dos sujeitos não é respeitada.

Na escola tradicional existem diversos fatores que deveriam ser repensados para que os estudantes se desenvolvessem de forma integral e que os aprendizados ocorressem de forma significativa. Ao contrário do que pensam alguns, as crianças e adolescentes não são um livro em branco, pois trazem consigo muitos conhecimentos e esses conhecimentos são completamente desvalorizados e descartados. Ainda hoje se pratica na escola o que Paulo Freire chamava de educação bancária, onde o professor é o protagonista do processo de ensino aprendizagem e não se considera os saberes dos alunos.

Os temas abordados nas salas de aulas muitas vezes não fazem conexão com a realidade e muito menos consideram a diversidade dos estudantes. O aluno não vê relevância para a sua vida no que está aprendendo, o que o deixa completamente desestimulado. Para o aluno as matérias são chatas e não são interessantes.

Será que o aluno vai para a escola para aprender de fato? Ou apenas para sentar, se acomodar e obedecer a normas? Nesse contexto, a escola tornou-se uma instituição que fomenta a homogeneização ao invés de valorizar as múltiplas habilidades e saberes, dificultando o acolhimento das diferenças. Ao se criar um padrão normativo, oprime-se a identidade dos sujeitos e qualquer comportamento que não siga as normas preestabelecidas exclui aquele que se difere desses padrões. Nesse ambiente que produz a homogeneização, os “diferentes” são excluídos e discriminados e se dá continuidade e reforçam-se os preconceitos construídos historicamente.

A escola deveria ser um espaço para desenvolver o senso crítico, desconstruir ao invés de reproduzir, contribuindo para a formação integral, humana e cidadã de cada sujeito respeitando a diversidade.

Vivemos em uma época marcada pela construção social dos papéis masculinos e femininos oriundos da relação de poder estabelecida entre homens e mulheres. Esta diferença, porém, tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade ainda não tem oferecido às mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a todos/as (PEREIRA et al, 2007). Em nossa sociedade, a diferença entre homens e mulheres muitas vezes é hierarquizada, mantendo situações nas quais as mulheres tendem a ocupar um lugar inferior. Ou então, a diferença é utilizada como expressão de vitimização para favorecer interesses individuais.

Quando ignoramos essas diferenças ou atribuímos a elas valores permanentes sem atentar para as possibilidades de ruptura e de construção de novas definições do que é socialmente concebido como masculino e feminino, corremos o risco de reforçar a desigualdade de gêneros. As identidades de gênero são construídas pelos sujeitos

ao se identificarem, social e historicamente, como femininos ou masculinos.

Faz-se necessário nas escolas levantar alguns questionamentos com o intuito de promover à reconstrução de ideias sobre a constituição de femininos e masculinos, sendo que devem ser vistos como elementos não necessariamente opostos ou essenciais, uma vez que a oposição não é inerente, mas sim, construída, e pode ser subvertida.

Louro (1997) defende que este conceito não significa que haja uma maneira pré-determinada que decida o que é ser homem e o que é ser mulher; não se deve considerar que há papéis masculinos e femininos, pois pensando assim:

(...) não conseguiríamos examinar as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (p.24).

Com isto, percebemos que aprendemos e construímos as identidades do que é ser homem e mulher, e esta aprendizagem se processa em diversas instituições sociais, em tempos e lugares específicos (MEYER, 2008).

Neste cenário as práticas escolares adquirem extrema importância, pois são práticas políticas, historicamente contingentes e podem ser transformadas pelos sujeitos que as constroem.

O problema do preconceito de gênero, que afeta meninos e meninas, homens e mulheres, nas salas de aula e nos espaços escolares, tem base em um sistema educacional que reproduz, em alguns momentos, as estruturas de poder, de privilégios de um sexo sobre o outro e aparecem até mesmo nos livros didáticos e nas relações escolares. O ambiente escolar pode reproduzir imagens negativas e preconceituosas, por exemplo, quando professores relacionam o rendimento de suas alunas ao esforço e ao bom comportamento, ou quando as tratam apenas como esforçadas e quase nunca como potencialmente brilhantes, capazes de ousadia e liderança. O mesmo pode ocorrer com os alunos quando estes não correspondem a um modelo masculino predeterminado.

Contudo, a escola também pode reproduzir novos valores e atitudes, além de estereótipos e preconceitos. Com isso, a escola não só recria em seu interior preconceitos de gênero como também prepara garotas / mulheres para posições mais competitivas no mercado de trabalho, bem como estimula garotos / homens para assumir funções de provedores de cuidado. Para que ocorram mudanças de condutas pedagógicas, na escola, com a intenção de atingir à equidade de gênero, não se deve contemplar nenhuma forma de discriminação. Assim, nestas instituições pode haver a produção de diferenças e desigualdades destes indivíduos, e também a informação, do que cada um/a pode ou não fazer e do lugar que meninos e meninas devam ocupar (LOURO, 1997). Pereira et al (2007) relata que até a forma que os meninos e as meninas brincam, na infância, pode influenciar inclusive na escolha das profissões que terão no futuro.

Observa-se que no ambiente escolar ainda se adotam posturas e atitudes que reforçam tais preconceitos, como à formação de filas, que possui o objetivo de manter a ordem, só que isso pode provocar diferença de gênero entre os/as envolvidos/as (PEREIRA et al, 2007). Destaca-se também o uso da expressão no masculino: o “professor”, o “aluno”. Então, devemos usar uma linguagem não-sexista para dar visibilidade à presença das mulheres e reconhecer a sua contribuição social (PEREIRA et al, 2007).

Outra forma de combater o preconceito e discriminação de gênero é quando os/as professores/as vão fazer a escolha dos livros didáticos. Devem também estar atentos/as, porque de forma indireta eles estão orientando sobre as questões de gênero, como por exemplo, por meio de seus textos escritos, de suas imagens, de suas fotografias, e na forma como apresentam e constroem culturalmente as mulheres e os homens (PEREIRA et al, 2007). Os livros didáticos podem abordar as relações de gênero e na escola não há preocupação dos docentes com essa questão. Por exemplo, os livros de História do Brasil devem fazer referência às mulheres, devem comentar a conquista das mulheres pelo direito ao voto, trazer a história do movimento feminista do século XX. Já nos livros de Ciências, deve-se prestar atenção se as imagens são de corpos femininos ou masculinos (PEREIRA et al, 2007). Os livros de História vêm retratando uma imagem puramente masculina, branca e heterossexual, enquanto a mulher e os gays, por exemplo, não são discutidos. Os livros não incorporam uma história social preocupada com a desconstrução dos estereótipos de gênero e da superação das desigualdades sociais entre homens e mulheres (PEREIRA et al, 2007). Alguns homens são considerados diferentes por se afastarem do padrão hegemônico que a sociedade apresenta e, dessa forma, experimentam práticas de discriminação ou subordinação. Na nossa sociedade, são tidos como diferentes aqueles/as que não fazem parte da hegemonia branca, masculina heterossexual e cristã (LOURO, 1997).

Se as identidades de gênero estão se construindo e se transformando, há a necessidade de que profissionais da área de educação terem um olhar social e crítico diante dessas diferenças de gênero. Assim, o debate precisa se disseminar nos ambientes acadêmicos e educacionais, para que a inclusão da temática “gênero” seja efetivada, de fato, nos currículos escolares. Dessa forma, professores/as das diferentes disciplinas poderão lidar com o tema e com situações do cotidiano relacionadas a ele. Com esse procedimento, estaremos contribuindo para que a escola não seja um instrumento de preconceitos, mas de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira. Por isso, a escola se configura como o caminho mais consistente e promissor para um mundo sem intolerância, mais plural e democrático.

3 | DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO

Com a luta e as conquistas dos movimentos feministas no mundo inteiro, muitas vezes temos a sensação de que as questões de gênero estão próximas de

alcançar a equidade tão sonhada. Porém, a realidade ao nosso redor, evidenciam que a sociedade ainda é muito machista e as meninas e meninos ainda vivenciam em suas casas uma rotina que privilegia o homem. As tarefas do cotidiano sobrecarregam as meninas, que no futuro terão que dar conta da tal “dupla jornada”, diferente da maioria dos meninos. Fazendo uma análise desse modelo de educação fica claro o comportamento que observamos em crianças, adolescentes e jovens em outros ambientes sociais, inclusive na escola.

No ambiente escolar são muitas as situações que retratam a reprodução desses comportamentos machistas. Essas atitudes partem tanto das meninas, quanto dos meninos e quem deveria mediar esses conflitos e ajudar a desconstruir esses comportamentos muitas vezes não interfere. Os educadores, por vezes não percebem essas situações, já que também foram educados em ambientes muito machistas e conservadores e ainda ajudam a reforçar algumas questões e os que percebem essas situações, muitas vezes não sabem como agir.

As escolas são um reflexo da sociedade em que vivemos. Ainda hoje, vimos meninos que tratam as meninas como objeto. Como poderia ser diferente se ainda é permitido propagandas, novelas, filmes, músicas que ainda perpetuam essa imagem vulgarizada das mulheres? As escolas que optam pelo não uso de uniformes escolares ao invés de colocar em pauta algumas questões acabam reforçando essas visões machistas, já que a menina não tem a liberdade de escolher o que vestir por causa do olhar que os meninos terão sobre elas.

No início do ano letivo de 2016, professores e equipe de gestão reuniram-se para pensar e reelaborar o Plano Político Pedagógico. No que se refere às regras a serem seguidas havia uma menção ao comprimento permitido para o shorts das meninas (PPP,2015).. Dizia que as meninas só poderiam vestir-se com short bermuda com quatro dedos acima do joelho. Nenhum dos participantes da reunião interrogou sobre tal exigência. Percebendo que essa era uma questão que não era questionada, iniciei o debate sobre o assunto, argumentando a discriminação nela contida, e depois de muita discussão foi possível modificar essa regra para o ano que se iniciava. Porém, ainda consta no documento menção sobre a vestimenta das meninas (PPP, 2016).

Nos dias atuais muito dos papéis desempenhados por meninos e meninas ainda são definidos pelo pensamento machista construído historicamente. Percebe-se esse padrão de comportamento nos esportes, nas artes, no modo de agir, se posicionar,... Cabe a nós educadores fomentar essas discussões. Tanto meninos, quanto meninas têm o direito de experienciar atividades e papéis desvinculados desses padrões preestabelecidos e de preconceitos.

As questões que envolvem a temática de gênero não têm um papel de destaque no ambiente escolar e situações de preconceito e inferiorização das mulheres, em muitos casos ainda são aceitos com naturalidade. O papel da escola é criar um ambiente que gere o empoderamento dessas meninas e combater essas situações, além de promover reflexão e debate. Não podemos permitir que a perversidade dessas

ideias machistas continuem se perpetuando, que sejam reproduzidas e reafirmadas de geração em geração. Por isso, surge a vontade de criar um grupo de estudos que debata essas temáticas na escola, com o intuito de promover mudanças no modo de pensar e agir dos estudantes.

Foram realizados 09 encontros onde discutimos feminismo, papéis de gênero na infância, linguagem machista, a representação da mulher na mídia, violência de gênero e a cultura do estupro para tal foi utilizado textos e vídeos como guias para realização das reuniões do grupo de estudos.

Além dos encontros para estudos, nos reunimos em outros momentos para organizar e produzir matérias para as intervenções citadas no próximo capítulo.

4 | INTERVENÇÕES PARA FAZER PENSAR E (RE)CONSTRUIR

Com a intenção de promover o debate e a reflexão sobre as questões de gênero o grupo de estudos Fridas realizou no decorrer do ano de 2016 algumas intervenções na escola e na comunidade. Essas intervenções têm como objetivo colocar em pauta no ambiente escolar e também para fora dos muros da escola fomentando a reflexão e buscando contribuir na construção de um ambiente escolar e uma sociedade com mais respeito às diversidades e maior igualdade e justiça.

4.1 Cena Contra A Cultura Do Estupro

Ao final do mês de maio de 2016, foi divulgada na mídia a notícia de um estupro coletivo no Rio de Janeiro. Uma menina de 16 havia sido estuprada por 33 homens e os vídeos do crime foram divulgados na internet pelos abusadores.

Nesse contexto surge um grande debate sobre a cultura do estupro. A “Cultura do estupro” é um termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens, havendo a culpabilização da vítima. Essa “cultura” é uma consequência da naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos, que estimulam agressões sexuais e outras formas de violência contra as mulheres. Esses comportamentos podem ser manifestados de diversas formas, incluindo cantadas de rua, piadas sexistas, ameaças, assédio moral ou sexual, estupro e feminicídio. Na cultura do estupro, as mulheres vivem sobre constante ameaça, ferindo os direitos humanos, em especial os direitos humanos das mulheres.

Na escola, o tema também veio à tona, interpretado de diversas formas, inclusive com discursos tanto de professores, quanto de estudantes, que reproduziam essa cultura culpabilizando a vítima pelo estupro coletivo. Nas falas apareciam frases como: “Mas ela estava drogada”, “O que ela estava fazendo no morro?”, etc. Com isso, o Fridas sentiu a necessidade de intervir e gerar uma reflexão com o intuito de desconstruir essas ideias onde a violência contra mulher é naturalmente aceita e,

sobretudo culpa da mesma.

Em uma das reuniões decidimos encenar um ato, onde uma mulher era submetida à agressões e violência sexual. A cena foi feita em todas as salas de aula, nos três turnos de aulas (matutino vespertino e noturno). Os estudantes que participam do grupo entravam na sala de aula sem aviso prévio já atuando e ao final levantavam cartazes com frases contra a cultura do estupro.

4.2 Festa junina: tem gênero e diversidade? Tem sim “sinhô”!

No dia da festa junina da escola, no mês de junho, montamos uma barraquinha para a divulgação do grupo e dos nossos estudos e objetivos. Nessa intervenção conversamos com os participantes da festa – estudantes e comunidade em geral - sobre a atuação do grupo e temas relacionados às questões de gênero e diversidade.

4.3 Empoderamento no banheiro da escola

O empoderamento feminino, basicamente, se refere a dar poder para outras mulheres e cada mulher assumir seu poder individual. Com isso, há crescimento e fortalecimento do papel de todas na sociedade.

Um processo que tem ainda mais valor porque contribui para diluir a ideia de que nascemos para nos odiar e que devemos nos tratar como rivais. Um exercício de desconstrução de duas vias em que não só uma mulher, como duas ou mais, se beneficiam.

Muito se fala sobre empoderamento hoje em dia, porém, são necessárias ações que promovam esse tal empoderamento de mulheres e que se criem espaços que produzam tais debates e reflexões. Empoderar é enaltecer, botar uma menina ou uma mulher no degrau de cima, contribuir para que conquistem seus espaços, seja de fala ou de trabalho. Não menos importante: enaltecer a si mesma.

No recesso escolar de julho, o grupo Fridas se propôs a realizar uma intervenção em um dos banheiros utilizado pelas meninas da escola.

Trouxemos frases de empoderamento, tinta e sprays para a realização da intervenção. No decorrer do trabalho resolvemos fazer uma intervenção também em um dos banheiros utilizados pelos meninos.

No dia de volta as aulas houve muita repercussão sobre as modificações realizadas nos banheiros. Várias meninas falando de como haviam gostado da ação e estavam se sentindo representadas e o quanto pensavam ser importante pensar sobre o assunto. Além disso, algumas professoras também produziram algumas falas de apoio à intervenção do grupo.

Já no banheiro masculino, houve uma reação totalmente contrária. No turno da tarde, frases coladas atrás das portas de cada vaso sanitário e nas paredes acima dos miquitórios haviam sido arrancadas, restando apenas a frase na parede onde estava escrito em spray: “RESPEITA AS MINA!”

4.4 Movimenta na praça: café com diversidade

O projeto #Movimenta começou no dia 12 de agosto com uma palestra aberta que foi proferida no auditório da EEB. José Rodrigues Lopes, em Garopaba. No dia 13 do mesmo mês, exclusivamente para os inscritos, aconteceu o primeiro encontro onde os jovens de Garopaba e Imbituba iniciariam oficinas para auxiliá-los a tirar suas ideias e projetos da cabeça e do papel. O Movimenta é uma aceleradora de sonhos, projetos e ideias criativas para transformar ainda mais - com arte, cultura, mobilização, intervenção urbana - as cidades envolvidas.

Entre agosto e outubro de 2015, foi realizado um programa de oficinas para criação colaborativa de projetos que promovam a cidadania e a transformação social. A iniciativa do programa surgiu do sonho da agente de transformação social, Daniela Reis, fundadora da rede Minha Garopaba e também representante da rede Yunus Negócios Sociais em Santa Catarina.

No segundo módulo do Programa de Oficinas, que aconteceu no dia 27 de agosto, nós tivemos a oportunidade de compartilhar ferramentas para engajar e incluir pessoas nas nossas ações nas cidades. Trabalhamos com o mapa de empatia para conseguirmos nos colocar no lugar dos atores envolvidos na comunidade com o intuito de engajá-los na proposta e a curva de engajamento para podermos detectar o grau de engajamento de cada grupo de pessoas. A primeira ação foi espalhar vários cartazes pela cidade com mensagens urbanas inspiradoras e provocar curiosidade nas pessoas com relação ao projeto.

No terceiro módulo, no dia 10 de setembro, aconteceu uma oficina de planejamento criativo, com muitas cores, ferramentas e metodologias que fogem do convencional. A ideia deste módulo era ir um pouco além do planejamento das ações, e também gerar valor para projetos paralelos e mobilizações dos participantes. O programa de oficinas tem como objetivo promover o processo de conhecimento das demandas da comunidade, pensar criativamente soluções para os problemas, planejar as ações, mobilizar recursos e pessoas para colocá-las em prática. Para isso aconteceram vários encontros para a organização de um evento que envolvesse a comunidade.

Como resultado das oficinas, surgiu o #MovimentaNaPraça, que tem como objetivo transformar a maneira como as pessoas percebem o espaço público, inspirando a ocupar a cidade de forma criativa, artística, bem humorada e diversa, com tudo acontecendo ao mesmo tempo e em um só lugar. Qualquer pessoa poderia inscrever uma atividade ou oficina. A proposta do #Movimenta é ser itinerante e movimentar todos os bairros das duas cidades escolhidas para o início do Programa, iniciando pelo centro de Garopaba.

Juntamente ao projeto surge a vontade de promover uma roda de conversa sobre feminismo. Sabemos que apesar dos grandes avanços e conquistas das mulheres, atualmente ainda existe muito preconceito, discriminação e desigualdade. A roda de conversa foi intitulada: “Século XXI: Feminismo pra quê?” chamando a comunidade

para dialogar sobre esta questão na praça central da cidade participando de um “Café com Diversidade”.

Essa roda de conversa foi mediada pelo grupo Fridas, sendo iniciada pela coordenadora do grupo a professora Vanessa Elias, introduzindo a luta dos movimentos feministas no mundo e no Brasil e depois abrindo a roda para colocações, depoimentos e contribuições das participantes. Ao final produzimos algumas frases e questionamentos em papel sulfite e espalhamos pela praça com intuito de deixar fazer uma urbana sobre o tema abordado e as nossas reflexões na praça onde foi realizado o evento.

4.5 25 De novembro: dia internacional da não violência contra a mulher

Segundo a página do Coletivo feminino Plural, o dia 25 de novembro foi declarado *Dia Internacional da Não violência contra a Mulher*, no Primeiro Encontro Feminista da América Latina e Caribe realizado na cidade de Bogotá em 1981, como justa homenagem a “Las Mariposas”, codinome utilizado em atividades clandestinas pelas irmãs Mirabal, heroínas da República Dominicana, brutalmente assassinadas em 25 de novembro de 1960.

Minerva, Pátria e Maria Tereza ousaram se opor-se à ditadura de Rafael Leônidas Trujillo, uma das mais violentas da América Latina. Por tal atitude, foram perseguidas e presas juntamente com seus maridos. Como plano para assassiná-las, uma vez que provocaram grande comoção popular enquanto estavam presas, o ditador acabou por libertá-las, para em seguida simular um acidente automobilístico matando-as quando iam visitar seus maridos no cárcere. Seus corpos foram encontrados no fundo de um precipício estrangulados e com ossos quebrados.

A notícia do assassinato escandalizou e comoveu a Nação. Suas ideias, porém, não morreram. Seis meses mais tarde, em 30 de maio de 1961, Trujillo é assassinado e com ele cai a ditadura. Inicia-se, então, o processo de libertação do povo dominicano e de respeito aos direitos humanos, como quiseram Pátria, Minerva e Maria Tereza, cuja memória converteu-se em símbolo de dignidade, transcendendo os limites da República Dominicana para a América Latina e o mundo.

Consideramos importante pensar sobre todas as violências sofridas pelas mulheres ainda em pleno século XXI trazendo alguns dados atuais fazendo uma intervenção no dia 25 de novembro.

Para isso confeccionamos uma faixa informando sobre o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher (Foto 11) e os dados escrevemos em círculos coloridos que penduramos no refeitório (Foto 12 e 13). No mesmo dia, na hora do intervalo para o recreio deixamos tocando músicas feministas e de empoderamento feminino, já que algumas canções são ferramentas de objetificação e inferiorização da mulher e muitas vezes fazem apologia à desigualdade e à violência de gênero.

5 | RESULTADOS E ANÁLISES

Com o intuito de confraternizar, organizamos um café que também tinha como motivação perceber a importância das discussões propostas pelo grupo durante o ano de 2016. Para isso foi aplicado um questionário às pessoas presentes. Neste dia, 25 de novembro, nos reunimos também com a finalidade de finalizar as atividades do grupo em 2016 e também pensarmos no planejamento para o próximo ano.

Na ocasião compareceram apenas três das estudantes que participaram do grupo ao longo do ano, que neste trabalho serão mencionadas com nomes fictícios. O número de participantes nos encontros durante todo o processo oscilou, já que era uma proposta de trabalho extraclasse e voluntária.

Para avaliar o processo e fazermos uma reflexão acerca da importância dos nossos estudos foi importante detectar os motivos que levaram esses estudantes a participar do grupo de estudos em gênero e diversidade. Uma das estudantes apontou que:

“O que me motivou a entrar no grupo foi à falta de informação sobre diversos temas que deveriam ser discutidos não só em sala de aula, mas em roda de conversa com amigos, familiares,... Foi a vontade de sair da “caixa”, ganhar conhecimentos que vão me ajudar a ser uma pessoa melhor.” Ana, 15 anos, estudante do 9º ano.

Também foi importante saber de que forma chegaram e como estão saindo, buscando perceber a evolução com relação aos seus conhecimentos e também a importância desses estudos e aprendizados para suas vidas no dia a dia, não só na escola, mas também em outros ambientes sociais com relação às diversidades.

“...Os estudos e conversas acrescentaram muito na minha vida pessoal. Foi algo que realmente me ajudou. Um conhecimento que pretendo levar e passar para outras pessoas.” Rita, 16 anos, estudante do 9º ano

Além da aquisição de conhecimento com relação às desigualdades de gênero é importante transformar nossas atitudes e posicionamentos diante dessas desigualdades, com o intuito de promover o debate e reflexão sobre tais questões buscando desconstruir os preconceitos e promover ambientes sociais com mais equidade. A partir dessas reflexões os participantes do grupo adquiriram conhecimento sobre o tema e com isso passaram a observar nas relações cotidianas a presença de preconceito e discriminação e a se posicionar com relação a essas questões. Além disso, as reuniões do grupo foram importantes para promover o empoderamento das meninas, fazendo com que tenham mais confiança e não se deixem oprimir pelas construções históricas do patriarcado.

“Eu aprendi a ter voz e não abaixar a cabeça pra ninguém. Eu sempre fui de ouvir as coisas e ficar calada, mas agora isso mudou e eu dou minha opinião sem medo. Hoje tenho mais segurança de falar, me posicionar. Tenho mais coragem! Entendi o que é feminismo e agora sou feminista com muito orgulho!” Ruth, 15 anos, estudante do 9º ano.

A partir dos depoimentos expostos fica evidente a importância de se colocar em

pauta as questões referentes às diversidades no ambiente escolar. Atualmente apesar dos documentos relacionados à educação abordarem a importância desses temas no ensino brasileiro, percebe-se a invisibilidade dos mesmos no cotidiano das escolas. Parte do problema está relacionada à falta de conhecimento dos professores para lidar com essas situações, ficando clara a necessidade de formação para capacitar os docentes mediante as questões que envolvem gênero e diversidade.

Como nas salas de aula ainda não existe uma prática que promova discussões e debates com intuito de combater todas as formas de preconceito e discriminação, faz-se necessário promover espaços onde os estudantes e toda a comunidade escolar possam refletir sobre tais questões buscando a desconstrução de tais culturas, que historicamente continuam reproduzindo desigualdade e gerando violência.

“Agora eu vejo que o preconceito existe. Há muito tempo que é passado para nós jovens, que só existe um tipo de pensamento...” Ana, 15 anos, estudante do 9º ano.

“Um espaço de diálogo para falar de gênero e diversidade é importante principalmente para a desconstrução de tabus, para os jovens desconstruírem preconceitos e terem consciência de seus atos.” Rita, 16 anos, estudante do 9º ano.

Além da importância que o grupo de estudos teve para os estudantes, como comprova os seus relatos, pra mim foi uma experiência muito significativa e importante tanto na área profissional, quanto pessoal. A partir dos encontros pude perceber o quanto as desigualdades afetam a trajetória de vida dos estudantes e fico muito feliz em ter a oportunidade de auxiliar na transformação dessa realidade.

Sinto-me gratificada por ter criado um espaço - grupo de estudos Fridas - onde os estudantes puderam repensar conceitos e atitudes, promovendo o empoderamento de meninas, que hoje se sentem mais confiantes e serão mulheres prontas a desconstruir essa cultura patriarcal em todos os espaços por onde circularem. Além disso, acredito que as intervenções na escola e fora dela também geraram reflexões que podem levar à desconstrução de preconceitos fazendo com que haja mais respeito às mulheres, não somente na escola, mas também na comunidade onde a escola está inserida.

Ao constatar a importância da implementação desse grupo de estudos em gênero e diversidade - Fridas - na EEB José Rodrigues Lopes, em Garopaba, pretendemos dar continuidade nos trabalhos do grupo fazendo reuniões de estudos no próximo ano e ampliando a atuação do Fridas em outras instituições de ensino no município e cidades vizinhas com a organização de palestras, compartilhando nossas experiências e, sobretudo buscando auxiliar a formação de cidadãos mais conscientes e livres de preconceitos, que respeitem as tão ricas diversidades de cada um. Dessa forma estaremos ajudando com nossas discussões e reflexões para que as diversidades não sejam vivenciadas com desigualdade e a construir um futuro melhor para todos nós.

6 | CONCLUSÕES FINAIS

Na escola, observa-se que não existe uma preocupação em abordar temas relacionados às questões de gênero e diversidade. As ações que são praticadas são pontuais e geralmente não envolvem toda a comunidade escolar. No cotidiano ainda presenciavam-se diversas formas de discriminação e preconceito, no que diz respeito aos gêneros, sexualidades, religiosidades e demais diversidades dos atores que compõem os ambientes educacionais.

Percebeu-se que a proposta de colocar em pauta essas discussões aos poucos vai gerando transformação a partir das reflexões colocadas no decorrer do ano letivo no grupo de estudos Fridas. Podemos constatar que muitas das vezes esses pensamentos e opiniões preconceituosas são fruto de falta de conhecimento e a partir da aproximação dos estudantes com o tema, eles passam a compreender a complexidade dos seres humanos e com isso passam a respeitar às diferenças. Além disso, tornam-se multiplicadores desses ideais. Afinal, todos somos muito diferentes e isso é muito rico e natural. O que não podemos é deixar que estas diferenças continuem gerando e perpetuando as desigualdades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano nacional de educação**. Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (ed. or.: 1990).

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CARRARA, Sérgio. **A Aids e a história das doenças venéreas no Brasil** (do final do século XIX até os anos 20). In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.).

COLETIVO FEMININO PLURAL. **Dia internacional da não-violência contra a mulher**. Disponível em: <<http://femininoplural.org.br/site/campanhas/dia-internacional-da-nao-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

EL PAIS. **O que já se sabe sobre o estupro coletivo no rio de janeiro**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/31/politica/1464713923_178190.html>. Acesso em: 07 jun. 2016.

FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres**. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/07822.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

GUILARDI, L. **Considerações acerca das transformações no campo a partir do turismo de veraneio**. XXI Encontro de geografia agrária. Uberlândia, MG, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 3ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 7-179.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MEYER, D. E.; SOARES R. F. R; **Introdução – Corpo, Gênero e Sexualidade nas Práticas Escolares**: um início de reflexão. In: _____. **Corpo, Gênero e Sexualidade**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis. Vozes, 2001.

PEREIRA, M. E. et al (Org.). **Gênero e diversidade na escola**: Formação de professores/as em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC. 2007.1 CD ROM.

PPP - Projeto Político-Pedagógico. Garopaba,SC: EEB José Rodrigues Lopes, 2015.

PPP - Projeto Político-Pedagógico. Garopaba,SC: EEB José Rodrigues Lopes, 2016.

SEBRAE-SC. **Santa Catarina em números-Garopaba**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/garopaba.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Inserido em: <http://portal.mec.gov.br/secad> Acesso em 3 nov 2012.

VIANNA, C. **Gênero e sexualidade nas políticas de educação dos governos FHC e Lula**: demandas históricas e desafios futuros. In.: TEIXEIRA, F. et al. (Org.). **Sexualidade e educação sexual: políticas educativas, investigação e práticas**. Portugal: Universidade do Minho, 2010. p.357-62.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. **Quem são os meninos que fracassam na escola?**. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, v. 34, n.121, jan./abr. 2004.

_____. **Políticas educacionais e superação das discriminações de gênero**: o caso do PNE. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITO, 7., 2006, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. 1 CD-ROM.

_____. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; Londrina: Eduel, 2006. JESUS, Beto de et. al. **Diversidade Sexual na Escola: uma metodologia de trabalho com adolescentese jovens**. São Paulo: Ecos, Corsa, 2006.

_____. **O gênero nas políticas públicas de educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.34, n.121, p.77-104, 2004.

FUTEBOL DE MULHERES E A EXPERIÊNCIA DE CAMPO

Martina Gonçalves Burch Costa

Escola Superior de Educação Física-
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas-Rio Grande do Sul

Giovanni Felipe Ernst Frizzo

Escola Superior de Educação Física-
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas-Rio Grande do Sul

RESUMO: Este texto faz parte da dissertação do mestrado intitulada “Futebol além das quatro linhas: um estudo sobre a formação ‘profissional’ das jogadoras do EC Pelotas/Phoenix”. Através deste tema nós iremos pontuar algumas peculiaridades que tivemos ao realizar uma pesquisa etnográfica no clube. O objetivo da pesquisa foi entender essas construções e conjunturas que atravessam as carreiras futebolísticas das jogadoras no sul do Brasil, mais precisamente na cidade de Pelotas/RS. Como conclusão, apesar da falta estrutural no futebol de mulheres na região, a sociabilidade e a paixão fazem com que elas driblem as dificuldades e acreditem numa futura carreira.

PALAVRAS-CHAVE: Profissionalização; Futebol de Mulheres; EC Pelotas/Phoenix.

ABSTRACT: This text is part of the master’s dissertation titled “Football beyond the four

lines: a study on the ‘professional’ formation of the players of EC Pelotas / Phoenix”. Through this theme we will punctuate some peculiarities that we had when conducting an ethnographic research in the club. The objective of the research is to understand these constructions and conjunctures that cross the soccer careers of the players in the south of Brazil, more precisely in the city of Pelotas / RS. In conclusion, despite the structural lack in women’s football in the region, sociability and passion make them dribble the difficulties and believe in a future career.

KEYWORDS: Professionalism; Women’s Football; EC Pelotas / Phoenix.

1 | INTRODUÇÃO

O futebol de mulheres foi marcado em sua história por períodos de ascensões e interrupções, porém não de ausência. Desmistificar esses conceitos é algo importante e deve ser cada vez mais realizado na nossa sociedade. As mulheres sempre lutaram para conseguir o direito igualitário, seja no meio esportivo, seja fora desse ambiente. E através desse ato de resistência das mulheres, é o que fez e faz com que elas pulassem as barreiras do preconceito e continuassem em determinados esportes mesmo que a sociedade não as

encarasse de uma forma natural. A fim de debatermos o tema, escolhemos a equipe do EC Pelotas/Phoenix para realizar a pesquisa, pois é o clube no qual possui sua relevância no estado por revelar jogadoras e também por obter o clube de futebol de mulheres há mais de 20 anos em andamento. Desta maneira, através da pesquisa etnográfica como instrumento para realizarmos esta pesquisa, investigamos: como ocorrem essas construções e conjunturas na formação de uma carreira futebolística no sul do Brasil.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se por um estudo de caráter etnográfico, onde acompanhamos durante o ano de 2017, a temporada esportiva da equipe de futebol de mulheres do EC Pelotas/Phoenix. Nesta equipe foi investigado a formação das atletas por meio da observação participante, diário de campo e de um roteiro com perguntas semiestruturadas com as jogadoras das categorias sub-15 e sub-17. No total, foram 27 presenças no campo. E estas presenças foram realizadas em dias de treinamentos, viagens e jogos.

Além da pesquisa etnográfica, também realizamos entrevistas semiestruturadas com 4 atletas do clube. Sendo elas, três atletas que disputavam as categorias sub-15, sub-17 e uma atleta que participava da parceria do clube com uma empresa que realiza intercâmbios com atletas.

As entrevistas foram realizadas no início do ano de 2018 na cidade de Pelotas/RS. No total, foram três entrevistas presenciais e uma não presencial. Para a realização da entrevista não-presencial foi utilizado o programa Skype, devido à jogadora não morar na cidade onde foi realizada a pesquisa.

3 | FUTEBOL DE MULHERES NO BRASIL

O futebol de mulheres surge no Brasil no ano de 1921, sendo disputado por duas equipes de bairros da cidade de São Paulo, na partida entre Senhoritas Cantareirenses contra Senhoritas Tremembenses (MOURA, 2003).

Porém, não demorou muito para o futebol se popularizar. Conforme iam acontecendo jogos pelo país e ocorrendo o aumento desta modalidade, principalmente chegando aos subúrbios das principais cidades, o público que desfrutava desse esporte também foi se modificando, tornando o seu jogo mais popular e conquistando o gosto das classes com menor poder aquisitivo.

Resultante desse crescimento dos jogos, a mídia começou a noticiar as partidas em que as mulheres estavam disputando. E isso fez com que os chamados “especialistas da época”, oriundos da tradição médica, comessem um movimento de não aconselhamento de determinadas modalidades esportivas, pois segundo

eles, as mulheres prejudicariam sua parte fisiológica e com isto, resultaria em não cumprir o seu “papel” atribuído socialmente. Durante este período no Brasil, houve uma contradição de pensamentos, entre aqueles que condenavam a atividade física para a mulher e outros que eram favoráveis.

“[...]os exercícios físicos estavam encarregados de dar aos corpos frágeis das mulheres, saúde para cumprir a ‘missão’ da maternidade e graciosidade e beleza para exercerem, a contento, seus papéis de esposa” (SOUSA, 1994, p.28-29).

Este movimento a favor da proibição de alguns esportes para as mulheres gerou efeitos e mudanças no país. Deste modo, no ano de 1941, se instituiu um decreto-Lei no qual não aconselhava a mulher disputar esportes incompatíveis com a sua natureza.

Em 1965 é implementando outro decreto-lei, no qual cita que “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rúgbi, halterofilismo e baseball” (CASTELLANI FILHO, 1988, p.49)”. Ou seja, delimitando diversos esportes que as mulheres não poderiam praticar. Esse decreto foi implementado em 1965, período ditatorial no país (1965 até 1985), e só teria sua revogação no ano de 1979. Ou seja, enraizando quase quarenta anos de interdições e barreiras desses esportes no país. Podemos dizer que o futebol feminino no Brasil possui por volta de 40 anos de história oficial e legalizada.

Somente em 1979, com a revogação da resolução que impedia a prática desses esportes incompatíveis com as mulheres, foi o que fez com que elas tivessem o direito legal de poderem estar em campo e passar a “tentar” se organizar em times para a disputa de competições estaduais e nacionais. Com o fim da proibição, alguns clubes foram formados e posteriormente desfeitos. E é dentro deste contexto que o EC Pelotas/Phoenix nos chama bastante atenção, pois é um clube que existe a mais de 20 anos.

4 | EC PELOTAS/PHOENIX

Este departamento foi fundado na data de 25 de julho de 1996, sob a denominação de Esporte Clube Pelotas/Phoenix(EC Pelotas/Phoenix) ou “Lobas”, como são apelidadas por onde jogam. Lobas é um apelido em alusão ao símbolo do clube, o lobo. A criação do EC Pelotas/Phoenix aconteceu através do seu atual técnico/ coordenador da equipe. Desde a sua fundação, é o responsável por administrar e treinar o grupo das atletas do clube. Este técnico, além de treinar as jogadoras do EC Pelotas/Phoenix, também já obteve em seu currículo uma breve passagem como auxiliar técnico na seleção brasileira de futebol de mulheres na categoria sub-17. Essa passagem talvez abriu portas para que várias jogadoras do clube pudessem ser convocadas para a seleção nacional.

Por ser um clube que revela jogadoras, o EC Pelotas/Phoenix nesses últimos anos tem buscado investir nestas categorias mais jovens quando se trata das

mulheres no futebol. Atualmente, no ano de 2018, o departamento de futebol de mulheres contou com as categorias sub-13 e sub-15. Porém, quando começamos a realizar esta pesquisa, em março de 2017, o clube possuía além da categoria sub-15, também a sub-17. E também, analisando a sua trajetória, ele já possuiu a categoria das jogadoras adultas.

É um clube que se torna importante porque existe a mais tempo em atividade no Rio Grande do Sul, sendo um revelador de jogadoras não só para outros clubes, mas também para a seleção brasileira de futebol de mulheres. Já foram convocadas 25 jogadoras do EC Pelotas/Phoenix para as seleções brasileiras de base, sendo que 24 jogadoras foram convocadas após o ano de 2008, o que foi considerado um divisor de águas no clube, pois o time se sagrou campeão do Campeonato Estadual.

No entanto, apesar de ser um clube formador de atletas e de ter ganho alguns títulos no estado e região, ele assim como outros clubes no país, possui problemas financeiros e dificuldades na sua estruturação. Atualmente, o clube não disponibiliza salários para as suas jogadoras, sendo o sustento do departamento de mulheres feito através de patrocínios, convênios e principalmente, o apoio dos pais das atletas.

5 | ESTRUTURA DAS ATLETAS

O EC Pelotas/Phoenix conta na sua estruturação com um centro de treinamento denominado Parque Esportivo e Recreativo Lobão ou Parque Lobão, como é conhecido pela população local. Local onde as jogadoras do clube treinavam na maioria das vezes, raríssimos eram os treinos feitos no estádio da Boca do Lobo, estádio principal da equipe de futebol dos homens. Esse centro de treinamento é composto como estrutura física por: cinco campos de futebol, além de uma ampla área de lazer que o clube aluga durante o ano inteiro para a comunidade em geral.

O transporte para os treinamentos era feito através de um ônibus que a equipe das mulheres tinha que fretar para se locomoverem para os treinamentos. Esse dinheiro para pagar o veículo de transporte era coletado através de patrocínios e principalmente, da ajuda financeira dos familiares das atletas. O EC Pelotas possui um ônibus personalizado, todavia, é de uso exclusivo da equipe principal dos homens.

Uma das dificuldades encontradas, eram que algumas vezes os treinamentos coletivos eram realizados mesclando as atletas, em razão do baixo número de jogadoras disponíveis que o clube poderia contar durante os finais de semana. Em razão de obter um número muito alto de atletas de fora da cidade de Pelotas/RS, o clube se tornava completo somente em feriados ou véspera de campeonatos. Para isto, os pais das atletas do EC Pelotas/Phoenix foram um dos grandes facilitadores para que esse processo acontecesse. Como uma forma de ajudar o clube, os pais dessas atletas abrigavam em suas casas as jogadoras que vinham de fora da cidade. Ou seja, o clube ficava isento de ter que conseguir algum alojamento ou pagar alguma

hospedagem para elas. Os movimentos que ocorriam era de uma soliedariedade de alguns pais para hospedarem essas jogadoras.

Somatizando-se a isto, o departamento de mulheres também contou com dificuldades financeiras durante a temporada, fazendo com que as jogadoras tivessem que se organizar e pagar uma mensalidade para arcar com as despesas. Essa situação de pagar mensalidades, segundo o relato das jogadoras, não acontecia em anos anteriores. Apesar das dificuldades que esse clube pudesse enfrentar, encontrava-se uma maneira e as jogadoras ficavam isentas da contribuição financeira. Mas esse ano foi diferente, pois até equipamentos fundamentais do jogo estavam carecendo. Este valor da mensalidade custeava os deslocamentos das atletas em direção ao Parque Lobão, viagens do Campeonato Gaúcho, materiais e equipamentos novos no qual a comissão técnica utilizou no restante da temporada. Enfim, a situação financeira tornou-se um grande empecilho ao restante do ano.

Ou seja, as jogadoras se sacrificavam para obter uma (im)provável carreira futebolística. E digo isto, diante de toda a história das dificuldades da mulher ser reconhecida na modalidade e do nível existencial de profissionalização do futebol de mulheres na região e no país.

6 | FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Como no elenco existia uma heterogeneidade de características, algumas encaravam como uma futura carreira e outras poderiam encarar como uma oportunidade de divertimento, um espaço de lazer. Um ambiente onde o que faziam elas permanecerem, criarem raízes, não eram os vínculos contratuais e sim, os vínculos de amor, de amizade e de sonhos. Como presentes nesses relatos:

“Se não fosse o grupo, eu já teria saído antes do Pelotas. E aí toda vez que renovava a gente pensava, bah, que droga, vai todo mundo embora. Aí chegava o ano seguinte e tava 2, 3 e já chegava gente nova que chegava se enturmando”. (Entrevista, Daniela, 2018);

“Muitas gurias elas falavam que queriam ser jogadoras, mas também tinha uma boa parte que não queria sair do Pelotas por causa das amizades. Muito pelo convívio”. (Entrevista, Iara, 2018)

Além dessa diferenciação dos perfis das atletas, a sociabilidade era o que fazia com que as jogadoras enfrentassem os problemas estruturais do clube e continuassem jogando futebol naquela localidade. Essa sociabilidade gerava o sentido de pertencimento. De que as atletas estavam naquele local, por gostarem de estar no ambiente, gostarem da roda de convivência, além de amar a modalidade. Ou seja, permanecendo em um espaço onde encontrava pessoas semelhantes a elas.

“O futebol sempre foi muito mais que só um esporte, ele me proporcionou qualidade de vida. E a primeira pergunta que eu fiz quando cheguei ao médico foi se eu podia continuar jogando futebol. E aí ele falou que sim, vai ser ótimo que tu faça algum esporte, que tu pratique, vai ser bom pro teu nível de açúcar no sangue,

então isso tornou saúde pra mim. Isso tornou muito mais do que eu posso explicar". (Entrevista, Rafa, 2018)

Além de todas as barreiras que são impostas para a mulher praticar esta modalidade na sociedade brasileira, elas ainda continuam buscando uma carreira futebolística. Elas se reconhecem como jogadoras de futebol e se sentiam a vontade por permanecerem inseridas dentro de espaços como este, que tanto poderiam ser considerados amadores, por tudo que já foi exposto neste texto, mas que também poderiam ser considerados como um espaço profissional, pelo modo como algumas jogadoras encaravam o esporte. A linha que diferiam eles era tênue e mutável.

Apesar das jogadoras terem o sentido de pertencimento nos clubes e o sentimento que eram atletas de futebol, a ausência de oportunidades na modalidade gerava a culpabilização por parte delas. Essa culpabilização era resultante dos preconceitos em que a sociedade não encarasse de uma forma natural a mulher praticando este esporte. Desta forma, quando os clubes fechavam as portas para as jogadoras, elas isentavam eles dessa culpa. Como fica evidente nessa fala da jogadora:

Eu quero seguir jogando, mas é o querer e não saber como. Agora eu quero jogar, queria ter um plano que eu soubesse que daria 100 % certo, tar estudando e jogando ao mesmo tempo e crescer com isso. Só que a partir do momento que o time que eu jogo que é o único time de futebol de campo feminino que eu possa jogar que é o lugar mais perto que eu posso ir, ele acaba. Aí tu já pensa; como que eu vou seguir jogando? Como eu vou manter meus planos de seguir jogando? Não tem. (Entrevista, Cristina, 2018)

A ausência de clubes na região, como está expresso na fala da jogadora, nos evidencia a dificuldade que algumas mulheres encontram de ter uma oportunidade de disputar o esporte. Em razão de ter acabado a categoria, elas não tinham aonde jogar e essa ausência de um espaço, podia afastar não somente o sonho dela, mas de diversas outras mulheres de seguir na modalidade.

É o querer jogar e não saber aonde? É querer seguir jogando no clube, porém não saber se no ano seguinte iria existir a categoria. Enfim, parecia que a cada passo a frente, com uma maior visibilidade do futebol de mulheres no mundo, existiam dois passos atrás por parte da estruturação da modalidade no Brasil.

7 | CONCLUSÃO

Com a realização desta pesquisa alcançamos relatos importantes do futebol de mulheres do sul do país, mais precisamente das jogadoras do EC Pelotas/Phoenix da cidade de Pelotas/RS, que nos permite uma considerável compreensão acerca dos elementos que constituem a formação de atleta de futebol de mulheres, tanto no sentido das dificuldades como também nos desafios de seguir uma (im)provável profissão.

Dentre esses elementos, se destaca as questões relativas a estruturação dessas jogadoras, elas se sacrificavam com treinamentos, viagens, empenho, porém a

qualidade e a estruturação que elas estavam inseridas não eram as mais adequadas. Elas enfrentavam desde os campos esburacados dos campeonatos e treinamentos, até o preconceito social, onde as pessoas ainda não consideravam natural a mulher praticar o futebol como uma forma profissional.

A falta de oportunidades ainda afeta o desenvolvimento de diversas mulheres que desejam se tornarem atletas profissionais. Portanto, uma das saídas para desenvolver a modalidade seria uma nova formulação da estruturação do futebol. Pois, continuando com o retrato atual da modalidade, a sociabilidade e a paixão pelo que fazem serão os únicos motivos que explicarão essas mulheres persistirem neste esporte.

Por fim, acreditamos que uma das saídas para um maior desenvolvimento seja uma mudança estrutural e organizacional das entidades esportivas que comandam o esporte no país, se não houver essa mudança, acreditamos que se torne difícil ocorrer maiores oportunidades para as atletas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BALLARYNI, H. **Por que a mulher não deve praticar o futebol.** *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, v.49, p.52, dez., 1940.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas:Papirus, 1988.

LOBASECEPELOTAS. Disponível em: <<http://lobasecpelotas.blogspot.com.br/p/historia.html>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

MOURA, E. J. L. **As relações entre lazer, futebol e gênero.** Dissertação (Mestrado em Educação Física). 2003.125f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2003.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. **Meninos, à marcha! Meninas, à sombra! A história da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994).** 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1994.

INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA NAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E AS INFLUÊNCIAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Lilian Silva de Sales

Universidade Federal do Pará, Castanhal, Pará.

RESUMO: O trabalho *Intersecções entre Gênero, Sexualidade e Raça nas Trajetórias de Formação das Professoras e as Influências na prática Pedagógica* tem como objetivos apresentar e analisar as trajetórias de formação de três professoras da rede pública de ensino da Região Metropolitana de Belém/PA, considerando as intersecções entre gênero, sexualidade e raça e as influências no trabalho pedagógico que desenvolvem. As professoras participaram da primeira edição do curso GDE no ano de 2009, ofertado pela UFPA e foram entrevistadas no período de abril a julho de 2015. Os relatos apontam que as vivências de exclusão experimentadas pelas mesmas ao longo de sua formação, foram fundamentais para que pudessem construir práticas mais inclusivas no que se refere às diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Intersecções, Formação de Professoras

ABSTRACT: The intersections work between gender, sexuality and race in the trajectories of teacher education and influences in pedagogical practice aims to present and analyze the trajectories of training of three teachers of the public education network of

Metropolitan Region of Belém/PA, considering the intersections between gender, sexuality and race and the influences in the pedagogical work they develop. The teachers participated in the first edition of the Gde Course in the year 2009, offered by the UFPA and were interviewed from April to July 2015. The reports indicate that the experiences of exclusion experienced by them throughout their training were fundamental so that they could construct more inclusive practices in relation to differences.

KEYWORDS: gender, intersections, teacher training

1 | COMPREENDENDO A FORMAÇÃO EM PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Compreender gênero em perspectiva interseccional me permitiu desnaturalizar as posições que os diferentes sujeitos ocupavam nas escolas, além de entender que as relações de poder que se dão nesses espaços apresentam múltiplas dimensões, possibilitando considerar tanto as estruturas conservadoras presentes nas escolas, quanto as experiências de resistência na atuação das diferentes atrizes.

Para Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade se define por aquela que:

[...] busca capturar as consequências

estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A perspectiva interseccional permite perceber como os marcadores sociais da diferença, se imbricam na produção de discriminações e opressões. Bem como aprofunda ainda mais a crítica às percepções binárias de gênero, possibilitando vislumbrar não somente a mulher como sujeito universal, mas compreender que no jogo das intersecções entre os marcadores, a opressão atinge também outros sujeitos.

Para Shields (2008), considerando o processo de identificação social do indivíduo, cada uma das categorias de identidade interseccionadas tem seu significado relacionado aquela outra com a qual está em intersecção, essas são formadas e mantidas a partir de um processo dinâmico, em que o próprio indivíduo está ativamente engajado.

As categorias de identidade passam a ser vistas como auto evidentes ou básicas através da perspectiva de outras categorias e, dessa forma, são vistas como naturais (SHIELDS, 2008).

O processo de construção das identidades sociais ocorre nessa articulação imbricada de múltiplas categorias identitárias, portanto, essas categorias vão sendo acionadas, revisitadas e recriadas à medida que nos relacionamos com xs outrx e com o mundo que nos rodeia.

Todas essas categorias, em relação interseccional, influenciam na forma como nós nos percebemos, como somos percebidos pelxs outrxs e como nós nos situamos no jogo das opressões/privilégios sociais.

É importante compreender que a interseccionalidade não cria apenas opressões, cria também oportunidades, portanto, uma posição interseccional pode encontrar-se em desvantagem em relação a um grupo, mas em vantagem em relação a outro (SHIELDS, 2008).

Pensar interseccionalmente é buscar compreender a fluidez e a multiplicidade com que os sujeitos sociais produzem as complexas relações com a sociedade em que estão inseridos; é romper com a ideia naturalizada e essencializada de identidade social, percebendo as dinâmicas articulações entre os diversos marcadores da diferença na constituição identitária, influenciando nas posições assumidas pelos indivíduos e pelos grupos.

Considerando as relações interseccionais entre gênero, sexualidade e raça, busquei compreender as complexas dinâmicas que influenciam a efetivação dessas temáticas no trabalho pedagógico de quatro professoras, tomando os relatos das suas experiências de formação com as referidas temáticas como foco.

Tendo as experiências das professoras como ponto de partida das análises neste trabalho, tomei como referência a perspectiva da experiência em hooks (1990, 2000,

2013) quando compartilha sua estratégia pedagógica em sala de aula. Segundo a autora (2013, p. 114): “Essa estratégia pedagógica se baseia no pressuposto de que todos nós levamos à sala de aula um conhecimento que vem da experiência e de que esse conhecimento pode, de fato melhorar nossa experiência de aprendizado”.

Na epistemologia feminista negra, na qual a teoria de hooks (1990, 2000, 2013) se assenta, a discussão tem como ponto de partida as vivências dxs envolvidxs no processo e tem como fundamento teórico-metodológico o diálogo, a valorização da fala dos sujeitos e o acolhimento afetivo da presença de todxs.

Nessa abordagem as “falas” - da pesquisadora e dos sujeitos da pesquisa - estão em diálogo mútuo, possibilitando um compartilhamento de experiências vividas que permitem compreender múltiplas e dinâmicas realidades pedagógicas.

Para Collins (2000), diferente da Ciência e da Filosofia Clássicas, nas quais o conhecimento é fruto da iluminação, da visão, do ato de enxergar; na Epistemologia Feminista Negra é resultante do falar e ouvir, do diálogo que articula duas dimensões: wisdom (sabedoria), oriundo da experiência vivida e knowledge (conhecimento), adquirido ao longo do percurso acadêmico das intelectuais negras.

O falar e o ouvir no diálogo encerra a expressão de duas subjetividades que estão em interação, uma relação em que umx se coloca à disposição dx outrx, se abre ao que x outrx tem a dizer. Nesse sentido, o diálogo é uma ação de empoderamento daquelxs que falam e que são ouvidxs. O diálogo pressupõe o movimento de ir e vir da palavra, do relato da experiência daquelx que conhece a realidade que viveu.

Ao considerar o falar e o ouvir como elemento equalizador da produção do conhecimento, a Epistemologia Feminista Negra permite repensar a dicotomia hierarquizada entre sujeito e objeto de conhecimento, além daquela que separa teoria e prática.

2 | TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS: INTERSECCIONANDO GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA?

Tereza é gestora e o seu plano de ação foi pensado e organizado para ser executado junto com a professora de Filosofia. A temática trabalhada nesse plano foi, segundo a própria Tereza “[...] voltado na temática racial” (Entrevista realizada em 08.04.15).

Essa experiência foi determinante na qualidade do trabalho, visto que a professora de Filosofia estava trabalhando um conteúdo voltado para as discussões do mês da consciência negra na escola e a data 20 de novembro tem um simbolismo importante para o movimento negro brasileiro, pois celebra o dia da morte de Zumbi dos Palmares, um dos mais importantes líderes na luta pela liberdade das/os negras/os escravizadas/os no Brasil.

Esse saber, fruto da vivência pessoal e da experiência de militância de Tereza,

aliado ao seu conhecimento acadêmico, acumulado nas suas formações inicial e continuada, mediante os cursos dos quais participou, são características de uma produção acadêmica feminista negra, que não dispensa a sabedoria acumulada com as experiências de vida das pessoas, mas se assenta nelas para ampliar e criar outras possibilidades de conhecimento.

O plano de ação organizado por Tereza previa atividades de discussão de gênero e raça por meio das letras de música. A partir da articulação com a professora de Filosofia, o plano sofreu poucas alterações, pois precisava adequar-se também ao conteúdo tratado no programa.

Pela natureza da função que Tereza exerce na escola, a maioria dos projetos que ela organiza são operacionalizados pelas/os professoras/es, mas nem sempre o que é orientado acontece. Então, apesar de não estar envolvida diretamente com o trabalho de sala de aula, Tereza sempre dá um jeito de estar vinculada a esse ambiente. Por isso, mantém um projeto de leitura de histórias sobre o continente africano com as/os alunas/os do Ensino Fundamental Maior (6º ano), nos momentos em que xs colegas professorxs faltam ao trabalho ou xs alunxs estão em horário vago.

Apesar da falta de regularidade das ações, pois Tereza só está em sala de aula contando histórias sobre a África quando x docente falta ao trabalho e a turma está sem nenhuma atividade, o trabalho que desenvolve permite que xs alunxs acessem um conhecimento que comumente não está presente no currículo. Além do mais, Tereza articula esse conhecimento às questões de gênero, principalmente as noções de uma estética de cabelo crespo com as meninas, da religiosidade africana e afro-brasileira, de valorização etnicorracial.

Em virtude das barreiras que enfrenta para garantir que o debate de gênero e etnicorracial esteja presente no seu cotidiano escolar, além dos projetos que cria para que xa docentes de diferentes disciplinas possam operacionalizá-los em suas aulas, Tereza também imprime o recorte racial em todas as atividades que ela tem a responsabilidade de realizar.

Tereza conta uma dessas situações em que tinha de organizar uma homenagem à Nossa Senhora de Nazaré, por ocasião do Círio que é uma festa tradicional católica em homenagem a mãe de Jesus e que acontece no segundo domingo do mês de outubro em Belém do Pará, e ficou pensando em como fazer o recorte etnicorracial nessa atividade. Então, é a própria quem conta:

[...] o Círio aqui, eu organizo a questão da homenagem a Santa, ai eu fui lá dentro (pensava) como é que eu vou fazer? Que eu tinha de apresentar alguma coisa que fizesse o recorte racial. [...] Comecei (a) procurar quem é Maria. Aí achei o fio, a Maria de Nazaré, a padroeira da Amazônia; a Nossa Senhora de Aparecida e a Nossa Senhora de Guadalupe tem uma relação indígena. Nós separamos três crianças. Depois as crianças vão crescendo, eu tinha de apresentar as crianças pretas, as crianças pretas vão querendo mais e as crianças indígenas e as brancas tão lá. Todo mundo quer ser santa, né? (Entrevista realizada em 08.04.15).

Tereza não consegue parar de pensar em como dar visibilidade à questão racial.

Sua prática pedagógica é ‘inundada’ do seu compromisso com a equidade etnicorracial, principalmente em se tratando da questão negra. Suas ações na escola não ocorrem fora de suas vivências como mulher negra, militante do movimento negro. Por isso, o seu olhar de professora, gestora e orientadora do trabalho pedagógico de outrxs professorxs não concebe fragmentação entre os conteúdos tratados e as questões etnicorraciais; ela sempre estabelece conexões entre gênero e raça em suas atividades e orientações pedagógicas xs professorxs.

Nesse exemplo, vivenciado por Tereza, fica evidente que à medida que outras crianças têm a sua participação valorizada, além daquelas que comumente são visibilizadas, no caso, as crianças brancas, aumenta, a cada ano, o número de crianças negras e também aquelas que têm características indígenas, interessadas em participar como “santas”. Assim, o trabalho não exclui nenhuma criança, ao contrário, possibilita que todas compartilhem do espaço, da aprendizagem, da visibilidade.

“Todo mundo quer ser santa, né?”, mas dificilmente é possibilitado às crianças negras interpretarem papéis de protagonistas nas peças, nas dramatizações, nas danças, entre outras atividades de destaque na escola. Essa impossibilidade tem um impacto na forma como essas enxergam a si mesmas e como veem as outras crianças brancas. Fanon (1983) evidencia que o fato de não serem identificados positivamente nas histórias infantis provoca nas crianças negras uma autoimagem negativa, o que produz uma negação de si mesmo e uma identificação com a imagem positivada do branco dominador.

O trabalho de pesquisa de Silva (2001), sobre os estereótipos raciais nos livros didáticos, aborda exemplos extraídos dos mais variados livros utilizados pelas escolas brasileiras que desqualificam as crianças negras e as suas famílias. A pesquisadora analisou os livros didáticos *Ciranda do Saber* da 2º série, *Caminho Certo* da 3º série e *Aprenda Comigo* da 2º série, e evidenciou a presença dos seguintes elementos que desqualificam a identidade negra: a invisibilidade da diversidade de ocupações exercidas pelxs negrxs ou a sua subalternização em atividades profissionais com baixa qualificação e remuneração; x negrx como pouco inteligente, feio, sujo, pobre e mau; a predominância de apenas uma matriz religiosa, no caso a cristã; e, por último, x negrx como minoria (SILVA, 2001).

Portanto, a estratégia de Tereza em dar visibilidade positiva à negritude, oportunizando que a diversidade de crianças presentes no espaço escolar possa ter sua imagem representada positivamente ao ocuparem papéis de protagonistas em eventos organizados pela escola, possibilita romper com o ciclo vicioso de depreciação do lugar e da identidade negra na escola.

Da mesma forma, ao priorizar as crianças menores (6º ano do Ensino Fundamental) nos projetos que desenvolve, Tereza inicia desde cedo o combate ao destrutivo efeito que o racismo provoca em negrxs nas escolas, de modo restrito e na sociedade de forma mais ampla.

Tereza não consegue parar de pensar em como dar visibilidade à questão racial.

Sua prática pedagógica é ‘inundada’ do seu compromisso com a equidade etnicorracial, principalmente em se tratando da questão negra. Suas ações na escola não ocorrem fora de suas vivências como mulher negra, militante do movimento negro. Por isso, o seu olhar de professora, gestora e orientadora do trabalho pedagógico de outrxs professorxs não concebe fragmentação entre os conteúdos tratados e as questões etnicorraciais; ela sempre estabelece conexões entre gênero e raça em suas atividades e orientações pedagógicas xs professorxs.

Mas as atividades de contação de histórias que ela desenvolve com o projeto *Visitando o Continente Africano* também envolve xs professorxs de diversas disciplinas, na medida em que constrói com xs alunxs desdobramentos de atividades, cuja continuidade deve ser garantida por essxs professorxs. Como ela mesma relata:

[...] Quando eu vou para a sala de aula, aí, eu sempre trabalho, deixo um pedaço disso aqui, o fio da meada (diz à professora) – venha cá professora, olha eu fiz isso, o meu aluno fez isso, ele produziu esse material todo e corrija. E aí você já vai, você já vai pegar esse material dele. Eu já vou dizendo o que que ela vai fazer. – Você já vai pegar esse material aqui. O que você tá trabalhando? Ela diz – É isso, isso e isso. Dá pra fazer aqui nesse texto. [...] Aí eu vou deixando com quem? Com o professor que é o especialista da disciplina (Entrevista realizada em 08.04.15).

Essa dificuldade de compreender os diferentes conteúdos das disciplinas analisados sob uma perspectiva de gênero e/ou etnicorracial deve-se a quase ausência desse debate nas experiências de formação inicial de professorxs, mas também a uma organização curricular fragmentada, pois dificilmente há articulação entre as diferentes disciplinas que compõem os projetos pedagógicos curriculares e tampouco momentos coletivos de planejamento de atividades o que não significa, todavia, que viabilizasse o debate a que chamo a atenção.

A fragmentação de conhecimento, observada nas vivências de aprendizagem nas graduações, se reflete na prática pedagógica dxs docentes, principalmente, mas não exclusivamente, à medida que em que o nível de escolaridade avança. Isso se evidencia precisamente a partir do sexto ano do Ensino Fundamental, no qual cada disciplina é responsabilidade de docentes diferentes.

Além do envolvimento esporádico de algumxs dxs professorxs nos projetos, Tereza aponta duas colegas professoras que, como ela, lutam para construir uma educação escolar que inclua as relações etnicorraciais, as professoras de Ensino Religioso e de Matemática, que articulam uma produção pedagógica voltada para a discussão racial.

Com essas duas, o diálogo é mais fluido, visto que ambas são, como Tereza, mulheres negras ativistas do movimento negro.

Para elas, seja como fim ou meio, a temática racial faz parte do seu cotidiano pedagógico, do trabalho que desenvolvem na escola com xs alunxs e professorxs e elas mobilizam todo o seu arcabouço teórico e experiencial para a efetivação do trabalho na escola.

Mas o trabalho de Tereza e de suas colegas professoras de Ensino Religioso

e Matemática é para que a temática racial seja compreendida pelas demais colegas como eixo condutor dos conteúdos que desenvolvem em suas disciplinas, que se comprometam realmente com a temática, pois como relata Tereza: “[...] não quero que as pessoas dentro da escola, vejam o projeto como meu, nem da Sheyla, nem da Mariana, e só nós que tenhamos de encaminhar essa questão, porque nós somos pretas?” (Entrevista realizada em 08.04.15).

Na opinião de Tereza, a maior dificuldade em tornar esses debates parte do trabalho pedagógico de todos os professores é que a partir do momento que eles assumirem a responsabilidade em fazê-lo, vão descobrir muito sobre si próprios. Nas palavras de Tereza [...] A pessoa não faz isso porque na hora que ela fizer, ela não pode dizer assim ‘vocês’, ela vai ter que dizer ‘nós’, ela tá com medo de descobrir a cara dela. (Entrevista realizada em 08.04.15).

Nesse sentido, quando Tereza diz que: “[...] ela tá com medo de descobrir a cara dela”, para se referir à dificuldade de alguns dos colegas em se comprometerem com o debate das temáticas em suas salas de aula, expressa as resistências enfrentadas para fazer acontecer nas escolas uma prática pedagógica voltada à tematização de gênero e raça motivada pelo racismo estrutural o qual todos somos produto e reprodutores.

O fato é que o trabalho pedagógico que Tereza realiza nessa escola, juntamente com suas colegas, tem a medida de seu engajamento político de sua militância. A sua experiência como mulher negra tem influência direta na qualidade do trabalho pedagógico que realiza e no modo como envolve as colegas, além da sua competência técnica, considerando a compreensão que tem sobre seu trabalho e como pode, atuando como pedagoga, orientar as colegas docentes.

Tânia e Sônia trabalham na equipe de coordenação pedagógica da mesma escola em Belém pelo turno da manhã. Por ocasião do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), elas e mais uma colega que também fez o curso, apoiadas pela diretora da escola, resolveram produzir um plano de ação coletivo, considerando alguns episódios, as quais caracterizaram como *bullying*, ocorridos na escola em que atuam.

Sônia fala que “[...] foram elencadas uma série de atividades, que nós poríamos em prática formando um *link* com o que a gente tinha visto no curso né? Exatamente de casos, assim é [...] é específicos que nós pontuávamos em determinados alunos” (Entrevista realizada em 17 de abril de 2015).

De acordo com Tânia, os referidos por Sônia como “casos específicos” eram de alunos que estavam vivendo situações de discriminação sexual na escola por terem, segundo a Tânia “características homossexuais” que, se traduzem sob essa égide homofóbica pela atribuição de estereótipos sexuais.

Tânia fornece mais detalhes sobre a atividade para a execução do plano de ação proposto:

[...] A gente fez um trabalho em relação ao *bullying*, por que estava tendo muito é... Nós tínhamos alunos já nessa faixa etária que apresentavam é... É... Assim,

características homossexuais e eles estavam sofrendo realmente uma grande antipatia com os alunos e aí a gente achou assim, como também estava muito evidente a questão do *bullying* na mídia, em novelas, e tal, a gente aproveitou essa... Essa deixa pra já trabalhar isso daí. (Entrevista realizada em 17 de abril de 2015).

Primeiramente, destaco o fato de que as questões de gênero, sexualidade e raça serem tomados como “casos específicos” na escola. Essa compreensão sobre as temáticas limita-se a uma abordagem esporádica, apenas quando a equipe de coordenação pedagógica ou xs professorxs detectam algum problema específico e atuam com a intenção de resolver uma dificuldade imediata.

Nessa perspectiva, os conteúdos e conhecimentos trabalhados na escola não são articulados com o debate de gênero, tampouco tratados a partir da análise de gênero, sexualidade e raça; ao contrário, o que ocorre é uma interrupção abrupta do conteúdo estudado para tratar de um assunto que, da forma como é tratado, parece não ter relação nenhuma com o currículo.

Nesse aspecto, essa prática pedagógica é também o reflexo, no meu entendimento, de uma formação inicial, na qual os diversos conhecimentos do currículo são fragmentados e não transversalizados com as temáticas de gênero, sexualidade e raça.

Há outro aspecto desses relatos que me remete a um elemento fundamental na existência do debate sobre gênero, sexualidade e raça dentro do feminismo negro e que considero fundamental nas práticas pedagógicas nas escolas, que denominado por Collins (2000) de saber (*wisdom*), já referido anteriormente, que é fruto das vivências pessoais e coletivas da educação não formal e que são fundamentais para a formação e prática como professoras/es.

As experiências de vida (na família, na comunidade, entre outros), articuladas as nossas vivências acadêmicas/escolares, têm grande influência nas escolhas que fazemos, sejam profissionais, pessoais, amorosas; na forma como vemos o mundo e nos relacionamos em sociedade. Isso, em grande medida nos forja individualmente e profissionalmente.

No que tange ao debate sobre gênero, sexualidade e raça nas experiências pedagógicas das professoras Tânia e Sônia, não posso deixar de considerar as suas vivências de formação acadêmicas e, igualmente, as vivenciais. Ambas as professoras são mulheres brancas, heterossexuais, socializadas num meio católico, não acumulam nenhuma vivência com movimentos sociais e, antes do GDE, não haviam tido nenhuma formação com as temáticas, bem como depois do curso.

Ambas tiveram poucas oportunidades de se aprofundarem no debate com as temáticas de gênero, sexualidade e raça e, certamente, a pouca familiaridade das professoras com estas influenciará na qualidade e na profundidade do trabalho pedagógico desenvolvido na escola.

O desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade na escola pressupõe formação inicial e continuada de qualidade, com profundidade teórico-

prática, considerando tanto os conhecimentos específicos para o exercício profissional quanto os conhecimentos mais gerais, fundamentais à atuação desses professorxs no ambiente escolar.

As temáticas de gênero, sexualidade e raça se inscrevem no contexto desses conhecimentos mais gerais que atravessam o trabalho pedagógico na escola, mas são fundamentais para efetivar e ampliar a aprendizagem dos alunxs. Assim, como os demais conhecimentos específicos e gerais presentes na formação inicial e continuada de professorxs, eles precisam ser dominados com aprofundamento necessário para uma efetivação qualitativa.

A falta de qualificação de docentes, gestorxs e coordenadorxs para o debate, pode significar dificuldades para os alunxs em denunciarem as discriminações sofridas, dando uma falsa ideia de que não há conflito dessa natureza no ambiente escolar, provocando o acirramento das desigualdades na escola.

Para Sônia, a forma de abordagem do problema foi a discussão sobre *bullying*, que era “do convívio deles”, dos alunxs.

Para Carvalho (2007), tomar o termo genérico *bullying* para se referir à problemática da discriminação de gênero, racial e sexual, contribui como elemento que invisibiliza o racismo, o sexismo e a homofobia que são os motivadores para esse tipo de violência.

Evita-se o debate sobre gênero, sexualidade e raça porque há o risco de se perceber como parte dessa engrenagem que mantém e reforça privilégios sociais, questão evidenciada também nas resistências presentes na escola de Tereza.

Abordagens que levam a práticas pedagógicas que simplificam um debate complexo evitam o confronto de ideias e, com pouca ou nenhuma fundamentação teórico-prática, fica evidenciado no relato de Tânia, a marcação dos limites na forma como o Grupo de coordenadoras pedagógicas da sua escola tratou (trata) as questões de gênero, sexualidade e raça.

Uma ideologia presente no relato de Tânia e muito comum nos discursos sobre as relações etnicorraciais no Brasil, é aquela que preconiza uma democracia racial, onde todos são iguais e têm as mesmas oportunidades. Por isso, Tânia afirma: “[...] Isso pra mim independe, tanto faz ser azul, branco, preto, bolinha, estampado, florzinha, quadriculado, pra mim isso não é o caso. Pra mim são todas as pessoas são iguais a mim, o que tem só é uma pele que passou do ponto [...]” (Entrevista realizada no dia 17 de abril de 2015).

Vale ressaltar que as condutas de Tânia e Sônia na escola não são isoladas ou pessoais. Primeiro, há de se considerar que estão articuladas a um projeto hegemônico de sociedade que articula gênero, sexualidade, raça e classe, que teve início com a expansão colonial europeia, cujos efeitos sentimos, ainda hoje no que Quijano (2000) denominou de “padrão mundial de colonialidade de poder” o qual se faz presente nas estruturas de saber e poder que mantêm privilégios masculinos, brancos, heterossexuais e de classe média e alta (CURIÉL, 2007).

Em segundo lugar, esse projeto hegemônico articula estratégias para manter-se em instituições sociais, tais como: a escola. Essa tem papel importante como espaço de circulação desse saber/poder. Mas, vale destacar, que no espaço das escolas também circulam saberes que se configuram pontos de resistência ao poder hegemônico e que não estão focalizados, necessariamente, nas ações pedagógicas dos professorxs, gestorxs e coordenadorxs pedagógicxs.

Em um de seus relatos, Tânia mostra todo o seu receio em tratar com a temática racial num conflito que envolve duas irmãs negras e uma terceira criança, cuja cor Tânia não revela em seu relato. É Tânia quem melhor esclarece o episódio:

[...] Ela (uma das irmãs) brigou com a outra coleguinha, né. Ai ela foi no banheiro molhou a toalinha dela, de mão e na hora da discussão, ela deu de toalha molhada no rosto da outra coleguinha, porque a outra coleguinha tinha chamada de preta pra irmã dela né. Então, na hora do recreio, ela se vingou dela, e ai eu trouxe ela pra coordenação, né. Pra ralar com ela, pra chamar atenção por que isso não se faz: – você ia gostar que fizesse isso na sua irmã? E tal, tudo o que ela, como eu digo assim, mais como mãezona que a gente age. Mas eu, como branca desse jeito, né. Na hora que, como eu já, a gente tinha é investigado e detectado que a... O maior preconceito tava na família dela mesmo, ai eu fiquei com receio deles me acusarem de racista, né. E ai eu, chamando atenção dela, ela sentada do meu lado, eu digo – agora você vai ficar sentadinha aqui, repetindo tudo o que eu falei pra você e, na mesma hora veio esse... Esse pensamento e eu digo (pensa) – meu Deus do céu a família tem preconceito em relação a elas mesmo que são negra, imagine se elas verem que eu como coordenadora branca, eu vou, tô ralhando com ela, eles nunca vão entender que eu tô tentando (fazer) ela refletir sobre o erro que ela cometeu, né? (Entrevista realizada no em 17 de abril de 2015).

A situação descrita por Tânia seria bem comum, na medida em que mostra duas crianças que se desentendem, uma delas é negra e age de forma violenta por ter sido ofendida racialmente e é levada, somente ela, a “conversar” com a coordenadora pedagógica.

Como me referi, a situação seria muito comum se não fosse por alguns elementos que destaco como focos de resistência ao racismo na escola. O primeiro elemento de resistência foi a ação de defesa da irmã que foi xingada de preta pela colega, denominada como vingança por Tânia.

Não sou favorável que uma criança agrida outras por qualquer razão, mas o fato é que para Tânia, como coordenadora pedagógica que representa a instituição escolar, o xingamento sofrido pela irmã da acusada foi atenuado, na verdade não foi nem considerado.

Cavalleiro (2003), destaca o quanto as ofensas raciais são minimizadas ou invisibilizadas dentro do ambiente escolar, e acredito que as duas crianças negras, vítimas de ofensas raciais, provavelmente já haviam reclamado para a professora na classe ou mesmo para a coordenação pedagógica. O ato violento de bater com a toalha, é um ato de resistência porque revela o racismo na escola que muitos negam a existência, mesmo com as estatísticas de evasão e repetências demonstrando o contrário se fosse assim relacionado.

Outro foco de resistência é expresso por parte da família, que ficou implícito na

avaliação, a meu ver, equivocada de Tânia, é que eles não sabiam lidar com a sua negritude, provocando o cuidado por parte da coordenadora pedagógica em tratar do caso. Isso obrigou-a, igualmente, a cogitar se não poderia estar sendo racista, se não como poderia ser acusada pelos pais da aluna de racismo?

Tânia e Sônia não produziram nenhum projeto de ação, além da ação sobre o *bullying* com a turma do sexto ano. No geral, as suas atuações, considerando a articulação gênero, sexualidade e raça, se fazem no cotidiano por meio de conversas que acontecem no sentido de *dirimir os conflitos*. E dirimir os conflitos significa nesse contexto chamar xs alunxs envolvidxs em situações de desentendimentos para conversar na sala da coordenação pedagógica da escola ou ir até a sala destxs conversar sobre o assunto com todxs xs alunxs da turma.

Nos dois exemplos relatados pelas coordenadoras, como ações que debateram as temáticas da sexualidade e de raça, observo um desvio para um assunto em pauta na mídia – o *bullying* - na intenção em trazer à tona a discussão dos temas em virtude da falta de aprofundamento e por uma concepção ainda muito marcada pelo preconceito de gênero e racial.

Vanessa se auto declara lésbica, parda e exerce a função de professora de educação física em escola municipal e estadual no município de Castanhal, me relatou como conduz seu trabalho pedagógico com gênero, sexualidade e raça. Seja de forma planejada ou não. Vanessa vem trabalhando há algum tempo com essas temáticas, relacionalmente. No relato a seguir, ela exemplifica uma das formas de conduzir o debate em sala de aula:

[...] Um exemplo concreto, inclusive, eu trabalhei essa semana com isso, que eu costumo dar aula 7h da manhã, a minha primeira aula. Principalmente em Capanema, que é onde dou aula em contra turno, que as crianças precisam ir no turno contrário. E, portanto, elas (as alunas) não estão indo pra escola, elas (não) estão indo somente para aula de educação física. E então, a primeira aula de 7h, geralmente, geralmente não. A grande maioria das vezes, sei lá, uma turma de 20 alunos, aparecem 15 meninos e 2 meninas, que geralmente não vai todo mundo. E aí, eu comecei a perceber isso e aí fui fazer o questionamento, e aí as meninas falaram que não podem, porque de manhã cedo elas não, porque primeiro elas tem que fazer a faxina, fazer o almoço, cuidar do irmão, e somente depois elas podem fazer a educação física. E os meninos não, eles só acordam, às vezes, nem escovam o dente, já saem direto pra educação física. Então fiz essa intervenção, eu mudei o horário dessas alunas que eu achava (que) não podiam, que não poderiam ir, fiz essa intervenção, porque as meninas não podem chegar 7h, elas têm que primeiro cumprir suas obrigações como dona de casa e somente depois irem, ou nem irem, às vezes, porque, às vezes, a mãe acha que o menino tem que ir mesmo. Que acha tem que ir, que tem que jogar bola, que é jogar bola. Então, eu fiz essa intervenção porque, as meninas precisam ficar em casa, não podem ir pruma, pruma parte que é também, faz parte da educação física, não é mais atividade todo mundo sabe, ela é conteúdo curricular da escola. E porque a gente, a gente ainda vive nessa sociedade que ainda hoje, independente da faixa etária, seja de oito, nove, dez, onze, doze anos, as meninas ainda tem que ser obrigadas a ficar em casa, pra cuidar da casa. Aí a gente (fez) essa discursão, a partir daí, a partir dessa visão, dessa posição [...]. (Entrevista realizada em 26.06.15).

Vanessa conta como a estruturação e a organização do trabalho pedagógico, no

caso as aulas de educação física no contra turno podem se constituir em obstáculos para o acesso e a permanência com sucesso de meninos e meninas no ambiente escolar. Esses obstáculos estruturais que se expressam no acesso aos conhecimentos socialmente produzidos, nos instrumentos de avaliação da aprendizagem, nas metodologias de ensino, entre outros, têm implicações, a médio e longo prazo, na configuração de escolhas profissionais, habilidades para determinadas áreas, atuação no mundo do trabalho, valorização salarial que serão marcadas por gênero, raça, classe.

Os dados estatísticos sobre escolaridade no Brasil, considerando o dado sexo no relatório Estatísticas de Gênero (2014) tem indicado um aumento no número de mulheres nos níveis de escolarização mais altos (Ensino Médio e Superior), seja considerando o ingresso, a permanência ou a conclusão. O referido relatório aponta que, de acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, a ausência do nível de escolaridade do Ensino Médio pode levar a inserção precária no mercado de trabalho, aumentar as chances de desemprego e de empregos instáveis, inseguros e de baixa remuneração, especialmente para os jovens.

A formação inicial e continuada de professorxs precisa proporcionar experiências teórico-práticas que levem xs docentes a compreenderem que seu fazer pedagógico não é tão simples, está para além da ação de ensinar e aprender. Envolve relações complexas entre pessoas, visões de mundo e projetos de sociedade. Xs estudantes das graduações, principalmente das licenciaturas, pois são a elxs que são meu foco neste trabalho, precisam compreender que essa complexidade não cabe no currículo dos cursos de formação inicial de professorxs, precisam ser ampliadas a partir das experiências que são vivenciadas por elxs e seus alunxs, ao longo do seu exercício profissional.

Somada a intervenção pedagógica não planejada em sala de aula, Vanessa também procura garantir, planejadamente, que os conteúdos da disciplina educação física, a qual ministra, possam propiciar vivências em que alunxs experimentem atividades sem diferenciações de gênero. Ela me relatou uma dessas aulas:

[...] Na educação física é muito fácil a gente conseguir, a gente identificar o sexismo, o machismo, o preconceito, a discriminação. Aí essa semana também, eu fui propor uma atividade de um futebol de dupla, onde a dupla tem que ser uma menina e um menino. Onde as meninas geralmente não jogam bola, num universo, onde as meninas geralmente não praticam a vivência de jogar bola com os pés. (Entrevista realizada em 26.06.15).

A prática de separar xs alunxs por sexo para as aulas na disciplina educação física era muito comum até a década de 1990. Com as discussões do movimento teórico crítico na área da educação física na década de 80, marcado por produções acadêmicas que passam a questionar as bases filosóficas e os objetivos educacionais da educação física e, principalmente, o seu caráter de desenvolvimento de aptidão física, tem início o debate acerca da validade de manterem-se os sexos separados nas aulas (LOUZADA;VOTRE; DEVIDE, 2007). A principal premissa que fundamenta

os argumentos para a separação entre os gêneros nas aulas de educação física são as diferenças biológicas entre os sexos e, apesar dos inúmeros debates e trabalhos acadêmicos que foram produzidos desde a década de 80, essa prática ainda se mantém, mesmo nas turmas mistas, a partir das atividades diferenciadas para homens e mulheres.

Vanessa produz e também por sua própria história de vida, não abre mão de intervir nas situações que evidencia no interior da sua escola, tampouco na sua sala de aula por meio das atividades que propõem para xs alunxs. Mas revela que não encontra apoio, nem resistência por parte das/os colegas.

Segundo Vanessa, quando perguntei se conseguia mobilizar outrxs colegas a participarem do seu trabalho com gênero e sexualidade, respondeu:

[...] Não, com a escola não tem diálogo nenhum, eu não consigo. Aqui em Castanhal, eu consigo ter um pouco mais de abertura dentro da escola, por conta de outros funcionários, outros, vamos dizer, outros docentes. Eu ainda consegui dialogar sobre isso, então, o diálogo de gênero, sexualidade e raça é um pouco mais aberto. Aceito, na verdade, na verdade é mais aceito. Mas a questão pedagógica, de coordenação pedagógica, nenhuma. Não, não existe. Há proposta, há o planejamento da minha parte, mas não há um engajamento da coordenação, não há engajamento. Não se abraça o projeto ou o planejamento ou o plano de aula. Do maior pro menor, até chegar no plano de aula, não há. Vamos dizer, uma supervisão pedagógica. Não há engajamento, uma interdisciplinaridade, não há nada. Que diga, é somente eu! A professora Vanessa e os seus alunos, entendeu? Não há parte pedagógica, não há gestão, não há ninguém que se envolva, entendeu? É do menor para o maior e não do maior pro menor, entendeu? (Entrevista realizada em 26.06.15).

A maior dificuldade apontada por Vanessa para essa falta de apoio da escola para a implementação de um projeto coletivo que debata as questões de gênero e sexualidade é a forte presença da orientação religiosa cristã, tanto católica quanto evangélica/protestante. Ressalto que essa conduta de que a prática religiosa de matriz cristã que cria obstáculos para a vivência de qualquer conteúdo dentro da escola é contra a Constituição Brasileira que garante como liberdades laicas o ensino no Brasil, sem ter que impor nenhuma religião e suas práticas a ninguém e a nenhuma coletividade, constituindo crime.

Mas a dificuldade em implementar um debate laico sobre a temática do gênero e sexualidade na escola está relacionada, principalmente, a ameaça da hegemonia masculina, branca, heterossexual e de classe. Quebrar a regra do modelo heteronormatividade como natural abre precedentes para questionar outros cânones sociais conservadores do status quo social direta ou indiretamente ligados àquela.

Louro (2008, p. 23) afirma que a transgressão das normas e condutas sexuais e de gênero consideradas legítimas provocam uma desestabilização social em virtude de serem dimensões consideradas como “[...]‘essenciais’, ‘seguras’ e ‘universais’ – que não podem ser/não devem ser afetadas ou alteradas”. As experiências de transgressão no campo da sexualidade têm forte apelo político para a transformação social, na medida em que colocam em xeque esses e outros valores essencializados,

não é à toa que a resistência ao questionamento da heteronormatividade, se constitui num projeto social forte e amplo, pois ultrapassa as fronteiras nacionais e cuja escola é parte fundamental.

Mas Vanessa deseja que a sua escola tenha um projeto coletivo que introduza o debate, principalmente, sobre gênero e sexualidade no projeto pedagógico e a sua preocupação em chamar atenção dxs alunxs para a desigualdade produzida pelo machismo/sexismo e a homofobia ocorre, em grande medida, por ser lésbica. Apesar de relatar que tem muito boas lembranças como aluna, em seu tempo de escola. Vanessa relata sua experiência de vida e como essa tem influenciado sua conduta como professora:

[...] Eu estava pensando nisso desde que começou essa entrevista. Eu não vou poder te dizer com total convicção, mas talvez, a minha persistência no tema, no assunto, pra colocar no cotidiano dos meus alunos seja essa. A diferenciação do GDE pra minha vida pessoal ou a minha vida em geral, profissional, pessoal. Eu acho que talvez essa minha persistência é, eu não sei se a minha sexualidade me tornou uma pessoa mais acessível a tudo ou o fato de eu ser discriminada anteriormente, tenha me deixado mais é, acessível as coisas. É difícil só em relação aos alunos, enfim. Com a sexualidade diferente da convencional. Mas eu digo em relação as mulheres, a relação aos meninos, sei lá. Que são massacrados pelos meninos mais fortes, que sofrem bullying, que são órfãs ou que tem que moram com a avó, né. Ou qualquer outro, um menino, uma criança, um jovem, um negro que sofre discriminação, por ser negro, por ser pobre, por ser órfã, sei lá. Qualquer coisa que seja diferente da norma me chama atenção, independente da sexualidade. Independente de ser homossexual, a gênero, credo, classe social, entendeu? Então, eu não sei se a minha orientação sexual me tornou mais sensível a qualquer coisa fora do padrão ou se foi o justo o oposto, a experiência de dor, né? Tu tá entendendo o que eu estou querendo te dizer? Então, tudo, eu costumo dizer que tudo que for diferente, pode jogar pra mim que eu cuido, manda a brasa, eu quero, eu aceito. Mas com certeza, mas com certeza essa ligação é bem nítida. A persistência com o tema é por, exatamente por isso, por enxergar no meu aluno, de seis a dezoito anos e deixar a par, a par de tudo que eu já passei, mesmo sabendo, mesmo não tendo nenhuma recordação ruim em termos de escola. Eu não consigo ter uma recordação ruim da escola, em relação a minha sexualidade, não tenho por incrível que pareça. Eu tenho péssimas lembranças, da minha família, dos meus amigos ou dos meus falsos amigos, entendeu? Mas não da escola, da escola eu tenho ótimas recordações, eu adorava ir pra escola, eu nunca tive problemas na escola [...]. (Entrevista realizada em 26.06.15).

No seu extenso relato, Vanessa ‘deixa escapar’ que o que a move é “a experiência de dor” que experimentou por sua orientação sexual que rompem com o modelo heteronormativo. É por ela e pelas outras pessoas que compartilham a dor de serem discriminadas e tratadas com desigualdade, especialmente, as meninas/mulheres que transgridem fronteiras de gêneros. A busca da Vanessa a que me refiro, diz respeito não somente a desenvolver um trabalho pedagógico na escola em que trabalha, e sim, principalmente, um trabalho qualificado, visto que ela tem buscado formar-se continuamente, tendo a temática do gênero e da sexualidade como fio condutor.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar as estratégias, criadas por Tereza, Vanessa, Tânia e Sônia para a efetivação do debate com as temáticas de gênero e raça em suas práticas pedagógicas, observei que, apesar dos limites encontrados pelas professoras, o compromisso em efetivar os debates com as temáticas as leva a criar diferentes estratégias, que são operacionalizadas ora solitariamente, ora articuladas a , colegas de trabalho.

Entre as estratégias apresentadas pelas professoras, o trabalho com projetos é o mais frequente, justamente por se tratar de uma alternativa em se abordar o tema, aproveitando a sua relação com algum conteúdo específico tratado em determinadas disciplinas. Os projetos são operacionalizados em paralelo as disciplinas e, dificilmente, articulam todas as disciplinas, mas congregam aquelas que têm maior proximidade com as temáticas dos projetos.

Como ocorrem paralelamente as vivências específicas de determinadas disciplinas, os projetos não “atrapalham” o curso do que foi previsto como conteúdo para aquele período pelo docente daquela disciplina, há apenas uma adaptação desta ao tema desenvolvido pelo projeto. Este também permite a articulação de vários docentes de diferentes disciplinas que dialogam entre si (aquelas consideradas como de áreas afins), o que possibilita um trabalho parcialmente coletivizado do tema.

Outra característica dos projetos é que esses, comumente, são previstos pelo planejamento anual da escola. Há, inclusive, projetos que estão contemplados no projeto pedagógico da escola, como é o caso daquele que articula gênero e raça, desenvolvido na experiência da professora Tereza, uma das entrevistadas para este trabalho.

O tratamento dos temas de gênero e sexualidade, como eixo condutor dos conteúdos de uma disciplina, também foi uma estratégia de trabalho utilizada para garantir a efetividade dos temas na prática pedagógica. Essa forma de trabalho se efetiva, muitas vezes, quando o docente não consegue estabelecer parcerias com outros colegas da escola para um trabalho mais coletivizado das temáticas.

Tomar os temas de gênero e sexualidade como eixo condutor dos conteúdos da disciplina, não é somente uma alternativa para quando o docente tem dificuldades em coletivizar o trabalho com as temáticas, se constitui também numa possibilidade a partir do momento em que esse docente compreende que as relações de gênero e raciais, bem como a diversidade sexual, estão diretamente relacionadas com os conhecimentos que está tratando em sala de aula.

A professora Vanessa compartilhou comigo, em sua entrevista, como trata da questão de gênero e sexualidade como eixo de sua ação pedagógica. Segundo o seu relato na entrevista que me concedeu, o conteúdo e a organização de sua disciplina são completamente relacionados ao debate de gênero e sexualidade.

Ressalto a minha crença que a escola é marcada pelas relações de gênero, raciais e também pelas diversidades sexuais, portanto, o conhecimento socializado nas salas

de aula, mediante o trabalho pedagógico, está 'atravessado' por essas relações. As experiências de professorxs e alunxs estão engendradas pelos diversos marcadores sociais que se interseccionam e forjam lugares sociais para esses sujeitos. Portanto, essas experiências precisam se constituir em pontos de partida ou referências do conhecimento socializado nas práticas pedagógicas.

Todas essas estratégias, além de outras que são operacionalizadas pelxs professorxs, devem ser reconhecidas como alternativas positivas de práticas pedagógicas com as temáticas de gênero, raça e sexualidade no espaço da escola. Porém, não se pode perder de vista que essas práticas pedagógicas encerram os limites de uma formação inicial e continuada que pouco ou nada tem abordado sobre as temáticas.

Ao considerar as percepções acerca de gênero e raça que xs professorxs expressam em seus relatos, observo que esses marcadores não são compreendidos de modo interseccional. Há, entre algumas das professoras entrevistadas, a articulação entre alguns desses marcadores, como exemplo: gênero e raça ou sexualidade e gênero. Mas a compreensão de que esses diversos marcadores interagem e criam opressões diferenciadas para os sujeitos em sociedade, ainda, não se faz presente nos relatos dessas docentes.

Faz-se necessário também compreender que as experiências formativas que essas docentes relatam ter vivenciado com as temáticas, não permitiram a compreensão interseccional dos marcadores sociais de gênero e raça o que, de certa maneira, dificulta a compreensão relacional, desnaturalizada e complexa entre esses diversos marcadores, bem como na produção das desigualdades sociais.

Esse limite em compreender esses diversos marcadores – gênero, sexualidade, raça, entre outros – como interseccionais, se reflete diretamente na forma como se organiza e como se aborda as temáticas no trabalho pedagógico desenvolvido nas experiências das professoras entrevistadas.

A estrutura conteudista que fragmenta e hierarquiza os diferentes saberes presentes no cotidiano escolar, ainda presente nas falas das professoras também contribui para essa incompreensão da relação interseccional entre os diversos marcadores, na medida em que desvaloriza a experiência vivida como importante ferramenta de compreensão do mundo.

Nessa perspectiva, indico a necessidade de que os currículos dos cursos de formação de professoras/es precisam contemplar o debate interseccional de gênero com outros marcadores sociais - raça, etnia, classe, geração entre outros. Mas a presença desse debate nas formações iniciais e continuadas não podem desconsiderar as experiências das/os educadoras/es, visto que essas estão situadas dentro de contextos específicos imbricados em experiências interseccionais.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, M. P. de. **Violências nas escolas**: o “bullying” e a indisciplina. Rio de Janeiro: Observatório da Infância, 2007. Disponível em: <www.observatoriadainfancia.com.br>. Acesso em: 22 abr. 2014.
- CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- COLLINS, P. Black feminist epistemology. In: _____. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2000. p. 269-290.
- CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 10, p. 171-188, 2002.
- CURIEL, O. Crítica pos-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. Colonialidad y Biopolítica en América Latina. **Nomadas**, Bogotá, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos-Universidad Central, n. 26, p. 01-25, 2007.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983. (Coleção Outras Gentes).
- hooks, B. **Yearning** – race, gender, and cultural politics. Boston: South end Press, 1990.
- _____. Black women: shaping feminist theory & Feminism: a movement to end sexist oppression & the significance of feminist movement. In: _____. **Feminist theory**: from margin to center. New York: South and Press Classics, 2000. p. 0-42.
- _____. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.
- _____. Escolarizando Homens Negros. Tradução de Alan Augusto Ribeiro e Keisha-Khan Y. Perry. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 677-689, set./dez.2015.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- LOUZADA, M.; VOTRE, S.; DEVIDE, F. Representações de docentes acerca da distribuição dos alunos por sexo nas aulas de educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 28, n. 2, p.55-58, jan.2007.
- SHIELDS, S.A. Gender: An Interseccionalidade Perspective. **Sex Roles**, n.59, p.301-311, 2008.
- SILVA, A. C. da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação de Ensino Fundamental, 2001. p. 13-30.

MEMÓRIAS DE UM RECITAL DE PIANO: REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Giácomo de Carli da Silva

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
(Uergs)

Curso de Graduação em Música: Licenciatura
Montenegro – Rio Grande do Sul

Grupo de Pesquisa “Educação Musical: Diferentes
Tempos e Espaços” (CNPq/Uergs)

Cristina Rolim Wolffenbüttel

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
(Uergs)

Curso de Graduação em Música: Licenciatura
Montenegro – Rio Grande do Sul

Grupo de Pesquisa “Educação Musical: Diferentes
Tempos e Espaços” (CNPq/Uergs)

RESUMO: O artigo apresenta minha trajetória como estudante de Música e como um rapaz *gay*, que encontrou nesta Arte e em sua interpretação, uma forma singela de mostrar para a maior parte de minha família, amigos, colegas, alunos e conhecidos, a orientação sexual. Ao escolher a Música como profissão, foi possível encontrar o consolo necessário para a apresentação do modo de ser e de estar. Este encontro aconteceu durante o curso e, principalmente, no recital de finalização dos estudos musicais. Em particular, nessa apresentação artística, foram apresentadas diversas obras musicais, de variados compositores e, de uma maneira simples, familiar e delicada, entrelaçadas à

história da família e da Música, as questões sobre gênero e sexualidade foram apresentadas e compartilhadas com o público presente. Este recital foi organizado com a colaboração de colegas de outros cursos das Artes, incluindo atores, músicos e dançarinos, ajudando a criar esse espetáculo memorável.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Musical; Gênero; Sexualidade.

ABSTRACT: This article presents my trajectory as a music student and as a gay boy, who found in this Art and in his interpretation, a simple way to show the sexual orientation to most of my family, friends, colleagues, students and people of my knowledge. In choosing Music as a profession, it was possible to find the necessary consolation for the presentation of the way of being and being. This meeting happened during the course and, mainly, in the recital of finalization of musical studies. In particular, in this artistic presentation, several musical works were presented by various composers and, in a simple, familiar and delicate way, intertwined with the history of the family and Music, questions about gender and sexuality were presented and shared with the audience present. This recital was organized with the collaboration of colleagues from other arts courses, including actors, musicians and dancers, helping to create this memorable performance.

KEYWORDS: Musical education; Genre; Sexuality.

1 | CONTEXTUALIZANDO

Muitas vezes, a homossexualidade é considerada, historicamente, um ato imoral perante a sociedade. Nessa perspectiva, como estudante do Curso de Graduação em Música: Licenciatura, resolvi expressar minha identidade *gay*, através de um recital de piano.

Pelo fato de me sentir exposto a frases tais como: “quando tu arrumares uma namorada”, “tu tens de arrumar uma mulher trabalhadeira”, dentre outras, resolvi unir a Música a uma forma elegante e sincera, a meu ver, de expressar minha sexualidade. Essa maneira se traduziu na organização de um recital.

Para organizar esse espetáculo, construí uma relação entre a cronologia da História da Música com minha própria história familiar. Mesmo receoso, pois este tipo de espetáculo, ainda nos tempos atuais está sujeito a represálias, elaborei o recital, nomeando-o Recital Memorial. Trabalhei com atores, representando algumas das gerações mais antigas de minha família, tanto paterna, quanto materna. Além disso, utilizei filmagens que dispunha, apresentando diversos momentos vividos por mim e parte de minha família. Devo salientar que poucos membros da minha família sabiam de minha sexualidade. Este foi, portanto, outro desafio, além do inerente à *performance* artístico-musical.

No final do século XIX, época em que as gerações mais antigas de minhas famílias, De Carli e Silva, representadas no Recital Memorial nasceram, foi criado o termo homossexualidade, com vistas a identificar as causas desta patologia. Em 1892 surgiu o termo “homossexual” (VIEIRA, 2009). Anteriormente a essa época, desde os tempos antigos da história humana, homens se relacionavam com homens, e mulheres com mulheres (VIEIRA, 2009). Em algumas épocas e lugares, a homossexualidade era considerada como algo comum, como na Grécia Antiga, por exemplo. Porém, em outros lugares e épocas, a homossexualidade era tida como algo profano, a exemplo da Idade Média. Portanto, a homossexualidade está presente na vida e na cultura humana.

Cabe salientar que, ao tornar público este artigo, não se pretende instaurar ou preconizar uma verdade absoluta sobre a homossexualidade. Entretanto, entendo que esta seja uma forma de ser, e não é imoral. Concordo com Louro (2007), que opina:

Desprezar alguém por ser gay ou por ser lésbica é, para mim, intolerável. No entanto, na nossa sociedade, essa parece ser uma atitude comum, corriqueira, talvez mesmo “compreensível”. Conviver com um sistema de leis, de normas e de preceitos jurídicos, religiosos, morais ou educacionais que discriminam sujeitos porque suas práticas amorosas e sexuais não são heterossexuais é para mim intolerável. Mas esse quadro parece representar, em linhas mais ou menos gerais, a sociedade brasileira. Por isso, sinto-me autorizada a afirmar que a sexualidade ou as tensões em torno da sexualidade constituem-se numa questão que vale a pena colocar em primeiro plano. (LOURO, 2007, p. 203).

A partir de Louro (2007), e de minhas próprias concepções, entendo que “ser” gay, não é uma identidade que deva ofender as pessoas, pois se trata de uma forma de viver a vida do modo como se sente confortável e, principalmente, da maneira como se identifica.

2 | O RECITAL

O recital de piano levou, aproximadamente, um ano e um mês para ser planejado e ensaiado. A apresentação ocorreu no dia 1º de dezembro de 2017. Pensei em 14 interpretações musicais, intercaladas com vídeos e fotografias minhas e de minha família, abarcando as décadas de 1910 e de 2010. São focadas, neste texto, algumas das peças apresentadas.

Siedlecki (2016), em sua tese, investigou licenciandos em Música, tratando de questões de gênero, nas quais a mulher é objeto de pesquisa. A autora focou a inserção da mulher no meio da *performance* musical, objetivando saber as opiniões sobre instrumentos destinados a homens e mulheres. A presença de mulheres atuando como regentes também foi foco de análise da autora, através do questionamento dirigido aos entrevistados na pesquisa, tendo como foco suas opiniões sobre o que pensavam sobre uma manchete veiculada através de um jornal brasileiro, que afirmava: “A regente que roubou a batuta”.

Em sua análise, a autora deteve-se em torno de outras regentes, pois o caso não foi o único. Fazendo uma relação com meu recital de piano, uma das compositoras incluídas foi Francisca Edwiges Neves Gonzaga (Brasil/1847-Brasil/1935), mais conhecida como Chiquinha Gonzaga, que foi um marco na história musical brasileira, por ter sido compositora, maestrina e uma pianista muito à frente de seu tempo. Pelo fato de meu recital tratar de questões de preconceito quanto à homossexualidade e, pelo fato de Chiquinha Gonzaga ter vivido à época de meus antepassados, escolhi uma de suas composições para ser interpretada para esse momento de minha história familiar.

Pelo fato de meu recital tratar de questões de preconceito quanto à homossexualidade, e pelo fato de Chiquinha Gonzaga ter vivido à época de meus antepassados, escolhi a música “Gaúcho”, mais conhecida como “Corta-Jaca”. Esta música foi apresentada, pela primeira vez, no ano de 1895. A apresentação trouxe, por meio de uma apresentação artístico-teatral, meus ancestrais: Miguel Arcanjo De Carli (1878-1921) e sua esposa Maria Domenica Pioner (1880-1961), o casal Thomaz João da Silva (1871-1944) e sua esposa, Isaltina Francisca Calapati da Rosa (18??-1953). O primeiro casal são meus trisavós por parte de Mãe, e o segundo casal, meus bisavós por parte de pai. A apresentação ocorreu comigo executando a obra de Chiquinha Gonzaga ao piano, enquanto meus colegas faziam a encenação, representando as quatro pessoas, integrantes da família, caracterizados com o figurino da época, em uma

cena de dança. Juntamente à cena, fotografias dos antepassados foram projetadas, ao fundo do palco, oportunizando ao público o entendimento de como eram as pessoas daquela época. Ao todo, cinco casais foram apresentados no palco, sendo eles meus trisavós por parte de mãe, meus bisavós por parte de pai, e meus pais. Os dois outros casais, um tinha características heterossexuais e o outro homossexuais.

Na sequência do programa do recital, o último movimento da “Sinfonia nº 9, em Ré Menor, Opus 125 – Coral”, de Ludwig van Beethoven (Alemanha/1770-Áustria/1827), apresentada pela primeira vez no ano de 1824, em Viena/Áustria, foi executada apenas por mim, ao piano. O tema principal dessa obra de Beethoven foi apresentado logo após um trecho do casamento religioso de meus pais, ocorrido em 11 de julho de 1992. No vídeo, minha mãe, Ângela Maria Benetti de Carli da Silva (1965), apareceu sendo conduzida ao altar da igreja por meu avô materno, Orlando de Carli (1939-2013). Na cena, minha mãe é “entregue” a meu pai, Pedro José da Silva (1954), pelo meu avô materno, Orlando de Carli (1939-2013). Saliento que meu pai é negro, o que, na época, também significou, de certo modo, o rompimento de uma barreira étnico-racial. Como muitos relacionamentos entre pessoas brancas e negras, o relacionamento dos meus pais teve uma certa resistência de âmbito racista. Contudo, persistiram.

Cantei parte do canto dessa obra de Beethoven, traduzida da língua alemã (original) para a língua portuguesa, com adaptações que elaborei especialmente para a apresentação. Além de destacar a questão racial, a frase adaptada da tradução para o português da parte cantada do coro da “Sinfonia nº 9, em Ré Menor, Opus 125 – Coral”, “Todas as formas de amor serão iguais, onde tua suave paixão se repousar”, trouxe no texto musical todas as formas de amor, pois, como dito anteriormente, havia sobre o palco dois casais, além dos casais que representaram meus parentes mais antigos, e já falecidos na época do recital, e outro casal, meus pais. Além desses três casais, havia também um casal caracterizado como heterossexual, que representou o que minha família pensava para mim, e um casal homossexual, representado por dois rapazes, que revelou como se dá minha própria identificação.

Na sequência das peças musicais adaptei, também, a canção “O Xote das Meninas” (1953), de Luiz Gonzaga (Brasil/1912-Brasil/1989) e Zé Dantas (Brasil-1921-Brasil/1962), para “O Xote dos Meninos”, que foi interpretada por mim, ao piano, e com o mesmo colega que cantou a última peça musical do recital comigo, sendo ele na voz e ao acordeon. Além dos cinco casais e eu atuando no palco, havia mais um colega que teve como função virar páginas da partitura musical, ao piano. Além de exercer essa função, para não precisar ficar entrando e saindo do palco, e sim ficar durante todo o tempo do recital como os demais personagens, cerca de 60 minutos, sobre o palco, foi-lhe atribuído o papel de médico da família, para fazer parte da música a qual ele e a atriz que representava minha mãe interpretaram, parados ao lado do piano, a frase adaptada da música “O Xote dos Meninos”: - A Mãe leva ao “dotô” o filho adoentado.

Antes da interpretação e apresentação dessa canção adaptada, um vídeo de

poucos segundos, gravado no ano de 2001, por minha mãe, quando eu tinha sete anos de idade, foi projetado ao fundo do palco. Nele, eu apareço, à época de infância, brincando como uma menina, penteando os cabelos que criei na época com uma peça de roupa sobre minha cabeça. Nessa época, mesmo brincando de ser do gênero oposto, minha família jamais percebera minha identidade oposta ao comum, antes do ano de 2008, quando contei que sou *gay* à minha mãe. Eu tinha quase 14 anos de idade quando esse fato aconteceu.

Já à época do vídeo (2001), eu sabia que havia algo de diferente comigo, pois conforme fui crescendo e entrando na adolescência e na puberdade, nunca me senti atraído por meninas, mas sim por meninos. Mesmo que eu tentasse gostar de meninas, para não ser vítima de preconceito e humilhações, eu não conseguia mudar meu modo de ser.

Para concluir o recital, a peça musical que escolhi para fazer o encerramento foi a música “*Immortality*”, gravada em 1997 e lançada em 1998. A canção interpretada originalmente pela cantora canadense Céline Dion (1968), com os irmãos Bee Gees, em 1999 ganhou uma versão em português, chamada “Imortal”, lançada junto ao álbum “As Quatro Estações”, da dupla de irmãos Sandy e Junior. O refrão da canção de Sandy e Junior, Imortal, expressa a seguinte letra:

Eu cresci agora sou mulher

Tenho que encarar com muita fé, seria o bastante.

Eu vou seguir o meu caminho e te esquecer

Pensar um pouco em mim tentar viver, seria o bastante.

(SITE VAGALUME, 2018).

Essa canção foi interpretada por mim através da voz, e não ao piano, como nas demais 13 músicas do recital. Eu, juntamente com um de meus colegas, que fazia parte do casal *gay*, a interpretamos a duas vozes, enquanto o rapaz do casal heterossexual fazia o acompanhamento ao piano, e o outro rapaz do casal *gay*, que no cenário me representava, acompanhava ao violão. Para a execução dessa canção, a adaptação do refrão da letra foi a seguinte:

Eu cresci e agora sou um homem

Tenho que encarar com muita fé, seria o bastante.

Eu vou seguir o meu caminho ao lado dele

Pensar um pouco em mim tentar viver, seria o bastante.

Durante a execução dessa canção adaptada houve alguns erros rítmicos, a ponto do público ajudar para que eu, por sofrer de ansiedade quando me apresento artisticamente, não saísse mais do ritmo do que já havia saído, prejudicando a qualidade do trabalho.

No final, senti-me muito aliviado em conseguir realizar meu recital de piano desse modo, com esforço, comprometimento e, principalmente, com a ajuda dos colegas.

Os onze atores, meus colegas, que ajudaram muito no espetáculo, tiveram ações no palco, na recepção ao público, na gravação prévia do material a ser projetado durante o recital, nos bastidores, enfim, todo o trabalho não teria sido possível sem esta importante participação dos colegas dos cursos de Música, Dança e Teatro da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Do mesmo modo, a ajuda também ocorreu por parte de professores do curso de Música, de instituições que possibilitaram a realização do espetáculo cedendo seu espaço para os ensaios, bem como de outros colegas, cedendo suas residências e outros espaços físicos para a realização dos ensaios preparatórios do espetáculo.

3 | RESOLUÇÕES DO RECITAL MEMORIAL

Após o recital acontecer, todos vieram parabenizar a mim e meus onze colegas pelo feito, pois eles ajudaram, interpretando as passagens de minha vida com a música e os demais quatro colegas que cuidaram da passagem das imagens e vídeos, bem como da recepção aos convidados e filmagem do evento. Todos nós fomos elogiados e parabenizados.

Mesmo receando não ser muito bem aceito por algumas pessoas de minha família, o que, para mim, não importava - pelo fato de eu não estar fazendo nada de errado - ninguém deixou de conviver comigo por esse motivo.

Cheguei a convidar alunos de uma escola em que atuava na ocasião, por meio de um projeto de iniciação à docência (PIBID), da Uergs, porém a maioria não pode comparecer. Um fato ocorreu, antes da apresentação, e que se relaciona à presença do convite feito a esses alunos. No projeto inicial do recital havia uma cena em que meus colegas atores que interpretaram o casal *gay*, interpretariam um beijo. Esse beijo, um pouco longo, entre dois rapazes, ocorreria com a execução da Valsa Op. 39, n.º 15, em Lá Bemol Maior”, de Johannes Brahms (Alemanha/1833-Áustria/1897), ao piano, por mim. No entanto, após ponderar a respeito, optei por não realizar exatamente como estava pensado anteriormente, a fim de não causar estranhamentos e constrangimentos maiores, principalmente aos meus alunos. Dessa forma, o beijo longo foi trocado por um beijo bastante curto.

Ao final do recital observei que apenas um de meus alunos do 8º ano conseguiu comparecer ao recital. Mesmo assim, senti-me satisfeito com o resultado do evento, que teve a presença de cerca de oitenta pessoas. Para mim, o recital de piano foi uma forma livre de apresentar meus sentimentos, o que se expressou no palco.

Quanto à organização e ao ensaio do recital, um dos apontamentos levantados pelo próprio elenco, em uma avaliação posterior, relacionou-se às reuniões para os ensaios, pois os horários e as agendas pessoais de todos eram diferentes para cada integrante do elenco. Foi possível apenas um ensaio, ocorrido dois meses e meio antes de o recital acontecer, sendo que todos os onze atores, músicos e bailarinos

conseguiram, junto de mim, como o décimo segundo integrante do elenco, ensaiar a passagem do recital, no palco.

Por fim, posso dizer que este recital foi, realmente, memorável!

REFERÊNCIAS

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. n. 46, p. 201-218, dez. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46>>. Acesso em 29/12/2018.

SIEDLECKI, Vivian. *A diversidade de gênero e sexualidade na perspectiva de licenciandos/as em música*. 2016, 181 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/150804/001009610.pdf?sequence=1>> . Acesso em 29/12/2018.

SITE VAGALUME. *Imortal*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/sandy-junior/imortal.html>>. Acesso em 29/12/2018.

VIEIRA, Luciana Leila Fontes. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. *Revista Mal-Estar Subj.* Fortaleza. v.9, n.2, jun, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200006>. Acesso em 29/12/2018.

NOTAS SOBRE A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSGÊNERO NO ESPORTE

Fernanda Dias Coelho

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação Física e Desporto
Juiz de Fora - Minas Gerais

Ludmila Mourão

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação Física e Desporto
Juiz de Fora - Minas Gerais

RESUMO: O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura que contextualiza e problematiza a inclusão e permanência do atleta transgênero no esporte. Observa-se que nos últimos anos, a presença de atletas LGBTs vem aumentando significativamente e sabe-se que o esporte possui uma eficácia simbólica social que pode contribuir para a construção de novas identidades de gênero. Entretanto, por se tratar de um fenômeno que pertence ao binarismo (masculino/feminino), reflexo da organização da sociedade, o atleta transgênero torna-se um sujeito que “destoa” dos demais. Logo, esse sujeito é visto como “abjeto” carregado de valores e julgamentos negativos e preconceituosos. A heterossexualidade antes tomada como pressuposto compulsório tende aos poucos ser superada frente à incorporação de novas representações no esporte atual, independente da norma instituída em razão do sexo e da biologia. Percebe-se o atleta

transcendendo as barreiras (sexo/gênero) e desafiando a compreensão dos padrões estabelecidos, postulando a produção de outros sujeitos, que tencionam os modelos vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: Transgênero, Gênero, Esporte, Atleta.

ABSTRACT: The present study deals with a literature review that contextualizes and problematizes the inclusion and permanence of the transgender athlete in sport. It is observed that in recent years, the presence of LGBT athletes has been increasing significantly and it is known that the sport has a social symbolic efficacy that can contribute to the construction of new gender identities. However, because it is a phenomenon that belongs to binarism (male / female), a reflection of the organization of society, the transgender athlete becomes a subject that “distorts” others. Therefore, this subject is seen as “abject” laden with negative values and judgments and prejudices. The heterosexuality previously taken as a compulsory presupposition tends to be overcome by the incorporation of new representations in the current sport, independent of the norm established by reason of sex and biology. The athlete is perceived as transcending the barriers (sex / gender) and challenging the understanding of established patterns, postulating the production of other subjects, who intend the current models.

KEYWORDS: Transgender, Gender, Sport, Athlete.

TRANSGENERIDADE

A inclusão de atletas transgêneros no esporte nos últimos anos tem sido objeto de pauta de jornalistas, cientistas, ativistas, políticos e demais interessados. O tema está dentro do que os psicólogos chamam de transtorno de identidade de gênero, considerado um estado psicológico acompanhado de desconfortos persistentes com o sexo de nascimento. Por mais polêmico que seja, esta temática deve ser debatida em amplo espectro, principalmente, sob a perspectiva e apoio dos argumentos científicos e interdisciplinares. Entretanto, uma das dificuldades que o tema esbarra em relação a ciência, é a carência de trabalhos que possam fortalecer qualquer tipo de conclusão no meio esportivo.

Mesmo com as lacunas nas pesquisas, os transgêneros ganharam um espaço importante nos esportes em nível amador e também profissional/olímpico, uma vez que, em novembro de 2015, o Comitê Olímpico Internacional (COI) derrubou barreiras que dificultavam a participação desses atletas em competições de grande porte. Foram determinadas novas regras para aceitação de mulheres transgênero no esporte, sendo uma delas a exigência de que os níveis de testosterona sanguínea mantenham-se abaixo de 10nmol/L por, no mínimo, um ano, excluindo a necessidade de cirurgia de mudança de sexo. Para transgêneros masculinos, no entanto, não existem impedimentos, uma vez que a mulher que opta pelo sexo masculino não adquire vantagem física alguma.

Antecedendo a conceituação de “transgeneridade”, acredita-se ser necessário trazer alguns apontamentos do termo “gênero” para o texto, pois os estudos abordando esse tema são precursores do debate envolvendo a população LGBT, sigla que designa diversas minorias como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros”, visto que os ativistas acreditam que o termo “gay” não abrange todos aqueles que fazem parte da comunidade. Atitudes mudaram e a linguagem para orientação sexual e identidade de gênero também.

Diversos autores definem o termo “gênero” como uma maneira de analisar papéis “masculinos” e “femininos” que se tornaram hegemônicos na sociedade (JUDITH BUTLER, 2003; JOAN SCOTT 1995). Joan Scott, diz que “o gênero é uma estratégia pela qual as feministas começaram a encontrar uma voz teórica própria, além de aliados científicos e políticos” (1990, p. 14).

Desde a década de 1970 as ciências humanas e sociais foram marcadas pela progressiva incorporação do conceito de gênero (MARIA LUIZA HEILBORN; BILA SORJ, 1999). A distinção sexo/gênero foi se constituindo como ferramenta conceitual e política e representou um argumento decisivo nas lutas em torno dos direitos das mulheres. Nesse processo de diferenciação, o primeiro termo – sexo – remete

à natureza e, de maneira mais específica, à biologia, e o segundo termo – gênero – se refere às construções culturais das características consideradas femininas e masculinas (JOAN SCOTT, 1990).

Corroborando as considerações supracitadas, Letícia Lanza (2017) afirma que somente a partir do século XX, após as conquistas e o desenvolvimento dos estudos feministas e de gênero, as pessoas transgêneras começaram a assumir a sua identidade de gênero desafiando o sistema binário em vigor na sociedade. Atualmente, pode-se definir a palavra “transgênero” (*do latun trans = do lado oposto, além*) como a descrição do “comportamento da pessoa gênero-divergente, isto é, aquela cuja identidade e/ou expressão de gênero apresenta algum tipo de divergência, conflito ou não conformidade com as normas socialmente aceitas e sancionadas para a categoria de sexo em que foi classificada ao nascer” (LETÍCIA LANZ, 2017, p. 69).

Os primeiros estudos registrando e defendendo a especificidade do “fenômeno transexual” aconteceram em 1950, marcando o início da construção do “dispositivo da transexualidade”. Nesse momento, o termo “transexualismo” era a nomenclatura oficial para definir pessoas que viviam na contradição entre corpo e subjetividade, ainda visto como um estado de patologia, de acordo com Berenice Alves de Melo Bento (2006). Posteriormente, o termo foi substituído por “transexualidade”, e no DSM-V – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, publicado pela APA – *American Psychiatric Association*, em meados de 2013, passa a denominar o antigo GID – *Gender Indentify Disorder* como GID – *Gender Identify Disphoria*. Além disso, em 2018, a Organização Mundial de Saúde, eliminou a transexualidade da sua lista de doenças mentais, na qual as transidentidades, conceituadas como identidades sócio-desviantes ou transgêneras, eram listadas como transtornos mentais.

Embora essas alterações sejam significativas para as análises e as experiências vividas no contexto social atual, do ponto de vista prático, poucas são as modificações na dinâmica social de aceitação, visibilidade e inclusão da pessoa transgênera. Segundo Letícia Lanz (2017), a segregação, o desrespeito e a intolerância continuam presentes no dia a dia dessas pessoas, tanto nas relações familiares, interpessoais e grupais (hostilidades nas ruas, incompreensão doméstica, isolamento no trabalho, etc.) quanto na legitimação e legalização de seus direitos (tratamento amplamente desigual perante instituições públicas e privadas, impedimento do direito de escolha do gênero no ato da emissão de documentos oficiais, repressão ao exercício pleno de liberdade de expressão assegurada pela Constituição, entre outras). Interessante destacar que a referida autora é uma mulher trans ligada à área acadêmica, ocupando-se cientificamente pela temática. Em seu livro, “O corpo da roupa: uma introdução aos estudos transgêneros”, Letícia Lanz explica que seu processo de transição se deu tardiamente, justamente pelo enfrentamento de todos os aspectos que dificultam a possibilidade do sujeito trans se encaixar na sociedade.

Contudo, a presença dos atletas transgêneros nas arenas desportivas vem se tornando cada vez mais frequente, possuindo uma eficácia simbólica social que faz

repensar sobre a representação desse sujeito na sociedade e a construção das novas identidades de gênero. Além disso, o esporte é considerado um instrumento social, fato que permite ampliar a visibilidade desses atletas/sujeitos que fogem do padrão heteronormativo. Entretanto, podemos verificar também que esse atleta trans sofre com os reflexos da sua inclusão no esporte, por não pertencer às normas de gênero e regras sociais, ou seja, por não fazer parte do ideal social heteronormativo. Sobretudo a atleta transgênero mulher que, historicamente, tem a sua força física questionada nas arenas esportivas.

No caso do sujeito trans, a questão da diferença é marcada no âmbito esportivo pelo binarismo (masculino/feminino) presente nas categorias, reflexo da política de gênero compulsória de organização da sociedade. Nessa esteira, as instituições esportivas pautam suas organizações por meio de separações entre homens e mulheres nas competições, contribuindo para a reafirmação das diferenças biológicas entre os sexos como aquelas que definem os espaços sociais e esportivos.

Entretanto, verifica-se também que as identidades de gêneros pertencentes ao binarismo, antes tomadas como “verdadeiras”, tendem a ser aos poucos tensionadas pelas novas identidades emergentes, tal como a transexual. Assim, percebe-se o sujeito/atleta transitando entre as fronteiras (física, de sexo/gênero, sociais) que desafiam a compreensão dos padrões estabelecidos e postulam a produção de outros e novos sujeitos, fora das normas identitárias instituídas (na sociedade e no esporte), que pressionam os modelos vigentes (CLAUDIA KESSLER, 2015).

Portanto, o/a atleta trans ao se tornar um sujeito que “destoa” dos demais atletas, torna-se também um sujeito “abjeto” no meio esportivo, uma vez que não corresponde às expectativas sociais do gênero ao qual pertence. Judith Butler (2010) explica tal fato pela questão da performatividade produzida pelas práticas reguladoras de coerência de gênero. No meio esportivo torna-se evidente que os corpos dissonantes dos transgêneros vão contra a construção de gênero materializada nos corpos e construída socialmente. Logo, tornam-se corpos e sujeitos abjetos no âmbito do esporte, pois rebatem as normas presentes na sociedade.

Apesar de a população transgênera vir se mostrando presente no esporte do Brasil e do mundo, poucos estudos buscam investigar os processos de inclusão desses sujeitos no esporte. Nesse sentido, a escassez de estudos se configura como uma realidade a ser superada.

A partir desse contexto, Jéssica Leite Serrano et al. (2017) realizaram uma revisão sistemática com o objetivo de verificar os estudos envolvendo sujeitos transgêneros nas publicações da Educação Física. De acordo com os autores, verificou-se a predominância de estudos sobre aspectos biológicos e psicológicos, que tratam a transgeneridade como uma patologia. Por outro lado, os pesquisadores verificaram também um crescimento de produções que analisam essa temática, apresentando algumas em que os estudos se interseccionam com a construção sócio histórica da transexualidade, as políticas e políticas de saúde, e as questões de identidade de

gênero. Dessa maneira, pode-se inferir que ainda são raros os estudos que envolvem pessoas transgêneras dentro do contexto esportivo e suas implicações na inclusão desse sujeito no esporte. Dessa maneira, faz-se relevante uma análise das formas de acesso a algumas modalidades esportivas do sujeito trans (aquele designado como pessoa transgênera, seja ela transexual, andrógine, travesti, crossdresser, dragqueen, etc.) ao longo da história recente, que é o que este capítulo se propõe a apresentar.

TRANSGÊNEROS: IGUALDADES, DIFERENÇAS E DESIGUALDADES

Travestis e transexuais são populações que carregam uma imensa carga de preconceitos sociais, uma vez que não se encaixam na normatividade sustentada pela sociedade vigente, frustrando as expectativas culturais de que a identidade de gênero é um determinismo inexorável da biologia (LETÍCIA LANZ, 2017). Por serem considerados sujeitos não binários, que não se identificam como homem ou mulheres, são considerados transgressores e essa condição acaba por colocá-los à margem da sociedade.

Assim, Ângela Lopes (2016) afirma que as precariedades da realidade social da população, especialmente para as pessoas trans, estão presentes em todas as esferas e fases de suas vidas, tanto nas relações familiares, escolares, no mercado de trabalho, no acesso aos serviços públicos, quanto na própria condição de existir. A autora aponta que o déficit de políticas públicas para a população trans se dá em virtude da transfobia estrutural, processo visto como ato de discriminação e ato de violência contra a população de transexuais, travestis ou transgêneros.

Embora poucos sejam os estudos sobre os transgêneros no Brasil, grande parte deles estão voltados para os sujeitos transgêneros oriundos de classes socioeconômicas mais próximas à base da pirâmide social (em razão da sua exposição ao mercado do sexo). Observa-se que para os sujeitos trans que se encontram em classes econômicas intermediárias a transição é sempre um processo de graves perdas financeiras, ilustrando uma maneira de a sociedade expressar o seu repúdio e punir à transgressão de gênero que foi praticada (LETICIA LANZ, 2017). A autora acrescenta que a penúria e a indigência financeira são queixas comuns entre pessoas transgêneras de estratos econômicos menos favorecidos, como é o caso da maioria das travestis de rua. Sem o apoio da família, a falta de oportunidades no mercado de trabalho faz com que as travestis se inclinem para a prostituição, de onde passam a tirar a sua sobrevivência.

O reconhecimento (parcial) do nome dos indivíduos transgêneros é a ilustração do contexto político brasileiro quanto às políticas públicas destinadas a essa população. Berenice Alves de Melo Bento (2014, p. 166), em seu estudo sobre sujeitos transgêneros, apresenta como as políticas do nome social desvelam a forma que “as elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual se apropriam da

estrutura do Estado para frear e impedir a ampliação e a garantia de direitos plenos das populações excluídas”. Portanto, embora reconhecidos legalmente as identidades dos sujeitos trans na sociedade, torna-se fundamental a efetivação de outros direitos (como saúde, educação, trabalho, vida digna, livre circulação e não discriminação) (TAMARA ÀDRIAN, 2010).

Tamara Ádrian (2010) cita a declaração de Idah, apresentada no Congresso Internacional de Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero, de 15 de maio de 2009, na França, como precursora da luta internacional pela despatologização das identidades transgêneras. O documento denuncia que, ao redor do mundo, os direitos das populações transgêneras são cotidianamente violados em virtude da “ignorância, preconceito, medo ou ódio”.

Dessa maneira, percebe-se como a criação de espaços institucionais por meio de políticas públicas específicas para transgêneros ainda é marcada por um paradoxo de diferença, pois, na medida em que atende uma demanda legítima por reconhecimento de uma diferença cultural e historicamente negligenciada, acaba por circunscrevê-la numa espécie de gueto, produzindo então um isolamento dessa população.

Diferentemente do que vem acontecendo com o sujeito trans na sociedade, Joan Scott (2005) afirma que a diferença que marca um grupo social não deve ser mobilizada como forma de produção de desigualdades, transformando minorias em estereótipos e/ou apagamento de singularidades. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos para as minorias. Portanto, o reconhecimento e a visibilidade do indivíduo trans não se dá dessa maneira retratada por Scott.

A diferença tem sido representada como traço fundamental ou natural de um grupo enquanto norma padronizada. Pode-se perceber tal fato a partir do momento em que surge a necessidade do reconhecimento das identidades transgêneras, não podendo se dar através de padrões cisnormativos que limitem, excluam ou marginalizem as possibilidades de constituição de subjetividade e modos de vida transgêneros.

A cisgeneridade é entendida por Viviane Vergueiro (2016) como um eixo que constitui uma matriz de práticas repetidas que todas as pessoas são impelidas à performar na produção de coerências e evidências acerca do sexo e também como “um conjunto de dispositivos de poder colonialistas sobre as diversidades corporais e de gênero, sendo tais dispositivos atravessados por outras formas de inferiorização, marginalização e colonização interseccionais” (VIVIANE VERGUEIRO, 2016, p. 72). O funcionamento dessa matriz, argumenta a autora, exige que certos tipos de identidade não existam ou sejam tidos como inviáveis. Dessa forma, há uma relação intrínseca entre a produção de coerências por essa matriz cisnormativa e a exclusão (constitutiva) das transgeneridades, relação esta que produz efeitos de abjeção e subalternidade sobre as identidades ininteligíveis.

Judith Butler (2005) e Carla Rodrigues (2013) afirmam que a política possui a

tarefa de esgarçar as separações que geram exclusão e violência, promovendo uma democracia radical como instrumento de enfrentamento da violência de Estado, maior e mais aguda, contra gêneros não inteligíveis na ordem normativa. Para que ações políticas não excludentes e violentas sejam efetivas, faz-se necessário compreender a noção de igualdade.

De acordo com Joan Scott (2005), a igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração. Robert Roswell Palmer, escrevendo no *Dictionary of the History of Ideas*, assim dispõe: “A igualdade requer um ato de escolha, pelo qual algumas diferenças são minimizadas ou ignoradas enquanto que outras são maximizadas e postas a se desenvolver”.

Corroborando, Nancy Fraser (2007) explica que é necessário romper com o modo como se dá o reconhecimento das diferenças/identidades. Segundo a autora, o reconhecimento das desigualdades não se dá da mesma maneira que a distribuição dos direitos, a qual é feita para os grupos identitários dominantes. No âmbito da transgeneridade, visto o atual contexto das políticas públicas e a precariedade de vida desses sujeitos, percebe-se que, embora esse grupo seja reconhecido, seus direitos ainda não correspondem aos daqueles sujeitos que fazem parte da cisnormatividade e heteronormatividade (dominantes).

Dessa forma, Judith Butler (2005) afirma que articular os reconhecimentos da vulnerabilidade dos corpos (transgêneros) com o problema da democracia, torna-se uma estratégia de entrelaçar o embate sobre a ampliação de direitos que a autora acredita estar presente no que se pretende ser um governo democrático. Em outras palavras, a sustentação do conceito de democracia, com todas as suas complexidades, é uma forma de operar a democracia, torcê-la, retorcê-la, a fim de enfrentar seus paradoxos e atender as minorias sociais.

É possível perceber que a população transgênera encontra-se num momento de melhor consideração da sua identidade por meio do reconhecimento das diferenças. No entanto, observa-se que os direitos e aspectos éticos estão distantes de se equipararem aos dos grupos dominantes, o que reflete uma forma precária de vida (JUDITH BUTLER, 2018).

Nesse sentido, sendo o esporte um instrumento social de massa que reproduz o binarismo de gênero, da mesma maneira que é feito na sociedade, o atleta transgênero vem passando pelas mesmas dificuldades de se inserir e permanecer. Ou seja, esse/a atleta encontra obstáculos para se incluir enquanto pessoa trans por falta de políticas públicas que o reconheça como sujeito singular no meio esportivo.

DIFICULDADES DE INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSGÊNEROS NO ESPORTE

Diversas pesquisas sobre as identidades transgêneras realizadas no Brasil nas últimas décadas vêm demonstrando um esforço significativo para a compreensão de como a transgressão de normas binárias de gênero se encaixa e é tratada na nossa sociedade. No entanto, conforme afirma Letícia Lanz (2017), o transgênero vem sendo estudado de modo fragmentado e bastante despolitizado, muito mais como simples consequência da homossexualidade do que como fenômeno sociológico de desvio das normas de conduta de gênero: transgressão essa que gera o estigma e todo o elenco de sanções negativas a que a pessoa transgênera está submetida na nossa sociedade, como vimos anteriormente neste capítulo.

Nesse sentido, aproveito a oportunidade para trazer à discussão a questão da presença do sujeito transgênero no esporte amador e profissional. Historicamente, no campo esportivo, a primeira atleta ícone transgênera foi a tenista Renée Richards. Nos anos de 1970, ocorreu sua estreia nas quadras, vindo a se tornar uma das top 20 nos Estados Unidos da América. Renée teve que recorrer à justiça para competir com outras mulheres, o que não acontece em outros espaços sociais nos quais as transexuais prescindem desse dispositivo. Tal fato indica o quanto o esporte é um espaço que não apenas reproduz as diferenças de gênero e de sexo, como produz a lógica da diferenciação (WAGNER CAMARGO, 2017).

Outro exemplo no meio esportivo foi a recente transição de Caitlyn Jenner em 2015, nos Estados Unidos da América: medalhista de ouro nos Jogos Pan-Americanos de 1975 e ouro no decatlo nos Jogos Olímpicos de verão de 1976, Bruce Jenner foi aclamado como o “maior atleta do mundo”. Porém, após pouco mais de dois meses do seu processo de transição para o gênero feminino, em 2015, veio a se tornar atriz, modelo, *socialite* e apresentadora de *show business*, abandonando a carreira esportiva (MICHEL LOVELOCK, 2016). Outro fato reconhecido mundialmente foi a transição da lutadora norte-americana de MMA (*Mixed Martial Arts*) transgênero, Fallon Fox, a qual iniciou a carreira esportiva no octógono, em 2012, após a sua transição, mesmo sofrendo diversos ataques de transfobia em redes sociais e na mídia ao longo da sua trajetória esportiva. Tais comentários transfóbicos extrapolam o universo da luta e trazem à cena situações nas quais foi possível identificar fobia, aversão e repulsa aos sujeitos que subvertem as representações normativas de gênero e de sexualidade, sobretudo no esporte (CARLA GRESPAN; SILVANA GOELLNER, 2014).

No Brasil, o caso mais famoso, recente e polêmico de transgeneridade no esporte foi o da atleta profissional Thifany Abreu, em 2017/2018, estreando na Super Liga de Voleibol. A esportista por muitos anos atuou no esporte profissional enquanto homem. Após a sua transição em outro país e com o seu nome social reconhecido, a atleta retorna às quadras brasileiras sofrendo inúmeras críticas e questionamentos em termos de *performance* esportiva (VEJA, 2018).

Já no esporte amador, podemos citar uma equipe de futebol formada por homens

transgêneros, conhecidos como “Meninos Bons de Bola” no estado de São Paulo. Segundo o representante dessa equipe, a intenção não é demonstrar o quanto os atletas trans são bons de bola, mas trazer para o contexto esportivo que o futebol é capaz de unir sujeitos com a mesma identidade de gênero e promover o prazer da prática esportiva. Além disso, tem o intuito de levar até a mídia a visibilidade do sujeito transgênero praticante de futebol: uma modalidade emblemática na sociedade brasileira, à medida que é tida como um esporte da formação do macho. Para fazer parte do time é preciso apenas ter boa saúde, disposição e interesse em participar do grupo, que carrega a responsabilidade de lutar contra o preconceito e quebrar tabus no universo machista do futebol. Em suas camisas, os atletas possuem a seguinte frase: “Nossos corpos na quadra: é arte, ativismo e resistência” (MÍDIA NINJA, 2018).

No fisiculturismo brasileiro, os atletas trans passaram a se fazer presentes a partir de 2018, como é o caso de Juliano Ferreira, de 32 anos. Nessa modalidade em específico, a questão da exposição corporal constante e uso de hormônios para competições torna-se um paradoxo, uma vez que os corpos trans são considerados abjeções e a terapia hormonal faz parte do seu cotidiano. “Sempre fui homem”, diz Juliano Ferreira, de 32 anos, o primeiro homem transexual a participar de um campeonato de fisiculturismo no Brasil. O concurso, que aconteceu no ano de 2018, reuniu participantes de categorias diferentes: Juliano ficou em 5º lugar entre os homens mais fortes do Brasil (TALYTA VESPA, 2018).

Fatos sociais vivenciados por atletas trans como os supracitados permitem-nos verificar que o sistema esportivo vem sofrendo algumas transformações quanto à heteronormatividade, em que a heterossexualidade, antes tomada como pressuposto obrigatório/compulsório (JUDITH BUTLER, 2010), tende a ser aos poucos superada frente à incorporação de novas representações no esporte atual, independente da norma instituída em razão do sexo e da biologia (WAGNER CAMARGO; CLÁUDIA KESSLER, 2017). Assim, percebe-se o aparecimento do sujeito/atleta que borra as fronteiras (física, de sexo/gênero, sociais) e desafia a compreensão dos padrões estabelecidos, postulando, assim, a produção de outros sujeitos, que tencionam os modelos vigentes (CLÁUDIA KESSLER, 2015).

Fatos e posicionamentos importantes no meio esportivo vêm contemplando a entrada do/a atleta transgênero, como o documento do COI (Comitê Olímpico Internacional) lançado em 24 de janeiro de 2016. Nesse documento (COI, 2015), constam as diretrizes para a participação de pessoas transexuais sem transgenitalização em competições esportivas (*transgender guidelines*) a partir dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Homens trans podem participar dos eventos da entidade sem nenhuma restrição, e as mulheres apenas devem manter a quantidade de testosterona controlada para competirem em equipes femininas.

Embora o Comitê Olímpico Internacional já tenha se posicionado em relação à presença de atletas trans no esporte, poucas são as políticas esportivas disponíveis em relação à equidade para as pessoas transgêneras no esporte competitivo. Verifica-se

uma barreira por parte dos atletas cisgêneros em relação ao medo da vantagem atlética de atletas transgêneros, havendo, portanto, práticas discriminatórias, especialmente para mulheres transgêneras (uma vez que já foram homens e podem deter mais força física).

Em um estudo realizado por Maria Rayllana Nazário da Silva (2018), foi verificado o quanto a questão da transfobia permeia o universo esportivo. Na pesquisa, foram levantados comentários realizados por técnicos, atletas, repórteres esportivos e expectadores, demonstrando a não aceitação da Tiffany nas quadras. Tratam-se de mensagens ofensivas e sem fundamentação que ilustram a dificuldade de inserção e permanência de atletas transgêneros no esporte.

Por parte das adversárias, os comentários ainda são mais agressivos em virtude da competitividade existente no esporte profissional. Exemplo disso foi a carta enviada ao COI pela ex-jogadora de voleibol Ana Paula Henkel. Ao longo do documento a ex-jogadora utiliza a seguinte passagem argumentando que o espaço conquistado pelas mulheres cis está ameaçado pela presença de atletas transgêneras:

É com respeito mas com grande preocupação que escrevo às entidades responsáveis pelo esporte sobre a ameaça de total desvirtuação das competições femininas que ocorre atualmente com a aceitação de atletas que nasceram homens, que desenvolveram musculatura, ossos, capacidade pulmonar e cardíaca como homens, em modalidades criadas e formatadas especificamente para mulheres. Se alguém tem que ir à público e pagar um preço em nome da verdade, do bom senso e dos fatos, estou disposta a arcar com as consequências. O espaço conquistado de maneira íntegra por mulheres no esporte está em jogo. (ANA PAULA HENKEL, 2018).

A principal oponente de Tiffany Abreu, Tandara, após um confronto entre os times Bauru e Osasco, se posicionou em relação ao caso:

É um assunto muito delicado. Várias jogadoras se expressaram e receberam críticas. Eu estava me resguardando, esperando esse jogo, porque sabia que seria abordada. Por isso, me preservei pra esse momento, estudei, tirei dúvidas, conversei com especialistas, como nosso fisiologista, preparador físico, fisioterapeuta, entre outros, e tive um respaldo primeiro, pra depois falar minha opinião. Hoje, eu respeito muito a história dela, pra sociedade é muito importante isso. Mas independente se a Tiffany faz diferença ou não em quadra, posso dizer que não concordo, pelo fato de ela participar de uma Superliga Feminina (REDAÇÃO PRAGMATISMO, 2018).

Dessa maneira, é possível perceber as dificuldades encontradas pelo atleta transgênero no esporte profissional, podendo não ser diferente no âmbito amador. Logo, a realização de novos debates sobre atletas transgêneros no meio esportivo mostra-se urgente. O Centro Canadense para a Ética no Desporto divulgou recentemente um documento oferecendo orientações às organizações desportivas sobre o desenvolvimento de políticas esportivas competitivas inclusivas para pessoas transgêneros. Um painel de especialistas manteve o ponto de vista de que todos têm o direito de competir de acordo com sua identidade de gênero em termos recreativo e de elite.

O desejo e a reivindicação de pessoas transgênero em vivenciar o esporte

visibiliza não apenas a sua existência, mas, sobretudo, a impossibilidade da manutenção de fronteiras fixas de gênero pautadas por um suposto alinhamento entre sexo, gênero e desejo, matriz essa que dá sustentabilidade à heteronormatividades (GUACIRA LOPES LOURO, 2009). Essa matriz constitui uma prática discursiva que historicamente tem possibilitado a normalização dos corpos, dos gêneros e das sexualidades, designando como abjetos aqueles sujeitos que rompem com essa linearidade. Segundo Judith Butler (2003), a abjeção está intimamente ligada ao fato de não pertencer a lugar nenhum, o que implica a negação da possibilidade de ser, pois, quando o sujeito não se encaixa em nenhum gênero da ordem binária, ele fica “fora do humano, constitui a rigor o domínio desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual próprio humano se estabelece” (p. 162).

Passados quase 40 anos da reivindicação de Renée Richards, a discussão sobre a pertinência ou não de outra atleta trans competir com mulheres antevê-se com os mesmos argumentos. Em um campo regido pela lógica binária de homens e mulheres, cujas competições são divididas nos moldes “masculinos e femininos”, a controversa presença de mulheres transexuais ao mesmo tempo que desestabiliza essa lógica evidencia que o esporte ainda é regido pelo sistema sexo/gênero.

A presença de atletas transgêneros no meio esportivo e eventos como uma Olimpíada (maior evento esportivo do planeta) pode servir como ferramenta para tematizar a diversidade no contexto social e construir novas representações. No entanto, conclui-se que ainda são poucas as políticas públicas voltadas para esses atletas, ainda considerados infratores pelos discursos cis e pelas normas sociais dotadas de atributos, valores e estigmas negativos em relação ao atleta trans.

REFERÊNCIAS

ÁDRIAN, Tamara. Un ensayo de determinación de la situación actual del problema a luz del examen del derecho comparado. In: ARILHA, M.; LAPA, T. S.; PISANESCH, T. C. (Orgs.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

ARÁN, Márcia. A saúde como prática de si: do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade. In: ARILHA, M.; LAPA, T. S.; PISANESCH, T. C. (Orgs.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

BENTO, Berenice Alves Melo. Nome social para as pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea: Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BIRREL, Susan.; COLE, Cheryl. L. Fault: Renee Richards and the construction and naturalization of difference. In: BIRREL, S.; COLE, C. L. (Ed.). **Women, Sports and Culture**. Campaign: Human Kinetics, 1994, p. 373-397.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Editora: Padrão. 2018.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos** (Online), v. 23, p. 191-225, 2017.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Reunião de consenso sobre reatribuição do sexo e hiperandrogenismo. Disponível em: <http://www.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

GRESPLAN, Carla Lisboa; GOELLNER, Silvana. Fallon Fox: um corpo queer no octógono. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, out./dez. 2014, p. 1265-1282.

HENKEL, Ana Paula. Carta aberta ao comitê olímpico internacional. **Estadão**, 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/ana-paula-henkel/carta-aberta-ao-comite-olimpico-internaciona>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Movimento Transgente, 2ª edição, 2017. p. 456.

LOPES, Ângela. Por que o Brasil ainda resiste na criação de políticas para as pessoas trans?, **TransexuaiSSP**, 17 ago. 2016. Disponível em: <<http://transexuaiSSP.com.br/por-que-o-brasil-ainda-resiste-na-criacao-de-politica-para-pessoas-trans/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 10. ed., vol 1. Petrópolis: Vozes, 2008, 179p .

LOVELOCK, Michael. Call me Caitlyn: making and making over the 'authentic' transgender body in Anglo-American popular culture. **Journal of Genders Studies**, v. 26, n. 6, 2017, 675–687.

MÍDIA NINJA. **Primeiro time de homens trans no Brasil ganha respeito nas quadras**, 2018. Disponível em: <<http://midianinja.org/news/primeiro-time-de-homens-trans-do-pais-reafirma-seu-direito-a-pluralidade/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

REDAÇÃO PRAGMATISMO. **Jogadora de Vôlei Trans, Tiffany desperta polêmica e preconceito**, 2018. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/01/jogadora-de-volei-trans-tiffany-preconceito.html>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.10, abr. 2012, p.140-164.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-30, jan-abr. 2005.

SERRANO, Jéssica Leite; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira; GOMES, Isabelle Sena. Transexualidade e educação física: uma revisão sistemática em periódicos em ciências da saúde. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 3., p. 1119-1132, jul./set. de 2017.

SILVA, Maria Raylland Nazário; MOURA, Stephannye; LOPES, Diego Trindade Lopes. Preconceito no esporte: casos do voleibol. **Revista Campo do Saber**, v. 4, n. 1 - jan/jun de 2018.

VEJA. Vôlei: Tiffany Abreu passa por cirurgia de feminização facial. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/esporte/volei-tiffany-abreu-passa-por-cirurgia-de-feminizacao-facial/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.

VESPA, Talyta. Sou o 1º trans a participar de um campeonato de fisiculturismo no Brasil. **UOL**, 2018. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/07/05/impus-respeito-diz-primeiro-homem-trans-no-fisiculturismo-brasileiro.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

O PARADOXO DA INCLUSÃO: UM ENSAIO PÓS-ESTRUTURALISTA SOBRE OS DIREITOS SEXUAIS

Andressa Regina Bissolotti dos Santos

Professora de Direito nas Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU. Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestra em Direitos Humanos e Democracia pela mesma instituição. Advogada. Curitiba – Paraná.

RESUMO: No campo do direito, os Direitos Sexuais, que de forma geral têm significado todos os direitos concernentes às populações LGBTI, têm sido focalizados a partir de uma oposição estanque: ora são considerados solucionadores dos problemas sociais que envolvem essa população e, portanto, ‘emancipatórios’, ora são criticados como normalizadores das relações LGBTI na lógica intrinsecamente heteronormativa que seria característica do Direito. No contexto contemporâneo de ameaça aos Direitos Sexuais, parece ser necessário buscar novas abordagens acerca de suas potencialidades e limitações. Esse trabalho, através de uma perspectiva teórica e ensaísta, busca pensar a formação e operação dos Direitos Sexuais no viés do paradoxo, conforme proposto por Joan Scott, escapando à enunciação daquela oposição. Assim, através das proposições

pós-estruturalistas de Michel Foucault e Judith Butler, aponta-se para a necessidade de mudar a abordagem dos Direitos Sexuais, tanto no contexto do campo jurídico, como em diálogo com outras ciências sociais.

PALAVRAS-CHAVE: direitos sexuais, direitos LGBTI, gênero e sexualidade, pós-estruturalismo

ABSTRACT: In the field of law, Sexual Rights, which, in general, have been encompassing all the rights pertaining to LGBTI populations, were brought into focus by an impervious opposition: at times they are considered to be solvers of the social issues involving these populations, therefore ‘emancipatory’, at other times they are criticized as normalizers of LGBTI relations in an intrinsically heteronormative logic that would be characteristic of Law. Within the contemporary context of threats to Sexual Rights, it seems necessary to seek new approaches concerning about their potentialities and limitations. By applying a theoretical and essayistical perspective, this article aims to reflect upon the development and functioning of Sexual Rights from the paradox slant as proposed by Joan Scott, thus escaping the enunciation of that opposition. In this sense, through the post-structuralist propositions of Michel Foucault and Judith Butler, it points to an urge for changing how Sexual Rights are approached, both in the

context of legal sectors and dialogue with other social sciences.

KEYWORDS: sexual rights, LGBTI rights, gender and sexuality, post-structuralism

1 | INTRODUÇÃO

No cenário da política brasileira contemporânea, os debates acerca dos chamados direitos sexuais, identificados como quaisquer direitos relativos a pessoas com práticas sexuais e de gênero não hegemônicas (CARRARA, 2010), assumem papel inegavelmente central.

Principalmente após as modificações nos quadros governamentais do país, as discussões sobre o que sejam ou não *direitos* da população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais) se articulam como uma das maiores ansiedades acerca do futuro. Pensar essa questão, no entanto, parece requerer uma reflexão primeira: do que estamos falando quando articulamos algo como *os direitos* dessa ou daquela população culturalmente minoritária? Mais especificamente: que relação possível se articula entre “o Direito”, entendido de forma mais ampla, e algo como “os direitos” dessa população em específico?

Parece ser necessário perceber que a forma de relação entre o Direito e a população LGBTI se modificou intensamente nas últimas décadas, com essas pessoas surgindo como detentores de direitos apenas muito recentemente. Dizer que ela se modificou, no entanto, não significa dizer que no espaço vazio de uma *não-relação* foi possível inserir uma *relação* de tipo necessariamente afirmativo.

Este capítulo parte da percepção de que é possível analisar o fenômeno social em questão (qual seja, as relações diversas entre os chamados direitos sexuais e o Direito) a partir do quadro teórico dos estudos de gênero e sexualidade, especialmente aqueles de viés pós-estruturalista. As presentes reflexões já estavam presentes em trabalho apresentado no IV Simpósio Gênero e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Londrina (DOS SANTOS, 2016), tendo sido atualizadas e aprofundadas. Acredita-se que esse viés ensaísta pode auxiliar na compreensão do tema, não só em relação à trajetória histórica de construção desses direitos, mas também de forma a ofertar algumas percepções acerca do quadro atual.

2 | DIREITO E SEXUALIDADE ANTES DOS DIREITOS SEXUAIS

Para refletir sobre essa relação, faz-se necessário pensar de que forma pode o Direito se relacionar com isto ou aquilo. Claro, não é intenção deste trabalho apresentar uma definição conceitual do que seja o direito. De maneira geral e para fins reflexivos, aponta-se que o Direito será pensado não apenas como um conjunto de *normas* que se propõe a regular as relações entre as pessoas, mas também como o conjunto de *práticas* colocadas em operação no contexto dessa regulação. Isso envolve, portanto, não apenas percepções acerca do mundo, mas uma série de agentes e instituições

em atuação.

Não se pretende, da mesma forma, isolar o Direito de outros fenômenos normativos possíveis, em suas normas ou práticas. Ao revés, procura-se salientar a relacionalidade do Direito com esses outros fenômenos, principalmente no contexto moderno. De fato, quando se fala da relação entre Direito e *direitos sexuais*, salta aos olhos o quanto normas médicas e/ou provenientes dos saberes *psi* como um todo, tem sido transversais nas atuações jurídicas acerca do tema. A relação jurídica com a sexualidade, portanto, não pode ser pensada de forma isolada das formas culturais de construção do gênero e do desejo humanos, mas apenas em relação com estas.

Ora, como bem retratado por FOUCAULT (2014) o Direito esteve, já a partir do início da chamada modernidade – período demarcado em termos filosófico-políticos, não apenas históricos -, em constante relação com a sexualidade, principalmente aquelas categorizadas pelas ciências médicas como ‘anormais’ ou ‘perversas’. Ainda que disputando espaço com diversos saberes-poderes que surgiam à época, o Direito permaneceu regulando a sexualidade, através da reconfiguração de seu próprio funcionamento ao recepcionar uma série de normas de natureza e funcionamento extra-jurídicos.

No âmbito da organização familiar, o Direito pode ser visto funcionando nos termos da linguagem instituída pelo dispositivo da aliança, em termos foucaultianos, mas uma aliança reconfigurada a partir do surgimento da sexualidade como tema principal da família. Normas que determinam com quem se pode casar, quando se pode casar, com quem *não* se pode casar. Durante boa parte do século XX, para tomar o exemplo brasileiro, normas mesmo que definiam prazos decadenciais para o direito do Homem de reclamar a anulação de seu casamento por sua esposa não ser virgem, como encontramos no parágrafo 1º do artigo 178 do Código Civil de 1916.

Responsabilizou-se também, o Direito, por punir e regular aqueles corpos e vivências abjetos - conforme os definiam as novas ciências da sexualidade. Utilizando muitas vezes de aberturas legais, como tipos penais abertos tais como a vadiagem, o Direito perseguiu as experiências homossexuais, travestis, transgêneras (MISKOLCI, 2007) - enfim, todas aquelas corporalidades não inteligíveis pela matriz de inteligibilidade da heterossexualidade compulsória - ainda que por ela produzidas - e, portanto, desafiadoras da pressuposta coerência entre sexo - gênero - corpo – desejo (BUTLER 2007).

Não há como não atentar para a circularidade de sentido e cumplicidade entre as esferas jurídica e normalizadora/disciplinar, portanto. Não há, da mesma forma, como ignorar a intensa relação que já nesse momento se estabelecia entre o Direito e toda essa população a quem se refere o que hoje conhecemos por direitos sexuais. Embora Foucault esteja trabalhando com a ideia de um poder não-estatal em suas obras, de forma a colocá-lo em oposição ao poder soberano identificado como pré-moderno, é necessário compreender que o próprio Direito moderno se reconfigura na sociedade disciplinar e biopolítica, assumindo papéis normalizadores (FONSECA, 2004).

Note-se, nesse sentido, que no decorrer do Século XX, o Direito brasileiro parece ter funcionado de forma a legitimar, através do saber jurídico, o modelo da heteronormatividade (ou seja, da imposição da heterossexualidade como única vivência possível). Tal legitimação operou principalmente nas normas e práticas de suas definições sobre as regras do casamento e do parentesco e no âmbito da perseguição realizada através do Direito Penal àqueles corpos abjetos, tão essenciais para a definição do corpo inteligível.

De maneira mais geral, aponta-se também para a utilização de um sujeito universal representativo, o chamado sujeito de direito, o qual emerge a partir do direito moderno como unidade individual a partir da qual - e unicamente da qual - é possível pensar a atuação do braço jurídico do Estado (HESPANHA, 2012).

Esse sujeito procura ser apresentado pela teoria do direito como “uma entidade *objectiva*, como que uma ‘coisa’, um objecto finito ‘sem profundidade’” (HESPANHA, 2009), que é tratado de forma abstrata e geral. As *práticas* jurídicas, no entanto, apontam para sua participação na exclusão das populações que aqui nos interessam, uma vez que esse sujeito será sempre tido como individual – negando-se a existência de grupos que se diferenciam dentro da comunidade jurídica – e pressuposto como igual – ao revés das concretas discriminações existentes na sociedade.

Esse ‘sujeito de direito’, pensado teoricamente como geral e abstrato, quando se materializa, o faz a partir de noções que pretendem estabelecer a média do ‘cidadão comum’. Essa média, materializada no contexto dos efeitos concretos do Direito, tem, como necessariamente deve ter - a partir da compreensão de que todo sujeito representativo e universal é necessariamente uma ficção excludente (BUTLER, 2007) - um determinado sexo, gênero, corpo (racializado) e desejo.

Em suas reflexões, FELSKI (1995) demonstra como o sujeito da modernidade, como um todo, é um sujeito masculino, desimpedido dos laços familiares e comunitários, enquanto a mulher permanece sendo vista como uma entidade pré-moderna não-autônoma e vivendo para o Outro. Também HARAWAY (1995) aponta que apenas a categoria culturalmente não marcada – ou seja, o Homem, Branco e Heterossexual – é capaz de se erigir como representante, não tendo nunca que ser representado. Mas essa construção é fictícia, e na construção feminista do conhecimento é necessário que se haja perspectiva – “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (HARAWAY, 1995, p. 18).

A partir das críticas dessas autoras às falsas generalizações modernas, e aplicando-as ao pretensamente universal ‘sujeito de direito’, pode-se dizer, portanto, que não apenas o Direito assumiu funções explícitas de regulação das relações humanas em termos da heteronormatividade e do manejo e contenção das abjeções e resistências produzidas no interior dessa matriz de inteligibilidade, como também se funda sobre um elemento individual que assume diversas posições de hierarquia dentro dessa matriz: um homem, dotado de pênis, que é branco, que deseja uma mulher - ou, em outras palavras, um típico sujeito de direito moderno.

Em suma, é possível afirmar não só que o Direito assumiu papéis específicos na regulação de uma sexualidade pautada na heterossexualidade como forma legítima única, mas também que ele se funda em um parâmetro – o sujeito de direito – que é em si excludente. O início das discussões acerca de direitos sexuais, portanto, não inaugura uma relação do Direito com as populações que se pretendem representadas por esses direitos, visto que essa relação já se dava no contexto anterior.

O que se tem, de fato, é não uma *novidade*, mas a mudança da *forma* dessa relação. Se antes essa relação parece ter se dado quase que exclusivamente no contexto da abjeção e do desvio à norma jurídica, as lutas contemporâneas por direitos demandaram uma relação de tipo afirmativa, na qual os inexistentes para o Direito, ou mesmo *inimigos* do Direito, passaram a se reivindicar como, eles mesmos, sujeitos de direito.

Nesses termos, e compreendendo o Direito não como espaço de regulação neutro, mas como instância na qual as normas atuam e produzem efeitos, é que se irá abordar os caminhos trilhados nas lutas por direitos do quadro ‘hegemônico’ do Movimento LGBTI, de forma a interpretar essa reconfiguração da relação travada entre população LGBTI e Direito e a partir disso pensar, por fim, no atual estágio dos chamados direitos sexuais.

3 | O DIREITO COMO OBJETO DE DESEJO – A CRIAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS

Essa mudança na forma da relação entre Direito e sexualidades dissonantes pode ser pensada, no contexto brasileiro, principalmente a partir da virada havida no final dos anos 1980 e anos 1990 no interior do então chamado Movimento de Gays e Lésbicas (MGL) na direção do Estado, e da luta por ser incluído na categoria de sujeitos passíveis de ter aqueles direitos previstos positivamente de forma abstrata nas leis. Essa virada, que num primeiro momento ocorre a partir de uma militância Legislativa, vai se tornar, a partir dos anos 2000, uma virada rumo ao Judiciário, como possível solucionador da condição abjeta.

Esse processo também representou uma mudança estratégica do movimento. Num momento anterior é possível localizá-lo entre os movimentos considerados “alternativos” ou “libertários” (FACCHINI, 2003), possuindo um projeto de transformação social ampla da vivência da sexualidade (FREIRE, 2012). Num segundo momento, no entanto, ao virar-se ao Estado e eleger os direitos como objeto de desejo e de lutas, os grupos com mais visibilidade parecem adotar uma estratégia de promoção de uma identidade homossexual mais ‘aceitável’ socialmente, com a defesa de um tratamento ‘positivo’ da homossexualidade (FACCHINI; SIMÕES, 2009). A valorização dessa identidade ‘publicamente aceitável’ incorre, também, na exclusão e “desvalorização de aspectos ‘marginais’ das vivências gays e lésbicas” (MISKOLCI, 2007, p. 108).

A maneira como o espaço jurídico reagiu a essas novas demandas é exemplar

- até porque determinante da vida efetiva das pessoas envolvidas – acerca do funcionamento da matriz heteronormativa no âmbito do Direito – entendido de forma abstrata (legislação/doutrina) e no seu funcionamento concreto (manifestações dos tribunais e atuação das instituições jurídicas).

Para tornar as relações entre pessoas do ‘mesmo sexo’ passíveis de regulação pelo Direito, o caminho trilhado por juristas defensores da causa foi a negação e higienização de determinados elementos dessas relações, ao mesmo tempo em que discursivamente se focavam em outros elementos - evidenciados ou produzidos - que poderiam ser identificados com a normalidade, por haver uma grande proximidade em relação aos casais heterossexuais monogâmicos.

O grande exemplo desse processo ocorrido no meio jurídico foi a adoção do termo ‘homoafetivo’ (MATOS; DOS SANTOS, 2015), o qual foi denunciado como possuindo um efeito de normalização e higienização das relações homossexuais para que se tornassem palatáveis ao Direito, por pesquisadores do próprio campo jurídico (RIOS, 2007).

Nesse sentido, a busca pelo Direito faz migrar o vocabulário dessas reivindicações, que passa cada vez mais a assumir a linguagem técnica interna ao campo jurídico, e a contar com o protagonismo de operadores internos desse campo, muitas vezes heterossexuais, por serem dotados do conhecimento técnico e da suposta neutralidade necessárias para ‘traduzir’ os desejos do movimento em demandas jurídicas concretizáveis (BOURDIEU, 2011).

Através dessas reivindicações do Direito, este passa a assumir uma posição diferente em relação a essa população de abjetos, do que tem assumido durante grande parte da Modernidade. As normas da aliança por ele organizadas expandem-se, agrupando uma nova relação dentro do ‘normal’ e tratando-a geralmente e abstratamente como igual àquela que já organizava e regulava como modelo.

Nesse sentido, após a publicação do acórdão da ADPF 132/ADI4277 em maio de 2011, os artigos jurídicos que se dedicaram a analisar a inclusão das uniões homossexuais como uniões estáveis, têm, de forma geral, replicado a ideia de que essas uniões deverão observar os mesmos requisitos para se configurarem como uniões estáveis, que as uniões heterossexuais têm observado: estabilidade/afetividade; continuidade/durabilidade; convivência pública e objetivo de constituir família (OLIVEIRA, 2013).

De imediato, uma crítica necessária se relaciona com as consequências práticas de se ignorar certas particularidades das uniões ‘homoafetivas’, especialmente no que toca às negociações de visibilidade social, as quais podem dificultar a configuração do requisito da convivência pública. Esse aspecto mais pragmático, no entanto, não será abordado no presente trabalho.

As críticas mais amplas que devem ser necessariamente tecidas a partir dessa ordem de coisas, partem de algumas perguntas essenciais: qual é a extensão dessa ampliação da regulação jurídica sobre as vivências concretas fora da coerência

do gênero? É essa expansão capaz de romper com as hierarquias de legitimidade existentes entre relações/pessoas (aparentemente) coerentes com os esquemas de gênero estabelecidos e aquelas não coerentes? Não seria essa conquista de direitos apenas uma forma do Direito permanecer regulando e normalizando essas relações, mas sem jamais tocar na hegemonia heteronormativa? Essa expansão faz mais do que apenas produzir uma categoria de abjeções toleráveis e reguláveis, em contraposição a outra, formada por abjetos não passíveis de regulação? Quais os limites de uma expansão dos esquemas jurídicos de coerência no campo da sexualidade, e quais são as perdas existenciais em se encaixar neles?

Essas perguntas podem levar a muitas respostas; as respostas obtidas a partir das reflexões neste trabalho serão, no entanto, exemplificativas; sejam talvez, não respostas, mas apenas perguntas afirmativamente enunciadas - afirmam, mas são incapazes de responderem e esgotarem as perguntas; haverá nelas, portanto, sempre mais perguntas.

Apesar da dificuldade intrínseca de trabalhar com respostas de tal natureza, é inevitável por aí navegar se procuramos analisar esse fenômeno a partir do quadro teórico exigido. Reconhecendo que no âmbito da política (e também do direito) não há espaços puros (BUTLER, 2007), parece necessário pensar os direitos sexuais para além de sua natureza eminentemente afirmativa, mas também escapando das noções exclusivamente normalizadoras que certos teóricos do campo têm adotado.

4 | UMA RELAÇÃO POSTA EM QUESTÃO: SOBRE DIREITO E SEXUALIDADES DESVIANTES

De início, necessário afirmar que se está diante de um problema crucial - principalmente para aqueles, como a autora, que tem seu lugar de fala situado dentro da atuação jurídica. Um problema que se erige em torno de impasses e paradoxos; o impasse de conhecer a potencial normalização produzida pelo Direito, as exclusões intensificadas por ele, os modos hegemônicos como permanece tratando as questões de gênero e sexualidade e, mesmo assim, agir a partir de seus termos e suas regras, em nome de seus resultados necessários.

Por mais críticas possam ser as abordagens aqui realizadas, no âmbito de uma certa atuação prática a linguagem conformadora do direito permanecerá sendo mobilizada, visto a necessidade de se alcançarem certos efeitos jurídicos necessários que apenas essa linguagem garante. Ou seja: a crítica não afasta a necessidade de mobilizar o Direito, mesmo quando suas teorias são percebidas como devedoras da matriz heteronormativa da qual Butler nos fala. Trata-se de uma reflexão talvez comum a boa parte da produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas, em que a intensa reflexão científica acerca das insuficiências de uma teoria muitas vezes precisa conviver com a continuidade do uso dessa mesma teoria por parte do pesquisador.

Feita essa reflexão - que é também uma angústia profunda – procura-se iniciar a abordagem das perguntas. A própria Butler (2003) traz à tela vários elementos para repensar a relação entre as vivências dissidentes em termos de gênero e sexualidade e as capacidades atribuídas ao Estado de responder a elas.

Primeiramente, é preciso se questionar até que ponto a legitimidade do Estado para definir as relações legítimas e não-legítimas é reforçada quando essa luta por direitos (individuais, no plano do ‘sujeito do direito’) não passa pelo mínimo questionamento do porquê, afinal, tem o Estado esse poder de dizer a legitimidade; ser legitimado pelo Estado, nesses termos, pode significar admitir exatamente os modelos de legitimação já previamente criados; daí a higienização e normalização denunciadas por alguns autores do próprio campo jurídico, que apontam que o modo como se deu o reconhecimento das relações conjugais homossexuais apenas produziu uma *assimilação* dessas relações aos termos das relações heterossexuais legítimas (RIOS, 2007).

Nesse sentido, constantemente se aponta como essa tática política parece eleger o casamento como o campo das relações legítimas e pauta a inserção nesse espaço, sem questionar sua hierarquia ou problematizar seus privilégios. A crítica é à ausência de questionamento da forma como somente através do casamento o desejo e a sexualidade se tornam legítimos e passíveis de serem atribuídos a uma chamada *autonomia privada*, enquanto até então eles apareciam como sempre passíveis de um escrutínio público (BUTLER, 2003).

Pautar o casamento enquanto única possibilidade de transferência ao campo da legitimidade, ainda que compreensível - e mesmo necessário - quando se tem em vista o sofrimento concreto que a não regulamentação impõe, parece apenas manter e reforçar essa hierarquia; seria necessário pensar, portanto, naquelas vivências e experiências não casáveis, e que podem apresentar-se nesse debate como o não-legítimo que é também não legitimável. O abjeto do abjeto pode sofrer um duplo processo de violência, ao ver sua experiência ser exposta como prova de que o homossexual ‘casável’ não é, na verdade, tão abjeto.

Além disso, questionam-se os limites de pautar o Direito em seus termos, tais quais definidos na modernidade jurídica. O sujeito de direito abstrato, se entendido como corporificado num modelo excludente, permaneceria reproduzindo e produzindo sujeitos legítimos, em contraposição a sujeitos ilegítimos - mas agora toleráveis, pelo bem da segurança jurídica - e sujeitos duplamente ilegítimos - que não devem ser sequer tolerados.

Se pensarmos, aliás, que a LGBTIfobia não é apenas o ódio e o desprezo direcionados diretamente à pessoa não-cisheterossexual, mas também a reprodução do sistema de hierarquias hetero/homo, cis/trans e mesmo homem/mulher – no sentido de que o exercício desse desprezo é muitas vezes não tanto um controle de sexualidade, mas de normas de gênero –, ou seja, a reprodução do que comumente se chama de ‘heterossexismo’ (BORRILLO, 2010), veremos o quanto o alcance desses

direitos sequer se aproxima de tocar no cerne da questão, uma vez que mantém o modelo heterossexual de casamento como entidade familiar naturalizada e ideal, aceitando a regulação jurídica de outras entidades desde que elas apresentem os mesmos ‘requisitos’ identificados na primeira.

Além disso, quando se focalizam outros campos de disputa que não o campo da ‘família’, como o campo das políticas públicas, por exemplo, autores denunciam como a prática de políticas públicas para LGBTIs no Estado brasileiro foi marcada pela terceirização da responsabilidade estatal de promover a igualdade desses grupos, justificada por uma suposta maior autonomia e participação da sociedade civil – a qual é mitigada sempre que decisões amplas sobre a abordagem do tema têm de ser tomadas (IRINEU, 2014).

Ademais, essas políticas teriam funcionado a partir de formas identitárias de luta, que acabam por essencializar o ‘ser LGBTI’, resultando novamente naquelas ‘exclusões dentro da exclusão’, principalmente quando se considera a ocorrência de uma disputa no interior mesmo das homossexualidades, que tende a se focar em um modelo conjugal, monogâmico, branqueado e classe média, em detrimento de homossexualidades marginais e periféricas (PAIVA, 2007). Essas percepções, quando assim operam e aparentam naturalidade, acabariam por ser incapazes de questionar as normativas de gênero e sexualidade que informam o Direito e as políticas públicas (IRINEU, 2014).

Essas políticas identitárias são constantemente apontadas, ainda, como ‘diferencialistas’, no sentido de que procuram um tratamento desigual para os diferentes, como forma de equilibrar diferenças sociais que resultam em desvantagens reais.

Parecemos estar navegando, portanto, naquele que é, nos termos de SCOTT (2005), o necessário funcionamento paradoxal das lutas dos grupos socialmente minoritários, visto que a possibilidade de autonomia depende da afirmação e aceitação social do grupo, enquanto que essa mesma autonomia acaba por ser privada a partir da definição identitária compulsória que uma política identitária forte tende a produzir. Em outras palavras: a luta se direciona à possibilidade de ser futuramente tratado como indivíduo e não parte do grupo, mas para que esse futuro se construa, é necessário promover e recuperar o grupo como um todo dos estigmas que o marcam.

Vê-se, portanto, a complexidade de tratamento que a questão requer. O tema é ainda mais sensível no contexto contemporâneo em que se sinaliza a possibilidade iminente de corte nessa relação afirmativa entre o Estado e os movimentos LGBTI, bem como outros movimentos sociais. O momento parece ser de uma nova transformação nessa relação, que parece não poder ser interpretada como um mero retorno ao passado.

De fato, não há como imaginar que um determinado governo poderia apagar décadas de construção dos direitos sexuais, de forma que caso direitos sejam negados, isso será certamente realizado por discursos que terão em consideração os direitos existentes, ao invés de simplesmente ignorá-los. O mais comum parece ser a

afirmação de que retirar direitos é evitar a concretização de privilégios ou a destruição de valores que seriam basilares do Estado brasileiro, dada a vocação religiosa de seu povo. Os direitos sexuais não são ignorados, portanto, mas identificados como uma ameaça, ao passo que seus detentores passam a ser articulados como inimigos.

Em sentido semelhante, os discursos evocam um conceito de *natureza humana* extremamente restrito, mobilizando uma espécie de *direito natural* elaborado não para reivindicar direitos, mas para excluir da proteção estatal práticas que passam a ser representadas como contrárias à natureza.

O problema do sujeito de direito, em qualquer dos casos, permanece; será que o conceito de sujeito de direito é capaz, de alguma forma, de incluir experiências diversas em termos de gênero e sexualidade? Ou ele continuará referenciado numa experiência específica, hegemônica, independentemente das pequenas conquistas que se produzam junto aos tribunais?

Em termos mais amplos, poderia mesmo se perguntar: é possível fazer qualquer luta no âmbito jurídico que possa ser caracterizada como *transformadora* das normas culturais? É o Direito passível de ser tomado como um âmbito autônomo (ainda que não independente), ou seria ele mero reflexo da sociedade que pretende regular? Poderia se questionar ainda: é concretamente possível, ou mesmo interessante, abandonar qualquer termo de ‘política do possível’, e, portanto deixar de lutar dentro dos termos que o Direito coloca? Quais são as consequências práticas, na vida dos corpos concretamente materiais e materializados, que são considerados abjetos, a partir dessas respostas?

Nesse ponto, é preciso tomar cuidado com as respostas unilaterais; afirmar que o Direito apenas assimila e normaliza é, de um lado, uma essencialização das relações LGBTI – como se essas fossem essencialmente contestatórias – e, por outro, uma essencialização do próprio Direito – como algo ontologicamente determinado, um mero reflexo de normas culturais já dadas, cujos efeitos apontam para uma direção única.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que fugir de uma política identitária essencializante é também fugir de uma definição essencial do que sejam as relações afetivo-sexuais entre LGBTIs, de forma que, embora elas possam assumir um viés transformador das formas de viver a sexualidade na sociedade, elas também podem, e muitas vezes efetivamente o fazem, replicar os mesmos modelos replicados por relações heterossexuais. Ou seja, quando observamos relações homossexuais seguindo padrões, temos de nos atentar para o fato de que não se trata de uma relação que essencialmente seria contestatória passando a reproduzir relações heterossexuais essencialmente normalizadas; se trata de relações surgindo no espaço público, reivindicando subjetividades dentro da normalidade, recebendo maior aceitação e, assim, operando na *possibilidade* de replicar os modelos da norma.

Isso em si serve apenas para dizer: o problema da normalização das relações homossexuais não é o problema da sua relação com o Direito; a sua relação com o Direito se vislumbra como possibilidade nos termos em que sua normalização vai

ocorrendo. Nesses termos, o que se apresenta aqui é que é descabida a construção de uma pretensa *necessidade* das relações homossexuais em atuarem como transformadoras dos modelos jurídico-sociais de organização familiar.

A contestação dos modelos heteronormativos de relacionamento não pode ser sinalizada como consequência necessária das vivências entre pessoas do mesmo sexo. Se, por um lado, a própria existência de conjugalidades estáveis não marcadas pela diferenciação sexual já é em si uma contestação, o *modelo* de funcionamento dessas relações não pode ser visto como essencialmente contestatório.

Os modelos heteronormativos, para que sejam questionados, têm de o ser em sua amplitude, como norma, como padrão, que influencia todas as relações humanas e não apenas aquelas que se dão entre pessoas do mesmo sexo. Isso é necessário, também, para desnaturalizar as relações heterossexuais, e lembrar que também nelas existe uma norma artificialmente construída em operação e não apenas nas relações homossexuais que delas se aproximam.

Além disso, as possibilidades de resistência a serem trazidas pelo Direito também só se vislumbram se observadas em paradoxo. A resistência, como um todo, é paradoxo: ela só emerge quando em contraposição àquilo a que resiste; a homossexualidade enquanto identidade de luta e transformação social jamais poderia ter surgido, por exemplo, se antes não tivesse sido inventada pelo discurso médico-legal.

Voltemos, aqui, aos conceitos foucaultianos. Em *História da Sexualidade* (2014), Foucault aponta para o fato de que a resistência não é externa à norma, mas a contrapartida necessária que constitui o poder. Não há poder sem resistência, e não há resistência sem poder. Não a toa EWALD (1999) dirá que o poder foucaultiano é um poder sem um fora.

Pensar o poder dessa forma, assim como pensar o Direito dessa forma, quebra a narrativa unilateral sobre ele. Não se trata de considerá-lo subversivo ou normalizador. Trata, isso sim, de perceber que suas atuações podem produzir esses dois aspectos. Quando se focaliza exclusivamente a forma normalizadora através da qual o Direito absorveu as demandas LGBTI por conjugalidade, se ignora, por exemplo, a natureza de resistência que essas formas jurídicas podem assumir nas realidades específicas, frente a negações generalizadas dessas experiências. Assim como se ignoram os processos críticos realizados por outros segmentos do Movimento LGBTI, que denunciam essa inclusão parcial e normalizadora, construindo assim outras possibilidades de inclusão, como consequências daquela exclusão. Não se trata de considerar a exclusão como 'etapa necessária', mas de perceber que no jogo da subjugação e da resistência, o esgarçamento das normas parece se dar sempre no jogo das inclusões parciais, seguidas pelas denúncias dos que não foram incluídos.

Nesse sentido, poderíamos pensar que mais importante do que pensar formas abstratas de relações transformadoras, é focar nos processos reais, dos grupos reais, que denunciam hoje as limitações das inclusões operadas e enxergar nessas

denúncias não o discurso de uma falência, mas a continuidade dos processos de luta, com caminhos repensados e redefinidos.

A forma como no momento contemporâneo mesmo aqueles direitos sexuais tidos como insuficientes passam a ser ameaçados, pode nesse sentido ser interpretada por dois caminhos. É possível dizer que é este o sinal da insuficiência das conquistas: sua parcialidade tornou-as frágil e a ausência de projetos mais transformadores abriu espaço para os discursos de retiradas de direitos. Por outro lado, seria também viável afirmar que é em decorrência das fissuras que a construção desses direitos produziu nos discursos hegemônicos, que esses discursos voltam-se hoje com tanta violência sobre aquilo que parece lhes ameaçar.

Dessa forma, o paradoxo dos direitos conforme enunciado por Scott parece se demonstrar. Ao reivindicar e, dessa forma, inventar direitos, os movimentos LGBTI não apenas legitimam o poder do Direito sobre si mesmos, mas também expõe o Direito como algo móvel e disputável, cujos sentidos não estão finalizados e não são finalizáveis. Ao exigirem o direito de casarem-se, casais do mesmo sexo não apenas reconhecem a centralidade do casamento na organização do campo sexual, como questionam sua organização padrão, pautada na diferença e desigualdade entre os gêneros. Ao retificarem seus nomes e designativos sexuais, pessoas transgêneras não apenas se tornam coerentes do ponto de vista jurídico, mas também denunciam a não equivalência entre genitália e experiência de gênero.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, não há respostas absolutas, mas apenas precárias; a leitura das perspectivas radicais propostas por feministas e outros teóricos e teóricas pós-estruturalistas, principalmente por Judith Butler e Joan Scott, traz novas perguntas e reflexões ao debate do alcance e das (im)possibilidades de atuação pelo campo jurídico; perguntas que têm de ser urgentemente feitas e, na medida do possível, respondidas, para que se possa avançar no âmbito do jurídico.

Assim esse texto, ensaísta que é pouco, conclui. Conclui que o debate parece não estar sendo colocado nos devidos termos quando se discute 'Direitos LGBTI' ou 'Direitos Sexuais'. Conclui, na verdade, que o debate sequer está colocado, e que a discussão tem sido feita a partir do uso de velhos pressupostos, que nada têm de novos ou inovadores.

Esse breve texto, formado por um apanhado pouco ordenado das reflexões trazidas desde a formulação da dissertação de mestrado da autora (DOS SANTOS, 2017), é rico porque traz perguntas e não tanto respostas; traz perguntas que não têm sido feitas no âmbito jurídico, e as faz. Mas é limitado e insuficiente, porque pouco tem a oferecer quanto a que caminho seguir a partir dessas perguntas.

De forma genérica, pode-se concluir apenas que não se vislumbra outro

funcionamento afirmativo e criativo da relação Direito-movimento LGBTI senão na lógica do impasse e do paradoxo; da tentativa de normalização e da resistência, que produz tensões e mudanças. Pode-se concluir, também, que as críticas *queer* e feministas pós-estruturalistas estejam talvez falhando em sua proposta geral, quando se concentram apenas em problematizar as normalizações da inclusão jurídica das relações LGBTI e não questionam as formas gerais através das quais o Direito organiza as relações humanas, inclusive as heterossexuais, a partir de modelos artificiais e historicamente definidos. Ignoram, ademais, os usos concretos e estratégicos que os movimentos e as pessoas têm feito do Direito em sua resistência cotidiana.

No contexto político que perpassa os direitos sexuais hoje, é ainda mais urgente que se inicie uma abordagem interdisciplinar e complexa desses direitos. Diante da possibilidade da negação de direitos básicos a milhões de pessoas diversas em termos de gênero e sexualidade, a mera dispensa teórica da luta por direitos parece ser tão inócua quanto a crença ingênua na capacidade do jurídico de solucionar os problemas sociais dos quais se ocupa.

O avanço do debate no âmbito jurídico, mas também no amplo campo das ciências sociais, requer que diálogos mais fortuitos entre o conhecimento jurídico e os conhecimentos sociais sejam realizados, para que o olhar sobre as formas através das quais o Direito opera seja sempre um olhar que o vislumbra como produto social instável, precário, dinâmico, exercício de poder e de resistência, enfim, como instituição que funciona em constante paradoxo e impasse.

REFERÊNCIAS

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2011.

BUTLER, Judith. **El gênero en disputa**: El feminismo y la subversión de la identidad. Trad. Antonia Muñoz. Barcelona: Espasa Libros, 2007.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. IN: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Trad. dos artigos Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cad. Pagu** [online]. n.21, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a10.pdf>>. Acesso em: 06 outubro 2014.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Revista Bagoas** (05), 2010, p. 131-147.

DOS SANTOS, Andressa Regina Bissolotti. **Movimento LGBT e direito**: identidade e discursos em (des)construção. Orientadora Profa. Dra. Ana Carla Harmatiuk Matos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 30/03/2017.

_____. **Entre o direito e o feminismo pós-estruturalista:** pensando os caminhos trilhados na luta por direitos. IV Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT4_Andressa%20Regina%20Bissolotti%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em 07 de janeiro de 2019.

EWALD, François. Un poder sin um afuera. IN: BALBIER, E.; DELEUZE, G. (et all). **Michel Foucault, Filósofo**. Trad. Alberto Luis Bixio. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Vol. 10, No. 18/19 (2003). Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/7>. Acesso em: 15 julho 2013.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidade, salud y sociedad (revista latinoamericana)**. n. 3. 2009.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na Trilha do Arco-Íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FELSKI, Rita. FELSKI, Rita. **The Gender of Modernity**. Harvard College: United States of America, 1995.

FONSECA, Ricardo Marcelo. O Poder entre o Direito e a “Norma”: Foucault e Deleuze na Teoria do Estado. IN: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). **Repensando a Teoria do Estado**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Lucas. CARDINALLI, Daniel. O ódio atrás da grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 11, dec. 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/sess/n12/03.pdf>. Acesso em: 07 de janeiro de 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), 1995.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura Jurídica Europeia:** síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

_____. **O caleidoscópio do direito:** o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje. 2ª Ed. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. **Temporais**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, jul./dez. 2014.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk; DOS SANTOS, Andressa Regina Bissolotti. Homoafetividade. IN: NETO, Caetano Lagrasta; SIMÃO, José Fernando (coord.). **Dicionário de Direito de Família, v.1: A-H**. São Paulo: Atlas, 2015.

MELLO, Luiz. **Novas Famílias:** Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, n. 28, Campinas: Jun/Jul 2007. Disponível em: <http://www.academia.edu/288793/Panicos_Morais_E_Control_Social>. Acesso em: 07 de janeiro de 2019.

OLIVEIRA, Catarina Almeida de. Requisitos para a configuração da união estável homoafetiva. IN: FERRAZ, Carolina Valença (et. al.) (coord.). **Manual do Direito Homoafetivo**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PAIVA, Antônio Cristian Saraiva. Reserva e Invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica. IN: GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Luiz; UZIEL, Anna Paula (orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

RIOS, Roger Raupp. Uniões Homossexuais: Adaptar-se ao Direito de Família ou transformá-lo? Por uma nova modalidade de comunidade familiar. . IN: GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Luiz; UZIEL, Anna Paula (orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SCOTT, Joan. O Enigma da Igualdade. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(1). Janeiro-abril/2005.

VITORINO, Sérgio; LOURO, Patrícia; MAIA, Bruno. Testemunho Queer, ou a crítica da Política do Possível. **ex æquo**, n.º 20, 2009.

PARA ALÉM DO MATCH: TINDER NA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE CORPOS

Maria Cecilia Takayama Koerich

Universidade Federal de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Joinville

Santa Catarina

RESUMO: Este ensaio analisa os discursos produzidos sobre corpo, gênero e sexualidade pelo aplicativo Tinder, ambiente virtual lançado e ativo desde 2012. Como existir neste espaço-tempo e como relacionar-se no – e com – este mundo? Os diversos ambientes virtuais e seus dispositivos tecnológicos não podem ficar à margem de pesquisas e investigações acadêmicas em um tempo em que a constante exposição a essas ferramentas nos têm demonstrado sua grande capacidade de produção e circulação de sentidos e de significados. Um dos questionamentos possíveis é sobre a existência de um discurso de verdade do corpo, sexualidade, gênero neste ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Tinder. Relacionamento líquido. Gênero-sexualidade.

ABSTRACT: This essay analyzes the discourses produced on body, gender and sexuality by the Tinder application, virtual environment launched and active since 2012. How to exist in this space-time and how to relate in - and with - this world? The various virtual environments and their technological devices can not stand aside

from research and academic research at a time when constant exposure to these tools have shown us their great capacity for production and circulation of meanings and meanings. One of the possible questions is about the existence of a discourse of truth of the body, sexuality, gender in this environment.

KEYWORDS: Tinder. Net relationship. Gender-sexuality.

1 | UM UTILITÁRIO PARA O AMOR-LÍQUIDO

Neste trabalho, busco trazer ao debate a capacidade socializadora dos meios midiáticos virtuais, em especial do aplicativo Tinder. Temos na contemporaneidade artefatos culturais que permitem/convidam à interação humana, e, mais ainda, promovem uma formação contínua imperativa da constituição do sujeito e sua subjetividade.

A partir da concepção que destaca a educação enquanto um processo de construção social, cultural e individual que ocorre pela comunicação dialógica entre indivíduos (FREIRE, 1987), inscreve-se neste ensaio a máxima “estranhar o que é familiar e familiarizar-se com o estranho” (VELHO, 1978). Inseridos no universo virtual, somos sujeitos deste meio: o fato de ser quase impossível

pensar na existência humana atual sem sua presença demonstra o quanto somos atravessados pelos dispositivos tecnológicos e o abre a pergunta sobre o quanto, e de que forma, esta condição implica em nossa formação.

Os aplicativos de relacionamento, assim como demais artefatos culturais, possuem uma historicidade. Há uma razão para seu surgimento, uma necessidade a ser suprida dentro do contexto histórico, social e cultural a qual faz parte. Sendo assim, o Tinder surgiu no final de 2012 nas universidades americanas, criado por Justin Mateen e Sean, tendo como elemento estrutural a ascensão das mídias sociais a partir da evolução da tecnologia, em especial: plataformas móveis. Souza (2016) registra dados bem específicos deste histórico, destacando a forte adesão do público brasileiro:

Criado em 2012, o Tinder é um aplicativo de localização de pessoas para encontros, disponível para smartphones e tablets com sistemas iOS ou Android. Mundo afora, o Tinder possui 100 milhões de usuários. Dez por cento deles, ou seja, 10 milhões, são brasileiros. Isso faz do Brasil o terceiro maior mercado do aplicativo, atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Acrescentam-se a estes outros dados descritivos bastante úteis:

O aplicativo para dispositivos móveis Tinder funciona como o radar do par perfeito. Ele localiza pessoas próximas ao usuário que possuam os mesmos interesses e possam agradar o possível pretendente. Os que usam o programa devem primeiro possuir um perfil na rede social Facebook. A partir da conta na rede, eles se conectam ao Tinder, que recolhe todas as informações publicadas no site, incluindo fotos. A seguir, o usuário deve configurar algumas preferências no aplicativo: se quer se relacionar com homens ou mulheres, a quantos quilômetros de distância pode estar o pretendente (até 160 km) e qual a idade média que os candidatos devem possuir (acima de 18 anos). (CONSTANTINO, 2015, p.31)

Surgem, assim, alguns questionamentos: qual a necessidade de recorrermos a um dispositivo midiático para socialização? Como definimos as pessoas com as quais nos relacionamos? Há um discurso de verdade do corpo, sexualidade, gênero neste ambiente? Podemos dizer que nossos relacionamentos pautados por dispositivos midiáticos são superficiais e precipitados? O que pode ter sido alterado em nossa vivência ao desenvolvermos aplicativos como o Tinder?

2 | TINDER: MODO DE USO

O funcionamento do aplicativo é simples. Há a possibilidade de se ser inserido neste ambiente a qualquer momento. Basta fazer um cadastro fornecendo algumas informações pessoais. Pode-se também vinculá-lo a perfis já existentes em outras redes sociais, como Facebook e Instagram. Imagens são anexadas ao cadastro, de acordo com sua escolha, ofertando aos demais sujeitos do Tinder um discurso imagético.

Uma vez no ambiente virtual, o usuário do Tinder pode verificar outros perfis cadastrados apresentados a partir de sua orientação sexual ou preferência de público:

homem, mulher ou ambos.

A localização geográfica também é item importante de seleção, pois possibilita determinar a distância entre as pessoas inseridas no aplicativo. Para que ocorra o match – a combinação – é preciso interesse mútuo, isto é, só acontecerá match caso você e a pessoa a qual está interessada manifestem vontade de conhecerem-se. Há ainda a possibilidade de explicitar a alguém seu desejo de conhecê-la, ao acionar um item que demonstra a sua preferência por ela, o que muda a cor do perfil ao ser visualizado.

Um deslizar de dedos na tela do smartphone ou no tablet definirá com quem se deseja relacionar ou não. Literalmente, o dedo “arrasta” na tela os demais perfis, dividindo-os entre possíveis pretendente (para a direita) ou descartes (para a esquerda).

A imagem no perfil do Tinder produz sentidos no público que a observa. Este fenômeno, muitas vezes, pode definir a pessoa em questão e suas escolhas. Sabemos que uma fotografia, por mais bela ou realística, jamais dará conta de apresentar alguém em sua magnitude e totalidade, pois a vida real e a complexidade humana não pode ser identificada apenas pela sua representação. Mesmo assim, muitos dos usuários definem suas escolhas a partir das imagens elencadas no perfil apenas, sem atentar a uma produção textual descritiva do suposto pretendente. Isso é tão relevante a ser analisado que, se observarmos com criticidade as fotos inseridas no Tinder, podemos perceber repetições discursivas de imagem, necessidade de afirmação enquanto corpo-desejo, paisagens selecionadas propositalmente para serem exibidas em redes sociais, uma felicidade contagiante ou até mesmo uma melancolia poética. Em outras palavras, o Tinder é uma vitrine de pessoas.

O pensamento de que os usuários estariam no Tinder para vender a si mesmos mostra outra face de como a sociedade consumista de hoje influencia tanto os relacionamentos amorosos e a forma como as redes sociais são utilizadas. Nesses websites e programas, ninguém aparenta estar triste ou passar por algum problema. A felicidade é a máxima e a (boa) aparência a chave condutora. Personalizamos nossos perfis para que mostrem o melhor de cada um de nós e compartilhamos aquilo que nos faz parecer inteligentes e interessantes. (CONSTANTINO, 2015, p. 35)

É pertinente trazermos ao debate sobre o Tinder e demais artefatos culturais contemporâneos, o pensamento de Zygmunt Bauman sobre a nossa sociedade, este meio fluido, indefinido, que ele chama de líquido. E nós estamos inseridos nele, equilibrando nossos anseios, afetos: consumindo e sendo consumidos pelo desamparo do enlace social. Bauman (1998) nomeia nosso período histórico como modernidade líquida e apresenta algumas facetas que o fazem um momento *sui generis* quando colocado frente a outros.

A modernidade líquida, segundo Bauman (2004), pode ser qualificada a partir do estado atual das relações sociais, que não possuem um caráter seguro e definitivo, mas é marcado pela instabilidade e fluidez, tendo como metáfora o estado líquido das substâncias. Para este pensador as conexões entre sujeitos se dá a partir de vários

aspectos, econômico, social, amorosos, mas possuem uma fragilidade em seu link, isto é, o sujeito contemporâneo facilmente se conecta e facilmente se desconecta do outro, o que explicita o caráter vulnerável dos vínculos afetivos.

Bauman (2004) fala desse modo de relacionamento, que ao contrário dos outros modos, parece ter sido feito para o cenário líquido da vida moderna, em que há expectativa de que as possibilidades românticas surjam e desapareçam em grande velocidade e em volume cada vez maior, trazendo a ideia de ser a mais satisfatória e a mais completa forma de relacionar-se. Este pensador ainda argumenta que, diferentemente dos relacionamentos reais, os relacionamentos virtuais podem ser considerados mais simples, pois parecem inteligentes e limpos, fáceis de usar, compreender e manusear.

O Tinder é utilitário: promove sociabilidades, ao mesmo tempo que permite ao seu usuário manter-se ou não conectado a alguém. No universo do Tinder, as pessoas facilmente se conectam e tão facilmente se desligam dos seus matches, caso o sentimento de interesse por alguém seja diminuído ou a conversa não corresponda às expectativas. Esse procedimento é tão rápido e tão fácil que pode até mesmo ser considerado um descarte, aproximando da ideia de consumismo as nossas relações afetivas.

Numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro. A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que se deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a 'experiência amorosa' à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço. (BAUMAN, 2004, p.11-12)

O amor líquido explicitado pelo aplicativo Tinder contextualiza modos de relacionamento no e com o mundo, mas também a forma de como os sujeitos se inserem neste ambiente. Pode, portanto, oferecer uma leitura muito peculiar sobre discursos de corpo, gênero e sexualidade. No Tinder, ao iniciar cadastro, o público é dividido em masculino e feminino. Sabemos que existem outras maneiras de identificações sociais, tais como transsexual ou transgênero, porém, o aplicativo, pautado no binômio homem/mulher, não oferta diversidade de possibilidades. Este fato não é uma coincidência ou casualidade: é a representação da heteronormatividade, marginalizando os demais sujeitos que não correspondem a ele. Há uma significativa representação do corpo-desejo: fit, ou seja, a demonstração de interesse em ter uma forma física pautada no discurso de saúde e beleza contemporâneo. O corpo-desejo: fit é elemento retórico em público vasto. Para reforçar essa forma de colocar-se no mundo também é possível ter o registro, escrito no perfil, detalhando essa preferência e busca em questão, quando se destaca a prática de determinadas atividades físicas ou se demonstra interesse por pessoas que tenham esses mesmos referenciais, explicitando a ideia de ser um corpo-desejo: fit.

Este indicador das relações sociais elege as pessoas com quem se deve manter contato em detrimento de outras, ignorando muitas vezes outras afinidade possíveis, o que evidencia a valorização de um tipo específico de corpo – ou de um discurso corporal – no mercado das sociabilidades. Há outras representações corporais no Tinder, porém o corpo-desejo: fit é um indicador muito relevante a respeito do entendimento e consideração sobre o corpo humano e os discursos produzidos a respeito.

Perceber que no Tinder há preferência por uma única possibilidade de corpo e marginalização de outras performances corporais significa atentar para a heteronormatividade compulsória, gordofobia, cultura de padronização da beleza e estética e binarismo de gênero. É sabido que encontramos este discurso para além do ambiente virtual, mas, não raro essa retórica é camuflada ou velada, assumindo outras formas de manifestação.

No Tinder, visualizar perfis com pessoas em ambientes esportivos, academias ou mesmo realizando atividades físicas nas ruas é corriqueiro, assim como também é representativa a quantidade de imagens de pessoas frente ao espelho, vendo-se não apenas no reflexo proporcionado por este objeto, mas como se tentassem ampliar a própria percepção de si ao socializarem essa imagem no aplicativo.

Além disso, a felicidade enquanto sintoma social³ é difundida de modo generalizado em redes sociais. A felicidade é sentimento que rege as redes sociais, e não estar feliz poderia ser considerado algo desvalorizado no mundo do consumo afetivo virtual. Algumas pessoas até questionam: devo expor tristezas? Ninguém quer ver gente infeliz! Penso que a pergunta deveria ser reformulada: devo me expor? Caso não evidencie minhas vivências, o que perderei em minhas trocas simbólicas? Serei menosprezado? A felicidade, neste sentido, seria a matéria-prima primordial. Distanciar-se dela seria perigoso para a sociedade de consumo afetivo.

Pensar a respeito desses espaços que produzem sentidos e significados é pensar a contemporaneidade, os meios e mundos por onde passamos e construímos quem somos. É preciso perceber que os aplicativos e demais instrumentos tecnológicos são produtos das nossas demandas, existem por uma necessidade e que não há naturalidade nos discursos apresentados nesses ambientes. Ser sujeito da história do tempo presente e possuidor de um olhar questionador é fundamental para a construção de alternativas frente a *modus vivendis* de relacionamentos frágeis e descompromissados, como o encontrado no âmbito do Tinder.

REFERENCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

COSTANTINO, Fernanda Angelo. **Tinder: a vitrine de pessoas** (monografia). Niterói: UFF, Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS), 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

SOUZA, Ana Luiza de Figueiredo. **Mas, afinal, o que é o Tinder?** – Um estudo sobre a percepção que os usuários têm do aplicativo. *Verso e Reverso*, 30(75):186-195, setembro-dezembro de 2016. Unisinos – doi: 10.4013/ver.2016.30.75.03.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.

POR UMA TEORIA FEMINISTA DO PODER CONSTITUINTE: INSTITUIÇÕES, JUSTIÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BANCADA FEMININA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988

Silvana Santos Gomes

Universidade Federal Fluminense

Niterói – Rio de Janeiro

RESUMO: O processo constituinte brasileiro, iniciado em 1987 e concluído com a promulgação da Constituição Federal de 1988, representou mais um episódio de dominação masculina da esfera pública e das instâncias de poder. Esta experiência da história recente do país reforça a necessidade de se pensar em elementos para a construção de uma teoria feminista do Poder Constituinte, tarefa esta que constitui o objeto deste trabalho. A partir da articulação entre as categorias instituições, justiça e representação, buscou-se avaliar a atuação da Bancada Feminina da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 e seus reflexos para o texto constitucional resultante. Apoiando-se nestas chaves de compreensão, concluiu-se que as distorções de representatividade verificadas no bojo da Constituinte se fazem sentir até o momento presente, acarretando dificuldades em termos de aderência e efetividade das disposições constitucionais que tratam da igualdade de gênero. De modo a alcançar os objetivos propostos, adotou-se uma abordagem reflexiva ancorada na perspectiva das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Poder Constituinte; Feminismo; Assembleia Nacional Constituinte.

1 | INTRODUÇÃO

Embora as narrativas tradicionais acerca do restabelecimento da ordem democrática no Brasil apresentem como característica comum a invisibilidade ou a minoração da atuação política feminina, não são poucas as evidências que desmentem estes discursos que tentam atribuir às mulheres uma afonia que destoa, por completo, de seu protagonismo.

Os processos históricos de luta por reconhecimento e participação requerem que se enxergue as mulheres como sujeitos dotados de capacidade de agência política, e não meras destinatárias de normas produzidas, predominantemente, por mandatários políticos masculinos supostamente encarregados de vocalizar suas demandas na esfera pública deliberativa.

A arrogação masculina da voz feminina é uma persistência diuturna no domínio da vida pública. No caso brasileiro, o reconhecimento de direitos políticos às mulheres só foi alcançado na década de 1930, após o transcurso de 43 anos de instauração da República e 112 anos desde a independência frente a Portugal.

O atroz regime ditatorial que se instaurou no Brasil entre 1964 e 1985 operou, igualmente, como ponto alto da institucionalização da dominação masculina. O militarismo

que impregnou as instituições outrora democráticas e o controle rígido sobre as manifestações da vida social sufocaram, ainda mais, as dissonâncias da oposição.

Este cenário não é uma vivência exclusiva do Brasil. Mesmo países com tradição democrática mais consolidada tardaram em conferir às mulheres direitos elementares de cidadania, como é o caso da Suíça. Inobstante o referendo realizado em 1971 ter assegurado o direito das mulheres ao voto em eleições federais, o cantão de Appenzel Innerrhoden só procedeu ao reconhecimento do sufrágio feminino vinte anos depois, em 1991, em razão de uma decisão proferida pela Corte Suprema do país.

Desde Aristóteles, a invenção da política depende da criação de uma igualdade dita artificial. Diante de indivíduos naturalmente desiguais, a superação das contingências impostas pela *physis* só seria possível ao se buscar refúgio no campo da *nomos*. Não por acaso, para este filósofo, as diferenças das mulheres as posicionavam inferiormente aos homens, o que lhes custava a condição de cidadania e, conseqüentemente, de engajamento político.

Esta compreensão se fez sentir, em maior ou menor grau, ao longo de toda a filosofia política e, no limite, acabou por lastrear concepções liberais de democracia e justiça, nas quais os aspectos formais sobrepujam a materialidade e a substantividade. Ainda que, atualmente, a noção de sociedade democrática pressuponha a garantia de que homens e mulheres sejam iguais em direitos e deveres, o que se observa é uma discrepância entre aquilo que é formalmente assegurado e sua efetividade no plano fático.

Não é despiciendo frisar que o avanço das pautas das mulheres nas searas institucionais e legislativas não é fruto da atividade de agentes públicos masculinos benfazejos. Contrariamente ao que muitas vezes se supõe, as conquistas arduamente alcançadas não se deram de modo linear, derivando de lutas históricas concretas travadas pela via do ativismo.

É preciso, pois, realizar um exame detido dos limites institucionais e sociopolíticos que conduziram a uma reduzida participação feminina no processo constituinte que se iniciou em fevereiro de 1987. Neste sentido, adotam-se como ponto de partida duas categorias fundamentais propostas por Nancy Fraser (1990): *subaltern counterpublics* (esferas públicas subalternas) e *frame-setting* (estabelecimento do enquadramento).

Especificamente, buscou-se investigar (i) a dimensão da participação feminina na Assembleia Nacional Constituinte; (ii) as razões do impasse entre a participação de mulheres nos movimentos sociais pela redemocratização e sua inserção no processo constituinte; (iii) os reflexos normativos decorrentes do formato no qual a Bancada Feminina foi estruturada; e (iv) os principais elementos para se construir uma teoria feminista do Poder Constituinte.

O desenvolvimento deste trabalho está ancorado em três eixos: em um primeiro momento, buscamos promover uma discussão sobre a construção de uma teoria feminista do Poder Constituinte. Em seguida, avaliamos a correlação entre instituições, justiça e representação, e, por fim, nos debruçamos sobre a atuação da chamada

Bancada Feminina na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

Em termos metodológicos, adotou-se o método de pesquisa indutivo e uma abordagem reflexiva pautada pela perspectiva das mulheres (*women's standpoint*). A primeira etapa de desenvolvimento do trabalho se valeu da revisão bibliográfica da literatura sobre teorias feministas da justiça e teorias do Poder Constituinte. Em um segundo momento, foi realizada pesquisa documental em fontes primárias como os Diários da Constituinte, os Anais da Constituinte e as Bases de Dados da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, todas disponibilizadas em sítio eletrônico.

2 | A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA FEMINISTA DO PODER CONSTITUINTE

Reflexões acerca do Poder Constituinte são, de longa data, um ponto focal na Ciência Política e no Direito. Contudo, os esforços para inseri-las em um recorte de gênero ainda têm sido tímidos, o que acarreta, além de uma deficiência teórica, implicações práticas para as ações políticas.

A experiência constitucional brasileira é profundamente marcada pela obliteração das mulheres tanto da participação nos processos constituintes quanto das Cartas Políticas deles resultantes. Somente na terceira Constituição do país (1934), promulgada na porção inicial do primeiro governo de Getúlio Vargas, os direitos políticos deixaram de ser um privilégio exclusivamente masculino e foram estendidos às mulheres.

O constitucionalismo e seu predicado inerente de limitação do poder governamental impõem amarras cogentes às autoridades públicas no exercício de suas funções. Dessa forma, simultaneamente, inserem-se mecanismos contra-majoritários no arcabouço normativo-institucional do Estado e se diminui a margem de liberdade para que governantes e legisladores suprimam ou restrinjam direitos.

Em geral, as Constituições contemporâneas que se proclamam democráticas e garantistas estão assentadas em três grandes pilares: fixação de direitos fundamentais, organização do Estado e organização dos Poderes. Para Roberto Gargarella (2014), a fixação de direitos se encontra na parte dogmática do texto constitucional, ao passo que a organização institucional se inscreve na parte orgânica.

O Poder Constituinte, enquanto momento histórico de expressão máxima da soberania, tem um forte sentido fundacional ou refundacional do Estado, significando a formulação de uma nova gramática social que passará a nortear a totalidade do ordenamento jurídico, da atividade jurisdicional, da formulação e implementação de políticas públicas. Hanna Lerner (2011) sintetiza estas ideias afirmando que as Constituições devem desempenhar dois papéis: um fundacional e outro institucional.

Antonio Negri (1999) enxerga o Poder Constituinte como uma ocasião de crise e, como tal, de embate de forças políticas. Para o autor, este ponto crítico também

deve ser interpretado como uma chave de regulação da política democrática. Disto decorre que, apesar de ser uma manifestação circunscrita no tempo e no espaço, o Poder Constituinte e seus efeitos persistem, em algum grau, durante todo o período de vigência da Constituição que originou.

Neste ponto, o vasto e denso pensamento de Nancy Fraser apresenta contribuições relevantes para este debate. *Frame-setting*, aqui traduzido como “estabelecimento do enquadramento” e “*subaltern counterpublics*” (esferas públicas subalternas) constituem categorias-chave para o propósito de se pugnar pela construção de uma teoria feminista do Poder Constituinte.

Por excelência, o Poder Constituinte é o momento de estabelecimento do enquadramento, uma vez que é neste contexto em que o delineamento do modelo democrático, dos direitos assegurados e da forma de organização do Estado e dos Poderes será realizado.

O fenômeno de crescente constitucionalização do Direito em geral – incluindo o Direito Privado – e os clamores recorrentes pela convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte para a promoção de reformas estatais profundas são razões que nos instam a refletir acerca do enquadramento proporcionado pela Constituição a partir da perspectiva das mulheres.

Antes de se adentrar nas questões de gênero, algumas considerações genéricas merecem ser tecidas. Por mais paradoxal que pareça, o Poder Constituinte é alheio ao próprio Direito; isto é, por ser ilimitado, encontra-se fora do alcance do ordenamento jurídico existente no momento de sua manifestação.

Embora não se inclua no escopo deste trabalho, é preciso notar que há quem defenda que existe, sim, uma forma de limitação ao exercício do Poder Constituinte: o respeito aos direitos humanos elencados em tratados internacionais dos quais o Estado em questão seja signatário

Posto de outra forma, pode-se considerar que este Poder localiza-se à margem dos sistemas institucionalizados de controle (sobretudo o sistema de freios e contrapesos), o que acarreta, potencialmente, riscos para a inclusão de demandas formuladas por grupos sociais minoritários ou de maior vulnerabilidade, que têm sua posição agravada pelo fato de, historicamente, enfrentarem um número maior de óbices em sua participação política.

Quais são, então, as possibilidades de controlar o Poder Constituinte no sentido de inserir, em suas deliberações e decisões, as pautas dos movimentos de mulheres? A principal resposta para esta indagação parece residir no ativismo cívico feminino, seja na esfera dos movimentos sociais organizados, seja no próprio bojo deste poder – ou seja, elegendo deputadas constituintes.

Todavia, os meios de engajamento feminino na atividade política através do ativismo também se encontram sujeitos a impedimentos informais socialmente arraigados. O não-lugar da mulher na política é algo a ser endereçado e combatido já nas primeiras discussões sobre a instauração de um processo constituinte.

Assim, sobressai a necessidade de se refletir acerca da construção de uma teoria feminista do Poder Constituinte. A finalidade precípua de uma teoria desta natureza é colocar, como meta de justiça social, a democratização do processo de estabelecimento do enquadramento (*frame-setting*) sob a perspectiva das mulheres.

Para cumprir com este propósito, é preciso que as mulheres agreguem o núcleo de controle apto a estabelecer o enquadramento, de modo que possam imprimir seus parâmetros aos direitos que lhes serão fixados, reconhecidos e efetivados.

Em paralelo, a participação paritária institucional na Assembleia Nacional Constituinte figura como uma garantia imprescindível. Conforme será tratado na seção 4 deste trabalho, a disparidade representativa entre homens e mulheres pode ser entendida como uma das causas da morosidade na produção e da baixa eficácia na execução de políticas públicas voltadas para as mulheres.

Dado o caráter não-jurídico do momento constituinte e as parcas formas de se controlar este processo, vislumbra-se que a determinação de paridade de gênero na composição da Assembleia Constituinte em seu ato convocatório seja uma boa alternativa capaz de assegurar uma representação justa e equânime.

Vale lembrar que, no ano de 2009, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) foi modificada para incluir a chamada “cota de gênero”. Na realidade, o que se prescreveu foi a obrigatoriedade de partidos políticos e coligações respeitarem o preenchimento mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero em disputas eleitorais para cargos do Poder Legislativo em todas os níveis federativos.

A instauração de medidas que induzam a participação paritária institucional já é parte integrante da legislação brasileira há quase uma década, o que demonstra sua viabilidade no arranjo político e a plausibilidade de estendê-la ao órgão eventualmente encarregado de elaborar uma nova Carta Política para o país.

A relevância do Poder Constituinte originário não se esgota com a promulgação de uma nova Carta Magna. Na verdade, o modelo de enquadramento adotado em sua manifestação atuará enquanto vetor das instituições, das teorias de justiça e dos arranjos de representação na ordem constitucional que (re)fundam.

3 | INSTITUIÇÕES, JUSTIÇA E REPRESENTAÇÃO

A ocupação feminina dos espaços e esferas públicas tem sido essencialmente condicionada pela abertura propiciada pela dominação masculina destes ambientes. Do ponto de vista político, esta restrição repercute de forma direta nos nichos das instituições, da justiça e da representação.

A lógica insular de participação das mulheres as circunscreve nas chamadas esferas públicas subalternas (FRASER, 1990). Neste cenário, há a delimitação de dois terrenos com legitimidades distintas: um institucional, densamente ocupado por detentores tradicionais de privilégios e direito de participação política, e outro subalterno, notadamente assimilado como o espaço de produção de discursos e

debates por minorias.

A existência de esferas públicas subalternas pode ter o efeito benéfico de estreitar e aprofundar laços de identidade entre membros de um mesmo grupo social, porém impõe entraves de diversos matizes à transposição das demandas ali produzidas para os planos institucionais e normativos reconhecidos como legítimos.

A rejeição aos papéis e lugares reservados às vivências impostas de feminilidade nem sempre encontra respaldo institucional, conforme é evidenciado pela proeminência das esferas públicas subalternas enquanto *locus* de atuação e mobilização de mulheres.

A reivindicada textura abertura da democracia colide, na prática, com um modelo altamente sectário. Quanto maior é a vulnerabilidade social de determinado grupo, maior é o seu distanciamento das instâncias políticas e, com isto, maiores são as dificuldades de engajamento e influência no processo de formulação de políticas públicas (*policy-making*).

A respeito do tema, Nathalie Lebon (2016, p. 160) destaca que, estando alinhada com a tendência dominante em escala global, as relações de gênero na América Latina apresentam um duplo sentido: concomitantemente, confinam as mulheres na esfera privada (ênfase em seu papel/dever reprodutivo) e as distanciam da participação na esfera pública e, em especial, na vida política.

A representação é faceta necessária da justiça social que se relaciona com a possibilidade de indivíduos e grupos historicamente minoritários e/ou vulneráveis acessarem os centros de poder e participarem dos processos de decisão coletiva.

Estas questões, somadas, nos reconduzem ao confronto com um questionamento central: como assegurar o direito das mulheres ao engajamento no processo de estabelecimento do enquadramento? Conforme abordamos na seção anterior, deve-se avaliar que o Poder Constituinte originário seja permeado, de forma paritária, por sujeitos políticos femininos que façam uso de sua capacidade de agência para que se adote um viés emancipatório no endereçamento das questões de gênero.

Na direção oposta, a política é frequentemente interpretada como força associada a padrões de masculinidade que, por definição, não são dados ou acessíveis às mulheres. À figura do “homem público”, ou seja, do indivíduo masculino virtuoso à quem cabe a gestão da *res publica*, nunca correspondeu a construção de um arquétipo feminino da “mulher pública”. A filosofia política e a história do pensamento político mantêm, há séculos, uma teorização que exclui, subjuga ou minora a inserção das mulheres no pensar e no agir político.

Sob um olhar de gênero, a legitimidade democrática da Constituição Federal de 1988 pode ser questionada. Embora seja celebrada como a Constituição “cidadã” e a narrativa dominante acerca de sua elaboração tente imprimir ênfase à participação da sociedade, pouco se fala sobre quais parcelas desta sociedade foram exitosas em apresentar, conferir visibilidade e efetivamente contemplar suas demandas e reivindicações no texto constitucional nascente.

É pertinente notar que

o desenho institucional, isto é, as normas e regras que organizam as instituições públicas, quaisquer que elas sejam, só será justo na medida em que todos os segmentos da sociedade, sejam eles do grupo majoritário ou de grupos minoritários, tenham a possibilidade de participar de maneira igualitária na formulação dessas regras (CASTRO, 2010, p. 3).

As distorções de representação feminina na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 macularam o intento de justiça que o órgão havia fixado em seu horizonte de atuação. Em contraste, a participação das mulheres em movimentos sociais no mesmo período era elevada e caracterizou uma força relevante na redemocratização do Brasil nos anos 1980. Para tentar jogar luz sobre os motivos desta discrepância, a próxima seção analisará a Bancada Feminina da Constituinte e seus antecedentes sociais.

4 | A ATUAÇÃO DA BANCADA FEMININA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987/1988

As raízes do envolvimento das mulheres com o Poder Constituinte originário podem ser localizadas consideravelmente antes da própria convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987.

A instauração da ditadura militar em 1964 constituiu um ponto de inflexão crucial nas experiências feministas brasileiras. Esta clivagem no tecido social também operou como fator de aglutinação e coordenação de diversos grupos de ativismo cívico na demarcação de posições de resistência e combate ao autoritarismo violento que perdurou até meados da década de 1980.

Cynthia Andersen Sarti (2004) enfatiza que

o feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota (SARTI, 2004, p. 37).

Após um momento inicial de organização nos anos 1970, com a virada para a década de 1980, os movimentos feministas vivenciaram um processo de ampliação e diversificação da sua estrutura e das pautas defendidas, capilarizando-se, gradativamente, rumo às agremiações políticas.

A contemplação da agenda feminista nas instâncias legislativas não se deu em um único momento, mas

algumas conjunturas parecem ter sido favoráveis à introdução da discussão parlamentar sobre a questão [feminina], a qual recebeu certa atenção em três momentos – entre 1976 e 1979, entre 1981 e 1983 e entre 1989 e 1991. Os períodos (transição de Geisel para Figueiredo; transição de Figueiredo para Sarney e Constituinte) correspondem a momentos de abertura política e/ou consolidação da ordem constitucional. A Constituição de 1988 provavelmente tenha esvaziado, no

curto prazo, a discussão sobre o tema, porém sua retomada, a partir de 1995, indica que permaneceu como uma das áreas de concentração da ação parlamentar atual. (SENADO FEDERAL, 2004, p.51)

Em novembro de 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) promoveu a Campanha Mulher e Constituinte, cujos motes “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” e “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher” capitanearam este esforço no sentido de superar o fosso entre sociedade civil e instituições políticas que foi agravado pelos anos de ditadura.

A mensagem central que estes motes carregavam consigo era uníssona: a legitimidade da Constituinte dependia da participação feminina. Neste sentido, o CNDM, através desta campanha, intentou estabelecer um canal de comunicação entre mulheres da sociedade civil e representantes constituintes com o objetivo de coletar e consolidar suas demandas, bem como pugnar por seu direito ao engajamento ativo na vida política.

Consubstanciadas na Carta das Mulheres (1987, p.3), as expectativas femininas com o processo constituinte eram elevadas, uma vez que

para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas.

Como é de se extrair da dicção da carta, as reivindicações políticas das mulheres no contexto da Assembleia Nacional Constituinte possuíam três grandes frentes intimamente relacionadas entre si: representação, participação e luta por direitos.

A representação – enquanto simetria de interesses entre representantes e representadas ou mandatários e mandantes – e a participação – engajamento direto das mulheres na condição de deputadas constituintes – integravam e continuam a integrar dimensões importantes na luta pela inserção, garantia e proteção de direitos, sobretudo aqueles abrigados pelo recorte de gênero.

Assim, após deliberação por ocasião do Encontro Nacional de Mulheres em agosto de 1986, a Carta das Mulheres apresentou às deputadas e deputados constituintes suas demandas, que foram estruturadas em um eixo de princípios gerais e outro de reivindicações específicas, sendo estas divididas em diversos temas.

Na porção dos princípios gerais, a tônica geral era de defesa da igualdade. Neste sentido, requereu-se o estabelecimento de “preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias”, além da determinação de que afrontas ao princípio da igualdade importassem em crime inafiançável.

É curioso notar que, a despeito da existência de rubricas próprias na seção de reivindicações específicas, a principiologia genérica sustentada na Carta também abrangeu “o reconhecimento da titularidade do direito de ação aos movimentos sociais organizados, sindicatos, associações e entidades da sociedade civil, na

defesa dos interesses coletivos”. Uma vez mais, resta evidenciada a combatividade e a interseccionalidade como traços característicos dos movimentos organizados de mulheres.

Por sua vez, a seção da Carta dedicada às reivindicações específicas estruturou-se em torno de seis rubricas: família, trabalho, saúde, educação e cultura, violência e questões nacionais e internacionais.

O fio condutor destas áreas temáticas foi a igualdade, focalizando ações concretas para a correção de distorções de paridade de gênero. Operar uma análise destas proposições é tarefa interessante que permite cotejar as expectativas de então com os avanços realizados até o presente.

A este respeito, algumas conquistas importantes ocorreram, principalmente nas esferas da família, do trabalho e da violência. Representativos deste progresso são, respectivamente, a substituição do instituto do *pater* poder pelo do poder familiar, a estabilidade empregatícia conferida às gestantes e a promulgação da Lei Maria da Penha, à qual se coadunam as Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher e demais instituições destinadas à prestação de amparo a vítimas de violência de gênero.

Contudo, certas pautas permanecem politicamente engessadas. A reforma agrária e o fomento à abordagem de temas referentes a relações de gênero nas escolas ainda enfrentam muita resistência legislativa em um Congresso Nacional de composição majoritariamente masculina, conservadora e vinculada a interesses econômicos colidentes com estas pautas.

As reflexões de Simone de Beauvoir (2009) acerca das condições materiais que posicionaram a mulher em segundo plano na sociedade são um bom quadro interpretativo para se compreender o porquê de parcelas consideráveis das deputadas constituintes de 1987-1988 deverem sua inserção política à associação com figuras masculinas às quais estavam associadas por matrimônio ou parentesco.

Das 25 mulheres que integraram a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 (ou seja, 4,47% do total de 559 deputados constituintes), 9 estavam ligadas a políticos homens (PINTO, 1994, p. 209). Em adição, nenhuma destas deputadas provinha dos Estados que compõem a região Sul do país, o que indica mais uma distorção em termos de representatividade da Bancada Feminina.

Conforme a tabela abaixo é capaz de demonstrar, outro traço interessante desta bancada é o fato de ter sido predominantemente constituída por deputadas filiadas a partidos de centro-direita e com perfil mais conservador. Cumpre pontuar que, com a criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em junho de 1988, diversas deputadas que, inicialmente, encontravam-se em outros partidos, migraram para a nova agremiação.

Deputada Constituinte	Partido/Estado
Abigail Feitosa	PSB/BA
Anna Maria Rattes	PSDB/RJ

Benedita da Silva	PT/RJ
Beth Azize	PSDB/AM
Cristina Tavares	PSDB/PE
Dirce Quadros	PSDB/SP
Eunice Michiles	PFL/AM
Irma Passoni	PT/SP
Lídice da Mata	PCdoB/AM
Lúcia Braga	PFL/PB
Lúcia Vânia	PMDB/GO
Márcia Kubitschek	PMDB/DF
Maria de Lourdes Abadia	PSDB/DF
Maria Lúcia	PMDB/AC
Marluce Pinto	PTB/RR
Moema São Thiago	PSDB/CE
Myriam Portella	PDS/PI
Raquel Cândido	PFL/RO
Raquel Capiberibe	PSB/AP
Rita Camata	PMDB/ES
Rita Furtado	PFL/RO
Rose de Freitas	PMDB/ES
Sadie Hauache	PFL/AM
Sandra Cavalcanti	PFL/RJ
Wilma Maia	PDT/RN

Tabela 1 – Composição da Bancada Feminina

(Fonte: elaborado pela autora)

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração e a promulgação de novas Constituições representam o estabelecimento de um enquadramento normativo, institucional e hermenêutico que guia as ações do Poder Público e regula a vida em sociedade.

A análise da última manifestação do Poder Constituinte originário no Brasil demonstra a marginalização das mulheres no centro decisório (re)fundacional do Estado. Seria demasiadamente forçoso considerar que uma participação da ordem de 4,47% (ou 25 mulheres em comparação a um total de 559 parlamentares constituintes) seja minimamente representativa das mulheres brasileiras.

Este fenômeno reverbera efeitos perversos mesmo após um lapso de quase três décadas desde a promulgação da Constituição de 1988. Mesmo com todas as vicissitudes que acometeram sua elaboração, esta Carta Política pavimentou o caminho para que uma série de avanços normativos e institucionais com recorte de gênero pudessem alcançados.

Contudo, em boa medida, é possível identificar um nexo de causalidade entre as dificuldades enfrentadas para promover pautas atuais como os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres quando estas foram eclipsadas do próprio momento histórico de fixação das balizas constitucionais.

Ainda que a ocupação feminina efetiva dos centros de poder seja a melhor via pela qual as mulheres possam participar do estabelecimento do enquadramento, é

igualmente necessário que se construa uma teoria feminista do Poder Constituinte que suplante as práticas políticas que venham a ser empreendidas.

Neste sentido, dois elementos são especialmente relevantes: a inserção de mulheres no núcleo de comando do Poder Constituinte e a participação paritária institucional. Conforme defendemos, o próprio ato convocatório da Assembleia Nacional Constituinte deve conter normas que determinem e disciplinem uma representação equilibrada entre gêneros.

Em um contexto de fragilidade das instituições e da própria democracia como o experimentado hodiernamente, a já elevada vulnerabilidade social das mulheres torna-se ainda mais pungente. Com isto, um dos principais desafios a serem enfrentados reside na ampliação da ocupação feminina da esfera pública para além daquelas de natureza subalterna.

A articulação entre instituições, justiça social, representação e atividade política sob a perspectiva de gênero é essencial para a reconstrução do *ethos* democrático da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTRO, Susana de. Nancy Fraser e a Teoria de Justiça na Contemporaneidade. *In: Revista Redescritões*, nº 2. Rio de Janeiro, 2010.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *In: Social Text*, nº 25/26. Durham: Duke University Press, 1990.

GARGARELLA, Roberto. **La Sala de Máquinas de la Constitución: dos siglos de constitucionalismo en América Latina (1810 – 2010)**. Buenos Aires: Katz, 2014.

LEBON, Nathalie. Popular Feminism at Work: redistribution and recognition in the Marcha Mundial das Mulheres in Brazil. *In: BETANCES, Emelio; IBARRA, Carlos Figueroa. Popular Sovereignty and Constituent Power in Latin America – democracy from below*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

LERNER, Hanna. **Making Constitutions in Deeply Divided Societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NEGRI, Antonio. **Insurgencies, Constituent Power and the Modern State**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

PINTO, Célia Regina Jardim. Participação (Representação?) Política da Mulher no Brasil: limites e perspectivas. *In: SAFIOTTI, HELEIETH I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica. Mulher Brasileira é Assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SARTI, Cynthia Andersen. O Feminismo Brasileiro desde os Anos 1970: revisitando uma trajetória. *In: Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio/agosto 2004.

SENADO FEDERAL. **Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro: 1826 – 2004**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 2004.

QUE SEXUALIDADE É ESSA? REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES AMOROSAS DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO

Aline Luiza de Carvalho

Doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Márcia Stengel

Profa. Dra. do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RESUMO: Falar de sexualidade não é uma tarefa tão simples quanto se imagina. Discutir as consequências de uma sexualidade consequente de experiências incestuosas torna o assunto ainda mais complicado de discorrer. No entanto, essa é a proposta deste trabalho quanto, no período de pesquisa para mestrado, pode-se entrevistar cinco adolescentes sobre as suas experiências afetivo-sexuais atuais. Com aproximações entre a teoria e as descrições das perspectivas das entrevistadas, esta pesquisa apresentou como resultado a confirmação nos seus relatos de dificuldades na evolução psicosexual por meios de falas confusas sobre as relações sociais e afetivas atuais, assim como a presença de comportamentos evitativos, o receio de exporem suas opiniões, assim como perspectivas ambíguas sobre relações amorosas. Assim, pode-se considerar que a vivência concreta da sexualidade via relação incestuosa na infância dessas garotas, influenciou na criação de percepções distorcidas

sobre si e sobre sua concepção de parceria, desvios negativos e soluções disfuncionais para lidar com o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Incesto, Adolescência, sexualidade, relações amorosas.

ABSTRACT: Talking about sexuality is not as simple a task as you might imagine. Discussing the consequences of a sexuality resulting from incestuous experiences makes the subject even more complicated to discuss. However, this is the proposal since work, in the period of research for masters, it is possible to interview five adolescents about their current affective-sexual experiences. With approximations between the theory and the descriptions of the perspectives of the interviewees, this research resulted in the confirmation in their reports of difficulties in the psychosexual evolution by means of confusing statements about the current social and affective relations, as well as the presence of avoidant behaviors, the fear of exposing their opinions, as well as ambiguous perspectives on love affairs. Thus, it can be considered that the concrete experience of sexuality through incestuous relationship in the infancy of these girls, influenced the creation of distorted perceptions about themselves and their conception of partnership, negative deviations and dysfunctional solutions to deal with the theme.

KEYWORDS: Incest, Adolescence, sexuality, relationships.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a adolescência é considerá-la uma manifestação natural da vida do ser humano, envolvida em grandes mudanças, dúvidas, perturbações pessoais que desestabilizam mental e emocionalmente o sujeito em pleno processo de adulecer.

Para melhor caracterizá-la, pode-se situá-la, então, como o processo no qual se rompe com as demandas iniciais do desenvolvimento, seu aconchego, sensação de proteção e pouca responsabilidade, para o embrutecimento da vida adulta: seus objetivos, comportamentos sociais, relações ampliadas, vivências amorosas e sexuais e da necessidade de desprendimento de formas aprendidas no seio familiar à adaptação das requisições que a maturidade exige. Neste sentido, um dos aspectos mais intensos e de grandes dúvidas familiares, na escola ou mesmo em consultórios é sobre a sexualidade na adolescência.

Na realidade, a sexualidade humana é tema frequentemente estudado no campo das Ciências Humanas, principalmente visto as diversidades de interesses que operam sobre o tema. Na juventude, isso não se torna diferente por ser o momento em que comumente floresce o interesse pelas relações sociais e quando tende a se intensificar as relações afetivo-sexuais e amorosas. A sexualidade, assim, é muito discutida neste momento e é de grande valia na compreensão e orientação a familiares e profissionais que cercam os jovens. Mas o que literatura fala sobre a sexualidade de adolescentes que foram vítimas de incesto?

Muito se estuda sobre este tipo de envolvimento e as repercussões que provocam a crianças e adolescentes. Na maioria dos casos de incesto, principalmente nos que ocorrem contato com a sexualidade, as vítimas, como definiremos as pessoas ofendidas sexualmente, contatam a sexualidade precocemente, sem acesso aos significados entre o pessoal (particular) e o interpessoal (público) de ações ou atividades íntimas. Nos casos mais graves, quando há o contato físico, elas vivenciam, mesmo que em seu lar e com o conhecimento de próximos, a concretude do imaginário inconsciente.

As adolescentes que viveram o incesto e as quais dediquei acolhimento e pesquisa de mestrado, participaram de relações afetivo-sexuais de uma outra ordem de desejos e fantasias - seus e do agressor - que ultrapassam a compreensão de si e do outro, da interpretação que se dá a este momento e de suas repercussões no seio familiar.

A subjetividade afetada após a vivência incestuosa, em muitos casos, deixa transparecer dificuldades de uma interpretação clara do ocorrido anteriormente, deixa dúvidas a respeito das responsabilidades, desejos, fantasias e prazer, desvirtuando as motivações de relações amorosas e íntimas. Portanto, trazer para o ambiente acadêmico reflexões sobre temas importantes como o adolescer,

sexualidade, violência, mas principalmente consequências decorrente de traumas no desenvolvimento biopsicossocial e sexual, é de suma importância para compreender desvios e transtornos que dificultam o processo maturacional ou o bloqueiam por completo a possibilidade de mudanças.

ADOLESCÊNCIA E SEXUALIDADE

Identifica-se diferentes modos de conceitualizar e delimitar a adolescência, que podem ser concebidos por enfoques variados, nos quais opera uma multiplicidade de fatores, características e elementos, uns com mais relevância que outros, mas todos transitando pela ênfase nas transformações físicas e biológicas, intelectuais e cognitivas, de identidade e de personalidade, sociais e culturais, morais e valorativas. Para alguns autores, a exemplo de León(2009), as principais concepções sobre adolescência podem sintetizar-se em três teorias: a teoria psicanalítica, a teoria sociológica e a teoria de Piaget.

A primeira concebe a adolescência como resultado de um processo do desenvolvimento observado na puberdade, o qual leva à modificação por meio de um desequilíbrio psíquico, produzindo com isso a vulnerabilidade da personalidade. Neste período ocorre o despertar da sexualidade e também a modificação dos laços de família de origem, o que podem resultar na desvinculação destes laços, com atitudes de oposição às normas, gerando novas relações sociais. A adolescência então, é vista pela psicanálise como período de busca de novos significados a concepções antes estabelecidas sócio e afetivamente, assim como a continuidade de do desenvolvimento psíquico, libidinal e psicosssexual

Na perspectiva teórica da sociologia, a adolescência é resultado de tensões e pressões que vêm do contexto social, fundamentalmente daquelas relacionadas com o processo de socialização que o sujeito realiza, com a aquisição de novos papéis sociais e atribuições para o bom desempenho desses papéis.

A teoria de Piaget tem como base as mudanças observadas no pensamento durante a adolescência, quando o sujeito tende à elaboração de planos de vida e as transformações afetivas e sociais estão unidas a mudanças no pensamento. Segundo esta perspectiva, a adolescência é resultado da interação entre fatores sociais e individuais.

Diante dessa difusa diferenciação conceitual, assim como a especificidade de cada caso, não é incomum observar aproximações ou mesmo superposição entre uma teoria e outra, mas que delimitam a superposição de fatores biológicos, sociais e de subjetivação. Assim, podemos aponta-la como um estágio de grandes transformações psicobiológicas e sociais, responsáveis pelo que podemos chamar de último grande impulso no processo do desenvolvimento.

No que se refere a maturidade psicosssexual do adolescente, é possível observar

o despertar sobre o tema quando as relações sociais são ampliadas e promovem a interação a outras realidades, valores, tradições e culturas que provocam uma revolução subjetiva e de comportamento com os novos subgrupos que se constroem. O desenvolvimento social do adolescente acontece então, medida que este internaliza a concepção da necessidade do convívio social mais intenso, com a finalidade de adotar e perpetuar esses valores. A maturação social, bem como o desenvolvimento mental e emocional ocorrem gradativamente no desenvolvimento do ser humano, sendo, dessa forma, acompanhados por uma ampla variedade de definições e reações culturais.

A família fornecerá subsídios primários importantes no processo de maturação e construção da identidade do sujeito. É nela que serão fornecidas base, modelos, formas de vinculação possíveis e que servirão como base referencial para futuros relacionamentos de trabalho, amizades, além das relações afetivo sexuais. Entretanto, somente com nas relações sociais o adolescente experimentará as antigas e novas formas de relação, estabelecendo vinculações variadas, transitórias ou não, para adaptações de hábitos, rotinas, valores e planos. Nesta complexa teia de mudanças e variadas interações, o indivíduo desvincula-se do grupo inicial e busca, em outros grupos, desenvolver suas capacidades, experimentar situações em que promovam a sua autonomia, assim como a experimentação de formas variadas de relacionamentos.

O adolescente busca em seu novo meio, encontrar pessoas as quais se identifiquem afetiva e idealmente a fim de construir vínculos que considerem próximos e seguros. As expectativas e idealizações observadas na formação e sustentação das amizades também acontecem nos relacionamentos amorosos. Buscam, inicialmente, a esta nova relação envolver-se com pessoas sem o compromisso de fidelidade e continuidade, o que definem como “ficar”, permitindo-se experimentar seus desejos, sedução e o sentimento de prazer instantâneo.

O ficar não faz necessária a aproximação anterior das pessoas, ele pode acontecer entre pessoas que não se conhecem, as quais não guardam afetos, histórias, mas serve como meio de aproximação caso seja interesse em envolver-se, assim como experimentar e vivenciar sua vida afetivo-sexual inicialmente.

Apesar de ser um tipo de relacionamento comum nos dias atuais, o “ficar” traz consigo conflitos para os jovens a respeito de sua sexualidade e relacionamentos amorosos: “Por um lado, há uma busca de liberdade, prazer, felicidade e, por outro, dilemas, freios, contradições insuperáveis.” (JUSTO, 2005, p.74). Para ele, o ficar caracteriza a falta de uma perspectiva futura, provocando com isso uma sensação de desamparo e insegurança, diferentemente de um compromisso sério, que assume os encargos domésticos e traz consigo a necessidade e as dificuldades da convivência diária.

Mesmo com as observação feita por Justo (2005), Stengel (2003) aponta que, apesar deste ser o relacionamento mais comum entre os mais novos, os jovens, com o tempo, vão procurando relacionamentos mais íntimos e duradouros, como o namoro, principalmente entre as meninas, que buscam comunicação, aproximação afetiva e

considerações sociais contemporâneas que influenciam significativamente em suas escolhas.

Ressalta-se que é neste período que se busca a satisfação sexual-genital por outro, mas para isso o adolescente precisa estar preparado para encarar seus medos, as alterações corporais, apropriando-se da condição da adultez. Para tal acontecimento é necessário reconhecer o próprio corpo e a importância de outra pessoa para essa satisfação.

Sem adentrar nas questões de gênero, que são diferenciadas por comportamentos específicos entre moças e rapazes, é importante considerar que a sexualidade é um ponto primordial na socialização do jovem, além de ser a consequência de interações comuns com pessoas diferenciadas e do aumento de interesse afetivo e íntimo desse convívio.

INCESTO

A importância de se pensar na família como grupo primário de formação do sujeito, assim como fonte inesgotável de possibilidades dinâmicas e relacionais é de relevância ímpar aos estudos. O sistema familiar promove em sua finalidade, as primeiras experiências de socialização e de formação de personalidade, ocupando com isso, um espaço significativo entre o indivíduo e a sociedade a qual ele pertence.

Considerando o seu significado, é pertinente refletir sobre as diferentes dinâmicas familiares e ponderar a constância de influências positivas a evolução e amadurecimento de seus entes, assim como a saúde mental de todos. Neste sentido, podemos considerá-la uma instituição sem problemas ou dificuldades? Obviamente, pela sua constituição diferenciada, não é possível o controle, paridade ou mesmo relações similares que provoquem a mesma repercussão na constituição do sujeito. São constituídos por formas diferenciadas de relação, com microssistemas que influenciam tanto na estrutura, quanto no seu desempenho e resultado.

As interferências culturais, políticas e religiosas são fatores preponderantes nas relações familiares. É por meio delas que se pode capturar o real sentido do seu desempenho. Seus relacionamentos, posturas, papéis, cuidados e segurança que os vínculos proporcionam aos seus integrantes.

Discorrer sobre violência doméstica, nada mais é que admitir a existência de formas disfuncionais de relacionamento, que impedem os seus integrantes, e a família como sistema maior, de cumprir suas funções conforme os objetivos que estão propostos socialmente. Entender sobre a violência sexual intrafamiliar, então, chega como uma oportunidade para descobrir as particularidades das relações incestuosas, de vínculos conturbados, escondidos, obscuros para algumas famílias e profissionais, e que refletem a intrusão não só do corpo, mas do psiquismo, da intimidade e das relações sociais das vítimas.

Então, que características devem-se considerar ao incesto? Como defini-lo? Diagnosticá-lo? Conceituar, assim como encontrar características e definições exatas, não é um encargo simples visto ser quase impossível ante as diversidades culturais existentes. A cultura, em si, irá estabelecer formas diferenciadas de opções possíveis ou inadmissíveis a cada espaço. Estas inscrições político-sociais, irão circunscrever as nações com costumes próprios que estruturam uma ordem social e que influenciam relações, principalmente as familiares.

Para Besson (1931), os grupos possuem um conjunto de regras que organiza as relações dos grupos, denominando-o como totem. Para ele, determinadas leis são advindas de um sistema, o qual define como “Sistema mágico-religioso e social” e é constituído por leis que regulam as relações entre membros do mesmo grupo, unidos fraternalmente por um vínculo sanguíneo, com as mesmas crenças, de forma a levar os mesmos nomes. Estas regras regularizam comportamentos e costumes sociais e afetivo-sexuais, definindo as possibilidades de uniões dos seus participantes.

A fim de assegurar a sua existência, o autor também utiliza as palavras de Durkheim para descrever a regência dos grupos por essas leis, bem como compreendê-la como algo milenar, complexa, forte e impessoal que age em cada espaço. Quer dizer com isso, que esta é uma força comum a vários grupos, independentemente do local e cultura, que organiza relações de todos os seres que dele fazem parte por parentesco totêmico. Neste sentido, normatizam relações com os seus próximos, permitindo que vivam em fraternidade, a fim de fortalecer laços e organizar a dinâmica social de cada grupo.

Neste sentido, pode-se apontar que as relações afetivo-sexuais observadas em diferentes sociedades e épocas, são formadas considerando essas regulações. A sua transgressão, por sua vez, é avaliada como falta social muito grave e que será refletida por meio de ação jurídica variada, que age desde a exposição a uma simples advertência, à prisão, ou pena de morte em outros países.

O Homem, em sua condição biológica e social, ao mesmo tempo, precisa administrar as excitações exteriores e interiores a fim de manter o equilíbrio entre demandas de sua natureza e à ordem coletiva por meio do respeito à sua cultura e condição. Para Lévi-Strauss (2009), essa indissociabilidade não permite compreendermos com exatidão em que momento começa o ser biológico e o ser cultural, entretanto, segundo o mesmo autor, pode-se considerar como lados intrínsecos: “tudo quanto é universal no homem depende da ordem da natureza e se caracteriza pela espontaneidade, e que tudo quanto está ligado a uma norma pertence à cultura e apresenta atributos do relativo particular.” (p. 45).

Considerando estas observações, Lévi-Strauss (2009) sustenta a ideia de que a proibição do incesto se apresenta com estes dois aspectos reunidos:

Porque a proibição do incesto apresenta, sem menor equívoco e indissolúvelmente reunidos, os dois caracteres nos quais reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas, isto é, constituem uma regra, mas uma regra que, única

entre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo caráter de universalidade. Não há praticamente necessidade de demonstrar que a proibição do incesto constitui uma regra. Bastará lembrar que a proibição do casamento entre parentes próximos pode ter um campo de aplicação variável, de acordo com o modo que cada grupo define o que entende por parente próximo (p.45).

Observa-se que Besson, Durkheim e Lévi-Strauss compartilham a existência e a importância das regras que dirigem as relações parentais e fraternais como sendo de ordem universal, existente nas diversas sociedades e que descrevem possibilidades culturais, regem relações, servindo como medidas protetoras de instintos e desejos. Mesmo não sendo descritos em nenhum código jurídico, ainda atualmente, o código totêmico se constitui como regra social, impedindo relações sexuais entre entes próximos e permitindo relações com pessoas de outros totens (grupos).

É verdade, pelo caráter da universalidade, a proibição do incesto toca a natureza, isto é, a biologia ou a psicologia, ou ainda uma e outra, mas não é menos certo que enquanto regra, constitui um fenômeno social e pertence ao universo das regras, isto é, da cultura, e, por conseguinte à sociologia que tem por objeto o estudo da cultura. (LÉVI-STRAUSS, 2009, p. 62)

Os vínculos afetivos só são possíveis com a convivência e a resposta diante das expectativas que se constroem sobre esse relacionamento. Neste sentido, quaisquer que sejam os relacionamentos amorosos e afetivo-sexuais que se estabeleçam entre as pessoas, estarão aprofundadas com a ampliação da intimidade, das expectativas e desejos pessoais, fantasias, assim como em princípios sociais maiores. Nesta perspectiva, o desrespeito às regras, constitui uma relação proibida e passível a reprovação.

No caso da relação incestuosa será considerada que a sua interdição não exprime somente as relações de parentesco reduzidas ou de convívio estreito, mas se estende a indivíduos que, de alguma forma, participam com alguma atividade do grupo, mesmo que esporádica, assumindo um papel dentro dele. Ou seja, vai além do vínculo biológico, mas está implicada às pessoas que desempenham uma função naquele grupo e que estão afetivamente ligadas aos seus participantes.

Dando foco a violência sexual infanto-juvenil, está relacionada ao envolvimento de crianças e adolescentes, que ainda cultivam dependência, em atividades sexuais com adulto ou qualquer pessoa um pouco mais velha ou que exerça uma forma de poder sobre a vítima utilizando formas diferenciadas de persuasão para a gratificação das necessidades ou desejos sexuais. Assim, o sujeito agredido não terá capacidade suficiente para dar seu consentimento ante ao desequilíbrio de poder. O agressor, com isso, utilizará de encontros sexuais ou comportamentos que abrangem aliciamento sexual, linguagem ou gestos sugestivos, pornografia, exibicionismo, voyeurismo, carícias, masturbação e penetração à vítima.

Azevedo e Guerra (1989) complementam entendendo que esta prática, como todo ato ou jogo sexual, heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança/adolescente de até 18 anos, com finalidade de estimulação sexual

própria. Este tipo de ação pode oferecer formas variadas de arranjo, velados ou não, contemplando atividades com ou sem contato físico, como voyeurismo, além de demonstrações vídeos, dentre outros comportamentos obscenos.

A relação sexual incestuosa é considerada como relações entre pais e filhas(os), mães e filhos(as), relações entre irmãos, entre pessoas com consanguinidade de primeiro grau e/ou entre pessoas de segundo grau de parentesco. Porém, em resposta as mudanças sociais e a reorganização operacional familiar, hoje, deve-se considerar a participação efetiva e afetiva na dinâmica, além de ligações emocionais estabelecidas, os vínculos afetivos construídos e relações de confiança entre eles durante permanência diária. Neste sentido, fazem parte desse repertório padrastos e madrastas, avós, tios, primos, cunhados, envolvidos em um sistema vincular influente no desenvolvimento desse sujeito.

O ato violento pode ser interpretado como uma submissão ao outro, em que o agressor - o adulto - coloca a criança e/ou o adolescente na condição de objeto de satisfação de seus desejos, algumas vezes podendo este ser vivenciado como inerente à relação entre jovens e adultos, ou a uma relação familiar.

A etiologia da família incestuosa é caracterizada por relações fechadas, confusas, com papéis misturados, em que os filhos assumem responsabilidades variadas, estabelecidas diante do comprometimento e solicitações de seus superiores, misturando representações, sentimentos, confundindo desejos, fantasias e expressando novos tipos de relações com cada personagem familiar.

Para os estudiosos do assunto, como Cromberg (2001) e Forward (1989), o incesto revela nas relações familiares uma fragilidade de laços considerando os conflitos gerados pela experiência e as perturbações consequentes desse tipo de funcionamento, em contrapartida, um investimento considerável em mecanismos de defesa pessoais que auxiliem no contato com a violência, paralelo a concentração de energias mentais e emocionais para evitar a desintegração familiar. Ressalta-se, contudo, que a relação afetivo-sexual incestuosa não gera vínculos frágeis necessariamente, porém é nesta relação que se revela a existência de uma dinâmica familiar problemática, com vínculos distorcidos, frouxos e limites que não estão claros, mas a lealdade se torna um ingrediente importante na manutenção de dos contatos e de suas ações. O equilíbrio terá êxito enquanto os participantes do grupo familiar conseguir dissimular e suportar essa dinâmica (CARVALHO, 2011)

Para que seja possível a continuidade da relação incestuosa são necessárias algumas condições que favoreçam estrutura: o deslocamento do papel de mãe para a filha, tornando-a a responsável pelo desempenho de algumas ou completa função materna; a necessidade de reduzir a angústia de separação com ações que fortaleçam seus vínculos; a não aceitação social de que o pai procure satisfação sexual fora do núcleo familiar, tentando manter a aparência externa de um patriarca estável e competente; medo da desintegração familiar e de abandono, seja da criança, quanto dos próprios genitores; a absorção da transgressão pela família, funcionando

parceiramente como cúmplices da relação incestuosa, dentre outros fatores.

Além da confusão para cada integrante, observa-se contínuas tentativas de organização e acomodação de papéis e funções, mesmo percebendo-a como uma relação pouco benéfica. Esta busca, algumas vezes, resulta em formatos diferenciados, mudanças de postura e atitudes, a fim de compensar o mal estar de tal desequilíbrio.

Segundo Carvalho (2011), independente da forma de persuasão, o uso do poder é ingrediente principal a qualquer situação de abuso. O que poderia ser uma situação fraterna saudável de confiança e solidariedade é meramente um jogo de poder e submissão entre os envolvidos, despertando o prazer para uns, acomodação a outros, mas principalmente, sentimentos de culpa, medo, inferioridade, angústia, desprazer em outros.

Pode-se considerar que a ofensa sexual incestuosa pode acarretar em traumas maiores para crianças e adolescentes vítimas devido à grande decepção em vê-lo praticado por pessoas de seu convívio, que são investidas de confiança e carinho, e a quem esperam proteção, referência e modelos de conduta. Porém, muitas vezes, as relações sexuais não são notadas como tal, mas como expressões de carinho. (CARVALHO, 2011, p.76)

Para Ferenczi (apud CROMBERG, 2001), considerando a família um sistema formado pelas interações de histórias, personalidades e com papéis complementares, a violência sexual incestuosa ocorre não contra uma pessoa única, mas contra indivíduos múltiplos, envolvendo-os em uma relação intensa e marcada por violências. Direta ou indiretamente, os sujeitos estão e sentem-se envolvidos em situações contraditórias, desconfortáveis ou dolorosas que não conseguem, por quaisquer motivos, se desvincular.

Notadamente, a violência, principalmente a violência sexual, é a materialização, na sua forma mais brutal, dos códigos sociais, atribuindo à vítima sua função e lugar de subordinação, a exemplo da sujeição de muitas mães/madrastas em negar para si e para a sociedade a relação incestuosa a qual os filhos passam, intuindo preservar a organização familiar, um casamento ou mesmo o sustento de seus filhos.

Nas relações familiares em que ocorre a ofensa sexual, os prejuízos podem ultrapassar o aspecto social, atingindo a saúde física e psíquica da vítima, como também afetar, ainda mais, toda a dinâmica familiar, os papéis, as responsabilidades e as ações entre si.

Estudos realizados por Baggio (1991) mostram dois aspectos importantes a serem considerados: a proximidade do agressor à vítima na maioria dos casos denunciados, mostrando relações de confiança existentes entre eles, o que pode ser um fator importante no baixo índice de denúncias deste tipo de ocorrência, além das transformações psíquicas decorrentes deste tipo de violência.

Segundo o referido autor, em casos de crianças pequenas, quando submetida à bolinação e à experiência incestuosa, a criança mostra-se com dificuldade de compreender entre o tipo de carícia que sente no vínculo materno e com intenção nitidamente sexual. Conscientemente ou não, muitas vezes a experiência como esta

ultrapassa a capacidade do indivíduo em processar agradavelmente este tipo de carícia, assim como aumenta o incômodo e a suspeita de que há algo inapropriado nisto.

Vivências como estas podem gerar paralisação no desenvolvimento da criança, outras terão o seu desenvolvimento fortemente distorcido em direção a uma psicopatologia qualquer. Alteração na sexualidade é ponto significativo, principalmente no processo de simbolização da criança que vivencia concretamente suas fantasias intrapsíquicas, como observado no trecho a seguir:

É natural a criança ter fantasia, isto é, um enredo intrapsíquico da relação incestuosa; primeiro com a mãe, depois com o pai. Esta fantasia está sancionada pela cultura com o selo da proibição. Diante da presença de uma ausência, fica o traço da coisa, que vai servir como marca, de signo, para a simbolização. Se ao invés da ausência de incesto fantasiado tivermos a presença presente do incesto realizado, está aterrada a fresta por onde se dá a simbolização. (BAGGIO, 1991, p. 117)

Neste sentido, dentro da ordem do Complexo de Édipo discutido pela Psicanálise Freudiana, as fantasias coincidem com a realidade e o psiquismo opera então com puras concretudes. O imaginário é reflexo da realidade e está confirma o imaginário (CARVALHO, 2011, p. 82)

Segundo Nasio (2007), esse é um dos pontos primordiais a ser levantado, pois a proibição do incesto e a vivência edípica estão na constituição das neuroses futuras, como condições de ambivalência afetiva vividas por todos. A revivência deste complexo, comum na adolescência, traz consigo a formação de neuroses e suas variantes, que determinarão os destinos da sexualidade.

Para Freud (1920), o complexo de castração é a forma reveladora e que impulsiona a entrada no Complexo de Édipo. Tal resolução incentivará ou desestimulará a feminilidade da menina, incorporando-a ao ego e na formação do superego, que estruturam e instituem qualidades psíquicas, assim como sua autonomia sexual, atividade e prazer.

A teoria freudiana traz uma visão estrutural sobre a sexualidade feminina em torno do complexo de castração, o qual se inicia o complexo edípico - pensada a partir do modelo masculino - devido a inveja do pênis. Como não é possível tê-lo anatomicamente, deseja-se em encontrar em uma figura que lhe represente, o pai, e lhe traga o seu próprio falo, um filho. Isto é, a sexualidade feminina resulta dessa resolução e de como isto impacta no seu desenvolvimento e nas relações parentais.

Para Freud, em sua obra “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (1996, v. 19), a experiência a que passam, seja meninos quanto meninas, permanecem fortemente catexizados no inconsciente e sentirá seus efeitos no seu desenvolvimento sexual.

O distanciamento e posterior retorno à vivência edípica contemplam a ideia de que a menina pertence a um grupo inferior do qual a mãe faz parte e traz assim o sentido a sua posição social. Desta maneira, Freud determina que existem três destinos que se abrem para a sexualidade feminina: a inibição neurótica, a masculinização e a

reversão da libido para o pai com o desejo de receber filhos dele. Esta última configura o que ele chamou de atitude feminina normal.

A construção subjetiva do resultado significação da castração, vivida para a resolução dos conflitos no complexo de Édipo, fará com que as meninas ressingifiquem as saídas na sexualidade. A primeira a saída, leva-as a frigidez e a inibição de seus impulsos libidinais visto que compreende-se em uma condição de inferioridade com os meninos. Este sentimento de inferioridade a faz renunciar seus desejos e atividades fálico-clitoriana.

As segundas e terceiras saídas, apresentam-se como um movimento sexual existente, contudo, com investimentos diferenciados: no complexo de masculinidade, observa-se um investimento a aquilo que representa a masculinidade, sentidamente ameaçada, acreditando na possibilidade de obter um pênis. Em vista a esta dedicação, as relações afetivas-sexuais podem ser investidas em relações homossexuais.

O segundo destino é caracterizado por maior autonomia feminina, em que a mulher exibe uma atitude característica do universo masculino, de desafio, autonomia, onipotência e virilidade. Neste caso, “a mulher substitui a crença de ser castrada e inferior, pela crença oposta” e, “em vez de se julgar castrada, julga-se onipotente; brande o falo, exibe-o com atitude de desafio e acentua os traços masculinos a ponto de se tornar mais viril que o homem”. (NASIO, 2007, p. 99).

Já terceira via, o sujeito encontra a resolução substituindo seu desejo de ter o pênis por outra representação fálica, o desejo da maternidade e de relações afetivas heterossexuais. A terceira variação, a qual consideram próximas à normalidade por ser tipicamente do universo feminino, apresenta-se pela existência de forte angústia, angústia pela ameaça de castração, que repercute no medo de ser abandonada pelo homem amado. O desejo da mulher em ser amada e protegida é tão poderoso que se sente envolvida pelo receio de ser privada do amor de seu companheiro, levantando suspeitas de que este pode deixá-la. (FREUD, 1920; NASIO, 2007)

Deste modo, Freud (1920) descreve as primeiras experiências na constituição do sujeito como forças motivadoras que levam a sua neurose futura, sendo que a sexualidade percorre o mesmo destino. Para as meninas ofendidas sexualmente, público o qual nos detemos neste trabalho, esta vivência concretizada do Complexo de Édipo influenciará na forma como elas interagirão posteriormente.

Tais possibilidades nos fazem repensar na vivência edípica concretizada na infância, como em uma estruturação funcional psicosssexual, desejos e instrumentos que serão desenvolvidos para expor esta sexualidade. E de onde surgem os distúrbios pela primeira vivência edípica? Nasio (2007, p.118) responde com a seguinte observação:

O que aconteceu na pequena infância edípica para que uma neurose se instalasse na fase adulta? Pois bem, deu-se uma derrapagem; sim a criança edípica sofreu por ter sido submergida por um prazer erógeno intenso demais que se apoderou dela. Seu eu, ainda inexperiente, não soube conter a impetuosidade de um desejo enlouquecido e assimilar o prazer transbordante daí resultante.

E complementa:

“Desejo ou prazer?” vocês me perguntarão. Isso é totalmente equivalente, como vimos, sensações, desejos, fantasias e prazer são vividos pela criança como uma única forma e a mesma coisa; somos nós [adultos] que separamos seus elementos. Dito isto, quando o prazer erógeno é excessivo, o eu infantil fica traumatizado.

Ou seja, quando a criança é incapaz de assimilar tal realidade sexual, não só o sofrimento, mas principalmente a possibilidade de ter sentido prazer em tal experiência, sente-se desamparada e condenada a reviver o trauma no decorrer de sua vida, diante da marca inconsciente que foi criada. Esta será a origem de uma futura neurose.

Nas experiências afetivo-sexuais futuras, o indivíduo tem a necessidade ou tende a reviver a mesma sensação e representar a mesma cena traumática com seu parceiro atual, definindo uma compulsão à repetição, característica da neurose.

Ressalta-se que esta repetição ou a continuidade com outras formas de relacionamentos é estratégia para lidar com os desejos, com sua sexualidade e caracterizará as dificuldades relacionais do sujeito. Deste modo, devemos considerar que o significado de vivências e relações interpessoais violentas com os entes, seja física, psicológica e/ou sexual, reflete no desenvolvimento biológico, psicológico, social e sexual dos envolvidos. Relacionamentos parentais incestuosos, principalmente de pais a filhos, mostram-se disfuncionais em sua dinâmica e não cumpridora dos deveres de proteger, educar e socializar. Mostram-se opressores, não resolutivos e adoecedores aos seus filhos.

METODOLOGIA

Para a pesquisa foram levantados bibliográficos, pesquisas, além da realização de entrevistas com cinco adolescentes, entre 12 e 18 anos de idade – considerando a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente - e com histórico de violência sexual incestuosa na infância, a fim de buscar informações pertinente as experiências amorosas atuais.

É uma pesquisa qualitativa-descritiva, autorizada pelo Comitê de Ética e pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e que, por meio da entrevista semi-estruturada, buscou-se a compreensão da repercussão do fenômeno violento nas suas vidas e sua conexão com as experiências amorosas e afetivo-sexuais tão comuns nesta época.

RELAÇÕES AMOROSAS DAS ADOLESCENTES

Observou-se que a participação no evento incestuoso afeta subjetivamente o significado das ligações sociais e afetivas posteriores, principalmente os vínculos amorosos, principalmente quando estas jovens, atenuadas muitas vezes quando em situação de abrigo, que pode condicioná-las a reviver o distanciamento afetivo

com a separação de seus familiares, convivendo em ambiente de seguro e acolhedor.

Para alguns autores, o indivíduo traz na sua estrutura o sofrimento psíquico provocado por sentimentos coexistentes de experiências significativas como esta. Isto nos faz pensar no reflexo delas em um dos momentos mais intensos, incertos e que ressoam nos questionamentos comuns na adolescência, como o transbordamento de dúvidas, desejos, dores, sentimentos que se misturam e os afligem. Tal condição de ambivalência instala-se duradouramente, interferindo na formação da identidade e personalidade do sujeito como modelo de todas as atitudes e relações futuras.

Em um momento em que aprimora-se a consciência de si mesmos, descobertas de particularidades e aprimora-se o senso crítico, as adolescentes vítimas de ofensas sexuais, encontram dificuldade de sustentar esse senso crítico, diferenciar experiência passadas e sentimentos por elas trazidos, com as sensações quem descobrem ou que rememoram experiências passadas. Na realidade, elas retornam a um ciclo que a acompanha devido a não resolutividade adequada da sua sexualidade.

Para Freud, o contato com a realidade da castração assinala a entrada no período de resolução sexual edipiana feminina que, investe sucessivamente em caminhos para a sua acomodação. No caso de vítimas de violência sexual incestuosa, a vivência concreta de contato deste cunho com ou pai ou a figura que o representa, corresponde a aproximação das fantasias com a realidade. Assim, a experiência incestuosa sai do campo imaginário proibitivo de vivência edípica - que a faz investir em outro objeto de admiração - para a possibilidade de vivência em si, não mais imaginária, que a apodera de forma traumatizante.

Experiências como esta dana de tal maneira que, em sua própria confusão psíquica, dificulta a criação ou manutenção de mecanismos de defesa e ação que resignifiquem e sirvam de força propulsora para mudança de objeto. A adolescente, tende a estar condenada ao desamparo e a não encontrar saídas adequadas às suas fantasias, medos e perspectivas, revivendo a leitura do trauma futuramente.

A vítima do incesto, assim, quando não rememora conscientemente a exposição precoce, deixará uma inscrição inconsciente sobre a sexualidade. Numa leitura psicanalítica, essa concretude de imaginários (agressor e vítima) provoca a confusão e o desamparo, num marco inconsciente de condição relacional, caracterizando, em muitos casos, sentimentos ambivalentes, dúvidas, desvios ou também a compulsão à repetição. Manifestações como insegurança, vergonha e dúvidas do que é e como lidar com a sexualidade também são comuns em suas retóricas.

Ressalta-se que os adolescentes, pela sua própria condição transitória entre a infância e a fase adulta, apresentam dificuldades e fragilidades em relação a certos tipos de tensões decorrentes da nova etapa de socialização, que se inicia a partir do relacionamento com os grupos de amigos. Nesta etapa, muitas vezes, precisam de um referencial de prestígio, de um líder, que pode ser representado pela figura parental significativa (pai ou mãe).

Essas “meninas” buscam racionalizar, explicar seus sentimentos, principalmente

sobre as relações amorosas, mas não conseguem se definir diante de tanta ambivalência. É perceptível quando questionadas sobre seus desejos e fantasias amorosas. Elas buscam respostas socialmente satisfatórias como “sou muito nova”, “preciso estudar e trabalhar”, “não sei” para justificar suas dificuldades sobre o assunto, ou utiliza do silêncio tentar não transparecer a angústia de não saber.

Dos destinos da sexualidade feminina os quais Freud (1920) e Nasio (2007) descreveram, a repulsa sexual, o complexo de masculinidade e a feminilidade normal, estas três possibilidades não são claras durante a entrevista. O que prevalece é um significativo simbólico afastamento de contato com a sua sexualidade, uma nova lei do silêncio que tenta não expressar a angústia que sentem de serem molestadas e abandonadas.

Destaca-se que, apesar da recusa de falar sobre a temática da sexualidade, o que parecia um outro tabu em suas vidas, todas apontavam receio do abandono (repetição), seja pela fantasia de não se considerarem dignas de interesse alheio, ou mesmo, no caso das meninas abrigadas, pelo desproteção que ainda vivenciam.

Segundo Cromberg (2001) e Forward (1989), a Observa-se comum às adolescentes que esta confusão se dá diante da existência da libido e do desejo sexual, planos, fantasias a relacionamentos afetivo-sexuais e do receio, medo de envolverem-se afetivamente com outras pessoas e, mais uma vez, serem traídas ou violentadas. A realidade de um trauma e o desamparo de referências versus a condição da sexualidade humana.

Observa-se também que, para as entrevistadas, o relacionamento afetivo-sexual está associado, muitas vezes, ao ato sexual e este à gestação. Estas possibilidades as deixam inseguras com a expectativa de assumir a maternidade sozinhas e com isso, encontrarem-se, mais uma vez, desamparadas com esta realidade. Repete-se aí a dinâmica familiar incestuosa, em que podemos observar o receio a repetição e as expectativas pessoais e sociais deste envolvimento, medo de como ocorrerá esta relação, assim como a culpa pelos resultados desta escolha.

Nota-se que, no caso de vítimas de incesto, a vivência edípica se tornou concretizada e, muitas vezes, carrega consigo insegurança de saber qual o seu lugar. Quando isso acontece, sai do desejo fantasioso para uma realidade a qual não teve escolha. Esta se mostra implacável, dura demais para lidar e aceitar, o que provoca uma realidade com uma estrutura de valores incomuns, confusos e fora de uma realidade social concebível.

Diante deste tipo de relação influenciará na resolução e no desenvolvimento psicosexual destas adolescentes. O interesse em relacionamentos afetivo-sexuais está vivo, aparecendo no discurso das entrevistadas, mesmo que o vejam programados para o futuro. Porém, falta a elas referências diferenciadas e a possibilidade de resignificação sobre laços afetivos e que possa contrapor ao que aprenderam. A falta de contato e de desconstrução sobre suas concepções relacionais dificultará a aproximação e a idealização de novos vínculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso das famílias com relações incestuosas, podemos pensar sobre a repercussão de tais vivências na construção da identidade e subjetivação do sujeito. Como estas adolescentes estabelecerão relações afetivas equilibradas, com boas perspectivas e expectativas, se desde cedo presenciaram vínculos confusos, ideias distorcidas e sentimentos dúbios a pessoas de convívio e que são responsáveis por seus cuidados?

Das adolescentes entrevistadas somente uma delas conta com acompanhamento e apoio familiar contínuo, o que lhe oferece uma condição afetiva diferenciada. As outras quatro meninas, no entanto, não contam com essa estrutura de apoio, mas com os cuidados de uma instituição de passagem, que não contempla todas as necessidades, principalmente as afetivas, sociais, de orientação psicosssexual e demandas pessoais, contando somente com acolhimento das necessidades coletivas e de organização local.

De certo, a história com a família inscreve um modo de estabelecer relações. No caso destas meninas, os estatutos afetivos e sentimentais são mal definidos, construindo próximos vínculos frouxos e contraditórios.

Entrar em contato com esta realidade realmente não parece ser agradável, o que se leva a pensar sobre a real justificativa de não quererem contatar com sua sexualidade e suas expectativas afetivo-sexuais. Transpor isso é deixá-las descobertas de suas armaduras, o que automaticamente as deixam ainda mais vulneráveis a ameaças, a situações constrangedoras, a rememoração de medo e risco, remetendo a lembranças e sentimentos anteriores que lhes são desagradáveis e traumáticos.

A relação incestuosa aparece como a concretização do imaginário, uma família que se mostra numa funcionalidade que impede o desenvolvimento adequado do seu filho e não promove um ambiente afetivamente saudável, nem uma sensação de proteção. Assim, estas meninas encontram-se abandonadas com as suas sexualidades, tendo que lidar sozinhas com as expectativas de um relacionamento afetivo violento e abusador, como também da fantasia de outro que represente a salvação. A inibição esconde o desejo de salvação do medo, da rejeição e salvação pelo outro.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N.A (orgs). **Crianças vítimas da Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

BAGGIO, M. A. Abuso Sexual Intrafamiliar. **Reverso – Revista de psicanálise**. Ano XIV. n. 32. Belo Horizonte: Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, 1991.

BESSON, M. **Totemismo**. Trad. Joaquim Gabardo. Sección I. Ciências Filosóficas, n. 26. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1931.

CARVALHO, Aline L. de. **Expectativas afetivo-sexuais de adolescentes vítimas de incesto**. 2011.

157p. Dissertação (Mestrado em psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COHEN, C. **O incesto um desejo**. São Paulo: Casa do Psicólogo Ed, 1993.

CROMBERG, R. U. Cena incestuosa: abuso e violência sexual. In: **Coleção Clínica Psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

FORWARD, Susan e BUCK, Craig. **A traição da inocência: o incesto e sua devastação**. Trad. Sérgio Flaksman. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 19, p. 303-309.

FREUD, S. Totem e tabu (1913 [1912-13]). In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 19, p. 303-309.

JUSTO, J. S. O “ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. **Revista do Departamento de Psicologia**. Rio de Janeiro: UFF, V. 17, p. 61-77, Jan/Jun. 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares de parentesco**. 5 ed. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. **Totemismo Hoje**. Trad. Malcolm Bruce Corrie. Petrópolis: Vozes, 1975.

NASIO, J. D. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.

PONTES, A. M. **O Tabu do incesto e os olhares de Freud e Lévi-Strauss**. Disponível no site: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/37.pdf. Acessado em 25 de fevereiro de 2010.

STENGEL, M. **Obsceno é Falar de amor?** As relações afetivas dos adolescentes. Belo Horizonte: Puc Minas, 2003.

QUE VOZ É ESSA QUE FALA POR MIM? A LUTA DO INSTITUTO GELEDÉS POR DIGNIDADE, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL

Brenda Karolainy Penha Siqueira

Graduanda em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Toledo de Ensino – Araçatuba/SP; e-mail: breenda.k.ps@gmail.com.

Jamilly Nicácio Nicolete

Docente dos cursos de licenciatura do Centro Universitário Toledo de Ensino – Araçatuba/SP; Doutora em Educação; e-mail: jamillynicacio@hotmail.com.

RESUMO: Não se pode negar a existência do racismo, do machismo e da misógina enraizados na cultura nacional, pois é certo que toda sociedade tem sua mentalidade moldada pelas influências e fatos históricos aos quais foi submetida durante todo seu processo de formação e desenvolvimento. Não se pode negar também que, devido a esses fatores de opressão social, mulheres negras e, principalmente, pobres se encontram à margem da sociedade. Este artigo foi elaborado por meio de levantamento bibliográfico e propõe uma breve análise de acontecimentos históricos com o intuito de demonstrar o modo como mulheres negras foram tratadas e representadas durante a história do Brasil e os reflexos dessas ocorrências nos dias de hoje. A pesquisa tem como pauta principal as problematizações, reivindicações e participações políticas e sociais do portal Geledés, Instituto da Mulher Negra,

além de apresentar dados e estatísticas de escala nacional que comprovam a disparidade social e econômica das mulheres negras em comparação à média do país. Por fim, fica evidente que a limitada representação política e social, além das ínfimas políticas públicas voltadas especificamente para mulheres negras são os principais agentes causadores da situação social que deixa essas mulheres em circunstâncias de marginalização e vulnerabilidade a quaisquer tipos de violência por parte da população e do próprio Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Geledés; Mulheres Negras; Representação.

ABSTRACT: There is no denying the existence of racism, machismo and misogyny rooted in the national culture, for it is certain that every society has its mentality shaped by the historical influences and facts to which it was subjected throughout its formation and development process. Nor can it be denied that, because of these factors of social oppression, black and, especially, poor women are on the margins of society. This article was prepared through a bibliographical survey and proposes a brief analysis of historical events in order to demonstrate how black women were treated and represented during the history of Brazil and the reflections of these occurrences nowadays. The research has as main subject

the problematizations, claims and political and social participation of the portal Geledés, Institute of the Black Woman, besides presenting data and statistics of national scale that prove the social and economic disparity of the black women in comparison to the average of the country. Finally, it is evident that the limited political and social representation, in addition to the small public policies directed specifically to black women, are the main agents of the social situation that leaves these women in circumstances of marginalization and vulnerability to any kind of violence by the population and of the State itself.

KEYWORDS: Geledés; Black Women; Representation.

INTRODUÇÃO

A teoria da democracia racial desenvolvida por Gilberto Freyre na década de 1930 foi amplamente difundida ao longo dos anos e, atualmente, faz parte da mentalidade do brasileiro. Os casos de racismo que repercutem na mídia são vistos como situações isoladas, o que resulta na frequente negação da existência de um racismo institucional e, portanto, dificultando a aceitação de elaboração e aplicação de medidas sociais ou políticas de ação afirmativa para combater essa realidade.

Quando se fala a respeito de questões de gênero, a temática é ainda mais negligenciada e contestada como digna de debate. Fora do contexto acadêmico acredita-se que a discrepância de oportunidades sociais, econômicas e políticas entre homens e mulheres seja condição dos séculos anteriores e sem reflexo algum nas relações sociais contemporâneas. Segundo Adichie (2015), colocar questões de gênero em pauta é, geralmente, desconfortável e pode até causar incômodo. Isso porque as possibilidades de questionar e redefinir o *status quo* são sempre hostis.

Se os dois temas individualmente já são postos de lado, a discussão deles concomitantemente é ainda mais precária. Assuntos étnico-raciais raramente são debatidos como elementos integrados à história, mas como um segmento de análise específica. Davis (1975 apud Scott 1989) já salientava a importância de se estudar a história das mulheres e dos homens como um todo. Não partindo de uma perspectiva exclusiva de oprimido/opressor, mas compreendendo a importância do gênero para a história.

Fraser (2001, p. 3) estabelece a relação entre as opressões. Segundo a autora, “Gênero e “raça” são paradigmas de coletividades bivalentes. Embora cada qual tenha peculiaridades não compartilhadas pela outra, ambas abarcam dimensões econômicas e dimensões cultural-valorativas”. É em cima dessa bivalência que esta pesquisa se debruça com o intuito de encontrar os fatores responsáveis pela marginalização da mulher negra, área de interesse que também deu o pontapé inicial para a fundação do Geledés, o Instituto da Mulher Negra.

A proposta de analisar as relações étnico-raciais contemporâneas exige a apresentação de um epílogo sobre o tema para que seja possível compreender os

fatores que moldaram a sociedade, tornando-a no que é hoje.

ANALISANDO A CONJUNTURA DOS FATOS...

Partindo de uma perspectiva historiográfica, deve-se evocar, antes de tudo, a contribuição de Karl Von Martius no concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na década de 1840. Foi ele o responsável pela valorização da chamada “fusão das raças”, teoria que consiste em definir o brasileiro como produto da mistura entre portugueses, indígenas e africanos, embora não especifique o modo como essa miscigenação ocorreu.

Na obra “O povo Brasileiro: Formação e Sentido do Brasil”, Ribeiro (1995) faz uma crítica sociológica a respeito do fundamentado surgimento do nativo brasileiro:

Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de poucos brancos com multidões de mulheres negras e índias. Essa situação não chega a configurar uma democracia racial, como quis Gilberto Freyre e muita gente mais. Tão grande é a carga de opressão, preconceito e discriminação antinegro que ela acaba por encerrar-se (Ribeiro, 1995, p. 225).

É de conhecimento mútuo que o brasileiro foi constituído por meio do hibridismo cultural e “racial”, contudo, não necessariamente consensual. A ideia de um caldeamento natural e anuente é uma utopia que traz consolo a quem a admite. Pressupor que esse “cruzamento de poucos brancos com multidões de negras e índias” aconteceu sem uso de força, violência, coação e convicções racistas é ingenuidade.

Priore (1988) faz uma análise da obra Casa-Grande & Senzala que explica a relação entre os senhores e as escravas, além de elucidar a participação da mulher negra escravizada para o desenvolvimento do nativo brasileiro (segundo a concepção de miscigenação de Martius) durante o período colonial.

Desnudando os corpos quentes e sensuais das escravas negras em constante intercuro sexual com seus senhores, Freyre descobre os corpos marmóreos, porque brancos e frios, das sinhás sem prazer. Sob o signo da dupla moral, corpos femininos de cores e situações sociais diversas fariam, segundo ele, o prazer ou a prole dos homens do Brasil colônia (PRIORE, 1988, p. 15).

Pode-se perceber pelo trecho supracitado que as relações de exploração sexual entre senhores e escravas negras eram habituais, além de designar a elas uma imagem de objetos de consumo. A expressão “corpos quentes e sensuais” é implicitamente carregada de um teor racista e sexista que perdura até os dias de hoje, tendo em vista que denota à mulher negra um símbolo de satisfação sexual, apesar de ser socialmente compreendido como elogio tanto quando destinado às brancas, quanto se destinado a mulheres brancas, já que ambas são sexualizadas em proporções diferentes, o que estimula uma competitividade entre essas mulheres.

A título de exemplo, Pinsky (1993) traz em sua obra duas expressões populares recolhidas por José Alípio Goulart que demonstram o caráter de objeto sexual dado às escravas bonitas: “Preta bonita é veneno, mata tudo o que é vivente; Embriaga a

criatura, tira a vergonha da gente” e “Mulata é doce de coco, não se come sem canela; Camarada de bom gosto não pode passar sem ela”, além dos vocábulos que se tornaram adjetivos nos dias de hoje, como “da cor do pecado” e “mulher de carnaval” que, se analisados a fundo em seu contexto histórico, constata-se a mais sutil forma de relegar a essas mulheres um papel social de deleite erótico. Mulheres para prazer de uma noite.

Saindo da perspectiva do Brasil colônia e escravista, o historiador Joaquim Nabuco (1900) em seu livro “Minha formação”, já compreendia que, devido ao fato da inexistência de medidas sociais, econômicas e políticas que beneficiassem os recém-libertados, a escravidão marcaria a História do Brasil por um longo período. Esse pensamento pode ser confirmado com as estatísticas que apresentam a disparidade entre brancos, negros e mulheres.

Um ponto que pode ser facilmente observado é a exposição, sexualização e comercialização dos corpos negros. E escolha da sambista para representar a “Globeleza” ou os comentários populares a respeito dos corpos dessas mulheres: “mulheres negras têm cintura fina, quadril largo, bunda grande, corpo sensual...”.

O fim da escravidão e a falta de políticas públicas voltadas para ex-escravos os obrigou a manter vínculos empregatícios com aqueles que um dia foram seus senhores. As condições de trabalho não eram (e ainda não são) muito diferentes. Carga horária extensa, salários que garantem a sobrevivência, mas não a vida, falta oportunidade e acesso à educação, saúde, segurança ou saneamento básico de qualidade.

Um levantamento feito pelo portal de notícias G1 através de dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego de 2016 deixa explícito o abismo que separa brancos e negros no que diz respeito a seus locais de trabalho e, conseqüentemente, os salários. O gráfico abaixo mostra que negros ocupam a maioria dos trabalhos braçais que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, como cortadores de cana, operadores de telemarketing ou vigilantes, enquanto os cargos medicina, engenharia ou docência de ensino superior são ocupados em sua maioria por pessoas brancas.

Cabe resaltar ainda os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça no ano de 2006 apontam um percentual de 79% das mulheres negras obtendo renda por intermédio de serviços informais, manuais, como artesanato ou domésticos, como lavadeiras, passadeiras e cozinheiras. Áreas de pouco reconhecimento social e retorno financeiro, além de dificilmente garantir direitos trabalhistas, ou seja, essas mulheres, em sua maioria, empregam-se em postos de vulnerabilidade.

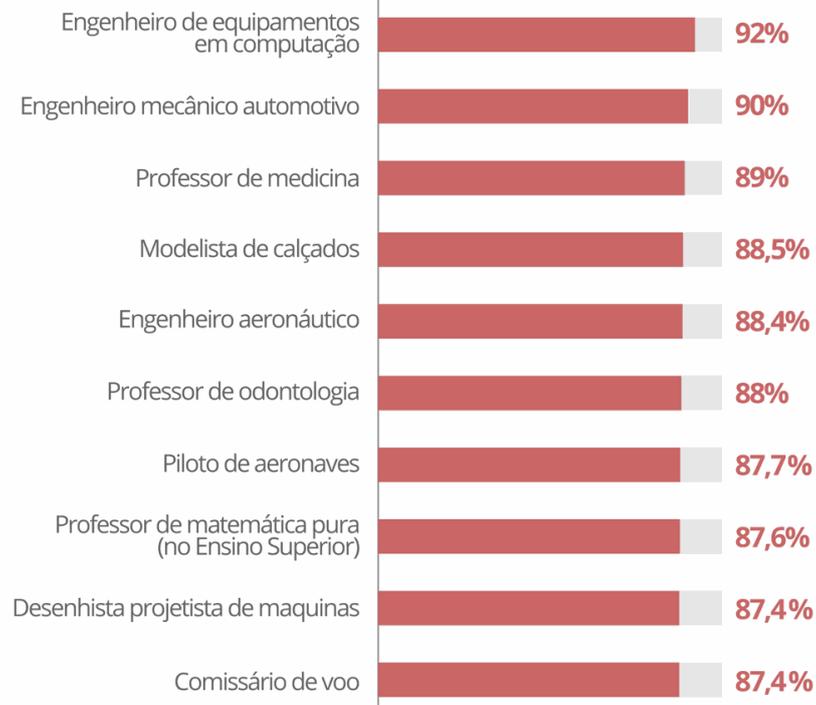
O serviço doméstico representa um setor ocupado majoritariamente por mulheres negras, que tende a estender a discussão para compreensão de serviço análogo à escravidão, tendo em vista que só foi regulamentado e contemplado pelos direitos oferecidos pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) em 2015, antes disso, todas as trabalhadoras da classe viviam à mercê de negociações informais quanto às condições de serviço, horário e salário, como mostra o gráfico abaixo, a discrepância, fruto do abismo social que distancia brancos de negros, desde o acesso à educação

até às oportunidades de ascensão profissional, reflexos da escravidão que teve fim há 130 anos com a assinatura da Lei Áurea no Brasil.

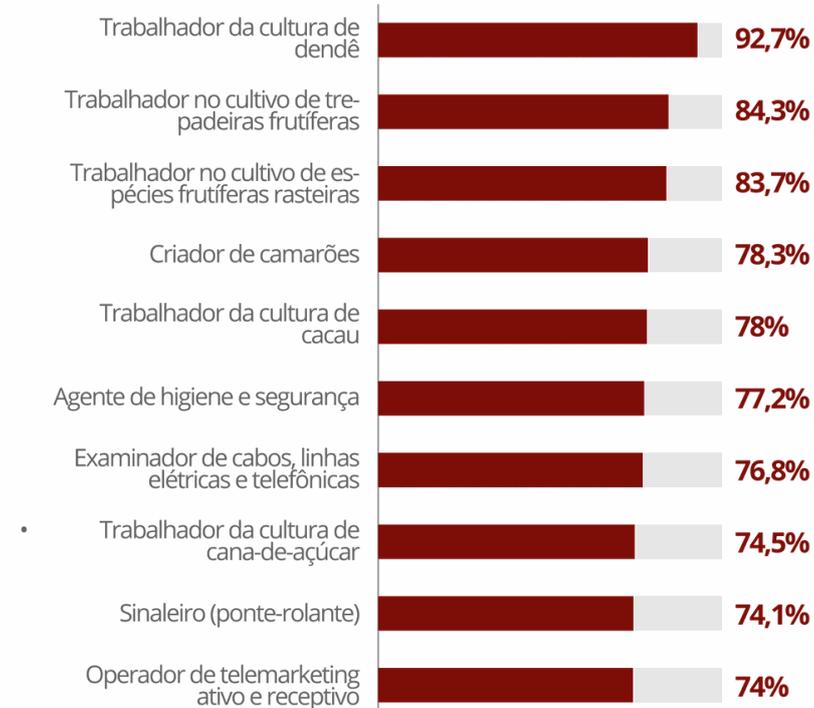
O mercado de trabalho para brancos e negros

Empregos que possuem maior quantidade de brancos e negros

BRANCOS



NEGROS



Fonte: RAIS 2016 / Ministério do Trabalho e Emprego



Infográfico elaborado em: 11/05/2018

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas 26,3% das mulheres negras brasileiras possuíam níveis de renda entre médios e altos no ano de 2011. As mulheres que representavam 73,6% dessa pesquisa residiam em regiões com menos água encanada, esgotamento sanitário, coleta regular de lixo, acesso à alimentação, à escola e, principalmente, aos serviços de saúde. A impossibilidade de acesso a esses serviços essenciais para a dignidade da vida humana resulta em diversas formas de violência contra a mulher negra.

Em entrevista ao G1 em Outubro de 2007, o então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, posicionou-se a favor do aborto por motivos diferentes do que movimentos sociais defendem. A frase apresenta teor racista e eugenista, além de deixar implícita uma ideologia de interrupção de gravidezes para evitar o nascimento de “potenciais marginais”. Para ele, a questão do aborto “tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal”.

Outra declaração polêmica vinda de parlamentar se tornou pública em 1982, após uma denúncia feita na Assembleia Legislativa sobre a esterilização como política de controle de natalidade de negros. Paulo Maluf elaborou para o Grupo de Assessoria e Participação do Governo do Estado (GAP) um documento a respeito do senso demográfico de 1980. De acordo com Carneiro (2011), o documento propõe a esterilização massiva de mulheres pretas e pardas segundo o seguinte argumento:

De 1970 a 1980, a população branca reduziu-se de 61% para 55% e a população parda aumentou de 29% para 38%. Enquanto a população branca praticamente já se conscientizou da necessidade de se controlar a natalidade (...), a população negra e parda eleva seus índices de expansão, em 10 anos, de 28% para 38%. Assim, teremos 65 milhões de brancos, 45 milhões de pardos e 1 milhão de negros. A se manter essa tendência, no ano 2000 a população parda e negra será da ordem de 60%, por conseguinte muito superior à branca; e, eleitoralmente, poderá mandar na política brasileira e dominar todos os postos-chaves – a não ser que façamos como em Washington, capital dos Estados Unidos, onde, devido ao fato de a população negra ser da ordem de 63%, não há eleições (Carneiro, 2011, p. 132).

As reduzidas oportunidades de acesso aos serviços públicos de saúde e educação são responsáveis pelos altos índices de gravidez na adolescência, mortes durante o parto e até “aumento de reprodução” como citado por Maluf, além de criar um estigma preconceituoso sobre as mulheres negras, principalmente as periféricas, entretanto, ainda não foram estabelecidos programas sociais ou planos que alcancem e tenham resultados efetivos para essas mulheres que estão à margem da sociedade.

O instituto Geledés atua em diferentes esferas. Em relação à saúde, interfere na elaboração e implementação de políticas públicas e dos direitos sexuais e reprodutivos que atendam às necessidades e interesses das mulheres negras em particular e da população negra em geral. Também desenvolve projetos de prevenção e promoção da saúde e atua pela implementação do Plano Nacional de Saúde da População Negra,

como forma de reduzir os padrões superiores de morbidade e mortalidade encontrados na população negra quando comparada à população branca.

No que diz respeito às questões raciais, o Geledés se une aos movimentos negros pela criminalização efetiva do racismo e discriminação racial, além de defender a implantação de políticas públicas de ações afirmativas com o intuito de reduzir as desigualdades e promover a valorização da sociedade e cultura negra.

No tocante de gênero se une às agendas feministas e se posiciona contra as situações de violências doméstica e sexual contra a mulher, a favor da igualdade de gênero no mercado de trabalho, defende os direitos reprodutivos e sexuais femininos, a descriminalização do aborto e o fim dos estereótipos e estigmas sobre as mulheres reproduzido pelos meios de comunicação e, no tema da violência contra a mulher, desenvolveu o Aplicativo PLP 2.0, para socorrer mulheres em situação de violência.

Para proteger, assegurar e expandir os direitos educativos de negras e negros a ONG criou o Programa de Educação Geledés. Tendo a educação como um direito humano, cabe ao Estado garantir e efetivar seu acesso para todos. Luta pela melhoria da qualidade de ensino e maiores investimentos na área, além de desenvolver o projeto para a implementação da Lei 10639/03 que alterou a LDB no que diz respeito à formação de profissionais de educação e de publicação de materiais didáticos voltados para o combate ao racismo e sexismo.

Quanto à comunicação, compreendida como questão vital para os movimentos sociais e, especialmente, mulheres negras, o instituto trabalha para trazer visibilidade e empoderamento, investe na capacitação de mulheres negras em comunicação, mídia e na atuação em rede através das Comunicadoras Negras, uma estratégia para a formação em educomunicação e empoderamento de ativistas e instituições dos movimentos sociais.

O termo “geledé” designa uma espécie de festival de uma “sociedade secreta” formada exclusivamente por mulheres e tem como intuito expressar o poder feminino sobre a fertilidade da terra, procriação, forças poderosas da fé e o bem-estar das comunidades Yorubas do sudoeste da Nigéria e do Benin.

O nome da organização foi escolhido devido ao foco e atuação principal da mesma: “dar visibilidade às mulheres negras como um grupo social que merece prioridade no âmbito do compromisso com a democracia e a equidade”, como aponta Maria Sylvia Oliveira, atual presidente da instituição.

Fundado em Abril de 1988, o instituto, que comemora em 2018 seu 30º aniversário, desenvolve projetos em diferentes áreas sociais, como educação, saúde, políticas públicas comunicação, mercado de trabalho e direito, além de se manter como um veículo de mídia jornalística e portal de notícias voltado aos assuntos da população negra.

Contando com o apoio de 206 civis voluntários, colaboradores e articulista desde o início de sua trajetória, a ONG recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 1996 e Francês em 1998, o “Selo Nota 10” oferecido pela Rede de Telemática

Direitos Humanos & Cultura - Dhnet a sites sobre direitos humanos e cultura, recebeu o título de melhor página do mês pela Cidadania Sim, dois diploma de reconhecimento do Governo do Estado de São Paulo em 1997, prêmio “Luta, gênero feminino” da PUC/SP, foi finalista do prêmio ECO – Reconhecimento a Cidadania Empresarial por relevância comunitária e prêmio TOP SOCIAL 99 da ADBV com o projeto “Geração XXI”, além do XVI prêmio Franz de Castro Holzwarth oferecido pela OAB em 1999.

Participa de diversas iniciativas da sociedade civil de Monitoramento e Incidência em Políticas Públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal, além de atuar em várias instâncias de controle social que visam à promoção da igualdade de gênero e raça. Na esfera internacional, atua nas iniciativas da ONU e acompanha os trabalhos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; participa dos esforços de diversas organizações da sociedade civil das Américas pela aprovação da Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

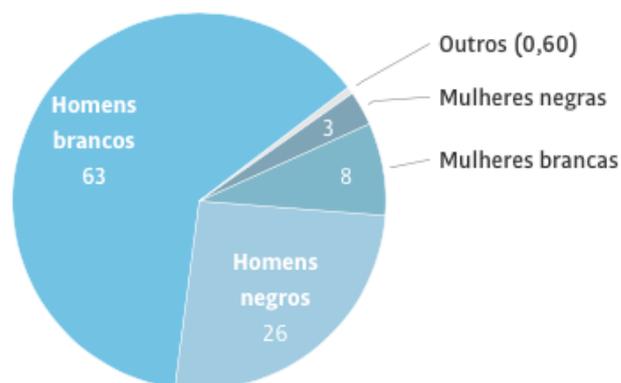
Constituído como mecanismo para viabilizar a dimensão da problemática racial no Brasil que, quando violada, resulta na exclusão social e atentado à dignidade humana que afetam de maneira desproporcional a população negra, o Programa de Direitos Humanos apresentado pelo instituto utiliza recursos jurídicos no atendimento às vítimas de racismo, capacita lideranças comunitárias, sistematiza e incentiva a participação de mulheres negras no meio político e enfatiza a interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos, civis, econômicos, sociais, culturais, ambientais e, principalmente, políticos.

No que diz respeito à representação política, mulheres negras ocupam um percentual ínfimo de cargos, dificultando ainda mais o atendimento às suas próprias demandas.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Nas eleições municipais de 2016, em %

Prefeitos Vereadores



Fontes: IBGE, Instituto Ethos e TSE

Há pouco mais de dois meses, a execução da quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL/RJ), desencadeou sucessivos debates sobre o descaso para com a vida da mulher negra. Em homenagem a ela, cinco de seus projetos foram levados à Câmara Municipal para votação. Quatro propostas foram aprovadas em primeiro turno (criar creches públicas noturnas para mães que trabalham à noite; instituir o Dia da Mulher Negra a ser comemorado em 25 de julho; desenvolver campanha permanente contra o assédio e a violência sexual em ônibus e trens e produzir o Dossiê Mulher) e uma teve apreciação adiada (projeto que inclui dia de luta contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia).

O líder do PSOL, vereador Tarcísio Motta, assume em entrevista ao portal que os projetos foram aprovados como prestação de homenagem e reconhecimento à parlamentar que levantada bandeira em defesa de LGBTI+, pobres e, principalmente, mulheres negras. Para ele, a votação foi histórica por defender os direitos e propor políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras e moradores de favelas.

Diante da proporção do caso, foram criadas “campanhas políticas” em redes sociais, principalmente no Twitter, com o intuito de propagar a imagem e o ativismo de mulheres negras pouco conhecidas no Brasil. A principal motivação para tal ato foi o fato de que o mandato da parlamentar só se tornou de conhecimento público depois de sua morte e isso não pode se repetir. As palavras de mulheres negras de qualquer que seja a esfera precisam ser ouvidas enquanto são ditas e não ecoadas postumamente como aconteceu com as brasileiras Marielle Franco e Dona Ivone Lara nos últimos meses.

Ser mulher negra em uma sociedade repleta racismo, machismo e misoginia escancarados e/ou velados é existir por meio da resistência. Histórias nunca contadas e demandas negligenciadas fazem parte do cotidiano.

O Instituto Geledés traz o posicionamento de diferentes contribuintes sobre o assunto, contudo, existe um consenso sobre o tema. O artigo publicado por Conceição (2018) aborda de maneira direta o modo como a falta de representatividade, tempo e espaço para reflexão acerca da realidade da mulher negra afeta o coletivo.

Só teremos uma saída viável quando nos organizarmos de maneira coletiva, política e sistemática: temos que pensar e refletir sobre o lugar histórico e cultural que nos colocaram enquanto mulheres negras, e qual o impacto desse lugar para nossa organização econômica e, portanto, nossas possibilidades de existência e também de resistência. Temos que ter espaço, tempo e condições de refletirmos sobre nossa existência e realidade, a partir de nossas vivências e experiências ao longo de nossas vidas, dentro e fora dos círculos de poder como a política e a universidade (CONCEIÇÃO, 2018).

A reivindicação primordial de Conceição pauta sobre a necessidade de se levantar um debate sobre a realidade com mulheres “comuns”. Trabalhadoras, mães, jovens, idosas... Mulheres que estão fora de ambientes politizados, como as universidades, e que são substancialmente afetadas pelos efeitos do racismo e machismo cotidianos. Mulheres que vivem e não falam sobre por falta tempo, espaço e pela inexistência de quem as ouça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um abismo entre as contestações feitas sobre as mulheres negras no âmbito político e acadêmico e o que elas vivenciam. Esses debates elitistas não chegam às mulheres que precisam dele, por consequência, são levadas a se conformar com a realidade sem sequer saber da possibilidade de uma existência diferente.

Por fim, nota-se que o ativismo político de uma organização não governamental reflete em diferentes setores sociais. O coletivismo é essencial para o alcance da qualidade de vida da mulher negra e enquanto não se cria mecanismos eficazes para mudar a realidade dessas mulheres os civis devem se unir para atender às demandas negligenciadas pelo Estado.

O posicionamento de Cabral e Maluf a respeito da gestação das mulheres negras mostra o descaso do funcionalismo público para com quem está à margem da sociedade. Em suma, pode-se dizer que, se nem parlamentares, que deveriam propor estratégias para a devida equidade de acesso a serviços públicos, elaboram políticas que efetivamente transformem a realidade, quem não tem possibilidade de ser ouvido como civil é cada vez mais preterido.

A falta de oportunidade para as mulheres negras debaterem a própria realidade

também é prejudicial ao seu desenvolvimento das mesmas. As mulheres que as representam nos programas televisivos, como filmes e novelas, perpetuam estereótipos e muitas vezes as levam a acreditar que apesar do machismo e racismo, não existe preconceitos institucionais que limite suas expectativas.

O portal Geledés abre espaço para intermediar essa discussão entre mulheres comuns e órgãos governamentais nacionais e internacionais. O fato de impulsionar a acessibilidade a pesquisas e dar voz a quem não é ouvido pelo Estado já aumenta a representatividade de quem precisa disso para melhores condições de vida. Trazer esses debates para quem não tem acesso ao meio político e acadêmico é a melhor forma de reconhecer às demandas de mulheres negras e assim tentar atendê-las.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONCEIÇÃO, Jaque. **Empoderamento: serve para quem?** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/empoderamento-serve-para-quem/>> Acesso em: 22 de Maio de 2018.

FREIRE, Aluizio. **Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>> Acesso em: 23 de Maio de 2018

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. 2º tomo. Ed. 10. Brasília: Ed. Da UNB, 1961.

FRASER, Nancy. **From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age**. In: S. Seidman; J. Alexander. (orgs.) *The new social theory reader*. Londres: Routledge, p. 285-293, 2001.

Geledés e os Prêmios, Diplomas e Menções. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-e-os-premios-diplomas-e-mencoes/>> Acesso em: 16 de Maio de 2018. 13

GOMES, Helton Simões. **Branços são maioria em empregos de elite e negros ocupam vagas sem qualificação**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-smart&utm_campaign=share-bar> Acesso em: 16 de Maio de 2018.

GONÇALVES, Juliana. **Instituto da Mulher Negra atua pela valorização das mulheres e cultura afrobrasileiras, e luta por seus direitos**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-30-anos-de-amor-e-luta-pelos-direitos-das-mulheres-negras/>>. Acesso em: 06 de Maio de 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Ed. 4. Rev. Brasília: ED. Da UNB, 1963.

Missão Institucional. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>>. Acesso em: 16 de Maio de 2018.

PINHO, Angela. **Mulher negra avança no social, mas segue distante no trabalho e na política**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulher-negra-avanca-no-social-mas-segue-distante-no-trabalho-e-na-politica/>> Acesso em: 25 de Maio de 2018.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. Ed. 12. São Paulo: Contexto, 1993.

PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>>. Acesso em: 23 de Maio de 2018.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na História do Brasil: Raízes Históricas do Machismo Brasileiro**. Ed. 4. São Paulo: Contexto, 1994.

Quem somos? Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes/quem-somos/>>. Acesso em: 16 de Maio de 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. Ed. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE ADOLESCENTES E A INTERNET

Márcia Stengel

Programa de Pós-graduação de Psicologia da
PUC Minas

Belo Horizonte – MG

Nádia Laguárdia de Lima

Programa de Pós-graduação de Psicologia da
UFMG

Belo Horizonte – MG

Jacqueline de Oliveira Moreira

Programa de Pós-graduação de Psicologia da
PUC Minas

Belo Horizonte – MG

RESUMO: Este artigo objetiva discutir como se estabelecem as relações amorosas dos adolescentes com a internet. A adolescência compreendida como uma fase da vida é uma construção social. Ela também pode ser pensada como um tempo lógico, de elaboração psíquica da puberdade, em que o sujeito vive suas primeiras experiências afetivo-sexuais, que participam na organização de sua vida e construção subjetiva. Atualmente, a liquefação dos laços sociais afeta os relacionamentos amorosos, desvalorizando sentimentos e incentivando a experimentação sexual livre e descompromissada. Os adolescentes, inseridos nesta lógica, usam a internet como base de experimentação de suas identidades, vivenciando novas formas de sociabilidade,

incluindo a busca por relacionamentos afetivos. A presença da virtualidade introduz uma nova forma de presença, que tem efeitos sobre a subjetividade. Realizamos entrevistas semiestruturadas com adolescentes de 18 anos, universitários, de ambos os sexos, residentes em Belo Horizonte. Trabalhamos com estes sujeitos por acreditarmos que são mais permeáveis à busca de alternativas nas relações amorosas. As fronteiras entre o público e o privado nos relacionamentos amorosos apareceram como uma questão para os jovens e refletiram as implicações subjetivas que envolvem a publicização da vida amorosa. Constatamos que a noção de amor permanece idealizada para os jovens e os recursos da virtualidade não são suficientes para contornar as dificuldades da vida amorosa. Os desafios inerentes aos relacionamentos amorosos, sejam presenciais ou virtuais, aparecem nos discursos dos entrevistados, apontando-nos tanto para a repetição quanto para a inovação na vivência amorosa contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência, internet, relações amorosas.

ABSTRACT: This article aims to discuss how adolescents' love relationships with Internet are established. Adolescence understood as a phase of life is a social construction. It can also be thought of as a logical time of psychic

elaboration of puberty, in which the subject lives his first affective-sexual experiences, which participate in the organization of his life and subjective construction. Currently, the liquefaction of social bonds affects love relationships, devaluing feelings and encouraging free and uncompromising sexual experimentation. Adolescents, inserted in this logic, use internet as a basis for experimentation of their identities, experiencing new forms of sociability, including the search for affective relationships. The presence of virtuality introduces a new form of presence, which has effects on subjectivity. We conducted semi-structured interviews with 18-year-olds, university students, of both sexes, residing in Belo Horizonte. We work with these subjects because we believe that they are more permeable to search for alternatives in love relationships. The boundaries between public and private in love relationships appeared as an issue for young people and reflected subjective implications that involve publicity of love life. We find that the notion of love remains idealized for young people and the resources of virtuality are not sufficient to circumvent the difficulties of the love life. The challenges inherent to love relationships, whether face-to-face or virtual, appear in the interviewees' speeches, pointing to both repetition and innovation in contemporary love living.

KEYWORDS: Adolescence, internet, love relationships.

1 | INTRODUÇÃO

A Psicologia porta em si a marca da duplicidade epistemológica, pois transita entre os campos das ciências humanas e naturais. Nesse sentido, não podemos nos furtar ao trabalho de refletir sobre as determinações históricas que modificam as posições subjetivas. A realidade humana é construída e influenciada por questões religiosas, históricas, políticas, sociais e culturais. Deste modo, não é possível pensar em uma realidade única e imutável. A forma de lidar com os afetos, comportamentos, hábitos e costumes se modifica ao longo da história e no interior das sociedades. Chaves (2006, p. 13), citando Lejarraga, nos alerta que “os amores, enquanto experiências subjetivas, não são estruturas fixas nem universais, mas práticas lingüísticas que se transformam no curso da história humana.”. Ao compactuarmos com essa posição, fomos movidas pelo desejo de compreender os efeitos da internet nas relações amorosas entre os adolescentes. Existem diferenças na busca das relações amorosas com o advento da internet? A internet é só uma ferramenta ou ela introduz uma mudança nas motivações da busca amorosa? Ela possibilita novas formas de relacionamento afetivo ou reproduz as já existentes?

Escolhemos como sujeitos dos estudos os adolescentes, por entendermos ser este um momento decisivo na vida do sujeito humano e por isso, um ponto delicado em que os acontecimentos podem ter efeito de irreversibilidade. Sabemos que a busca pelo parceiro amoroso é tão decisiva na vida do sujeito quanto a sua escolha profissional. Neste sentido, as novas ofertas da sociedade pós-moderna de instrumentos de busca do amor devem, necessariamente, impactar as ações, pensamentos e imaginários.

Mas, qual são essas influências para os adolescentes? Para estudar este tema foi necessário pensar a adolescência, as relações amorosas, as concepções de amor e o mundo contemporâneo.

2 | ADOLESCÊNCIA

A adolescência é um conceito construído historicamente na cultura ocidental e surge na Modernidade, no final do século XIX e consolida-se no século XX. Até então não havia uma clareza quanto aos termos que designavam crianças, adolescentes e jovens, apontando para uma indiferenciação na percepção destes sujeitos. Na Modernidade as esferas pública e privada passam a ser bem delimitadas, como até então não haviam sido. O espaço físico da casa de família privatiza-se, acompanhado de uma privatização dos costumes. Esta situação cria estratégias de singularização, propiciando, conseqüentemente, uma divisão mais clara entre mundo público e mundo privado. O primeiro torna-se cada vez mais hostil e o segundo o local de aconchego e proteção (COUTINHO, 2009). A família, então, funciona como o espaço da esfera privada, sendo o agente balizador do mundo público e do privado, pois o que se passava fora da família significava a vida pública e dentro dela a vida privada.

Também no século XIX surge o Romantismo, que faz oposição às ideias iluministas, que pregavam o culto à racionalidade e à ordem. Este movimento salienta a paixão pela natureza e pelas forças do espírito, alimentando a nostalgia e a solidão. “Fica clara a articulação do movimento romântico com a disseminação do individualismo e da concepção de indivíduo único, que cultiva a singularidade e busca sempre experiências únicas.” (COUTINHO, 2009, p. 45).

No século XX temos a consolidação do conceito de adolescência. Para tal, houve a contribuição do prolongamento da escolarização, o avanço da industrialização, o crescimento das cidades, uma mudança no mercado de trabalho, fazendo com que o período de dependência dos jovens em relação à família se estendesse. Deste modo, a adolescência pode ser definida como um tempo (psíquico, psicológico e sociocultural da puberdade) e um trabalho (essencialmente psíquico de integração dos novos dados que a puberdade inaugura na história do sujeito) (STENGEL, 2003).

Coutinho (2005, p. 17) afirma que “a adolescência é fruto de um enigma relativo à passagem da infância para a vida adulta na sociedade ocidental moderna.” Esse enigma relaciona-se com as transformações corporais desencadeadas pela puberdade, que invadem o sujeito e exigem um trabalho psíquico para elaborar essa novidade. Neste sentido, para compreender a adolescência, Knobel (1992) salienta os lutos que o adolescente precisa elaborar neste momento da vida. Um primeiro luto é pelo corpo, que é pelo corpo propriamente dito e por tudo aquilo que esse corpo implica: as relações que o indivíduo mantém consigo e com os outros, principalmente com os pais, e as responsabilidades que o corpo carrega. O adolescente precisa também fazer o luto pelos pais da infância, o que significa perder o refúgio e a proteção que eles

representam. Segundo Alberti (2002), desligar-se dos pais é um dos feitos psíquicos mais dolorosos para o jovem. Corso e Corso (1999, p. 85) afirmam que “a operação própria da adolescência é a agonia e morte dos pais reais enquanto suporte do ideal”. Os pais, que eram tidos como heróis por seu filho na infância, são destituídos deste lugar, desidealizados e passam a ocupar um lugar de estranhamento frente ao filho.

Outra razão para as dificuldades na adolescência se deve ao fato de nossa sociedade impor uma moratória aos jovens, que se caracteriza por competições ratificadas e obrigações definidas e, do mesmo modo, por uma tolerância especial, a qual podemos denominar status de aprendizagem. É um tempo imposto aos jovens no qual eles não são mais reconhecidos como crianças, mas ainda não têm o reconhecimento de adultos, que é justificado pela imaturidade dos jovens para o enfrentamento da vida.

Calligaris (2000) aponta para a contradição presente na lógica da moratória. Por um lado, a sociedade prega um ideal de autonomia para os indivíduos, em que devem buscar uma independência para a superação de seu lugar dado na sociedade e assim possam ser reconhecidos e valorizados. Por outro lado, a moratória impõe uma continuação da dependência para sujeitos que têm o corpo e o espírito prontos para a competição. Podemos pensar a moratória como algo positivo na medida em que o sujeito, neste momento, está isento da assunção de uma série de responsabilidades, mas também como negativa, porque ela é imposta, sendo extremamente difícil e penoso ao sujeito não assumi-la, e por não haver regras claras para o seu final. Nesse sentido, o autor afirma que as mudanças pubertárias se constituem um problema na medida em que os adultos não reconhecem aí sinais da passagem para a idade adulta. Assim, os jovens sentir-se-ão frustrados por estarem nessa situação e buscarão formas de reconhecimento social.

Um problema apontado por Calligaris (2000) e Coutinho (2005, 2009) é o fato de os jovens terem que viver este momento de forma privatizada, singularizada, sem o apoio das instâncias sociais, como se dá em algumas sociedades com a presença de ritos de iniciação. Matheus (2002, p. 86) salienta que o processo adolescente resulta do fato de “o sujeito psíquico não encontrar na cultura dispositivos para suportar e conceber conflitos psíquicos”. Por isso, a ausência de rituais de passagem ou de dispositivos na ordem simbólica serem imprescindíveis para compreensão da adolescência.

Por essa falta de suporte na ordem simbólica e pelo processo de desligamento dos pais, o adolescente lança mão de algumas estratégias como forma de assegurar uma marca de identificação. A principal estratégia é a união ao grupo de pares, que serão as grandes fontes de identificação deste momento. Os amigos tornam-se a principal referência para a construção de uma identidade adulta e de novos ideais. Atualmente, os grupos adolescentes se organizam em torno de um laço fraterno socializante para buscar expressar certo ideário, estando, em geral, envolvidos com atividades culturais e cotidianas (COUTINHO, 2005). O compartilhamento destas atividades revela uma tentativa de elaboração conjunta dos impasses relativos ao laço social. É também

uma forma de reconhecimento de traços identificatórios dos quais o sujeito que deixa a infância não se sente seguro (KEHL, 2000).

Para a psicanálise, a adolescência pode ser tomada como uma consequência da puberdade. Enquanto a puberdade é definida pelas transformações fisiológicas que demarcam a passagem do corpo infantil ao corpo adulto, a adolescência seria o momento de construção pelo sujeito de uma significação possível para essas transformações. O despertar da sexualidade, na adolescência, é o despertar para o novo, para o desconhecido, por mais que o jovem tenha informações sobre o corpo e sobre o ato sexual. Assim, é no grupo de pares que o jovem busca construir um saber possível sobre a sexualidade, que é sempre parcial e insuficiente, com o qual ele busca se defender desse real do sexo que escapa ao sentido. Freud (1905/1974) utiliza o termo puberdade ao invés de adolescência, descrevendo-a como um segundo tempo da sexualidade. O primeiro ocorre na infância e é interrompido na latência; e o segundo sobrevém com a puberdade e determina a configuração definitiva da vida sexual. A pulsão na infância era predominantemente autoerótica e na puberdade encontra o objeto sexual. Surge um novo alvo sexual para a conjunção de todas as pulsões parciais: a zona genital.

Freud destaca que na puberdade há o redespertar do Édipo, renovando os conflitos edípicos e as fantasias incestuosas. Essa reativação do Édipo, entretanto, diferentemente de sua primeira manifestação na infância, agora tem a marca da interdição. O desejo sexual reativa uma interdição pondo em questão a impossibilidade de uma harmonia entre a pulsão sexual e a corrente terna sobre o mesmo objeto (COTTET, 1996). A revivência edípica deve levar ao declínio do Édipo, com a assunção de uma posição sexuada e a eleição de um novo objeto de amor.

Diante da irrupção do real do sexo na puberdade, o jovem é despertado por fantasias, desejos e sensações desconhecidas. O corpo sofre transformações abruptas e incontroláveis, que remetem o jovem a uma sensação de desconhecimento e estranhamento com relação à própria imagem corporal. Além disso, a desidealização dos pais leva a uma perda das antigas referências de identificação. A adolescência pode ser então definida como um momento da vida em que o sujeito se vê confrontado com as exigências de se posicionar na partilha dos sexos, de escolher um novo objeto de amor que não os pais e de se lançar no universo social mais amplo (FREUD, 1905/1974). Neste sentido, é na adolescência que o sujeito vive suas primeiras experiências afetivo-sexuais, que participam na organização da vida dos adolescentes e na sua construção subjetiva.

3 | CONCEPÇÕES DE AMOR

Para compreendermos como as relações afetivas se organizam na contemporaneidade, é importante partirmos das concepções de amor presentes em

nossa cultura. O amor burguês é organizado em torno do ideal do casamento com suas exigências de virgindade, monogamia e pureza como garantia de uma estabilidade socioeconômica. Segundo Chaves (2006, p. 829), “o casamento se dava por razões de família, dinheiro, segurança monetária ou ascensão social”. Em um movimento de oposição ao instituído amor burguês surge o amor romântico. Este contempla a sexualidade, o amor sublime, mas, sobretudo, o desejo dos sujeitos implicados na escolha.

O relacionamento amoroso deveria se dar, então, não entre um casal formado a partir da decisão familiar, por exemplo, mas sim entre dois indivíduos que se escolhem livremente em função de suas particularidades e que compartilham amor e desejo sexual. (CHAVES, 2006, p. 833)

O amor romântico, ao unir amor e sexualidade, fez com que o casal buscasse satisfação amorosa e sexual no parceiro. Outra novidade trazida por esse amor foi a conjunção de reciprocidade e de exclusividade. Deveria haver reciprocidade no sentimento amoroso entre o par, sendo esta coincidência de sentimentos que daria sustentação e sentido à relação. Existia também uma exigência de exclusividade, ou seja, cada um do par se bastava ao outro, não havendo necessidade de busca de outros parceiros. Essa exclusividade, ainda, se pautava na ideia de completude do casal, ou seja, ela não era vivida como se dando com qualquer um, mas com dois sujeitos específicos, que, por suas próprias qualidades, despertavam um no outro o amor.

Todavia, a subversão do amor romântico foi tratada e domesticada pela sociedade ocidental, transformando-se em amor romântico domesticado (CHAVES, 2006). Assim, o princípio utópico se manteve – a ideia de se casar pela livre escolha e pelo sentimento de amor. No entanto, sua dimensão de experimentação, de pura vivência dos afetos, tão cara aos escritores do Romantismo, foi amordaçada para estabelecer um projeto de grande envergadura, a criação da família fundada no amor.

O ideal de amor que passou a sustentar o casamento foi o de amor romântico, mas não na sua faceta defensora da experimentação e da mudança, no seu lado subversivo, transgressor, crítico dos valores, normas e regras dos moralistas e puritanos da era vitoriana. O amor romântico que passou a servir de alicerce para o casamento burguês era marcado pela ênfase dada ao amor eterno, à liberdade de escolha, à unidade entre sexualidade e amor no casamento, à exclusividade e reciprocidade dos parceiros. (CHAVES, 2006, p. 837)

A promessa do amor romântico domesticado é de acesso à felicidade através da escolha livre, da realização sentimental e sexual. O sujeito respeita sua individualidade, sua liberdade e ainda encontra a felicidade na relação amorosa. Mas, podemos perguntar se o respeito à individualidade e liberdade individual não conflita com um projeto coletivo de manutenção de uma família.

Nesse sentido, para Bauman (2004), vivemos hoje uma nova modalidade de amor – o amor líquido.

Esta concepção diz respeito à noção de aproveitar os prazeres de um relacionamento

tentando evitar os momentos mais penosos e difíceis. Além disso, esta noção aponta para a transposição da lógica das relações de consumo para as relações amorosas. O outro é tratado como um objeto de consumo e julgado pelo volume de prazer que ele oferece. É uma forma de relacionamento em que se entra pelo que pode ganhar e se continua apenas enquanto ambas as partes imaginem que estão proporcionando a cada uma satisfações suficientes para permanecerem na relação. (VIEIRA e STENGEL, 2010, p. 155)

Deste modo, a relação pautada no amor líquido pode ser encerrada por qualquer um dos parceiros no momento em que desejarem. Se por um lado, permite uma enorme sensação de liberdade, cobra seu preço pela sensação de insegurança. Singly (2003) aponta que o anseio por liberdade na Pós-modernidade vem acompanhado por uma crescente necessidade de segurança. “A ambiguidade dos sujeitos pós-modernos reside no fato de as possibilidades de enraizamento serem vistas como opressoras e, ao mesmo tempo, serem buscadas pelos indivíduos.” (VIEIRA, 2009, p. 46). Este é um dos paradoxos contemporâneos: frente a um mundo percebido como de difícil interpretação e, conseqüentemente, de ação sobre ele, os sujeitos desejam âncoras para se fixarem e as relações amorosas aparecem como uma possibilidade. Entretanto, ao se fixarem, ressentem-se da liberdade perdida, da prisão colocada pelo relacionamento. Assim, a partir destes dois modelos – o amor romântico e o amor líquido – mais próximos de nosso tempo, o amor romântico e o líquido, perguntamos: a novidade da internet modifica as concepções de amor?

4 | O MUNDO CONTEMPORÂNEO

Essas formas de relações afetivo-sexuais devem ser compreendidas no contexto contemporâneo, que, tal como estudado por Lasch (1983), é um modo de civilização característica, que se opõe ao modo da tradição, isto é, a todas as outras culturas anteriores e tradicionais. No domínio da cultura e do comportamento, a Modernidade se traduz por uma exaltação de subjetividade profunda, paixão, singularidade, autenticidade, efemeridade e insaciabilidade.

Dois pontos são fundamentais para entendermos como a sociedade moderna se estrutura: o narcisismo e o consumismo. Por fazer apologia do consumo, para incentivá-lo, ela utiliza de um ponto da constituição do sujeito: a falta. Todo sujeito é sujeito da falta e, por toda a sua vida, fará várias tentativas para encobri-la.

Na cultura do narcisismo, como o próprio nome já diz, o indivíduo, na tentativa de escamotear a falta, utiliza o processo de narcisização, o culto do narcisismo primário. Porém, esta tentativa está fadada ao malogro, pois, apesar de suas ocasionais ilusões de onipotência, o narcisista depende de outros para validar sua autoestima. Mas para que isto aconteça, é necessário que haja uma relação intersubjetiva, isto é, um reconhecimento recíproco, uma relação entre dois sujeitos. E é justamente aqui que reside o problema. O narcisismo não propicia relação com o outro, pois o outro é uma exterioridade absoluta, é objeto. Objeto enquanto olha e enquanto reflete, passando a

ter a função de espectador de um monólogo ou de um teatro muito particular. Uma das consequências disto é o sentimento de desamparo. À medida que o sujeito não tem quem o reconheça, sente-se abandonado e, para reverter este sentimento, narcisiza-se cada vez mais. É um efeito bola de neve.

Outro mecanismo utilizado pelos sujeitos para escamotear a falta é o consumo. A Modernidade valoriza o consumo como modo ativo de relação, não somente aos objetos, mas à coletividade e ao mundo. Aliado ao processo de narcisização e ao incentivo dado pela sociedade ao consumo, a palavra de ordem torna-se consumir. Não interessa o valor dos objetos ou mesmo a sua importância ou necessidade, o que importa é tê-los ou fingir que os têm. Como o consumo dos objetos é mais uma tentativa para encobrir a falta, o tempo de duração de cada objeto é fugaz. O sentimento de fracasso e incompletude se instala com facilidade, fazendo com que o sujeito consuma cada vez mais e mais.

A lógica do consumo atinge também os relacionamentos, na medida em que as pessoas passam a ser tratadas como objetos, podendo ser descartadas diante das dificuldades no campo amoroso. A partir da descrição desse quadro, podemos entender o ficar como uma forma de consumismo, pois é um relacionamento fugaz e com uma troca sucessiva de parceiros. Essa situação atualmente estende-se para o namoro e mesmo para o casamento. Como nos diz Bauman (2004), na cultura atual, a liquefação dos laços sociais determina uma fluidez e uma superficialidade que afeta todos os relacionamentos humanos, desvalorizando os sentimentos e incentivando a experimentação sexual livre e descompromissada. Assistimos a um imperativo de gozo, com efeitos decisivos sobre a sexualidade humana.

5 | A REALIDADE VIRTUAL

O termo ciberespaço é usado para se referir ao espaço abstrato construído pelas redes de computadores. O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica “não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 2000, p. 17).

O surgimento do ciberespaço é resultado de uma transformação social e cultural, que, por sua vez, é modificada e condicionada por ele. O ciberespaço diz respeito não só à estrutura material dessa comunicação digital, mas também informações e pessoas que transitam nesse espaço. Ele envolve uma cibercultura, uma realidade virtual, uma comunidade virtual, um texto virtual, experiências virtuais, ou seja, uma nova e instigante dimensão: a virtual (LIMA, 2003). O neologismo cibercultura é utilizado “para especificar o conjunto de técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente

com o crescimento do ciberespaço”. (LÉVY, 2000, p. 17).

A interatividade na Internet é considerada a principal razão de seu sucesso. “O termo ‘interatividade’ em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação”. (LÉVY, 2000, p. 79, grifo do autor). A mídia interativa permite o diálogo, a reciprocidade, a comunicação efetiva. A informática permite a pessoa interagir com uma matriz de informações, um modelo capaz de gerar inúmeros percursos diferentes. Ela proporciona a reciprocidade e em tempo real. Nesse sentido, está se falando em “interatividade que remete ao virtual.” (LÉVY, 2000, p. 80).

As experiências sensoriais no computador permitiram a imersão na imagem, inaugurando uma nova modalidade de interação com a máquina. A realidade virtual, que “especifica um tipo particular de simulação interativa, na qual o explorador tem a sensação física de estar imerso na situação definida por um banco de dados” (LÉVY, 2000, p. 70), permite um avanço na ilusão em relação à imagem do cinema ou da televisão. O desenvolvimento dos mundos virtuais oferece uma imersão funcional em representações tridimensionais com a ajuda de capacetes individuais de visualização estereoscópicos, em que o corpo é interligado com o mundo virtual. A imagem virtual transforma-se em um lugar explorável, habitável. Ela torna real tudo o que produz, submetendo a visão às interfaces tecnológicas. A realidade virtual promove uma redefinição das noções de imagem, de objeto, de espaço perceptivo.

A conceituação de realidade virtual comporta um sentido estrito e um sentido mais amplo. Se no sentido estrito a realidade virtual implica no uso de equipamentos, tais como os capacetes para visão estereoscópica e as datagloves (sensores automáticos de movimentos do corpo), as duas características distintivas do mundo virtual, em sentido mais amplo, são a imersão e a navegação por proximidade. Ou seja, a noção de um mundo virtual não implica necessariamente no uso desses equipamentos. Um mundo virtual, no sentido amplo, é um universo de possíveis, calculáveis a partir de um modelo digital. Ao interagir com o mundo virtual, os usuários o exploram e o atualizam simultaneamente. Os hipertextos, hiperdocumentos, simulações e, em geral, todos os objetos lógicos, tais como os programas, os bancos de dados e seus conteúdos, fazem parte dessa virtualidade informática no sentido amplo.

O termo virtual geralmente é associado à imaterialidade ou irrealidade. A esse respeito, Lévy (2000) faz uma importante consideração. A rigor, os termos virtual e real não se opõem. O virtual, do latim *virtus* (virtude), é o que está em potência no real, o que tem em si todas as condições essenciais para a sua realização (CADOZ, 1994). O termo virtual se refere ao que existe em potencial, suscetível de se realizar (FERREIRA, 1986). Na filosofia, o termo *virtude* está relacionado à capacidade ou potência em geral (ABBAGNANO, 1982). Nesse sentido, pode-se compreender a descrição de Lévy da gravação digital ocupando uma posição anterior à sua manifestação visível. Essa antecipação não seria a essência mesma da imagem?

De acordo com o processo de identificação à imagem especular, descrito por Lacan (1949/1998), a criança, fascinada com a imagem unificada refletida no espelho,

se sentindo ainda fragmentada, se antecipa numa identificação com aquela imagem, que, portanto, lhe devolve a unidade. Assim, o virtual se aproxima do conceito de imagem em psicanálise. O virtual não seria exatamente aquilo que se opõe ao real, mas aquilo que de alguma forma está presente no real (no sentido de realidade), em potência, anterior à sua manifestação visível. Sua presença em potência introduz uma nova forma de presença, que tem efeitos sobre a subjetividade. De acordo com a psicanálise, o imaginário não se opõe à realidade, que na verdade é uma construção imaginária (LIMA, 2003).

A virtualidade, introduzida pelo computador, oferece ao homem novos modos de ser: estar num lugar sem estar lá fisicamente, comunicar com pessoas de qualquer parte do mundo, interagir com comunidades virtuais, nas quais cada indivíduo pode estar com todos os outros sem estar presente corporalmente, deslocar-se em ambientes nos quais não poderia aceder normalmente. Essa telepresença ou presença virtual não necessariamente, portanto, se opõe à presença da realidade, da mesma forma que as interações da realidade são também marcadas pela virtualidade.

Le Breton (2003) trabalha com a hipótese de que o ciberespaço é o lugar do desaparecimento do corpo. Nesse espaço imaterial, indivíduos espacialmente distanciados entram em contato. No entanto, o corpo fica pendente no espaço virtual, provisoriamente esquecido enquanto matéria. O ciberespaço é um território de imagens e signos, onde coexistem em virtualidade inúmeros corpos em potencial, mas não há um encontro entre corpos. Há uma interação entre imagens, criando personagens, situações e ações a partir de palavras. Nesse contexto, o corpo físico é desnecessário, e até indesejável, funcionando como um obstáculo à sua virtualização. Virtualmente pode-se vestir qualquer máscara, tornar-se qualquer personagem, ter qualquer forma, cor e cheiro imaginável.

No entanto, podemos questionar essa separação entre os mundos real e virtual. De acordo com a psicanálise, o sujeito não tem acesso direto à realidade, pois ela é sempre atravessada pela realidade subjetiva. As fantasias funcionam como uma tela que se interpõe entre o sujeito e a realidade externa ou objetiva. O sujeito interpreta a realidade dos fatos de acordo com a sua subjetividade. Mas, para além da dimensão da fantasia, as interações virtuais podem despertar o desejo, provocar angústia, causar diferentes sensações e emoções, tendo efeitos reais sobre o corpo e interferindo na vida real. A complexidade das relações entre o virtual e o real nos leva a interrogar a natureza dos relacionamentos que se constituem na realidade virtual, suas motivações, especificidades e efeitos sobre os sujeitos.

6 | METODOLOGIA

Esta pesquisa se pautou pela metodologia qualitativa, compreendendo que esta não intenciona a generalização de dados, na medida em que objetiva produzir um

aprofundamento na compreensão e análise de uma determinada questão. González Rey (2002) afirma que a pesquisa qualitativa é uma opção epistemológica, que deve se sustentar por formas distintas de produção de conhecimento que possibilitem tanto a criação teórica acerca da realidade, que é em si multideterminada, dinâmica e histórica, quanto a cuidadosa e ampla elaboração de ideias e fatos procedentes do empírico.

Além de um estudo bibliográfico relativo ao tema, realizamos entrevistas com doze sujeitos, de 18 anos, de ambos os sexos, alunos de distintos cursos de graduação da PUC Minas. Buscamos estes adolescentes usando o método de escolha aleatório e de acordo com sua disponibilidade de participação na pesquisa. A distinção nos cursos teve a intenção de uma maior variedade dos sujeitos. Apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) definir a adolescência como sendo composta por sujeitos entre 12 e 18 anos incompletos, estreitamos este universo por acreditarmos que aos 18 anos encontraríamos sujeitos que já tivessem alguma experiência de relação afetiva, o que se revelou pertinente.

Para a análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo, que se constitui como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 1994).

As pesquisadoras comprometeram-se com as recomendações éticas da Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CSN 466/12. Esta pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética em Pesquisa da PUC Minas e foi aprovada sob o nº CAAE 28595014.5.0000.5137. Ela contou com financiamento do CNPq e da FAPEMIG.

7 | DISCUSSÃO

Observamos nas entrevistas como o modelo do amor romântico continua presente entre os adolescentes. Contudo, as formas de relacionamento se modificam. Um aspecto que nos chamou a atenção foi o fato de o amor romântico aparecer nas falas dos jovens com muitas comparações com a geração de pais e avós. Os adolescentes acreditam que as gerações anteriores é que vivenciaram o verdadeiro amor, em detrimento da geração atual. O verdadeiro amor é localizado em relações de longa duração, nas quais há confiança e companheirismo entre o casal. Os entrevistados parecem desejar viver um amor verdadeiro e intenso como percebem ter sido vivido por pais e avós, mas não acreditam que isso seja possível da mesma forma em sua geração.

Podemos compreender essa perspectiva considerando a lógica do amor líquido presente em nosso cotidiano. Como nos diz Bauman (2004), a fluidez e a

superficialidade afeta os relacionamentos humanos, desvalorizando os sentimentos e incentivando a experimentação sexual livre e descompromissada. Assim, ao mesmo tempo que os sujeitos desejam uma relação estável, não querem perder a possibilidade de flutuação, de uma vivência mais livre nos relacionamentos.

Quando perguntados sobre o uso que fazem da internet, os entrevistados responderam que ela é um meio de pesquisa, informação e comunicação. Usam-na para a realização de tarefas relacionadas aos estudos e para buscarem informações diversas, mas principalmente para se comunicarem. Vemos um uso intenso das redes sociais, em especial, Facebook e Whatsapp. As redes sociais são utilizadas para terem acesso ao que se passa com os amigos, para marcarem encontros e saídas com amigos e namorados, e também para monitorarem o comportamento dos parceiros amorosos atuais e passados.

O Facebook é uma rede que ainda tem sido muito utilizada pelos adolescentes, mas eles nos afirmaram estarem migrando para o Whatsapp como uma estratégia de preservarem suas informações frente aos pais. Estes são amigos de seus filhos no Facebook, o que lhes permite ver as fotos, as postagens e os comentários nas páginas deles. Com isso, os pais obtêm maior controle da vida dos filhos. Já no Whatsapp, os grupos são fechados e os pais não têm acesso às informações.

As redes sociais são percebidas pelos adolescentes como um meio para aproximar as pessoas. No que tange os relacionamentos amorosos, eles afirmaram que elas auxiliam as relações na medida em que possibilitam as conversas, trocas de mensagens e fotos. Localizam essa facilidade especialmente para relacionamentos que já estão estabelecidos. Esse fato se deve, entre outras razões, à percepção de que na internet as pessoas passam imagens idealizadas, seja através de fotos que não correspondem exatamente à realidade ou por postagens que podem não ser o que a pessoa pensa, sente ou é. Assim, por um lado, a internet facilita, mas, por outro, ela dificulta os relacionamentos amorosos na medida em que as pessoas podem enganar e ser enganadas. Devemos lembrar que os enganos e as mentiras não são exclusivos do mundo virtual, mas este pode potencializá-los na medida em que não há um encontro presencial.

Dois dos entrevistados do sexo masculino manifestaram explicitamente sua homossexualidade. Não tínhamos a intenção de fazermos um estudo comparativo entre adolescentes heterossexuais e homossexuais, mas, ao responderem as questões colocadas, eles falaram sobre a sua orientação e as suas práticas afetivo-sexuais. Um dado que nos chamou a atenção, neste sentido, foi um discurso mais aberto sobre o uso de aplicativos dirigidos para encontros entre homossexuais. Eles afirmaram que o uso destes aplicativos é feito com a intenção de práticas, exclusiva ou preponderantemente, sexuais, e não afetivas.

Outros entrevistados, assumidamente heterossexuais ou que não se posicionaram a respeito, fizeram menção ao aplicativo Tinder, que permite a aproximação de contatos simultâneos; logo, o usuário pode selecionar e manter a conversação e a

paquera com vários parceiros. As experiências amorosas incluem encontros para um possível namoro e o sexo casual. Pela velocidade no contato e a facilidade em manter a conversação, os usuários, muitas vezes, podem experimentar diversas experiências amorosas em curto espaço de tempo. Considerando estas características do Tinder, alguns dos entrevistados mencionaram seu uso, especialmente para a busca de um parceiro amoroso e não apenas para a prática sexual.

Se a internet é percebida como facilitadora dos relacionamentos, ela traz uma outra questão: através das redes sociais pode-se ficar sabendo o que namorados(as) fazem ou fizeram. Desta forma, os entrevistados relatam situações em que descobriram, através das redes sociais, saídas à noite, idas a festas e afins, de seus parceiros.

Essa questão levou ao tema da traição. Perguntamos o que eles concebem como traição pela internet. As respostas foram variadas: desde o estabelecimento de conversas pela internet, encontros virtuais que se tornam presenciais até o sexo virtual. Não houve consenso entre os entrevistados, à exceção da percepção de que a internet facilita a traição, pois ela traz um número maior de possibilidades de conhecer e encontrar pessoas. A dificuldade em estabelecer o que é uma traição não se atém ao ambiente virtual, mas se estende para fora dele. Quando há uma intimidade sexual presencial, corporal a dificuldade pode se desfazer. Mas, e o sexo virtual? E as conversas com jogos de sedução? E quando tudo fica apenas no âmbito virtual?

No que tange as relações amorosas, os entrevistados, em sua maioria, estabeleceram uma fronteira entre os mundos público e privado. Eles afirmam que não se deve postar coisas íntimas na internet para que não haja muita exposição e porque acreditam que aquilo que é da intimidade não é para ser compartilhado com qualquer pessoa. Pode parecer simples à primeira vista, mas aí cabe interrogarmos: e o que é íntimo? O que não é? O que vemos postado nas redes sociais são fotos de viagens e festas, com amigos, comentários da vida cotidiana. Ainda que os adolescentes possam delimitar quem são as pessoas que vão ter acesso a isso ou não, sabemos que as redes sociais não oferecem esse controle tão claro. Uma postagem que é restrita pode ser espalhada sem o consentimento do autor, o que acontece com frequência. De um modo geral, as respostas que obtivemos sobre esse ponto podem ser resumidas na equação: o que é bom pode ser público, o que é ruim é privado. Em outras palavras, declarações de amor, fotos do casal e afins são colocadas na rede sem problemas, sem constrangimentos. Entretanto, brigas, discussões, divergências são exclusivamente privadas e não é adequado que sejam inseridas publicamente.

Debord (1997) afirmava que a teatralidade e a representação tomaram totalmente a sociedade. Para ele, o natural e o autêntico se tornaram ilusão. O autor define o espetáculo como não sendo um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens. Ao definir o espetáculo, Debord demonstra que as relações entre as pessoas não são autênticas, elas são de aparência.

A internet tornou-se um espaço privilegiado de espetacularização. Todos querem ver e serem vistos. Mas, por ser um espetáculo, as pessoas não podem se apresentar

de qualquer maneira, mas devem mostrar-se glamorosas, felizes e em situações privilegiadas. É assim que temos uma infinidade de fotos em viagens, restaurantes, pessoas sempre sorridentes e bem-humoradas. Podemos pensar que essa é uma razão pela qual os adolescentes fazem a distinção entre público e privado considerando que o que pode ser publicizado são os bons momentos dos relacionamentos, enquanto as brigas e os conflitos entre o casal, percebidos como negativos, têm que ficar na esfera privada. Os entrevistados nos apresentaram uma certa regra de etiqueta de como postar sobre os relacionamentos nas redes sociais.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que valores às vezes divergentes, como a lógica do amor romântico e do amor líquido, se fazem presentes no cotidiano dos adolescentes. Há um desejo de viver as relações amorosas, ao mesmo tempo em que elas são temidas. Os adolescentes apresentam certa nostalgia de um amor estável, vivido pelas gerações passadas, e são críticos em relação aos relacionamentos fluidos atuais. Até poderíamos pensar que esses desafios e dificuldades são consequentes à pouca experiência no campo amoroso de adolescentes. Entretanto, esse é um discurso presente também entre adultos.

As contradições estão muito presentes nas falas dos jovens entrevistados. Eles mantêm a noção de amor romântico das gerações passadas, entretanto, defendem uma maior liberdade para fazer escolhas. Assim, acreditam que o tempo para a experimentação é necessário, até que eles possam encontrar o parceiro complementar com quem viverão o amor estável.

Os namoros também são expostos no meio virtual e essa espetacularização passa a fazer parte dos relacionamentos. É uma forma de todos saberem que aquele casal tem um compromisso assumido, além de poderem participar do namoro, acompanhando as fotos e as postagens. Podemos levantar a questão se, para além da espetacularização da vida cotidiana e amorosa no meio virtual, assumir o namoro nas redes sociais seria uma tentativa de se proteger contra a traição.

A temática abordada neste texto apresenta uma série de desafios que demandam novas pesquisas e maior aprofundamento. É inegável que a internet chegou avassaladoramente em nossas vidas e nela vai permanecer.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ALBERTI, S. O adolescente e seu pathos. **Psicologia USP**, 13 (2), 183-202, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

- BAUMAN, Z. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CADOZ, C. **A realidade virtual**. Biblioteca Básica de Ciência e Cultura. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CHAVES, J. C. "Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da belle époque". **Análise Social**, 180: 827-846, 2006.
- CORSO, M. e CORSO, D. L. Game over. In: ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência entre o passado e o futuro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- COUTINHO, L. G. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social? **Revista Pulsional**, 18 (181), 16-23, 2005.
- COUTINHO, L. G. **Adolescência e errância**: destinos do laço social no contemporâneo. Rio de Janeiro: Nau: FAPERJ, 2009.
- DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELA COLETA, A. S. M.; DELA COLETA, M. F. e GUIMARAES, J. L. O amor pode ser virtual? O relacionamento amoroso pela Internet. **Psicologia em estudo**. [online]. 2008, vol.13, n.2, pp. 277-285.
- DONNAMARIA, C. P. e TERZIS, A. O amor caiu na rede: sobre a procura de parceiro e a evolução de vínculos amorosos na Internet. **Rev. SPAGESP** [online]. 2009, vol.10, n.2, pp. 45-49.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 1782.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a sexualidade (1905). In: FREUD, S. **Obras completas**. E. S. B., vol. VII, Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- GOLDENBERG, M. **Novas famílias nas camadas médias urbanas**. In: Terceiro encontro de psicólogos jurídicos. Rio de Janeiro: EMERJ/ESAJ, 2003.
- KNOBEL, M. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1949/1998.
- LE BRETON, D. **Adeus ao corpo. Antropologia e Sociedade**. São Paulo: Papirus, 2003.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LIMA, N. L. **A escrita virtual na adolescência**: os blogs como um tratamento do real da puberdade, analisados a partir da função do romance. Belo Horizonte, FAE/UFMG, 2009. (Tese de doutorado).
- LIMA, N. L. **Fascínio e alienação no ciberespaço**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Educação, Belo Horizonte.
- MATHEUS, T. C. **Ideais na adolescência**: falta (d)e perspectivas na virada do século. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Revoluções Tecnológicas e Transformações Subjetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 18 n. 2, pp. 193-202, Mai-Ago 2002.

PASSARELLI, B.; DIMANTAS, H.; GUZZI, D.; KYIOUMOURA, J. Atores em Rede: subjetividades e desejos em expansão. **LOGOS 30** Tecnologias de Comunicação e Subjetividade. Ano 16, 1º semestre 2009.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

STENGEL, M. e TOZO, S. M. P. S. Projetos Afetivo-Sexuais por Adolescentes e seus Pais. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, (5), São João del Rei, jan/jul 2010, p. 72-82.

STENGEL, M. **Obsceno é falar de amor?** As relações afetivas dos adolescentes. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2003.

TURKLE, S. **A vida na era do ecrã**. A identidade na era da internet. Lisboa: Relógio D'água editores, 1997.

VALKENBURG, P. M., SCHOUTEN, A. P., PETER, J. Adolescent's identity experiments on the internet. **New Media Society**, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, 2005, Vol. 7, n. 3, p. 383-412.

VIEIRA, E. D. e STENGEL, M. Os nós do individualismo e da conjugalidade na Pós-Modernidade. **Aletheia** [online]. 2010, n.32, pp. 147-160.

RESISTÊNCIA FRENTE À VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: RELATO DA EXPERIÊNCIA COM A EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “MULHERES EXTRAORDINÁRIAS - FRAGMENTOS DE LUTA E SUPERAÇÃO”

Jéssica Aparecida Chaviuk Francisco

Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá,
Licencianda em Ciências Sociais. Paranaguá/ PR.

Cíntia de Souza Batista Tortato

Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá,
Área de Ciências Humanas. Paranaguá/ PR.

RESUMO: Esse trabalho se caracteriza por um relato de experiência sobre uma exposição fotográfica apresentada no Instituto Federal do Paraná, Campus Paranaguá e seus desdobramentos. A exposição fotográfica conceitual “Mulheres Extraordinárias - fragmentos de luta e superação”, foi uma ação de extensão relacionada ao evento anual Mulheres e Direitos Humanos e resultou numa intervenção artística e social, cujo objetivo foi proporcionar a participação da comunidade interna e externa à instituição em torno da problemática que envolve as formas de violência psicológica contra as mulheres. Mulheres Extraordinárias parte de um desdobramento do projeto de iniciação científica: “Cicatrizes Invisíveis: uma etnografia da violência psicológica contra a mulher no município de Paranaguá-PR”. O trabalho suscitou importantes reflexões tanto por quem participou da realização como pelos/as espectadores/as, extrapolou os muros da instituição e foi apresentado em outros espaços de educação e cultura da cidade de Paranaguá.

Entre os resultados, além da repercussão dentro e fora do campus de origem, a experiência foi premiada em um importante evento científico do IFPR.

INTRODUÇÃO

O Seguinte relato de experiência trata da Exposição Fotográfica conceitual “Mulheres Extraordinárias - fragmentos de luta e superação”, com o objetivo de descrever os procedimentos, impressões, limites e resultados dessa ação de extensão, que resultou numa intervenção artística e social, procurando trazer sempre que possível, uma reflexão acerca dos mesmos. Mulheres Extraordinárias parte de um desdobramento do projeto de iniciação científica: “Cicatrizes Invisíveis: uma etnografia da violência psicológica contra a mulher no município de Paranaguá-PR” inicialmente desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Arte, Literatura, Museologia e Antropologia (ALMA) do Instituto Federal do Paraná.

Inaugurada no Campus Paranaguá, do IFPR, durante a III Semana Internacional da Mulher e Direitos Humanos, a exposição aconteceu em março de 2018. Faz-se necessário destacar que tanto os/as estudantes e funcionários/as da instituição, quanto a comunidade externa, puderam ter acesso

às fotografias, uma vez que o evento incorporou uma série de debates, oficinas e mostras artísticas gratuitas de acesso à comunidade interna e externa ao campus. Sendo assim, conforme a exposição foi gerando repercussão e ganhando visibilidade na cidade, houve convites para expor a mesma em outros espaços culturais e de educação no litoral, que, conseqüentemente, resultou em alguns desdobramentos do projeto, cujos quais posteriormente serão apresentados.

A proposta de construir uma intervenção artística como ação de extensão da pesquisa de iniciação científica foi pensada como também como um posicionamento político. Visto que os saberes construídos e compartilhados por meio de artigos, ensaios e outros formatos de escrita acadêmica acabam muitas vezes não saindo dos muros da academia (por possuir uma linguagem academicista e circular num meio limitado, concentrando-se num grupo que detém um capital social, cultural e econômico específico), as fotografias foram entendidas como recurso e estratégia para transmitir uma mensagem de conscientização acerca da violência psicológica contra a mulher. As imagens ofereceram reflexões de maneira acessível e sensível a toda a comunidade que poderia ter acesso a ela, independente do grau de escolarização, faixa etária ou contexto social e econômico em que a mesma estava inserida. “A fotografia deve ser política e poética” (CASCO, 2016), é partindo dessa premissa, que a exposição buscou concentrar elementos que trouxessem reflexão por meio de um quadro fotográfico multifacetado de denúncias, esclarecimentos e sensibilizações que tiveram por objetivo abrir espaço para que o público pudesse identificar o que estava sendo ilustrado com clareza, e percebesse as conexões com a realidade que se apresenta.

Nesse ensaio fotográfico, as cicatrizes invisíveis expressadas pelos olhares, gestos e expressões corporais, contavam a história da mulher que vive ou carrega dentro de si, marcas de agressões. Nesse sentido, destaca-se um trecho de fala da curadora da exposição, Adriana Alves:

A dicotomia da dor e da beleza, do horror e da sutileza, do preto e branco com o colorido, da fragilidade e da robustez, da sanidade e da loucura, do poder e da submissão, do tempo que passa e do tempo que para, de renúncia e de denúncia. Dicotomia esta que por vezes se opõem e que por momentos se complementam. A “Exposição Mulheres Extraordinárias – Fragmentos de Luta e Superação” se coloca nesta miríade de possibilidades e traz à tona através do silêncio ecoar das suas imagens, a voz de quem grita e pede por cuidado e socorro, mas essas mesmas mulheres que por hora manifestam sua profunda vulnerabilidade também são as mesmas que detém o poder e a autonomia de romper com centenas de anos de patriarcado que infligiram e ainda infligem marcas profundas em seus corpos e em sua psique.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

A violência não pode ser definida fora dos contexto que se quer abordar, ela é multifacetada, complexa, tem aspectos objetivos e subjetivos, uma das constantes

dessa problemática é o reconhecimento de que há, invariavelmente, uma relação de forças onde existe um desequilíbrio e/ou abuso de poder. Para que seja possível a compreensão especificamente acerca da violência de gênero, é preciso considerar que a mesma não resulta de um ato isolado, mas sim de uma estrutura histórica e social complexa que inclui fatores culturais, hierárquicos, econômicos, étnico-raciais, institucionais e familiares. Por conseguinte, o sistema patriarcal sustenta essa desigualdade de gênero essencialmente por meio do exercício do controle social masculino sob a mulher. Segundo Koller (1999), citado por Martha Giudice Narvaz (2005, p. 38-48) “conviver com a violência imposta pela socialização desigual e sexista de gênero desde tenra idade faz com que as práticas abusivas sejam naturalizadas e banalizadas.”

Bourdieu (1998) sugere que quando os pensamentos estabelecem uma relação de conforto em decorrência das estruturas que impõe uma relação de dominação, seus atos de conhecimento e reconhecimento são, inevitavelmente, de submissão. Sendo assim, adotou-se o conceito de violência simbólica do autor como parte do resultado dessa dominação masculina, onde se reproduz uma série de violências identificadas como “uma violência suave, sensível e invisível as suas próprias vítimas” (BOURDIEU, 1998, p. 07)

O fato de equivocadamente a violência contra a mulher ser, no inconsciente popular, diretamente assimilada a uma violência física, direcionou esses estudos e essa mostra fotográfica à abordar especificamente a violência psicológica contra a mulher, como uma maneira de trazer visibilidade a uma das tantas outras formas de violência de gênero, que embora possa ser descrita como sutil e silenciosa, traz consequências nas mesmas proporções, ou até mesmo maiores, que a violência física.

Não obstante os danos à autoestima, desenvolvimento intrapessoal da mulher e da sua autonomia, esse tipo de violência pode levá-la a gerar conflitos de identidade tão significativos que há a possibilidade de, nos casos mais graves, levar a pessoa a provocar suicídio ou outro tipo de violência contra si mesma.

Há inúmeros fatores sociais e afetivos que naturalizam e legitimam atos de violência psicológica contra a mulher, por conseguinte, fora conquistada, pelas lutas e denúncias do movimento feminista, jurisprudência e os Direitos Humanos, a caracterização da violência psicológica prevista na “Lei Maria da Penha”(LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.) explicitada no Art. 7º :

“São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: (...) II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.”

METODOLOGIA DO PROJETO

Como inspiração, cita-se o improvisado trocadilho feito por um professor de Letras: “o pesquisador pesquisa a sua dor”. Não raro, essa exposição deriva de experiências pessoais, que motivaram e permanecem trazendo inspiração e força para seguir a luta (acadêmica, social e jurídica) no combate às violências de gênero, pois protagonizar esse debate é dar voz à essas mulheres. Dessa forma, o presente relato percebe a educação, arte e intervenção social como instrumentos de conscientização e combate à violência contra a mulher. Porém, é indubitavelmente delicado pensar em expressar artisticamente um tema como esse, uma vez que essas agressões são tão subjetivas e pessoais, e é por esse motivo que houve inúmeras preocupações e cuidados, visto que o projeto envolve diretamente a história de vida e vulnerabilidade emocional de várias mulheres, e que elas poderiam a qualquer momento, reviver de maneira desconfortável as situações que provocaram suas cicatrizes, despertando gatilhos emocionais e expondo-as de maneira tão íntima. Ou seja, pensando que não haveria condições de fazer um acompanhamento psicológico com as participantes do projeto (embora fosse o ideal) por falta de profissionais que pudessem contribuir nessa área, alguns dos objetivos idealizados inicialmente, como a produção de um documentário com a história de vida e superação da violência sofrida por cada uma delas, não seguiu adiante, para que gatilhos emocionais não fossem despertados sem o auxílio de profissionais da área para lidar de maneira adequada com esse tipo de situação.

Partindo desses princípios norteadores, a mostra fotográfica fora construída a partir de sete momentos principais, sendo eles:

- Pesquisa bibliográfica e discussão de idéias com o primeiro esboço do que mais tarde viria a compor o corpo e escrita do projeto;
- Reflexão e discussão das estratégias que seriam utilizadas para desenvolver o projeto de maneira que fosse envolver e representar a máxima pluralidade de mulheres (cis e trans) possível;
- Divulgação da proposta do projeto concentrada em três principais redes sociais: *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*, convidando as mulheres da cidade e regiões próximas para participar e envolver-se na Mostra Fotográfica, tanto ao personificar essas violências, quando para fotografar, filmar e ajudar a tecer o processo criativo; (Embora as mídias sociais tenham um público bastante restrito, foi feito apelo para que os internautas que tiveram acesso ao material de divulgação compartilhassem o projeto para pessoas que não tinham acesso às redes sociais e poderiam ter interesse em contribuir.)
- Conversa particular com cada uma dessas mulheres que se dispuseram a participar do projeto e se voluntariaram, e estabelecimento de um diálogo entre os objetivos da ação de extensão, e a sua relação pessoal com o tema, de modo a instrumentalizá-las com algumas leituras para melhor compreensão do assunto. Os materiais divulgados, em suma, concentravam-se em documentos oficiais, como os da OMS (Organização Mundial da Saúde) e alguns materiais didáticos e interativos, como as multimídias do Instituto

Avon na campanha “Quando existe voz” contra a violência doméstica, que aborda a violência psicológica contra a mulher;

- Criação um grupo no WhatsApp (depois da confirmação de que todas as participantes tinham acesso) para que elas por fim pudessem conhecer as demais integrantes do projeto e trocar algumas experiências caso se sentissem à vontade para isso.
- Depois de três semanas com o grupo de WhatsApp ativo e interações diárias, foi marcada a data para produção das fotografias. (Importante mencionar que não havia uma previsão inicial de quanto seria o momento adequado para o encontro, apenas que ele aconteceria no momento em que elas estivessem confortáveis umas com as outras, e minimamente, tivessem construído um laço de apoio e solidariedade). Esse momento fora dividido em duas ações, sendo uma na parte da manhã, e outra durante a tarde/noite: a) Foi realizada uma roda de conversa na parte da manhã com o objetivo de apresentar com mais detalhes a pesquisa científica, a ação de extensão e enfatizar a importância do tema com alguns dados da Organização Mundial da Saúde sobre os índices de mulheres brasileiras vítimas desse tipo de violência. Adiante, foram compartilhados alguns vídeos da campanha do Instituto Avon, divulgados anteriormente no grupo, que abordam a temática. Posteriormente, todas puderam compartilhar o que as motivou a fazer parte do projeto, quais suas expectativas e como estavam se sentindo até o momento com a experiência adquirida, antes das fotografias. Nesse último momento, algumas mulheres se emocionaram, e, tanto prestaram, quanto receberam, apoio umas das outras antes de encerrar a roda de conversa. b) No período da tarde, foi colocado em uma mesa longa, alguns objetos como cordas, correntes, tecidos e tintas, que poderiam ser utilizados durante a composição das fotografias. Havia sido avisado previamente que seria usado esse tipo de material como uma possibilidade para compor as fotografias, então, após elas se dirigirem à mesa e escolherem os objetos que melhor acreditavam representar a violência psicológica que iriam representar, consultaram umas às outras para compreender o significado que tinha cada objeto dentro da percepção *do outro* e a percepção do mesmo para quem o escolheu. Adiante, as dez voluntárias dividiram-se em três pequenos grupos para discutir a melhor maneira de representar os sentimentos vividos. Paralelamente, a fotógrafa registrava a cena, buscando capturar, de maneira espontânea, todos esses processos.

A MOSTRA FOTOGRÁFICA E PERCEPÇÕES

Muitas pessoas acabaram envolvendo-se com a exposição. Adiante destaca-se a fala do estagiário de comunicação do campus, que trabalhou no processo de divulgação:

(...)fiquei extremamente comovido com a exposição, algumas das mulheres que participaram são minhas amigas e pude ver expressar por meio desses registros outra perspectiva do que é ser mulher e viver tais violências no dia a dia, que até não eram perceptíveis. Essa exposição toca todos que se permitem refletir sobre as fotos, te faz sentir impactado com a clareza dos abusos sofridos, te faz sentir incomodado por saber a covardia que alguns homens possuem e te faz questionar

vários “tabus” que ainda possuímos na sociedade que por vezes colocam as mulheres como objetos, submissas, e que podem ser moldadas a agir da forma como o homem quiser e atender exclusivamente às suas necessidades. Todavia o principal sentimento que me transbordou foi a esperança, por ver a coragem delas de não se calar diante desses abusos, de conseguirem representar com muita delicadeza os atos que tanto as oprimem. O campus ganhou muito mais que uma exposição, mas sim uma grande ferramenta de reflexão e aprendizado a todos que dedicar um olhar a ela.

A ação foi pensada e realizada única e exclusivamente por mulheres que se voluntariaram e se entregaram, de corpo e alma, a cada detalhe que compõe a execução da mesma. Sendo ela idealizada e dirigida por quem agora o escreve, e fotografado pela artista Laila Rejan Matias (que já participou de diversas ações voluntárias na cidade de Paranaguá), e outras dez mulheres que participaram do processo criativo, execução e curadoria da exposição, residentes na cidade de Paranaguá e litoral.

Na data de inauguração, o público presente se fez bastante diversificado - homens e mulheres universitários/as, professores/as, funcionários/as da instituição e comunidade externa. Fora observado que os homens, na maior parte do tempo, estavam consideravelmente mais distantes das fotografias em relação às mulheres, que passavam longos minutos percorrendo com o olhar cada detalhe contido nelas. Algumas mulheres fotografaram a imagem, tocaram-na, fizeram pequenos comentários através de cochichos com outras colegas que estavam acompanhando-a, demonstraram estar emocionadas, e expressivamente, faziam questão de manter o silêncio. Em contrapartida, nesse mesmo dia, as lágrimas contidas nos olhos de um jovem, que solicitou ser aqui referido pelo nome fictício Chistopher, denunciavam uma possível identificação em sua trajetória pessoal, com o que estava sendo mostrado. Confirmou-se a suspeita quando o mesmo se dirigiu a página do projeto no *Facebook* - Cicatrizes Invisíveis, uma semana depois, para compartilhar o sentimento provocado pelas mesmas no momento em que esteve diante delas:

À primeira vista eu me senti encantado pelas cores e pelas expressões, é um trabalho de uma beleza e expressão artística que comove qualquer um... principalmente alguém que já viveu isso em casa. Mas, quanto mais eu olhava para elas, mais despertaram em mim sentimentos como de aflição, medo, dor, solidão. Senti vontade de chorar ali mesmo, pois revivi por alguns minutos o medo da criança que assiste a violência doméstica e sente não poder fazer nada para ajudar a sua mãe, suas irmãs e a si mesmo. Aliás, só de pensar em contar como me senti, já consigo reviver o momento. É um trabalho lindo sem dúvidas, dá para sentir a seriedade com que abordaram o tema. Acho importante dizer que por mais que eu saiba que é sobre violência psicológica contra a mulher, quem vive esse tipo de violência em casa sabe o quanto presenciar isso traz danos emocionais para toda a família. E por isso eu vejo este trabalho como uma ferramenta de denúncia para identificarmos outras formas de violência, não somente a violência física, e poder fazer algo para que a situação não se agrave. E eu como homem me sinto no dever de repassar essa mensagem, pois tenho consciência que a violência doméstica, os relacionamentos abusivos e a violência psicológica é em grande maioria provocada por homens.

Três dias após a inauguração da exposição, quatro estudantes mulheres com idade entre 17 e 30 anos procuraram a organização para conversar sobre suas

vivências atuais em relacionamentos abusivos e relataram ser vítimas de violência psicológica e assédio moral tanto dentro da esfera privada, quanto pública, citando inclusive, num dos casos, a própria instituição de ensino.

No perfil pessoal da organizadora, no *Facebook*, algumas mensagens de estudantes que prestigiaram a exposição foram recebidas, e também das próprias voluntárias que participaram diretamente do ensaio fotográfico. Destaca-se abaixo um trecho das percepções compartilhadas pela estudante do curso Licenciatura em Ciências Sociais, aqui referida como “Anis” (conforme a mesma preferiu identificar-se), que traz a importância de expor essas fotografias num ambiente acadêmico.

(...) interessante como a fotografia consegue captar os sentimentos, muitas vezes presos, na alma das pessoas; eu, como mulher que também passa por situações expressadas através das imagens, pude me colocar naquelas situações e perceber como somos atingidas por algum tipo de violência simbólica a todo tempo. Mais que um autorretrato pessoal, trata-se de um autorretrato da sociedade, que muitas vezes já nem percebe o quão natural tudo isso se tornou, portanto expor essas imagens em ambiente acadêmico, em minha opinião, é trazer novamente uma reflexão não deveria (porque é o que parece) ter cessado, fazendo com que o indivíduo ao se deparar com as fotografias, pudesse de forma única e particular se sensibilizar com a própria dor e com a dor do outro

Assim que a exposição fora montada, num momento que antecede a inauguração, reuniram-se todas as participantes para contemplar o trabalho final e trocar experiências acerca do processo, tanto físico com as fotografias, quanto emocional. Foram feitas perguntas como “de que maneira a exposição contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal?”, “como você/s se sentem ao vê-las, no resultado final, incorporando essas violências?”, onde as voluntárias, agora se sentindo mais íntimas, não somente umas com as outras, mas também com o projeto, puderam expressar seus sentimentos e a maneira como relacionam essa nova experiência com a sua trajetória pessoal. A voluntária de 25 anos, que aqui prefere identificar-se como Clarice, emocionou as presentes ao usar o termo “resignificar cicatrizes”, visto que havia compartilhado anteriormente algumas experiências pessoais dolorosas que marcaram-na profundamente. A mesma relatou que quis fazer parte do projeto porque se identificou com ele, e encontrou ali uma oportunidade de conscientizar outras mulheres que poderiam ter passado, ou estar passando, por algo semelhante:

Decidi fazer parte do projeto porque me identifico com ele, dentro de mim carrego cicatrizes de longos anos nessa trajetória de vida marcada por lutas e superação... Algo que me marcou muito, foi o dia em que fomos fazer as fotografias, onde antes de iniciar, a idealizadora do projeto fez uma roda de conversa sobre o assunto e reforçou a intenção do projeto. Aquilo me tocou! Foi como se eu tivesse levado um choque, pois ao ouvir outras histórias de outras mulheres, comecei a lembrar tudo o que tinha vivido até ali: estupro, violência psicológica e meus relacionamentos amorosos conflituosos. Logo pude perceber o quão fortes todas nós somos, porque estávamos, naquele momento, resignificando essas cicatrizes que carregamos na alma. No dia da exposição, quando me vi representando esse tipo de violência, depois de todos os processos para enfim estar em contato direto com o público, me emocionei. Elas pareciam gritar, meu olhar denunciava o meu sofrimento a cada imagem retratada: a vida de quem sente-se sufocado pela depressão e cercado de medicamentos para contê-la ou amenizar os efeitos dela. Dentro de mim carrego

a sensação de que mesmo que a sociedade se sinta sensibilizada ao refletir sobre o tema, poucos sabem que para além daquela situação de vulnerabilidade, existe de fato, dentro de si, uma mulher igualmente forte, guerreira e extraordinária. Por isso vejo significativamente a importância desse projeto, que para além de expor a violência, evidenciam a luta constante de quem vive ou viveu em algum momento da vida, uma violência psicológica. Sinto que participar do projeto foi uma forma de me perceber como uma mulher ainda mais forte, e perceber a real importância de ajudarmos umas às outras que passam por situações do tipo e muitas vezes não sabem que estão sendo vítimas, ou ainda quando sabem, não são orientadas de como denunciar esse tipo de violência.

DESDOBRAMENTOS DA MOSTRA FOTOGRÁFICA NO IFPR:

No momento em que a exposição fora retirada do espaço cedido pelo IFPR, ao atualizar a página do projeto no *Facebook*, encontrou-se um novo convite para expor a mostra. A Casa Cultural Prelúdio convidou a exposição “Mulheres Extraordinárias: Fragmentos de Luta e Superação” para expor num evento cultural feminista, onde a Casa teve por objetivo nesse dia, como um meio de resistência, trazer atividades que contemplem algumas pautas feministas, de artistas mulheres locais para expor suas artes e debates sobre as questões contemporâneas das diversas vertentes do feminismo.

Paralelo ao convite recebido pela Casa Cultural Prelúdio, fora recebido também um convite para expor, ainda no mês de março, a mostra fotográfica na Biblioteca Pública Mario Lobo, em Paranaguá. Nesse caso especificamente, a diretora do prédio reforçou que gostaria de além de receber a exposição, que fosse feito uma palestra seguida de atividades para a semana da mulher com estudantes de ensino médio de 1º, 2º e 3º anos de um colégio estadual central que fica próximo ao prédio.

Naquela ocasião foi abordado “Relacionamentos Abusivos e a violência psicológica velada nas relações”, com a participação da curadora da exposição, Adriana Alves, que além de construir coletivamente os saberes que, por ora, foram apresentados na palestra para os estudantes.

Para a realização dessa atividade, foram adotados os seguintes métodos didáticos: 1)dividiu-se a turma de estudantes por gênero e, posteriormente, em subgrupos de cinco estudantes cada; 2)foram distribuídos alguns materiais para auxiliá-los na atividade escrita, sendo eles: régua, cartolinas coloridas, canetas e pincéis atômicos; 3)os e as estudantes foram orientados a discutir e transcrever para a cartolina palavras, frases e relatos vivenciados e após as discussões, identificados como violências psicológicas; 4)posteriormente, agrupadas as cartolinas contendo as expressões registradas pelos e pelas estudantes, os grupos foram direcionados para uma roda de conversa; 5) foram todos e todas orientados a fechar os olhos, e somente abri-los caso se identificasse como vítima ou sujeito das ações de violência lidas pelas palestrantes. Essa dinâmica permitiu observar que ao finalizar a leitura com as expressões registradas pelos grupos, para a surpresa dos estudantes, todos

(homens e mulheres) estavam de olhos abertos. Ou seja, pode-se o quão presente se faz a violência psicológica nos espaços de socialização daqueles jovens, tanto na esfera privada, quanto pública, sendo eles vítimas ou agentes.

Percebeu-se que os estudantes do gênero masculino sentiam-se desconfortáveis quando questionados sobre a prática de tais violências simbólicas, que por vezes se fazem tão comuns e naturalizadas pela sociedade, porém reflexivos quando discutimos sobre o patriarcado e o machismo estrutural, e o quanto homens e mulheres são reféns do mesmo; em contrapartida, as estudantes do gênero feminino, com o passar do tempo sentiam-se mais confortáveis para falar sobre a maneira como se sentiam diante de tais violências que, como bem apontado pelas mesmas, majoritariamente são praticadas por outros homens. Houve grandes momentos de silêncio, mas percebemos que o mesmo estava cercado de muita reflexão, e em alguns casos, identificação com as circunstâncias mencionadas como práticas de relacionamentos abusivos. Outro ponto que merece destaque é a quantidade expressiva de jovens que estavam em algum relacionamento amoroso ou que já o tiveram, reafirmando então, a importância de discutir e refletir acerca dos relacionamentos com práticas abusivas.

Em uma das turmas houve um momento ímpar onde uma estudante começou a chorar durante a transmissão do vídeo “Não tira o batom vermelho” do canal no *YouTube* “JoutJout Prazer” que ilustra práticas abusivas praticadas por companheiros que fazem suas vítimas sentirem-se culpadas pelo “mal desempenho” da relação, gerando uma série de conflitos psíquicos na vítima por conta disso. A estudante relatou ter vivido grande parte das violências mencionadas no vídeo, e que por conta desse reconhecimento, não pode conter a emoção, enfatizou o quanto esse término deixou marcas profundas dentro de si, de modo que ela não se sentisse mais “amada nem por si mesma”. Algumas semanas depois, essa mesma estudante postou uma mensagem na página do *Facebook* da exposição relatando a experiência que teve na Biblioteca Pública Mario Lobo:

A atividade proposta foi algo totalmente diferente. São raras as pessoas que falam sobre o tema que foi abordado, e ter alguém pra conversar sobre foi algo muito importante, não só para mim, mas principalmente para todas nós meninas. Fizemos uma atividade onde tivemos que colocar frases e situações que relataram vários comentários abusivos que já ouvimos ou vivemos, aquilo fez a maioria dos alunos perceberem o quão mal algumas garotas se sentiam ao receber certos tipos de “comentários” abusivos em relação a elas ou ao seu corpo. O tema relacionamento abusivo foi extremamente importante, porque a maioria das pessoas presente na palestra tinham namorados. Serviu como uma forma de alertar e fazer as pessoas se tocarem sobre aquilo, e, assim como eu, terem como identificar que já sofreram esse tipo de abuso em um relacionamento. Além do mais, a palestra nos ajudou a superar algumas coisas, eu, por exemplo, me sentia extremamente perdida e culpada por um relacionamento abusivo que havia acabado à pouco tempo, sempre me sentia insuficiente, como se a culpa de ele agir comigo daquela forma fosse exclusivamente minha, e durante a palestra eu percebi algo que deveria ser óbvio: que a culpa de tudo não era da pessoa que sofre esse tipo de violência. Serviu como uma aprendizagem que vamos levar pra vida, porque além de amadurecer psicologicamente, aprendemos a identificar relacionamentos e práticas abusivas antes de sermos diretamente afetadas por eles e causar danos irreversíveis em

Durante a palestra e a dinâmica os professores se envolveram com a atividade de modo que em alguns momentos fizessem pequenas intervenções ilustrando como no ambiente escolar, dentro das suas particularidades, a violência psicológica acabava sendo negligenciada até mesmo pelos próprios estudantes, sem que os mesmos tivessem consciência disso em alguns casos.

Diante de tal repercussão da ação, dias depois, a Biblioteca recebeu um retorno da diretora da escola pedindo para que a mesma atividade fosse pensada em outro momento com os demais estudantes que não foram liberados, por conta de outros compromissos escolares, para estarem presentes na biblioteca durante a Semana da Mulher. Porém, por motivos que dizem respeito à debilitada estrutura do prédio, as atividades foram suspensas na Biblioteca por ora, mas deve-se ressaltar que há a intenção de retorná-las e atender à demanda da escola.

Não obstante, os cursos de Arte e Oceanografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral) enviaram convite à página para expor a mostra fotográfica em dois momentos de atividade cultural que estarão acontecendo em momentos distintos organizados de maneira autônoma pelos estudantes de ambos os cursos no mês de junho. Em ambos os casos, os estudantes que contataram a página disseram ter conhecimento da exposição por meio da divulgação feita na Casa Cultural Prelúdio pelas redes sociais.

Sendo assim, percebe-se que alguns espaços culturais e educacionais da cidade e do litoral, estão de certa forma abrindo as portas para o projeto e dando visibilidade à causa, o que motiva a pensar em outras ações que dêem continuidade ao trabalho e tragam visibilidade à violência psicológica contra a mulher.

A exposição foi apresentada em diversos eventos acadêmicos no Paraná, e recebeu duas premiações do VII Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa, e Inovação - SEPIN - do IFPR, sendo eles: 1º lugar em Direitos Humanos e Justiça e prêmio Destaque “Inclusão 2019”. Atualmente novos trabalhos estão sendo pensados de maneira a dar continuidade na pesquisa, focando meios de propor ações de extensão para compartilhar e incorporar novos conhecimentos que estão sendo construídos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Visto que algumas mulheres não puderam comparecer no dia de fazer as fotografias - e não houve oportunidade de marcar um novo encontro antes da data do evento em que a mostra fotográfica fora inaugurada - houve defasagem entre a expectativa de contemplar a máxima diversidade de mulheres possível e o resultado final. Um exemplo disso é o fato de a única mulher negra presente no dia da sessão fotográfica ter sido a própria fotógrafa, e, portanto, não foram retratadas algumas violências psicológicas que contemplam as especificidades vividas pelas mulheres

negras conforme idealizado.

Embora o convite tenha sido feito para mulheres de diversas idades e contextos sociais, percebeu-se que mais da metade das mulheres que participaram das fotografias eram estudantes e jovens, o que apontou uma possível falha metodológica para conseguir trazer para trás das câmeras essas outras mulheres que inicialmente haviam se disposto a participar do projeto.

Uma grande preocupação da exposição e também um posicionamento político, é o de trazer mulheres cis e trans para compor a mostra fotográfica, porém, infelizmente as duas mulheres trans que participariam não puderam ir e não avisaram previamente para que tentássemos adiar a sessão ou buscar uma forma de fotografá-las em outro momento antes da data de inauguração .

A experiência obtida por meio dessa ação de extensão vai servir de base para pensar em maneiras de viabilizar noutro momento outras práticas inicialmente idealizadas. Dessa forma, será feito um desdobramento do projeto com mulheres negras como protagonistas, de maneira a compartilhar, incorporar e denunciar a violência psicológica e o racismo, vista que o projeto se coloca como uma ferramenta para sensibilizar a comunidade e empoderar outras mulheres vítimas desse tipo de violência a procurar meios de denunciar, e exemplos de mulheres que ressignificam essas cicatrizes. As mulheres trans também serão foco de novas estratégias, assim como as mulheres idosas ou/e com necessidades específicas.

Uma ação de extensão tem a possibilidade e o objetivo de proporcionar a interlocução entre o espaço acadêmico e a comunidade em geral. Essa ação, além de promover esse encontro, tornou possível a materialização de uma pesquisa sobre violência de gênero, especificamente violência psicológica contra as mulheres, que, em outra situação seria meramente teórica. É preciso ir ao encontro daqueles e daquelas que terão suas vidas tocadas, representadas e, quiçá, modificadas pelos nossos estudos. Sobretudo em se tratando de gênero e violência.

É preciso também olhar para dentro e realmente compreender que toda violência contra as mulheres adentra os ambientes acadêmicos carregada por elas mesmas ou por aqueles e aquelas que também são atingidos direta ou indiretamente.

Por fim, um agradecimento à todas as mulheres que se dedicaram a construir coletivamente esse projeto

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1998.

CASCO, F. (2016). **Revista de fotografia ZUM**. Acesso em 30 de 05 de 2018, disponível em <https://revistazum.com.br/radar/forum-latino-fredi-casco/>

NAVAZ, M. (2005). **Dissertação de Mestrado** “Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina”. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Quando Existe Voz - EP 2 Violência Psicológica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DxygpOJ7RCU&t=36s> Acesso em: 29 jan. 2019.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERCEPÇÕES E RELATOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO EM ÁREA COSTEIRA DO NORTE DO BRASIL

Brenda L. Assis Lisboa*

Grupo de Estudo e Pesquisa em Populações Vulneráveis, Instituto de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Pará, Bragança PA, Brasil.

Walquirene Nunes Sales*

Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher e da Criança, Hospital Santo Antonio Maria Zaccaria & Universidade Federal do Pará, Bragança PA, Brasil.

Driene N. Silva Sampaio

Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher e da Criança, Hospital Santo Antonio Maria Zaccaria & Universidade Federal do Pará, Bragança PA, Brasil.

Amanda C. Ribeiro Costa

Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém PA, Brasil.

Gláucia C. Silva-Oliveira

Grupo de Estudo e Pesquisa em Populações Vulneráveis, Instituto de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Pará, Bragança PA, Brasil.

Aldemir B. Oliveira-Filho

Grupo de Estudo e Pesquisa em Populações Vulneráveis, Instituto de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Pará, Bragança PA, Brasil.

RESUMO: Diante da realidade enfrentada por mulheres profissionais do sexo recorrentes do contexto histórico de marginalização, discriminação e violência presentes no ambiente de trabalho, bem como no exercício da profissão, este estudou objetivou identificar o que as mulheres que trabalham como profissionais do sexo no município de Bragança, região nordeste do Pará, tem a dizer sobre a violência em seu ambiente de trabalho através de suas percepções e experiências. Trata-se uma pesquisa qualitativa que utilizou amostragem por conveniência (não probabilística) para acessar 24 mulheres que atuavam no comércio sexual do município de Bragança, através de entrevista com áudio gravado foi possível coletar informações das participantes à respeito das percepções de violências no contexto que circundam o seu exercício profissional. Os resultados obtidos indicaram grande prevalência de episódios de violência no cotidiano do trabalho dessas MPS, destacando a ocorrência de violência física, verbal e sexual sendo impulsionadas pela discriminação e juízos de reprovação da sociedade, em especial, de seus clientes para com essas profissionais. Dessa forma, conclui-se que o grande índice de prevalência de violência no cotidiano profissional das mulheres

*As autoras contribuíram igualmente para o desenvolvimento do estudo e a escrita do capítulo.

profissionais do sexo que atuam no município revelam a realidade enfrentada por essas trabalhadoras, o que concerne com a significação marginal construída historicamente sobre essa profissão e que são sustentadas até a atualidade.

PALAVRAS-CHAVES: Violência, Mulheres Profissionais do Sexo, Brasil.

VIOLENCE AGAINST WOMEN: PERCEPTIONS AND REPORTS OF FEMALE SEX WORKERS IN THE COASTAL AREA OF NORTHERN BRAZIL

ABSTRACT: In view of the reality faced by recurring female sex workers in the historical context of marginalization, discrimination and violence present in the work environment, as well as in the exercise of the profession, this study aimed to identify what women working as sex workers in the municipality of Bragança, northeast region of Pará, has to say about violence in their work environment through their perceptions and experiences. It is a qualitative research that used convenience (non-probabilistic) sampling to access 24 women who worked in the sexual commerce of the municipality of Bragança through an interview with recorded audio was possible to gather information from the participants about the perceptions of violence in the context surrounding their professional practice. The results indicated the high incidence of episodes of violence in the daily work of these MPS, highlighting the occurrence of physical, verbal and sexual violence being driven by discrimination and judgments of the society, especially of its clients towards these professionals. Thus, it is concluded that the high prevalence rate of violence in the professional daily life of female sex workers working in the city reveals the reality faced by these workers, which concerns the marginal significance historically built on this profession and which are sustained until the actuality.

KEYWORDS: Violence, Female sex workers, Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (2002), caracteriza a violência como “uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. No decorrer da história da humanidade, as mulheres têm sido um grande alvo de opressões, manifestadas de diversas formas, relacionadas à sua cor, etnia, classe social e profissão. Dessa forma, as profissionais do sexo, na condição de mulher, não escapam do cenário de violência, principalmente quando levado em consideração o histórico de estigmatização construído sobre quem exerce serviços sexuais (Moreira, 2009).

De acordo com Penha (2012), a prostituição é uma prática sexual remunerada, a qual, geralmente não requer a existência de um vínculo afetivo entre as pessoas que a realizam, ou seja, há uma troca de prazeres sexuais por dinheiro ou bens materiais. No entanto, essa prática é vista pela sociedade como um ato de repugnância e ilícito,

resultando em um contexto de violência construído no decorrer da história, manifestada de várias formas contra as mulheres profissionais do sexo no exercício de sua profissão (Yunes, 2001). Mediante à essas questões, há muito tempo os profissionais desse ramo e pessoas que lutam por suas causas visam tornar a profissão mais digna e segura e vêm tentando dar visibilidade e reconhecimento a esse público. Consequentemente, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) reconheceu por meio da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) a prostituição como profissão. No entanto, mesmo com esses avanços, o fardo imposto pela sociedade interfere diretamente no exercício de seus serviços, deixando-as sucessíveis e vulneráveis às diversas formas de violência que se manifestam no ambiente de trabalho, que de acordo com Moreira e Monteiro (2012), entre os vários riscos, estão aqueles relacionados às agressões, pois as mulheres não escolhem os clientes e a violência nesse cenário é constante, tanto física como abusos sexuais, tráfico de mulheres, estupros, roubos, insultos, xingamentos e outros, manifestados por humilhações, ofensas verbais e morais

Diante disso, estudos realizados na América Latina (BELL, 2009) demonstram que mulheres profissionais do sexo estão sujeitas regularmente à violência que se assume de diversas formas, incluindo arbitrária, confinamentos, agressão física e sexual, tortura e assassinato. No contexto brasileiro, uma pesquisa realizada em dez cidades do país que investigou fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo (Lima et al. 2017), mostra que a maioria das participantes alegaram terem sido agredidas verbalmente e mais de um terço sofreu abuso físico no ambiente do trabalho sexual por clientes e policiais.

Levando em consideração que na região norte, há poucos estudos em relação à temática de violência no ambiente de trabalho dessas mulheres e dentre tais, encontra-se um estudo sobre o sentido da violência no cotidiano da prostituição feminina realizado em Teresina, localizada no estado do Piauí (Penha, 2012), que demonstrou como é comum a ocorrência de violência contra mulheres profissionais do sexo que atuam no estado, apontando os locais em que trabalham como determinantes para esses episódios. Todavia, não há registros de relatos científicos sobre a violência em MPS no estado do Pará. Neste sentido, o presente estudo identificou o que as mulheres que trabalham como profissionais do sexo no município paraense de Bragança tem a dizer sobre a violência em seu ambiente de trabalho através de suas percepções e experiências.

2 | MÉTODOS

Este estudo pode ser caracterizado como de cunho qualitativo, de natureza descritiva e exploratória. O método qualitativo pode ser empregado ao estudo da história, das opiniões, das crenças, das relações, das percepções, e das interpretações que os seres humanos fazem a respeito de seu modo de vida, constroem seus aparatos

e a si mesmos, sentem e pensam (Minayo, 2006).

O público-alvo do estudo foram MPS que atuam no município de Bragança (Figura 1). Esse município está localizado na região nordeste do estado do Pará, norte do Brasil. Ele possui 124.184 habitantes, distribuídos numa área territorial de 2.091 Km². Porém, o município de Bragança se destaca pelas belezas naturais e imensa riqueza histórica e cultural que constituem atrativos que anualmente intensificam o fluxo de pessoas e produtos no município. O município de Bragança também é considerado o maior polo pesqueiro do estado do Pará, norte do Brasil. A economia do município é fortemente baseada na pesca, sendo também expressiva no extrativismo de caranguejos e na agricultura (IBGE 2017). As áreas portuárias e alguns pontos de lazer no município de Bragança como: praias, balneários, bares e orla, se destacam como importantes pontos de comércio sexual, e esses fatores contribuem para que haja um fluxo constante dessas mulheres, que se intensifica em períodos específicos como, por exemplo, chegada de embarcações pesqueiras e tempos de festas regionais.

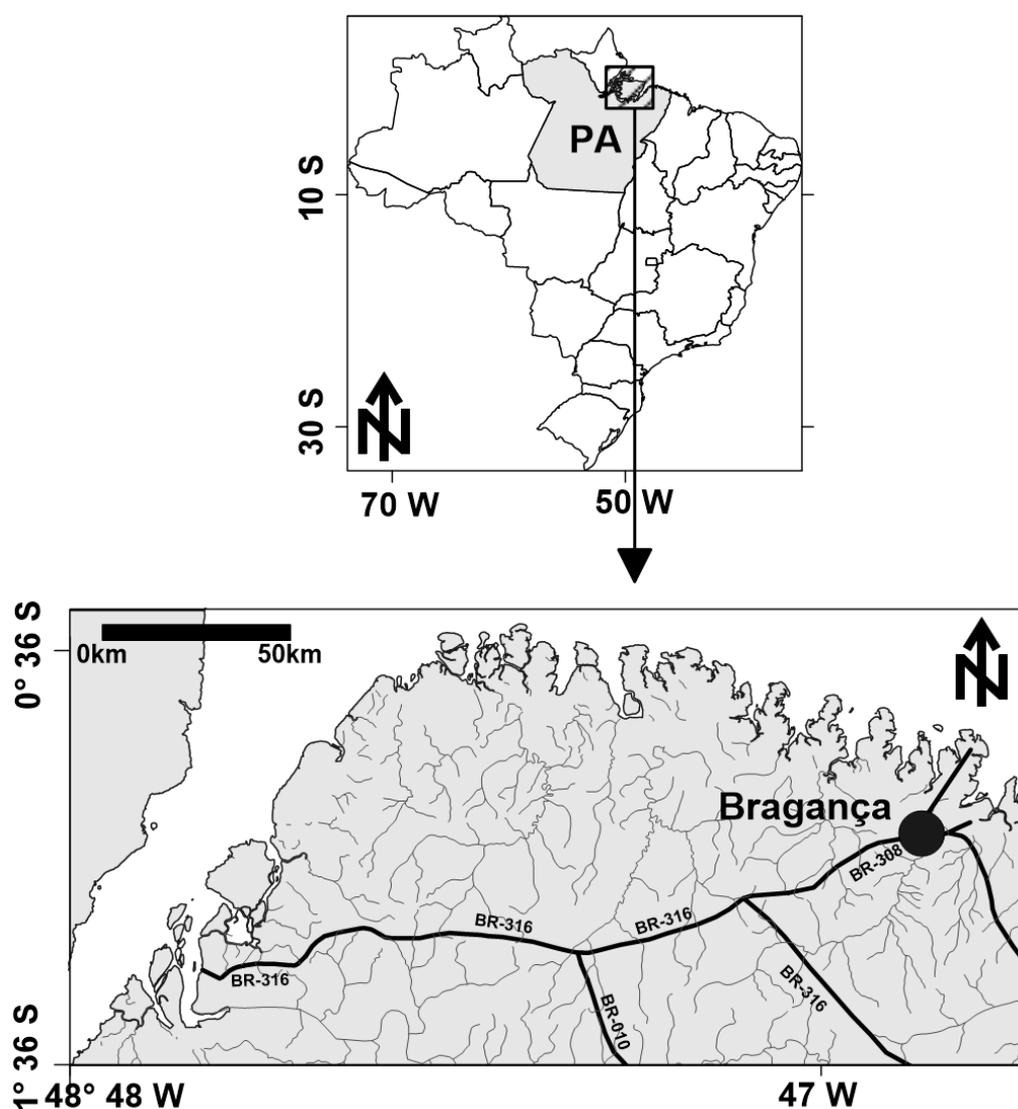


Figura 1: Localização geográfica do município de Bragança, Pará (PA).

Nesse sentido, a amostragem por conveniência (não probabilística) foi utilizada para acessar as mulheres que atuavam no comércio sexual do município de Bragança.

Na amostragem por conveniência, os participantes do estudo são escolhidos por conveniência ou por facilidade (Medronho e Bloch, 2008). Neste estudo, a conveniência ocorreu por meio da seleção de mulheres que compreenderam os objetivos do estudo e se disponibilizaram em colaborar com o mesmo. Para isso, visitas aos locais de trabalho das MPS foram realizadas (bares, casas de prostituição, feira livre e entre outros). A princípio foram esclarecidos os objetivos do estudo e da necessidade de indicar outras mulheres que participavam do comércio sexual.

Os critérios de inclusão do estudo foram: ser do sexo feminino, ter idade igual ou superior à 18 anos, estar trabalhando no município de Bragança há pelo menos três meses, concordar em participar voluntariamente do estudo e assinar termo de consentimento livre e esclarecimento. Diversas MPS foram acessadas em seus locais de trabalho ou na sua própria casa. As informações foram obtidas através de entrevista aberta e com áudio gravado. A mesma foi constituída por perguntas abertas acerca das características socioeconômicas, da vivência como profissional do sexo e a sua relação com a violência. Posteriormente, as entrevistas gravadas foram transcritas para arquivos no Microsoft Word e, posteriormente, para análise de padrões sobre o fenômeno em estudo. As respostas das participantes possibilitaram o conhecimento ontológico do fenômeno da violência, naquilo que parte da consciência e do vivido em relação ao pesquisado. A coleta de informações aconteceu no período de agosto de 2017 a março de 2018. As características originais da fala das participantes foram conservadas, dessa forma podendo a escrita apresentar erros da linguagem corrente. Para garantir o anonimato, as participantes do estudo serão referidas neste trabalho pela sigla MPS, referente à mulheres profissionais do sexo, e o número correspondente à ordem de realização da entrevista.

O projeto “Histórias, percepções e relatos de mulheres profissionais do sexo que atuam na região costeira do Pará”, o qual está vinculado este estudo, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Núcleo de Medicina Tropical, Universidade Federal do Pará.

3 | RESULTADOS

No total, 24 MPS participaram do estudo. A idade média foi de 26 anos. A maioria delas se declarou parda, solteira, ter pelo menos um filho e já ter praticado aborto. As participantes alegaram ter iniciado a vida sexual na adolescência, cuja idade mínima detectada foi de 13 anos e a máxima de 15 anos. Estas alegaram, também, ter ingressado no comércio de serviços sexuais ainda nesse período, algumas motivadas por questões que transcendem a busca pela ascensão econômica:

“Foi a primeira vez que eu me prostituir, no caso eu encontrei uma pessoa que pagaria pelo... pelo programa no caso, praí por necessidade mesmo eu fui, pra mim poder conseguir o dinheiro pra o remédio pra mim poder é... tirar a criança” (MPS 13).

Quanto à renda mensal, as MPS conseguem acumular com os serviços sexuais R\$ 510,00, em média. Além disso, oito profissionais reiteraram serem naturais do município de Bragança, as demais informaram procedência de outros municípios do estado do Pará, como: Ananindeua, Belém, Capitão Poço, Castanhal e Vigia.

Atualmente, as participantes deste estudo trabalham principalmente de forma autônoma, atuando em vários pontos de Bragança como: feira livre, áreas portuárias, praias e bares. Doze MPS alegaram que possuem clientes fixos, os quais já mantem relação sexual há vários anos. Porém, 20 mulheres declararam frequentar ou já ter frequentado casa de prostituição. Todavia, a maioria das profissionais consideraram esses locais de prostituição violentos, inseguros e não propícios para o trabalho.

As participantes deste estudo demonstraram conhecimento de todos os tipos de violência e consciência da vulnerabilidade e situação de risco que estão expostas, enquanto profissionais do sexo, como observado em seus relatos:

“Ah, hoje violência tá acho que no dia-a-dia né? De cada um. Eu acho que as agressões, não só fisicamente, mas verbalmente, já se torna uma violência” (MPS 1).

“Nessa vida, né? Que nós temos desse tipo de profissional a violência, querendo ou não, as vezes tá muito presente” (MPS 20).

A respeito da violência sofrida no exercício da profissão, maior parte das mulheres relataram terem sido vítimas de alguma forma de violência, em maior frequência a violência verbal e física. As agressões verbais ocorreram em locais distintos: no local de prática sexual, no bar, na rua e em casa, no caso das que trabalham às escondidas, por clientes, familiares e conhecidos:

“Eu sofria muita discriminação assim quando eu morava no castelo (interior do município). Quando eu entrei nesse trabalho, aí as pessoas comentavam muito, eu sentia muita discriminação. Por onde eu passava as pessoas ficava jogando piada ou indiretas e eu não gostava disso e foi um dos motivos por qual eu vim embora de lá” (MPS 12).

“Uma amiga minha foi sair com um e eu sai com o amigo dele, e aí eu terminei primeiro, né?. Liguei pra ela pra dizer. Mas aí ele ficou com raiva lá no motel aí chamou a gente de vagabunda, de puta, de vadia, de monte de coisas ruins” (MPS 4).

Além disso, outro achado importante desse estudo foi quanto o elevado número de relatos sobre violência física no local de trabalho, em que o agressor foi o cliente em todos os casos. Os principais motivos das agressões físicas expostos foram: a não realização do serviço sexual pelas profissionais, a recusa ou dificuldade de pagar o valor do programa sexual; e o não atendimento às exigências sexuais e fantasias do cliente:

“Uma vez que num tava muito disposta, né? Neguei, o cara me machucou. É, uma agressão física mesmo. Porque eu não queria, na hora não tava muito me sentindo bem, então ele me bateu” (MPS 9).

Ainda sobre as agressões no ambiente de trabalho, a ocorrência de violência sexual também foi detectada:

“Sim, é por que o meu cliente queria fazer sexo anal, aí eu não fazia. Na hora que tava fudendo, ele me segurou e a força enfiou no meu cu. Isso foi o que mais me marcou. Lembro como se fosse ontem. Foi sem eu querer, na marra mesmo, entende?!” (MPS 10).

Pode-se observar que fatores como, por exemplo, os locais em que a maioria delas trabalha ou trabalhou pode oferecer maiores riscos de agressões, como é o caso dos prostíbulos.

“... porque elas pega os homem, elas apanho de homem, elas fumo as droga lá, sabe? Lá pode acontecer tudo. É muito violento aquilo ali pra elas, é triste!” (MPS 15).

Em contrapartida, detectou-se um baixo índice de violência contra as profissionais que possuem clientes fixos e que não assumem sua profissão, ou seja, que exercem serviços sexuais de forma mais discreta, até mesmo, sigilosa:

“... não, não sofri nenhum tipo de violência. Como eu já tenho meus clientes fixos, né? Eu nunca tive esse tipo de problemas com eles. Foi bem selecionado esses meus clientes” (MPS 14).

Além disso, destaca-se que a ausência de registros oficiais das agressões sofridas pelas MPS no município paraense de Bragança. Elas justificaram que não existe nenhuma atenção, medida ou estratégia voltada para esse público por parte dos órgãos de segurança no município:

“[...] eles não vão atrás. Uma, se for uma mulher de programa eles não vão nem ligar. Eles não vão dá importância. Entra por um ouvido e sai pelo outro entendeu?” (MPS 21).

“Sempre tem aquele preconceito com esse tipo de profissional. Então elas são um zero à esquerda na sociedade, ninguém faz muito, é como os policiais falassem assim: elas tão ali, então elas querem, elas que estão procurando e eu não posso fazer nada, problema delas” (MPS 24).

No tocante a isso, muitas mulheres afirmaram se sentirem desprotegidas e, ainda, serem alvos de discriminação e violência por parte de policiais:

“Eu já fui agredida, quase perdi meu filho, humilhação presenciando eles, não é agredindo mano, sabe? É pior que no tempo da escravidão, entendeu? Querer forçar a pessoa falar uma coisa que não fez, querer obrigar só porque eles tão com uma farda de bosta” (MPS 17).

4 | DISCUSSÃO

Existe uma pluralidade de motivos que fizeram essas mulheres adentrarem no comércio sexual. A precariedade econômica se revela como um deles, encontrando neste ramo uma forma mais “fácil” de suprir suas necessidade. O resultado relacionado ao período em que as participantes deste estudo entraram no comercio sexual foi

semelhante ao encontrado nos relatos de MPS em outro estudo realizado em 10 cidades brasileiras (Lima et al. 2017). Muitas mulheres, em especial jovens e adolescentes, iniciam na prostituição por parecer a solução de suas dificuldades financeiras, mesmo que momentaneamente. França (2017), afirma que sem entrar na atração pela prostituição ou em suas condições de trabalho, do ponto de vista econômico, a decisão de iniciar essa atividade pode acontecer diante de graves dificuldades econômicas. O resultado correspondente à renda mensal média proveniente dos serviços sexuais das MPS que atuam no município de Bragança é considerado baixo em relação aos encontrados em outras regiões do país. No estado do Piauí, por exemplo, a renda média dessas mulheres é em torno de um salário mínimo (Penha 2012).

A consciência que as participantes possuem a respeito da violência pode ser fundamentada nas experiências vividas que marcaram a trajetória dessas mulheres e no que diz respeito à vulnerabilidade, observou-se que o fato de encararem as violações contra seu corpo, seus serviços e seus direitos, como um ato “normal” representa uma forma de “adaptação”, ou seja, incorporando a violência na qual estão expostas como um ato comum que profissionais do sexo tendem à enfrentar. Nesse contexto Diniz (2009) destaca que há nessa percepção uma disposição cada vez mais preocupante que é a naturalização da violência pelo próprio segmento, ou seja, há um conformismo que se manifesta pela visão de naturalização das prostitutas diante dos fatos adversos, como por exemplo, a violência.

Sobre a violência expressada no cotidiano da profissão, as agressões verbais vivenciadas pelas MPS revelam os estigmas atribuídos à elas e que se sustentam até os dias atuais, acarretando na situação de humilhação, discriminação e violação, enquanto mulher e profissional, por familiares, conhecidos e clientes, corroborando com a imagem moralmente ilícita da mulher profissional do sexo perante à sociedade. A percepção predominante da sociedade acerca das prostitutas é construída a partir da condição das regras e normas vigentes na sociedade, a construção de sua identidade e dos mecanismos de discriminação e preconceito em relação à essas práticas, decorrem de sucessivos fatos históricos atribuídos às mulheres profissionais do sexo (Diniz, 2009).

Além do mais, os dados alarmantes do elevado número de relatos de violência física podem ser interpretados como a visão machista e estereotipada dos clientes em relação aos serviços dessas profissionais, que acreditam que o pagamento do programa confere-lhes posse e poder sobre o corpo das mesmas, presumindo que ao fazer uso da violência física poderão impor ou mudar condições previamente estabelecidas com as mulheres. Nesse sentido, os motivos que ocasionaram essas agressões denotam a dificuldade que as MPS tem de coibir serviços que não fora inclusos na contratação de seu programa e como esses episódios fazem com que se submetam ao que é imposto pelos clientes, fazendo com que percam sua autonomia de trabalho e do próprio corpo. A ocorrência de violência sexual não se dissocia das razões que causam as demais agressões supracitadas.

No entanto, os dados permitem indicar que esses episódios repousam sobre o pressuposto de que ao trabalharem com serviços sexuais, as MPS estão dispostas a aceitarem todo e qualquer ato violento, não como tal, mas como “parte de pacote” mesmo que não tenham sido consentidos, como: sexo oral, felações e anal. Essas circunstancias culminam com a negação de que profissionais do sexo sofram violência sexual. Devemos destacar, ainda, que mesmo quando as MPS consentem as práticas sexuais no momento do acordo com cliente e se este ao final do serviço nega-lhe o pagamento, torna-se, também, uma violência sexual. Sobre essa ótica Moreira (2009) reitera que quando uma profissional do sexo sofre violência sexual, ela é seis vezes mais violada que qualquer outra mulher porque: 1) é violentada como mulher; 2) fisicamente; 3) moralmente; 4) sexualmente; 5) profissionalmente (quando faz sexo, sua atividade profissional, contra a vontade, quando não recebe pelos serviços sexuais que prestou); 6) é mais exposta ao risco de adquirir IST, a exemplo da infecção pelo HIV/AIDS.”

No que se referem ao ambiente de trabalho em que essas profissionais atuam, estes refletem muito em sua seguridade, pois o uso de drogas e bebidas alcoólicas, presente nesses ambientes, tornam essas profissionais mais propícias a serem agredidas, haja vista que passam a fazer programa com qualquer cliente ficando submissas aos tratamentos dos mesmos. Vale ressaltar, ainda, que as MPS que são usuárias de droga passam a trabalhar em troca desse item, abrindo mão do valor em dinheiro. A troca de sexo por droga ou dinheiro sob efeito de substâncias psicoativas é uma combinação de alto risco, que pode comprometer o julgamento e a capacidade de praticar sexo seguro além da exposição aumentada a diversas formas de violência (Diehl e Figue, 2014).

Um achado interessante foi quanto ao baixo índice de violência ocorrida com mulheres que trabalham com clientes fixos e mantem sua profissão às escondidas. Isso ocorre porque a relação existentes entre ambos transpassam a de profissional-cliente e torna-se uma vinculação afetiva construída com os anos de trabalho. Desta forma, acarretando em uma estabilidade e seguridade profissional fazendo com que estas não precisem trabalhar na rua e em lugares periclitantes, diminuindo os riscos de agressões e violência no exercício de sua profissão.

É importante salientar também a falta de oficialização das denúncias pelas profissionais, isso acontece por conta do preconceito e a marginalização das instituições e autoridades públicas, principalmente os policiais, que deveriam zelar pelo bem estar e segurança como profissionais e cidadãs, acarretando em descaso, inúmeras situações de risco e de violação de direitos. Dessa forma, elas criam estratégias, as vezes em cooperação com outras MPS, para lidar com as dissidência e perigos que convivem em seu exercício profissional. Segundo Edinokova et al (2014) a violência policial contra mulheres profissionais do sexo é um fenômeno mundial e ocorre tanto onde o trabalho sexual é criminalizado quanto onde é legalizado. A confluência desses fatores tornam as mulheres mais vulneráveis a esse tipo de violência.

A prevalência de agressões por parte de policiais verificada no presente estudo mostram a naturalização da violência praticada por esses agentes, corroborando com os apontados no relatório sistematizado da Rede Brasileira de Prostitutas (2015) que apresenta as violações dos direitos humanos mais recorrentes vivenciadas por mulheres profissionais do sexo e apontou como frequentes, em todas as regiões do Brasil, a violência policial, que inclui extorsão, assédio, expulsão dos espaços públicos e violações no local de trabalho.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicam a elevada ocorrência de violência no cotidiano sofrida no ambiente de trabalho de MPS que atuam no município de Bragança e outras características associadas a realidade enfrentada por essas mulheres. Tais achados remetem a significação marginal construída historicamente sobre essa profissão e que são sustentadas até a atualidade. Esses atributos se expressam nas diversas manifestações de violência encontrada contra as participantes, denotando a visão machista dos clientes sobre as mulheres que realizam esse trabalho, onde ainda é usado da força e de agressões para submete-las aos seus desejos, o que evidencia a histórica ideia de que os pagamento confere-lhes direito de posse sobre as mesmas e que quando lhes é negado geram consequências que vão de xingamentos ao estupro contra as profissionais.

Além disso, o contexto social e econômico em que trabalham as expõe à insegurança, tendo em vista que trabalhar “nas ruas” e em prostíbulos no município, envolvidas com o uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas e, também, o número de clientes, lhes colocam em situação de risco e vulnerabilidade à violência muito maior em relação às que trabalham em anonimato e com clientes fixos que repassam confiança. No caso da segurança pública, os policiais foram indicados como agressores e repressores do trabalho dessas mulheres no município, corroborando com a ocorrência de agressões contra às mesmas e contribuindo para as condições inadequadas e inseguras em que estas profissionais estão inseridas. Tal fato obriga as mulheres profissionais do sexo a encararem a violência como um atributo de seu trabalho, sendo vítimas de agressões físicas e verbais, silenciadas de seus direitos, e refletindo a situação alarmante de violência no qual estão inseridas como profissionais e como cidadãs.

Todo esse cenário nos direciona para a urgente necessidade de estratégias e políticas de promoção social, saúde e, principalmente, de segurança das instituições governamentais do município que garantam atenção e amparo para essas mulheres que trabalham em situações de risco e vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

- BELL, S. A. **A violência contra profissionais do sexo na América Latina: abrangência, impunidade e implicações.** *Direito Humanos e Bem-Estar Humanos*, v. 8, p. 132-150, 2009. Disponível em: https://scholar.google.com.br/sholar?lookup=o&q=violence+against+sex+works+in+latin+america:+pervasiveness+impunity,+and+implications+artigo&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_cite&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3AF1U_8LIP_pEJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR. Acesso em: 02 Jan. 2019.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei Gabriela Leite nº 4.211 de 2012. Regulamentação da atividade de profissionais do sexo. Disponível em: https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829. Acesso em: 13 jun. 2018.
- DIEHL, A.; FIGLE, N. B. **Prevenção ao uso de álcool e drogas: o que cada um de nós pode fazer?** Porto Alegre: Artmed, 2014.
- DINIZ, M. I. **Silenciosas e silenciadas: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal – RN.** Natal, RN: UFRN, 2009. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.
- FRANÇA, M. **Práticas e sentidos da aprendizagem na prostituição.** *Horizontes Antropológicos*, v. 23, n. 47, p. 325-349, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832017000100011>. Acesso em: 27 set. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150170&idtema=16&search=Ils%EDntese-das-informa%E7%F5es>. Acesso em: 02 Dez. 2018.
- LIMA, F.S. S. et al. **Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras.** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 2, e00157815, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n2/1678-4464-csp-33-02-e00157815.pdf> >. Acesso em: 13 Nov. 2018.
- MEDRONHO, R.A.; BLOCH, K.V. **Epidemiologia.** 2. Ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
- MINAYO, M.C.C. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. Revista e aprimorada.** 10. Ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupação.** Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/>. Acesso em: 02 Jan. 2019.
- MOREIRA, I. C. C. C.; MONTEIRO, C. F. S. **A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades.** *Revista Latino Americana de Enfermagem*, v. 20, n. 5, p. 954-960, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000500018&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 ago. 2018.
- MOREIRA, V. D. et al. **Mulheres que não só dizem sim: violência sexual contra prostitutas na feira de Santana - Bahia.** *Revista Metáfora Educacional. Bahia*, n. 6, p. 29-41, 2009. Disponível em: http://www.valdeci.bio.br/pdf/vicente_deocleciano_moreira.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades.** *Caderno de Pesquisa em Administração*, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em 22 ago. 2018.
- ODINOKOVA, V. et al. **Police sexual coercion and its association with risky sex work and substance use behaviors among female sex workers in St. Petersburg and Orenburg, Russia.** *International Journal on Drug Policy*, v. 25, n. 1, p. 96-104, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0955395913001011?via%3Dihub>. Acesso em 14 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre saúde e violência**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/342375292/relatorio-mundial-sobre-saude-e-violencia-oms-pdf>>. Acesso em 12 jun. 2018.

PENHA, J. C. et al. **Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 65, n. 6, p.984-990, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672012000600015>. Acesso em: 28 out. 2018.

REDE BRASIELIRA DE PROSTITUTAS. **Direitos humanos e prostituição**. Disponível em: <<http://http://www.redeprostitutas.org.br>>. Acesso em: 28 de jun. 2018.

YUNES, M. A. M; SZYMANSKI, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. São Paulo: Cortez, 2001.

ENTRE TREVAS E ARCO-ÍRIS: ORIENTAÇÃO SEXUAL E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Marina de Almeida Borges

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais FCHS
– UNESP
Franca, SP

Ana Cristina Nassif Soares

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais FCHS
– UNESP
Franca, SP

RESUMO: Durante a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado acadêmico em Serviço Social intitulada “*Entre trevas e arco-íris: colorindo a diversidade no ensino médio*”, várias foram as problemáticas identificadas a respeito do trato da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, mais especificamente no ensino médio. A pesquisa contou com a participação de docentes do ensino médio que lecionavam para uma escola estadual no município de Franca, SP, na turma do terceiro ano do ensino médio, além de alunas desta mesma turma. Ambas trouxeram questões de grande relevância sobre o (não) ensino da diversidade sexual e de gênero na escola regular, sendo uma delas o entendimento de que o conceito de “orientação sexual” - comumente reconhecido por membros da comunidade LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais) como sendo a classificação de pessoas a partir do

direcionamento de seus desejos afetivos e/ou sexuais entre gêneros – na verdade se designaria ao ato de orientar – guiar, conduzir, direcionar – os desejos e comportamentos afetivos e/ou sexuais de outra pessoa. Desta forma, o presente trabalho busca colorir a reflexão acerca de como concepções como esta fortalecem e sustentam projetos neoliberais como o “Escola Sem Partido”, por exemplo, reprimindo o campo de atuação da educação sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade sexual e de gênero. Educação sexual. Serviço Social.

ABSTRACT: During the research that has given rise to the academic master’s dissertation on Social Work entitled “*Between darkness and rainbow: throwing colors on diversity in high school*”, several problems were identified regarding the treatment of sexual and gender diversity in the school environment, more specifically in high school. The research had the participation of high school teachers who taught in a public school in the city of Franca, SP, in the class of the third year, participated in the research, as well as students of this same class. Both teacher and students raised important questions about the (non) teaching of sexual and gender diversity in regular school, one of which was the understanding that the concept of “sexual orientation” - commonly recognized

by LGBTI community members (lesbian, gay, bisexual, transgender and intersexual) as being the classification of people from the direction of their affective and / or sexual desires between genders – would, in fact, refer to the act of guiding - directing - the affective and/or sexual desires and behaviors of another person. In this way, the present work seeks to color the reflection about how conceptions such as this strengthen and sustain neoliberal projects such as the “Unpolitical Schools”, for example, repressing the field of sexual education.

KEYWORDS: Sexual and gender diversity. Sex Education. Social Work.

1 | INTRODUÇÃO

Durante a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado acadêmico em Serviço Social intitulada “*Entre trevas e arco-íris: colorindo a diversidade no ensino médio*”, várias foram as problemáticas identificadas no trato da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Um dos objetivos da pesquisa foi identificar a compreensão de alunas e docentes do ensino médio acerca de conceitos da sexualidade, dentre eles o conceito de orientação sexual.

Ademais, a pesquisa teve outros objetivos como identificar se a educação sexual vêm sendo abordada no ensino médio, bem como verificar a capacitação e familiaridade das docentes com relação à temática e suas atuações nas diferentes áreas do conhecimento presentes no currículo escolar, analisando também como o pensamento conservador está presente neste ambiente e de que forma pode influenciar na compreensão de mundo de suas futuras ex-alunas.

A pesquisa contou com a participação de docentes do ensino médio que lecionavam nas áreas de física, biologia, filosofia e matemática de uma escola estadual do município de Franca, SP, na turma do terceiro, além de oito alunas desta mesma turma, todas coincidentemente com 17 anos de idade. Importante ressaltar que todas, alunas e docentes, assinaram termos de consentimento para participação na pesquisa, que por sua vez foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNESP.

Importante ressaltar que tanto a dissertação quanto este trabalho foram escritos inteiramente com a flexão de gênero no feminino para se referir a grupos, e não no masculino como de costume no padrão da língua portuguesa, como uma forma de evidenciar que o conteúdo se refere a diversas minorias, dentre elas as mulheres, encorajando a reflexão sobre o machismo através do incômodo gerado pela leitura “fora dos padrões”. Será mantida a escrita flexionada no masculino apenas em citações ou falas individuais de autores ou participantes homens.

Para análise do tema proposto neste estudo foi necessário trabalhar com a construção de valores entre épocas e contextos sociais, culturais e políticos específicos, para que fosse possível compreender as expressões atuais que cercam as famílias, a educação e os embates da conjuntura atual. Desta forma, foi adotado o método do materialismo histórico dialético, como proposto por Marx e Engels (1979), para

compreensão e interpretação da realidade e do mundo, considerando o movimento do pensamento essencial para análise mais completa possível de uma determinada realidade trabalhando com suas contradições.

A abordagem escolhida para análise da pesquisa foi qualitativa, com base em Minayo (2009), pois foram apresentados conceitos e realidades que não conseguem - e tampouco devem - ser quantificados.

Com as docentes optamos pelo uso de entrevistas com roteiros estruturados (MANZINI, 1990/1991) e com as alunas a opção selecionada foi o grupo focal, também conhecidos como “grupos de discussão” (BACKES; COLOMÉ; ERDMANN; LUNARDI; 2011). Para análise dos conteúdos obtidos nas entrevistas e nos grupos focais foram realizadas transcrições e análises de discurso, onde foi possível identificar repetições, padrões normativos e preconceitos, por exemplo.

Entrevistas e grupos focais trouxeram questões de grande relevância sobre o (não) ensino da diversidade sexual e de gênero na escola regular, sendo uma delas a concepção de que o conceito de “orientação sexual” - comumente reconhecido por membros da comunidade LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais) como sendo a classificação de pessoas a partir do direcionamento de seus desejos afetivos e/ou sexuais entre gêneros (heterossexual, homossexual, bissexual, etc) – na verdade se designaria ao ato de *orientar* – guiar, conduzir, direcionar – as concepções e desejos de outra pessoa.

Esta compreensão do conceito “orientação sexual” dialoga diretamente com propostas neoliberais como o “Escola Sem Partido”, projeto que proíbe o diálogo sobre gênero e sexualidade nas escolas com a justificativa de que ao apresentar tais conteúdos para adolescentes, as docentes estariam influenciando escolhas e comportamentos sexuais delas, o que seus precursores, como o advogado Miguel Nagib, chamam de “ideologia de gênero”, como veremos a seguir.

2 | ORIENTAÇÃO SEXUAL VS. IDEOLOGIA DE GÊNERO

A pesquisa abordou conceitos diversos sobre sexualidade como: identidade de gênero, gênero, sexo biológico ou expressão de gênero, por exemplo. Contudo, o foco do presente trabalho e aquele que mais gerou reflexões a partir de seu significado foi o conceito de orientação sexual.

Foi possível observar que as docentes entendem “orientação sexual” como ato de orientar, induzir, guiar, pessoas a respeito de sua sexualidade. As docentes foram unânimes em interpretar o conceito de forma literal, acreditando na possibilidade de influência sobre os desejos afetivos e sexuais de outrem.

Todavia, a orientação sexual é compreendida como

a capacidade de uma pessoa em envolver-se romanticamente com outra. O que define as orientações afetivas e/ou sexuais possíveis é se o desejo sexual e o amor romântico se orientam para o mesmo gênero (homossexual), para o gênero oposto

(heterossexual), para ambos os gêneros (bissexual) ou para nenhum dos gêneros (assexual). Considerando também que o sentimento romântico é dissociado da prática sexual, um ser humano pode se envolver apenas afetivamente, sem manter relações sexuais, ou apenas sexualmente, sem manter relações afetivas (BORGES, 2018, p.36).

Desta forma, a palavra “orientação” neste contexto não se emprega com o sentido literal de conduzir, induzir ou direcionar determinado comportamento sexual, que possibilitaria a falsa ideia de que seria possível “ideologizar” outras pessoas. Seu real sentido seria a “orientação” (direção) dos desejos afetivos e/ou sexuais para um gênero, para outro, para os dois ou para nenhum, significando algo singular e particular de cada pessoa.

A interpretação equivocada do conceito também abrangeu questões comportamentais de gênero, que conhecemos como masculinidade e feminilidade. De acordo com as alunas participantes, a orientação sexual – no processo por elas compreendido como nortear alguém sobre sexualidade – inclui os ensinamentos sobre o que é e como ser homem e mulher na sociedade.

Ademais, as alunas ainda se referem ao referido conceito como “opção sexual”, relacionando à possibilidade de escolha e, portanto, de mudança da mesma. Foram então questionadas sobre dois tópicos: se a orientação sexual é uma escolha e se havia a possibilidade de mudá-la, “desescolhê-la”; e, se sim, se conseguiriam elas mesmas modificar sua orientação sexual atual e passar a sentir e viver o oposto. A resposta foi quase unânime: 7 das 9 participantes defenderam a ideia de que orientação sexual é uma opção que sua mudança é possível. Porém, ao responder a segunda pergunta, todas foram unânimes em dizer que não seriam capazes de modificar suas orientações sexuais, mas que outras pessoas teriam tal capacidade. “Eu não conseguiria, mas outras pessoas sim!”, disse um aluno.

Tal compreensão evidencia um comportamento egoísta e com pouco ou nenhum senso de totalidade e consciência de classe.

Fica evidente que o grupo em si tem a sensação de superioridade e compreende a sua realidade – de serem pessoas heterossexuais dentro do comodismo da normalidade – como não necessária de mudança, exigindo-a apenas daquelas que destoam do padrão social, isto é, pessoas LGBTIs são capazes e precisam mudar suas orientações sexuais, entretanto, pessoas heterossexuais não são capazes e não precisam, pois já estão devidamente “orientadas” (BORGES, 2018, p.68).

A simplista compreensão das docentes e alunas participantes sobre o conceito de orientação sexual evidenciou a falta de contato com a temática, o que revela também a inexistência da educação sexual nas escolas, proposta que projetos de lei como o referido “Escola Sem Partido” pretendem banir cada vez mais.

O projeto surgiu em 2004 a partir da parceria entre familiares de alunas e o advogado Miguel Nagib, reforçando uma posição contra o “abuso da liberdade de ensinar” e, apesar de pregar a não vinculação política ideológica e partidária e de bradar pela “liberdade de crenças”, conforme a Constituição Federal de 1988, os pressupostos do projeto são carregados de crenças e interpretações religiosas e reproduzem diversos

preconceitos que estão intrinsicamente pautados no senso comum. A ideia de que a simples apresentação e discussão dos temas relacionados à sexualidade influencie a compreensão e comportamento das jovens acerca das diversidades reflete o receio de abalar estruturas normativas sociais, econômicas e políticas, uma vez que ainda hoje as desigualdades são extremas e os privilégios estão concentrados nas mãos de uma minoria bastante característica: homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais, cristãos e de classe alta.

A distinção e desigualdade entre gêneros, classes sociais, raças, orientações sexuais, identidades de gênero e crenças se faz visível quando analisamos a maneira como os movimentos sociais – compostos por minorias e reivindicando a equidade – são apresentados pelas autoridades, sempre vinculados à barbárie, violência e intolerância, apagando todos os traços que buscam expor a dominação (social, política, econômica e moral) de muitos por poucos.

Ademais, é o não questionamento do senso comum que perpetua tais ensinamentos e influencia diretamente na manutenção da ordem social em vigor. Desta maneira, é inteligível o porquê projetos de lei como o “Escola Sem Partido” e as reformas como propostas pelo governo Michel Temer em 2018 ganharam tanta força da sociedade civil, pois utilizam-se da falta de compreensão, estudo e familiaridade com a temática para fazer alusão àquilo que se pretende evitar, àquilo que é dispersado como sendo “o mal” para famílias e cidadãos “de bem”. Quanto menos se fala, menos se reflete, menos se questiona, menos se muda, e assim tudo permanece exatamente da mesma forma que sempre foi – e todas as pessoas seguem acostumadas com os lugares que ocupam na sociedade, sem ameaçar a hierarquia vigente.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descoberta sobre a percepção de docentes e alunas sobre o conceito “orientação sexual” na pesquisa desperta a importância do debate sobre educação sexual nas escolas. A errônea compreensão despertada pelo conceito, que evidentemente foi causada por uma interpretação “ao pé da letra”, mostra que não há proximidade e convivência com a temática e, portanto, suas perspectivas estão pautadas única e exclusivamente em suas vivências particulares.

Ademais, foi possível compreender porque de movimentos como “Escola Sem Partido”, que se pautam na existência de uma “ideologia de gênero”, ganham cada vez mais seguidoras populares, com ideias concentradas sobre valores e crenças religiosas que associadas a um contexto capitalista conservador intende a manutenção dos privilégios de determinados grupos sociais sobre outros.

Tal descoberta evidencia o reflexo da ignorância que ainda paira sobre a educação sexual e todos os conceitos que envolvem as diversidades sexuais e de gênero. A ideia de que o reconhecimento da diversidade ameaça a família heterossexual como

conhecemos é uma falácia e é mantida por grupos estrategicamente interessados em manter as uniões familiares na composição patriarcal, que está diretamente ligada ao sistema econômico e às propriedades privadas, conforme observamos na obra de Engels (1984).

Estas reflexões e as perspectivas sinalizadas na pesquisa se mostraram concretas após a última eleição para presidente de república, ocorrida em outubro de 2018, que polarizou discussões, posicionamentos e pessoas acerca de valores, crenças e opiniões de forma radical. A imersão repentina de milhões de cidadãos no jogo político comprovou que entendimentos e posicionamentos que versam sobre temas como os aqui abordados são de interesse público e devem ser discutidos, refletidos e pensados.

As reformas propostas já no governo anterior se concretizaram, como a reforma do ensino médio, e novas propostas que estão sendo estudadas e anunciadas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro sinalizam retrocessos ainda maiores nos direitos adquiridos pelas minorias, exalando conservadorismo e total descomprometimento com os direitos humanos.

Ainda no início do governo já foi possível identificar posturas que ignoraram os altos índices de violências LGBTIfóbicas, como a retirada da comunidade LGBT das diretrizes de Direitos Humanos do ministério responsável. Inclusive, o Ministério dos Direitos Humanos foi renomeado para “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” e está sendo liderado pela ministra nomeada Damares Regina Alves, que é advogada e pastora evangélica, publicamente conhecida por suas declarações extremistas e preconceituosas. A ministra defende a implementação do projeto “Escola Sem Partido”. Anteriormente, o senador e também pastor evangélico Magno Malta (PR) foi cogitado para o cargo.

Ao compreender que a ideologia de gênero é uma falácia que esconde o medo que as classes privilegiadas têm de que a comunidade LGBTI se reúna e reivindique seus direitos, seu reconhecimento e sua existência, e ver que o atual presidente da república tem como proposta de governo o “combate à ideologia de gênero”, é possível vislumbrar um difícil panorama para o futuro dos direitos humanos. Contudo, ao mesmo tempo, a educação se mostra como a única resistência que a longo prazo pode nos salvar das trevas da ignorância rumo ao arco-íris de possibilidades de ser e existir no mundo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; RUA, M. G. **Violências nas escolas**. UNESCO Brasil. Rede Pitágoras. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133967por.pdf>>. Último acesso em 10 de fev. de 2018.

BORGES, M. A. **Entre trevas e arco-íris: colorindo a diversidade no ensino médio**. Franca, 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

BACKES, D. S; COLOMÉ, J. S; ERDMANN, R. H; LUNARDI, V. L. **Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas.** O mundo da saúde. São Paulo, 2011, p. 438-442.

BOCK, A. M. B. **A adolescência como construção social:** estudo sobre livros destinados a pais e educadores. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), v. 11, n. 1, jan./jun. 2007, p. 63-76.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mulheres e trabalho:** breve análise do período 2004- 2014. Brasília, n.24, 2016.

____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GONDIM, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa:** desafios metodológicos. Universidade Federal da Bahia. Paidéia, 2003, p. 149-161.

LINS, B. A; MACHADO, B. F; ESCOURA M. **Diferentes, não desiguais:** a questão de gênero na escola. 1. ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARX, K. **O manifesto comunista.** Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (Org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

NATIVIDADE, M; OLIVEIRA, L. **As novas guerras sexuais:** diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SILVA, C. C. B; BORGES, M. A. **Famílias homoafetivas:** a influência dos papéis de gênero como reflexo da heteronormatividade. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2015.

SUICÍDIO NO PÚBLICO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT): ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2013-2018

Ana Patrícia Fonseca Coelho Galvão

Faculdade Pitágoras São Luís, Departamento de Enfermagem.
São Luís-MA

Pablo Nascimento Cruz

Faculdade Gianna Beretta, Coordenação de Saúde Mental.
São Luís-MA

Fábio Batista Miranda

Escola de Saúde Pública de Manaus (ESAP).
Manaus-AM.

Jaíza Sousa Pena

Universidade Federal do Maranhão, HUUFMA.
São Luís-MA.

Nayfrana Duarte de Sousa Oliveira

Universidade Federal do Maranhão, HUUFMA.
São Luís-MA.

Fabrizio e Silva Ferreira

Universidade Federal do Maranhão, HUUFMA.
São Luís-MA

Wochimann de Melo Lima Pinto

Faculdade Pitágoras São Luís, Departamento de Enfermagem.
São Luís-MA.

Natalie Rosa Pires Neves

Faculdade Pitágoras São Luís, Departamento de Enfermagem.
São Luís-MA.

Nayra Michelle Anjos Amorim

Faculdade Pitágoras São Luís, Departamento de Enfermagem.

São Luís-MA.

Raylena Pereira Gomes

Faculdade Pitágoras São Luís, Departamento de Enfermagem.
São Luís-MA.

Rose Daiana Cunha dos Santos

Instituto Superior Franciscano, Departamento de Enfermagem.
São Luís-MA.

RESUMO: O suicídio configura-se como um importante problema de saúde pública com estatísticas crescentes, representando um desafio para as sociedades. Contudo, existem populações mais suscetíveis, como a LGBT, pelas constantes vivências de preconceito e discriminação. Nesse sentido, este estudo tem o objetivo de analisar a produção científica entre os anos de 2013-2018 em relação a casos de suicídio no público LGBT. Para isso, desenvolveu-se uma revisão sistemática de literatura com corte retrospectivo, usando-se dos DeCS: “suicídio” AND “LGBT” nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo. Como resultado, obteve-se uma amostra de 10 estudos a partir dos critérios definidos, onde oito eram de revisão de literatura, um original e um antropológico. A partir da análise temática, desenvolveram-se duas categorias: 1- sofrimento e suicídio LGBT: etiologias e

consequências; 2- possibilidades de intervenção sobre a realidade LGBT. Foi possível perceber que as vivências de um sistema hetero-cis-normativo geram nestas pessoas desajustes biológicos e sócio emocionais, culminando com o sofrimento e o suicídio. Dessa forma, são necessárias mudanças no quadro social, político e religioso para que se altere a sofrida realidade que se apresenta a essa minoria.

PALAVRAS-CHAVES: Minorias sexuais. Pessoas LGBT. Suicídio.

ABSTRACT: Suicide is an important public health problem with increasing statistics, posing a challenge for societies. However, there are more susceptible populations, such as LGBT, by the constant experiences of prejudice and discrimination. In this sense, this study aims to analyze the scientific production between the years 2013-2018 in relation to cases of suicide in the LGBT public. For that, a systematic review of literature with retrospective cut was developed, using the DeCS: “suicide” AND “LGBT” in the Google Academic and Scielo databases. As a result, a sample of 10 studies was obtained from the defined criteria, where eight were from literature review, one original and one anthropological. From the thematic analysis, two categories were developed: 1- LGBT suffering and suicide: etiologies and consequences; 2- possibilities of intervention on the LGBT reality. It was possible to perceive that the experiences of a hetero-cis-normative system generate in these people biological mismatches and emotional partner, culminating with the suffering and the suicide. In this way, it is necessary to change the social, political and religious framework in order to change the suffering reality presented to this minority.

KEYWORDS: Sexual minorities. LGBT people. Suicide.

1 | INTRODUÇÃO

Na década de 1970, foram criados no Brasil diversos movimentos sociais que buscavam defender direitos de grupos específicos e de liberdades sexuais, pautando suas demandas como questões políticas e contribuindo no processo de redemocratização do país. Na década de 1980, em meio a epidemia de HIV/Aids e a forte relação aos gays, o governo brasileiro, considerando o crescimento das mobilizações da população homossexual masculina, declarou apoio ao movimento. Contudo, ao longo dos anos foram inclusos novos grupos com outras orientações sexuais e identidades de gênero, formando o atual Movimento LGBT, conseqüentemente, ampliando as discussões e evidenciando suas demandas específicas (BRASIL, 2013).

Dessa maneira, a sigla LGBT, na atualidade, compreende uma minoria sexual representada por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. E, para que se inicie a discussão sobre este público, é importante conhecer e separar alguns conceitos, entre eles o próprio gênero, que pode ser entendido como uma construção social que define como os indivíduos agem, pensam, se vestem e vivem. Já o conceito de identidade de gênero surge com o desempenho dos papéis sociais definidos, dentre eles, o cisgênero (que se identifica com o gênero de nascimento), o transgênero (não

se identifica com o gênero nascido) e o não-binário (não se enquadra enquanto mulher ou homem) (MACK, 2017).

Outra questão relevante é a orientação sexual, que diz respeito ao lado afetivo-sexual, ou seja, com qual (quais) gênero (s) um sujeito desenvolve suas relações. Enquadra-se nesta classificação: heterossexual (se relaciona com o gênero oposto), homossexual (se relaciona com o mesmo gênero) e o bissexual/pansexual (se relaciona com pessoas de ambos os gêneros). Ainda existem as travestis, que vivenciam papéis de gênero ditos femininos, porém, não se definem enquanto homens ou mulheres (BUELVAS, 2015).

Fazendo um retrocesso histórico, todo o público LGBT passou por um longo período obscuro, resultando em sua carga de sofrimento atual. Nesse sentido, os discursos que permeiam o gênero e a sexualidade humana foram construídos pautando-se na moral e nos ideais judaico-cristãos. Por conseguinte, a visão é baseada num ideal binário de gênero, onde o masculino atrai somente o feminino, e vice-versa, formando um campo fértil para a marginalização da população LGBT (JUSTINO, 2017; MACK, 2017).

Na atual sociedade, o sentido das diferentes identidades, atrações sexuais e comportamentos relacionados implicam em conviver rotineiramente com o preconceito e a discriminação social, prejudicando os ajustes sócio emocionais e a própria aceitação, podendo culminar com o seu adoecimento (BORRALHA; PASCOAL, 2015).

De acordo com os estudos sociais, entre eles o mais conhecido, o de Durkheim, em 1989, o ato suicida tem conexão com as condições sociais, ou seja, o ato de matar a si mesmo é antes, um ato social. Para ele, a natureza do vínculo social estaria nas relações sociais, que incluem dois fenômenos principais: a integração social, que corresponde aos elos entre os sujeitos; e a regulação social, que são as normas e regras. O equilíbrio entre integração e regulação social, nesse sentido, poderia estar associado com aumento ou redução nas taxas de suicídio (ALMEIDA et al., 2015).

Nesta perspectiva, o público LGBT enfrenta ambos os efeitos da integração e regulação sociais descritos por Durkheim, pois vivencia diversas condições sociais que o excluem de vários grupos, como da própria família e/ou sociedade; convivem em ambientes onde sua orientação sexual e/ou identidade de gênero são frequentemente criticadas, além de serem “desconhecidos” legalmente (SILVA, 2016).

Portanto, o preconceito e a discriminação enquanto aversão/ódio aos LGBT, ou apenas LGBTfobia, permanecem impregnados na sociedade, formando um importante quadro de vulnerabilidade, contribuindo para a não aceitação da própria identidade, para um pior ajustamento social, baixa autoestima e, conseqüentemente, maior prevalência de suicídio, de ideação, tentativas do ato em si (SOUSA, 2016).

O ato do suicida, entendido aqui como um desfecho de algo complexo e multidimensional, no qual coexistem contribuintes biológicos, sociais, éticos, psicológicos, antropológicos e filosóficos, sendo que as pessoas nesta condição enfrentam impasses e não vislumbram resolução para suas demandas, acabando por

imaginar o suicídio como solução viável (BOTEGA, 2014; BONFIM et al., 2015).

Refletir nessa interface é, também, analisar o suicídio como problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Segundo estatísticas internacionais, o suicídio está entre as três principais causas de morte entre pessoas de 15-44 anos, sendo responsável anualmente por um milhão de óbitos no mundo (1,4% do total de mortes). Desta maneira, a cada 45 segundos ocorre um suicídio no planeta, 1.920 pessoas diariamente. O Brasil não foge aos dados mundiais, já que está entre os 10 países que mais registram suicídios no mundo, com média de 27 óbitos por dia, o que corresponde a 1% do total de mortes. Ressalta-se que a faixa etária de 15-29 anos demonstra um número maior ainda, 4% (World Health Organization - WHO, 2014).

Os pressupostos para tentativas de suicídio incluem variáveis clínico-epidemiológicas, idade, sexo e tentativas anteriores. Os distúrbios psiquiátricos também representam um importante contribuinte, sendo os principais: de humor (depressão e bipolaridade), psicóticos (esquizofrenia), de personalidade (borderline) e do uso de substâncias psicoativas. Porém, a vida em sociedade também é um grande colaborador, pois apesar de trazer vantagens, revela muitas concessões e exigências de um sistema (MACK, 2017; BONFIM, 2015).

Os dados específicos de suicídio na população LGBT, segundo levantamento do grupo E-Jovem, superam mil em sua taxa anual e ultrapassam a média internacional (SOUSA, 2016). Em um estudo brasileiro de corte transversal realizado com 2.282 adolescentes, percebeu-se que jovens não heterossexuais tem três vezes mais chances de cometer suicídio que heterossexuais (FILHO; MARRETTO, 2018).

Na mesma linha de pesquisa, porém comparando um grupo de idosos homossexuais e heterossexuais, evidenciou-se que o grupo de homossexuais apresentava maior risco de suicídio, além de procurarem com maior frequência por serviços de saúde mental (SILVA; BARBOSA, 2016).

Nesse sentido, considerando a importância que envolve o suicídio enquanto problema de saúde pública, especialmente dentro do público LGBT e seu contexto específico, torna-se extremamente necessário estudar e refletir esta realidade para que seja possível elaborar intervenções. Constituindo, assim, relevante justificativa para se buscar na literatura científica as principais discussões a respeito, partindo-se, dessa forma, da pergunta norteadora: o que a produção científica de 2013-2018 descreve sobre o suicídio no público LGBT?

2 | OBJETIVOS

Analisar a produção científica de 2013-2018 sobre o suicídio na população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.

Identificar os fatores de risco que estão envolvidos na maior susceptibilidade à ideação suicida, as tentativas de suicídio e ao suicídio consumado pelo público

investigado.

Descrever as etiologias e suas consequências descritas na literatura para o sofrimento e o suicídio na população LGBT.

Elucidar possíveis intervenções descritas nos estudos para o problema.

3 | METODOLOGIA

O presente estudo realizou-se através de uma revisão sistemática de literatura de corte retrospectivo, onde se buscou levantar informações a respeito de uma realidade para posteriormente discuti-la. Esta metodologia de pesquisa possibilita ao pesquisador conhecer estudos atualizados sobre o assunto, bem como diversas óticas das áreas da ciência e suas principais contribuições, viabilizando um panorama consistente e compreensível de conceitos, teorias e/ou problemas de saúde relevantes (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Esta metodologia apresenta diferentes fases: formulação da pergunta norteadora do estudo; busca na literatura, que deve ser ampla e diversificada; a coleta de dados por meio de um instrumento previamente elaborado; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos dados e apresentação da revisão final para que se permita ao leitor avaliar criticamente os resultados (SOUSA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Desta maneira, após elaboração da pergunta, procedeu-se com a busca na literatura. Foram reunidos nesta pesquisa estudos nacionais e internacionais das bases de dados: Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando-se dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “LGBT” e “suicídio” com uso do operador booleano AND.

Os critérios de inclusão foram estudos que: a) estavam disponíveis completos, em português ou espanhol; b) atenderem ao período cronológico de 2013-2018; c) em análises preliminares de título, resumo e leitura na íntegra, atendessem aos objetivos propostos. Como critérios de exclusão, não se adotaram estudos que: a) estavam incompletos ou duplicados; b) disponíveis em idiomas não incluídos nos critérios de inclusão; c) fora do período cronológico adotado; d) dissertações, teses, resumos publicados em anais ou que estavam no formato de editoriais, cartas ao editor ou opiniões de especialistas.

A coleta dos dados se deu no período de abril-maio de 2018 com uso do Instrumento elaborado para este fim. Sendo, então, inclusos ao final os trabalhos que atenderam aos objetivos definidos.

Na primeira base de dados foram encontrados 2.260 estudos, dos quais apenas oito atendiam aos critérios definidos para seleção. E na segunda base, foram encontrados apenas dois estudos, onde ambos integraram a amostra.

Na próxima etapa, foi realizada a análise dos resultados, utilizando-se, inicialmente, da avaliação dos títulos e resumos, considerando a pergunta norteadora

e obedecendo aos critérios de inclusão. Posteriormente, a leitura na íntegra dos trabalhos selecionados, permitindo a extração dos dados relevantes. Os resultados foram integrados em quadro sinóptico que apresenta as informações pertinentes a cada artigo: ano, título, profissionais autores, periódico, local do estudo (cidade ou estado) e tipo de estudo.

Após agrupamento das informações, os estudos foram organizados a partir de análise temática de conteúdo em duas categorias: sofrimento e suicídio LGBT: etiologias e consequências; possibilidades de intervenção sobre a realidade LGBT, sendo possível visualizar o resultado no decorrer do trabalho.

4 | RESULTADOS

A partir da seleção, obteve-se um total de 10 artigos, sendo oito advindos da base de dados *Google Acadêmico* e dois da *Scielo*. Quanto ao idioma e país de origem dos estudos, a maioria (oito) foi elaborado no Brasil, estando disponível em Português, e apenas dois em língua espanhola, realizados no Chile e na Colômbia. Sobre seu delineamento metodológico, quatro estudos de revisão de literatura, 1 pesquisa original e 1 estudo antropológico.

Ao final da leitura e análise, organizou-se os trabalhos em quadro sinóptico (**Quadro 1**) para melhor elucidação. Posteriormente, agrupou-se a discussão em duas categorias temáticas: 1- Sofrimento e suicídio LGBT: etiologias e consequências; 2- Possibilidades de intervenção sobre a realidade LGBT, podendo ser vistas no decorrer do estudo.

A respeito dos resultados, o primeiro estudo foi o de Braga e Dell’Aglío (2013), uma revisão não sistemática de literatura que buscou identificar fatores de risco e características epidemiológicas de jovens que tentaram ou cometeram suicídio. A temática estudada ganha relevância atualmente devido ao aumento do número de suicídios nessa idade, pois a faixa etária de 15-24 anos tem sido um dos grupos populacionais que mais comete suicídio.

Nesta pesquisa, observou-se que uma importante fonte de conflito para o adolescente é a dificuldade em lidar com as exigências sociais e psicológicas, sendo que as ideias suicidas podem surgir como possibilidade de resolução. E entre os fatores de risco para suicídio nos adolescentes, observou-se a homossexualidade, demonstrando que o adolescente com orientação sexual diferente do padrão possui maior risco para cometer suicídio (BRAGA; DELL’AGLIO, 2013).

Ano	Título	Autoria	Periódico de Publicação	Tipo de estudo
2013	Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero	Braga, Luiza L.; Dell’Aglío, Débora D.	Rev. Contextos Clínicos	Revisão

2014	Suicídio ou assassinato? Um outro crime por trás da práticas homofóbica	Silva, Laionel Vieira; Barbosa, Bruno R. S. N.	Rev. Gênero e Direito	Revisão
2015	El riesgo suicida y los significados de las minorias sexuales: um nuevo reto para la salud pública	Rocha-Buevas, Anderson	Rev. Fac. Med.	Revisão
2015	Gays, Lésbicas e Saúde Mental: uma revisão sistemática da literatura	Borralha, Sérgio da; Pascoal, Patrícia M.	Rev. Omnia	Revisão
2016	Suicidio em poblaciones lesbiana, gay, bisexual y trans: revisión sistemática de una década de investigación (2004-2014)	Tomicic, Alek A. et al.	Rev. Med. Chile	Revisão
2016	As diversas manifestações homofóbicas e suas consequências no cotidiano das minorias LGBT	Sousa, Karol J. A.	Rev. Clóvis Moura de Humanidades	Revisão
2016	Suicídio, gênero e sexualidade na era digital	Nafaguchi, Thiago; Adorno, Rubens de C. F.	Rev. Saúde & Transformação Social	Antropológico
2016	Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa	Silva, Laionel V.; Barbosa, Bruno R. S. N.	Rev. Estudos de Religião	Revisão
2017	Agrupamentos LGBT: cuidado, resistência nos agrupamentos escolares	Justino, Elvis	Rev. Educação	Revisão
2018	Apontamentos sobre o atentar contra a própria vida, homofobia e adolescências.	Filho, Fernando S. T.; Marretto, Carina A. R.	Rev. de Psicologia da UNESP	Original

Quadro 1 - Artigos que englobam a temática LGBT e suicídio, 2013-2018.

Outro estudo que também trabalhou com adolescentes foi o de Filho e Marreto (2018) em “Apontamentos sobre o atentar contra a própria vida, homofobia e adolescências”, no qual se buscou identificar se o jovem homossexual estaria mais vulnerável ao suicídio. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo numa escola Zona Oeste de São Paulo com 108 adolescentes de ambos os sexos. Como resultado, a amostra apresentou apenas um adolescente que se declarou gay (0,9%) e d lésbicas (1,9%). A maioria referiu que aceitaria um amigo de classe gay ou lésbica, 73 e 57 adolescentes, respectivamente. Entretanto, esse número caía caso esses alunos apresentem trejeitos. Sobre as travestis ou transexuais, 34 declararam que não gostariam de tê-los (as) em sua classe. Em relação ao suicídio, dos 104 adolescentes 25 (24,0%) já pensaram sobre seis (26,1%) ainda pensam e oito (33,3%) já tentaram cometê-lo.

Neste contexto de adolescência, foi revelado que quanto mais o indivíduo se afasta dos padrões binários de gênero, mais à margem e discriminado será, o que

afeta especialmente travestis e transexuais, mas também a todos, como demonstrado nos dados pela baixa quantidade de jovens que se autodeclaram LGBT. Já em relação ao suicídio especificamente, foi comum a ideação nos jovens, principalmente por conta das suas dificuldades em lidar com situações conflituosas, como a própria sexualidade, que está ligada à aceitação (FILHO; MARRETO, 2018).

Além disso, Silva e Barbosa (2014) lançaram mão da revisão: “Suicídio ou assassinato? Outro crime por trás das práticas homofóbicas”, onde buscaram discutir as consequências de pertencer a comunidade LGBT em uma sociedade homofóbica e seus reflexos na autoestima e adoecimento mental.

Para esses pesquisadores, as ideologias que criaram a imposição do modelo heteronormativo na sociedade obrigam os indivíduos a se enquadrarem num padrão, como o poder-saber médico que legitima as sexualidades humanas partido de aspectos puramente biológicos (genitália), e a própria postura anti-homossexual da igreja Católica. Porém, quando isto não acontece, enfrentam a exclusão e a marginalização. Como resultado, instaura-se a *LGBTfobia* internalizada, que corresponde às vivências e às percepções que vão sendo interiorizadas não ser a partir do contexto social, ocasionando conflitos psicológicos, sofrimento e manifestações somáticas (SILVA; BARBOSA, 2014).

Para Justino (2017), a raiz do problema está também ligada ao machismo, ao sexismo e o patriarcado. Pois, a partir de seu estudo “Agrupamentos LGBT: cuidado, resistência nos agrupamentos escolares”, o autor percebeu que os pensamentos em questão resultam em intensas violências aos LGBT, em todos os espaços, físicos ou virtuais. Rocha-Buelvas (2015) ainda acrescenta, em sua revisão intitulada “El riesgo suicida y los significados de las minorias sexuales: un nuevo reto para la salud pública”, que essas ideologias também são responsáveis pelas violências autoafingidas, tanto que a população LGBT apresentam risco para suicídio 3% maior que a comunidade geral.

Nesse sentido, Borralha e Pascoal (2015) discorrem em sua revisão “Gays, Lésbicas e Saúde Mental: uma revisão sistemática da literatura” um pouco sobre a psicopatologia envolvida na internalização da *LGBTfobia*, onde todos os contextos que perpassam essas pessoas predispõem a *distress* e propiciam o aparecimento de doença mental, estando fortemente envolvidas a baixa autoestima e a depressão como potencializadores. Portanto, não é incomum enfrentarem alterações como sentimentos de repulsa pela vida, estresse psicológico, desesperança, ideação suicida e aumento do consumo de substâncias psicoativas, principalmente em adolescentes.

Na perspectiva de Tominic et al. (2016), em sua revisão “Suicidio en poblaciones lesbiana, gay, bissexual y trans: revisión sistemática de una década de investigación (2004-2014)”, a mais alta prevalência de transtornos mentais e de suicídio na comunidade LGBT pode ser entendida também à luz da Teoria do Estresse de Minorias, que se pauta nos Determinantes Sociais da Saúde (estigma e discriminação), descrevendo que pertencer à minoria LGBT é estar submerso numa realidade adversa, onde o não

adoecimento é a exceção.

Assim sendo, alguns LGBT elaboram estratégias de enfrentamento à realidade, como a descrita por Silva e Barbosa (2016) em sua revisão “Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa”, na qual o *armário* formou-se enquanto mecanismo de fuga da realidade social adversa.

Para esses pesquisadores, a religião cristã é a principal instituição que influencia a sociedade a estabelecer parâmetros de “normalidade” através de dogmas e padrões de ordem moral que formam a identidade do seu grupo. Contudo, suas imposições não atingem apenas seus fiéis e acabam interferindo nas decisões individuais dos sujeitos, especialmente os LGBT, que são enquadrados como desviantes, condenados ao inferno e até mesmo doentes espirituais, não sendo, assim, difícil querer, de fato, se manter no *armário*, pois ser descoberto pode simbolizar a sua expulsão de casa, a perda do emprego, de relacionamentos e até a sua morte. Porém, acrescenta-se que “o silêncio” acaba concordando e legitimando a *LGBTfobia*, contribuindo para que a história se mantenha da maneira que se apresenta.

Sousa (2016) em sua revisão “As diversas manifestações homofóbicas e suas consequências no cotidiano das minorias LGBT”, por sua vez, afirma que a mídia poderia contribuir nesse sentido, propiciando uma mudança na visão social, estimulando o respeito às diversidades. Entretanto, as poucas aparições de homossexuais na TV procuram deturpar a imagem dos LGBT, principalmente em programas de humor, onde são depreciados e ridicularizados, o que, infelizmente, contribui para a formação negativa da imagem dessas pessoas.

Para Nafaguchi e Adorno (2016), a mídia e a internet são importantes fontes de comunicação, que inclusive, além de promover visibilidade às demandas de minorias, podem servir de espaço para a reflexão e a discussão do fenômeno complexo do suicídio. Em seu estudo “Suicídio, Gênero e Sexualidade na Era Digital”, descrevem um relato de suicida de Alana, uma mulher transexual, que publicou no *Facebook* uma carta de despedida indicando motivação transfóbica, gerando grande comoção, principalmente de pessoas que passavam por situações semelhantes.

A partir do envolvimento das pessoas, com no caso, foi criada a *hashtag* *#minhaprimeiratentativa*, que estimulava os LGBT a contarem sobre suas experiências com tentativa de suicídio. foi possível perceber nos relatos o quão comum é a ideação e as tentativas de suicídio, todo seu sofrimento e saúde mental alterada, bem como o quanto são vítimas de várias pessoas, inclusive da família. Entretanto, não receberam qualquer tipo de ajuda, amparo familiar ou social, muito menos atitudes por parte do sistema de saúde.

Com essa noção, percebe-se que existe uma medida para mensurar valor à vida das pessoas, onde vidas LGBT nunca serão “perdidas ou vividas no sentido pleno da palavra”, e seu suicídio “não é tão importante” do ponto de vista social, nem tão estudado ou refletido e, portanto, não é alvo de mensurações e políticas públicas específicas. E, apesar de percebermos que suas demandas estão cada vez mais

incluídas no campo midiático, esse espaço não tem servido para a criação de um maior respeito às diversidades. Sendo assim, é possível vislumbrar o suicídio como fenômeno e problema social e não como ato individual e isolado do suicida, pois comunica, entre outras coisas, a dificuldade em se viver numa sociedade que coloca sempre à prova a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero (NAFAGUCHI; ADORNO, 2016).

Para dar continuidade à discussão, os estudos foram agrupados de acordo com a análise temática, organizados em quadro-resumos e discutidos em tópicos específicos, disponíveis a seguir.

4.1 Sofrimento e suicídio LGBT: etiologias e consequências

A partir dos estudos investigados, realizou-se um quadro com as principais conclusões a respeito do Suicídio em LGBT, suas etiologias (causas) e consequências, e pode ser visualizado abaixo (**Quadro 2**).

Pode-se observar que os estudos indicam que o contexto vivenciado pelos LGBT é extremamente hostil e que foi instaurado a partir de um percurso histórico com enorme influência do Cristianismo, principalmente, a partir da Idade Média, onde se pregava uma suposta punição divina aos homossexuais. Posteriormente, a medicina tomou para si a causa, patologizando e tratando as diversidades sexuais, sendo que até 1987, o *homossexualismo* ainda se encontrava no Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM), e mesmo após sua remoção, a transexualidade ainda continuou. Porém, cabe salientar que durante a elaboração da discussão deste estudo houve uma mudança na Classificação Internacional de Doenças (CID), em sua versão 11, onde foi retirada *incongruência de gênero* da lista de transtornos mentais, alterando-se para *condições relativas à saúde sexual* (SILVA; BARBOSA, 2014; MACK, 2017; LONGO, 2018).

Autor/ano	Etiologias	Consequências
BRAGA, L. L.; Dell'Aglio, D. D., 2013.	Dificuldade em lidar com as exigências sociais e psicológicas impostas na adolescência.	Alta prevalência de sentimentos de solidão e tristeza, depressão, ideação suicida e o ato consumado.
SILVA, Laionel Vieira; BARBOSA, Bruno R. S. N., 2014.	A legitimação da heteronormatividade como padrão, a partir do poder-saber médico e influência da Igreja.	Adesão a comportamentos e atitudes mais radicais como resposta às violências sofridas; problemas existenciais e o suicídio.
ROCHA-BUEVAS, A., 2015	Estigma social; sexismo; homofobia, e o preconceito social.	Maiores níveis de suicídio, especialmente em jovens, e mais ainda em transexuais.

BORRALHA, S. da; PASCOAL, Pa. M., 2015	Estigma; discriminação; patologização da homossexualidade; criminalização e condenação da homossexualidade em alguns países com favorecimento de sua ideia que deve ser punida; vivência do estresse de minorias.	Abuso físico homofóbico; homofobia internalizada; desesperança; depressão; ideação e tentativas de suicídio; maior consumo de substâncias e comportamentos sexuais de risco.
TOMICIC, A. A. et al., 2016	Estresse de minorias.	Maiores problemas de saúde mental, como a depressão e outros que aumentam o risco para o suicídio.
SOUSA, J.A.S., 2016	Precedentes históricos (homossexualidade como antinatural); condições sociais e culturais; preconceito e discriminação; escola enquanto instituição que fortalece e ensina a homofobia.	Violência; homicídios; <i>bullying</i> ; depressão; ódio contra si próprio; frustração; abandono escolar; conflitos; e maiores taxas de suicídio entre LGBT.
NAFAGUCHI, T.; ADORNO, R. de C. F., 2016	Sociedade que põe a prova em todo momento a orientação sexual e/ou identidade de gênero do sujeito; noção binária de gênero; heteronormatividade.	Altas taxas de suicídio, sofrimento, comunicação e exposição desses sentimentos como pedido de ajuda e protesto.
SILVA, L. V.; BARBOSA, B. R. S. N., 2016	Heteronormatividade; sexismo e machismo; binarismo enquanto criação divina; dogmas religiosos; silenciamento e evitação social.	Sofrimento, <i>bullying</i> , discriminação e violências, incluindo as autoafingidas.
JUSTINO, ELVIS., 2017	Machismo, conservadorismo e patriarcado.	Violências; <i>bullying</i> e suicídio.
FILHO, F. S. T.; MARRETTO, C. A. R., 2018	Heteronormatividade; morosidade, descaso e preconceito no sistema social e escolar.	Sofrimento físico e psíquico dos jovens, que cedem as pressões pensando em suicídio e até tentando cometê-lo.

Quadro 2 - Sofrimento, transtornos mentais e suicídio: causas e resultados, 2013-2017.

O estigma causado pela patologização claramente ainda vai continuar gerando efeitos, tanto que o seu resultado somado ao da influência religiosa, a heteronormatividade, continua obrigando os indivíduos a desenvolverem suas experiências afetivo-sexuais dentro da heterossexualidade, enquadrando as relações no modelo binário de gênero (SILVA; BARBOSA, 2014).

Contudo, para os corpos que fogem ao padrão, ainda é reservada a vitimização, que se diferencia em homens e mulheres, e é intensificada para as travestis e transexuais, por serem ainda mais *desviantes*. Para os homens, reserva-se termos como *bicha*, *mulherzinha*, reforçando a ideia de que sendo *homo* igualam-se às mulheres na *recepção do pênis*, fugindo ao esperado, que é serem *ativos* em relação ao objeto do seu desejo sexual. Já para as mulheres, que *deixam de cumprir sua função reprodutora e passam ao universo viril*, cabe o rechaço por quebrar o silêncio em relação a uma suposta *passividade feminina* quando assumem uma postura ativa que é *exclusiva* dos homens (FILHO; MARRETTO, 2018).

Portanto, o cenário instável perpassado ainda revela efeitos nocivos à representação social LGBT, na qual os agentes estressores de origem sociocultural

marginalizam determinado grupo, predispondo os componentes a sofrerem preconceito e discriminação (estresse de minorias). Portanto, a relação com doença/transtorno mental ou pecado/desvio ainda não é pacífica, neste contexto, se instalam no ser os mecanismos compensatórios e padrões comportamentais disfuncionais, resultando em intenso sofrimento e adoecimento (BORRALHA; PASCOAL, 2015; MACK, 2017).

Nesta perspectiva, o estresse de minorias em LGBT ocasiona prejuízos no seu bem-estar subjetivo e psicológico através da homofobia internalizada, ou melhor, *LGBTfobia* internalizada, onde ambos formam um dispositivo de controle que dita, através de uma *pressão social invisível*, uma visão negativa e homogênea a respeito de si, ocasionando diversos conflitos internos.

Algumas alterações apresentadas foram mais bem descritas por Isay (1988) e Hardin (2000) (apud SILVA; BARBOSA, 2014), como: negação de sua sexualidade para si e para com os outros; tentativas de mudar sua sexualidade; sentimento de que nunca é *suficientemente bom*, além da busca de ser excessivamente bom em tudo que faz, como tentativa de *aprovação social*; baixa autoestima, depressão, vergonha; desprezo por membros mais *assumidos* da comunidade e negação da seriedade *LGBTfobia*; preconceitos para com outros grupos; tendência a tornar-se psicológica ou fisicamente abusivo, ou a permanecer em relações com esta característica; práticas autodestrutivas ou inseguras; separação de sexo/amor, medo/intimidade, tendência ao celibato; e o abuso de substâncias (comida, álcool e outras);

Desta maneira, a partir dos dados e reflexões reportadas, é possível identificar que a discriminação e o preconceito enquanto DSS atuam no adoecimento de LGBT através do Estresse de Minorias, instaurando-se no ser através da *LGBTfobia* internalizada, onde a insegurança e as violências contínuas sofridas sistematicamente geram a sintomatologia de desajuste. É possível, então, compreender o porquê dos estudos estimarem que a cada episódio de *LGBTfobia* acresça em 2,5% nas chances da vítima apresentar comportamentos autodanosos como resultado, dentre eles, o suicídio (MACK, 2017).

4.2 Possibilidades de intervenção sobre a realidade LGBT

Os pesquisadores investigados também apresentaram, a partir de sua inquietação, estratégias que poderiam ajudar a mudar o quadro vigente. Em síntese, são apresentadas as principais conclusões a esse respeito no **Quadro 3**.

A partir das etiologias e fatores de risco apresentados, a literatura também prega sobre formas possíveis de intervenção. E como podemos observar, uma problemática relevante a ser combatida refere-se às ideologias de base, como o machismo e o patriarcado, que visualizam o homem como detentor de poder sobre a mulher, como reprodutora, enquanto ao ser mulher, sobre a subalternidade e o servir. E, nesta noção se enquadra a *LGBTfobia* que ameaça a ideia da *família tradicional* e os padrões hetero-cis-normativos (JUSTINO, 2017).

Desta maneira, uma das estratégias muito efetivas para promover a tolerância

e aceitação das minorias sexuais na sociedade corresponde ao uso dos meios de entretenimento para manipulação de normas sociais.

Autor/ano	Intervenções
BRAGA, L. L.; DELL'AGLIO, D. D., 2013.	Promoção de experiências satisfatórias e maior bem-estar, especialmente nos relacionamentos afetivos, familiares, escolares e nos grupos de pares, visando maior resiliência e diminuição dos efeitos das experiências adversas.
SILVA, L. V.; BARBOSA, B. R. S. N., 2014.	Criminalização da homofobia e discriminação; igualdade no acesso a serviços e bem sociais para casais homoafetivos; ampliação da capacidade e sensibilidade dos serviços primários para situações de suicídio e saúde mental.
ROCHA-BUEVAS, A., 2015.	Inserção da problemática do suicídio no público LGBT enquanto questão de saúde pública com a respectiva criação de políticas específicas; manipulação das normas sociais como ferramenta para promover a redução da homofobia, com utilização dos meios de entretenimento.
BORRALHA, S. da; PASCOAL, P. M., 2015.	A melhor inclusão do indivíduo e a aceitação parental demonstram impactos diretos na redução da psicopatologia e melhor saúde mental; iniciativas/campanhas que visem diminuir o <i>bullying</i> homofóbico, o heterossexismo e a exclusão baseada na orientação sexual; divulgação dos efeitos na saúde de gays e lésbicas.
TOMICIC, A. A. et al., 2016.	Inclusão das condições de risco: orientação sexual e identidade de gênero nas pesquisas sobre suicídio e ideação suicida objetivando conhecer e trazer visibilidade as demandas de saúde mental LGBT.
SOUSA, J.A.S., 2016.	Criminalização da homofobia; mudanças na cultura familiar, social e cultural; interrupção da invisibilidade.
NAFAGUCHI, T.; ADORNO, R. de C. F., 2016.	Promoção da resiliência; pensar no espaço que as mídias digitais têm tomado e usá-lo para ajudar as pessoas a enfrentar e resistir ao suicídio enquanto resolução de dores insuportáveis; debater a temática.
SILVA, L. V.; BARBOSA, B. R. S. N., 2016.	Desenvolvimento de mais pesquisas que analisem a influência da religião em temas como sexualidade, gênero e identidade de gênero com objetivo de conhecer e combater a <i>LGBTfobia</i> nesse dispositivo que a fortalece em seus ambientes e discursos
JUSTINO, E., 2017.	Mudanças estruturais na escola e na formação dos seus profissionais, bem como a implementação de abordagens educativas para mudança do quadro; alterações nos paradigmas vigentes que impulsionam as violências aos LGBT; apoio aos coletivos e movimentos LGBT.
FILHO, F. S. T.; MARRETTO, C. A. R., 2018.	Mais pesquisas que investiguem o fenômeno do suicídio em LGBT, especialmente no público adolescente; mudanças na cultura escolar de aceitação.

Quadro 3 - Possíveis intervenções sobre a realidade LGBT, 2013-2018.

É importante que se use esse espaço para discutir a aceitação da diversidade, bem como demonstrar as consequências do duro cenário atual, como o suicídio, dando enfoque à importância das relações sociais na vida do ser humano, na exclusão social e no sofrimento ocasionado (BUELVAS; ANDERSON, 2015; JESUS, 2016).

Outro ponto a ser discutido é o papel da religião, que parece não estar tão separada da política, pois se prega conceitos e distorções judaico-cristãs fundamentalistas em espaços públicos e privados, afetando não só a laicidade do sistema, mas toda a

representação social LGBT, já tão denigrada. É relevante investigar e refletir a *LGBTfobia* nos espaços e discursos religiosos afim de promover discussões práticas e alterar o quadro vigente (SILVA; BARBOSA, 2016).

O desafio, entretanto, é bem grande, um exemplo para ilustrar tentativas significativas de mudanças sociais ocorreu recentemente, quando se conseguiu a inclusão de temáticas sobre sexualidade e gênero no currículo da Educação Básica. Logo após os deputados da bancada evangélica responderam, argumentando que seria ensinado às crianças desse país que *era normal mudar de sexo*. Com o pânico social e moral criado em torno do que se chamou de *ideologia de gênero*, ficou a cargo dos estados e municípios definirem se incluirão ou não a temática, fato que claramente prejudicou a iniciativa (NAFAGUCHI; ADORNO, 2016).

Sendo assim, é imprescindível enfatizar que a liberdade ao culto e ao discurso religioso não pode cercear a honra e a dignidade da pessoa humana. Além disso, os rumos do país não podem, de maneira alguma, ser decididos ou influenciados pela religião, seja qual for. Na prática, a instituição religiosa cristã possui um poderio enquanto formadora de ideias, que aliada ao silêncio sistemático da população e do governo, perpetuam o preconceito e a discriminação, favorecendo para que muitos segmentos populacionais tenham seus direitos feridos e a sua dignidade ameaçada (SOUSA, 2016).

Ainda se torna indispensável a persistência na realização de iniciativas e campanhas que objetivem promover e discutir sobre os direitos humanos, articulando-se com a política, já que existe um grande abismo entre a teoria e a realidade, especialmente no Brasil. Este fato é atribuído, principalmente, aos paradigmas e estereótipos sociais que levam a problemática para além de entraves jurídicos e revelam a dificuldade de aceitação e reconhecimento dos LGBT enquanto seres de direito (JESUS, 2016; BORRALHA; PASCOAL, 2015).

Para combater essa realidade, é indispensável o apoio e fortalecimento dos movimentos sociais em parceria com a sociedade civil e o poder público, pois auxiliam em diversos avanços positivos. É possível citar, por exemplo, no campo da saúde, a Política de Atenção Integral à Saúde da População LGBT, de 2011, que foi fruto de muitas mobilizações e possui a intenção de promover a atenção integral, desconstruir o preconceito institucional e contribuir no Sistema Único de Saúde (SUS), no que diz respeito à efetividade dos seus princípios doutrinários, principalmente a equidade (BRASIL, 2013).

Devido à complexidade que exige intervir em uma realidade enraizada em um longo processo histórico-social, são necessárias muitas outras ações que envolvam o poder legislativo, a sociedade civil e reflexões nas mais diversas instituições, mas, prioritariamente, em escolas, igrejas e família, desconstruindo padrões e deixando os indivíduos livres para exercerem sua orientação sexual e identidade de gênero, sem sofrimentos desnecessários.

5 | CONCLUSÃO

O suicídio envolve uma complexa gama de fatores e coloca-se como um importante problema de saúde pública, onde a população LGBT é extremamente acometida. Pode-se atribuir como causa, principalmente, a realidade vivida dentro da hetero-cis-normatividade, que se legitimou a partir de seu histórico (patologização e endemonização da diversidade sexual e de gênero), além da articulação com o poder-saber médico, onde são desconsideradas as particularidades dos indivíduos e construído um padrão binário, em que vidas fora dele enfrentam importantes repercussões.

A partir dos estudos, observou-se que as ideologias que sustentam a heteronormatividade são contribuintes no adoecimento da população LGBT, tais como, o machismo, o patriarcado, o conservadorismo, pois resultam na vivência diária de preconceito e discriminação social (determinantes sociais da saúde), através do Estresse de Minorias. Nesse sentido, a insegurança e as violências contínuas sofridas sistematicamente geram mecanismos de compensação para lidar com as adversidades e a *LGBTfobia* se internaliza, ocasionando desajustes biológicos e/ou sócio emocionais, além de até três vezes mais propensão ao suicídio em comparação à população geral.

Desse modo, se respaldam no controle das sexualidades e inviabilização da homossexualidade a partir da concepção de certo/errado, aceito/pecado, na qual as ideologias de base recebem importante apoio da instituição religiosa. Neste sentido, é relevante fortalecer o ativismo social, conjuntamente com a sociedade civil e poder público no sentido de promover reflexões e mudanças nas mais diversas instituições, estimulando políticas sociais inclusivas, programas preventivos e mobilizações.

Sendo assim, é possível perceber a complexidade que envolve a temática, que pode ser visualizada a partir da escassez de estudos originais que investiguem a realidade na prática, dificultando a compreensão real dos DSS, preconceito e discriminação na vida cotidiana dessas pessoas. Sendo muito importante desenvolver investigações nesse sentido, bem como a elaboração de estatísticas específicas nas instituições brasileiras, objetivando a divulgação e conhecimento da situação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Letícia Núñez et al. O suicídio no Brasil: Um desafio às Ciências Sociais. **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 5, n. 3, 2015.

BOTEGA, Neury José. Comportamento suicida: epidemiologia. **Rev. Psicologia USP**, v. 25, n. 3, p. 231-236, 2014.

BONFIM, Célio da R. et al. Fatores de risco para o suicídio: um estudo de revisão. **Informativo Técnico do Semiárido**, v. 9, n. 1, p. 76-81, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de

apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: MS, 2013.

BUELVAS, Anderson Rocha. El riesgo suicida y los significados de las minorías sexuales: un nuevo reto para la salud pública. **Revista de la Facultad de Medicina**, v. 63, n. 3, p. 537-544, 2015.

LONGO, Ivan. **OMS retira transexualidade da sua lista de doenças**. Disponível em: < <https://www.revistaforum.com.br/oms-retira-transexualidade-da-sua-lista-de-doencas/> >. Acesso em: 18 jun. 2018.

NAGAFUCHI, Thiago; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Suicídio, Gênero e Sexualidade na era digital. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 7, n. 3, p. 22-35, 2016.

SOUSA, Junior Araujo; ROCHA, Taiane Miyake Alves de Carvalho; DOS SANTOS BARROS, Claudia Renata. Prevalência de Discriminação na Vida, entre Travestis, Transexuais e Transgêneros. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, p. 43-65, 2018.

FILHO, Fernando Silva Teixeira; MARRETTO, Carina Rondini Alexandre. Apontamentos sobre o atentar contra a própria vida, homofobia e adolescências. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 7, n. 1, p. 19-19, 2018.

JUSTINO, Elvis. Agrupamentos Lgbt: Cuidado, Resistência Nos Agrupamentos Escolares. **Revista Educação-UNG**, v. 12, n. 1 ESP, p. 41-46, 2017.

SOUSA, Karol Jefessom Alves de. As diversas manifestações homofóbicas e suas consequências no cotidiano das minorias LGBT. **Revista Clóvis Moura de Humanidades**, v. 2, n. 1, p. 27-44, 2016.

BORRALHA, Sérgio; PASCOAL, Patrícia M. GAYS. Lésbicas e Saúde Mental: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Omnia**, n. 2, p. 43-51, 2015.

BRAGA, Luiza de Lima; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 1, p. 2-14, 2013.

JESUS, João Elton. LGBTcídio no Brasil: direitos humanos e população Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual (LGBT). **Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião**, v. 2, n. 1, p. 150-164, 2016.

SILVA, Laionel Vieira; BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Estudos de religião**, v. 30, n. 3, p. 129-154, 2016.

SILVA, Laionel Vieira et al. Suicídio Ou Assassinato? Um Outro Crime Por Trás Da Prática Homofóbica. **Revista Gênero & Direito**, v. 3, n. 2, 2014.

TOMICIC, Alemka et al. Suicidio en poblaciones lesbiana, gay, bisexual y trans: revisión sistemática de una década de investigación (2004-2014). **Revista médica de Chile**, v. 144, n. 6, p. 723-733, 2016.

World Health Organization (WHO) (2014). **Suicide prevention**. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/country_reports/en/index.html>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MACK, Ana M.V. Z. Suicídio na comunidade LGBT. In: ZANLUQUI, Luzia Venâncio; SEI, Maíra Bonafé (Org.). *Suicídio: já parou para pensar?* Londrina: UEL, p. 39-55, 2017.

MOTT, L. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? **Gênero & cidadania**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, p. 143-256, 2002.

SOBRE O ORGANIZADOR

PROF. DR. WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”.
E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-292-0

